

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Universitat Autònoma de Barcelona – UAB
Facultat de Ciències Polítiques i de Sociologia
Departament de Sociologia
Doctorat en Sociologia

THALES SPERONI PEREIRA DA CRUZ

DESENCAJES Y BRICOLAJES DE LA PROTECCIÓN SOCIAL: LAS FAMILIAS
TRANSNACIONALES BOLIVIANAS EN BARCELONA Y SÃO PAULO

Orientadoras/Directoras

Prof. Dra. Cinara Rosenfield (JusT/UFRGS)

Prof. Dra. Sònia Parella (GEDIME/UAB)

Porto Alegre - Bellaterra

Mayo, 2019

THALES SPERONI PEREIRA DA CRUZ

DESENCAJES Y BRICOLAJES DE LA PROTECCIÓN SOCIAL:

Las Familias Transnacionales Bolivianas en Barcelona y São Paulo

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em sociologia.

Tesis de doctorado presentada al Programa de Doctorado en Sociología de la Universidad Autónoma de Barcelona como requisito parcial para la obtención del título de Doctor en Sociología.

Directora/orientadora: Profa. Dra. Cinara Rosenfield, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Directora/orientadora: Profa. Dra. Sònia Parella, Universidad Autónoma de Barcelona

Porto Alegre - Bellaterra

Mayo, 2019

CIP - Catalogação na Publicação

Speroni Pereira da Cruz, Thales
Desencajes y Bricolajes de la Protección Social:
Las Familias Transnacionales Bolivianas en Barcelona y
São Paulo / Thales Speroni Pereira da Cruz. -- 2019.
445 f.
Orientador: Cinara Lerrer Rosenfield.

Coorientador: Sonia Parella Rubio.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Migrações Internacionais. 2. Proteção Social .
3. Famílias Transnacionais. 4. Migrações Bolivianas.
5. Proteção Social Transnacional. I. Lerrer
Rosenfield, Cinara, orient. II. Parella Rubio, Sonia,
coorient. III. Título.

THALES SPERONI PEREIRA DA CRUZ

**DESENCAJES Y BRICOLAJES DE LA PROTECCIÓN SOCIAL:
Las Familias Transnacionales Bolivianas en Barcelona y São Paulo**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em sociologia.

Tesis de doctorado presentada al Programa de Doctorado en Sociología de la Universidad Autónoma de Barcelona como requisito parcial para la obtención del título de Doctor en Sociología.

27 de mayo de 2019

Prof. Dra. Cinara Lerrer Rosenfield – Orientadora/Directora

Prof. Dra. Sònia Parella Rubio – Orientadora/Directora

Prof. Dra. Luciana Mello – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Olga Serradell Pumareda – Universidad Autónoma de Barcelona

Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Koen Voorend – Universidad de Costa Rica

Prof. Dra. Sandra Leiva – Universidad Arturo Prat

En un mundo de desencajes y abismos, muros y riesgos, dedico esta tesis a los que enfrentan senderos inciertos para construir caminos de protección y puentes de cuidado.

AGRADECIMENTOS / AGRADECIMIENTOS

Nesses cinco anos de doutorado, três pessoas muito importantes partiram; o meu pai Solon Pereira da Cruz, a minha avó Nelly Agotegaray e o meu avô Pedro José Speroni. Espero poder honrar e lembrar para sempre o legado que eles deixaram. Agradeço a minha mãe, a quem eu sempre vou admirar por sua ética do cuidado, generosidade e humanidade sem fim. Sou grato ao meu pai pela sua eterna presença quântica e por ter me ensinado o que significa a dignidade e a importância dos laços familiares. À minha irmã Théa sou grato por ter segurado a minha mão e a do nosso pai nas épocas difíceis. Aos meus irmãos Ignacio e Agustín agradeço por terem sido meus primeiros amigos. Aos meus amigos, Ivan, Sofia, Mariana, Gérson, Adriano, José, João, Luísa e Solh, muito obrigado pelos ombros e abraços sempre disponíveis, inclusive à distância. *A mis amigos al otro lado del charco, Ortzi, Carlos, Krystian, David y Martyna muchas gracias por el afecto y la hermandad.* À minha companheira, Roberta Pamplona serei eternamente grato pela quantidade infindável de amor, paciência e apoio nessa longa jornada.

Esta tese é resultado de um esforço coletivo e, por isso, agradeço ao GEDIME e ao JusT, grupos que propiciaram espaços saudáveis de debate e apoio mútuo. *A la profesora Sònia Parella le agradezco su infinita generosidad y por haberme revelado que la Academia puede ser un espacio que combina una ética del cuidado, lazos de cooperación y una actitud de crítica social. A Alisa muchas gracias por el acogimiento y apoyo constantes. A Clara, mi agradecimiento por haber sido una amiga y compañera permanente en ese arduo camino. A Emilia y Berta, muchas gracias por haber insistido en que este trabajo podría tener un final feliz. A Leonardo de la Torre, muchísimas gracias por las conversaciones generosas y por haber construido los puentes que posibilitaron esta tesis. A Carlota, Teresa, Olga, Ainhoa, Zaída, Mimar, Jordi, Roxana y a todos del GEDIME y del CER-Migracions muchas gracias por la convivencia fraternal y el trabajo colectivo.* À professora Cinara Rosenfield agradeço pelo carinho e sobretudo por ter me desafiado a “sair fora da caixinha”, espero não ter ido longe demais. Aos colegas Alessandra, Ana Claudia, Matheus, Virginia, Chico, Thays, Andressa, Bianca, Milena, Cecília e Lu Lauda, meu muito obrigado pela troca constante e amizade. À Betina muito obrigado pelo apoio na organização do material empírico. Ao pessoal do Coffeehood sou grato pela companhia e cafés diários. *A Alexia y Miguel, gracias por haber colaborado con la transcripción de las entrevistas.* À secretária Regiane e ao secretário Marcelo obrigado por fazerem tudo funcionar de maneira tranquila. *El meu agraïment a Elisabet pel*

suport sempre present, fins i tot en la distància. Agradezco a Ana Cecilia por la sonrisa gigante y por haberme mostrado los significados de la migración para las mujeres en el lugar de partida y retorno. Meu muitíssimo obrigado à Irmã Malga e a todos do CIM que tanto me ensinaram sobre espiritualidade e hospitalidade. À professora Lorena Fleury, serei sempre grato pela sensibilidade, profissionalismo e pelo aconselhamento. Agradeço também aos mestres que me marcaram nesses nove anos de PPGS: Lorena Holzmann, José Carlos dos Anjos, Marcelo Kunrath, Antônio Cattani, Raquel Weiss, Fernando Cotanda, Clarissa Eckert, Leticia Schabbach, Marília Ramos, Raul Enrique Rojo e Marilis Lemos. *To Alexandra Elbakyan, thank you very much for making this research possible and for your untiring struggle for open knowledge.* À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) agradeço pelo financiamento dos estudos doutorais em modalidade de cotutela. Por fim, agradeço aos professores que participaram da banca de defesa desta tese, Luciana Mello, Olga Serradell, Leonardo Cavalcanti, Koen Voorend, Sandra Leiva, Élen Schneider e Camilo Carneiro.

En tiempos de autoritarismo, celebración de la ignorancia y naturalización de las desigualdades, espero que esse trabalho contribua de alguma forma para o avanço do campo de estudos migratórios e de uma visão cosmopolita da justiça social. Mais do que palavras, espero oferecer a aqueles que participaram dessa jornada o meu compromisso permanente com as questões aqui levantadas.

RESUMEN

¿Cómo podemos pensar las interfaces entre las migraciones internacionales y la protección social en un mundo marcado por una división internacional de riesgos y protecciones y por una combinación entre la transnacionalización de la vida social y la perennidad de un anclaje nacional de los recursos de protección social? En esta tesis se discute esa cuestión amplia desde una perspectiva transnacional y por medio de la etnografía multisituada con las familias transnacionales bolivianas en São Paulo y Barcelona. En esta investigación, se propone el estudio de los desencajes y bricolajes de la protección social manifestados en las narrativas biográficas de los migrantes bolivianos y sus familias. Los desencajes de la protección social pueden ser entendidos como los contextos constituidos por mecanismos que distribuyen desigualmente factores de riesgo y recursos para la protección social. Los bricolajes, a su vez, aluden a los esfuerzos multisituados de combinación de recursos de protección, tanto de tipo formal como informal.

Palabras clave: Migración Internacional; Protección Social Transnacional; Migraciones Bolivianas; Familias Transnacionales; Etnografía Multisituada.

RESUMO

Como podemos pensar as interfaces entre as migrações internacionais e a proteção social em um mundo marcado por uma divisão internacional de riscos e proteções e por uma combinação entre a transnacionalização da vida social e a perenidade de uma ancoragem nacional dos recursos de proteção social? Esta tese é dedicada a essa ampla questão a partir de uma perspectiva transnacional e por meio da etnografia multisituada com as famílias transnacionais bolivianas em São Paulo e Barcelona. Nesta pesquisa, é proposto o estudo dos desencaixes e bricolagens da proteção social manifestos nas narrativas biográficas dos migrantes bolivianos e suas famílias. Os desencaixes da proteção social podem ser entendidos como os contextos constituídos por mecanismos que distribuem desigualmente fatores de risco e recursos para a proteção social. As bricolagens, por sua vez, aludem aos esforços multisituados de combinação de recursos de proteção, tanto de tipo formal como informal.

Palavras-chave: Migrações Internacionais; Proteção Social Transnacional; Migrações Bolivianas; Famílias Transnacionais; Etnografia Multisituada.

ABSTRACT

How can we think about the interfaces between international migration and social protection in a world marked by an international division of risks and protections and a combination of the transnationalization of social life and the continuity of a national anchoring of social protection resources? This thesis approaches this broad question from a transnational perspective and through the multi-sited ethnography with Bolivian transnational families in São Paulo and Barcelona. In this research, it is proposed the study of the disembeddings and handicrafts of social protection manifested in the biographical narratives of Bolivian migrants and their families. Disembeddings of social protection can be understood as contexts constituted by mechanisms that unequally distribute risk factors and resources for social protection. The social protection handicrafts, in turn, refer to the efforts of combining multisited resources of protection, both formal and informal.

Keywords: International Migration; Transnational Social Protection; Bolivian Migrations; Transnational Families; Ethnography Multisituada.

RESUMO EXPANDIDO

Título: Desencaixes e bricolagens da proteção social: as famílias transnacionais bolivianas em Barcelona e São Paulo

Como podemos pensar as interfaces entre as migrações internacionais e a proteção social em um mundo marcado por uma divisão internacional de riscos e proteções e por uma combinação entre a transnacionalização da vida social e a perenidade de uma ancoragem nacional dos recursos de proteção social? Quais são as consequências sociológicas quando as pessoas, sejam elas migrantes ou não, organizam aspectos centrais de suas vidas - tais como os arranjos de cuidado familiar, os recursos de seguridade social, as trajetórias educacionais e as formas de acesso à saúde - considerando marcos que vão além do container nacional (LEVITT, 2018, p.4)? Esta tese insere-se no âmbito dessas questões mais abrangentes e procura, assim, problematizar as interfaces entre migrações internacionais e proteção social a partir da etnografia multisituada de famílias transnacionais bolivianas em São Paulo e Barcelona.

Sobre o que estamos falando quando falamos de proteção social? Neste estudo, propõe-se que a proteção social seja entendida como o conjunto de capacidades e formas individuais e coletivas de responder - por meio da articulação de recursos estatais, mercantis, comunitários e / ou familiares - às privações e aos riscos sociais em diferentes esferas, tais como saúde, educação, trabalho e seguridade social (NORTON, CONWAY, FOSTER, 2001, p.7, FRANZONI, 2008, p.20, FAIST et al, 2015, LEVITT et al, 2017). Considera-se que esses arranjos podem combinar recursos das quatro fontes de proteção (estados, mercado, famílias e comunidades e terceiro setor), mesmo que estejam localizados em territórios de diferentes estados nacionais (LEVITT et al, 2017).

Nesta pesquisa, é proposto o estudo dos desencaixes e bricolagens da proteção social manifestos nas experiências e práticas dos migrantes bolivianos e suas famílias em São Paulo, Barcelona e Bolívia. Os desencaixes da proteção social podem ser entendidos, de forma sintética, como os contextos constituídos por mecanismos que distribuem desigualmente fatores de risco e recursos para a proteção social. Se considera que os desencaixes resultam de três tipos diferentes de políticas: de espaço, de enquadramento e de interseccionalidades. As bricolagens da proteção social, por sua vez, fazem referência aos esforços de combinação de recursos de proteção multisituados, tanto de tipo formal como informal. A noção de bricolagem enfatiza o caráter artesanal, contingente, fragmentado e heterogêneo desse processo.

O trabalho empírico foi desenvolvido a partir da etnografia multisituada, particularmente na sua modalidade de “seguir as pessoas e suas biografias”. A partir de tal, buscou-se explorar a consistência de cinco argumentos sobre as interfaces entre a proteção social e as migrações internacionais: 1) Migrações e desigualdades transnacionais: as interfaces entre proteção social e migração são atravessadas por diferentes tipos de desigualdades que produzem desencaixes entre a exposição a riscos e o acesso a recursos de proteção; 2) Responsabilização: os desencaixes da proteção social conferem um sentido de responsabilização individual às migrações internacionais. Dessa forma, as lacunas sistêmicas são transformadas em problemas individuais e familiares, para os quais a migração internacional pode ser uma estratégia de enfrentamento; 3) O paradoxo das migrações como proteção social: há riscos inerentes aos esforços de acesso à proteção social por meio da mobilidade internacional. Isso significa que as interfaces entre proteção social e migrações podem ser atravessadas por processos de desproteção; 4) Não linearidade: não há linearidade nas migrações como proteção social, ou seja, as fontes de acesso aos recursos de proteção social não necessariamente vão do local de origem até o local de destino. Em contraste, esse processo tende a ser uma bricolagem permanentemente incerta, dinâmica e multisituada; 5) Reflexividade: as bricolagens da proteção social transnacional não se baseiam apenas na possibilidade de acesso a um recurso de proteção, mas também nas concepções subjetivas que os atores possuem.

Esta tese está organizada em três partes. A Parte I é formada por cinco capítulos. No primeiro, são discutidas as metamorfoses promovidas pela globalização. Sem cair nas narrativas fáceis de que tudo é fluido e está em permanente mudança, esse capítulo problematiza as ficções e fricções geradas nas esferas da economia, do estado e dos riscos sociais. Os capítulos 2 e 3 exploram dois conjuntos de perspectivas sobre as migrações e a proteção social. No capítulo 2, apresenta-se a abordagem que concebe a proteção social como regimes de bem-estar e as migrações como a mobilidade entre esses "mundos nacionais". No capítulo 3, são delineados os marcos analíticos que definem a proteção social como cuidado transnacional e as migrações como laços relacionais transfronteiriços. O Capítulo 4 apresenta um caminho de convergência entre essas perspectivas nacionais e transnacionais de proteção social. No quinto e último capítulo da Parte I, se constrói o contexto empírico das migrações bolivianas e da proteção social em São Paulo, Barcelona e na Bolívia.

Na parte II, se desenvolve a discussão metodológica. Assim, no capítulo 6 é proposto um caminho interpretativo para o transnacionalismo metodológico. Essa abordagem é formada pela etnografia multisituada em sua modalidade biográfica. Ao defender as sinergias entre

etnografia e biografia, a entrevista narrativa é apresentada como um instrumento metodológico fecundo para a construção de dados etnográficos. No capítulo 7, são descritas as formas como esses instrumentos foram mobilizados para a constituição de campo etnográfico e para a produção e interpretação de dados sobre os desencaixes e bricolagens da proteção social transnacional.

Na Parte III desta tese, as narrativas biográficas de transnacionalização são interpretadas com o objetivo de analisar a presença dos desencaixes da proteção social, assim como de diferentes esquemas de ação e narração que expressam distintos modos de relação subjetiva com tais desencaixes. Desta forma, são reconstruídas as narrativas biográficas de migrantes bolivianos em São Paulo, no capítulo 8, e em Barcelona, no capítulo 9. No capítulo 10, são discutidos, primeiramente, os arranjos transnacionais de cuidado e como são distribuídas as responsabilidades individuais no âmbito de tais. E, por fim, analisa-se a relevância das concepções subjetivas sobre a educação e a saúde no desenvolvimento das estratégias de proteção das famílias transnacionais.

Palavras-chave: Migrações Internacionais; Proteção Social Transnacional; Migrações Bolivianas; Famílias Transnacionais; Etnografia Multisituada.

EXTENDED ABSTRACT

Title: Disembeddings and handicrafts of social protection: The Bolivian transnational families in São Paulo and Barcelona

How can we think about the interfaces between international migrations and social protection in a world marked by an international division of risks and protections and by a combination of social life transnationalization and the permanence of a national anchorage of social protection resources? What are the sociological consequences when people, immigrants or not, organize central aspects of their lives – such as family care arrangements, social security resources, educational trajectories and forms of healthcare access – considering scales that goes beyond the national (LEVITT, 2018, p.4)? This thesis navigates through these broad issues and pursues to problematize the interfaces between international migrations and social protection from a multisited ethnography of Bolivian transnational families in São Paulo and Barcelona.

What are we talking about when we talk about social protection? In this study, we propose social protection to be understood as a set of capacities and individual and collective forms of reacting to deprivations and social risks in different spheres, such as health, education, work and social security (NORTON, CONWAY, FOSTER, 2001, p.7, FRANZONI, 2008, p.20, FAIST et al, 2015, LEVITT et al, 2017). We consider that these arrangements can combine resources from four protection sources (state, market, families and communities and the third sector), even if they are located in territories of different national states (LEVITT et al, 2017).

In this research, it is proposed a study about the disembeddings and handicrafts of social protection manifested in practices and experiences of Bolivian immigrants and their families in São Paulo, Barcelona and Bolivia. Disembeddings of social protection can be comprehended, synthetically, as contexts constituted by mechanisms that distribute unequally risk factors and resources of social protection. In this thesis, it is considered that disembeddings are a result of three types of politics: of space, of frameworks and of intersectionalities. Handicrafts of social protection, for once, refer to the efforts of combining multisited resources of protection, both formal and informal. The notion of handicraft emphasizes the artisanal, contingent, fragmented and heterogeneous character of this process.

The empirical work was developed through multisited ethnography, particularly in its modality of “following people and their biographies”. Through it, we sought to explore the

consistency of five arguments about the interfaces between social protection and international migration: 1) Migration and transnational inequalities: interfaces between social protection and migration are crossed by different types of inequalities that produce disembeddings between risk exposure and access to protection resources; 2) Responsabilization: disembeddings of social protection give a sense of individual responsabilization to international migration. In that sense, systemic gaps are transformed in individual and family problems, to which international migration can be a coping strategy; 3) The paradox of migrations as social protection: there are inherent risks to efforts to access social protection through international mobility. This means that interfaces between social protection and migrations can be crossed by processes of unprotection; 4) Nonlinearity: there is not a linearity in migrations as social protection, that is, sources to access social protection resources do not necessarily go from the place of origin to the destination. In contrast, this process tends to be a permanently uncertain, dynamic and multisited handicraft; 5) Reflexivity: handicrafts of transnational social protection are not based only on the possibility of access to a protection resource, but also on subjective conceptions the actors have.

This thesis is organized in three parts. Part I is formed by five chapters. In the first one, it is discussed the metamorphoses promoted by globalization. Without falling into easy narratives that everything is fluid and in constant change, the chapter problematizes fictions and frictions generated by economic, political and social spheres of the globalization. Chapters 2 and 3 explore two sets of perspectives about migrations and social protection. On chapter 2, it is presented the approach that conceives social protection as a welfare regime and migration as the mobility between “national worlds of welfare”. On chapter 3, we outline the analytical foundations that define social protection as a transnational care and migrations as cross-border relational ties. Chapter 4 presents a convergence route between these national and transnational perspectives of social protection. On the fifth and last chapter of Part I, it is constructed the empirical context of Bolivian migrations and social protection in São Paulo, Barcelona and Bolivia.

On part II it is developed the methodological discussion. Thus, chapter 6 is composed by the interpretative approach to methodological transnationalism. On defending synergies between ethnography and biography, the narrative interviews are presented as a productive methodological instrument to construct ethnographic data. On chapter 7, it is described the ways these instruments were mobilized to constitute the ethnographic field and to data production and interpretation about the disembeddings and handicrafts of transnational social protection.

On Part III of this thesis, it is interpreted the biographic narratives of transnationalization with the aim to analyze the presence of disembeddings of social protection, as well as different action and narration schemes that express different subjective relations with such disembeddings. In that sense, biographic narratives of Bolivian migrants in São Paulo are reconstructed in chapter 8 and in Barcelona in chapter 9. On chapter 10, first, it is discussed the transnational arrangements of care and how responsibilities are distributed in their scope. And, lastly, it is analyzed the relevance of subjective conceptions about education and health on the development of social protection strategies of transnational families.

Keywords: International Migration; Transnational Social Protection; Bolivian Migrations; Transnational Families; Multi-sited Ethnography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribución Internacional de la Población Emigrante Boliviana (2017)	173
Figura 2 – La Evolución del Número Absoluto de Emigrantes y el Porcentaje de Emigrantes con Relación a la Población Total Boliviana – según Sexo (2017)	174
Figura 3 – Nuevos Registros de Residencia Permanente de bolivianos en el Municipio de São Paulo – por año (2000-2016)	186
Figura 4 – Nacidos en Bolivia residentes en España y % con Nacionalidad Española – Ambos Sexos, por año (1998-2018)	190
Figura 5 – Distribución de la Población Nacida en Bolivia y Residente en España – por Comunidad Autónoma (2018).....	193
Figura 6 – Nacidos en Bolivia Residentes en la Provincia de Barcelona y % de lo Total de Bolivianos en España – Ambos Sexos, por Año (1998-2018)	194
Figura 7 – Distribución de la población con nacionalidad boliviana y residente en la Provincia de Barcelona – ambos sexos, % por municipio (2017).....	195
Figura 8 – Distribución de la población con nacionalidad boliviana y residente en el Municipio de Barcelona – ambos sexos, por distrito (2017).....	196
Figura 9 – Nacidos en Bolivia residentes en España y porcentaje de mujeres con relación a la población total – por año y sexo (1998-2018)	197
Figura 10 – Gasto social con relación al PIB (1995-2015)	202
Figura 11 – Cobertura efectiva de la asistencia social para grupos vulnerables* ..	206
Figura 12 – Evolución de la composición del financiamiento de la salud – Bolivia (2000 – 2016)	210
Figura 13 – Flujograma del modelo analítico.....	247
Figura 14 – Línea del tiempo del trabajo de campo presencial	254
Figura 15 – Diagrama de flujo de acceso a los sujetos de la investigación.....	257
Figura 16 – Tipo de dato y tipo de análisis	272
Figura 17 – Fragmentos del diario de Jimmy Álvarez	299

LISTA DE CUADROS

Cuadro 1 – Marcos analíticos acerca de las migraciones entendidas como movilidades entre mundos nacionales de bienestar	75
Cuadro 2 – Marcos analíticos del cuidado transnacional	115
Cuadro 3 – Los desencajes de la protección social	142
Cuadro 4 – Políticas y normativas del Estado Boliviano hacia los emigrantes.....	179
Cuadro 5 – Indicadores generales de las migraciones para São Paulo y Barcelona	181
Cuadro 6 – Perfiles de los inmigrantes bolivianos a São Paulo y Barcelona	182
Cuadro 7 – Indicadores seleccionados del contexto económico, sociodemográfico -	200
por unidad geográfica (1997-2017)	200
Cuadro 8 – Indicadores seleccionados del trabajo y renta por unidad geográfica	203
Cuadro 9 – Programas de prestaciones por edad - contributivas y no contributivas	205
Cuadro 10 - Indicadores seleccionados - Últimos datos disponibles (2007-2017)	208
Cuadro 11 – Indicadores seleccionados de la educación, por país	212
Cuadro 12 – Conjunto de datos en análisis.....	269
Cuadro 13 – Esquemas de acción y narración y la construcción de sentido para la protección social	276
Cuadro 14 - Procesos empíricos de desencaje	364
Quadro 15 – Processos empíricos de desencaixe	369

LISTA DE SIGLAS Y ABREVIATURAS

ACOBEL – Fundación Asociación de Cooperación Bolivia – España
BCN – Barcelona
BOL – Bolivia
BRA – Brasil
CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CIM – Centro de Integração do Migrante
COMIBOL – Corporación Minera de Bolivia
ECA – Estatuto del Niño y del Adolescente
ES – España
FANCESA – Fábrica Nacional de Cemento
FMI – Fondo Monetario Internacional
GEDIME – Grupo de Estudios sobre Inmigración y Minorías Étnicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de desarrollo humano
IDHD – Índice de desarrollo ajustado por desigualdad
ILOSTAT – Estadísticas de la Organización Internacional del Trabajo
INE BOL – Instituto Nacional de Estadística (Bolivia)
INE ESPAÑA – Instituto Nacional de Estadística (España)
ISGlobal – Instituto de Salud Global de Barcelona
NEML – Nueva Economía de las Migraciones Laborales
OCDE – Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos
OIT – Organización Internacional del Trabajo
OMS – Organización Mundial de la Salud
ONG – Organización no gubernamental
ONU – Organización de las Naciones Unidas
PAL – Presença da América Latina
PNAD – Encuesta Nacional por Muestra de Domicilios Continua
PNE – Encuesta Nacional de Empleo
PNUD – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo
PPA – Paridad del Poder Adquisitivo

PST – Protección Social Transnacional

RNB – Renta Nacional Bruta

SINCRE – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros

SP – São Paulo

UPB – Universidad Privada Boliviana

SUMARIO

RESUMO EXPANDIDO	10
EXTENDED ABSTRACT	13

INTRODUCCIÓN	21
---------------------------	-----------

PARTE I - LAS MIGRACIONES INTERNACIONALES Y LOS MUNDOS DE LA PROTECCIÓN SOCIAL

Capítulo 1 - Ficciones y fricciones de la globalización	28
--	-----------

1.1	Globalización y sociología	30
1.2	¿Qué hay de global en la economía mundial?	36
1.3	Los riesgos no necesitan visados	43
1.4	El estado ha muerto, ¡larga vida al estado!	48

Capítulo 2 - En busca de una vida mejor: migración internacional y bienestar nacional.....	56
---	-----------

2.1	Los mundos y submundos del bienestar capitalista	56
2.1.1	Políticas sociales y la socialización de los riesgos	58
2.1.2	Los regímenes nacionales del bienestar	62
2.1.3	El sur y el sur del sur: los mundos mediterráneos y latinoamericanos del bienestar ...	66
2.1.4	Los mundos olvidados de las mujeres	70
2.2	Las migraciones como movilidades entre mundos nacionales de bienestar.....	73
2.2.1	El hombre marginal y la asimilación nacional	76
2.2.2	Los mundos económicos y nacionales de atracción y repulsión	79
2.2.3	El centro y las (semi) periferias del mundo capitalista	81
2.2.4	La familia y los mundos nacionales de riesgos y oportunidades	84
2.2.5	Los sistemas migratorios y las redes sociales.....	86

Capítulo 3 - El cuidado transnacional y el desbordamiento de los mundos de bienestar	92
---	-----------

3.1	La transnacionalización de la vida social	93
3.2	El cuidado transnacional	107
3.2.1	Las familias transnacionales.....	108
3.2.2	Las cadenas globales de cuidados	115
3.2.3	La organización social del cuidado	119
3.2.4	La circulación transnacional del cuidado	120

Capítulo 4 - Desencajes y bricolajes transnacionales de la protección social	127
---	------------

4.1	Una convergencia necesaria: la perspectiva transnacional de la protección social 131	
4.2	Una cartografía abisal: los desencajes de la protección social	137
4.2.1	Los desencajes de la protección social	137
4.2.2	Políticas de espacio	142
4.2.3	Políticas del enmarque	145

4.2.4	Políticas de interseccionalidad	148
4.3	Un rompecabezas transnacional: los bricolajes de la protección social	152
4.3.1	La irresponsabilidad organizada y la responsabilización individual	153
4.3.2	Los bricolajes transnacionales de la protección social	157

Capítulo 5 - Senderos de movilidad y tesituras de protección en Bolivia, Barcelona y São

Paulo 167

5.1	Cultura andina de movilidad y transnacionalidad	169
5.1.1	El entrelazamiento ancestral entre movilidad y protección social.....	169
5.1.2	Migraciones internacionales y practicas transnacionales contemporáneas	172
5.2	Los senderos bolivianos en São Paulo y Barcelona	180
5.2.1	Las migraciones bolivianas para São Paulo	183
5.2.2	Las migraciones bolivianas para Barcelona	190
5.3	Tesituras de la protección social en Bolivia, São Paulo y Barcelona.....	199
5.3.1	Contextos sociodemográficos y gasto social	199
5.3.2	Trabajo y seguridad social.....	202
5.3.3	Salud y sistemas sanitarios	207
5.3.4	Sistema educacional	211

PARTE II - LA ETNOGRAFIA DE LA TRANSNACIONALIZACIÓN DE LAS BIOGRAFIAS Y DE LA PROTECCIÓN SOCIAL

Capítulo 6 - Etnografía y biografía: La interpretación de la transnacionalidad 216

6.1	Tres fundamentos metodológicos	216
6.1.1	La sociología interpretativa	217
6.1.2	El transnacionalismo metodológico	220
6.1.3	La concepción relacional del espacio social.....	224
6.2	La etnografía multisituada.....	226
6.2.1	Una etnografía en/del movimiento	228
6.2.2	Los modos de construcción del campo multisituado	230
6.2.3	La producción teórica y la comparación permanente	231
6.2.4	Amplitud y profundidad en la etnografía multisituada.....	233
6.2.5	La etnografía multisituada en los estudios migratorios	235
6.3	La biografía como campo etnográfico	237
6.4	La entrevista biográfico-narrativa	241

Capítulo 7 - La etnografía de la protección social en biografías multisituadas..... 246

7.1	Espacios, sentidos y estrategias transnacionales de protección social: un modelo de análisis de los desencajes y los bricolajes	246
7.2	Seguir los migrantes y sus biografías multisituadas.....	252
7.2.1	La construcción del campo etnográfico.....	253
7.2.2	¿A quién y hacia dónde seguir?.....	258
7.3	Escuchar y observar: la construcción de datos etnográficos	260
7.3.1	Las entrevistas narrativas de la protección social.....	261

7.3.2	La etnografía más allá de la entrevista narrativa	266
7.3.3	El conjunto de datos generado.....	268
7.4	La interpretación de la protección social en biografías multisituadas.....	270
7.4.1	El muestreo teórico y la comparación permanente.....	271
7.4.2	El análisis categorial de los sentidos y estrategias de la protección social.....	273
7.4.3	El análisis secuencial de las narrativas biográficas	274

PARTE III - DESENCAJES Y BRICOLAJES DE LA PROTECCIÓN SOCIAL EN BOLIVIA, SÃO PAULO Y BARCELONA

Capítulo 8 - La transnacionalización de las biografías entre Bolivia y São paulo..... 279

8.1	Dos familias, dos vidas, dos países: Vicente Soria	279
8.2	La escapada de la violencia de género: Claudia Gutiérrez.....	286
8.3	De la mina a la costura, del pueblo a la periferia metropolitana: Sergio Orellana.....	289
8.4	“Un nuevo amanecer”: Jimmy Álvarez.....	297
8.5	“Diferentes países, los mismos lugares”: Elena Zurita	304

Capítulo 9 - La transnacionalización de las biografías entre Bolivia y Barcelona 311

9.1	“Yo no vengo a morir aquí, yo vengo a ganar mi dinero”: Santino Torrez	311
9.2	“Vas a tener que irte, mamita”: Jhoselin Mamani.....	317
9.3	De los jabolés coloniales a la crisis española: Valentín Huanca	324
9.4	“La única solución” y el retorno que tarda en llegar: Antonella Herrera.....	330

Capítulo 10 - Familias Transnacionales y Bricolajes de la Protección Social en Bolivia, São Paulo y Barcelona..... 338

10.1	Pä chuyma: dinámicas familiares de cuidado y responsabilización.....	338
10.1.1	“La familia es todo”: Tipos de centralidades de la familia en la transnacionalización biográfica	339
10.1.2	¿Por qué las familias se dividen?	343
10.1.3	“La familia son muchos”: arreglos y dinámicas de cuidado.....	345
10.1.4	Pä Chuyma: dualidades que dividen el alma	348
10.2	No se trata solo del acceso: concepciones y estrategias en Salud y Educación ...	352
10.2.1	Concepciones y estrategias en educación.....	353
10.2.2	Concepciones y estrategias en salud	356

CONCLUSIÓN..... 362

CONCLUSÃO 368

REFERENCIAS 374

APÉNDICES..... 417

ANEXOS 437

INTRODUCCIÓN

En medio de grandes rupturas revolucionarias, los sociólogos pioneros buscaron entender la vida social por ella misma, rechazando las “garantías metasociales”, como las vinculadas a fuerzas divinas y naturales (TOURAINÉ, 1977, p. 462). La disciplina surge con el objetivo de contribuir a la comprensión de la cuestión social emergente: “¿Cómo conciliar la solidaridad y el mercado? ¿Cómo asegurar la cohesión social cuando los individuos parecen llevados hacia el egoísmo y la soledad?” (DUBET Y MARTUCCELLI, 1999, p. 26). La transición de la comunidad a la sociedad en Tönnies o de la solidaridad mecánica hacia la orgánica en Durkheim, o incluso el análisis de las migraciones realizado por la Escuela de Chicago, se caracterizan por una narrativa del pasaje del mundo tradicional a lo moderno (DUBET Y MARTUCCELLI, 1999, p. 29). Según este marco general, es el ímpetu de la modernidad —expresado, por ejemplo, en el estudio de Polanyi sobre la revolución industrial— que desordena las estructuras comunitarias, colectiviza los riesgos y hace germinar la demanda por protección social: “¿En qué consistió *satanic mill*, este molino del diablo, que aplastó a los hombres y los transformó en masas? (...) ¿En virtud de qué mecanismo se destruyó el viejo tejido social y se intentó, con tan escaso acierto, una nueva integración del hombre y de la naturaleza?” (POLANYI, 2007, p. 71). En definitiva, la protección social tiene raíces en las cuestiones clásicas de la sociología, en la medida en que expresa la forma en que se organiza la solidaridad social y, por lo tanto, tiene implicaciones determinantes sobre la definición de lo que es ser un individuo y de cómo se garantiza la cohesión de la sociedad (CASTEL, 2003, p. 457).

Para poder contribuir con la interpretación de las problemáticas centrales de los días de hoy, la sociología debe ser capaz de reflexionar acerca de sus categorías espaciales e ir más allá de la “trampa territorial” (AGNEW, 1994), la cual continúa, en gran medida, encarcelada. La sociología, que ha sido fundada a partir del arrebato de la cuestión social del siglo XIX, debe cumplir esa tarea, sobre todo porque en el siglo XXI la cuestión social se ha transnacionalizado (FAIST, 2019). Las desigualdades están determinadas no solo por las disparidades entre las clases, géneros y razas/etnias, sino por las profundas desigualdades entre las localidades geográficas. De ahí que los abismos entre la vida en una ciudad del norte global y otra en el sur global tiendan a ser más profundos que los existentes en el ámbito de un mismo país (MILANOVIC, 2015). Esos contrastes se experimentan en las

desigualdades de ingresos, pero también en la disponibilidad de recursos estatales, mercantiles, comunitarios y familiares de protección social.

Es necesario reconocer que vivimos en un mundo marcado por una división internacional de recursos destinados a la protección social, y de factores de exposición a riesgos. Esto significa que los riesgos a que las personas están más significativamente expuestas, así como sus capacidades de enfrentarlos, no son aleatorios, resultado de la mala fortuna individual o de las fuerzas imprevisibles de la naturaleza. En este escenario, la cartografía westphaliana y keynesiana – que supone una soberanía estatal indivisa y exclusiva, una neta división entre espacio doméstico e internacional y que las disputas acerca de la justicia ocurren solamente entre conciudadanos (FRASER, 2008, pp. 20-21) – ha dejado de ser adecuada, lo que conlleva importantes implicaciones sobre cómo pensamos la justicia (FRASER, 2008; AMELINA, 2016; BOGALSKA-MARTIN; MATTEUDI, 2018; FAIST, 2019). La transnacionalización de la vida social, que enuncia un “mundo poswestphaliano”, tiene impactos profundos para la reflexión sociológica: ¿cómo podemos entender la relación entre ciudadanos y Estado si reconocemos que el cuidado, la generación de ingresos, la educación, la salud y las estrategias de seguridad social pueden realizarse más allá del contenedor del Estado nacional? No resta dudas de que la cuestión social ya no puede ser tratada como exclusivamente nacional, y es urgente el reconocimiento de su transnacionalización (FAIST, 2019).

Si el obrero representó la figura de la cuestión social clásica, es el migrante quien simboliza la transnacionalización de esta (FAIST, 2013, p. 1644; FAIST, 2019). Son los migrantes quienes promueven el desborde de los mundos nacionales y perturban las formas consolidadas en que se piensa la producción y reproducción de las desigualdades, particularmente, aquellas referentes a la exposición a los riesgos y el acceso a la protección social (FRASER, 2008; FAIST, 2019). Este complejo y dinámico rompecabezas es una de las razones que explica la creciente presencia de la protección social en los discursos públicos, así como el significativo interés académico por el tema (BILECEN Y BARGLOWSKI, 2015a, p.203). No obstante, todavía son insuficientes los diálogos entre las perspectivas que tratan el bienestar a escala nacional, los análisis de las políticas sociales globales y los abordajes del cuidado transnacional. La agenda de investigación sobre la Protección Social Transnacional (PST) emerge de la necesidad de construir esas sinergias por medio de un marco heurístico multidimensional, que sea capaz de combinar el análisis

de regímenes, redes y estrategias de cuidado con el de los regímenes de bienestar y de desarrollo de políticas sociales globales. De ese modo, la PST busca analizar la provisión y el uso de la protección social a partir de múltiples escalas sociales (global, transnacional, internacional, nacional, subnacional y local) y desde diferentes esferas (los estados nacionales, los mercados, las organizaciones de la sociedad civil y las familias).

¿De qué hablamos cuando hablamos de la protección social en la contemporaneidad? En este estudio se propone que la protección social sea entendida como el conjunto de capacidades y formas individuales y colectivas de responder – por medio de la articulación de recursos estatales, mercantiles, comunitarios y/o familiares – a privaciones y riesgos sociales en diferentes esferas, como cuidado, salud, educación, trabajo y seguridad social (NORTON; CONWAY; FOSTER, 2001, p. 7; FRANZONI, 2008, p. 20; FAIST et al, 2015; LEVITT et al, 2017). Se considera que estos arreglos pueden combinar recursos provenientes de las cuatro fuentes de protección (los estados, el mercado, las familias y las comunidades y el tercer sector), incluso si éstas están ubicadas en territorios de diferentes estados nacionales (LEVITT et al, 2017). Se utiliza la noción de protección social a fin de evitar tanto el nacionalismo epistemológico implícito en el concepto de bienestar social, como la tendencia a una concepción microsociológica vinculada al término del “cuidado”.

La presente tesis se inserta en la agenda de investigación de la PST y problematiza las interfaces entre la protección social y las migraciones internacionales a partir del caso de las familias transnacionales bolivianas en São Paulo y Barcelona. La metodología adoptada ha sido la etnografía multisituada, particularmente en su modalidad de "seguir a las personas y sus biografías". El seguimiento presencial de los migrantes y de sus biografías ha tenido lugar entre São Paulo, Barcelona, y cinco ciudades bolivianas (Sucre, Cochabamba, La Paz, El Alto, Santa Cruz) y ha buscado comprender los sentidos y estrategias de protección social desarrollados por las familias transnacionales en los diferentes lugares. La producción de datos etnográficos ha ocurrido por medio de la observación y de entrevistas biográficas-narrativas, y ha tenido como objetivo interpretar las dinámicas transnacionales de protección social en cinco esferas (el cuidado, el trabajo, la seguridad social, la salud y la educación) en sus diferentes conjunciones de aspectos formales e informales y en los distintos espacios transnacionales (Bolivia - Barcelona y Bolivia - São Paulo). Se ha buscado, de este modo, identificar la presencia y el contenido de diferentes tipos de desencajes de la protección

social (del espacio, del enmarque y de las interseccionalidades), así como las formas de bricolaje de recursos formales e informales.

Un estudio que combina el enfoque de las movilidades con el de las biografías tiene el potencial de superar el nacionalismo metodológico y el discurso de sorpresa sobre las biografías migrantes que él genera. Las fluctuaciones vitales representadas en las narrativas biográficas pueden constituir un encuentro entre el análisis de procesos históricos y dinámicas espaciales sin la mediación artificial de las concepciones nacionalistas de la realidad social. El análisis etnográfico de biografías multisituadas tiene la capacidad de demostrar cómo ciertas formas contemporáneas de relación entre movilidad y protección social pueden estar basadas en procesos sociales de larga historia. De esta manera, es posible el reconocimiento de cómo las interfaces entre migraciones internacionales y protección social se fundamentan en otras dinámicas de movilidad, como las representadas por las migraciones internas (en particular, de carácter rural-urbano), por otras experiencias de migración internacional, o a partir de formas de organización productiva o sociocomunitaria.

¿Cómo analizar la protección social, en sus interfaces con las migraciones internacionales, sin caer en la trampa de ignorar la agencia de los actores, en el equívoco de desconsiderar las contingencias estructurales o en el engaño de suponer que tales estructuras son exclusivamente nacionales? En esta tesis se propone un marco analítico fundamentado en los desencajes y los bricolajes de la protección social. Los desencajes pueden ser entendidos como los contextos fundados en mecanismos que distribuyen de forma desigual factores de riesgos y recursos para la protección social. Los desencajes son productos de tres tipos de políticas: del espacio (que distribuye riesgos y recursos protectores entre espacios sociales), del enmarque (el desalineamiento entre las escalas de la vida social y de los recursos de protección) y de las interseccionalidades (la conjunción de marcados sociales de desigualdad). Los bricolajes hacen referencia a los ensamblajes de recursos multisituados de protección social, ya sean de carácter formal (recursos promovidos por mecanismos institucionales) o informal (recursos generados en las redes sociales y en los vínculos de cuidado).

A partir de ese marco se presenta en esta tesis cinco hipótesis sobre las interfaces entre la protección social y las migraciones internacionales en la contemporaneidad:

H1: Migraciones y desigualdades Transnacionales: las interfaces entre protección social y migración son atravesadas por diferentes tipos de desigualdades que producen desencajes entre la exposición a riesgos y el acceso a recursos de protección.

H2: Responsabilidad: los desencajes y las formas de irresponsabilidad organizada confieren un sentido de responsabilidad individual a las migraciones internacionales. De esta forma, las lagunas sistémicas en relación a la protección social se transforman en problemas individuales y familiares.

H3: La paradoja de las migraciones como protección social: existen riesgos inherentes a los esfuerzos de acceso a la protección social a través de la migración internacional. Esto significa que más movilidad no lleva necesariamente a más protección; y que las interfaces entre protección social y migraciones son atravesadas por procesos de desprotección.

H4: No linealidad: las migraciones como formas de protección social se caracterizan por la no linealidad. Es decir, las fuentes de acceso a los recursos de protección social no van, necesariamente, desplazándose del lugar de origen al lugar de destino. En contraste, este proceso tiende a ser un bricolaje permanentemente incierto y dinámico.

H5: Reflexividad: los bricolajes de la protección no se basan sólo en la posibilidad de acceso a un recurso de protección, sino también en las concepciones subjetivas que los actores poseen.

Estructura del trabajo

La parte I de esta tesis está organizada en cinco capítulos. En el primero de ellos se discuten las metamorfosis promovidas por la globalización. Sin caer en las narrativas fáciles de que todo es fluido y se encuentra en un cambio permanente, ese capítulo problematiza las ficciones y fricciones generadas en las esferas de la economía, del estado y de los riesgos sociales. El amplio panorama diseñado en el capítulo 1 sitúa el escenario general donde se insertan las cuestiones avanzadas posteriormente. En los capítulos 2 y 3 se exploran algunas de las principales perspectivas sobre las migraciones y la protección social, destacando los presupuestos espaciales compartidos por ellos. En estos capítulos se abordan dos miradas analíticas. La primera, presentada en el capítulo 2, es la que concibe la protección social como regímenes de bienestar, y las migraciones como movilidad entre esos "mundos nacionales"; y la segunda, expuesta en el capítulo 3, es la que define la protección social

como cuidado transnacional, y las migraciones como vínculos relacionales transfronterizos. En el capítulo 4 se propone un camino de convergencia entre esas perspectivas nacionales y transnacionales de la protección social. Además, se presenta el modelo analítico para las interfaces entre migraciones y protección social centrado en los conceptos de desencajes y bricolajes. En el capítulo 5, se presenta el contexto empírico de las migraciones bolivianas para São Paulo y Barcelona y de la protección social en São Paulo y Barcelona, así como en Bolivia.

La segunda parte de esta tesis es alzada desde este panorama teórico desafiante para proponer una metodología que sea capaz de llegar a una mejor comprensión de las interfaces entre la protección social y las migraciones internacionales, a partir del caso de las familias transnacionales bolivianas en São Paulo y Barcelona. Para ello, en el capítulo 6 se presenta un camino interpretativo para el transnacionalismo metodológico. Al defender las sinergias posibles entre etnografía y biografía, se presenta la entrevista narrativa como un instrumento metodológico fructífero para la construcción de datos etnográficos. En el capítulo 7 se esboza la forma en que estos principios e instrumentos han sido movilizados para la constitución del campo etnográfico y la producción e interpretación de los datos acerca de los desencajes y los bricolajes de la protección social transnacional.

En la parte III de esta tesis, se interpreta, primeramente, las narrativas biográficas de transnacionalización con el objetivo de analizar la presencia de los desencajes de la protección social, así como de diferentes esquemas de acción y narración que expresan distintos modos de relación subjetiva con tales desencajes. De esta forma, se reconstruyen las narrativas biográficas de migrantes bolivianos en São Paulo, en el capítulo 8, y en Barcelona, en el capítulo 9. Posteriormente, en el capítulo 10, se discuten, por una parte, los arreglos transnacionales de cuidado y la manera en la que se distribuyen las responsabilidades en el marco de éstos; y, por otra parte, se analiza la relevancia de las concepciones subjetivas sobre la educación y la salud en el desarrollo de las estrategias de protección de las familias transnacionales.

PARTE I

**LAS MIGRACIONES INTERNACIONALES Y LOS MUNDOS DE LA
PROTECCIÓN SOCIAL**

“Um espectro persegue o mundo, o espectro da migração. Todos os poderes estão aliados numa impiedosa operação contra ela, mas o movimento é irresistível”.

Michael Hardt y Antonio Negri, 2001, p. 233

*“I move. From early on we are searching. All we do is crave, cry out.
Do not have what we want. What is ours slips away, is not yet here”.*

Ernst Bloch, 1986, p. 21

“Nuestras sociedades no son prisiones ordenadas, sino junglas desordenadas”.

Manuel Castells, 2001, p. 330

1 FICCIONES Y FRICCIONES DE LA GLOBALIZACIÓN

Este es un mundo en transformación, sin ningún género de dudas. Los cambios tecnológicos, culturales, ecológicos, económicos y políticos resuenan en el día a día de la sociedad globalizada, afrontan gramáticas y narraciones de largo alcance; perturban marcos analíticos establecidos; producen una multiplicación de los itinerarios biográficos posibles; transforman los riesgos de la vida social y las formas de enfrentarlos. Sin caer en la trampa de considerar que todo es novedad, global, conectado, transnacional, rápido y líquido (¿o sería gaseoso?)¹, es necesario reconocer que son muy fuertes los vientos de cambio. Nuestro tiempo exige una excavación sociológica que permita describir, interpretar y, con suerte, explicar las inconsistencias de nuestros mapas que parecían casi sin fisuras (SASSEN, 2005, p. 401). ¿Los conceptos sociológicos que tenemos a disposición, y los marcos en que ellos se sostienen, son lo suficientemente sólidos para explicar la realidad social contemporánea? ¿Nuestras lentes analíticas pueden ser consideradas satisfactorias frente a los fenómenos sociales actuales como la metamorfosis de los estados y las movi­lidades de capitales, riesgos, bienes y personas?

La globalización tiene muchas caras: de la farsa, de la tragedia y de la esperanza o de la fábula, de la perversidad y de las posibilidades, como nos sugiere Santos (2001, pp. 17-21). No es, así, de ninguna manera, un mundo completamente nuevo. Su máscara fabulosa se constituye por los cuentos de algunos economistas, que presuponen una globalización desespacializada e inevitable (MASSEY, 1999, p. 34) o por otros mitos consecuentes para las elites, como el de la muerte del estado nación. “El estado ha muerto, ¡larga vida al estado!”, nos contestan los politólogos en sus descripciones empíricas más consistentes. Las fábulas son importantes, porque, como nos recuerda Massey, el modo como imaginamos la globalización tiene consecuencias importantes sobre las formas que ella asume (1999, p. 35).

¹ Rigney (2001) hace una descripción de las metáforas en la historia de la sociología como herramientas de imaginación y de labor teórico. Salta a la vista cómo los debates sobre la posmodernidad y la globalización están llenos de ellas. Para Ortiz, eso demuestra la existencia de una realidad fugaz, que no es, todavía, apropiadamente captada por las ciencias sociales (1994, p. 14).

En Bauman (2000), la metáfora del “líquido” se utiliza para delimitar el paso de una modernidad “sólida”, dominada por la estabilidad, la permanencia y el peso, para una modernidad de la inconstancia, de la incertidumbre, de la precariedad y de la movilidad permanente. Lapoujade (2018) utiliza la metáfora del “gaseoso” para destacar el carácter destructivo de la sociedad contemporánea, marcada por la violencia, el odio y las guerras. Mientras que el “líquido” en Bauman caracteriza la impermanencia, el “gaseoso” en Lapoujade significa las dinámicas sociales explosivas.

Por ejemplo, el discurso de la globalización como inexorable y sinónimo de “comercio libre” es una de las bases de justificación de los programas de ajuste estructural y austeridad (MASSEY, 1999, pp. 35-36).

La cara perversa de la globalización se configura por la difusión, en los últimos 30 años, de una nueva fase del capitalismo avanzado basada en la financierización de la economía. Todo lo que los bancos tocan se transforma en oro: tierras, agua, pequeñas propiedades agrícolas, etc. Este toque de Midas —que, como en la mitología, genera simultáneamente riqueza y destrucción— se fundamenta en nuevas formas de acumulación primitiva que conducen a una profundización de las desigualdades internacionales², la pérdida masiva de hábitats, y que, por lo tanto, funciona como una fuerza impulsora de las migraciones (SASSEN, 2016).

A pesar de farsas y fábulas, perversidades y tragedias, la globalización tiene un semblante de esperanza y de posibilidades. Ese postulado, que puede ser visto como ingenuidad, se basa en el hecho de que muchas de las bases técnicas de la globalización actual tienen la potencia de hacer erigir *otra globalización*, fundamentada en una nueva metanarrativa cosmopolita (SANTOS, 2001, pp. 20-21). Las capacidades y los recursos para la movilidad y protección social de las personas nunca han sido tan elevados; al mismo tiempo que, cada vez más, vivimos en un mundo de muros, que obstaculiza tales movi­lidades y sus capacidades de socializar riesgos, en nombre de una supuesta protección de la soberanía y de la ciudadanía de los estados nacionales (NEWMAN, 2006).

La globalización está marcada por conflictos y conexiones desiguales, inestables y creativas; por lo que Anna Tsing denominó de "fricciones": “Hablar de fricción es un recordatorio de la importancia de la interacción en definir el movimiento, la forma cultural y la agencia. Fricción no se trata solo de reducir la velocidad de las cosas. Se requiere fricción para mantener el movimiento global de poder” (p. 6, traducción nuestra). En contraste con las imágenes de total fluidez y movimiento, Tsing considera que las fricciones de la globalización pueden ser entendidas, metafóricamente, como carreteras: “(...) que crean

² Únicamente en el año de 2017 la riqueza de los multimillonarios del mundo aumentó en 762.000 millones, lo que podría haber terminado con la pobreza extrema por siete veces (OXFAM, 2018). Mientras que el 82 % de toda riqueza creada en el año ha sido destinada al 1 % de los más ricos, el 50 % de los más pobres no tuvo ningún aumento en sus ingresos (OXFAM, 2018). Los datos divulgados por la OXFAM a menudo sufren críticas metodológicas. Sin embargo, aunque algunos puntos específicos son cuestionables, el cuadro general permanece. Acerca de la desigualdad internacional y global, ver también Bourguignon (2015) y Milanovic (2015).

caminos que hacen que el movimiento sea más fácil y más eficiente, pero al hacerlo ellos limitan a dónde vamos. Lo que facilita el viaje también es una estructura de confinamiento (2011, p. 6, traducción nuestra).

En este capítulo se construye el complejo y amplio escenario de la globalización, sus impactos en la economía, el estado, los riesgos y en las formas sobre cómo pensamos la protección social. En la primera parte de esta tesis, exploraremos los desdoblamientos de tal panorama, particularmente para una reflexión sobre los preceptos espaciales de la protección social y sobre el papel de las migraciones internacionales y de las familias en sus relaciones con tal.

El presente capítulo está organizado en cuatro secciones. En la primera, abordamos los vínculos de la sociología con la globalización, poniendo el foco en los peligros de esa noción, tanto por su difusión y polisemia a veces exagerada, como por el monopolio que el norte global tuvo en la producción de narrativas sobre ella. La segunda sesión propone la pregunta “¿qué hay de global en la economía mundial?” con el fin de debatir sobre las escalas del económico y de sus consecuencias sociales. La tercera sesión trata la globalización de los riesgos. En la cuarta y última sesión, se examina el mito de la muerte del estado, a fin de destacar la transformación de los papeles del estado: el mantenimiento de ciertas funciones y responsabilidades, como la relativa a la protección y el bienestar sociales; y el surgimiento de otras, como la de competición, regulación y promoción de la globalización.

1.1 GLOBALIZACIÓN Y SOCIOLOGÍA

La globalización se ha transformado en un término de la moda, un mantra (MASSEY, 1999, pp. 33-34), una noción repetidamente presente en los discursos y narrativas de actores económicos, políticos y de los medios de comunicación. Dar por sentados presupuestos que demandarían un escrutinio metódico y crítico (RISSE, 2007) hace de la globalización una *Deus ex machina*, que crea un caos de segunda orden: tiempos confusos, pero también confusamente percibidos (SANTOS, 2001, p. 18)³. La globalización como categoría sociológica es relativamente reciente. La publicación del libro *Globalization, Knowledge*

³ Para un panorama de la diversidad de enfoques sobre globalización, ver Beck (1999, pp. 39-200), Ianni (1996), Held y McGrew (2003, pp. 51-120), Scholte (2005, p. 13-84), Sassen (2007, pp. 3-44), Kofman y Youngs (2008), Hirst y otros (2009, pp. 30-36), Steger (2008), Axford (2013), Siracusa y otros (2014) y Ritzer y Dean (2015, pp. 27-51).

and Society, de Martin Albrow y Elizabeth King (1990), fue un hito en su impulsión como uno de los marcos cardinales y fundamentos del análisis sociológico contemporáneo. Cabe destacar, sin embargo, que algunas de las tendencias de la globalización no son inéditas. Gilpin (2000, pp. 323-324) declara que muchos de los componentes de la economía mundial de finales de los años 1990 estaban menos integrados que en el período anterior a la Primera Guerra Mundial. Hirst y otros defienden una periodización similar (2009, p. 27). A partir de otra perspectiva, los teóricos del sistema-mundo vinculan la globalización a la mundialización del sistema capitalista y, por lo tanto, esta habría tenido su inicio durante el curso de la colonización de las Américas⁴. Por último, Giddens (1994) identifica la globalización con la modernización (p. 67)⁵ y, como resultado, ubica la formación de sus bases en el siglo XVII.

A pesar de la corta vida del concepto de globalización, la historiografía de la sociología demuestra que la preocupación por problemas, procesos y dinámicas, más allá de lo nacional, no son nuevos. Según Albrow, la trayectoria de la sociología está marcada por cinco etapas: la del universalismo, de las sociologías nacionales, del internacionalismo, de la indigenización y de la globalización. En primer lugar, Albrow (1990) destaca la actitud universalista, de inspiración iluminista, de los sociólogos pioneros (en particular Comte, Saint-Simon y Marx⁶) que se caracteriza por la intención de construir una ciencia humanista fundamentada en principios atemporales y en leyes verificables (p. 6). La fase siguiente remite a la emersión de las sociologías con preocupación declaradamente nacional, en

⁴ Según ese marco analítico, el sistema-mundo, este ente integrado de carácter capitalista, se ha conformado en el siglo XVI, sobre todo en Europa y las Américas. Progresivamente, este sistema ha llegado a otras regiones hasta que fuera completamente global. La expansión del sistema-mundo se basa en la propia dinámica de acumulación infinita del capitalismo, que genera la permanente demanda de renovación y de ampliación de configuraciones productivas, distributivas y de consumo (WALLERSTEIN, 2006, p. 42-59; WALLERSTEIN, 2011).

Ese abordaje fue desarrollado a partir de la crítica de la teoría de la modernización (de bases parsoniana) y de la teoría de la dependencia. La primera fue considerada limitada, debido a su nacionalismo metodológico y su visión lineal del desarrollo. La segunda fue criticada por su visión binaria de las dinámicas internacionales, basada en la idea de una explotación de los países pobres por los países ricos.

⁵ “¿Qué es la modernidad? Como primera aproximación, digamos que la noción de «modernidad» se refiere a los modos de vida u organización social que surgieron en Europa desde alrededor del siglo XVII en adelante y cuya influencia, posteriormente, los han convertido en más o menos mundiales.” (GIDDENS, 1994, p. 15).

⁶ Un ejemplo, frecuentemente citado, de ese rasgo de la perspectiva de Marx (2011) es el Manifiesto Comunista, en el que el autor ya llamaba la atención hacia una internacionalización de los mercados: “En lugar del antiguo aislamiento y la autarquía de las regiones y naciones, se establece un intercambio universal, una interdependencia universal de las naciones. Y esto se refiere tanto a la producción material como a la intelectual. La producción intelectual de una nación se convierte en patrimonio común de todas”. (p. 35).

particular en los casos de la disciplina en Alemania, Estados Unidos y Francia. Para Robertson (1992, pp. 16-24), la distinción entre el universalismo y las sociologías nacionales es exagerada por Albrow, ya que el “universal” de la primera etapa significaba la Europa y, por lo tanto, tenía un anclaje en el marco nacional. Por consiguiente, autores como Durkheim, a pesar de operar en el marco nacional, buscaron persistentemente pensar lo universal (ROBERTSON, 1992, p. 18)⁷.

Si bien es cierto que el discurso universalista-nacional tenía un componente ideológico significativo, marcado por una equivalencia entre esas dos escalas, esas sociologías han dejado un legado sustancial. Por una parte, la concepción clásica de lo “social” no se reduce, mecánicamente, a la de sociedad nacional⁸. Eso es que lo permite, tal como lo hace Turner, defender la herencia de la sociología clásica para el análisis de los procesos globales. Una de las evidencias de Turner es la presencia en “Lecciones de sociología: física de las costumbres y del derecho” (DURKHEIM, 1966) de las bases para una sociología cosmopolita interesada en las consecuencias morales de un mundo social global (TURNER, 2006).

La tercera etapa, el internacionalismo, se caracteriza, según Albrow (1990), por una bifurcación homóloga a la de la Guerra Fría, en la que las zonas de influencia americana estarían centradas en el debate sobre la tesis de la modernización (teniendo a Talcott Parsons de referencia) y las regiones bajo la égida soviética estarían centradas en las discusiones marxistas sobre la internacionalización del socialismo. Es interesante notar que en América Latina se han desarrollado esas dos frentes de investigación –en algunos casos de modo combinado⁹–, lo que resultó, por una parte, en la Escuela de la Cepal (Raúl Prebisch, Celso Furtado y otros) y en la Teoría de la Dependencia (Enzo Faletto y Fernando Henrique Cardoso) y, por otra parte, en la historiografía y sociología marxistas (como el pionero José Carlos Mariátegui, mas también Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Sérgio Bagú, Ruy

⁷ En la perspectiva de Robertson no hay un vínculo mecánico entre globalización y universalismo. Según el autor, la globalización en el siglo XX es la “interpretación de la universalización de la particularización y la particularización del universalismo” (ROBERTSON, 1992, p. 100).

⁸ Aunque la noción de lo “social” de la sociología clásica va más allá del estado nación (lo que permite una aproximación no nacionalista), la noción de sociedad está fundamentalmente asociada a cuatro afirmaciones: la sociedad es moderna, ella es un estado nacional, ella es un sistema funcional y por fin ella es un conflicto regulado (DUBET, 2011, p. 108). Para un análisis de la interpretación de Dubet sobre la sociología clásica ver Speroni (2012, pp. 22-34).

⁹ La obra Ruy Mauro Marini representa una posición especial con relación a estos dos frentes, en la medida en que construye una teoría de la dependencia de carácter marxista a fin de criticar la teoría del desarrollo de la CEPAL.

Mauro Marini entre otros). Robertson, que intenta contribuir con el cuadro construido por Albrow, afirma que, entre las sociologías nacionales y el internacionalismo del período posterior a la Segunda Guerra Mundial, hubo la emersión de preocupaciones relativistas en la sociología (sobre todo, según Robertson, por medio de Max Scheler y Karl Mannheim).

El cuarto período, el de la “indigenización”, representa para Albrow la fase en que las sociologías nacionales del llamado “tercer mundo” comenzaron a integrar sus “sociologías locales” al debate internacional (1990, p. 7). Evidentemente, el término “indigenización” es sumamente problemático. En su libro *Southern Sociologies*, Connell (2007) identifica la presencia de un supuesto acuerdo tácito en las “sociologías del norte”, el de que: “(...) hablar de teoría implica hablar en universales. Se supone que todas las sociedades son cognoscibles, y que son cognoscibles de la misma manera y desde el mismo punto de vista” (p. 44, traducción nuestra). La autora complementa señalando que el punto de vista de la metrópoli se vuelve explícito cuando se particularizan teorías de la periferia, como por ejemplo las etiquetas de una “filosofía africana” o de una “teoría de la dependencia latinoamericana” (2007, p. 44).

La última fase, la de la globalización, remite a la emancipación de un discurso universal con múltiples interlocutores basado en diferentes regiones y culturas (ALBROW, 1990, p. 7). La globalización de la sociología significa, para el autor, que los sociólogos están al frente de abordajes analíticos y de diálogos muy diversos; algo que ha permitido una transnacionalización de la producción de conocimiento, así como un aumento y dispersión relativa de los estudios sobre la globalización.

No hay duda de que la periodización de la historia de la sociología con relación a globalización de Albrow (1990) es eurocéntrica y, por lo tanto, parcial y limitada. Más allá de su imprecisión y equívocos, es interesante notar lo que pone de manifiesto: la mayor facilidad de las sociologías europeas y norteamericanas (sociologías de la metrópolis en el lenguaje de Connell, 2007) en ser reconocidas como universales y como parte del canon sociológico¹⁰. Esta es una realidad que –a pesar de transformaciones sustanciales promovidas por un mayor tránsito de investigadores, por el desarrollo de una perspectiva

¹⁰ Para Santos: “Quem é levado a uma atividade intelectual verdadeiramente transnacional (não nos referimos à rotina de congressos pré-concluídos nem às coletâneas de textos encomendadas sob medida) descobre, de modo esporádico ou sistêmico, que um grande número de formulações genuínas, providas de uma interpretação universal de situações específicas - continentais, nacionais, locais -, acaba por ser avaliada em função de outras formulações, igualmente emanadas de situações específicas, ditas internacionais e tornadas cânones pelo simples efeito de autoridade.” (2002, p. 51).

poscolonial y por una mayor internacionalización de las instituciones del sur global— no se ha alterado sustancialmente: es en el norte global que se ha producido gran parte de los conceptos y de la gramática del debate entorno de la globalización. Tan importante como las cuestiones sobre el “dónde” y el “quién” produce el conocimiento sobre la globalización, está la cuestión del “cómo”. En ese sentido, Connell critica las teorías de la globalización de Bauman, Beck, Robinson y Sassen entre otros, por su “proyección metodológica”, o sea, por encajar datos de la periferia en conceptos, debates y estrategias de investigación procedentes de la metrópoli y, además, por no hacer referencias al pensamiento social producido en regiones periféricas (2007, pp. 63-64). Massey, a su vez y de modo complementario, critica las teorías sobre la globalización por la producción de narrativas desespacializada de la modernidad (1999, pp. 33-40; 2005, pp. 62-75). Para la autora, una visión espacializada de la globalización solo es posible al admitirse que el espacio está marcado por la multiplicidad, la apertura y la irreductibilidad a una “superficie”, así como por su vínculo profundo con la temporalidad (MASSEY, 2005, p. 88). En el mismo sentido, Faist (2014) alerta sobre la importancia de que se reconozca que las estructuras de la acumulación de capital están siempre situadas en el tiempo y en el espacio.

De este modo, si hablamos de las fábulas, perversidades y posibilidades de la globalización, como sugiere Santos (2001), ciertas “cuestiones alarma” son necesarias: ¿Quiénes, de qué forma y desde qué punto de vida son construidas las narrativas de la globalización? ¿Cómo se configuran las dinámicas de la globalización y cuáles son sus escalas y modos de particularización? ¿Cuáles son las perversiones y posibilidades, visibles o invisibilizadas, de la globalización? No tenemos el objetivo directo de responder a esas preguntas, pero ellas sirvieron de guía para una autovigilancia en la escrita de este texto, y pueden de esa forma servir como fundamento para críticas a él.

El interés reciente de la sociología en la globalización se caracteriza por un conjunto de esfuerzos, tanto en el norte como en el sur global, de analizar procesos de ampliación, profundización y aceleración de la interconectividad mundial en los más variados aspectos de las instituciones y de la vida social. De manera plural, y frecuentemente divergente, estos estudios identifican la existencia de transformaciones profundas en las características y en la relación entre espacio y tiempo, como la existencia de espacios de flujos que conducen a una simultaneidad temporal sin la necesidad de contigüidad (CASTELLS, 2005, p. 445); la contracción del tiempo-espacio impulsada por la aceleración de las actividades económicas

a través de nuevas formas organizativas y tecnologías productivas, comunicacionales y de transporte que conforman la economía capitalista global (HARVEY, 2010, pp. 185-290); el distanciamiento tiempo-espacio, es decir, el extendimiento de los sistemas sociales a lo largo del tiempo-espacio (GIDDENS, 2003, p. 213); y, desde una perspectiva poscolonial, la posibilidad de una renarratización no eurocéntrica y espacializada de la historia del capitalismo moderno (HALL, 1996; MASSEY, 1999, pp. 28-33).

Gradualmente, diversos intentos heurísticos han ido configurando un campo amplio, heterogéneo y dinámico de enfoques que se centran en dinámicas de diferentes esferas sociales. En relación con los procesos económicos, se ha hecho hincapié en la aceleración de la circulación de bienes y capitales y el desarrollo de cadenas globales de valor, producción y *commodities* (GEREFFI; KORZENIEWICZ; KORZENIEWICZ, 1994), de las ciudades globales (SASSEN, 1991), de las ciudades mundiales (TAYLOR; DERUDDER, 2015) y de las cadenas globales de cuidado (HOCHSCHILD, 2000; PARREÑAS, 2001; YEATES, 2005). En la perspectiva política, se han examinado las transformaciones del papel del estado y en la gobernanza internacional (HELD, 1995; STRANGE, 1996; ROSENAU, 1997; entre muchos otros), generadas por la relevancia de las organizaciones (gubernamentales o no) supranacionales, regionales o transnacionales, de las demandas de los derechos humanos (ISHAY, 2007), del cosmopolitismo (CHEAH; ROBBINS, 1998) y por las movilidades internacionales (LEVITT; DE LA DEHESA, 2003). Por fin, desde una perspectiva de la cultura, se identifica una consolidación de una industria cultural global (LASH; LURY, 2007), pero también se produce, para algunos, una *mcdonaldización* del mundo (RITZER, 2009), mientras que otros describen la emergencia de una consciencia de un mundo en conjunto que no es contradictoria, sino complementaria, con las culturas locales (TSING, 2005; ROBERTSON, 2011) y, por fin, otros autores identifican un cosmopolitismo caracterizado por la apertura a experiencias culturales divergentes (HANNERZ, 1996, p. 103).

El desarrollo de las sociologías de la globalización ha permitido, de ese modo, tanto el estudio de fenómenos empíricos novedosos (ya sea por su forma o contenido), como una revisión de objetos sociológicos tradicionales como las estructuras sociales, las prácticas y las instituciones (SASSEN, 2007, p. 11). Por mucho tiempo, la sociología, tal y como nos demuestra la periodización de Albrow (1990), ha tendido a igualar la sociedad al espacio sometido al dominio estatal. En otras palabras, se caracterizaba por el nacionalismo

metodológico (SMITH, 1979, p. 191; WIMMER; GLICK SCHILLER, 2002)¹¹. Así, el hacer sociológico seguía, y frecuentemente sigue, desarrollando, una “mirada como estado” (SCOTT, 1998)¹², a partir de la cual transforma categorías estatales en conceptos del hacer sociológico (BECK, 1999, pp. 52-54).

El presupuesto de equivalencia entre la sociedad y el estado-nación ya no puede sostenerse: lugares, personas y organizaciones están conectados a través de las fronteras nacionales por medio de la constitución de nuevos espacios sociales, redes de comunicación, relaciones de mercado y producción, formas de convivencia e itinerarios biográficos. Es necesario reflexionar cuál es el alcance de la inflexión promovida por la globalización contemporánea. En ese sentido dos conjuntos de preguntas emergen. Primero, acerca del componente económico de la globalización: ¿Cuáles son las escalas de la producción, de los mercados, de las clases sociales y de los riesgos vinculados a la globalización económica? Y, posteriormente, sobre la dimensión política: ¿Cuáles son los roles del estado-nación en mundo en globalización? Estas interrogaciones se vinculan a dos fábulas de la globalización, a la de que *todo es global en la economía mundial*, y la de que *el estado está muerto*. De ese modo, esas cuestiones están impregnadas por disputas de narrativas (SKLAIR, 1999) y por ciertos discursos fabulescos que, a pesar de no resistir la prueba empírica, tienen gran presencia social. Trataremos de estas cuestiones a continuación, empezando por la primera vinculada a la globalización económica.

1.2 ¿QUÉ HAY DE GLOBAL EN LA ECONOMÍA MUNDIAL?

El título de esta sección destaca uno de los problemas esenciales para el análisis de la globalización, en la medida en que se desdobra en dos preguntas claves. En primer lugar, emerge la cuestión acerca del mosaico formado por distintas escalas en el capitalismo

¹¹ “Pensar la vida social en términos de contenedores delimitados por el estado nación resultará como un breve episodio en el desarrollo de las prácticas socioespaciales de la humanidad, incluso si aún no sabemos los tipos de vinculaciones sociales que los reemplazarán” (PRIES, 2001, p. 3, traducción nuestra).

¹² Scott desarrolla una contundente e innovadora crítica a grandes proyectos de desarrollo promovidos por los estados nacionales, como las villas *Ujamaa* en Tanzania, la colectivización en Rusia, la construcción de Brasilia en Brasil y el Gran Salto Adelante en China. El argumento del autor es que estos planes a gran escala tienden a promover, de manera autoritaria, visiones esquemáticas de la sociedad. Scott identifica tres condiciones en común a estos proyectos: na ideología supermodernista que supone que la ciencia puede mejorar todos los aspectos de la vida humana, un deseo de movilizar el poder autoritario de los estados para producir innovaciones a gran escala, y una sociedad civil incapaz de resistir a esos planes.

contemporáneo: ¿Cuáles son las interfaces, complementarias o no, entre dinámicas económicas en la escala global, nacional, subnacional y local? Posteriormente, debemos repensar las estratificaciones sociales: ¿Cómo las clases sociales se constituyen en medio de esas cartografías económicas?

La teoría del sistema-mundo ha sido una de las pioneras en el desplazamiento de la escala nacional del centro analítico y una de las primeras que se han dedicado a la búsqueda de herramientas analíticas para los procesos globales, en particular los de naturaleza económica y productiva. El hilo conductor de ese marco analítico seminal promovido por Wallerstein, Arrighi y Gunder Frank es el análisis del desarrollo y subdesarrollo capitalistas como un proceso único, histórico y mundial. La concepción de la globalización económica es, para esos autores, la consolidación gradual, impulsada por los esfuerzos de maximización de lucro, de un sistema económico mundial en el que diferentes países se ocupan de funciones distintas y desiguales (WALLERSTEIN, 2006). Ese sistema depende, así, tanto de estructuras internas como externas a los estados nacionales. A partir de la idea de una expansión del centro, que atrae mano de obra, y de la periferia, que expulsa trabajadores, se desarrolla un análisis global y una crítica de las movilizaciones de capitales, bienes y personas que producen y reproducen desigualdades.

La división internacional del trabajo, fundamento del abordaje de Wallerstein, está en contraste con la visión de Luhmann, que construye una teoría alternativa de la sociedad mundial, concebida como funcionalmente (y no nacionalmente) diferenciada. Para Luhmann, “(...) tenemos argumentos claros y teóricamente consistentes para una sola sociedad mundial. El sistema autopoiético de esta sociedad se puede describir sin ninguna referencia a las particularidades regionales” (LUHMANN, 1997, p. 73, traducción nuestra). Esto significa, para el autor, que esas especificidades, aunque relevantes, no pueden ser incorporadas como variables independientes. Las visiones de la globalización propuestas por la Teoría del Sistema Mundo de Wallerstein y otros y de la Sociedad Global de Luhmann tienen en común un análisis “desde arriba” (*top down*) que promueve una narrativa lineal y homogeneizadora donde los sistemas superiores definen a los inferiores. De este modo, esos marcos son incapaces de describir satisfactoriamente procesos y formaciones transnacionales como familias, comunidades y circuitos económicos, donde los lazos sociales son cruciales (FAIST, 2010, p. 1671). Sin embargo, a pesar de las limitaciones descriptivas en los niveles micro y mesosociales, la teoría del sistema-mundo llama la

atención para las asimetrías de poder de la economía mundial que, a menudo, coinciden y moldean las dinámicas y los procesos transnacionales (FAIST, 2010, p. 1669).

Los enfoques de Wallerstein y Luhmann incentivaron frentes de investigación que buscaron analizar dinámicas de medio alcance que expresan algunos de los componentes centrales de la globalización económica contemporánea. Los estudios sobre las cadenas globales de producción, de *commodities* y de valor son una de las perspectivas que han explotado el postulado, propuesto por los teóricos del sistema-mundo, de que la globalización es el resultado de la expansión capitalista basada en una sinergia entre las escalas mundial, regionales y nacionales.

Las cadenas globales de *commodities* hacen referencia a un conjunto de redes interorganizacionales que se desarrollan en torno a una *commodity* o producto y que vincula, en distintos momentos, unidades domésticas, empresas y estados en la economía mundial (GEREFFI; KORZENIEWICZ; KORZENIEWICZ, 1994, p. 2). Cada nodo de esas redes implica la adquisición y/u organización de insumos (como materias primas), fuerza de trabajo, transporte, distribución y consumo (GEREFFI; KORZENIEWICZ; KORZENIEWICZ, 1994, p. 2). Por lo tanto, las cadenas son redes de interdependencia, que aproximan lugares dispersos geográficamente y generan movilidades específicas de bienes, productos, capitales y personas.

El análisis de las cadenas globales de *commodities* ha permitido delinear la constitución y transformación de tipos particulares de organización capitalista (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994) en los distintos sectores y segmentos de la producción y comercio, sean ellos legales o no (TOPIK; MARICHAL; ZEPHYR, 2006). Eso ha viabilizado una suavización de la linealidad de la argumentación de la teoría del sistema-mundo, además de hacer hincapié en el carácter transnacional – y por lo tanto vinculado a dinámicas subnacionales– de la economía global. ¿Cómo la transformación en un nodo de la cadena afecta a los demás? ¿Cómo la interdependencia entre los nodos permite una circulación de recursos y de riesgos? ¿Cuáles son las interfaces entre las cadenas de *commodities* y los circuitos migratorios? ¿Cómo las cadenas de *commodities* afectan las organizaciones estatales? Pongamos por caso los servicios públicos en países como Bolivia y Venezuela: ¿Cuáles son los impactos de transformaciones en la cadena global de petróleo? Esas son algunas de las preguntas que pueden desprenderse de este enfoque y que constituyen una

lente de las dinámicas económicas globales que, aun no estando centrada en los territorios nacionales, logra generar subsidios para explicar procesos de esa escala.

Las ciudades globales (SASSEN, 1991) configuran un segundo frente investigativo que se ha inspirado en la teoría del sistema-mundo y que ha propuesto inflexiones sustanciales que cambian el modo como vemos la globalización económica. Para Sassen, la globalización puede ser entendida, sobre todo, por sus múltiples localizaciones, que vinculan escalas geosociales no excluyentes: la global, la nacional, la subnacional y la local (SASSEN, 2007, p. 8). De este modo, la autora niega el dualismo global-local, que marca parte importante de la agenda sobre la globalización (ROBINSON, 2001, p. 157). Por lo tanto, la autora subraya que, a pesar de que la globalización significa dispersión y movilidad de los procesos económicos, políticos y sociales, también conlleva a una concentración de los recursos y mecanismos necesarios para la gestión de esta dispersión (SASSEN, 2007, p. 27). Asimismo, esta perspectiva tiene como foco la localización de dinámicas globales en espacios estratégicos, como las ciudades globales. Esas se constituyen como lugares de intersección entre circuitos globales, conformando geografías transfronterizas en las que cada ciudad está constituida por actores particulares y poseen un ámbito de actuación diferenciado en la economía global (SASSEN, 2007, p. 19). Este enfoque destaca las desigualdades y jerarquías que se establecen entre esas ciudades en su relación con los circuitos económicos globales.

A partir del desplazamiento teórico de la dualidad global/nacional, se opera también un distanciamiento del presupuesto de la centralidad social del estado (SASSEN, 2007, p. 19), algo que diferencia esa perspectiva de la teoría de los sistemas-mundo, que promovía una descripción de ese sistema como compuesto por subsistemas estatales y nacionales. Esto no significa que en el abordaje de Sassen se abandone el estado como objeto de análisis, sino que su enfoque son los componentes específicos de los estados nacionales que son incipientes, altamente especializados y parcialmente desnacionalizados (SASSEN, 2007, p. 22).

Si en el análisis de Wallerstein (2006) se produjo una expansión de la economía global a través de una continua división del trabajo entre los estados nacionales, caracterizada por la explotación de la periferia; en la visión de Sassen (2007), la geografía de la globalización es estratégica. De esta forma, para la autora la globalización no se limita a los procesos de naturaleza estrictamente global (como el mercado financiero), sino también

a fenómenos que conectan redes, entidades, actores y procesos en múltiples escalas (2007, pp. 6-8). Esto significa que muchos de las dinámicas y procesos de la globalización se incorporan en territorios subnacionales. En estos lugares, gran parte de la economía mundial es organizada, financiada y mantenida por servicios especializados. De este modo, muchas de las dinámicas globales pueden saltar las jerarquías de los estados nacionales, articulando directamente tipos particulares de localidades y actores (p. 33). Así, se forma una combinación entre la dispersión de los flujos de inversión extranjera y de capital y la necesidad de estructuras corporativas integradas y concentradas espacialmente (p. 63). Esto permite concebir una complementariedad –y no una exclusión o jerarquía lineal– entre las escalas global, nacionales, subnacionales y locales (pp. 57-58).

Del mismo modo que Sassen, Hirst y sus colegas (2015) sitúan la gestión corporativa de la globalización en espacios subnacionales. Además, afirman que gran parte de las empresas no son estrictamente transnacionales, por cuanto desarrollan relaciones comerciales internacionales ancladas en la localización nacional de su gestión y de sus activos, producción y ventas (HIRST; THOMPSON; BROMLEY, 2015, p. 27). La concentración nacional de la gestión corporativa y la relevancia de las empresas no integralmente transnacionales se suma a la concentración de la inversión extranjera global en el norte global (2015, p. 27). Estas dinámicas integradas de expansión global y de concentración (sub)nacional, juntamente con la capacidad reguladora de algunos estados nacionales (como los países del G8, China y la India), hacen que la narración del mercado completamente globalizado e ingobernable no sea completamente verdadera (2015, p. 27).

La geografía estratégica de Sassen, que niega una linealidad y jerarquía entre las escalas geosociales, pone en jaque a la fábula en pauta aquí acerca de la prominencia del global en la economía mundial. Por otro camino analítico, el enfoque de la sociedad en red propuesta por Castells permite un desplazamiento del mismo tipo. La sociedad en red se fundamenta en la dualidad entre los espacios de lugares y el espacio de los flujos. Y así, para el autor: “El espacio de los flujos es la organización material de las prácticas sociales en tiempo compartido que funcionan a través de los flujos” (CASTELLS, 2005, p. 445). Esa acepción hace hincapié en la importancia de los flujos, entendidos como “(...) secuencias de intercambio e interacción determinadas, repetitivas y programables entre las posiciones físicamente inconexas que mantienen los actores sociales en las estructuras económicas, políticas y simbólicas de la sociedad” (2005, p. 445). Los espacios de flujos estarían en

contraste con los espacios de lugares, entendidos como espacios de localidades “(...) cuya forma, función y significado se contienen dentro de las fronteras de la contigüidad física” (2005, p. 457). El diagnóstico del supuesto pasaje de una centralidad de los “espacios de lugares” hacia una preeminencia de los “espacios de flujos”, a pesar de ser muy influyente, no ha dejado de recibir críticas, por hacer caso omiso de las relaciones de poder a la hora de explicar en la construcción de tiempos-espacios (MASSEY, 1999, pp. 42-43) y por su descripción de la globalización como algo novedoso y excepcional (GLICK SCHILLER; SALAZAR, 2013, p. 4). Las interpretaciones que conceden prevalencia del tiempo sobre el espacio han llevado a algunas celebraciones excesivas como la “muerte de la distancia” (concepto que nombra el libro de Cairncross, 2001)¹³, lo que, dicho de modo más preciso, significa la muerte del espacio (MASSEY, 1999, pp. 33-40).

Además del error de considerar la economía mundial como estrictamente global, está el equívoco de concebirla tan solo desde su dimensión productiva, despreciando así la dimensión reproductiva del capitalismo. Como postula Fraser (2016), la reproducción social es una condición indispensable para la producción económica capitalista (p. 102). Para la autora, existe una contradicción inherente, entre la orientación a la acumulación ilimitada del capitalismo y los procesos de reproducción social en que él se fundamenta y que conforman condiciones elementales de sus posibilidades de existencia (2016, p. 100). El trabajo de socializar a los jóvenes, cuidar de los ancianos, niños y enfermos, construir lazos sociales, sentidos comunes y disposiciones afectivas son procesos fundamentales, aunque generalmente no monetizados, para el sistema productivo (2016, pp. 101-102). En ese sentido, es fundamental el estudio y el análisis de la globalización y transnacionalización del cuidado (tema que abordaremos en el capítulo 3).

Los sistemas productivos y reproductivos vinculados a la globalización tienen efectos elementales sobre la estratificación social y el modo en que pensamos las desigualdades. Bauman (1998) parte de la idea de la globalización y la localización como dos procesos simultáneos y en sinergia que forman una “glocalización”, para pensar las nuevas estratificaciones sociales. De este modo, el autor postula la hipótesis de que la globalización, por medio de sus dinámicas económicas y espaciales, refuerza las condiciones

¹³ El carácter exageradamente optimista de Cairncross es evidente en la frase que encierra su libro: “Unidos por los hilos invisibles de las comunicaciones globales, la humanidad puede encontrar la paz y la prosperidad duraderas que se basan en la muerte de la distancia” (CAIRNCROSS, 2001, p. 186, traducción nuestra).

de privilegios de los ricos y aumenta las circunstancias negativas para los pobres, fundamentando así una estratificación entre ricos globalizados y pobres localizados. Uno de los significados de la glocalización es que la globalización es para unos pocos y la localización es para muchos otros. De este modo se constituye un proceso de reestratificación social que conforma “elites globales” y “clases capitalistas transnacionales” (KANTER, 1997, SKLAIR, 2001) y se caracteriza por una concentración de la libertad de actuar “(...) lo que es libre elección para algunos es un destino cruel para otros” (BAUMAN, 1998, p. 43, traducción nuestra).

Lo que el argumento de Bauman permite describir es que las clases sociales implican no solo diferentes relaciones con la producción y reproducción, sino también con las escalas socio-geográficas. El contraste escalar entre pobres y ricos delimita una gramática de acción diferenciada: mientras que representantes del capital juegan al “ajedrez transnacional”, los trabajadores juegan a las “damas locales”. Esta diferencia de agencia multiescalar es evidenciada cuando se defiende como “una necesidad imperativa” el derribamiento de cualquier obstáculo para la inversión y circulación de divisas (aunque se tenga que modificar protecciones ambientales y sindicales) al mismo tiempo que se defiende la securitización de las fronteras (BECK, 1999, pp. 15-17), que no impiden la llegada de inmigrantes, sino que tan solo los estigmatiza, precariza y criminaliza.

Esta inconsistencia entre las escalas del trabajo y las escalas del capital implica problemáticas profundas, tanto para la protección social vinculada con el trabajo como para el movimiento sindical¹⁴. Además, conlleva que los trabajadores estén expuestos a mayores riesgos (ambientales, económicos, sociales, de salud, etc.) y que su capacidad de movilidad en condiciones seguras sea debilitada. Mientras que, debido a su poder de movilidad y conectividad, los “ricos globalizados” no necesitan pagar la totalidad de sus impuestos¹⁵, los pobres “en fuga” tienen dificultades para que se les reconozca sus derechos humanos fundamentales (como el de refugio). A pesar de ser criticable –por ejemplo, por su argumentación dicotómica y por ignorar las inúmeras descripciones de la transnacionalización de los pobres–, la hipótesis de Bauman sobre los “ricos globalizados”

¹⁴ Para un análisis de las estrategias sindicales en la globalización, ver Bronfenbrenner (2007) y Chaison (2014).

¹⁵ Zucman (2015) identifica que entre 2009 y 2014 la cantidad de riquezas en paraísos fiscales aumentó en un 25 % (p. 4), llegando a USD 7,6 billones, o sea el 8 % de los activos financieros globales (p. 35). El costo estimado de la evasión de impuestos de los ricos llega a USD 200.000 millones al año (p. 47).

y los "pobres localizados" destaca la movilidad como un recurso social estratégico en la contemporaneidad y permite justificar la importancia de que se reconozca la transnacionalización de la cuestión social (FAIST, 2019).

Una mirada sobre los entrelazamientos entre movilidades y estratificación social permite concebir la movilidad como un factor catalizador de diferenciación social, con vínculos causales y con efectos relevantes sobre las relaciones de poder y desigualdades (MASSEY, 1999, CRESWELL, 2010). Al mismo tiempo, la afirmación de la centralidad de esa relación abre el camino para la identificación de complejas interfaces entre las movilidades, las desigualdades y otros tipos de procesos sociales relevantes.

La cuestión que se ha planteado en esta sección, “¿Qué hay de global en la economía mundial?”, puede ser contestada de un modo general: las desigualdades estratégicas entre lugares, la globalización de la reproducción, las estratificaciones sociales se caracterizan por procesos multiescalares, en qué dinámicas globales son, en esencia, locales a la vez. De forma agregada, las perspectivas presentadas aquí delimitan un escenario complejo donde la globalización profundiza las desigualdades entre los lugares y las personas a ellos vinculados.

1.3 LOS RIESGOS NO NECESITAN VISADOS

¿De qué forma las configuraciones multiescalares de la economía mundial producen nuevas concepciones y tipos de riesgos sociales? Antes de abordar esta cuestión, es fundamental examinar lo que se ha entendido por riesgo. La discusión acerca de esa noción es crucial, porque cuando hablamos de la protección social surge la idea del riesgo. Eso ocurre porque el riesgo, en un sentido amplio, puede ser definido como un peligro sobre el cual todavía se puede hacer algo; se trata de un futuro posible que puede llegar a ser transformado (ZINN, 2008, p. 4). En ese sentido, la protección y los riesgos sociales están en una constante relación de entretejimiento: el contenido de uno define las expectativas sobre el otro.

La noción de riesgo se utiliza de forma polisémica en las más variadas disciplinas. Las acepciones son tan contrastantes, que el diálogo interdisciplinario se vuelve difícil. En un esfuerzo de síntesis con el objetivo de organizar tal diversidad, Zinn (2008) sistematiza los distintos significados dados al riesgo, en particular en referencia a sus diferentes fundaciones epistemológicas: como realidad objetiva o como construcción social.

Para la epidemiología y para parte de la economía, el riesgo es entendido como una realidad objetiva (ZINN, 2008, p. 5). Sin embargo, mientras que para los epidemiólogos existe la posibilidad de acción sin la intervención de factores subjetivos y sociales, para los economistas el riesgo es atravesado por juicios y percepciones subjetivas (ZINN, 2008, p. 5). En el abordaje de la teoría económica clásica, hay una concepción del *homo economicus* como un agente racional cuya acción está marcada por la incertidumbre, que resulta de la ausencia de conocimiento e informaciones sobre el ámbito de la acción social. En Adam Smith, por ejemplo, el riesgo es permanentemente inmensurable, a diferencia de los economistas contemporáneos que buscan restringir los límites de los riesgos de la acción económica al universo de la probabilidad estadística.

En la sociología y antropología, se ha criticado la visión objetiva del riesgo por medio de tres enfoques principales que describieron los riesgos como contruidos o mediados socialmente (ZINN, 2008, pp. 6-7): de una perspectiva cultural (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982); de los varios autores (como CASTEL, 1991 y O'MALLEY, 1996) que se inspiraron en la noción de gobernabilidad en Foucault (1991); y de la sociedad del riesgo (BECK, 1998). Discutiremos brevemente las dos primeras acepciones, para, posteriormente, abordar de modo más atento el enfoque de Beck, puesto que este ha sido especialmente pensado para el análisis del riesgo en tiempos de globalización.

Para Douglas y Wildavsky, el riesgo no es tan solo una realidad objetiva, sino un proceso sociocultural (1982, p. 6) en el que algunos peligros reales son transformados en transgresiones de valores de un determinado grupo. Esto significa que la forma en que los riesgos son seleccionados, interpretados y contruidos políticamente es determinada socioculturalmente. La línea argumentativa se fundamenta en un constructivismo cultural de las nociones de pureza y de los límites socioculturales que lleva a una crítica a la idea de una separación radical entre la casualidad en el mundo exterior y los resultados de las percepciones individuales (1982, p. 193).

El marco de la gobernabilidad, a su vez, propone una concepción del riesgo como una tecnología de gestión y regulación sociopolítica basada en el cálculo probabilístico aplicado a diferentes áreas de la vida social. Por consiguiente, un determinado peligro solo se transforma en riesgo cuando se convierte en una probabilidad atribuida discursivamente a individuos y colectivos (ZINN, 2008, p. 174). El cálculo probabilístico también es una forma de atribuir responsabilidad a los actores individuales y colectivos que progresivamente

pasan a tener más obligaciones sobre la propia protección frente al riesgo (O'MALLEY, 1996; LUPTON, 1999, p. 5). Esta idea, que también está presente en el enfoque de Beck (1998), es particularmente relevante para el estudio de las migraciones; por cuanto, continuamente, las personas migrantes son tratadas como portadores de riesgos (para la criminalidad, la salud pública, el mercado de trabajo, etc.). Esta asignación estatal del riesgo es fundamental para la producción estatal de la “ilegalidad” migrante: los estados ilegalizan los migrantes y después les tildan de peligrosos porque son ilegales (DE GENOVA; MEZZADRA; PICKLES, 2014). De esta forma, la atribución discursiva del riesgo se configura como mecanismo de gobernabilidad sobre las poblaciones migrantes, como medio de controlar su movimiento, de justificar públicamente este control (véanse sobre este tema cualquiera de los discursos de Trump, Salvini, Orbán, Bolsonaro y de los líderes del partido político español VOX) y de promover una integración social y laboral subalterna.

Beck argumenta en su libro *La Sociedad del Riesgo* (1998, p. 25) que el modo de producción social de riquezas se vincula directamente al modo de producción de riesgos. Para Giddens (2006), en el mismo sendero, vivir en una era global significa tener que enfrentarse a nuevas situaciones de riesgo (pp. 19-44). Esto se debe al paso de una situación en que los riesgos de lo que la naturaleza hace con la sociedad eran la principal preocupación; para un escenario inverso, en que lo que la sociedad hace con la naturaleza se convierte en la fuente principal de problemas potenciales (pp. 35-36).

Beck (1998) indaga acerca de la emersión de nuevas formas de riesgos que son producidos como “consecuencias secundarias” de la modernización y que preforman un rol crucial en la transformación de esta. El autor parte de las bases del realismo crítico con el objetivo de combinar una concepción realista y constructivista del riesgo. Para Beck, el riesgo hace referencia a un futuro incierto en el que los cálculos estadísticos ya no son estrategias efectivas de reducción de la incertidumbre. Beck postula que, a diferencia del pasado, gran parte de los riesgos contemporáneos son ultracomplejos y poco visibles. La ciencia, los gobiernos y los actores económicos se transforman tanto en productores de riesgos como en las formas en que el diagnóstico de ellos se vuelve posible. Asimismo, la incertidumbre es continuamente retroalimentada: más conocimiento es producido, lo que permite una mayor comprensión sobre los riesgos, pero también la generación de nuevos riesgos, en relación con los cuales las fuentes de protección tienden a una continua insuficiencia (BECK, 1998, pp. 199-235).

En ese contexto, se establece una sociedad global de riesgos, en el marco de la cual se difunden riesgos planetarios, promovidos por el desarrollo económico, productivo e industrial. La sociedad global de riesgos se caracteriza por una imposibilidad de externalización de ciertos riesgos indeseados, negados o reprimidos: a un nivel planetario, el hecho es que no hay para dónde huir, ricos y pobres, americanos y venezolanos pueden ser afectados (BECK, 1998, p. 26; 1999, p. 79)¹⁶. La externalización de los riesgos, evidentemente, no es posible en un nivel planetario, pero los procesos de externalización de riesgos e internalización de recursos para la protección social son frecuentes entre estados nacionales y clases sociales.

Para Beck (1999), la globalización del riesgo obstaculiza su previsibilidad, hace que los riesgos no tengan limitación en el espacio y tiempo (son globales y duraderos) y dificulta la responsabilización efectiva (p. 83). Se funda, por tanto, una "irresponsabilidad organizada" (BECK, 1998), o sea, ciertos mecanismos y estrategias institucionales que tienen el objetivo de evitar la responsabilidad de ciertos actores sobre determinadas situaciones. Esa es una idea crucial para pensar la protección social transnacional en la contemporaneidad, tal como discutiremos en el capítulo 4.

El postulado de la existencia de una sociedad global del riesgo destaca la interdependencia económica, social y ambiental y la difusión del riesgo, como resultado de la globalización económica. Además, el riesgo tiene una alta capacidad de mercantilización: "Son las necesidades insaciables que buscan los economistas. Se puede calmar el hambre y satisfacer las necesidades, pero los riesgos de la civilización son un barril de necesidades sin fondo, inacabable, infinito, autoinstaurable (BECK, 1998, p. 29). No es por nada que la industria de seguros ha tenido una expansión constante y rentable. Sólo en 2015, el segmento de seguros de vida creció el 13,2% en los mercados emergentes y el 5% en los países desarrollados, mientras que los seguros generales crecieron entre el 2015 y el 2016, el 4.9% en los mercados emergentes y el 2,5% en los países desarrollados crecieron (SWISS RE, 2016)¹⁷.

¹⁶ Según Beck: "Al mismo tiempo, los riesgos producen nuevas desigualdades internacionales, por una parte, entre el Tercer Mundo y los Estados industrializados, y por otra parte, entre los mismos Estados industrializados. Esas desigualdades no respetan el tejido de competencias del Estado nacional. A la vista de la universalidad y supranacionalidad del tráfico de sustancias nocivas, la supervivencia de los bosques de Baviera depende en última instancia de la firma y del cumplimiento de tratados internacionales" (1998, p. 29).

¹⁷ Los seguros generales son todos aquellos que no son seguros de vida, como de automóvil, de hogar, de desempleo, etc. Uno de los seguros generales emergentes son los llamados "seguros cibernéticos", que

Un ejemplo diferenciado de mercantilización global del riesgo es el mercado de créditos de carbono, mecanismo regulado por el protocolo de Kioto. Los actores (privados o públicos) que reducen sus emisiones de gases de efecto invernadero están certificados con créditos de carbono, mientras que los que aumentan sus emisiones pueden hacer la compra de esos créditos para evitar multas. Según ese mecanismo, el mercado es el camino para enfrentar los riesgos del cambio climático: se crea una *commodity sui generis* y, a través de su intercambio internacional, se distribuyen responsabilidades y derechos de contaminación (LIVERMAN, 2009, pp. 293-294).

Es interesante notar la transversalidad social de la noción de riesgo: no se restringe a los servicios financieros o a los peligros de la extinción planetaria. Dumit (2012), por ejemplo, argumenta que el crecimiento de la industria farmacéutica se fundamenta en la promoción de una concepción de la salud como reducción de riesgo. Esta nueva comprensión hace que los individuos perciban su actual bienestar como recurso para reducir futuros riesgos. En consecuencia, como cada peligro es un potencial riesgo a la vida, prácticamente cualquier precio puede ser pagado, ya sea monetario o no (DUMIT, 2012, p. 201).

La constitución de la sociedad del riesgo tiene también consecuencias políticas importantes, por una parte, ella “(...) es una sociedad catastrófica. En ella, el estado de excepción amenaza con convertirse en el estado de normalidad” (BECK, 1998, p. 30) y, por otra parte, se plantean cuestiones sobre las posibilidades de gestión democrática de los riesgos, en la medida en que la decisión por la toma de ciertos riesgos (como la composición química de productos y medicamentos y el desarrollo de nuevas tecnologías) no se somete al escrutinio de todos los que son potencialmente afectados (BECK, 1998, pp. 30-32). La consecuencia subjetiva de esta sociedad mundial del riesgo es la difusión selectiva y diferencial de una sensación de vulnerabilidad: muchos son los ejes convergentes de riesgos potenciales, mientras que pocas, fragmentadas, inestables y distribuidas desigualmente son las fuentes de protección social.

La definición de riesgo de Beck tiene el mérito de combinar, de manera exitosa, el riesgo como algo real y como algo construido socialmente. Las sociedades producen continuamente, desde el punto de vista cultural y social, los riesgos; por una parte, la

protegen contra posibles daños a las estructuras digitales corporativas (SWISS RE, 2016, p. 17). Los seguros de salud se incorporan en la categoría de seguros de vida o seguros generales dependiendo de la institución responsable por el análisis. En el caso de los datos de Swiss Re aquí citados, los seguros de salud se entienden como seguros generales.

organización social y productiva genera consecuencias secundarias que pueden ser devastadoras, aunque no sean reconocidas como tales; y, por otra parte, las definiciones sobre los riesgos –cuáles deben ser reconocidos, cuáles son más o menos graves, o hasta cuáles realmente existen– son mutables e históricas. Si definimos la protección social como capacidades colectivas de enfrentamiento a riesgos y privaciones, la dualidad del riesgo es crucial y permite reconocer complejos contrastes y matices de la protección social en diferentes lugares.

1.4 EL ESTADO HA MUERTO, ¡LARGA VIDA AL ESTADO!

La fuerza de las dinámicas multiescalares de la globalización económica, la globalización de los riesgos y la permanencia de las expectativas protectoras en relación con los estados nacionales nos traen a un conjunto de preguntas: ¿Cómo podemos pensar el estado nacional en un mundo en globalización? ¿El estado está simplemente reduciendo su autoridad? ¿O se requieren nuevas medidas de regulación, elementos legislativos y decisiones jurídicas? ¿Cómo diferentes estados se envuelven en procesos globales? (SASSEN, 2007, p. 35). Entender la transformación de los estados es un paso crucial para una reflexión sobre la protección social en un mundo en globalización.

Para Beck (1999), la globalización, desde el punto de vista político, remite a los procesos de interferencia cruzada de actores transnacionales en la soberanía, identidades, redes de comunicación y posibilidad de poder de los estados (p. 30). Los estados no tienen control sobre su política monetaria debido a la interdependencia de los mercados financieros y de las divisas; su presupuesto es contingentado por las demandas del mercado global; la producción, la distribución y el comercio atraviesan su territorio; la alta movilidad y dispersión de las corporaciones y de los ricos dificulta la captación de impuestos; y, finalmente, los estados restringen las prestaciones sociales para aumentar su competitividad y adaptarse a las coacciones y las coerciones del mercado global (CASTELLS, 2001, p. 281). Además, los estados desplazan muchas de las operaciones gubernamentales a otras organizaciones, públicas y privadas, de carácter nacional, transnacional o supranacional (DEZALAY; GARTH, 1996).

La identificación de esas perturbaciones en la acción de los estados nacionales no significa dar eco al mito de la irrelevancia del estado. A diferencia de esto, es posible identificar que ciertos frentes de la acción estatal se transformaron y se fortalecieron debido

a su relevancia en el funcionamiento de la economía global (SASSEN, 2007, p. 51). El estado, así, puede ser visto como incorporando el proyecto global de la propia reducción del papel de regulador de las transacciones económicas (SASSEN, 2007, p. 38). Una de las consecuencias de este proceso es una transformación de la soberanía estatal. El debate sobre el tema es vasto. De todos modos, existe una tendencia al reconocimiento de que la concepción clásica de soberanía, en que el estado posee autoridad efectiva sobre un territorio, un mercado y una comunidad de ciudadanos nacionales, es continuamente fracturado y puesto a prueba. La soberanía estatal nunca fue absoluta (ARRIGHI; SILVER, 1999, pp. 92-94): la crisis de la soberanía nacional no es nueva, pero es un aspecto de la ruina del balance de poder que originalmente garantizó la relativa igualdad entre los miembros del sistema westphaliano de estados nacionales.

La globalización transformó la forma, el contenido y las dinámicas del sistema de poder internacional. El estado nacional no tiene control exclusivo de la soberanía, es tan solo una de sus posibles fuentes. Además, los diferentes estados poseen capacidades distintas a la hora de hacer valer sus intereses sobre las presiones de los mercados internacionales, de los otros estados y de las organizaciones supranacionales. Según Held y otros (2000), la globalización no conduce al fin del estado nacional, sino a la emancipación de un nuevo régimen de gobierno y gobernanza que perturba las concepciones tradiciones del poder estatal, como una forma indivisible y territorialmente exclusiva del poder público (HELD et al, 2000, pp. 27-28). Así, los estados “(...) son, y cada vez lo serán más, nodos de una red de poder más amplia” (CASTELLS, 2001, p. 334), lo que altera y extiende la clásica trinidad de *demos*, territorio estatal y autoridad estatal (FAIST, 2004, p. 351). Por esta razón, el repartimiento de la autoridad estatal significó la emergencia de nuevas oportunidades para actores transnacionales, como las ONG (FAIST, 2004, p. 352).

¿Cómo describir esa red de poder de la cual los estados forman parte y dividen autoridad? Podemos encontrar dos modos de abordar esta cuestión. Para Hardt y Negri (2001), el Imperio sería una red desterritorializada, global, fluida, difusa y anónima de flujos tan desordenados y acelerados que no puede ser controlada por un poder central. Su alcance global hace que tenga un carácter sistémico y singular de formación del mundo. En contraste, Tsing (2000, p. 334) describe la globalización como un conjunto de convergencias exitosas o fracasadas, y no puede ser entendida como guiada por un solo actor o proceso. Así, la autora propone el estudio de superposiciones, alianzas, colaboraciones y complicidades en

el desarrollo de proyectos internacionales particulares. Esto significa reconocer que la globalización es atravesada por una variedad de agendas, sentidos y procesos que pueden o no estar interconectados en un momento histórico dado (TSING, 2000, p. 334). De este modo, se hace relevante el análisis de las órdenes institucionales que fortalecen el poder de ciertos tipos de actores económicos y políticos y el debilitamiento de otros (SASSEN, 2007, p. 39).

¿Estaríamos entonces testimoniando la muerte del estado? Esta fábula, para Beck, se fundamenta en el globalismo; o sea, en el discurso de una supremacía del mercado mundial sobre la acción política (1999, p. 27). Para Tilly (1990), el estado nacional es solo un tipo de estado, así, la identificación de transformaciones profundas en sus papeles, autonomía y componentes básicos no significa necesariamente su muerte. Es en este escenario donde emergen tesis como la del estado transnacional (ROBINSON, 2001) y del estado competidor (CERNY, 1997).

La tesis del estado transnacional parte de la identificación del poder que la clase capitalista transnacional (SKLAIR, 2001) –propietaria de capacidad productiva global y de corporaciones transnacionales e instituciones financieras– tiene en difundir y hacer valer un sistema económico global liberal (GILL, 2008, p. 131; ROBINSON, 2001, pp. 164-165). Para Robinson y Gill, del mismo modo que las formaciones capitalistas nacionales demandaron estados nacionales fuertes, el capitalismo global y neoliberal demanda un estado fuerte y globalizado. En esa segunda acepción, el estado toma forma de lo que Gill, inspirado en Gramsci, denomina “bloque histórico transnacional”, que sería formado por organizaciones internacionales y componentes específicos de los estados nacionales particulares (GILL, 2008). Este aparato amplio abarca y vincula componentes de los estados nacionales, como sus ministerios y bancos centrales (ROBINSON, 2008) y busca alcanzar el objetivo de reproducir el sistema económico global y liberal a través de la promoción de una escisión entre la dimensión política y económica de la sociedad, aliviando así la presión y las responsabilidades para las fuerzas del capital (GILL, 2002).

La perspectiva del estado competitivo postula que los estados nacionales, particularmente en el período neoliberal posterior a 1970, perdieron autonomía y poder en algunos aspectos mientras continúan a tener un papel central en otros, empezaron “a hacer más y menos al mismo tiempo”, como sintetiza Cerny (1997), uno de los representantes de esa teoría. Tres proposiciones fundamentan esta tesis: a) El estructural determinismo: las

fuerzas estructurales de la economía global obligan a los estados a competir por el capital móvil; b) Convergencia: la agenda neoliberal es la única capaz de responder a la competencia interestatal y, por lo tanto, los estados tienden a adoptarla; c) Declinación del estado de bienestar: las políticas de protección social y bienestar son vistas como aspectos de desventaja y se abandonan en la medida en que la competencia se intensifica (CERNY, 1997, p. 261-262; GENSCHEL; SEELKOPF, 2015, p. 235)¹⁸. De este modo, el estado competidor no es ni un estado keynesiano, ni un estado de bienestar; además, no es estrictamente nacional, ya que está abierto al comercio extranjero y a los flujos de capital que no operan en las líneas nacionales. Por último, no es un estado en el sentido estricto, ya que tiene su soberanía constreñida por las organizaciones internacionales y los bloques económicos, por un lado, y por el temor permanente de fuga de capitales, sean ellos financieros o humanos (GENSCHEL; SEELKOPF, 2015, p. 236-237).

La tesis del estado competidor de Cerny (1997) afirma que progresivamente los estados nacionales desplazan su *raison d'être* de la socialización de los riesgos, por medio de políticas sociales de bienestar, para la competencia societal global. Así, la promoción del bienestar tiende a estar subsumida a los imperativos competitivos. Mientras que en el paradigma keynesiano el objetivo era domesticar el capitalismo, protegiendo “la nación” de procesos excesivos de competencia internacional y garantizando derechos sociales por medio de instituciones públicas de protección social, el objetivo central del estado de competencia es su creciente mercantilización, incluso la de procesos anteriormente desmercantilizados (CERNY, 1997, p. 259). Resulta interesante notar que la tesis del estado competidor se muestra relevante, incluso, para analizar los gobiernos nacionalistas que emergieron en los últimos años. En Brasil y en Estados Unidos, por ejemplo, hay una retórica que moviliza el nacionalismo como medio de justificación de políticas de competitividad en la arena internacional y en deterioro de políticas de bienestar. No es por nada, así, que el presidente brasileño Bolsonaro, en una ocasión anterior a su asunción, defendió que “el libre mercado es la madre de la libertad” (BILENKI, 2016).

¹⁸ Se podría añadir la importancia de las narrativas de inevitabilidad de la globalización, que se combinan a los procesos estructurales descritos por Cerny. Como nos sintetiza Massey: “Líderes económicos mundiales se reúnen (en Washington, París o Davos) para felicitarse sobre, y para alardear y reforzar, su poder, un poder que consiste en insistir en que ellos (nosotros) somos impotentes: ante la globalización de las fuerzas del mercado no hay absolutamente nada que se pueda hacer. Excepto, por supuesto, impulsar el proceso aún más” (1999, p. 36, traducción nuestra).

La difusión de políticas económicas neoliberales –como la baja inflación, la austeridad fiscal, la reducción de políticas de bienestar, la desregulación y la privatización– son consecuencias directas del estado competidor y del estado transnacional. En el caso del primero se destaca un nuevo tipo de interacción y disputa interestatal, y en el segundo, se concibe el estado como un proyecto de la clase capitalista transnacional. La “gran transformación” descrita por esas dos nociones similares es la promoción de un dominio avasallador de la dimensión económica sobre la política, un programa para destruir las estructuras colectivas que frenan la acción de la pura lógica del mercado, como nos recuerda Bourdieu (1998). De esta forma, se promueve, por ejemplo, la noción de que el estado debe ser gestionado como una empresa (BECK, 1999, p. 28) o en su variable populista “como una casa”. Así, los estados tienden a ser más interesados en la eficacia microeconómica que en la gestión macroeconómica; tienen como foco más la dimensión de la oferta que de la demanda; tienden a someterse a reglas de políticas discrecionales; tienden a priorizar el control inflacionario sobre la expansión del empleo, restricción fiscal sobre expansión fiscal y tasación neutral sobre tasación progresiva; y tiende a promover la innovación y el crecimiento en general más que elegir algunos sectores industriales (GENSCHEL; SEELKOPF, 2015, p. 236).

La metáfora de la gestión estatal como la gestión familiar de una casa es ampliamente utilizada por políticos, en particular por aquellos que buscan justificaciones para la implementación de políticas de austeridad. Al explicar la medida aprobada en Brasil que congela los gastos públicos en salud y educación por 20 años, el impopular expresidente brasileño Michel Temer afirmaba: “Para não quebrar o País precisa fazer –país, estado, município–, você precisa fazer isso que nós estamos fazendo. Por exemplo, reitero, o teto de gastos públicos. Você não pode gastar mais do que arrecada. É fazer como se faz na sua casa” (TEMER, 2016). Es evidente, sin embargo, que una familia es una unidad social sumamente diferente a un estado nacional: no cobra ni gestiona tributos, no tiene la capacidad de emitir moneda y no tiene el poder de generar y aplazar su deuda (además de otras diferencias demasadamente obvias). A pesar de no tener consistencia real, esa confluencia discursiva familia-estado tiene una alta capacidad de convencimiento y se fundamenta, por un lado, en una visión individualista del mundo, y por otro, en una sustitución de la idea de derecho por la idea de eficacia en los servicios públicos.

El modelo estatal keynesiano, con todas sus posibles limitaciones, tenía como meta fortalecer la economía nacional a través de un aumento del consumo y de la calificación de la mano de obra del país. Las políticas neoliberales modificaron varios de estos elementos y desplazaron profundamente lo que tradicionalmente era concebido como papel de los estados (SASSEN, 2007, p. 37). El papel del estado como fiador del bienestar y promotor de la justicia distributiva fue colocado en jaque; la desregulación, la privatización, la precariedad, la individualización son algunos de los efectos de esa situación. Ese proceso ha generado no solo una reducción de políticas sociales, sino que también se generó una nueva forma de concebir, justificar, planificar y promover esas políticas. Esas nuevas formas se caracterizan por una orientación a un refuerzo de la responsabilización individual. Lo que emerge es un modelo de “governabilidad desestatizada” en el que la idea de competitividad, incluso, en los servicios sociales transforma a los usuarios en consumidores, aplicando criterios de productividad y principios de disciplina del mercado en la gestión pública, sustituyendo profesionales por auditores y las políticas substantivas por vales (FRASER, 2008, pp. 228-229). Esa disminución del estado de bienestar no ha significado una reducción de la demanda de protección social a nivel mundial, sino que representa una nueva racionalidad en las políticas de bienestar. Ese proceso se caracteriza por una comodificación del bienestar –en especial en los países desarrollados–, o sea, la constitución de un “mercado del bienestar” (KEMSHALL, 2002), por lo cual se instituye un nuevo modelo de distribución de derechos, marcado por la individualización.

Debido a todas esas transformaciones, el estado contemporáneo puede ser visto, tal y como argumenta Agamben (2005), como un estado de excepción permanente, en el que se produce una suspensión del derecho, por una parte, y el uso de la fuerza biopolítica de los estados, por la otra. En ese contexto, en el que se tiende a producir una “guerra civil mundial” sin control posible (AGAMBEN, 2005), ¿es posible mantener algún tipo de esperanza? Robertson postula una difusión del sentimiento de “un mundo como un todo” que fomenta formas transculturales de la vida y de la comunicación (ROBERTSON, 1992, p. 8-31; ROBERTSON, 2011). Appadurai (1996), a su vez, destaca el carácter imaginativo y aspiracional que marca una autonomía relativa de las culturas y de la economía global. Así, él demuestra la no equivalencia entre estado, sociedad e identidad en la medida en que los imaginarios de vidas posibles ocurren en el marco de una sociedad al mismo tiempo plural y mundial. Para Appadurai (1996), la globalización se caracteriza por espacios

transversales e imaginados, como los *ethnoscapes* (paisajes de personas, turistas, inmigrantes, fugitivos, exiliados, personas y grupos que están en constante desplazamiento,) en los cuales, desde su inquietud físico-geográfica, emanan impulsos esenciales para la transformación política; los *technoscapes* (los movimientos de las tecnologías que solapan fronteras); los *financescapes* (movimiento financiero en alta velocidad); los medios de comunicación (distribución de imágenes electrónicas); y los *ideoscapes* (concatenación de imágenes vinculadas a ideas e ideologías). Estos cuadros problematizan la idea de una linealidad entre niveles espaciales (como local-global o centro-periferia), constituyen espacios poblados por personas y colectivos, por situaciones vividas y por aspiraciones con relación al futuro. Y plantean la cuestión: ¿cuáles son las consecuencias de la progresiva incongruencia entre las escalas de los marcos aspiracionales y las escalas de actuación de los estados? ¿Estaríamos ante un embate entre los esfuerzos por la securitización de las fronteras y los esfuerzos por la realización de concepciones de buena vida? En ese escenario, la reflexión sobre el mundo en globalización tiene en las migraciones internacionales un proceso empírico fundamental.

El mundo descrito por Appadurai y Robertson es un mundo, también, de esperanzas. En este sentido, es posible destacar el fortalecimiento de una narrativa y de demandas en torno a los derechos humanos, la multiplicación de organizaciones no gubernamentales, formas de activismo y movimientos sociales transnacionales y la emersión de actores con una perspectiva cosmopolita y planetaria de las problemáticas sociales. Estos procesos alternativos, aunque relevantes, tienden a poseer capacidad limitada de institucionalizar normas. Esta contingencia se debe al hecho de que los estados siguen a ocupar un protagonismo institucionalizado de la autoridad, aunque el contenido, magnitud y forma de ejercicio de esta no sea por ellos completamente definida. Dicho esto, trataremos de la protección social en la siguiente sección. Ese panorama se establece, de la misma forma, con relación a la protección social: los estados siguen siendo los actores centrales para políticas de bienestar. Este papel permanece, incluso, ante la reducción de esas políticas y su tendencia a un contenido neoliberal, por una parte, y el poder contingencial de las presiones del mercado globalizado y de las organizaciones supranacionales, por otra parte.

A modo de síntesis

En este capítulo se ha delineado el panorama sobre el debate en torno a las transformaciones de amplio espectro que, en las últimas décadas, fueron concebidas como parte de globalización. Se deslumbró un mundo de profundas ambigüedades: con flujos y conexiones mundiales, pero poblado de muros; con procesos económicos globales en que la localidad es crucial; en que se produce riqueza y pobreza igualmente espectaculares; en que nuevos riesgos emergen, sin que existan medios de protección evidentes; y en que los límites y las escalas de lo económico, del político y del social pierden su apariencia de concreción y su obviedad.

Este capítulo se ha constituido a partir de cuatro apartados. Primero, se describió la relación de la sociología con la globalización, situando la emersión de ese concepto en la historia de la disciplina y en la hegemonía ocupada por los estudios y narrativas del norte global. Posteriormente, se discutió las escalas de la globalización económica, destacando su carácter multiescalar y sus dinámicas de interdependencias que producen nuevos riesgos y nuevas estratificaciones sociales. Este debate nos permitió vislumbrar los nexos de las desigualdades entre lugares, entre colectivos y entre capacidades de movilidad. Además, nos permitió identificar las desigualdades sociales también como la distribución de tendencias a la exposición a riesgos y de posibilidades de acceso a la protección social. En la tercera sesión se discutió la producción y distribución global de riesgos sociales. Por fin, en la cuarta sesión se ha negado el mito de la muerte del estado, apuntando, en contraste, a su reformulación. Los conceptos de estado competidor y estado transnacional simbolizan el debilitamiento del papel del estado como garante del bienestar, pero una prominencia de los estados como actores que promueven y formulan la globalización.

En esos tiempos de desigualdades transnacionales y riesgos globales, marcados por una tendencia a la transformación de las políticas de bienestar y por los obstáculos a las migraciones, la cuestión sobre cómo los riesgos son socializados y cómo los individuos y familias desarrollan estrategias de movilidad para protegerse a sí mismos y a los suyos, está en el orden del día. La presente tesis versa sobre esta problemática y persigue reflexionar sobre las configuraciones sociogeográficas de la protección social a partir de las migraciones internacionales. Con el fin de avanzar en ese objetivo, en los capítulos 2 y 3 se discutirán dos conjuntos de concepciones acerca de la protección social y de las migraciones internacionales.

2 EN BUSCA DE UNA VIDA MEJOR: MIGRACIÓN INTERNACIONAL Y BIENESTAR NACIONAL

¿A partir de qué imaginarios geográficos (SAID, 2008) navegan nuestras imaginaciones sociológicas (MILLS, 2000)? Si la sociología es, como en la visión de Wright Mills, un dispositivo de navegación (GANE; BACK, 2012, p. 405), su relevancia y capacidad heurística demandan una permanente revisión reflexiva de las cartografías movilizadas para nuestra orientación. En este sentido, este capítulo da continuidad a la reflexión acerca de los preceptos espaciales de la protección social en un mundo en globalización. Particularmente, nos interesan las interfaces entre la protección social y las migraciones internacionales. Estos encuentros son analíticamente estratégicos porque, por una parte, es una narrativa sobre el cruce de las fronteras como una búsqueda difícil de una vida mejor que marca parte de la imaginación sociológica sobre el hecho migratorio; y, por otra parte, porque las migraciones desafían el nacionalismo metodológico, al que gran parte de las reflexiones sobre la protección social siguen presas.

La metáfora de los mundos de bienestar, presente en *Three Worlds of Welfare Capitalism* de Esping-Andersen (1990), permite contrastar dos concepciones sobre la escala social de realización de la protección social y de las migraciones internacionales. En este capítulo se discutirá la protección social como un producto de los “mundos de bienestar” y las migraciones como forma de movilidad entre esos mundos nacionales. Asimismo, en el capítulo 3 se examina la posibilidad de un desbordamiento transnacional de los mundos nacionales de bienestar, a través de una concepción de la protección social en términos de cuidado y de una comprensión de las migraciones como una estrategia de constitución de vidas transnacionales.

2.1 LOS MUNDOS Y SUBMUNDOS DEL BIENESTAR CAPITALISTA

Los estados nacionales cumplieron, históricamente, un papel central en la socialización de los riesgos. Las políticas sociales promovidas por ellos expresan los tipos de riesgos reconocidos institucionalmente y que conforman las formas estatales de protección social. Es innegable, por lo tanto, que las políticas sociales son mecanismos cruciales para la organización de la solidaridad social, algo especialmente relevante en tiempos de transformaciones profundas. La primera parte de esta sección discute brevemente

el concepto de estado de bienestar social, los tipos de políticas sociales y las diferentes orientaciones, tanto académicas como de las organizaciones internacionales, sobre la materia.

La socialización de los riesgos no ocurre solamente por el gasto estatal en políticas sociales. Este es uno de los argumentos centrales de Esping-Andersen (1990; 1999). Para el autor, los riesgos sociales son los “bloques de construcción” de los regímenes de bienestar, en la medida en que pueden ser absorbidos por el estado, asignados por el mercado e internalizados por las familias (1990; 1999, p. 40). *Los tres mundos del bienestar capitalista* tuvo una amplia y rápida repercusión (OFFE, 1991) y fue progresivamente reconocido como un clásico contemporáneo. El principal mérito del autor ha sido la proposición de una mirada sociológica compleja y comparativa acerca de las formas de interfaz entre estados, mercados y familias en la conformación de lo que él llamó “regímenes de bienestar”. Esta propuesta representó un desplazamiento importante en el análisis de las políticas sociales, en la medida en que incorporó, de manera integrada, dimensiones que eran continuamente dejadas de lado: la historicidad de los estados, las consecuencias cambiantes de las disputas por el poder y las dinámicas de reproducción social. Además, esta obra abrió el camino para una nueva agenda de comparación internacional en el ámbito de la economía política que no se limitara a los indicadores de gasto social de los estados. La segunda parte de esta sección discute los planeamientos de ese marco analítico y la tipología de los regímenes de bienestar social (liberal, conservador y social-democrático).

La obra de Esping-Andersen ha recibido dos conjuntos principales de críticas: una primera de carácter clasificatorio, es decir, la visión de que su tipología de los regímenes de bienestar estaría incompleta y no abarcaría la diversidad internacional; y una segunda vinculada a la negligencia dada al género. Aunque estas críticas fueron discutidas por el propio autor posteriormente (1999), continuaron siendo reconocidas como válidas e incentivaron la creación de fructíferas agendas de investigación. De esta forma, la tercera parte de esta sección abordará los casos del sur de Europa y de América Latina como regiones que demandan una adaptación de algunos de los preceptos de Esping-Andersen. Por último, en la cuarta parte se debaten las principales lagunas con relación al papel del género en las interfaces entre estados, mercados y familias.

Tanto el modelo de los regímenes de bienestar como las reformulaciones críticas que de él surgieron permiten la constitución de un panorama relevante para pensar las

migraciones internacionales. Ese marco analítico es una contribución valiosa para el análisis de las interfaces entre las migraciones y la protección social, puesto que permite entender tanto los escenarios nacionales como internacionales en lo que se sitúan los recursos formales de protección social (SAINSBURY 2006, SABATES-WHEELER; FELDMAN, 2011). Sin embargo, estos escenarios nacionales, tal como se discutirá en el capítulo 3, tienen un alcance significativo pero parcial, puesto que son incapaces de abarcar las configuraciones transnacionales de protección social en toda su complejidad y dinamismo. Además, incluso en el ámbito nacional, el potencial de la contribución de ese enfoque no ha sido de todo explotado, en la medida en que siguen siendo escasos los estudios que buscaron entender cómo los inmigrantes afectan y se ven afectados por los regímenes de bienestar (SAINSBURY, 2006, p. 230).

2.1.1 Políticas sociales y la socialización de los riesgos

Esping-Andersen resalta que, hasta por lo menos el siglo XIX, gran parte de los riesgos no eran considerados de orden social (1999, p. 33). A pesar de no incidir en solitario, el estado moderno ha tenido históricamente un papel crucial en la socialización de los riesgos. La “Gran Transformación” descrita por Polanyi hace referencia al debilitamiento de los arreglos tradicionales de protección social por las fuerzas de la modernización industrial. En ese proceso, el trabajo ha sido profundamente mercantilizado, haciendo que el mercado ocupe una posición central para la reproducción social (POLANYI, 2007). De ese modo, ha germinado una contradicción central, aunque frecuentemente olvidada: el trabajo, si completamente desprotegido, tiene su capacidad mercantil fragilizada (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 36). En este escenario se hizo necesaria la intervención del estado con políticas de desmercantilización por medio de derechos sociales de la ciudadanía (ESPING-ANDERSEN, 1990, pp. 35-54), un proceso largo que culminó en la constitución, entre los años 1930 y 1960, del estado de bienestar en parte del norte global. Este formato particular de configuración estatal se funda en una combinación entre democracia, bienestar y capitalismo (MARSHALL, 1950), que ha transformado el contrato social entre gobiernos y ciudadanos, particularmente en lo que se refiere a la distribución institucionalizada de riesgos sociales.

El estado de bienestar es una institución datada y situada geográficamente, que ha representado una redefinición importante en los sentidos del estado (ESPING-ANDERSEN,

1999, p. 34). Al mismo tiempo, el estado de bienestar asumió contenidos múltiples, que corresponden a historias políticas particulares, haciendo que sean constituidos formatos institucionales heterogéneos en el ámbito internacional (ESPING-ANDERSEN, 1990). Con el objetivo de expresar el desdoblamiento de políticas sociales por los estados, que no necesariamente corresponden a los formatos marcados históricamente por el estado de bienestar, muchos investigadores buscaron conceptos alternativos. Castel (2003), por ejemplo, prefiere hablar del “Estado Social” en un sentido más amplio. Acerca de la América Latina, Esping-Andersen, caracteriza parte de la región como formada por “estados de bienestar en transición” (1996) y Huber y Stephens (2012) por “estados de bienestar en emergencia”. De modo que Esping-Andersen (1999, pp. 33-34) aclara que los estados pueden promover diferentes formas de políticas sociales sin que se configuren como estados de bienestar. Por consiguiente, aunque los países que constituyeron estados de bienestar social sean una minoría (la literatura tiende a centrarse en los países de la OCDE), prácticamente todos los estados desarrollaron alguna forma de política social (Schmitt et al, 2015).

En gran medida, las políticas sociales expresan los tipos de riesgos que se reconocen sociopolíticamente como pertenecientes a la agenda pública. Es posible, así, retomar la distinción clásica de dos tipos de protección social promovidas por los estados, que expresan dos modos de socialización institucional de riesgos (NORTON; CONWAY; FOSTER, 2001, p. 10; SABATES-WHEELER; WAITE, 2003, p. 6):

- la asistencia social: hace referencia a todas las acciones públicas, financiadas por los impuestos, que tienen como objetivo la redistribución de recursos para los segmentos más vulnerables de la población: prestaciones por discapacidad, subsidios a familias con bajos ingresos, pensiones a los ancianos etc. Los beneficios pueden ser universales o condicionales (por ejemplo, cuando los desempleados tienen que demostrar que están buscando activamente empleo para tener acceso a prestaciones por desempleo).
- el seguro social: hace referencia a los beneficios generados por fondos colectivos, constituidos, generalmente, por subsidios estatales y por contribuciones de empleados y empleadores mediante la participación voluntaria o por obligación de la ley. Estos fondos pueden tener como

objetivo el ofrecimiento de seguro de salud, prestación por maternidad o por desempleo, entre otros.

Si, por una parte, está claro que estos dos mecanismos forman parte de las políticas estatales de protección frente a riesgos sociales, por otra parte, existe poco consenso sobre los riesgos que deben ser alcanzados por esos formatos (Sabates-Wheeler; Waite, 2003, p. 6). En cuanto a esto, Devereux y Sabates-Wheeler (2004) identifican cinco perspectivas que emergen de distintas visiones sobre el formato y el alcance que las políticas sociales deben tener sobre los riesgos (p. 3):

- I. Políticas de protección social limitada a los “pobres merecedores”: niños, discapacitados y viudas, por ejemplo. Esa posición representa la persistencia de marcos tradicionales asistencialistas de la protección social;
- II. Políticas de protección social como “redes de protección”: arreglos minimalistas que tienen como objetivo actuar solamente en los “fallos del mercado”, protegiendo a los pobres contra choques en la producción y en el consumo;
- III. Políticas ampliadas de protección social: acciones dirigidas a mejorar las condiciones de vida y promover las capacidades de los individuos y familias a través de políticas educativas, de salud, así como por medio de la creación de trabajo y programas de microcrédito. La mirada ampliada propone, además, la existencia de redes de protección para grupos vulnerables, que no son, necesariamente, los más pobres (por ejemplo, los pequeños agricultores, los emigrantes, etc.);
- IV. Políticas de protección social transformativa: abarca acciones de promoción de la equidad social y de los derechos económicos, sociales y culturales y se fundamenta en una preocupación con la exclusión social de grupos socialmente vulnerables. Son propuestas intervenciones de carácter político, como la transformación de marcos regulatorios y campañas de sensibilización con el objetivo de abarcar los diferentes ejes de la vulnerabilidad, que, según esa visión, no están limitados a los factores económicas.

Para Sabates-Wheeler y Devereux (2008), el discurso de la protección social en el ámbito de las políticas sociales se difundió como una respuesta crítica a la idea de “redes de protección” (II) diseminada durante los años 1980 y 1990. Estas críticas llevaron a un énfasis a la relevancia de los derechos, la sostenibilidad de las unidades domésticas y el carácter multidimensional de la pobreza y de la vulnerabilidad (Sabates-Wheeler; Devereux, 2008, p. 64). De esta forma, emergió y se consolidó en las últimas décadas una visión ampliada (III), que incorpora políticas sociales activas de protección social, y un posicionamiento transformativo (IV) que propone un conjunto de intervenciones que buscan promover la justicia social más allá de los elementos económicos.

En el ámbito de las organizaciones internacionales, el marco de “Gestión de Riesgos Sociales” del Banco Mundial ha tenido una gran influencia en el desarrollo de políticas sociales. Este marco “(...) considera la protección social como un trampolín, así como una red de protección, para las personas pobres. Si bien debería existir una red de protección para todos, los programas también deberían proporcionar a las personas pobres la capacidad de salir de la pobreza o, al menos, reasumir el trabajo remunerado” (Banco Mundial, 2001, p. 9, traducción nuestra). Para Devereux y Sabates-Wheeler (2004), el abordaje propuesto por el Banco Mundial tiene como foco los riesgos económicos (o los efectos económicos de otros tipos de riesgos), poniendo de manifiesto una concepción muy limitada de la vulnerabilidad social. De esta forma, el ámbito de actuación protectora de las políticas sociales sería restringido a sus dimensiones económicas, que son ineficaces para el abordaje de problemas como el de la pobreza crónica o de vulnerabilidades sociales originadas en el género, raza/etnia y nacionalidad. Por último, ese marco sitúa la actuación del estado solamente en los fallos de los mercados y, además, no considera la centralidad de formas de protección provenientes de la esfera doméstica.

La Organización Internacional del Trabajo (OIT) es otro actor internacional relevante en este aspecto (SCHMITT et al, 2015, pp. 515-516). En el ámbito de la OIT, la protección social se define en términos de la garantía de beneficios a unidades domésticas e individuos por medio de arreglos públicos o colectivos con el objetivo de producir medios protectores frente a niveles de vida bajos o en declive (VAN GINNEKEN, 1999). Para la OIT las políticas de protección social pueden ser separadas en protectoras (alivio de la privación material), preventivas (evitación de la privación) y promocionales (mejorar los ingresos y las capacidades) (DEVEREUX; SABATES-WHEELER, 2004, p. 4). Esa definición se

caracteriza por una mayor amplitud que la del Banco Mundial en la medida en que incorpora la agencia colectiva no estatal, pero comparte con ello un enfoque restricto a los riesgos económicos (DEVEREUX; SABATES-WHEELER, 2004, p. 3).

El brevísimo panorama esbozado hizo emerger dos características negativas que marcan las concepciones institucionalizadas, y parte importante del debate académico, sobre la socialización de los riesgos por medio de políticas sociales. La primera es la tendencia a limitar los riesgos sociales a los de carácter económico, descuidando otras vulnerabilidades sociales, como las vinculadas a género, nacionalidad y raza / etnia (DEVEREUX; SABATES-WHEELER, 2004). Segundo, es el no reconocimiento de la relevancia de las familias y de las comunidades, y de sus arreglos informales, en la socialización de los riesgos. Un olvido que es particularmente grave para el análisis de la protección en América Latina (FRANZONI, 2008).

2.1.2 Los regímenes nacionales del bienestar

Para Esping-Andersen son las interfaces entre estado, mercado y las familias que producen diferentes tipos de regímenes de bienestar. El contraste entre los diferentes “mundos del bienestar capitalista” no es tan solo cuantitativo (el gasto estatal en políticas sociales), sino también cualitativo. Con esto el autor afirma la centralidad de las concepciones institucionalizadas acerca de los derechos sociales de la ciudadanía, expresas en las distintas articulaciones entre estado, mercado y familias (1990). El análisis de cada uno de esos principios societales solo tiene sentido teniendo en vista su interacción con los demás. Por consiguiente, las transformaciones de la estructura de riesgos enfrentados y generados en el ámbito del trabajo y de las familias impacta en las formas en que se organizan los estados de bienestar (ESPING-ANDERSEN, 1999, p. 10). Por esto, pongamos por caso, sería difícil concebir el pleno empleo alcanzado por países como Suecia e Inglaterra en el período posguerras si no fuera por la presencia de una estructura familiar marcada por la dualidad entre hombre asalariado y mujer ama de casa (ESPING-ANDERSEN, 1999, p. 27). La comparación internacional realizada por Esping-Andersen (1990) entre 18 países que forman parte de la OCDE, que permitió la construcción de una tipología de los regímenes de bienestar, tuvo en cuenta tres ejes: la interacción entre estado, mercado y familias; la desmercantilización (*decommodification*), y la estratificación social. Trataremos de ellos a continuación.

El estado, el mercado y las familias se caracterizan por diferentes formas de socializar los riesgos y garantizar el bienestar; el estado por la redistribución, el mercado por la relación monetaria, y la familia por redes de reciprocidad (ESPING-ANDERSEN, 1999, pp. 35-36). Una primera lectura podría suponer una “ecualización perfecta” entre esas tres fuentes de protección, es decir, que cada una actúa donde la otra falla. Sin embargo, no es lo que ocurre: los mercados tienden a restringir su acción a los riesgos que son mercantilizables (en general, los menos urgentes y socialmente relevantes). Al mismo tiempo, la unidad doméstica es la destinataria última del consumo y la asignación de recursos protectores, es ella la que, en general, tiene que actuar en la ausencia de políticas estatales (ESPING-ANDERSEN, 1999, p. 38). A pesar de estas tendencias, cada “sociedad nacional” puede poner énfasis en cada uno de los diferentes principios. De ahí que, por ejemplo, Estados Unidos subraya el mercado como fuente de protección, Italia las familias y Suecia el estado (ESPING-ANDERSEN, 1990).

La desmercantilización hace referencia al grado en que los individuos y las familias logran garantizar estándares aceptables de vida independientemente de su participación en el mercado (ESPING-ANDERSEN 1990, p. 37). Este aspecto se vuelve relevante en la medida en que la supervivencia de los trabajadores se convirtió, con el avance del capitalismo, dependiente de la venta de la fuerza de trabajo (ESPING-ANDERSEN, 1990, pp. 21-22). Para Esping-Andersen, las políticas sociales deben ser analizadas con relación a su capacidad de desmercantilización, algo que exige una interpretación de las normas y los esquemas de los programas de bienestar (1990, p. 47). La desmercantilización tiene consecuencias políticas, en la medida en que es ella la que, en gran medida, hace posible la movilización de la clase trabajadora, sea por medio del sindicalismo o del asociativismo.

El concepto de desmercantilización solamente es adecuado para individuos que ya están insertos en relaciones asalariadas (ESPING-ANDERSEN, 1999, p. 45). La centralidad de las mujeres en las tareas de cuidado en el ámbito familiar hace que se tenga que considerar la dependencia de los individuos y los colectivos en relación con la familia (ESPING-ANDERSEN, 1999, pp. 45-67). El ofrecimiento público y privado de servicios de cuidado fuera de la familia, así como la garantía de autonomía de los individuos sobre recursos económicos más allá de las reciprocidades conyugales y familiares, es llamado por Esping-Andersen de “desfamilización” (1999, pp. 45). La desfamilización y la desmercantilización

son procesos integrados, en la medida en que el primero es condición para que las mujeres puedan acceder al mercado laboral (ORLOFF, 1993).

Por último, el tercer principio que constituye los regímenes de bienestar es la estratificación resultante de las interfaces entre estado, mercado y familias, por una parte; y la desmercantilización y desfamilización, por otra (ESPING-ANDERSEN, 1990, pp. 55-78). La estratificación social es parte del problema del bienestar en la medida en que permite considerar los efectos (re)distributivos de los sistemas de bienestar (Esping-Andersen, 1996 p. 3). En el núcleo de este proceso está la idea de que lo que importa en las configuraciones institucionales es cómo los riesgos son absorbidos y las protecciones distribuidas en el ámbito de los distintos estratos sociales y por medio de diferentes formas de solidaridad (Esping-Andersen, 1999, p. 86).

A partir del análisis de estos principios, Esping-Andersen identificó la existencia de tres tipos de regímenes de bienestar: el liberal, el conservador y el socialdemócrata. Considerando que son tipos ideales, su relación con los casos concretos está marcada por ambigüedades, cercanías y distanciamientos. Una de las razones de ello es que no es ninguna política social particular la que determina un régimen, sino la articulación del estado, del mercado y de las familias. En efecto, no es la existencia de sistema sanitario universal, por ejemplo, lo que garantiza que un determinado país haga parte del régimen de bienestar socialdemócrata.

El régimen conservador aglomera a países como Austria, Francia, Alemania e Italia, caracterizados por el rasgo católico en la formulación de políticas sociales, lo que se expresa en la importancia de las formas de solidaridad basadas en el parentesco, corporativismo y estatismo. Históricamente estos países nunca tuvieron una alta mercantilización del bienestar, lo que hace que la distribución de derechos fuera a menudo profundamente anexada a las estructuras ocupacionales de estatus. Este régimen es denominado conservador, puesto que la formulación de políticas sociales está orientada a la preservación de estructuras tradicionales de las familias y de las ocupaciones. En ese régimen, la familia es la principal fuente de bienestar, haciendo que el estado tienda a actuar solamente cuando se agotan los esfuerzos familiares (ESPING-ANDERSEN, 1990, pp. 27-53).

El régimen liberal agrupa países como Estados Unidos, Canadá y Australia, y se fundamenta en la política económica liberal del siglo 19, sus preceptos individualistas y su creencia en el mercado. En los países cercanos a ese tipo ideal, hay una tendencia a poca

presencia o ausencia histórica de movimientos cristianos y socialistas. Este régimen está marcado por una actuación mínima del estado. Así, el estado tiende a dar prioridad a la concesión de subsidios para esquemas privados de bienestar y solamente realiza la oferta directa de recursos protectores cuando el mercado se haga ausente. En ese régimen, los beneficios ofrecidos por el estado se caracterizan por su formato condicional y por una tendencia a estigmatización de los usuarios por su “dependencia” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 22; FRASER; GORDON, 1994a). De esta forma, la capacidad redistributiva del estado es baja y los derechos sociales son contingentes, lo que hace que la desmercantilización sea igualmente reducida. Este régimen tiende a producir una estratificación marcada por la dualidad, entre grupos que son dependientes del estado y aquellos que son capaces de adquirir recursos de protección social directamente del mercado (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 135).

El mundo social democrático de bienestar se restringe a los países nórdicos y es relativamente tardío. Según Esping-Andersen, estos países solamente pueden recibir esa etiqueta de forma satisfactoria a partir de la década de 1960. El régimen social democrático es así llamado por el papel cumplido por la socialdemocracia en las reformas sociales que buscaron promover los principios de la universalidad y la equidad. El universalismo, aunque sea la principal característica de este régimen, no es el elemento que lo distingue. La particularidad de ese régimen se fundamenta en el papel activo y explícito del estado en desmercantilizar el bienestar, minimizando o aboliendo la dependencia del mercado.

En el régimen social democrático, la provisión de bienestar está marcada por la amplitud y generosidad de los beneficios, por la protección a la renta y por el compromiso con el pleno empleo, además de una fuerte tendencia intervencionista del estado con objetivos redistributivos por medio de un sistema de seguridad social extenso. Este modelo construye una solidaridad universal, por medio de la acción estatal y baja participación del mercado (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 28). La política social en el régimen social democrático tiene como objetivo general el aumento de la capacidad individual de independencia, con efectos especialmente significativos para las mujeres. Otro objetivo importante es la búsqueda de una igualdad que va más allá de las necesidades básicas, y llega al acceso a recursos y servicios de protección de alta calidad, lo que tiene implicaciones relevantes para la estratificación social (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 27)

La tipología de los “mundos del bienestar capitalista” es una construcción basada en la agrupación de características en común y empíricamente identificables. El reconocimiento de los tres tipos hace emerger la cuestión: ¿por qué el occidente desarrollado está compuesto por esos tres mundos diferenciados? (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 105). Esping-Andersen responde que las características y dinámicas históricas de los estados, particularmente las coaliciones políticas de clase, la naturaleza de la movilización de clase y el legado histórico de institucionalización juegan un papel decisivo en la pluralidad de los regímenes de bienestar (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 29).

El enfoque de Esping-Andersen permite construir un panorama complejo de los matices de los múltiples “mundos del bienestar” en el norte global, contribuyendo de manera relevante a la comprensión de las variaciones internacionales de las interacciones entre estado, mercado y familias en la garantía de la protección social. Las contribuciones teóricas, empíricas y metodológicas de esta perspectiva fueron ampliamente reconocidas, lo que no dejó de incentivar la construcción de críticas y de adaptaciones de ese marco interpretativo a otras realidades. Trataremos a continuación dos conjuntos de desdoblamiento de la obra de Esping-Andersen. El primero vinculado a los “mundos del bienestar” del Mediterráneo y de América Latina; y el segundo, que destaca la relevancia de las familias y de las dinámicas de género.

2.1.3 El sur y el sur del sur: los mundos mediterráneos y latinoamericanos del bienestar

El impacto de la contribución de Esping-Andersen ha sido proporcional al debate en torno de la clasificación de los regímenes de bienestar. Se han producido, como resultado, innumerables tipologías alternativas (LEIBFRIED, 1992; CASTLES; MITCHELL, 1993; SIAROFF, 1994; FERRERA, 1996; BONOLI, 1997; KORPI; PALME, 1998; FRANZONI, 2008). La construcción de tipos ideales a partir de casos concretos produce, evidentemente, ambigüedades. De ahí que, para Arts y Gelissen (2002, p. 137), es el hibridismo el que marca los casos reales. Así pues, la ausencia de un mayor número de estudios empíricos sistemáticos hace que no sea posible producir tipologías sin grados considerables de contradicción

Por una parte, están aquellos que buscaron perfeccionar los criterios de la tipología a fin de abarcar las particularidades de casos como el de las Antípodas (CASTLES;

MITCHELL, 1993), de Japón (GOODMAN; PENG, 1996) y del Mediterráneo (LEIBFRIED, 1992; FERRERA, 1996; BONOLI, 1997; TRIFILETTI, 1999; NALDINI; JURADO, 2013). El argumento general de estas contribuciones fue que estos países se distancian de tal forma de los tipos ideales, que es necesaria la creación de nuevos tipos. Por otra parte, están aquellos que más que buscar aumentar el número de tipos, buscaron adaptar ese marco interpretativo para nuevos países, particularmente de África, Asia y América Latina, donde la actuación redistributiva de los estados y sus políticas sociales tienden a ser frágil (FILGUEIRA, 1998; GOUGH; WOOD, 2004; BARBA, 2007; FRANZONI, 2008). Considerando los propósitos del presente estudio, nos interesan dos conjuntos de esfuerzos particulares pertenecientes a cada uno de estos frentes críticos: el debate sobre la clasificación de los países del Mediterráneo y la interpretación de los regímenes de bienestar en América Latina.

¿Sería posible concebir la existencia de un mundo mediterráneo del bienestar? Para un conjunto considerable de autores la respuesta es positiva. Mientras que España, Portugal y Grecia no hicieron parte del análisis de Esping-Andersen, Italia está asociada al tipo conservador. Para Ferrara (1996), Bonoli (1997) y Naldini (2003), estos países conforman un conglomerado particular, y se caracterizan por:

- sistemas de protección social duales, fragmentarios e ineficaces que producen y reproducen brechas sociales profundas;
- bajos niveles de gasto social y una tendencia a financiamientos por contribuciones;
- la centralidad de la familia en la garantía de cuidado;
- sistemas sanitarios públicos y universales articulados con mercados privados de salud;
- una tendencia clientelista en las relaciones entre ciudadanos y gobiernos.

Al tratar estos argumentos, Esping-Andersen (1999, pp. 90-94) afirmó que estas particularidades son insuficientes para formar un nuevo tipo, en la medida en que esos casos continúan manteniendo las características fundamentales del régimen conservador: la centralidad de la familia, la alta desmercantilización basada en el familismo y una estratificación social fundamentada en el estatus.

¿Cómo pensar los regímenes de bienestar en lugares donde el estado de bienestar no prosperó o es inexistente y donde el mercado de trabajo es desestructurado y marcado por la

fuerte presencia del trabajo informal? Un gran número de investigadores se dedicaron a analizar los “mundos de bienestar no estatales” (GOUGH; WOOD, 2004), es decir, aquellos regímenes de bienestar que se producen en regiones donde el estado de bienestar es limitado o inexistente. Este esfuerzo fue particularmente relevante en América Latina (BARRIENTOS, 2004; BARBA, 2005; FRANZONI, 2008; FRANZONI; VOOREND, 2009), región que combina una pluralidad de “constelaciones de estado, mercados y familias” en la provisión de bienestar (FRANZONI, 2008), altos índices de pobreza y desigualdad social (CEPAL, 2016), pero también una larga tradición en la formulación de políticas de protección social (MESA-LAGO 1994; FILGUEIRA, 1998).

Con el fin de adaptar el marco interpretativo de Esping-Andersen a América Latina, Franzoni (2008) elabora una tipología de los regímenes de bienestar a partir de la variación de tres principios: la mercantilización nacional y transnacional de la fuerza de trabajo y los niveles de renta por generados¹⁹; la desmercantilización de los recursos y servicios de bienestar; y la desfamilización del cuidado, es decir, la capacidad de responder a las responsabilidades de cuidado de forma independiente del trabajo femenino no remunerado (FRANZONI, 2008). De esta forma, la autora identifica tres tipos de regímenes de bienestar: el estatal-productivista, el estatal-proteccionista y el informal-familiarista.

El régimen estatal-productivista abarca Chile y Argentina y se caracteriza por una alta eficacia del mercado de trabajo en absorber y remunerar la fuerza de trabajo, lo que genera una alta mercantilización nacional de la fuerza de trabajo combinada con altos ingresos (FRANZONI, 2008, p. 117). Otro atributo de este tipo es la alta desmercantilización del bienestar, particularmente para los segmentos pobres, articulada con políticas públicas que incentivan la productividad laboral y un manejo mercantil de los riesgos sociales (FRANZONI, 2008, p. 114). Así, se produce una situación de desarrollo humano alto con alta desigualdad social. Por último, las responsabilidades de cuidado se caracterizan por su alta desfamilización con alta división sexual del trabajo remunerado (FRANZONI; VOOREND, 2009).

El régimen estatal-proteccionista comparte con el régimen estatal-productivista una alta mercantilización nacional de la fuerza de trabajo, pero con una renta media. Otra característica común es la alta desfamilización de las responsabilidades de cuidado y alta

¹⁹ Al considerar la posibilidad de la transnacionalización de la mano de obra como un mecanismo que atraviesa los regímenes nacionales de bienestar, Franzoni ha realizado una gran contribución al debate acerca de las interfaces entre las migraciones y la protección social.

división sexual del trabajo remunerado. Este régimen, que agrupa a países como Brasil, Costa Rica, México y Uruguay, está marcado por una desmercantilización del bienestar, particularmente en los sectores medios que tienden a manejar los riesgos de forma colectiva, sobre todo por medio del trabajo formal (FRANZONI, 2008, p. 114). En estos países el desarrollo humano tiende a ser alto y la desigualdad de renta varía. Por ejemplo, es baja en Uruguay y máxima en Brasil (FRANZONI, 2008, p. 120).

Por último, el régimen informal-familiarista es el más frecuente y se identifica en países como Bolivia, El Salvador, Ecuador, Nicaragua y Paraguay. Este régimen se caracteriza por una baja eficacia del mercado de trabajo a la hora de absorber y remunerar la fuerza de trabajo, lo que genera una tendencia a la transnacionalización de la fuerza de trabajo generadas por flujos emigratorios de amplio espectro (FRANZONI, 2008, p. 122). La desmercantilización del bienestar es considerada baja o nula y dependiente de la cooperación internacional, lo que demuestra que los estados poseen una capacidad distributiva limitada (FRANZONI, 2008, p. 122). En estos países, las familias son las principales responsables de las tareas de cuidado y de la gestión de los riesgos –característica que es más acentuada en los casos de Bolivia, Honduras, Nicaragua y Paraguay (FRANZONI, 2008, p. 117)–, lo que se articula con una baja división en cuanto a sexo del trabajo remunerado. De esta forma, las mujeres ocupan un lugar central, tanto en las tareas no remuneradas de cuidado, como en el trabajo remunerado. Es importante resaltar que, en el ámbito de este régimen, las familias desarrollan un papel simultáneamente productivo, reproductivo y redistributivo, algo que solamente es posible por medio de las migraciones (internas e internacionales) y del autoempleo, del cuidado de los familiares y de la autoproducción de redes de protección social (FRANZONI; VOOREND, 2009, p. 144).

La tipología propuesta por Franzoni permite la visualización del panorama complejo del bienestar en América Latina. Antes de ser una región homogénea, las constelaciones entre estados, mercados y familias son plurales, tanto en sus formatos como en sus intensidades. En común, estos regímenes se caracterizan por un papel parcial o nulo de los estados con relación a la garantía de recursos y servicios de bienestar. Esta situación es más intensa en el tipo informal-familiarista, que es el más frecuente entre los países de la región. En este caso particular, hay una fuerte centralidad de la familia, de las relaciones informales y de las migraciones internacionales como mecanismos de garantía de bienestar. De manera que el análisis de las migraciones de países del régimen familiarista –tanto para otros lugares

de América Latina (en particular para los países de los otros dos tipos), como para destinos frecuentes en Europa y Estados Unidos– es particularmente fructífera para la comprensión de las interfaces entre protección social y migraciones en la contemporaneidad.

2.1.4 Los mundos olvidados de las mujeres

La crítica feminista (ORLOFF, 1996; O'CONNOR, 1993; LEWIS, 1997; SAINSBURY, 1999) llamó la atención sobre el papel secundario otorgado a las familias y a las cuestiones de género en el debate y en la tipología de los regímenes de bienestar. Posteriormente, Esping-Andersen (1999) reconoció la legitimidad de parte de esas críticas, pero muchos puntos de desacuerdo permanecieron en el aire. Para Sainsbury (1997, p. 2) es posible identificar dos niveles de crítica. El primero parte de la noción de que la investigación feminista debe contribuir al avance teórico de los enfoques hegemónicos sobre los regímenes del bienestar por medio de la incorporación de las relaciones de género a los marcos interpretativos existentes (ORLOFF, 1993; O'CONNOR, 1993). El segundo niega la estrategia de agregar a las mujeres en marcos normativos que consideran al hombre como la norma. Por lo cual, para ese segundo grupo es necesario formular nuevos modelos y teorías (LEWIS, 1992; SAINSBURY, 1997). A pesar de estrategias diferenciadas, esas autoras defienden, en conjunto, que el género debe ser considerado una variable relevante para analizar los regímenes de bienestar, las políticas sociales y sus efectos (LEWIS, 1997, p. 161). De esta forma, la óptica feminista ha subrayado el carácter genderizado de la actuación redistributiva de los estados y ha contribuido con avances analíticos relevantes. A continuación, se presentan tres frentes feministas que han desarrollado interesantes aportaciones a los regímenes de bienestar.

En primer lugar, se asume que el enfoque de Esping-Andersen tiende a centrarse en la relación entre estados y mercados, relegando a la familia, y al género en el ámbito de la familia, a un nivel subsidiario en la garantía de bienestar (LEWIS, 1992; 1997; O'CONNOR, 1993; ORLOFF, 1993). Este equívoco es especialmente grave para el análisis de los regímenes de bienestar en los que la familia posee casi la totalidad de obligaciones de protección social, como ocurre en el tipo familiarista identificado por Franzoni (1998) en gran parte de América Latina. Por consiguiente, los análisis que se limitaron a las interfaces entre estados y mercados han promovido interpretaciones distorsionadas, en la medida en que esas articulaciones dependen, son moldeadas y reconstituyen vínculos con las unidades

domésticas (LEWIS, 1997, p. 161). La negligencia a la familia se expresa no solo por su ausencia, sino también cuando no se reconoce que es atravesada por relaciones de género asimétricas. En efecto, las familias no pueden ser consideradas como actores colectivos homogéneos. A diferencia de esto, las variables de género y generación producen asimetrías en la distribución de obligaciones y derechos de bienestar (SAINSBURY, 1999).

En segundo lugar, se reconoció que el análisis de los regímenes de bienestar propuesto por Esping-Andersen presupone una concepción de ciudadanía cimentada en el modelo del hombre asalariado. En la medida que las mujeres tienden a tener más responsabilidades que los hombres en esferas no laborales y no remuneradas de la vida social, particularmente aquellas vinculadas al cuidado, la igualdad formal entre hombres y mujeres como ciudadanos no significa una igualdad de hecho (O'CONNOR, 1993; KILKEY; BRADSHAW, 1999, p. 148). Por tanto, es crucial entender la relación de las mujeres con el mercado de trabajo: “(...) la idea de independencia es elemental para la ciudadanía y en el estado democrático del bienestar el empleo es fundamental para esa independencia” (O'CONNOR, 1996, p. 78). Como resultado, autoras como Lister (1990) afirmaron que la independencia económica de las mujeres, frente a los hombres y las fuerzas del mercado, es una condición necesaria para el estatuto integral de su ciudadanía. Para Orloff (1993), es primordial tener en cuenta la capacidad de las mujeres para mantener una unidad doméstica de forma autónoma sin depender del matrimonio para acceder a la renta (p. 319). En este sentido, un análisis en términos de género debe ser capaz de reconocer las capacidades socialmente diferenciadas de acceso al bienestar entre esposas, madres, abuelas y trabajadoras (TRIFILETTI, 1999). De esta forma, se puede considerar situaciones específicas y frecuentes, como la de las madres solteras, que están especialmente expuestas al riesgo de caer en una “brecha de bienestar” provocada por la combinación de múltiples responsabilidades de cuidado y la ausencia de empleo y renta (GORNICK et al. 1997).

El énfasis de la preeminencia de la relación de las mujeres con el mercado laboral como forma de independencia contrasta con el concepto de desmercantilización de Esping-Andersen, que tenía como foco la independencia en relación con los mercados y no tanto la independencia de la familia a partir del mercado (LEWIS, 1997, p. 161). Además, el concepto de desmercantilización de Esping-Andersen supone, como ya se ha mencionado anteriormente, que los recursos de bienestar ya han sido mercantilizados, o sea, son

desconsiderados las actividades de cuidado y el papel económico no mercantil realizado por las mujeres (ORLOFF, 1993).

En tercer lugar, la crítica feminista subraya que el enfoque de Esping-Andersen es limitado a la hora de considerar los efectos que el estado ejerce sobre las relaciones de género. Esto significa tener en cuenta, además de los aspectos precedentemente indicados, la calidad de los derechos sociales y la capacidad que tienen para reproducir o transformar las relaciones de género (SAINSBURY, 1999). De modo que, desde la perspectiva feminista, es crucial que se considere que los potenciales impactos de las políticas sociales no se limitan solo a la cantidad de recursos invertidos, sino también a los diferentes componentes y fundamentos normativos acerca del género que moldean esas políticas (FRANZONI, 2008).

Partiendo de los tres conjuntos de críticas, distintas investigadoras (O'CONNOR, 1993; ORLOFF, 1993; SAINSBURY, 1996) han construido tipologías alternativas de los regímenes de bienestar, incorporando diferentes variables permeadas por la cuestión de género tal como: la división sexual del trabajo pagado y no pagado; las posiciones de mujeres casadas y solteras en los mercados de trabajo; y las formas como se ofrecen recursos y servicios que permiten la desfamilización de las mujeres (en particular con el apoyo para actividades de cuidado, por ejemplo, guarderías y residencias diurnas para personas mayores). En este sentido, Daly y Lewis (2000) propusieron el concepto de “organización social del cuidado” para llamar la atención para las interfaces entre la distribución de tareas y obligaciones de cuidado y el desarrollo de políticas sociales (retornemos a esa noción en el capítulo 3).

Para los intereses de este trabajo, las críticas feministas son valiosas porque llaman la atención sobre la necesidad de considerar la relevancia de las familias, y particularmente de las mujeres, a la hora de garantizar la protección social. De esta forma, los abordajes de los regímenes de bienestar se han complementado y avanzado hacia otros caminos interesantes y relativamente independientes del trabajo pionero de Esping-Andersen. El reconocimiento de la centralidad del cuidado familiar para el bienestar es fundamental para el análisis de la protección social transnacional. Esto ocurre porque, en general, es la actuación de las familias y el esfuerzo de las mujeres por medio de las migraciones lo que conduce a nuevos arreglos espaciales de la protección social. Antes de discutir este “desbordamiento de los mundos nacionales del bienestar” (se retornará a eso en el capítulo

3), es clave abordar las teorías que concibieron las migraciones como movilidades entre “mundos nacionales del bienestar”.

2.2 LAS MIGRACIONES COMO MOVILIDADES ENTRE MUNDOS NACIONALES DE BIENESTAR

El marco interpretativo de los regímenes de bienestar, incluso en sus aportaciones críticas, parte de una visión de lo social como marcado por los límites de los territorios estatales. Es en el ámbito de esos territorios nacionalmente delimitados donde se realizarían las principales cuestiones y soluciones vinculadas a la protección social. Este precepto es el fundamento tanto de análisis nacionales como de las comparaciones internacionales. El estudio de las migraciones internacionales frecuentemente se ha desarrollado en términos similares: como movilidades entre mundos nacionales de bienestar, o, más precisamente, entre mundos de malestar y mundos de bienestar. Las formas de apropiación de esta gramática y las problemáticas abordadas son variadas, pero esa base estuvo continuamente presente en los marcos hegemónicos de los estudios migratorios hasta por lo menos la consolidación de la perspectiva transnacional y de su crítica al nacionalismo metodológico (AMELINA, 2010, p. 3).

Los estudios migratorios clásicos, así como el marco de los regímenes de bienestar social, se caracterizan por una aceptación de la objetividad de las fronteras y su capacidad de demarcar una espacialización del bienestar y de los riesgos sociales, o sea, de definir el marco espacial socialmente relevante. Para De Genova (2017), “Si no existiesen las fronteras, no habría migración como tal (...), sino solo movilidad” (p. 158), es decir, las fronteras son “(...) un tipo de medio de producción de diferencias en el espacio o de espacios de diferencia” (p. 160). En contraste con la definición “objetiva”, para el autor (2017) “(...) las fronteras son las determinaciones siempre contingentes de las relaciones de lucha indeterminadas que se dan por el proceso abierto de objetivar continuamente las fronteras”, de esta forma, ellas “(...) no son inertes, fijas o coherentes” (p. 157).

La matriz del nacionalismo metodológico, que caracteriza esos imaginarios socio-geográficos, tuvo consecuencias importantes para el análisis de las interfaces entre protección social y migraciones internacionales. Por una parte, se ha descuidado el papel de las fuerzas intersticiales en la construcción de “mundos transfronterizos”, y se anunció, prematuramente, el éxito de los estados en objetivar las fronteras, y al hacerlo, en construir

“mundos” del bienestar (o del malestar); por otra parte, se afirmó, usualmente de forma tácita, que las instituciones estatales son el contexto principal en que la migración ocurre y es relevante (AMELINA; FAIST, 2012, p. 1709). Es obvio que los estados son actores importantes en la socialización de los riesgos, en la gestión de recursos de protecciones sociales y en la conformación de las migraciones internacionales. Sin embargo, no son los únicos actores, y muchos de los procesos que marcan las interfaces entre la protección social y los estados ocurren por iniciativa de actores no estatales (individuos, familias, comunidades, instituciones religiosas, organizaciones internacionales y supranacionales, las ONG etc.).

La historia de los estudios migratorios está marcada por la pluralidad teórica y la tendencia a una demarcación significativa de las fronteras disciplinarias. Es posible ver las migraciones como un tipo de “hecho social total”, en el sentido de Mauss (2006), visto que forman un conjunto de fenómenos que atraviesan diversas esferas y escalas de la vida social, lo que acarrea implicaciones sociales de amplio espectro. Por lo tanto, cabe preguntarse: ¿por qué el tema de las migraciones internacionales no es tratado de forma destacada en la obra de los clásicos de la sociología? Para Oliveira (2014), esto se debe a la transversalidad y novedad de la cuestión migratoria, que dificultaba su separación de otros procesos sociales. Por ese mismo motivo nunca hubo, y es difícil concebir tal posibilidad, una única teoría que diera cuenta de la complejidad y amplitud que marcan las migraciones (MASSEY et al, 1993, p. 432). El desarrollo internacional de los estudios migratorios se encontró entre la subsunción en subdisciplinas (geografía humana, antropología cultural, sociología del trabajo, estudios culturales, sociología de la religión, etc.) y un ímpetu relativamente reciente de convergencia transdisciplinaria.

Cualquier esfuerzo de síntesis sobre las teorías de las migraciones debe tener una demarcación clara de los hilos conductores movilizados. En esta sección desarrollaremos una breve síntesis de cinco conjuntos de abordajes con gran impacto en la historia de los estudios migratorios y que describieron, con importantes contrastes e intensidades, las migraciones como movibilidades entre mundos nacionales del bienestar. Esta característica resulta tanto del nacionalismo metodológico como de una imaginación sociológica que vislumbra las migraciones como “una búsqueda por una vida mejor”.

Cuadro 1 – Marcos analíticos acerca de las migraciones entendidas como movilidades entre mundos nacionales de bienestar

<i>PERSPECTIVA</i>	<i>TEORÍAS DE BASE</i>	<i>OBJETO</i>	<i>NIVEL DE ANÁLISIS</i>	<i>EL SOCIAL</i>	<i>EL MIGRANTE</i>	<i>CUESTIONES GUÍA</i>
<i>Escuela de Chicago y teorías de la asimilación</i>	Ecología Social Teoría asimilacionista	Relaciones étnico-raciales	La ciudad y la nación	Un espacio nacional/local de cohesión cultural	“El hombre marginal” Individuos racializados	¿Cuáles son las consecuencias de las migraciones para las relaciones étnico-raciales y para la cultura nacional?
<i>Economía neoclásica y modelos de atracción y repulsión</i>	Teoría económica neoclásica Acción racional	El inicio de las migraciones	El individuo entre fuerzas de atracción y repulsión	Un espacio nacional de distribución de recursos	Agente racional orientado hacia la maximización de ventajas económicas	¿Cómo los diferenciales nacionales/regionales de oportunidades económicas promueven las migraciones?
<i>Modelos histórico-estructurales</i>	Teoría de la dependencia Teoría del Sistema-Mundo Teoría de los mercados laborales duales	El significado histórico y estructural de las migraciones	El sistema-mundo y sus dinámicas de explotación	Un sistema mundial nacionalmente segmentado	Agente sistémicamente integrado por la producción	¿Cómo el avance del capitalismo, marcado por la desigualdad entre países, moldea las migraciones?
<i>Nueva economía de las migraciones laborales</i>	Teoría económica neoclásica Acción racional Nueva sociología económica	El inicio de las migraciones	La unidad doméstica entre fuerzas de atracción y repulsión	Un espacio nacional de distribución de recursos	Agente racional orientado hacia la reproducción social	¿Cómo los diferenciales nacionales/regionales en las condiciones para la reproducción social promueven las migraciones?
<i>Sistemas y redes sociales migratorias</i>	Teoría General de los Sistemas Teorías del Capital Social	La perpetuación de las migraciones	Lazos e intercambios entre actores en una red migratoria	Un sistema histórico Un espacio relacional	Agente sistémico socialmente integrado Actor relacional	¿Cómo los vínculos relacionales producen continuamente las migraciones?

Fuente: Elaboración propia a partir de MASSEY et al, 1993; FAIST, 2000; KING, 2012.

En el Cuadro 1 es posible vislumbrar algunas de las diferencias entre los cinco conjuntos de perspectivas sobre las migraciones que abordaremos en esta sección. El contraste de base que divide estos enfoques es la problemática que ellas adoptan como foco: la Escuela de Chicago y las teorías asimilacionistas están preocupadas por las relaciones étnico-raciales y la integración sociocultural del inmigrante; los modelos de atracción y

repulsión y la Nueva Economía de las Migraciones Laborales buscan respuestas diferentes a la cuestión “¿Cómo comienzan las migraciones?”; los modelos histórico-estructurales se cuestionan sobre los significados de las migraciones en un mundo marcado por un sistema mundial de explotación; por último, los sistemas migratorios y las redes sociales se centran en por qué las migraciones se perpetúan en el tiempo. Cada uno de estos conjuntos de aproximaciones resalta ciertos componentes, parte de ellos complementarios y parte contradictorios, sobre la relación entre las movilidades internacionales y la protección social.

2.2.1 El hombre marginal y la asimilación nacional

La Escuela de Chicago tiene una posición seminal en la historia de los estudios migratorios. La notoria concepción de Park de la ciudad como un laboratorio llevaba a la afirmación de una sociología fundamentada en la observación directa de lo social. La ciudad de Chicago, con su gran población inmigrante de polacos, irlandeses, italianos, puertorriqueños, mexicanos, así como de muchos negros norteamericanos, constituía uno de los escenarios más favorables a la observación sociológica de principios del siglo XX. El análisis directo del terreno social también tenía como efecto inmediato la contraposición, con diferentes grados de intensidad, a los enfoques de la época que asumían los prejuicios sociales a los negros y extranjeros y postulaban la tesis de su incapacidad de integración. En Estados Unidos ese el caso de obras como “Social & Mental Traits of the Negro” (ODUM, 1910).

La Escuela de Chicago ha contribuido sobremanera al avance de los estudios migratorios y de las relaciones étnicas. Sus representantes han promovido aproximaciones más comprensivas de las culturas, en la medida que no cerraban ellas en encuadramientos estáticos e a-históricos y hacían hincapié en los aspectos simbólicos. No hay como referirse a los orígenes de la sociología de las migraciones sin hacer mención de la obra *The Polish Peasant in Europe and America* (THOMAS; ZNANIECKI, 1918). En este estudio pionero los autores describen el itinerario de los campesinos inmigrantes venidos de Polonia, las relaciones con las familias en los lugares de origen y los caminos en busca del sueño y del modo de vida americanos. Esta obra representa un inicio para la Escuela de Chicago y para la sociología de las migraciones y un marco metodológico para la sociología en conjunto debido a la utilización del enfoque biográfico, relacional y multisituado (volveremos a ese tópico en el capítulo 6).

Los años 1930 fueron marcados por la gran influencia de los estudios de la Escuela de Chicago. Donald Pierson, doctorando de Park, viene a Brasil con el propósito de estudiar en la citada década las relaciones étnico-raciales en el nordeste del país, particularmente la movilidad social del negro. Park y Pierson estaban especialmente interesados en discutir la tesis de la “democracia racial” de Gilberto Freyre (1933). La llegada de Pierson a Brasil tuvo un papel importante en la institucionalización de la sociología, permitió apalancar la ida de investigadores de brasileños a Chicago y alentó el desarrollo de investigaciones sobre las relaciones raciales (lo que incluía a los migrantes, como en la investigación de Araujo, 1940), los estudios de comunidad y los estudios de las ciudades (especialmente São Paulo) (MENDOZA, 2005). La influencia de la Escuela de Chicago en Brasil, y en otras partes de América Latina, y su énfasis en el trabajo empírico, tuvo un rol preeminente en el debate público sobre las relaciones étnico-raciales y en la contraposición a los posicionamientos racistas que seguían en boga, incluso en las ciencias sociales²⁰.

Desde el punto de vista conceptual, la tesis de Park (1928) acerca de la marginalidad del inmigrante, vinculada a la idea de asimilación, tuvo gran impacto:

Una de las consecuencias de la migración es crear una situación en la que el mismo individuo, que puede o no tener una mezcla de sangre, se esfuerza por vivir en dos grupos culturales diversos. El efecto es producir un carácter inestable, un tipo de personalidad con formas características de comportamiento. Este es el “hombre marginal”. Está en la mente del hombre marginal que las culturas en conflicto se encuentran y fusionan. Por lo tanto, es en la mente del hombre marginal que el proceso de civilización está visiblemente en marcha, y es en la mente del hombre marginal que el proceso de civilización puede ser mejor estudiado (PARK, 1928, p. 881, traducción nuestra).

El hombre marginal, en la acepción de Park, representa el tipo de personalidad moderna. El inmigrante es un hombre marginal, pues está al margen de las culturas nacionales de origen y destino, con relación a las cuales mantiene relaciones de proximidad y distancia, de implicación e indiferencia (PARK, 1928, p. 888). La tesis del hombre marginal representa un diagnóstico de la modernidad, más particularmente de un momento

²⁰ En el marco de la antropología brasileña de principios del siglo XX, João Batista Lacerda fue una referencia del darwinismo social y de la defensa de tesis racistas que buscaban promover el blanqueamiento de la población. Entre las tesis del autor están: “A imigração crescente dos povos de raça branca, a seleção sexual, o desaparecimento de preconceitos de raça cooperam para a extinção a curto prazo dos mestiços no Brasil. (...) Após um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, na maior parte, pelos indivíduos de raça branca, latina, e, ao mesmo tempo, o negro e o índio terão sem dúvida desaparecido desta parte da América (LACERDA, 2011 [1911], p. 242).

y un lugar de hibridez, en el que diferentes universos simbólicos se superponen y dificultan la integración social, al tiempo que contribuyen al progreso social. La concepción del individuo migrante como hombre marginal se articula con un presupuesto de homogeneidad de las estructuras socioculturales conformando así la problemática de la asimilación: ¿Cuáles son las consecuencias de las migraciones para las relaciones étnico-raciales y para la cultura nacional? ¿Los migrantes van a renunciar a su cultura originaria para integrarse a la sociedad de destino? Esta problemática ha sido tratada, en los inicios de la Escuela de Chicago, por medio de una devaluación de las culturas de los lugares de origen, simultáneamente a un optimismo cuanto la capacidad de asimilación del lugar de destino. Desde el punto de vista práctico, esta tesis llevaba al argumento de que deberían existir políticas institucionales para facilitar la asimilación de los inmigrantes a las ideas de la sociedad receptora (en ese caso los Estados Unidos).

A partir del ángulo asimilacionista, la migración es vista como un problema social para el lugar de destino, particularmente de carácter sociocultural. El enfoque, en este sentido, no es la comprensión de los motivos para emigrar, sino las implicaciones de la inmigración para las estructuras sociales del lugar de destino. Esta mirada tiende a considerar las migraciones como un mecanismo potencialmente desestabilizador y de riesgo. Esta concepción, evidentemente, tuvo repercusiones importantes para el encuadramiento de las migraciones como un problema social marcado por la necesidad de integración social mediante la aculturación. En ese marco, la interfaz entre migraciones y la protección social no es tratada directamente, pero hay una narrativa de base que supone que la integración del inmigrante en el lugar de destino es algo positivo tanto para su propio bienestar como para el bien común.

Este marco analítico promovió la problemática de la asimilación para la cual presentó dos argumentos generales: su linealidad, o sea, que con el tiempo los inmigrantes se integrarán a la sociedad de destino y abrirán mano de la cultura de origen; y su dualidad, es decir, que las migraciones ocurren en una sociedad nacional culturalmente integrada a otra. Estas hipótesis han sido problematizadas, criticadas y complejizadas, promoviendo nuevos aportes sobre la asimilación y la integración inmigrante. Entre ellos, es posible destacar la tesis de la “asimilación segmentada” (ZHOU, 1997; PORTES; RUMBAUT, 2001) que postula que los inmigrantes tienden a integrarse junto a los otros grupos subalternos de los lugares de destino y que ese proceso tiende a ser marcado por una disonancia entre la primera

y segunda generaciones de inmigrantes (PORTES; RUMBAUT, 2001); de la “disimilación” que argumenta que los impactos culturales ocasionados por las migraciones deben ser vistos también con relación a los lugares de origen (SAYAD, 1998; FITZGERALD, 2008); y del “transnacionalismo” que defiende la no contradicción entre la integración en origen y destino (BASCH.; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994).

2.2.2 Los mundos económicos y nacionales de atracción y repulsión

A finales del siglo XIX, Ravenstein propuso las “leyes de las migraciones” (RAVENSTEIN 1885; 1889), en la que buscaba, a partir de los censos poblacionales británicos, definir ciertos patrones para los flujos migratorios (sobre todo internos, pero también internacionales). Entre los postulados por el autor, es posible destacar los que abordaron:

- Las causas: los factores económicos son la principal causa de la migración;
- El origen: la migración ocurre por etapas, desde lo rural a las ciudades más cercanas y de ellas a lugares más lejanos;
- La distancia geográfica: los migrantes se mueven principalmente en distancias cortas; los que van a distancias más largas tienen como destino los grandes centros de la industria y el comercio;
- El género: las mujeres tienden a migrar más que los hombres en los límites del país de su nacimiento, pero los hombres con más frecuencia se aventuran más allá;
- Los migrantes: la mayoría de las migraciones ocurre por la acción de individuos sueltos, las familias rara vez migran fuera de su región;
- Las ciudades y las migraciones: las grandes ciudades crecen más por migración que por incremento natural;
- El desarrollo y las migraciones: la migración aumenta junto con el desarrollo de la industria, del comercio y de las tecnologías de transporte;
- El retorno: cada corriente migratoria produce una contracorriente (tendencia al equilibrio), que no tiene, necesariamente, la misma intensidad.

A pesar de las críticas recibidas, esos axiomas contribuyeron a la formación de algunas de las bases de la geografía contemporánea e incentivaron hipótesis y modelos interpretativos utilizados hasta hoy (KING, 2012, pp. 12-13; WRIGHT; ELLIS, 2016). En el ámbito de los estudios migratorios, los postulados de Ravenstein sirvieron de base para el

desarrollo de los modelos de atracción-repulsión (*push-pull*). Esta forma de concebir y explicar las migraciones tuvo una posición hegemónica hasta, por lo menos, los años 1960 (KING, 2012, p. 13). Los modelos de atracción-repulsión se fundamentan en los preceptos de la economía neoclásica, particularmente en la idea de acción racional y en el principio de maximización de utilidad. Massey y sus colegas (MASSEY et al, 1993) destacan que la utilización de la economía neoclásica para el análisis de las migraciones ocurre tanto a nivel macro, por la distribución desigual de capital y trabajo entre diferentes países y regiones (lo que genera fuerzas de atracción o repulsión), como a nivel micro, en que las migraciones son el resultado de la reflexión individual de las ventajas (por ejemplo, las ganancias salariales) y las desventajas (costes del viaje y de transición).

Everett Lee fue uno de los que buscó desarrollar el modelo analítico de atracción-repulsión desde una mirada macrosocial. Para el autor (1969), “Las variaciones en el volumen de migración están relacionadas con la diversidad de las regiones y las poblaciones que las habitan, con el grado de dificultad de los obstáculos intervinientes y con las fluctuaciones de la economía” (p. 47, traducción nuestra). De esta forma, para el autor las migraciones son el resultado de la acción interviniente de factores de atracción y repulsión vinculados al lugar de origen y de destino, así como los obstáculos intervinientes (que pueden ser generales, como la distancia, o variar dependiendo de cada individuo) y posibles factores personales (por ejemplo, el ciclo de vida, las informaciones disponibles y la cultura del individuo) (LEE, 1966).

Desde el punto de vista microeconómico, esa forma de concebir el proceso migratorio se fundamenta en la idea de que el acto de migrar es el resultado de un cálculo racional e individual, en el que se contraponen los diferenciales (esperados o reales) de empleo y renta entre el lugar de origen y el de destino (LEWIS, 1954; HARRIS; TODARO, 1970). De esta forma, según ese ángulo analítico, las migraciones tienden a ocurrir entre lugares con menos oportunidades para lugares con mayores prospectos de renta. Además de afirmar una imagen individualizada y masculinizada de las migraciones, que reduce al migrante al trabajador asalariado, este abordaje establece el argumento de que existe una tendencia de que las migraciones funcionen como un obstáculo para el desarrollo económico y para el bienestar en los lugares de origen en la medida en que representan una fuga de capital humano y económico (TAYLOR, 1999, p. 67).

Los modelos de atracción-repulsión fueron ampliamente criticados por su determinismo, utilitarismo, funcionalismo y falta de historicidad (MASSEY et al, 1998, p. 8-14; KING, 2012, p. 14). Para Sassen (2007), estos modelos describen las migraciones como movilidades racionalmente motivadas entre mundos económicos y nacionales de atracción y repulsión, lo que lleva a una simplificación exagerada de la complejidad de la realidad social, en la medida en que consideran tan solo las condiciones sistémicas (supuestamente homogéneas) de toda una región o de un país, lo que debería llevar a olas masivas de migración (p. 131). Si este tipo de análisis explica por qué algunas personas migran, es incapaz de explicar por qué muchas personas no migran (Sassen, 2007, p. 131). Para Arango y Sassen, existe una “brecha sociológica” en este enfoque, en la medida en que hay descuido de la importancia de factores y dinámicas de carácter personal, familiar y cultural. Además, hay una incapacidad de reconocer la especial relevancia, en algunos casos, de procesos en escalas subnacionales y de las dinámicas de reclutamiento transnacional de mano de obra migrante por segmentos económicos específicos (ARANGO, 2004, pp. 19-20; SASSEN, 2007, p. 131).

La reducción analítica operada por los modelos de atracción-repulsión, fundamentados en los preceptos de la economía neoclásica, hace que la relación entre las migraciones y la protección social sea percibida de manera lineal, individual y tan solo como permeadas por el acceso a rendimientos. Hay, de esta forma, una negación a la posibilidad de estrategias de protección multisituadas o provisionales, así como se deja de lado el acceso a derechos sociales como un aspecto interviniente en la formulación de los proyectos migratorios.

2.2.3 El centro y las (semi) periferias del mundo capitalista

Los modelos histórico-estructurales explican las migraciones internacionales por medio de la adopción de un nivel analítico que tiene como enfoque las macro-relaciones socioeconómicas, la división internacional del trabajo y los sistemas de dominación política. De esta forma, más que una teoría de las migraciones, los modelos se fundan en una economía política global y en generalizaciones históricas, que tienden a llevar a postulados deterministas (ARANGO, 2004, p. 17). Este modo de concebir las dinámicas de movilidad se hace presente en diferentes teorías. A continuación, discutiremos, de forma breve, dos

modelos que se diferencian por su nivel analítico: la teoría del sistema-mundo y la teoría de los mercados laborales duales.

La teoría del sistema-mundo, desarrollada a partir de la teoría de la dependencia, posibilita no solamente comprender muchos de los aspectos de la globalización, tal como se menciona en el capítulo 1, pero también viabiliza la constitución de tesis amplias sobre las migraciones internacionales. Este enfoque promueve un análisis histórico del desarrollo del capitalismo, llamando la atención para la conformación de relaciones asimétricas entre países y regiones, en lo que concierne a los vínculos comerciales y los flujos de capital y de trabajadores (WALLERSTEIN, 2006). Las desigualdades, en gran medida calcadas en el pasado colonial y en los múltiples vínculos de dependencia, conforman una división internacional del trabajo, marcada por la existencia de países centrales, semiperiféricos y periféricos. Para la teoría del sistema-mundo, la migración es una forma de expresión de la dependencia de los países (semi) periféricos.

El desarrollo del capitalismo mundial tendería a una desorganización de las regiones rurales de los países periféricos, forzando a la emigración de grandes contingentes poblacionales y obligando a ofrecer su mano de obra a bajo costo (KING, 2012, p. 19). De ahí que, para esta perspectiva, la capacidad de movilidad del trabajo –expresada en las migraciones internas e internacionales– se ve como una de las formas en que la fuerza de trabajo se subordina al imperativo de la acumulación del capital y se desplaza hacia lugares donde es posible un incremento del nivel de extracción de la plusvalía. En el marco de los estudios migratorios, este enfoque ha sido criticado por tres razones principales (GLICK SCHILLER et al., 1992; FAIST, 2010, p. 101; KING, 2012, p. 19):

- por el reduccionismo de la tesis de que la penetración del capital y los flujos migratorios son procesos mecánicamente correlacionados;
- por menospreciar el papel de los estados nacionales en moldear los flujos migratorios;
- y por considerar a los migrantes tan solo como fuerza de trabajo y no reconocer su capacidad de agencia.

Para las teorías del mercado de trabajo dual, la migración tiene su explicación en la estructura de oportunidades de trabajo constituida por la demanda de los mercados laborales. En cierta forma, se comparte de los mismos preceptos de la teoría del sistema-mundo, pero con un enfoque especial a la estructura de los mercados de trabajo. Para Piore (1979), una

de las principales referencias de esa perspectiva, cuatro son las características del proceso de migración de países menos desarrollados para países más desarrollados (pp. 16-17):

- I. Los puestos de trabajo ocupados por los migrantes tienden a ser en segmentos a ellos reservados;
- II. El inicio del flujo migratorio es el resultado de la iniciativa de los empleadores en los lugares desarrollados;
- III. La facilidad que los empleadores tienen en iniciar los flujos permite sugerir que el suministro de los inmigrantes es inagotable;
- IV. Una vez iniciado el flujo migratorio, este es difícilmente bloqueado.

En consecuencia, ese ángulo analítico contraría la tesis de que la migración es fruto de una elección racional e individual y confiere prominencia a las movilidades promovidos por los empleadores en el lugar de destino. La tesis de esa teoría es que el mercado de trabajo es dual, con un sector destinado al trabajo de los nativos y con mejores condiciones de trabajo y mayores posibilidades de ascendencia, y otro sector en el que trabajan los extranjeros, con peores condiciones de trabajo, mayor inestabilidad, menor calificación y menor potencial de movilidad ascendente. Sassen, en su análisis de las “ciudades globales” (SASSEN, 1991), demostró cómo las transformaciones urbanísticas, demográficas y de la estructura económica (especialmente el fortalecimiento del sector de servicios financieros) en estas ciudades llevaron a una polarización del mercado de trabajo y, como consecuencia, hubo un aumento de la economía informal, de la desigualdad social y de las personas sin vivienda.

Los dos marcos interpretativos recién esbozados no son autoexcluyentes y pueden ser combinadas en un mismo modelo explicativo. Uno de los puntos comunes relevantes es la reducción de la agencia migrante a su papel como factor de producción. Esa visión de los inmigrantes como “*commodities*” hace que la interfaz entre migraciones y protección social tienda a ser vista como resultado de las privaciones materiales e inestabilidades institucionales creadas por las fuerzas sistémicas que terminan por expulsar a las poblaciones periféricas, produciendo así un “ejército de reserva de mano de obra migrante”. Otro punto que se puede resaltar es que esas perspectivas tienden a suponer un mundo demarcado por fuerzas sistémicas de actuación nacionalmente diferenciada, lo que es evidenciado, por ejemplo, por la noción de países centrales y semiperiféricos. Nuevamente, tal como en las aproximaciones fundamentadas en la economía neoclásica, hay suposición de cierta homogeneidad de los territorios nacionales, como marcados por atributos internamente

generalizados. De todos modos, el énfasis dado a la historia, particularmente a los vínculos y vestigios de las relaciones coloniales, y la importancia conferida a las relaciones internacionales en el análisis de las migraciones representan contribuciones relevantes de esos marcos interpretativos (ARANGO, 2004, p. 17).

2.2.4 La familia y los mundos nacionales de riesgos y oportunidades

A partir de los años 1980, la Nueva Economía de las Migraciones Laborales (NEML) (LUCAS; STARK 1985; STARK; BLOOM, 1985) promovió innovaciones importantes en el análisis de las migraciones e introdujo de manera explícita la problemática de la protección social (TAYLOR, 1999; KING, 2012). La NEML ha criticado el postulado de que la decisión de inmigrar ocurre de forma individual y que toma en cuenta tan solo los diferenciales salariales entre los lugares de origen y destino. La NEML perfecciona el modelo de atracción-repulsión, el marco de la economía neoclásica y los preceptos de la acción racional, argumentando que el proceso decisorio que permean las migraciones ocurre en el ámbito de las unidades domésticas y es atravesado por un intento de compensar las fallas del mercado, como la ausencia o fragilidad de la oferta de crédito y de seguros (por ejemplo, para situaciones de desempleo o para pérdida de cultivos) y un esfuerzo de evitar riesgos y diversificar fuentes de ingresos (por ejemplo, la combinación en el ámbito de una familia del trabajo rural y autoempleo en origen y el trabajo asalariado en destino) (TAYLOR, 1999, p. 75; KING, 2012). El desplazamiento promovido por la NEML no es tan solo de carácter teórico-metodológico, igualmente tuvo implicaciones profundas sobre cómo se conciben las remesas y las interfaces entre migraciones y desarrollo, lo que ha transformado profundamente la forma en que gobiernos y organizaciones internacionales piensan y actúan sobre las migraciones.

En la NEML se construye una imagen sobre las migraciones muy diferente de la esbozada hasta entonces. En lugar de ser una decisión resultante del cálculo de un individuo (o sea el hombre asalariado), se transforma en un proceso que ocurre en el ámbito de la unidad doméstica y de sus estrategias de autofinanciamiento y autosecuritización frente a posibles riesgos (STARK; BLOOM, 1985). Al traer la unidad doméstica al centro del análisis, la NEML llama la atención sobre la centralidad de los acuerdos intrafamiliares de apoyo mutuo para la gestión de riesgos. En consecuencia, la NEML destaca el papel ejercido por las remesas; son ellas las que garantizan liquidez a las unidades domésticas, funcionando

como una forma de infraestructura familiar de seguridad social. Asimismo, pueden ocupar un lugar estratégico en el desarrollo económico de los lugares de origen, por medio de la promoción de inversiones productivas, del apalancamiento del consumo o sirviendo como garantía en la solicitud de préstamos internacionales por parte de los estados (TAYLOR, 1999, pp. 74-75).

La NEML abrió nuevos caminos para la agenda de investigación sobre desarrollo y migraciones. Esta óptica demuestra cómo la movilidad puede ser una forma de garantía de la subsistencia (por ejemplo, compra de víveres para la familia y soporte con gastos de salud) y de estrategia de movilidad social (por ejemplo, inversiones productivas y en la educación de los hijos en el lugar de origen). Al mismo tiempo, la NEML reconoce el potencial que las migraciones tienen para incentivar la inversión empresarial y el consumo en los lugares de origen, generando impactos positivos que van más allá del ámbito de las familias migrantes.

La NEML permite subrayar y complejizar los efectos multiplicadores de las remesas. Si, por una parte, ellas tienden a tener efectos positivos sobre la economía del lugar de origen, por otra parte, pueden tener impactos negativos sobre las desigualdades sociales. Esto ocurre porque los obstáculos, como la falta de información, los costes y los riesgos de la migración internacional hacen que los primeros flujos de emigración tiendan a ser de segmentos sociales que ya poseen medios para hacer frente a esos factores contingentes. De esta forma, la migración, al menos en un primer momento, tiende a ser promocionada por segmentos medios, lo que termina por incrementar las desigualdades en el lugar de origen (TAYLOR, 1999, p. 76). Sin embargo, esta tendencia suele ser revertida en el transcurso del tiempo, ya que los riesgos de la migración disminuyen con el crecimiento y desarrollo de las redes migratorias (MASSEY et al, 1998; DE HAAS, 2010, p. 249). Por lo tanto, a pesar de considerar la centralidad de la unidad doméstica, la NEML tiene en cuenta la relevancia de las comunidades y de las redes migratorias.

Asimismo, la NEML permite llamar la atención de la relevancia de las políticas estatales que incentivan la construcción de sinergias positivas entre las migraciones y el desarrollo. Esto es importante porque el intento compensatorio de las migraciones frente a la falta de crédito, inversión y protección social es siempre contingente y limitado. No se puede caer en una ingenuidad: la capacidad que los migrantes poseen de desarrollar, simultáneamente, los roles de trabajadores, ahorradores, inversores y productores es siempre incierta y finita. Como resultado, la acción de los actores estatales es crucial para la

realización de todos los efectos multiplicadores que pueden desencadenarse por las migraciones y las remesas (GEORGES, 1990).

La NEML ha impulsado el debate sobre las migraciones a nuevas dimensiones, en la medida en que demuestra las interfaces entre las migraciones, las familias, la protección social y el desarrollo. Los efectos de esta contribución son considerables y permitieron la consolidación de distintas agendas de investigación sobre las migraciones, particularmente la que ha buscado explorar sus interfaces con la protección social. Sin embargo, es posible destacar cuatro críticas principales a este enfoque (ARANGO, 2004, p. 23). En primer lugar, promueve el análisis de las estrategias y racionalidades de las familias, pero pone en segundo plano el papel cumplido por los actores no migrantes, como los empleadores y los reclutadores, que actúan de modo relevante para la constitución de los flujos y dinámicas migratorias. En segundo lugar, las dinámicas intrafamiliares no son problematizadas, haciendo que la familia sea vista como un actor homogéneo, armónico y permeado por una reciprocidad simétrica, lo que es particularmente grave al considerar la actuación de marcadores de género y generación. Tercero, el marco interpretativo de la NEML está particularmente pensado para familias transnacionales, caracterizadas por la distancia geográfica y proximidad social. Para el caso de las situaciones de familias que han emigrado en conjunto, ese ángulo se muestra menos fructífero. Por último, la NEML sigue poniendo énfasis en una racionalidad económica; de esta forma concibe las migraciones como una forma de protección social de carácter especialmente económico. Al dejar de lado otros aspectos (como los de carácter político, moral, religioso, emocional etc.), que son parte constituyente del cálculo de riesgos y oportunidades, los enfoques de la NEML reducen la complejidad del fenómeno migratorio y de sus contextos contingenciales y de incertidumbre.

2.2.5 Los sistemas migratorios y las redes sociales

Los enfoques de los sistemas migratorios, inspirados en la teoría general de los sistemas de Parsons, lleva la interpretación de las migraciones más allá de la racionalidad de causa y efecto que marcaron los modelos calcados en la idea de atracción y repulsión. De esta forma, para esa perspectiva, de la cual el estudio de las migraciones rural-urbanas de Mabogunje (1970) fue pionero, las migraciones no se consideran resultado de un episodio aislado, producto de un cálculo racional de costos y beneficios. A diferencia de eso, las migraciones son vistas como un producto social que, como tal, es multicausal,

interdependiente de otros procesos y que está en permanente autotransformación (BOYD, 1989). Como resultado, se va más allá de las concepciones duales, lo que posibilita considerar la posibilidad de formatos migratorios circulares y pendulares, y se destaca el potencial que las migraciones poseen en generar nuevos flujos migratorios (lo que Massey ha denominado de *causación acumulativa*²¹).

El concepto de sistema migratorio alude al conjunto de vínculos históricos, culturales, sociales, políticos y económicos (por ejemplo, lazos de carácter comercial o fundamentados en un pasado colonial) existentes entre dos o más espacios (generalmente estados-nacionales) que lleva a la constitución de flujos y contraflujos migratorios estables entre ellos (PORTES; WALTON, 1981; ZLOTNIK, 1992; FAWCETT; ARNOLD, 1987). De esta forma, este enfoque busca promover una agenda de investigación interdisciplinaria que sea capaz de llevar a cabo un análisis integrado de los factores micro (dinámicas familiares e individuales), meso (redes sociales) y macro (configuraciones institucionales) que permean las migraciones (CASTLES; MILLER, 2009, p. 28).

El análisis en términos de sistemas migratorios ha promovido un desplazamiento analítico importante en la medida en que, en lugar de una interpretación de las características del lugar A y del lugar B, este enfoque promueve una interpretación de la relación entre A y B. Este paso incentivó el desarrollo y la amplia aplicación del enfoque de las redes sociales en el ámbito de los estudios migratorios. La mirada de las migraciones como redes sociales existió desde las investigaciones pioneras de Thomas y Znaniecki. Sin embargo, a pesar de esa larga trayectoria, el carácter decisivo del nivel mesosocial (FAIST, 2010), que permite vincular los niveles micro y macro, solo comenzó a ser reconocida en las últimas tres décadas. Por tanto, para Fussell (2012) el análisis en redes rellena una laguna importante en los estudios migratorios, en la medida en que permite interpretar tanto las causas iniciales de la migración como su continuidad y dispersión en el tiempo y espacio. El hilo conductor de esa perspectiva es sintetizado de forma brillante por Charles Tilly (1990): “(...) no son las personas las que migran, sino las redes (p. 79, traducción nuestra).

El enfoque de redes sociales de las migraciones se fundamenta en las teorías del capital social (particularmente de Bourdieu, Coleman y Portes). El capital social puede ser entendido de forma sintética como la capacidad de los actores en garantizar beneficios por

²¹ “La causación es acumulativa en el sentido de que cada acto de migración altera el contexto social dentro del cual se toman las decisiones de migración subsiguientes, por lo general de una manera que hace más probable el movimiento adicional” (MASSEY, 1999, p. 45, traducción nuestra)”.

medio de la virtud de pertenecer a redes sociales u otras formas de estructuras sociales (PORTES, 1998, p. 5). El capital social es un elemento fundamental y diferenciador del inmigrante, al permitir que los actores con los que él tenga vínculo puedan tener acceso a recursos que de otra forma no sería posible. De ahí que, para Massey (1988, p. 396), las redes migratorias se definen como el conjunto de lazos interpersonales que vinculan a los migrantes (o retornados) y no migrantes, tanto en origen como en destino, por medio de lazos familiares, de amistad o por medio de un sentimiento comunitario de origen común. En estas redes, los inmigrantes ofrecen diferentes tipos de apoyo, transmiten información, proporcionan respaldos financieros y facilitan oportunidades de empleo y alojamiento.

Boyd y Nowak, a su vez, diferencian tres tipos de redes migratorias: las personales y familiares; las laborales; y las de migración ilegal (2012, pp. 79-83). Es interesante pensar que estos tipos de red tienden a estar vinculados, permitiendo que los actores (migrantes o no) tengan acceso a diferentes tipos de recursos. No obstante, esos tres tipos de redes presentan distintos funcionamientos, potenciales, riesgos y limitaciones. En general, las redes migratorias generan incentivos para las nuevas migraciones, pues disminuyen los costos, riesgos e incertidumbres de la movilidad y aumentan las oportunidades de empleo y renta para las migraciones subsiguientes (MASSEY et al 1998, pp. 42-43; MASSEY, 1999). Además, las redes suelen impactar positivamente en las dinámicas de desarrollo, puesto que constituyen lazos de cooperación y crean un ambiente que incentiva el espíritu empresarial tanto en origen como en destino.

En esta sección discutimos marcos interpretativos de las migraciones fundamentadas en diferentes imaginarios geográficos, pero que tienen en común la idea de que las migraciones se caracterizan por la movilidad entre mundos nacionalmente integrados de bienestar. Al final de esta sección llegamos a los abordajes de las redes sociales migratorias, que representan un tipo de interpretación que está en el límite de ese imaginario geográfico y ha permitido la construcción de estudios que fueran más allá del nacionalismo metodológico. Los análisis en términos de redes permitieron progresivamente promover una perturbación en las bases clásicas de las migraciones, puesto que pusieron énfasis en el carácter relacional del hecho migratorio y destacaron la importancia de los vínculos y lazos transnacionales, que no son comprensibles desde una mirada dicotómica entre uno “aquí” y un “allá” nacional. Por el contrario, el análisis en términos de redes sociales ha llamado la atención para los intersticios entre el “aquí” y los diversos “allás” posibles. Por lo cual, ese

tipo de análisis fue, progresivamente, articulándose y nutriendo la perspectiva transnacional de las migraciones. Además, al reconocer las dinámicas de poder internas a las redes, ese enfoque se mostró muy adecuado para estudios que considerasen la actuación de factores de género (PESSAR, 1999).

El análisis en términos de redes sociales demarca así la transición entre los enfoques de las migraciones que las describieron como movilidades entre mundos nacionales de bienestar y las que abordan las migraciones como portadoras de mecanismos de constitución de espacios transnacionales. En la próxima sección abordaremos el “desborde” de los mundos nacionales de bienestar provocado por la concepción de la interfaz entre migraciones y protección social fundamentada en la noción de cuidado transnacional.

A modo de síntesis

En este capítulo se ha explorado la mirada nacional para la interpretación de la protección social y de las migraciones internacionales. Este ángulo ha adquirido un carácter clásico en la historia de la sociología, lo que ha producido múltiples marcos interpretativos. Ese punto de vista se fundamenta en una suposición de que el territorio y la ciudadanía nacional son los mecanismos principales donde la socialización de los riesgos se realiza y, por lo tanto, conforman las unidades espaciales que expulsan o atraen a las personas en busca de una vida mejor, en un mundo mejor. Si bien el énfasis puesto a escala nacional se justifica por el papel históricamente importante del estado en la garantía del bienestar; esos supuestos conducen a una negligencia tanto de la relevancia del papel que las familias cumplen en la garantía de la protección como del potencial redistributivo que se puede atribuir a las migraciones internacionales. En gran medida, la fuerza del nacionalismo metodológico se debe a una articulación entre su capacidad de construir narrativas comprensibles de lo social y el lastre emocional de la pertenencia nacional que, en tiempos de globalización, tiende a fortalecerse.

Es innegable, sin embargo, que las lentes del nacionalismo metodológico producen una miopía con relación a la protección social, sobre todo si consideramos sus dinámicas contemporáneas. Al concebir lo social esencialmente como nacional, las migraciones son reducidas a movilidades entre mundos nacionalmente integrados de bienestar. Entre las consecuencias de esta mirada equivocada está en concebir las migraciones como procesos lineales y duales: como una etapa provisional, de transición, entre la vida en el país de origen

para la vida en el país de destino. Se niega el carácter complejo y plural que marca las movilidades contemporáneas; se naturaliza el sedentarismo y se anormaliza el movimiento; y se descuida la posibilidad y los incentivos para de constitución de vidas transnacionales. Cuando se aplica el análisis para la comparación internacional, estas lentes tienden a describir los territorios estatales como poseedores de relativa homogeneidad, algo que queda evidente en el trabajo de Esping-Andersen.

En el ámbito de los estudios migratorios existe una tendencia a reducir la explicación de las migraciones a sus factores estructurales (nacionalmente en la mayoría de los enfoques, o en el caso de la teoría del sistema-mundo, internacionalmente determinados) y/o a una concepción del migrante como un actor utilitarista. Incluso sin la intención manifiesta, eso tiene como implicación el rechazo de la capacidad de agencia reflexiva de los migrantes y de la existencia de posibles espacios intersticiales de actuación. El abordaje de las redes sociales ha sido pionera a la hora de superar esas dos limitaciones, lo que ha abierto nuevos frentes analíticos significativos. La postura del nacionalismo metodológico tiene como resultado considerar a los migrantes como víctimas indefensas de las estructuras de explotación o como simples mercancías. En ambos casos, se asiste a una reificación del migrante, definido o bien como objeto de la dominación total, en una óptica crítica (por ejemplo, en la teoría del sistema mundo); o bien como una mercancía que responde a los intereses capitalistas y a dinámicas de atracción y expulsión, desde una mirada economicista. Los marcos del nacionalismo metodológico son insuficientes para el análisis de las migraciones y de la protección social, ya que no dan cuenta de la complejidad de los tipos de movilidad e inmovilidad que responden a múltiples condiciones económicas y políticas locales, nacionales y transnacionales, pero también personales, familiares y comunitarias.

En el próximo capítulo abordaremos un conjunto alternativo de miradas sobre las migraciones y la protección social que ponen énfasis en las dinámicas, potencialmente transnacionales, de cuidado. Estas interpretaciones parten de la identificación del desbordamiento de los mundos nacionales de bienestar promovido por las migraciones y por sus dinámicas intersticiales, especialmente de carácter familiar. Estos estudios no niegan la relevancia de los estados o la existencia de regímenes de bienestar. Lo que esas interpretaciones sí destacan es la capacidad de los vínculos transnacionales entre migrantes, no migrantes, estados, y organizaciones de la sociedad civil a la hora de constituir espacios transnacionales que vinculan lugares de origen, tránsito, destino, así como otros lugares que,

a pesar de estar físicamente distantes, pueden llegar a ser cercanos gracias al esfuerzo colectivo de estos actores. En suma: se refuta la idea de que los regímenes de bienestar son impermeables a en tanto que “mundos nacionales de bienestar”. Por último, en el capítulo 4, argumentaremos en favor de la sinergia posible y necesaria entre los marcos interpretativos nacionales de las migraciones y el bienestar y la perspectiva transnacional de las migraciones y del cuidado.

3 EL CUIDADO TRANSNACIONAL Y EL DESBORDAMIENTO DE LOS MUNDOS DE BIENESTAR

Las migraciones y las vidas transnacionales que ellas hacen posible representan una forma de socialización transnacional de los riesgos sociales. Edifican puentes entre fuentes de riesgos y fuentes de protección social que, por cuestiones históricas, económicas y políticas, se alejaron o nunca se acercaron. De esta forma, las migraciones contemporáneas, y los lazos multisituados que a partir de ellas se desarrollan, debilitan el imaginario keynesiano-westphaliano, marcado por un abismo entre las normas internas y externas a los estados nacionales.

La crítica feminista y la óptica transnacional cuestionaron el presupuesto de confluencia entre ciudadanía y derechos sociales, que fundamenta la concepción de los mundos nacionales de bienestar: ¿Cómo quedan aquellos (y sobre todo aquellas) que, al no formar parte de los “ideales de ciudadanía” (MARSHALL, 1950, pp. 87)²², o por no poseer los requisitos para tal (como, por ejemplo, la nacionalidad), son impedidos, parcialmente o integralmente, de acceder a derechos sociales? Las perspectivas transnacionales y de género reconocen las posibilidades de la protección social a realizarse como cuidado transnacional y, de esta manera, perciben la relación entre ciudadanía y derechos sociales de modo incierto, desigual y fragmentado. Esta problemática hace que las bases nacionales de la cuestión social sean revisadas (FAIST, 2009; 2019): las migraciones internacionales y los vínculos transnacionales que ellas promueven permiten que las familias y las comunidades desarrollen lazos simultáneos con más de un estado nacional, con múltiples mercados y con redes sociales que se extienden por más de un país (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2006).

Este capítulo está organizado en dos secciones. La primera de ellas presenta la perspectiva transnacional, sus fundamentos, conceptos e implicaciones. La segunda sección parte de los estudios de las familias transnacionales para discutir tres enfoques sobre el cuidado: las cadenas globales de cuidado; la organización social del cuidado; y la circulación de cuidado. Cada uno de estos abordajes destaca, de manera complementaria y con énfasis distintos, ciertos vínculos entre (in) movibilidades y protección social a partir de las dinámicas de cuidado.

²² Hay una vasta literatura que critica la noción de ciudadanía en Marshall (1950) debido a su carácter genderizado. Véase, por ejemplo: O'Connor, 1993; Fraser y Gordon, 1994b.

3.1 LA TRANSNACIONALIZACIÓN DE LA VIDA SOCIAL

Esta es la era de la migración (CASTLES; MILLER, 2009), no solo porque las personas se mueven cada vez más, sino también porque los vínculos sociales transfronterizos constituyen estructuras que puede mantenerse en el tiempo y que no requieren continuidad espacial. Este mundo laberíntico y en forma de mosaico no es apropiadamente capturado ni por los estudios sobre globalización, debido a su narrativa desespacializada de lo social, ni por gran parte de la sociología que presupone una equivalencia entre sociedad, cultura y territorio nacional. De hecho, las vidas transnacionales no son analizadas en toda su complejidad incluso por parte importante de los estudios migratorios, que insisten en la falsa dicotomía entre los estudios sobre la integración y asimilación de los inmigrantes en los lugares de llegada y las investigaciones sobre las consecuencias de la emigración en los lugares de partida (LEVITT, 2018, p. 20). Desde estas limitaciones, examinaremos en esta sección los conceptos, los temas y las cuestiones de un camino alternativo: la mirada transnacional (LEVITT, 2018).

Los enfoques transnacionales no forman una teoría homogénea, por lo que son descritos como una perspectiva (FAIST, 2010, p. 1672), una lente, una mirada o un espejo (LEVITT, 2018). Se puede decir que la óptica transnacional tiene como objeto privilegiado las migraciones internacionales; sin embargo, genera análisis de las migraciones más allá de la movilidad geográfico-espacial. El punto de vista transnacional se diferencia –sin dejar de buscar sinergias (como, por ejemplo, en Faist, 2010, Glick Schiller, 2010 y Boccagni, 2011)– de los abordajes de la globalización, por tender a llevar a un análisis que parte de la acción de los actores y por tener una mayor apertura para posibles interconexiones entre diferentes escalas, cuestionando así el supuesto de que determinados procesos sociales y componentes institucionales son “puramente” globales o locales (LEVITT, 2018).

La transnacionalización de la vida social está impregnada por interfaces que parecen contradictorias, pero que se combinan frecuentemente: inmovilidades y movilidades, pertenencias nacionales y vínculos transnacionales y presencia social y distancia física. De esta forma, son producidas formas de vida que desafían concepciones sociales y sociológicas fundamentales, como las nociones de ciudadanía, protección social y familia, y visualizan la existencia de una laguna en la sociología contemporánea. Si los estudios de globalización plantean cuestiones sobre las nuevas configuraciones estructurales de lo económico y de lo político, la emergente agenda de los estudios transnacionales se pregunta sobre la

transformación y los efectos de los nuevos contornos de la vida social. ¿Cuáles son las consecuencias sociológicas y societales cuando las personas, ya sean migrantes o no, organizan aspectos centrales de sus vidas –como los arreglos de cuidado familiar, los recursos de protección social, las trayectorias educativas y las formas de acceso a la salud– considerando marcos que van más allá del contenedor nacional (LEVITT, 2018, p. 4)? ¿Cómo esto demanda una transformación en el análisis de las desigualdades sociales, de las relaciones raciales, de clase y de género? (FAIST, 2019)

Hasta mediados de los años 1990, las migraciones internacionales se describían a menudo como un fenómeno marginal y anómico, una excepcionalidad con pocas implicaciones macrosociales. Generalmente, no se reconocían la existencia y relevancia de los diversos tipos de vínculos sociales a escala transnacionales, fueran simbólicos, afectivos o materiales. El lanzamiento de *Nations Unbound*, escrito por Linda Basch, Nina Glick Schiller y Cristina Szanton Blanc (1994), marcó la virada transnacional en los estudios migratorios y en diversos campos de la sociología (LEVITT; SØRENSEN, 2004). Las autoras definieron el transnacionalismo como el proceso por el cual los inmigrantes forjan y sostienen múltiples lazos sociales que aproximan a las sociedades de origen y destino (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994, p. 6). Por lo tanto, desde este punto de vista, no hay contradicción entre las prácticas transnacionales y la integración en el país de destino. A partir de esa obra seminal, se abrió el camino para el reconocimiento de la relevancia empírica y teórica de los vínculos transfronterizos desarrollados por actores móviles y no móviles. Además, esa obra permitió que, gradualmente, la inadecuación de los marcos analíticos anteriores fuera evidente. Dos postulados centrales marcaron la crítica desarrollada por y desde el trabajo de Basch y sus colegas:

El primero es que *la sociedad corresponde al estado-nación que engloba a un pueblo, un territorio y una cultura*. Esta concepción clásica de la sociedad (DUBET, 2007) se fundamenta en el nacionalismo epistemológico y metodológico (SMITH, 1979; GLICK SCHILLER, 2007, 2013; WIMMER; GLICK SCHILLER, 2002) que concibe que los procesos sociales y las formas de ser y vivir, así como los fundamentos de la explicación sociológica, se inscriben en el marco de las fronteras nacionales. El nacionalismo metodológico está igualmente vinculado a la tesis de sedentarismo, es decir, de que la movilidad es anómala y provisional. Por lo cual, se supone que la migración es un proceso que tiene desenlace con el retorno al país de origen, como afirmación de una pertenencia

cultural esencial (o como un proyecto migratorio fallado), o es concluida con la asimilación al país de destino, entendido como un proceso de aculturación. Además, por último, este postulado se relaciona directamente a un esencialismo étnico (GLICK SCHILLER, 2013, pp. 27-28), es decir, el acto de etiquetado de un grupo por una categoría nacional o étnica (FAIST, 2010).

La perspectiva transnacional considera que los espacios de flujos (personas, ideas y bienes) están incrustados (*embedded*) en espacios de lugares²³. En otras palabras, flujos más intensos a través de las fronteras no se traducen en un mundo sin fronteras (FAIST, 2010, p. 87). A pesar de que los estudios transnacionales no utilizan el estado-nación como primera unidad de análisis, se tiene en cuenta la posibilidad de que las normas locales y nacionales no son determinadas directamente por modelos globales (GLICK SCHILLER, 2007, p. 53). Al negar la equivalencia entre sociedad y territorio estatal, y proponer una apertura a múltiples posibles interfaces entre distintos tipos de actores estatales y no estatales en diferentes espacios, lugares y escalas (OLWIG; SØRENSEN, 2002), las lentes transnacionales abren camino hacia nuevas acepciones de lo social y de la sociedad (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004).

El segundo postulado criticado por la mirada transnacional es el basado en una visión *push-and-pull* de las migraciones o sea que *el fenómeno migratorio está determinado por factores estructurales de atracción y expulsión*. Esta afirmación tiene como presupuesto la percepción del migrante como un agente pasivo, “empujado” y “atraído” por factores estructurales de ámbito nacional (concebido como un espacio de relativa homogeneidad, algo típico de una visión desde el nacionalismo metodológico), sobre todo económicos (la presencia o ausencia de oportunidades laborales y educacionales, así como los niveles de sueldos). En consecuencia, y tal como se ha discutido en el capítulo 2, en ese marco interpretativo la migración internacional es concebida como un proceso lineal, uni o bidireccional en el que la dinámica está determinada por el diferencial de acceso a recursos, mercados y oportunidades entre los países de origen y de destino.

²³ A pesar de movilizar las nociones de espacio de lugares y espacios de flujos de Castells (2005), la mirada transnacional suele negar el postulado de la tendencia de un desplazamiento de la centralidad de los espacios de lugares hacia el de espacio de flujos. Antes de identificar una contradicción esencial entre estos dos tipos de espacios, las lentes transnacionales buscan explorar las interfaces, potencialmente difíciles y contradictorias, entre esas dos formas de espacio.

La perspectiva transnacional ha operado un desplazamiento importante en la forma en que se define el hecho migratorio: en lugar de ser descrito como un proceso lineal, del país de origen al de destino, se reconoce la existencia de formas plurales de movilidad, que pueden caracterizarse por la pertenencia simultánea a más de un lugar (LEVITT, 2018, p. 4). Por consiguiente, la migración es entendida como un proceso complejo, multidireccional; y el migrante, como un sujeto activo, que no reduce ni a la noción de *commodity* ni a la de *homo economicus*. El migrante es visto como sujeto capaz de estrategias intersticiales en el ámbito de las estructuras sociales y de los estados nacionales. De esta forma, las lentes transnacionales parten de la centralidad de la *praxis* en la estructuración de la sociedad²⁴, para negar parte de los presupuestos nacionalistas y globales y proponer una mirada multiescalar de lo que ocurre en los espacios nacionales, “debajo de ellos” (DOBBS; LEVITT, 2017; DOBBS et al, 2018), “entre ellos” y “más allá de ellos” (BAUBOCK, 2016, p. 4; LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; FAIST, 2010; GLICK SCHILLER; FAIST, 2010; GLICK SCHILLER, 2015).

Portes (2005) identificó cinco afirmaciones que marcan las convergencias principales de la perspectiva transnacional. A pesar de que la síntesis por él desarrollada ya cuenta con más de una década, tales confluencias siguen siendo plenamente válidas, y se requiere tan solo actualizar el contenido. La primera afirmación sostiene que *el transnacionalismo representa una mirada novedosa, no un fenómeno nuevo*. Eso se debe al hecho de que muchos migrantes se involucraron en actividades transnacionales en el pasado, por ejemplo, como comerciantes, activistas en exilio o trabajadores estacionales (PORTES, GUARNIZO E LANDOLT, 1999, p. 225; PORTES, 2005, pp. 3-4; MORAWSKA, 2003; THOMAS; ZNANIECKI, 1918). En ese sentido, Smith (2003) comenta: “(...) si la vida transnacional existió en el pasado, pero no fue reconocida como tal, entonces la lente transnacional hace el nuevo trabajo analítico de proporcionar una forma de ver lo que estaba allí y que no se podía ver antes” (p. 725, traducción nuestra). Sin embargo, a pesar de la antigüedad de estos fenómenos, diversos autores destacan las particularidades de las sociabilidades transnacionales contemporáneas, sea por los impactos de la globalización o por las mayores posibilidades de movilidad y conectividad generadas por la emergencia y difusión de nuevas tecnologías de comunicación, información, logística y transporte

²⁴ No es sin razón que Morawska (2001) y Glick Schiller (2015) destacan que muchas de las bases de la perspectiva transnacional pueden encontrarse en la teoría de la estructuración de Giddens (1984).

(LACROIX, 2014, p. 644; PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 1999, p. 223-224; FAIST, 2010, p. 87; COGO, 2012).

La segunda convergencia es la de que *el transnacionalismo es un fenómeno de las bases* (PORTES, 2005, pp. 4-5). Esto significa que ese proceso hace referencia mayormente a las actividades desarrolladas por actores privados “desde abajo”, como los migrantes, pero también las ONG, movimientos sociales y asociaciones comunitarias. En este sentido, Faist hace una distinción entre transnacionalización, espacios sociales transnacionales y transnacionalidad. Mientras que el primero hace referencia a los procesos específicos de transacciones transfronterizas, el segundo remite a estructuras transfronterizas que se extienden a través de las fronteras de diversos estados nacionales, y, el último, alude al alcance de las transacciones transfronterizas de los agentes (FAIST, 2014a, pp. 8-9). Además, lo transnacional se diferencia, según Faist, de los procesos de internacionalización que hacen referencia a los vínculos, eventos y procesos mantenidos exclusivamente por los estados y sus agentes; y de globalización, que se refiere a los efectos de las estructuras, procesos y dinámicas mundiales en escalas geográficas inferiores (FAIST, 2010, pp. 1667-1668; FAIST, 2014a, p. 7). Portes (2005), a su vez, prefiere no hablar de actividades globales, sino de multinacionales, o sea, aquellas acciones de carácter económico, político y sociocultural que se localizan en más de país y que son desarrolladas por organizaciones intergubernamentales y supranacionales, por corporaciones económicas y por instituciones de alcance global, como la iglesia católica (p. 5).

Considerando esas nomenclaturas, Pries diferencia los estudios comparativos internacionales, las investigaciones sobre el sistema-mundo y los estudios transnacionales. Mientras que los primeros tienen como unidades de referencia los estados nacionales vistos como sociedades nacionales, los segundos tienen el sistema-mundo como su objeto, y los últimos analizan espacios sociales multi-localizados y transfronterizos (PRIES, 2008, p. 7). Como señala Hannerz (1996, p. 6), el marco analítico de los estudios de globalización no tiene capacidad heurística para el análisis de actores transfronterizos, en la medida en que tiende a referirse a una escala mundial, permeada por cierta convergencia y homogeneidad. Vertovec (2003), a su vez, destaca que, a pesar de la relevancia de distinguir las nociones espaciales y los análisis que ellas pueden fundamentar, es muy importante que se construyan medios de diálogos transdisciplinarios entre esos campos de estudio.

El tercer punto en común es que *no todos los inmigrantes son transnacionales* (PORTES, 2005, pp. 5-6). Si, por una parte, no se puede reducir el fenómeno migratorio a un camino lineal hacia la asimilación en el lugar de destino, tampoco podemos, por otra parte, desconsiderar que muchos migrantes pueden desarrollar trayectorias orientadas a la disolución de lazos sociales con el lugar de origen. Inicialmente, Basch y sus colegas definieron la emergencia contemporánea del "transmigrante", un nuevo tipo de migrante que, a pesar de estar enraizado en el lugar de destino, mantiene múltiples vínculos con su lugar de origen (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994, p. 8). Este concepto no tuvo amplia adopción porque tiende a llevar a estudios con un muestreo sobre la variable dependiente, lo que limita el análisis de las dimensiones no transnacionales de la vida social, que pueden ser importantes o, incluso, hegemónicas (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002). Por último, estudios como el de Mazzucato (2008) demuestran que una trayectoria de asimilación en el lugar de destino no es necesariamente incompatible con el mantenimiento de vínculos transnacionales.

La cuarta confluencia se encuentra en torno del postulado de que *el transnacionalismo inmigrante tiene consecuencias macrosociales*. La agenda de investigación sobre las relaciones entre migración y transformación social es amplia y aborda diferentes aspectos en mutación: el desarrollo, las fronteras, los derechos, las pertenencias culturales, nacionales y religiosas, las relaciones entre géneros, razas y clases y un abundante etcétera (CASTLES; OZKUL; CUBAS, 2015; AMELINA; HORVATH; MEEUS, 2016; FAIST; AKSAKAL; SCHMIDT, 2017).

Un numeroso conjunto de estudios (SØRENSEN; HEAR; ENGBERG--PEDERSEN, 2002; FAIST, 2008; PIPER, 2009; DE HAAS, 2010; FAIST; FAUSER; KIVISTO, 2011; SØRENSEN, 2012; LEVITT; LAMBA-NIEVES, 2013) ha demostrado las interfaces entre migraciones, vínculos transnacionales y desarrollo. Las remesas son el principal mecanismo de esta relación. En 2014, los "países en desarrollo" recibieron 431.000 millones de dólares en remesas, lo que representa cerca del 26 % del total del flujo de divisas que tuvieron ese mismo destino (BANCO MUNDIAL, 2016). Según el Banco Mundial, las remesas son fuentes de recursos más confiables, menos volátiles y más estables que los derivados de la inversión extranjera directa, de programas oficiales de asistencia al desarrollo y de deudas privadas y carteras de acciones (BANCO MUNDIAL, 2016, p. 17). En consecuencia, es frecuente que los datos sobre remesas pasadas y futuras sirvan como

fiadores para que los estados de emigrantes soliciten y renegocien préstamos internacionales (GUARNIZO, 2003).

Las remesas no se limitan a los flujos monetarios, sino también a lo que Levitt denominó de remesas sociales (LEVITT, 1998; LEVITT; LAMBA-NIEVES, 2011); a saber, la circulación de normas, prácticas, identidades y capital social que impactan no solo en los procesos de desarrollo, sino también en dinámicas sociales fundamentales. Por medio de visitas, del retorno, de la remigración o a través de la constitución de redes sociales multilocalizadas, los migrantes despliegan redes de cooperación económica; crean, recrean y transforman formas de ser y hacer en la esfera económica y política; y, por fin, impactan en las normas sociales, como las relativas al género y a la familia. El impacto estratégico de las remesas es uno de los aspectos que explica el progresivo interés de los estados por sus ciudadanos emigrantes y por las dinámicas transnacionales que ellos desarrollan. Esa voluntad se manifiesta en la difusión de derechos políticos y de representación a los emigrantes, en la facilitación para el acceso a la doble nacionalidad y en el desarrollo de políticas de apoyo y de incentivo a los vínculos con el lugar de origen (LEVITT; DE LA DEHESA, 2003; FAIST; GERDES, 2008). El interés de los estados por los emigrantes se vincula no solo por su importancia económica, sino también por el potencial de influencia política que ellos son detentores (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004, p. 1013). Por último, cabe resaltar que las relaciones entre estado y transnacionalización de la vida social no implican una pérdida de espacio y poder de los primeros. En contraste, los estados tienden a ser actores centrales en los procesos de transnacionalización, a pesar de que su acción es, frecuentemente, reactiva y posterior a la de los migrantes (FAIST, 2010, p. 1672).

La quinta y última afirmación gira en torno a la tesis de *que el grado y las formas del activismo transnacional varían según los contextos de salida y recepción* (PORTES, 2005, pp. 7-8). A pesar del carácter innegablemente innovador de la óptica transnacional, es cierto que hubo el mismo tipo de “efecto mantra” ocurrido con los estudios sobre globalización (PRIES, 2008, p. 1). Una de sus consecuencias es que muchos estudios declararon, sin los debidos matices y evidencias empíricas, el carácter positivo de las movilidades y de los vínculos transnacionales desarrollados por los migrantes (LEVITT; JAWORSKY, 2007, p. 131). Se quedaron atrapados en lo que Glick Schiller y Salazar denominaron la “trampa de la movilidad”, consistente en hacer caso omiso de las relaciones entre poder y movilidad en favor de un discurso seductor sobre la movilidad como esencialmente liberadora y como

base de un nuevo cosmopolitismo (GLICK SCHILLER Y SALAZAR, 2013, p. 4). De este modo, el quinto postulado expresa la intención de limitar el espacio para abstracciones reductoras, un riesgo más presente en los comienzos de la perspectiva transnacional que en la actualidad. Actualmente, el contenido de esa preocupación tiene otro sentido y se fundamenta en el hecho de que de la cantidad de estudios de caso descriptivos no se desprende un suficiente análisis de mayor alcance teórico, que permita alcanzar interpretaciones de aspectos que son menos dependientes de situaciones particulares (GLICK SCHILLER, 2013, p. 25; LACROIX, 2014, p. 646; WALDINGER, 2015; DAHINDEN, 2017, pp. 1474-1475).

Hace más de diez años que los investigadores afirman que la tarea de demostrar la existencia de la dimensión transnacional de la vida social ya fue desarrollada con éxito (PRIES, 2008, p. 1; LEVITT; JAWORSKY, 2007, p. 130). El reto pendiente es el desarrollo y la consolidación de marcos conceptuales que sean capaces de interpretar y explicar la complejidad de los matices de los fenómenos transnacionales en diferentes realidades empíricas. Exige seguir un largo camino, aunque el recorrido ya ha sido iniciado. En este momento, existen herramientas heurísticas importantes a la disposición de los investigadores que permiten comprender y precisar aspectos centrales de la transnacionalización de la vida social. Mostraremos algunas de ellas a continuación.

Para Portes, Guarnizo y Haller (2002), las prácticas transnacionales regulares de carácter económico, político o cultural son poco frecuentes en comparación con las más ocasionales, o sea, que responden a situaciones puntuales y extraordinarias, como, por ejemplo, alguna crisis familiar, una ruptura política o una catástrofe ambiental en lugar de origen. Levitt y Jaworski (2007) sostienen, sin embargo, que al considerar conjuntamente estos dos tipos de actividades es posible vislumbrar una alta potencialidad transformativa, de carácter económico o normativo, capaz de generar impactos estructurales en países y regiones. Castles (2002, p. 1158) sugiere, así, que las experiencias transnacionales se convertirán en la forma predominante del sentimiento de pertenencia migrante.

Es posible identificar, en el ámbito de la perspectiva transnacional, un grupo de investigadores que defiende un enfoque más restringido, mientras que otro conjunto de autores propone un abordaje más amplio. En el primer grupo, Pries (2001), Portes, Guarnizo y Landolt (1999) sostienen que solo los individuos insertos en configuraciones transnacionales más densas y duraderas deben estar en el centro del análisis. Por lo tanto,

según Portes y sus colegas, para ser reconocidas como transnacionales las prácticas deben implicar una proporción significativa de personas en el universo relevante y no caracterizarse por la fugacidad y la excepcionalidad. El segundo grupo, más numeroso y diverso, propone un enfoque amplio, que considera las prácticas transnacionales regulares, pero también las más esporádicas, así como las actividades de naturaleza formal e informal ubicadas en el ámbito de las más diversas dimensiones de la vida social (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; LEVITT, 2018; MAHLER; PESSAR, 2006). Para este segundo grupo la cuestión no está tanto en la regularidad y sostenibilidad de las prácticas tomadas por separado, sino en las capacidades agregadas que ellas poseen, a lo largo del tiempo, en constituir y mantener campos sociales transnacionales (LEVITT, 2018).

La perspectiva transnacional adquiere en los conceptos de campo social transnacional (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994; LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004) y de espacio social transnacional (FAIST, 2000)²⁵, la base que permitió su desarrollo interpretativo. Estas nociones destacan la agencia reflexiva y relacional de los migrantes y de sus redes sociales. A partir de las definiciones de campo de Bourdieu y de la Escuela Antropológica de Manchester, así como de la propuesta presente en el estudio pionero de Basch, Glick Schiller y Szanton Blanc (1994), Levitt y Glick Schiller (2004) definen el campo social como “(...) un conjunto de redes de relaciones sociales interconectadas a través de las cuales las ideas, prácticas y recursos son intercambiados, organizados y transformados de manera desigual” (p. 605, traducción nuestra). Para las autoras, los campos sociales se caracterizan por su multidimensionalidad, que abarca diferentes relaciones sociales estructuradas de distintas formas, profundidades y amplitudes y por su no contigüidad territorial; o sea, por la interacción entre actores a través de las fronteras nacionales (2004). Según Faist (2010), la noción de espacio transnacional se fundamenta en el concepto de campo, pero le agrega la dimensión espacial de la vida social (p. 1674), algo fundamental dada la tendencia a una desespacialización de lo social en la sociología contemporánea (MASSEY, 1999, pp. 33-40; FAIST, 2004).

Los campos o espacios sociales transnacionales se caracterizan por los vínculos simbólicos y por la interacción multisituada y multidimensional entre migrantes, no

²⁵ La literatura sobre el tema también utiliza los conceptos de formación social transnacional (Smith y Guarnizo, 1998) y de comunidad transnacional (Portes et al, 1999). El énfasis dado a las nociones de espacio y campos transnacionales se debe a su mayor difusión y mayor compatibilidad a las propuestas de este trabajo.

migrantes, organizaciones e instituciones, que cruzan las fronteras de por lo menos dos estados nacionales (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; LEVITT; JAWORSKY, 2007; FAIST, 2010, p. 1673). Esas relaciones atraviesan no solo los lugares de origen y destino de los migrantes, sino también otros lugares con los que ellos logran mantener vínculos a partir de mediaciones de redes sociales y familiares, políticas diaspóricas y organizaciones religiosas y culturales (LEVITT; JAWORSKY, 2007). La noción de campo social transnacional pone énfasis en la fluidez y apertura de las relaciones sociales. Así, los campos sociales transnacionales están delimitados por redes de relaciones espacialmente integradas y no por relaciones culturalmente integradas, lo que Bourdieu llamaría *habitus* (LACROIX, 2014, p. 652).

Las interacciones que marcan los campos sociales transnacionales se sitúan entre el mundo de la vida de las interacciones personales y los sistemas funcionales vinculados a la economía, la política, el derecho, la ciencia y la religión (FAIST, 2010, p. 1673). Estos vínculos pueden llevar al establecimiento de diferentes tipos de espacios transnacionales, como familias, circuitos o redes, comunidades u organizaciones, que se basan en distintos principios sociales como la reciprocidad, el intercambio y la solidaridad (FAIST, 2014a, p. 21). El concepto de campo social transnacional problematiza la división entre las escalas local, nacional y global, ya que tanto las conexiones distantes como las próximas atraviesan la vida cotidiana de las personas (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004, p. 1010). Por consiguiente, se supone que las dinámicas desarrolladas en esos campos pueden ser aprehendidas desde los ciclos de vida individuales y desde las transformaciones en los contextos nacionales y globales (GLICK SCHILLER, 2013, pp. 16-17; GLICK SCHILLER; FOURON, 2001; FOURON; GLICK SCHILLER, 2001).

Según Levitt y Glick Schiller (2004), un abordaje basado en los campos sociales transnacionales permite diferenciar lo que serían “formas de ser” (*ways of being*), o sea, las prácticas y relaciones que los individuos se involucran (y no tanto las identidades asociadas a tales actividades); y “formas de pertenencia” (*ways of belonging*), que se refieren a prácticas que señalan una identidad que expresa el vínculo con un grupo particular. Los individuos pueden estar integrados a un campo social, pero sin identificarse con algún aspecto cultural asociado a tal, o sea, ellos pueden tener lazos sociales con un país distante, pero sin, necesariamente, reivindicar la pertenencia cultural a dicho país. Esto puede suceder con inmigrantes de la segunda generación, por ejemplo. Estar en un campo social significa,

por un lado, que existen consecuencias relevantes de tal integración, aunque no reconocidas por los actores, y, por otro lado, que individuos que están integrados a un campo, pero que no reclaman la pertenencia, pueden hacerlo con el tiempo y en determinados contextos (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004, pp. 1010-1011).

La noción de campo social transnacional reconoce la posibilidad de simultaneidad de presencia y pertenencia a universos simbólicos y espacios sociales, algo facilitado por la mayor interacción entre las diferentes culturas, que no son necesariamente de carácter nacional (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004). De este modo, los campos sociales transnacionales no exigen contigüidad espacial, y pueden desarrollarse por medio del vínculo no lineal entre espacios y escalas. El concepto permite, además, llamar la atención para la portabilidad de ciertos tipos de relaciones sociales, como el cuidado y los derechos. La portabilidad del cuidado es la capacidad de intercambiar cuidado sin proximidad física. “Dicho esto, no estamos sugiriendo que las formas virtuales de atención sean equivalentes a las formas corporales, sino que lo importante es la calidad de las relaciones, más que la forma o el modo de cuidado” (BALDASSAR; MERLA, 2014, p. 12, traducción nuestra). La portabilidad de los derechos, a su vez, designa la posibilidad de preservar, mantener y transferir ciertos derechos, como por ejemplo los de seguridad social, en diferentes países de residencia o en situaciones de múltiples nacionalidades (AVATO; KOETTL; SABATES-WHEELER, 2010, p. 455).

Las posibilidades de acceso simultáneo a derechos en más de un estado nacional es una de las dinámicas esenciales de los campos sociales transnacionales (LEVITT et al, 2017) y, a partir de las cuales, se perturba profundamente la tradicional relación territorializada entre estados y ciudadanos nacionales (GUCHTENEIRE; PÉCOUD, 2009, p. 6). En este sentido, surge, en el ámbito de los campos sociales transnacionales, la posibilidad del establecimiento de “ciudadanos transfronterizos” (GLICK SCHILLER; FOURON, 2001); es decir, aquellos individuos que, siendo o no ciudadanos en el lugar de origen o de destino, tienen acceso a algún grado de ciudadanía en uno de ellos o en ambos. ¿Podría entonces la noción de ciudadanía ir más allá de la idea de una exclusividad de pertenencia a un estado nacional? O más aún: ¿podría la ciudadanía ser pensada más allá del estado nacional? (FAIST, 2010, p. 1684). Con el objetivo de destacar el nexo del estado con las nuevas dinámicas de movilidad y diversidad de la población, emerge una pluralidad de adjetivos para la noción de ciudadanía (FAIST, 2015, p. 27): posnacional (SOYSAL, 1994), múltiple

(HELD, 1995), multinivel (YUVAL-DAVIS, 2000), flexible (ONG, 1999), transnacional (BAUBÖCK, 1994), multicultural (KYMLICKA, 1995) y anidada (FAIST, 2001).

Identificar la posibilidad de portabilidad de derechos y la perturbación de las nociones tradicionales de ciudadanía no significa postular la insignificancia de los estados. De esta forma, cabe reconocer que no vivimos en un mundo sin fronteras (FAIST, 2010, p. 87). Un mundo con fronteras es un lugar donde los estados buscan responsabilizarse por la gestión migratoria, por medio de aparatos burocráticos y policiales, pero también mediante la formulación de políticas sociales. Por un lado, se construyen muros y se externalizan las fronteras; por otro lado, se crean barreras para el acceso a ciertos derechos sociales para forzar el retorno o la remigración de los migrantes. Como resultado, los estados producen y reproducen la ilegalidad inmigrante (DE GENOVA; MEZZADRA; PICKLES, 2015; DE GENOVA, 2017), proceso que tiende a promover algunas formas de transnacionalización no voluntaria, por ejemplo, mediante la separación de familias migrantes. El aumento del número de detenciones, deportaciones y muertes en las fronteras de Europa y Estados Unidos (JANSEN; CELIKATES; BLOOIS, 2015; FERRER-GALLARDO; ALBET-MAS, 2013) y las restricciones para los inmigrantes, indocumentados y “legalizados” de acceder a los servicios de salud pública (REEVES; MCKEE; STUCKLER, 2015) en parte de los países europeos, demuestra claramente esa dinámica.

La noción de campo social transnacional también permite el reconocimiento de la significación de la inmovilidad, lo que hace que el análisis de las migraciones sea tanto sobre los migrantes como acerca de los actores relativamente inmóviles (familias, estados, organizaciones, etcétera) que pueden cumplir papeles cruciales en las dinámicas transnacionales (LEVITT; SØRENSEN, 2004; FAIST, 2014a, p. 9; LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004, p. 1009). Aquí cabe reconocer, con el soporte de Glick Schiller y Salazar (2013), que las dinámicas de interdependencia entre movilidad e inmovilidad son atravesadas por relaciones asimétricas y multiescalares de poder. La relación entre movilidad y poder es abordada por Glick Schiller y Salazar por medio de la noción de regímenes globales de movilidad²⁶. Estos regímenes normalizan el movimiento de algunos actores mientras obstaculizan y criminalizan los destinos de otros (GLICK SCHILLER; SALAZAR 2013, p. 7), producen conectividades, pero también participan en la constitución de nuevos

²⁶ Es interesante la distinción que Faist (2013) identifica en los debates públicos entre movilidad e inmigración. Mientras que la primera tiende a ser vista como un fenómeno autorregulado perteneciente a esfera del mercado, el segundo es visto como un tema de los estados y sus políticas migratorias (p. 1643).

modos de confinamiento y explotación (SALAZAR; SMART, 2011). De ahí que las autoras llaman la atención para los procesos de producción y distribución de riquezas y poder que interconectan, de diferentes formas, las movilidades e inmovilidades (imposibilitando, por esto, tratarlas dicotómicamente).

Glick Schiller y Salazar juntamente con Faist advierten de la importancia de no sobrevalorar las consecuencias positivas de las movilidades: si bien se trata de un recurso positivo para colectivos subalternos, también pueden establecer nuevas dependencias y contribuir a profundizar ciertas desigualdades sociales (FAIST, 2014a, p. 6). Faist (2014b; 2019) destaca que las movilidades e inmovilidades en espacios transnacionales son siempre parte integral de macroestructuras de desigualdades. Según el autor (2014a), existen evidencias que indican que el bienestar y la baja desigualdad en los países del norte global se logra en parte mediante el establecimiento de barreras para controlar la competencia a través de las migraciones (p. 14). De esta forma, las fronteras y su control sirven como medios para promover mayor justicia social en el interior de los estados ricos en detrimento de peores condiciones relativas de vida en los estados pobres. Desde el punto de vista de la protección social, eso significa que los países del norte global tienden a importar recursos protectores (como la mano de obra femenina para trabajos de cuidado) y a exportar riesgos sociales (por ejemplo, a través del desplazamiento de partes de las cadenas productivas que se caracterizan por la precariedad del trabajo y por los impactos negativos a la naturaleza) a los países del sur global. El debate sobre los marcos geográficos de realización de la justicia, es decir, acerca de las delimitaciones espaciales de realización del justo, conforma lo que Fraser denominó “política del enmarque” (FRASER, 2008, pp. 31-64)²⁷.

²⁷“(…) esta política se ocupa del aspecto de lo político que se refiere a la fijación de fronteras. La política del enmarque, que se centra en las cuestiones sobre quién cuenta como sujeto de la justicia y cuál es el marco apropiado, abarca los esfuerzos para establecer y consolidar, rechazar y revisar la división oficial del espacio político. Se incluyen aquí las luchas contra el des-enmarque, que tienden a dismantelar los obstáculos que impiden que los desfavorecidos puedan hacer frente a las fuerzas que los oprimen con sus reivindicaciones de justicia. Centrada en el establecimiento y el rechazo del marco, la política del enmarque se interesa por lo que he llamado la cuestión del «quién»” (FRASER, 2008, p. 51). Para la autora (2008), la explosión de la diversidad de posibles enmarques espaciales para la justicia ocurre en la medida en que la cartografía rectilínea del marco westfaliano deja de ser autoevidente. El mundo westfaliano era aquel en que las comunidades políticas se constituían como unidades geográficamente delimitadas, marcadas por límites claramente definidos y ordenados. Esta óptica del mundo, por mucho tiempo hegemónica, veía al Estado como portador de una soberanía indivisa y exclusiva de su territorio, separando lo que son “cuestiones domésticas” y problemas externos. En consecuencia, en ese imaginario, solo son sujetos de la justicia los conciudadanos miembros de la comunidad política territorializada (FRASER, 2008, pp. 15-64).

Las nociones de campo social y espacio social transnacional, así como la de regímenes de movilidad, tienen como característica compartida el énfasis en las dinámicas relacionales, espaciales e históricas y en los procesos de poder que las atraviesan (GLICK SCHILLER, 2015). De modo que no podemos concebir lo transnacional simplemente como una escala estanca y hermética situada entre lo global y lo nacional. En las palabras de Levitt y De la Dehesa (2017), “el transnacional” no puede ser visto como un sustantivo, sino como un adjetivo y, progresivamente, como un verbo (pp. 1520-1521). En este sentido, para Levitt (2018), lo transnacional es, más que nada, una forma de mirar que pone énfasis en el carácter dinámico y procesal de la realidad social, así como en las diversas posibilidades de vínculos escalares y de tipos de lazos entre múltiples actores:

Una óptica o mirada transnacional comienza con un mundo sin fronteras y examina empíricamente los límites y las fronteras que surgen en momentos históricos particulares, las relaciones de poder que los crean y su vínculo con áreas y procesos ilimitados. Esta visión no subestima la unidad espacial de análisis adecuada; de hecho, un componente clave de este enfoque es examinar la amplitud territorial y el alcance de cualquier fenómeno social sin suposiciones previas. Tampoco privilegia lo global o lo local, sino que trata de mantener estos niveles de experiencia social, y todos los demás existentes entre ellos, en un diálogo recíproco, prestando especial atención a cómo sus múltiples emplazamientos y capas interactúan y se informan el uno al otro (p. 3).

La mirada transnacional ha permitido llamar la atención para fenómenos tratados de manera dispersa (SOLÉ; CACHÓN, 2006, p. 38). Como resultado, en las últimas dos décadas han ido apareciendo numerosos subcampos de investigación (GLICK SCHILLER; FAIST, 2010), como los que analizan las prácticas transnacionales en el ámbito de la vida familiar, de la cultura, de las actividades religiosas, de la política, de la economía, entre muchos otros ejemplos (VERTOVEC, 2003). En estos subcampos se busca explorar el modo en que las prácticas sociales vinculan, en el ámbito de campos sociales transnacionales, diferentes tipos de actores (estatales, no estatales, migrantes, no migrantes, organizaciones y asociaciones de migrantes, las ONG, etcétera), en distintos contextos históricos, sociales y espaciales (LACROIX, 2014, p. 652).

Prácticamente un cuarto de siglo posterior al lanzamiento de *Nations Unbound*, es posible afirmar que si ha habido el reconocimiento académico y social en cuanto a que las migraciones son procesos empíricos estratégicos para pensar el mundo contemporáneo, se debe precisamente al hecho de que evocan la transnacionalización de la vida social, con consecuencias sociales y sociológicas de amplio espectro. Además, se observa que la óptica

transnacional y su gramática conceptual ocupan, en la actualidad, una posición hegemónica en el campo internacional de los estudios migratorios. Sin embargo, la legitimidad empírica de las migraciones y la autoridad teórica del enfoque transnacional ha tenido como efecto colateral la tendencia a una producción excesiva de estudios empíricos meramente descriptivos. Habiendo esbozado las principales bases de la perspectiva transnacional, la siguiente sección presentará los estudios que se centraron en las familias transnacionales y sus redes transfronterizas de intercambio de cuidado.

3.2 EL CUIDADO TRANSNACIONAL²⁸

Cuando se sitúa la protección social en los mundos de bienestar, surgen un conjunto de comprensiones sobre las migraciones que las describen como movilidades entre espacios nacionales. En cambio, si desplazamos el ángulo del bienestar nacional para el cuidado transnacional, la visión sobre las migraciones, en su relación con la protección social, se altera profundamente. Al reconocer la posibilidad de vínculos simultáneos con más de un lugar (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2006), sea por medio de derechos sociales portátiles (SABATES-WHEELER; FELDMAN, 2011), por las oportunidades de mercados diversos o por lazos familiares y personales transnacionales (BRYCESON; VUORELA, 2002; BALDASSAR; MERLA, 2014; PARELLA, 2016), muchas de las bases de las teorías clásicas de las migraciones y del marco de los regímenes del bienestar se muestran incompletas.

Nuestros imaginarios geográficos necesitan cambiar y con ellos parte de nuestras categorías analíticas. La mirada transnacional (LEVITT, 2018) permite reconocer el desbordamiento de los mundos nacionales del bienestar, desencadenado por las migraciones y los vínculos multisituados de cuidado. A pesar de que las configuraciones nacionales del bienestar continúen siendo realidades relevantes, no es posible mantener intacto el supuesto de que los mundos de bienestar son objetos aislados y marcados por relativa homogeneidad interna. Cuando consideramos que las migraciones van más allá de un proceso dual (origen y destino) y lineal (el migrante se integrará a la sociedad de destino con el transcurso del tiempo), somos capaces de percibir las migraciones como un mecanismo intersticial que

²⁸ Parte del contenido de esta sección se publicó anteriormente en Parella y Speroni, 2018.

desafía, de forma contingente, el carácter excluyente de los estados de bienestar (ROSENHEK, 2000, p. 49).

La perspectiva transnacional de las migraciones, mencionada en la sección anterior, en conjunción con diferentes enfoques feministas centrados en el cuidado, ha impulsado una vasta agenda de investigación en torno a las familias transnacionales y sus dimensiones reproductivas, productivas y distributivas. A partir de esas lentes, las migraciones son un mecanismo de socialización de riesgos; ellas llevan, traen y hacen presente demandas, recursos y valores acerca de la protección social. Esta sección tratará del ángulo analítico que concibe la protección social como cuidado transnacional en tres partes principales. En la primera de ellas, se presenta la agenda en torno a las familias transnacionales que, al combinar distancia espacial y proximidad social, promueven estrategias de protección social “desde abajo”. En la segunda parte son discutidos los estudios acerca de las cadenas globales de cuidado, que han llamado la atención hacia los encadenamientos transnacionales entre demandas y trabajos de cuidado remunerados y no. Por último, se aborda el enfoque emergente de la circulación transnacional del cuidado, que analiza los intercambios recíprocos y asimétricos de cuidado en las familias transnacionales.

3.2.1 Las familias transnacionales

El entendimiento de lo que es una familia se está transformando y ampliando debido a nuevas acepciones de sexualidad, género, parentesco, pero también por nuevos y complejos modos de vivir juntos, por separado, o una mezcla de ambos (TREAS; LUI; GUBERNSKAYA, 2014; HONNETH, 2014, pp. 204-232). Esas mutaciones cuestionan el arreglo otrora tenido como natural entre las dimensiones espaciales, sociales y económicas de las familias. Las formas de "*doing family*" (MORGAN, 1996) se han transformado y diversificado, y las familias transnacionales son una de sus expresiones más significativas.

El interés en la familia transnacional como objeto de estudio ha ido evolucionando en lo concerniente al marco conceptual desde el que aproximarse a sus configuraciones y efectos. Surge con fuerza de la mano del boom de investigaciones en torno al transnacionalismo (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994). Con anterioridad, tal como subraya Kofman (2004), a pesar de la importancia de la familia a la hora de comprender las migraciones, se había generado escasa investigación en torno al vínculo entre familia y migraciones, en términos de estrategias desplegadas a lo largo del

curso migratorio, relaciones de género, posiciones específicas de sus miembros y, especialmente, de sus implicaciones para las políticas públicas. La demora por la constitución de una agenda de investigación en torno a esos temas se debe al hecho de que, durante mucho tiempo, la migración internacional se ha considerado un asunto masculino. En consecuencia, solamente a principios de los años 2000 es posible identificar una expansión del uso de conceptos como familia, maternidad y cuidado transnacional, de la mano de investigaciones que, desde una óptica de género, analizan la globalización de la reproducción y su manifestación en las estructuras y las dinámicas familiares (OROZCO, 2010).

Las familias transnacionales son definidas por Bryceson y Vuorela (2002, p. 3) como aquellas en las que sus miembros viven una parte o la mayor parte del tiempo separados, pero permanecen juntos y crean una sensación de bienestar y de unidad colectiva, más allá de las fronteras nacionales. Las familias transnacionales crean y recrean relaciones económicas, sociales, políticas y afectivas en la vida cotidiana, vinculando los lugares de origen y destino y colaborando para el establecimiento de espacios sociales transnacionales (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994, p. 6). Estas familias tienen vidas complejas, marcadas por el uso de la movilidad internacional como un recurso y estrategia para la protección social, como medio de “ganarse la vida” y promover el cuidado en el interior de las redes familiares, en particular de los más vulnerables, como los niños, los ancianos y los enfermos (BRYCESON; VUORELA, 2002). Es en la interfaz entre movilidad e inmovilidad que esas familias –distanciadas geográficamente, pero socialmente cercanas– formulan, mantienen y gestionan sus estrategias de cuidado a través de la circulación de conocimientos, informaciones, derechos, dinero, bienes, afectividades y emociones.

La definición seminal de Bryceson y Vuorela tiene dos ejes. En primer lugar, la división espacial de la familia, entendiéndose por familias transnacionales aquellas en las que los miembros viven separados por una frontera nacional. Si el concepto fuera limitado a esta dimensión, todas las familias donde un miembro vive en otro país serían consideradas una familia transnacional. Por lo tanto, las autoras sugieren un segundo eje de naturaleza relacional, desde donde se entiende que las familias construyen un sentido de unidad y colectividad a través de las fronteras, a pesar de la distancia. Ese sentimiento se expresa y vincula directamente a una participación colectiva (no necesariamente armónica) en redes de cuidado. El intercambio de cuidados en cualquier tipo de familia, encontrándose esta

separada por la migración o no, solidifica los lazos entre sus miembros a través de redes intergeneracionales de reciprocidad, amor y confianza, que también se ven afectadas por tensiones, desafíos y relaciones desiguales de poder (BALDASSAR; MERLA, 2014, p. 7).

Los sentidos dados a la noción de cuidado son múltiples y particularmente variables en cuanto al peso dado a la presencia física. Sin embargo, podemos definir cuidado (*care*), en un sentido amplio, como el esfuerzo de responder a las necesidades físicas, psicológicas, emocionales o de desarrollo de una o más personas (KOFMAN; RAGHURAM, 2009, p. 49). Esto significa que el cuidado implica un gran abanico de experiencias y relaciones de obligación, confianza, lealtad y compromiso vinculadas al bienestar de otras personas (KOFMAN; RAGHURAM, 2009, p. 49).

El concepto de Bryceson y Vourela articula un elemento geográfico (la distancia espacial) y una variable relacional (la proximidad social). Estos dos ejes están en permanente interacción, en la medida en que los lazos y las lealtades familiares pueden mantenerse, reforzarse o bien debilitarse, en la medida que los miembros migrantes decidan reagrupar, asentarse de forma permanente, regresar; o bien iniciar nuevas relaciones afectivas que puedan alterar las pertenencias a la estructura familiar transnacional que en su momento configuraron (PARELLA, 2012). De modo que esta definición bidimensional abarca una amplia serie de posibles formatos familiares. Según lo indicado por Baldassar y Merla, no hay ningún tipo específico de familia transnacional, concebida como una familia uniforme que se define por características constantes. En este sentido, se indica que las familias transnacionales no presentan ni mayor ni menor diversidad que las familias que se encuentran geográficamente cercanas (BALDASSAR; MERLA, 2014).

La división de hogares por la migración no es una novedad (THOMAS; ZNANIECKI, 1918; DREBY, 2006; JOHNSON; TEUSCHER; SABEAN, 2011). No obstante, el incremento de los flujos de personas a través de las fronteras, la portabilidad de los derechos sociales, la circulación de las remesas y el aumento de la conectividad entre individuos dispersos espacialmente han proporcionado una mayor capacidad de articulación entre distancia geográfica y proximidad social. De modo que la transnacionalización actual de las familias contrasta con la del pasado, en la medida en que existen nuevos y más eficaces medios para el mantenimiento de lazos interpersonales y de proyectos familiares. Como resultado, los miembros de las familias transnacionales, sean ellos migrantes o no, pueden cumplir parte de sus obligaciones familiares a distancia, aspecto viabilizado por el

abaratamiento y desarrollo de las tecnologías de transporte y comunicación (WILDING, 2006; BALDASSAR, 2007; LIM, 2009).

En la actualidad, es posible reconocer la prominencia de las mujeres en los procesos de transnacionalización familiar (BALDASSAR, 2007, CASTELLANOS, 2006; MARTÍNEZ, 2008, PARELLA, 2012). El trabajo de cuidado, puesto que se lleva principalmente a cabo en el ámbito familiar, se ve claramente alterado como consecuencia de la emigración femenina. De acuerdo con Hernández y Baca (2016), se configura un escenario complejo, condicionado por las políticas migratorias, las necesidades específicas de la unidad familiar y los roles de género. Los intercambios de cuidado están inmersos en construcciones de género que provocan desigualdad entre los miembros de la familia, en donde las mujeres aparecen como las principales proveedoras de cuidado en su papel de madres, esposas, abuelas, hermanas o hijas (HERRERA, 2011). Son diversos los estudios que subrayan la complejidad que supone para las mujeres migrantes no solo la vivencia del proceso migratorio, tanto por los obstáculos y las presiones psicológicas y legales, sino también por cómo tener que asumir los estereotipos que la visualizan como principal o única encargada del ámbito reproductivo. De hecho, su “abandono del hogar” se interpreta como conducta estigmatizada para con sus propias familias y lugares de origen (ISAKSEN; DEVI; HOCHSCHILD, 2008; FUENTES GUTIÉRREZ; AGRELA ROMERO, 2015).

Las familias transnacionales no son homogéneas y naturalmente cohesivas, ya que sus miembros están posicionados en lugares (sociales y geográficos) y en tiempos (ciclos de vida / ciclos económicos) específicos pero dinámicos (BALDASSAR, 2008, pp. 270-271). Tal como señalan varios estudios empíricos (PEDONE, 2006; HERRERA, 2013; PARELLA, 2012), las familias transnacionales son espacios de negociación y conflicto, donde las desigualdades de género y generación son aspectos cruciales.

Las redes familiares transnacionales no se limitan a los miembros de la familia nuclear, sino que incluyen todos los individuos con o sin lazos de parentesco que participan en el intercambio recíproco, multidireccional, asimétrico y a largo plazo del cuidado (BALDASSAR; MERLA, 2014). Además, la vida familiar transnacional ocurre en los intersticios de los mundos nacionales y no fuera de ellos. Las redes familiares no se limitan a una dimensión privada, en la medida en que están sujetas a los contextos políticos, económicos, culturales y sociales, tanto de los lugares de origen y como de los de destino (KILKEY; MERLA, 2014). En consecuencia, de acuerdo con Nina Sørensen y Luis

Guarnizo (2007, p. 24), la vida de la familia transnacional “(...) debe verse como algo influido por procesos económicos, políticos y sociales complejos e interconectados”. Más allá de la agencia de los individuos, operan y constriñen factores estructurales que condicionan los patrones de movilidad de las personas (políticas migratorias, condiciones laborales en las zonas de destino, etcétera) (LANDOLT, 2006).

Los estados nacionales son actores centrales en el proceso de transnacionalización de las familias, ya que legitiman modelos normativos de familia, género y cuidado a través de políticas públicas (especialmente políticas migratorias y sociales) y discursos (GIL ARAUJO; PEDONE, 2014; HERRERA, 2013; 2011; PEDONE; AGRELA; GIL ARAUJO, 2012; PEDONE; GIL ARAUJO, 2008). Los efectos de las normativas sobre la capacidad de movilidad de las familias tienen que ver, por ejemplo, con las restricciones jurídicas y económicas para llevar a cabo los procesos de reagrupación familiar. La migración por motivos familiares se enfrenta cada vez a mayores restricciones legales. Asimismo, el peso de las políticas migratorias también es sumamente relevante a la hora de explicar la capacidad de llevar a cabo las actividades de cuidado, principalmente en los casos de familias cuyos miembros carecen de documentos migratorios (dificulta las visitas a las zonas de origen y el cuidado de tipo presencial, lo que puede provocar mayor vulnerabilidad en aquellas familias que cuentan con miembros dependientes) (GIL ARAUJO, 2010; HERNÁNDEZ; BACA, 2016).

La posición intersticial de las familias transnacionales hace que muchos de sus arreglos y estrategias de cuidado estén marcadas por una internalización de jerarquías y asimetrías que surgen de la relación de los diferentes miembros de la familia con el mercado y los estados. De esta forma, la interdependencia económica entre los miembros de una familia no deja de estar influenciada por las estructuras de oportunidades de trabajo y renta, por un lado, y la capacidad de acceso a derechos sociales por otro (LEVITT; JAWORSKY, 2007). Por lo tanto, la familia está en permanente interacción con los mercados y los estados de los lugares de origen y destino, lo que hace que cualquier fluctuación o crisis en esa dinámica pueda tener consecuencias relevantes en la distribución de derechos y obligaciones de cuidado, y por lo tanto en las relaciones de género. Además, los significados y las prácticas de las familias transnacionales dependen directamente del estatus legal y los constreñimientos económicos, en la medida que son estos los que posibilitan / obstaculizan

determinados tipos de intercambios transnacionales que pueden compensar la falta de intimidad y de presencia que entraña la distancia (BONIZZONI, 2015).

En el caso concreto de la migración latinoamericana en España, han proliferado diversas investigaciones sobre los hogares transnacionales y sus estrategias en la provisión de remesas y cuidado, a menudo desde aproximaciones etnográficas multisituadas. Coincidiendo con los trabajos pioneros de Hondagneu-Sotelo (1994, 1999), focalizados en las migraciones de mujeres latinoamericanas hacia Estados Unidos, Laura Oso (1998) y Carmen Gregorio (1998) investigan la migración hacia España de las mujeres jefas de hogar, tomando en cuenta la organización de los grupos domésticos transnacionales en sus prácticas de producción y reproducción social, desde una aproximación desde las relaciones de género. Con posterioridad, cabe destacar, entre muchas otras investigaciones, los estudios de Pedone (2003, 2008), Herrera (2004, 2008) y Lagomarsino y Castellani (2016) para el caso ecuatoriano, como el trabajo de Rivas y González (2009) sobre familias migrantes transnacionales que transitan entre España y Colombia. El contexto de la migración boliviana en España desde una mirada transnacional ha sido abordado por distintos trabajos que muestran los arreglos y las formas de gestión de los vínculos transnacionales y sus impactos en las relaciones de género e intergeneracionales (PARELLA; CAVALCANTI, 2009; HINOJOSA, 2009; GUAYGUA, 2010; TAPIA, 2011; PARELLA, 2012).

En el caso de las migraciones en/desde Brasil, el campo de estudios acerca de las familias transnacionales no se caracteriza por una gran cantidad de investigaciones. La transnacionalización de las familias ha sido estudiada por medio del análisis de las emigraciones brasileñas (FELDMAN-BIANCO, 2002; PEDONE; GIL ARAUJO, 2016; CARPENEDO; NARDI, 2017) en el marco de las cuales el transnacionalismo entre la ciudad de Gobernador Valadares y la región de Boston (Massachusetts, Estados Unidos) (MACHADO, 2014; FRANCISCO, 2011; MARQUES, 2010) ha llamado particular atención; pero también a partir de la investigación de las inmigraciones en Brasil, como de bolivianos (BAENINGER, 2012; PERES, 2014; ALLOATTI, 2014) paraguayos (PACHIONI, 2015) y venezolanos (VASCONCELOS, 2018), para limitarnos a los ejemplos de Latinoamérica. Tanto en el caso de los estudios de las migraciones en España como en Brasil, se ha enfatizado la significancia de las dinámicas familiares transnacionales para las inmigraciones bolivianas, incluso en comparación con las movilidades de otros colectivos nacionales (CERRUTI; MAGUID, 2010).

Los estudios sobre las familias transnacionales demuestran la insuficiencia del análisis de las interfaces entre las migraciones y la protección social en términos de “mundos nacionales”. La interpretación a partir de las dinámicas familiares multisituadas tiene cuatro potenciales. El primero de ellos es llamar la atención para los vínculos entre los procesos sociales de producción, reproducción y (re)distribución, algo que solo es reconocible, en toda su complejidad, a partir de la familia, puesto que es ella el primer y último front de esas dinámicas. Segundo, hay que destacar la agencia reflexiva de los individuos más allá del cálculo utilitarista y de la racionalidad estrictamente económica. Las lógicas y negociaciones que atraviesan los vínculos de cuidado, y la gestión familiar de la protección social a partir de tales, son atravesados por fundamentos no reductibles a la lógica económica, como los de carácter emocional, moral, cultural, de género, etcétera. El tercer potencial es destacar los vínculos profundos entre movilidad e inmovilidad. Las familias transnacionales no se reducen a la noción de “familias migrantes”, puesto que su capacidad de articular recursos multilocalizados de protección social es el resultado de su dispersión geográfica y de un proyecto colectivo de bienestar. Y, por fin, es la posibilidad de desarrollo de una mirada atenta a las relaciones asimétricas en el interior de las familias, particularmente con relación a género y generación.

Estas potencialidades son el resultado del efecto agregado de tres conjuntos de enfoques sobre el cuidado transnacional que, a pesar de tener contrastantes en muchos puntos, poseen sinergias significativas:

Cuadro 2 – Marcos analíticos del cuidado transnacional

<i>PERSPECTIVA</i>	<i>DIMENSIÓN ANALÍTICA CENTRAL</i>	<i>CONCEPCION DEL CUIDADO</i>	<i>DINÁMICA EN ANÁLISIS</i>	<i>TEMAS DE ANÁLISIS</i>
<i>Cadenas globales de cuidado</i>	Económica	Tareas/trabajos presenciales, remunerados o no, de cuidado personal	División internacional del trabajo reproductivo	Encadenamiento entre trabajos de cuidado remunerados y no remunerados
<i>Organización social del cuidado</i>	Política	Una actividad o conjunto de relaciones constituidas a partir de la interacción entre el estado, el mercado, la familia y el tercer sector o comunidad	Interfaces entre políticas sociales y dinámicas económicas en el cuidado	Políticas sociales y configuraciones del cuidado
<i>Circulación del cuidado</i>	Social	Presencial o a distancia: económico, vivienda, personal, emocional o cuidado de niños/enfermos/ancianos	Redes transnacionales de intercambio recíproco y asimétrico de cuidado	Arreglos familiares transnacionales: distribución y circulación de derechos y obligaciones de cuidado

Fuente: Elaboración propia.

A continuación, se desarrollará una breve síntesis sobre esas tres perspectivas del cuidado transnacional, en sus distintas dimensiones, conceptos y enfoques. La comprensión de estas propuestas analíticas permitirá que, en el capítulo 4, se argumente en favor de la complementariedad de ellos con el marco interpretativo de los regímenes nacionales de bienestar. El argumento central es que el cuidado transnacional llama la atención hacia un desborde de los mundos nacionales y, por lo tanto, contribuye en el entendimiento de dinámicas intersticiales de tales.

3.2.2 Las cadenas globales de cuidados

No existe globalización de la producción sin globalización de la reproducción (TRUONG, 1996, p. 47). Mientras la primera fase de ese proceso ha recibido considerable atención, la segunda ha sido extensamente ignorada hasta, por lo menos, los años 1990. Se podría decir que es difícil concebir la globalización del cuidado debido a su dimensión afectiva y emocional, por ser un proceso “a flor de piel” (OROZCO; GIL, 2011), lo que hace que parezca algo único, individual y local (HOCHSCHILD, 2000, p. 122). Sin embargo, esa invisibilización va más allá de las dificultades que, sin lugar a duda, implican la ontología

del cuidado. Esa ocultación es producto principalmente de la intersección entre la falta de reconocimiento social del trabajo de cuidados (sea remunerado o no) y del trabajo inmigrante, especialmente el realizado en condiciones de informalidad.

Actualmente, la existencia de una división internacional del trabajo reproductivo (PARREÑAS, 2001, pp. 61-80) es un hecho irrefutable. A nivel mundial, existen 67.1 millones de trabajadores domésticos, de los cuales 11.5 millones son migrantes internacionales. De esta forma, los inmigrantes representan el 17,2% de todos los trabajadores domésticos, siendo que la gran mayoría, un 73,4%, son mujeres. Estas cifras, que ya impresionan, están por debajo de la magnitud real, debido a la falta de datos del trabajo informal (OIT, 2016, p. 25). La división internacional del trabajo reproductivo produce una situación en que las crisis del cuidado en el norte (generadas por transformaciones demográficas, por la integración de las mujeres en el mercado de trabajo y por políticas neoliberales) sean encadenadas, de forma profunda y desigual, a las dificultades para la reproducción social en el sur global (PARREÑAS, 2002; ISAKSEN; DEVI; HOCHSCHILD, 2008; OROZCO; GIL, 2011).

Es en este escenario repleto de obstáculos, que el análisis de las cadenas globales de cuidado (HOCHSCHILD, 2000; PARREÑAS, 2001; LUTZ, 2002; EHRENREICH; HOCHSCHILD, 2003; YEATES, 2005, 2009; OROZCO, 2010; CARRASCO, 2011) emerge, enfatizando el entrelazamiento complejo y profundo entre los sistemas globales de producción y reproducción. Estos estudios traen a las familias al centro de la interpretación de la globalización, resaltando la importancia del intercambio internacional de cuidado tanto para la macroeconomía global como para las microeconomías domésticas²⁹. De modo que, en las últimas tres décadas, esa mirada ha impulsado una agenda de investigación amplia y fructífera, siendo el marco interpretativo más frecuente para el análisis de las familias transnacionales.

Las cadenas globales de cuidados son constituidas por enlaces entre personas dispersas en el globo fundamentados en el trabajo de cuidado, ya sea remunerado o no (HOCHSCHILD, 2000, p. 131). Dicho enfoque evidencia un sistema global de explotación que favorece la migración de las mujeres del Sur hacia el Norte para trabajar en el sector

²⁹ Así como la globalización de la producción no es una novedad histórica, es posible identificar una larga trayectoria para la globalización de la reproducción, tal como demuestran los estudios de Yeates (2009) y Sarti (2008). Sin embargo, es innegable que las dinámicas contemporáneas poseen atributos cualitativos y cuantitativos particulares (YEATES, 2009).

formal e informal de los cuidados, obligadas a dejar a sus propios hijos al cuidado de otros miembros de su familia (generalmente mujeres) o de trabajadoras remuneradas. Una cadena global de cuidados típica está formada por una hija mayor de una familia pobre que cuida de sus hermanos mientras su madre trabaja como niñera cuidando de los hijos de otra mujer que migró para trabajar como niñera para una familia en un país rico (HOCHSCHILD, 2000, p. 132). El análisis de las cadenas globales de cuidado en América Latina acompañó el desarrollo internacional y llamó la atención para las cadenas regionales y transoceánicas (ESCRIVÁ, 2000; MOLANO; ROBERT; DOMÍNGUEZ, 2012; ACOSTA, 2015; COMELIN; LEIVA, 2017).

El concepto seminal de Hochschild tiende a dar énfasis a los trabajos presenciales de cuidado, ejercidos por mujeres migrantes (generalmente madres) no calificadas. Describe ese proceso como una “globalización de la maternidad” (HONDAGNEU-SOTELO; ÁVILA, 1997; PARREÑAS, 2001). Yeates (2005), buscó incluir otros tipos de actores (los hombres, diferentes niveles de calificación y distintas ocupaciones), otros niveles organizacionales (no solo el trabajo individual y doméstico, sino también el realizado en múltiples ámbitos empresariales e institucionales) y otros tipos de cuidado (como el médico, sexual y religioso).

Las cadenas de cuidado varían en amplitud, extensión geográfica e intensidad de sus lazos, pero la cuestión central es que los vínculos entre prestadores y receptores de servicios de cuidado son marcados por jerarquías sociales e históricas de clase, género, raza / étnica, generación, religión y lugar³⁰. Así, esas cadenas son mecanismos fundamentales en que recursos de cuidado son transferidos de lugares pobres a lugares ricos (YEATES, 2012, p. 137)³¹, generando una “plusvalía” de cuidado (*care gain*) en destino y una pérdida de capacidad de cuidado (*care drain*) en lugar de origen (HOCHSCHILD, 2003, pp. 186-187)

Las desigualdades que marcan las cadenas globales de cuidado tienden a reposar en los hombros de la mujer, trabajadora y migrante. Son ellas quienes tienden a ser vistas como las responsables tanto de las obligaciones de cuidado en lugar de origen, cuando de las que

³⁰ Parreñas (2001) llama la atención para el hecho de que la configuración especial de las cadenas globales, es decir, los lugares y las personas que están encadenadas, no es aleatoria: “(...) los flujos migratorios no se seleccionan al azar, sino que surgen de vínculos anteriores establecidos a través del colonialismo o lazos culturales y económicos preexistentes” (p. 2, traducción nuestra).

³¹ Como este proceso se desarrolla de manera sistémica, las partes implicadas tienden a no reconocerlo como evidente. Como resultado, son dos mundos que están físicamente juntos y dependen uno del otro, pero que tienden a no conocerse profundamente: el empleador de la trabajadora migrante no tiene una idea completa del mundo que ella dejó atrás (HOCHSCHILD, 2000, p. 126).

ella ejerce en el lugar de destino de la migración. Las mujeres tienen que desplegar una “doble vida” (HONDAGNEU-SOTELO; AVILA, 1997) entre aquí y allá; y, al mismo tiempo, enfrentar una triple discriminación: como mujer, inmigrante y trabajadora (PARELLA, 2003). De esta forma, desde el punto de vista de las mujeres migrantes, las cadenas de cuidado tienden a representar una larga odisea de altos costes y múltiples sacrificios (HONDAGNEU-SOTELO; AVILA, 1997). Además de la mujer migrante, la base de la cadena de cuidado, es decir, la unidad doméstica en origen experimenta también las consecuencias de esas desigualdades, y tiene que reconstituir los arreglos de cuidado, lo que frecuentemente sobrecarga a otras mujeres (YEATES, 2009). Muchas investigaciones pusieron énfasis, sin dejar de considerar los estigmas sociales, en las consecuencias de la ausencia de las mujeres migrantes en los lugares de origen, particularmente para los hijos (OLWIG, 1999; GAMBURD, 2000; PARREÑAS, 2005; MADIANOU; MILLER 2011). En general, el interés por los efectos negativos de la ausencia de las mujeres resulta de una concepción del cuidado limitado al cuidado presencial. Cuando se incluyen otros tipos de cuidado (como el de informaciones, emocional y financiero) empiezan a brotar diferentes tipos de consecuencias potencialmente positivas de la emigración de las mujeres.

En gran medida, el análisis de las cadenas globales de cuidado se inspira en los estudios sobre las cadenas globales de *commodities* (GEREFFI; KORZENIEWICZ; KORZENIEWICZ, 1994; YEATES, 2005), el enfoque de las cadenas globales de cuidado postula que la emigración femenina tiende a ser un proceso que se retroalimenta a causa de la demanda continua por trabajos de cuidado generado por las migraciones. Además, la relación entre el análisis de las cadenas globales de *commodities* y las cadenas globales de cuidado es complementaria desde el punto de vista empírico: las cadenas globales de *commodities* tienden a ser formadas, por lo menos en alguna medida, por encadenamientos vinculados a los trabajos de cuidado. Por ejemplo, cuando una migrante boliviana migra a São Paulo o a Buenos Aires para trabajar en un taller de costura, su inserción en esa red productiva global desencadena la necesidad de un (re)arreglo reproductivo transnacional.

La perspectiva de las cadenas globales de cuidado permitió el reconocimiento de una dimensión de la globalización que era hasta entonces ignorada. Esta agenda de investigación representó, además, un desplazamiento analítico fundamental de los preceptos del nacionalismo metodológico. De esta forma, contribuyó a una comprensión crítica de las dinámicas espaciales del cuidado y al desarrollo de políticas sociales que buscaron dar cuenta

de esas realidades (YEATES, 2012). Las cadenas globales de cuidado expresan el desborde de los mundos nacionales de bienestar, en la medida en que enfatiza la dependencia que los “mundos nacionales de bienestar” poseen del trabajo reproductivo inmigrante. De esta forma, es posible visualizar la reproducción de la desigualdad internacional con relación a la protección social, debido, por una parte, a la capacidad que los países del norte poseen en atraer migrantes para el trabajo de cuidado con baja remuneración relativa; y, por otra parte, el potencial que los países del sur poseen en disponer de cuidado de forma no remunerada.

3.2.3 La organización social del cuidado

La agenda de las cadenas globales de cuidado construye una interfaz entre la dimensión micro (la experiencia individual y familiar del trabajo de cuidado) y macroeconómica (la división internacional del trabajo reproductivo) para el análisis del intercambio internacional de cuidado. Una dimensión macro, a menudo ausente, es la interfaz entre esas dinámicas y las demás fuentes de protección social, particularmente los estados y sus políticas sociales y migratorias. Es, con relación a esa laguna que el concepto de organización social del cuidado emerge.

Como un desdoblamiento de los esfuerzos de la crítica feminista al marco de los regímenes nacionales de bienestar, autoras como Mary Daly y Jane Lewis (2000) pasan a hablar de la “organización social del cuidado” para afirmar que el cuidado no es una cuestión tan solo privada, sino uno de los principios fundamentales de los regímenes de bienestar y en el ámbito de los cuales el estado tiene un papel significativo a cumplir (OROZCO; GIL, 2011; LEIVA, 2015; GONZÁLVEZ, 2016). Ese marco interpretativo cuenta con tres objetivos principales: 1) enfatizar la relevancia de cómo las tareas y las obligaciones de cuidado son distribuidas socialmente (por género y generación, y entre la familia y el estado); 2) reflexionar cómo las demandas de cuidado y las respuestas a necesidades físicas y emocionales son socialmente garantizadas, o no; 3) analizar la visibilidad de diferentes tipos de trabajos de cuidado y determinar cómo los trabajos de cuidados pagados y no pagados son tratados desde las políticas sociales.

En palabras de Arriagada (2010), la organización social del cuidado se refiere a las “(...) interrelaciones entre las políticas económicas y sociales del cuidado. Se trata de la forma de distribuir, entender y gestionar la necesidad de cuidados que sustentan el funcionamiento del sistema económico y de la política social” (p. 59). De ese modo, tanto

si se trata de provisión de cuidados transnacionales como si no, se asume que esta no transcurre de manera aislada o estancada, sino como resultante de una continuidad en la que se suceden actividades, trabajos y responsabilidades entre los distintos principios societales –familia, comunidad, estado, mercado y tercer sector– (GONZÁLVEZ, 2016). La organización social de cuidado forma, en conjunto con la ideología de cuidado, un régimen de cuidado (LEWIS, 1997; OROZCO; GIL, 2011, pp. 22-23). Es decir, la noción de régimen de cuidado expresa la existencia de un vínculo profundo entre los significados culturales y las formas de organizar socialmente el cuidado. Además de estas dinámicas de naturaleza macrosocial, para Leiva (2015, p. 168) la organización social del cuidado puede ser analizada a partir de la interacción entre prestadores y receptores de cuidado, particularmente en sus dinámicas y condicionantes sociales, económicos y laborales.

El marco de la organización social del cuidado llama la atención para las configuraciones institucionales y sus impactos en la provisión y distribución del cuidado. Este enfoque, desarrollado a partir de la crítica a perspectiva de los regímenes de bienestar, resalta aspectos importantes de la contribución de Esping-Andersen, particularmente la necesidad de pensar la interacción entre estado, mercado y familias. El enfoque, los énfasis y los objetivos son diferenciados. Sin embargo, ese mismo principio orientador se mantiene. Por consiguiente, la organización social del cuidado permite que se vislumbren posibles sinergias entre el análisis de la protección social como cuidado transnacional y como bienestar nacional. No obstante, hay una tendencia, en ese enfoque, de comprender las formas de organización social del cuidado como ancladas en el estado-nación territorializado. Un peligro que, para ser superado, es necesario reconocer un elemento ausente. El análisis en términos de organización social del cuidado tiende a no abarcar el análisis de un nivel mesosocial que permita un entendimiento de la mediación entre las dimensiones micro (la interacción de proveer/recibir cuidado) y macro (la forma en que el cuidado es socialmente producido y distribuido). A continuación, trataremos de una propuesta que ofrece un camino posible.

3.2.4 La circulación transnacional del cuidado

La transnacionalización de las familias ha sido a menudo concebida como una estrategia racional de maximización de oportunidades o como consecuencia directa de los obstáculos estructurales a la movilidad internacional. En contraste a esos entendimientos, la

perspectiva de la circulación del cuidado destaca el establecimiento de una economía moral en las familias transnacionales (BALDASSAR; MERLA, 2014), que representa un intento multisituado, colectivo, asimétrico y cotidiano de conjugación entre derechos parciales, estatutos sociales inestables y responsabilidades y obligaciones familiares multilocalizadas.

Si bien los estudios enmarcados dentro del marco de las cadenas globales de cuidados destacan principalmente los costes humanos y emocionales que conlleva el hecho de que las mujeres migrantes no puedan cuidar de sus hijos a distancia, esta visión unidimensional y física de los “cuidados” ha sido ampliamente cuestionada por la literatura más reciente (BALDASSAR, 2007; MERLA 2014; BALDASSAR; MERLA, 2014; 2016). Desde una concepción multidimensional de los cuidados, como elemento esencial en el mantenimiento de las relaciones familiares a distancia, se incluye, de acuerdo con Baldassar y Merla (2014) cinco tipos principales de cuidado:

- el económico: envío y recibimiento de remesas monetarias y no monetarias;
- la garantía de acomodación o vivienda;
- el personal (*hands on*);
- el cuidado práctico y de los niños;
- el cuidado emocional y moral.

Todas esas formas de cuidado pueden, con diferentes grados, intercambiarse en contextos familiares transnacionales (BALDASSAR; MERLA, 2014, p. 12; MERLA, 2014, p. 40). Estos tipos de apoyo pueden proporcionarse de forma presencial (mediante la copresencia física permanente o visitas esporádicas); pero también a través del uso de medios de comunicación como el teléfono, las aplicaciones de internet y de celulares, particularmente las redes sociales, los softwares de mensajería instantánea (como el WhatsApp) y de teleconferencia (como el Skype). Estas tecnologías permiten, además, la coordinación y gestión a distancia del cuidado (BALDASSAR, 2007; BALDASSAR, 2016) y constituyen ambientes de copresencia virtuales, donde el otro se hace presente de modo periférico, de forma simultáneamente periférica, intensa y constante (MADIANOU, 2016).

El enfoque de la circulación del cuidado (*care circulation*) concibe que el intercambio del cuidado en las familias es recíproco, asimétrico y orientado por una norma de reciprocidad generalizada. Este tipo de reciprocidad se refiere a los intercambios que no son inmediatos ni equivalentes (las personas proveen cuidados sin medir con precisión el cuidado que reciben), pero siempre contienen la expectativa de un retorno del cuidado (no

necesariamente de la misma persona). Por lo tanto, el cuidado circula en las redes familiares transnacionales cuando es ofrecido, y retorna en diferentes momentos y con intensidades variables en el curso de los distintos ciclos de vida (BALDASSAR; MERLA, 2014, p. 7). El intercambio del cuidado tiende a ser asimétrico, ya que normalmente las mujeres ofrecen más cuidado del que reciben. Además, durante el curso de la vida y de las etapas do proyecto migratorio, el modo e intensidad de la participación en los roles de cuidador y de receptor tiende a transformarse.

Las familias transnacionales no son homogéneas y naturalmente cohesivas, ya que sus miembros están posicionados en lugares dinámicos (sociales y geográficos) y en tiempos particulares (ciclos de vida / contextos institucionales) (BALDASSAR, 2008, pp. 270-271). Como señalan diversos estudios empíricos (HERRERA, 2013; PARELLA, 2012; PARREÑAS, 2005; PEDONE, 2006, por citar algunos), las familias transnacionales son espacios de negociación y conflicto donde las desigualdades de género y generación son aspectos cruciales.

El marco de la circulación del cuidado admite que los roles de cuidador y receptor de cuidado puedan ser simultáneos. Por consiguiente, tanto los migrantes como sus familias en origen reciben y proveen cuidado. El punto es que la forma, la intensidad y los atributos cualitativos y cuantitativos de ese intercambio de cuidado dependiente tanto de las fluctuaciones y ciclos vitales, personales y sociales, como de las desigualdades internas y externas a las familias. En este sentido, el intercambio recíproco del cuidado tiende a ser asimétrico, ya que típicamente las mujeres ofrecen más atención de la que reciben. Además, las asimetrías de género pueden profundizarse cuando están en intersección con las generaciones desiguales.

La principal aportación atribuible al marco analítico de la circulación de cuidados es considerar que el cuidado transnacional implica un intercambio recíproco y asimétrico de flujos de cuidado que circulan en y entre los lugares de origen y destino, en forma de bienes, servicios y conocimientos (MERLA, 2014). En dicho intercambio participan miembros de distintas generaciones y se involucran relaciones de cuidado de diferente naturaleza a lo largo del tiempo (HERRERA, 2011; MERLA, 2014). Esa perspectiva plantea que los miembros de las redes familiares transnacionales pueden estar activa y pasivamente implicados en el intercambio recíproco y al mismo tiempo asimétrico de cuidados, en función de cuáles sean sus necesidades e intereses, así como de las estrategias a su alcance.

Dichas estrategias dependerán de los contextos políticos, económicos, culturales y sociales en los que se inscriben, tanto en origen como en destino (BALDASSAR; MERLA 2014; MERLA 2014).

El abordaje propuesto por Baldassar y Merla (2014) responde a algunas limitaciones del acercamiento de las cadenas globales de cuidados. Especialmente se considera que las relaciones de cuidado no pueden reducirse a la relación unilateral entre migrante proveedora de cuidado y las personas “dejadas atrás” (*left behind*) en el país de origen (LUTZ, 2018, p. 8). Si por un lado las cadenas globales de cuidado permiten identificar las desigualdades en la globalización del cuidado, el abordaje de la circulación del cuidado enfatiza la dimensión transnacional del cuidado (LUTZ, 2018). De ahí que las autoras consideran que esas perspectivas poseen más complementariedades que contradicciones (MERLA; BALDASSAR, 2016).

Este enfoque tiene también sinergias importantes con el marco de la organización social del cuidado. El análisis en términos de circulación de cuidado permite insertar una dimensión relacional al abordaje de la organización del cuidado, mientras que esta destaca la relevancia de las configuraciones institucionales. De ahí que Kilkey y Merla (2014) subrayan la necesidad de situar las formas de circulación del cuidado dentro de los marcos institucionales que imponen contingencias estructurales, en la medida que legitiman determinados modelos normativos de familia, ideologías de género o concepciones del cuidado a través de la política pública (en especial la política migratoria y las políticas sociales) y de los discursos institucionales (PEDONE; GIL ARAUJO, 2008; HERRERA, 2011, 2012; PEDONE, AGRELA; GIL ARAUJO, 2012; GIL ARAUJO; PEDONE, 2014). Es menester trascender los límites de los estados-nación, a base de incorporar los aspectos transnacionales del cuidado inherentes a la movilidad y a la separación geográfica, así como de incorporar las implicaciones de los ajustes de dicho cuidado transnacional como objeto de política social en sí mismos (BALDASSAR; MERLA, 2014).

El impacto de este enfoque ha sido importante y prolífico en el ámbito académico. Son numerosas las investigaciones que muestran concreciones empíricas específicas en cuanto a las asimetrías que puede comportar la “circulación de cuidados”, analizadas desde todos los ángulos (OLWIG, 2014; POEZE; MAZZUCATO, 2014; REYNOLDS; ZONTINI, 2014; BALDASSAR; WILDING, 2014; PÉREZ; NEIRA, 2017). A modo ilustrativo, el trabajo de Pérez y Neira (2017) analiza la realidad que viven las abuelas con menores a cargo

en el cantón Sígsg (Ecuador), cuyas madres han iniciado un proyecto migratorio. Si bien estas abuelas practican el altruismo de cuidados y contribuyen a la protección de las niñas y niños “*left-behind*”, se detectan importantes riesgos según perfiles en cuanto a asimetrías y grados de exclusión. Si bien, en algunos casos, su rol les confiere autoridad en la toma de decisiones y en la gestión de los recursos (remesas) que llegan desde el exterior; en otros, cuando se enfrentan a la ausencia de ayudas tanto por parte de los hijos/as (no reciben remesas) como del estado, asumen lo que las autoras denominan “resignación solidaria” por tener que cuidar de forma “permanente” a los nietos (PÉREZ; NEIRA, 2017, p. 67), debiéndose enfrentar a menudo a graves riesgos de exclusión y a condiciones de vida sumamente precarias. En cualquiera de los casos, sienten que son ellas, en tanto que cuidadoras, las que posibilitan la supervivencia de un hogar multisituado (2017).

La perspectiva de la circulación ofrece sofisticadas herramientas para analizar empíricamente la multidimensionalidad de los cuidados y la complejidad de las interacciones sociales que su gestión a distancia conlleva. Asimismo, proporciona instrumentos para captar las desigualdades de poder y las cuestiones de justicia social que tienen que ver con la circulación del cuidado (PARELLA, 2016, p. 256). De ese modo, el amplio espectro de ajustes multidireccionales, de carácter formal o informal, que pueden tener lugar a lo largo de estos procesos, revelan los factores y matices que entran en juego a la hora de comprender las distintas posiciones de los actores que se imbrican dentro de las jerarquías de poder basadas en las interseccionalidades de género, raza, clase social, edad y ciclo vital que sostienen dicha circulación (BALDASSAR; MERLA 2014; PARELLA, 2016). De ese modo, se concreta, en palabras de Baldassar y Merla (2014), “la forma, intensidad y calidad de la participación de los actores implicados (o excluidos) de los circuitos de cuidado” (p. 55). En definitiva, la noción de circulación del cuidado puede ser considerada una forma de crear, mantener y transformar las estrategias de protección social a escala transnacional (SPERONI, 2017).

A modo de síntesis

En este capítulo vislumbramos el desborde de los mundos nacionales de bienestar. De esa forma, en el lugar de una concepción de lo social como equivalente al nacional y de la protección social como resultado de regímenes de bienestar nacionales, se ha reconocido, por medio de la perspectiva transnacional, la existencia de mundos intersticiales

transfronterizos. Los espacios sociales transnacionales son producidos y reproducidos por diferentes tipos de actores, como los migrantes, no migrantes, emprendimientos económicos, instituciones estatales y organismos no gubernamentales. Estos son espacios dinámicos, en permanente estructuración y marcados por niveles significativos de contingencia.

El desborde de los mundos nacionales de bienestar desafía la explicación sociológica. Cuando la sociedad era vista como equivalente al territorio nacional, la relación entre individuos y sociedad venía definida en términos de ciudadanos y sociedad nacional representada por el estado; en la medida en que la perspectiva transnacional llama la atención sobre la posibilidad de vínculos simultáneos en múltiples lugares, el cuadro se complejifica y germinan cuestiones difíciles de resolver, tales como: ¿Cuáles son las implicaciones de una reflexión acerca de los riesgos y las formas de protección social cuando los individuos y colectivos están socialmente presentes “aquí”, “allá” y “más allá”?

La agenda de las familias transnacionales ha buscado colaborar con ese panorama desafiador, centrándose en las relaciones multisituadas de cuidado. Tiene un gran potencial, en la medida que permite superar tanto las descripciones despacializadas de las teorías de la globalización como los presupuestos del nacionalismo metodológico. Desde otro ángulo, es posible reconocer que los análisis de la transnacionalización del cuidado tienen la capacidad de superar reducciones micro (individual) y macrosociológicas (nacional o global). Por una parte, el foco limitado al individuo es insuficiente, puesto que la experiencia de la migración es vivida colectivamente y producida socialmente por medio de la disponibilidad de recursos, instrumentos e imaginarios (SASSEN, 2007, pp. 131-132). Por otro lado, un enfoque limitado a las fuerzas estructurales, que no presta atención a la experiencia migratoria, tiende a afirmar la imagen de un mundo dividido en escalas estancas y lineales. Los estudios de las familias transnacionales ponen énfasis en las relaciones sociales de cuidado, o sea, tienen como foco el nivel mesosociológico. El foco en el cuidado se muestra crucial puesto que expresa un tipo de vínculo profundo entre actores, la capacidad de agencia de esos y la participación en un proyecto de bienestar común.

La transnacionalización del cuidado es un aspecto significativo para la comprensión de las interfaces entre migraciones y protección social. Al dislocar el cuidado para el centro del análisis, se superan las miradas economicistas que conciben la migración internacional y la protección social como una transacción entre individuos y estados, impregnadas por una noción dicotómica de hombres productores y mujeres reproductoras (KOFMAN, 2004).

Desde diferentes caminos analíticos, esa agenda ha permitido revelar que los mundos transnacionales son lugares en que dinámicas productivas (de trabajo y renta), reproductivas (cuidado) y (re) distributivas (creación de estrategias de protección frente a los riesgos) están en permanente desarrollo y transformación.

Cada uno de los enfoques expuestos en la segunda sección de este capítulo componen el amplio panorama de la transnacionalización del cuidado. Las cadenas globales de cuidado reconocen la existencia de una división internacional del trabajo reproductivo, en el cual las capacidades de cuidado del sur global son desviadas hacia el norte formando un ciclo vicioso que tiene como un último encadenamiento el trabajo de cuidado no remunerado en los lugares más pobres, realizados por las mujeres más vulnerables. El análisis en términos de la organización social del cuidado pone el énfasis en las configuraciones institucionales y las formas sociales de distribución de las tareas y obligaciones de cuidado. Por último, el emergente enfoque de la circulación parte de una concepción multidimensional del cuidado, para comprender los modos de circulación de diferentes tipos de cuidado por medio de la actuación desigual de diferentes tipos de actores. El enfoque de la circulación del cuidado es especialmente interesante para una reflexión sobre las interfaces entre la protección social y las migraciones, puesto que adopta, de manera más clara y operativa, una óptica transnacional, y, de esa forma, permite poner el foco en la agencia y las desigualdades de los diferentes miembros de las redes familiares.

La circulación del cuidado en el interior de las redes de las familias transnacionales puede considerarse como una forma de crear, mantener y transformar estrategias de protección social transnacional. Sin embargo, esos arreglos están siempre supeditados a la disponibilidad de oportunidades, recursos y servicios de protección social que, en gran medida, siguen siendo anclados nacionalmente. En este sentido, es posible destacar la relevancia y necesidad de una complementariedad entre las perspectivas transnacionales del cuidado (en particular de la circulación del cuidado) y el marco de los regímenes de bienestar.

4 DESENCAJES Y BRICOLAJES TRANSNACIONALES DE LA PROTECCIÓN SOCIAL³²

Vivimos en un mundo marcado por una división internacional de recursos para la protección social y de factores de exposición a riesgos. Lo que significa decir que los riesgos a que las personas están más significativamente expuestas, así como sus capacidades de enfrentarlos, no son aleatorios, resultado de la mala fortuna individual o de las fuerzas imprevisibles de la naturaleza. En ese escenario, es central reconocer que las desigualdades con relación a las condiciones y oportunidades de vida entre localidades geográficas son más intensas que las existentes en el interior de las diferentes estructuras nacionales de clases (MILANOVIC, 2011). Numerosas son las interpretaciones – como del sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2006), de la sociedad del riesgo (BECK, 1998) y de las cadenas globales de cuidado (HOCHSCHILD, 2000; PARREÑAS, 2001) – que sugieren, de manera diversa pero enfática, que esta situación ocurre porque el norte global importa recursos protectores (como la mano de obra para trabajos de cuidado) y exporta riesgos sociales (por ejemplo, a través del desplazamiento de ciertas etapas de las cadenas productivas o por medio de la promoción de proyectos de desarrollo de carácter extractivista) al sur global. Se suman a esas dinámicas de *insourcing* de las protecciones y *outsourcing* de los riesgos, el hecho de que los Estados del norte global imponen innumerables obstáculos para las movilidades internacionales, algo que en menor grado también sucede entre algunos de los Estados del sur. Esas barreras –que pueden tomar la forma de exigencias burocráticas, de vigilancia policial o de muros y vallas–, al fin y al cabo, no producen el término o la gestión efectiva de las migraciones, sino la estigmatización, precarización y criminalización de aquellos que migran. En consecuencia, el potencial inherente a las migraciones de socializar internacionalmente los riesgos sociales es constreñido por los peligros que se crean en el propio proceso migratorio, como aquellos que resultan de la producción estatal de la ilegalidad migrante (DE GENOVA, 2017). En definitiva, es ineludible reconocer los vínculos inciertos y ambivalentes entre migraciones internacionales, protección y desprotección.

Este es un mundo en que se hace presente también otra contradicción crucial: la vida social se vuelve cada vez más transnacional al mismo tiempo que los recursos de protección

³² Parte del contenido de este capítulo ha sido publicada en Parella y Speroni, 2018.

social siguen, en gran medida, anclados en el Estado nacional moderno. Sin embargo, esta inconsistencia no es estática y los ejemplos de reacciones “desde abajo” y “desde arriba” son numerosos y diversificados, si bien todavía contingentes y dispersos. Por una parte, los individuos y sus familias buscan, a través de dinámicas multisituadas de movilidad e inmovilidad, el desarrollo de estrategias de protección social. Por otro lado, los Estados nacionales, las organizaciones internacionales, las entidades transestatales y las organizaciones de la sociedad civil, ponen a disposición algunos recursos (todavía limitados) de protección social a escala transnacional.

En este escenario, la cartografía westphaliana y keynesiana –que supone una soberanía estatal indivisa y exclusiva, una neta división entre espacio doméstico e internacional y que las disputas acerca de la justicia ocurren solamente entre conciudadanos (FRASER, 2008, pp. 20-21)– ha dejado de ser adecuada, lo que conlleva importantes implicaciones sobre cómo pensamos la justicia (FRASER, 2008; AMELINA, 2016; BOGALSKA-MARTIN; MATTEUDI, 2018; FAIST, 2019). La transnacionalización de la vida social, que enuncia un “mundo poswestphaliano”, tiene impactos profundos para la reflexión sociológica: ¿cómo podemos entender la relación entre ciudadanos y Estado si reconocemos que el cuidado, la generación de ingresos, la educación, la salud y las estrategias de seguridad social pueden realizarse más allá del contenedor del Estado nacional? No resta dudas de que la cuestión social ya no puede ser tratada como exclusivamente nacional, y es urgente el reconocimiento de su transnacionalización (FAIST, 2019).

A partir del esfuerzo de investigadores como Peggy Levitt y Thomas Faist, se ha constituido en la última década una agenda de investigación en torno a la protección social transnacional (PST) que buscó entender las interfaces entre las migraciones y la protección social en el interior de ese escenario laberíntico. La PST surge de la necesidad de un desplazamiento analítico capaz de comprender las nuevas formas de distribución y producción de riesgos y protecciones. Para ello, se busca construir una sinergia entre los estudios de los regímenes nacionales de bienestar, de las políticas sociales globales y del cuidado transnacional. Esta convergencia es necesaria para superar la insuficiencia de las interpretaciones del bienestar enclaustradas en el nacionalismo metodológico, de las narraciones desespacializadas de lo “global” así como de las descripciones microsociológicos de las dinámicas transnacionales del cuidado.

En esta tesis se considera que el enfoque transnacional es el más apropiado para el análisis de las interfaces entre migraciones y protección social, puesto que permite combinar una mirada desde las configuraciones institucionales globales, subnacionales y nacionales por una parte, y desde las experiencias, biografías y prácticas por otra. Si reafirmamos una definición de la protección social como el conjunto de capacidades y estrategias colectivas e individuales de responder a privaciones y riesgos sociales en las esferas del cuidado, trabajo, salud, educación y seguridad social, la mirada transnacional de la protección social destaca que esas capacidades y estrategias se pueden desarrollar mediante la combinación de recursos provenientes de las cuatro fuentes de protección (los Estados, el mercado, las familias y las comunidades y el tercer sector) incluso si estas están ubicadas en territorios de diferentes Estados nacionales (LEVITT et al, 2017)³³.

En este capítulo se busca realizar una contribución teórica al estudio de la PST, además de establecer el marco teórico general de la investigación empírica que se presentará en la parte III, a partir de dos cuestionamientos básicos. El primero de ellos puede ser sintetizado en la pregunta: ¿Cuáles son y cómo actúan los mecanismos sociales³⁴ que moldean las formas de distribución sociogeográfica de los riesgos y las protecciones? La noción de desencajes de la protección social representa una aproximación multidimensional a esa problemática. Los desencajes se definen como las situaciones originadas por mecanismos políticos que producen una distribución desigual y espacializada de formas de exposición a riesgos y de medios de acceso a recursos de protección social. En otras palabras, son los procesos que hacen que determinados lugares y colectivos estén más expuestos a riesgos y tengan menos acceso a recursos de protección social. En ese capítulo, se argumentará que los desencajes son resultantes de tres tipos de políticas, o sea, tres formas de relaciones de poder: los desencajes generados por las políticas de espacio (las asimetrías entre lugares resultantes de vínculos políticos, económicos y culturales), por las políticas de enmarque (la inconsistencia entre las escalas de las fuentes y de los recursos de protección y las escalas de la vida social) y por las políticas de interseccionalidad entre marcadores

³³ El sentido dado aquí a la noción de capacidad se aproxima a la acepción de Sen (1992), según el cual las capacidades son las diversas conjunciones de los funcionamientos generados en el ámbito de una sociedad (por ejemplo, tener buena salud, estar bien nutrido), que garantizan (o no) la libertad de una persona de alcanzar lo que ella valora.

³⁴ El uso aquí de la noción de mecanismo tiene un sentido específico e intencional. Ellos son definidos como un conjunto de prácticas y entidades que al estar arregladas de determinadas formas producen un conjunto de resultados particulares (HEDSTRÖM; YLIKOSKI, 2010).

sociales (la conjunción de desigualdades de género, generación, nacionalidad, raza/etnia y clase).

La segunda cuestión se despliega de la primera: ¿Cómo entender los posibles formatos de las estrategias individuales y colectivas, fundamentadas en los vínculos transnacionales, de enfrentamiento a los distintos desencajes de la protección social? Si el concepto de desencajes sintetiza los mecanismos de distribución de riesgos y recursos de protección, la noción de bricolaje busca enfatizar las formas como los individuos y colectivos desarrollan sentidos y estrategias de protección como reacción a tales. Por consiguiente, los bricolajes hacen referencia a las estrategias “artesanales” de articulación de la protección formal e informal llevadas a cabo por los migrantes y sus familias en dos o más países de manera simultánea. La protección social formal se vincula a las normativas estatales promovidas por fondos públicos, que son institucionalizadas por medio de políticas sociales y marcos legales que operan en diversas escalas (nacionales, subnacionales y supranacionales) y aplicadas con diferentes criterios de elegibilidad (BILECEN; BARGLOWSKI, 2015, p. 207). Ya la protección social informal emerge de las redes sociales y de los vínculos de cuidado fundamentados en lazos recíprocos y asimétricos (por género y generación).

Este capítulo comienza con la presentación de la perspectiva transnacional de la protección social como una agenda de convergencia que es capaz de promover una readecuación del análisis de las interfaces entre protección social y migraciones. En la segunda sección, se esboza una cartografía abisal formada por la conjunción de los tres tipos de desencajes de la protección social. Por fin, en la tercera, se discute la concepción de la PST como un esfuerzo individual y colectivo de bricolaje entre recursos y personas multisituadas. El análisis de la PST en términos de sus desencajes y bricolajes destaca tanto los procesos especializados e históricos de amplio espectro como las prácticas contingentes y cotidianas perpetradas por los actores.

Este capítulo representa un esfuerzo de síntesis y diálogo entre perspectivas, muchas de ellas ya discutidas en los capítulos anteriores. De esta forma, se busca llamar la atención sobre la complejidad de la protección social en una época marcada por la transnacionalización de la vida social. En el transcurso de tres secciones se podrá vislumbrar el marco interpretativo propuesto en esta tesis, así como los argumentos centrales que de él emergen.

4.1 UNA CONVERGENCIA NECESARIA: LA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL DE LA PROTECCIÓN SOCIAL

¿Cómo podemos pensar las interfaces entre migraciones y protección social en un mundo en globalización marcado por una división internacional de riesgos y protecciones y por una combinación entre la transnacionalización de la vida social y la perennidad del anclaje nacional de los recursos de protección social? ¿Quién es responsable de qué en ese escenario confuso? ¿Cuáles son los riesgos y las lagunas de protección que son producidos y reproducidos a partir de ese panorama? ¿Cuáles son las formas de enfrentamiento a tales y cuáles son sus implicaciones? Este complejo, dinámico y enmarañado escenario es una de las razones que explican la creciente presencia de la protección social en la arena pública, así como el significativo interés académico por el tema (BILECEN; BARGLOWSKI, 2015, p. 203). No obstante, todavía son insuficientes los diálogos entre las perspectivas que tratan el bienestar a escala nacional, los análisis de las políticas sociales globales y los abordajes del cuidado transnacional. La perspectiva transnacional de la protección social se sitúa precisamente en el punto de encuentro entre esas tres distintas frentes de investigación (BILECEN; BARGLOWSKI, 2015; LEVITT et al, 2017). Esta intersección analítica permite la construcción de un marco heurístico multidimensional capaz de interpretar las interfaces entre las dinámicas políticas y económicas de la globalización, el desarrollo de políticas sociales, las características de los regímenes de bienestar y las dinámicas sociales del cuidado.

La óptica transnacional en general, así como la aplicada a la protección social en particular, aborda los distintos niveles de lo social de forma simultánea, movilizand o enfoques descendentes (*top-down*), como los representados por los estudios de las políticas sociales globales y de los regímenes de bienestar, pero también ascendentes (*bottom-up*), como las investigaciones sobre las familias transnacionales (LEVITT; DE LA DEHESA, 2017, p. 1521). Así, la propuesta de la PST consiste en, por un lado, concebir el cuidado y las remesas transnacionales como componentes del bienestar social y, por otro lado, comprender cómo tales prácticas impactan y son impactadas por representaciones, prácticas y arreglos institucionales de bienestar (Boccagni, 2016, pp. 3-7).

La PST es un proyecto investigativo que representa un intento de compensar algunas de las limitaciones analíticas de los distintos enfoques puestos en convergencia. Primeramente, las investigaciones sobre las familias transnacionales tienden a enfocarse en

los arreglos de cuidado y en la gestión de recursos internos a la familia, así como en los procesos de desigualdades entre géneros y generaciones que emergen de tales dinámicas. El análisis de estos procesos es fundamental en la medida en que permite comprender lo que en el capítulo 3 se ha llamado “desbordes de los mundos nacionales de bienestar”. Sin embargo, al centrarse en la interpretación de dinámicas microsociales, caracterizadas por una fuerte dependencia del contexto y por un gran abanico de formas y contenidos, es frecuente que las configuraciones institucionales y los procesos sociales de mayor espectro sean descuidados en las interpretaciones de ese tipo. De todos modos, y tal como demuestran los conceptos de organización social de los cuidados (OROZCO; GIL, 2011; LEIVA, 2015; GONZÁLVEZ, 2016) y de la circulación del cuidado (BALDASSAR; MERLA, 2014), progresivamente nuevos estudios o relecturas de investigaciones anteriores abordan las dinámicas transnacionales del cuidado en términos de protección social, lo que significa pensar el cuidado en su ubicación en marcos institucionales (KILKEY; MERLA, 2014) y en las diferentes escalas del sistema internacional de reproducción social (PARREÑAS, 2001).

En segundo lugar, el análisis de los regímenes de bienestar (ESPING-ANDERSEN, 1990) resulta parcial, por cuanto se circunscribe al Estado nacional como unidad de análisis y por considerar que los derechos derivan directa y exclusivamente de la ciudadanía. Por lo tanto, se dedica escasa atención a las implicaciones de las migraciones para la provisión y elegibilidad de la protección social (son excepciones SAINSBURY, 2006; FRANZONI, 2008; SABATES-WHEELER; FELDMAN, 2011). Tal como es presentado en el capítulo 2, ese imaginario nacional de lo social, igualmente presente en las teorías clásicas de las migraciones, no toma en consideración la posibilidad de que una persona o familia combine recursos de protección procedentes de más de un Estado nacional (LEVITT et al, 2017, p. 4). Además, el análisis en términos de regímenes de bienestar tiende a reducir la complejidad y la centralidad de las relaciones de cuidado y las interfaces entre los Estados, el mercado, las comunidades y las familias (BILECEN; BARGLOWSKI, 2015, p. 206). No obstante, es fundamental dialogar con las investigaciones sobre los regímenes de bienestar, en la medida que una parte importante de los estudios migratorios no incorpora los variados matices y contrastes entre distintos Estados-nación (pero también subnacionales y locales) que definen el acceso de los migrantes a la protección social (SABATES-WHEELER; FELDMAN, 2011, p. 15; DOBBS; LEVITT, 2017; DOBBS et al, 2018).

Por último, las investigaciones vinculadas a las políticas sociales globales exploran cómo los procesos de globalización impactan sobre las políticas sociales y los derechos. Se trata de estudios multidisciplinarios que tienen como foco la circulación y las interfaces de discursos y prácticas de los actores internacionales en lo que concierne a la política social y a sus efectos a escala nacional (DEACON, 1997; YEATES, 2006, p. 17; YEATES, 2014). Este enfoque se ha mostrado altamente provechoso para la comprensión de las múltiples escalas de las políticas públicas. Sin embargo, deja fuera la acción de los actores no institucionalizados, como los individuos y las familias (BOCCAGNI, 2016, p. 3; LEVITT et al, 2017, p. 4).

Los estudios de la PST tienen una significativa capacidad aglutinadora, visto que ofrecen herramientas heurísticas que contribuyen para mostrar los nexos entre movilidad, familia y bienestar social, problematizando críticamente las categorías y las lógicas discursivas que obstaculizan la superación de la inconsistencia entre vida social y protección social (LEVITT et al, 2017, pp. 15-16). Por lo tanto, el programa de investigación de la PST hace hincapié en la necesidad de replantear los encuadramientos analíticos a partir de los cuales aprehendemos los problemas sociales y sus posibles soluciones (LEVITT; DE LA DEHESA, 2017, p. 1524). Levitt et al (2017) presentan así las preguntas generales que guían la mirada de la PST:

¿Cuándo y cómo las personas en movimiento son protegidas y proporcionan protección fuera del marco tradicional de los Estados nacionales? ¿Cómo el bienestar social de los jóvenes y de las personas mayores que viven en la sociedad de origen es garantizado cuando las personas que normalmente lo suministran han optado por emigrar? ¿Qué nuevos arreglos institucionales –o formas de protección social transnacional– están surgiendo como respuesta a estas dinámicas cambiantes? (p. 3, traducción nuestra).

Levitt y sus colegas (2017) definen la protección social transnacional como las acciones, políticas y programas institucionales, así como las estrategias individuales y colectivas que proveen recursos de protección de forma transnacional (p. 6). Esta acepción es adecuada a la defendida en esta tesis: la protección social como un conjunto de capacidades y estrategias para responder a las privaciones y los riesgos. Lo que Levitt y otros agregan a ese concepto es el carácter multisituado de la producción de capacidades y desarrollo de estrategias, así como la tendencia de que ellas engloben actores, vínculos e intercambios diversos. Por lo tanto, no se considera solamente cuándo los migrantes apoyan a sus familias en los lugares de origen, sino también cómo actores móviles protegen a otros

actores móviles y cómo no migrantes contribuyen a la protección de los migrantes (LEVITT et al, 2017, p. 6). En definitiva, la PST incorpora una concepción abierta acerca de las dinámicas espaciales a que los recursos de protección social pueden asumir, algo que es posible identificar, igualmente, en el abordaje de la circulación de cuidado.

De acuerdo con Levitt et al (2017, pp. 5-6), los Estados, los mercados, las organizaciones de la sociedad civil, las redes sociales y las familias constituyen las fuentes de la protección social. Tales fuentes ofrecen (con diferentes grados de formalidad, tangibilidad, estabilidad e incertidumbre) distintos tipos de recursos para la protección social: protección para la vejez, la supervivencia y la incapacidad (pensiones, prestaciones monetarias, cuidado residencial, servicios funerarios, licencias por enfermedad, etc.); asistencia sanitaria; servicios y derechos para las familias (prestaciones familiares, licencia maternidad y paternidad, educación y cuidado niños, etc.); políticas activas del mercado de trabajo y asistencia para el desempleo; soporte para acceso a vivienda; y servicios educacionales (LEVITT et al, 2017, pp. 5-6, adaptado de OCDE, 2007).

La perspectiva de la PST se centra en la ausencia y debilidad de los sistemas de protección, que requieren que los migrantes (y sus familias) negocien y combinen la protección social informal (proporcionada por redes interpersonales) y formal (proporcionada por el Estado y las organizaciones) (LEVITT et al, 2017, p. 3). Este enfoque tiene la capacidad de interpretar las posibles limitaciones de los arreglos institucionales; así como de proponer políticas públicas capaces de promover conjuntos de recursos de protección más eficientes (LEVITT et al, 2017, p. 3). Con el objetivo de hacer posible este tipo de análisis, Levitt et al (2017) proponen el concepto de “entorno de recursos” (*resource environment*), que alude a la conjunción de todos los recursos de protección social a los que los individuos tienen acceso, tanto en origen como en destino. La disponibilidad de recursos de protección depende de la ordenación de las fuentes de protección (capacidad de los Estados receptores y emisores, la naturaleza del mercado y la presencia del tercer sector), así como de las características de los individuos y sus familias (lugar de origen, lugar de residencia, género, raza, etnia, religión, ingresos, educación y la amplitud y profundidad de sus redes sociales) (LEVITT et al, 2017, pp. 6-7).

Al reconocer la posibilidad de la existencia de entornos de recursos multisituados, uno de los caminos heurísticamente más fructíferos es la definición de la PST como un conjunto de capacidades y estrategias frente a riesgos y privaciones que se caracteriza por el

bricolaje de recursos multisituados, ya sean de carácter formal o informal (BILECEN; BARGLOWSKI, 2015; BARGLOWSKI; BILECEN; AMELINA 2014). Tal como desarrollaremos en la tercera sección de este capítulo, la noción de bricolaje es central en este estudio, puesto que se considera que una aproximación de ese esfuerzo de ensamblaje “desde abajo” es lo que permite reconocer los entornos de recursos, así como los desencajes que os moldean.

Teniendo en cuenta esas delimitaciones conceptuales, Levitt y sus colegas (2017) plantean las preguntas específicas de esta agenda de investigación en tres ejes principales:

(1) Instituciones: ¿Qué nuevos tipos de acuerdos institucionales, de qué sectores (público, mercado, ONG, formal / informal) y en qué combinaciones dan lugar a entornos de recursos funcionales y eficaces? ¿Cuál es la relación entre estas instituciones y los proveedores existentes? ¿Reemplazan, complementan o compiten entre sí? ¿Qué tipos de nuevas jerarquías surgen como resultado?

(2) Sectores: cuando observamos cómo las personas se ocupan de su salud, educación o seguridad en la vejez, ¿cómo se comparan estos sectores? ¿Los entornos de recursos funcionan de la misma manera? ¿Interactúan, compiten o se potencian entre sí? ¿Cómo deben redefinirse nuestras medidas de resultado dada la creciente transnacionalización de la protección social?

(3) Ideología y ontología: ¿cómo desafían estas dinámicas nuestra comprensión del bienestar social y la democracia? ¿Cómo las palabras y categorías que utilizamos ahora ocultan los nuevos desarrollos y qué tipos de nuevos idiomas y categorías necesitamos para captar la organización real de la experiencia social? En última instancia, ¿qué implica esto para el contrato social entre ciudadano y Estado y para los derechos, responsabilidades, instituciones y espacios reales de la ciudadanía participativa? (pp. 15-16)

Estos ejes demuestran la ambición de la PST en combinar la interpretación institucional con la comprensión de las prácticas, es decir, reconocer la importancia de las condiciones creadas por medio de los distintos regímenes de bienestar, pero también por políticas binacionales y transnacionales, sin dejar de lado la interpretación de los esfuerzos de las familias transnacionales en combinar diferentes tipos de recursos de protección social. La perspectiva de la PST que recoge esta sección sitúa el potencial de convergencia de esa frente investigativa. En una época marcada por el desajuste entre las escalas de la vida social y de la protección social, así como caracterizada por grandes desigualdades con relación a la exposición a riesgos y el acceso a recursos de protección, los estudios de la PST tienen la potencialidad de promover interfaces entre campos de estudios distantes hasta el momento. De ese modo, la PST contribuye a mostrar los nexos entre movilidad, familia y bienestar

social, problematizando críticamente las categorías y las lógicas discursivas que obstaculizan la superación de la inconsistencia entre vida social y protección social (LEVITT et al, 2017, pp. 15-16).

Sin embargo, todavía quedan muchas preguntas en el aire. Ante la pertinente reflexión de sobre de qué modo la cuestión social se reconfigura transnacionalmente, Faist (2009) concluye que la superación de las desigualdades sociales a nivel transnacional no puede basarse en la prospectiva de que los Estados-nacionales traten de implementar los mismos derechos nacionales y sus respectivas regulaciones a escala transnacional. Por esta razón, Faist (2009) se pregunta si es posible usar la noción de ciudadanía en un mundo sumamente fragmentado, sin caer en la frustración discursiva.

Una gobernanza global que a escala supranacional dirija el contenido de la agenda de una política social que tradicionalmente ha operado a escala nacional plantea grandes retos. Supone articular las relaciones entre la globalización y los distintos modos de gobernanza, los regímenes de bienestar y las prácticas de redistribución y regulación de derechos. Más allá del reto de superar el “nacionalismo metodológico”, partiendo de la base de que la protección social a menudo ha sido definida desde el norte global y desde principios europeos universalistas, la clave pasa por evitar aproximaciones exclusivamente *top-down* que reproduzcan paradigmas paternalistas claramente vinculados a nociones de la política social con un fuerte sesgo cultural (DEACON; STUBBS, 2013). Por ello, de acuerdo con Faist (2009), la inclusión de contribuciones de distintas regiones y contextos sociales en torno a las nociones de derechos sociales y la cuestión social transnacional resulta fundamental. De ahí que podamos concluir que el enfoque de la PST vinculado a los espacios sociales transnacionales que producen movimientos migratorios, e incorporando la agencia de individuos y grupos, ofrece sólidas premisas conceptuales, analíticas y metodológicas para lograr investigaciones que permitan superar tales principios universalistas y avanzar hacia la hibridez y la diversidad en cuanto a las estrategias, recursos e imaginarios que dan contenido a la protección social.

4.2 UNA CARTOGRAFÍA ABISAL: LOS DESENCAJES DE LA PROTECCIÓN SOCIAL

Los marcos espaciales de la cuestión social han perdido la solidez que en otras épocas han tenido una apariencia de obviedad (FRASER, 2008; FAIST, 2019). La distribución multiescalar de riesgos y protecciones –del nivel planetario al de la localidad; de la elite global desespacializada a los pobres enraizados a los rincones olvidados del sur global– es uno de los procesos centrales que enmarcan la cuestión social contemporánea y que tiene en las migraciones internacionales una de sus expresiones de mayor significación. De esta forma, esta sección surge de algunos cuestionamientos tan imprescindibles como espinosos: ¿Por qué ciertos lugares y colectivos están más expuestos a riesgos y, al mismo tiempo, tienen menos acceso a recursos de protección que otros? ¿De qué modo se construyen estos abismos? ¿Cómo podemos analizar las interfaces entre protección social y migraciones, reconociendo la movilidad como una dimensión esencial, pero sin desconsiderar los múltiples niveles de las relaciones de poder que producen barreras que moldean y vinculan el movimiento y la inmovilidad (GLICK SCHILLER; SALAZAR, 2013)? En esta sección se construirá la propuesta de un enfoque centrado en los desencajes transnacionales de la protección social. Estos pueden ser entendidos, de manera sintética, como los contextos fundados en mecanismos que distribuyen, de forma desigual, factores de riesgos y recursos para la protección social. En la primera parte de esta sección se define el concepto de desencaje y en las tres partes siguientes se discuten tres tipos específicos de desencaje: los resultantes de las políticas de espacio, de las políticas de enmarque y de las políticas de interseccionalidad.

4.2.1 Los desencajes de la protección social

¿Por qué hablar en desencajes de la protección social? ¿Por qué utilizar una metáfora mecánica considerando las narrativas hidráulicas que tienden a caracterizar los estudios de globalización (BAUMAN, 2000; CASTELLS, 2005)? A pesar de útiles en la descripción de algunos de los procesos de la globalización, las metáforas hidráulicas son incapaces de expresar los vínculos profundos entre poder, riesgos, movilidades e inmovilidades, algo que la imagen de desencaje expresa enfáticamente. Por esta razón, la noción de desencaje se fundamenta directamente en la idea de “geometrías de poder” de Doreen Massey (1999). Se

considera que esas geometrías del tiempo-espacio fundamentan una cartografía abisal en que, por una parte, determinados lugares y actores están más sujetos a riesgos y tienen menos acceso a protecciones; y, por otra, las migraciones pueden jugar un papel central, pues representan una forma contingente de reacción a ese cuadro.

Otra cuestión que surge acerca de la noción de desencaje trata de su distinción de otros conceptos similares, como el de desigualdad. ¿No sería el concepto de desigualdades transnacionales (AMELINA, 2017; LUTZ, 2018; FAIST, 2019) suficiente? La noción de desencaje puede ser entendida, por lo menos parcialmente, como un sinónimo a la idea de desigualdades, en la medida en que alude a los mecanismos de creación de condiciones diferenciales de protección. Sin embargo, la metáfora del desencaje añade el aspecto fundamental de la espacialidad (y, por tanto, de la historicidad), algo que no siempre se expresa en la noción de desigualdad.

La pérdida de consistencia del marco nacional como lugar de realización de la justicia tuvo consecuencias importantes para las reflexiones acerca de la igualdad. Si reconocemos que la idea de la igualdad restringida a los ciudadanos nacionales es insuficiente y puede generar situaciones de injusticia, emerge la problemática sobre cuáles serían los marcos y los sujetos de la igualdad, así como cuál sería la configuración institucional que puede realizarla (FRASER, 2008). En este sentido, la noción de desencaje busca resaltar no solo las desigualdades en sentido estricto, sino la relevancia de los mecanismos que separan ciertos grupos y lugares de los marcos del debate y de las responsabilidades acerca de las desigualdades. No se trata solo de que unos están más expuestos a riesgos que otros, pero también que cuando se limita ese debate a ciertos marcos geográficos (generalmente nacionales) ciertas escalas de desigualdad son naturalizadas y, por lo tanto, dejan de ser reconocidas como tales. Este aspecto es fundamental para los propósitos de este estudio, puesto que permite problematizar la distribución sociogeográfica de responsabilidades sobre la protección social: ¿Quién es responsable, por ejemplo, de dar protección social a aquellos que migran? ¿Y a los que quedaron?

De todos modos, considerando que la noción de desencaje alude a mecanismos que crean asimetrías en referencia a la capacidad de protección, es innegable su vínculo e inserción en el campo de estudio de las desigualdades transnacionales. Este frente investigativo viene emergiendo y consolidándose en los últimos años (LUTZ, 2018). Lo que esas reflexiones buscan es examinar la coproducción de estratificaciones específicas por

medio de contextos relacionales y transnacionales (AMELINA, 2017, p. 35). Para ello, se utilizan conceptos que destacan la no linealidad y ambigüedad que caracteriza las desigualdades transnacionales y, por lo tanto, las migraciones internacionales. Las jerarquías multilocales (ANTHIAS, 2012), las movilidades sociales contradictorias (PARREÑAS, 2001) y la paradoja de estatutos de las migraciones (NESWAND, 2011) son nociones que buscan llamar la atención sobre cómo las migraciones internacionales son formas de movilidad social (pero también de protección social) que tienden a la ambivalencia y contingencia. Esto se expresa, por ejemplo, en el caso de inmigrantes que son de clase media en el lugar de origen, pero que, al dedicarse a un trabajo no calificado en el lugar de destino, tienen su estatuto social rebajado a pesar de un posible incremento absoluto de ingresos (LUTZ, 2018).

Otro ejemplo significativo de la no linealidad de la migración como forma de reducción de desigualdades y de acceso a protección social es el de la migración de las mujeres y frecuente separación de la familia. Existe la propensión general de que las mujeres migrantes tienen que enfrentar una situación que combina el trabajo precario, invisible y mal remunerado en destino con la permanencia de obligaciones genderizadas en origen (PARREÑAS, 2001; PARELLA, 2012; AMELINA, 2017, pp. 173; LUTZ, 2018). En este sentido, las migraciones de las mujeres pueden contribuir de manera esencial a la reproducción social, tanto en destino (por medio del trabajo remunerado de cuidados) como en origen (a través del cuidado a distancia y de las remesas), al mismo tiempo que tienden a apalancar la movilidad social de diferentes miembros de la familia (en origen, destino y otros posibles lugares). No obstante, ese proceso se caracteriza por una tendencia a una sobrecarga de las mujeres. En efecto, aunque las mujeres alcancen nuevas posiciones de poder dentro de las familias (que puede ser resultado de su papel de proveedoras), el coste de esa movilidad puede ser muy elevado, puesto que conlleva un sacrificio emocional, material y físico, resultante de la distancia de la familia y de las condiciones de trabajo y vida en el lugar de destino. Además, es frecuente la estigmatización de las mujeres migrantes como “madres que han abandonado sus hijos”. Evidentemente, cabe preguntarse, en línea con las diversas investigadoras que se dedicaron a ese tema, si la transformación de los roles de género en el interior de las familias transnacionales significa una mayor igualdad o más bien una compleja reconfiguración de las desigualdades de género (PARREÑAS, 2005; PEDONE, 2006; PARELLA, 2012).

Los estudios acerca de las desigualdades transnacionales hacen más complejos los análisis entre movilidades, inmovilidades y desigualdades y promueven un contrapunto a la tendencia de una visión romántica en los estudios transnacionales que simplifica los vínculos entre migraciones y la reducción de las desigualdades. De esta forma, se considera que no se puede conferir, a priori y de modo generalizado, una connotación esencialmente positiva a la transnacionalización de la vida social (FAIST, 2014); ella puede significar una mayor protección de algunos actores, lugares y dimensiones de la vida, pero también puede conllevar mayores riesgos en otros aspectos. En definitiva, tal como argumenta Faist (2019), las dinámicas redistributivas apalancadas por las migraciones no son un camino lineal, permanentemente eficaz y esencialmente positivo de reducción de la desigualdad social.

Los desencajes de la protección social expresan una parte de los procesos de desigualdades transnacionales y, al mismo tiempo, no se reducen a tales. El concepto enfatiza la existencia de cartografías no lineales, marcadas no solo por caminos tortuosos para los migrantes, sino también por una distribución desigual y perenne entre lugares. En la medida que los espacios sociales transnacionales vinculan a personas, organizaciones, lugares, regiones y países (BASCH.; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994; LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; FAIST, 2000), el estudio de la presencia de diferentes tipos de desencajes en la formación y en las dinámicas relacionales y transterritoriales de esos se vuelve estratégica.

A pesar de las profundas interfaces entre desigualdades y desencajes, la producción y distribución de riesgos y protecciones va más allá de las dinámicas económicas y articulan procesos históricos, jurídicos, políticos y culturales. Entre los muchos procesos que ejemplifican esa multidimensionalidad de los desencajes, está el hecho de que, aunque posiblemente teniendo mayores ingresos absolutos, los migrantes frecuentemente se encuentran en “vacíos de protección”, donde se imponen múltiples barreras para el acceso satisfactorio a la protección social: sea la proveniente de los Estados de origen y destino (resultado de las exigencias de residencia y documentos para acceso pleno a ciertos derechos), de la familia (debido a las dificultades que implican la distancia) o de los empleadores en destino (ya que a menudo los trabajadores migrantes están en situación de informalidad y precariedad laboral).

Para la comprensión de los desencajes como situaciones de distribución desigual de factores de riesgos y recursos de protección, conviene subrayar los matices y contrastes que

caracterizan los riesgos y las protecciones. Es particularmente relevante el contraste en la capacidad de autorreproducción de esos dos aspectos: mientras los riesgos tienden a multiplicarse con facilidad, la acumulación de recursos de protección, cuando no está garantizada por la ciudadanía nacional o por recursos económicos propios, tiende a demandar la exposición a nuevos riesgos y, como consecuencia, la posible pérdida de recursos de protección. Por ejemplo, al decidir por la emigración de un miembro de la familia, los actores invierten recursos individuales y colectivos que podrían utilizarse para fines de protección. Además, el miembro migrante se expone a nuevos riesgos, muchos de ellos poco previsibles, como los resultantes del trabajo precario, de la ausencia de documentos de residencia o la dificultad de acceso en el sistema de protección social en el lugar de destino.

En efecto, tal y como han destacado Barrientos y Hulme (2008, p. 8), la fragilidad o ausencia de un sistema de protección social formal tiende a llevar a estrategias compensatorias, como las promovidas por las migraciones internacionales, que se caracterizan por un intento arriesgado, y con pocas o ninguna salvaguardia, de acceder a recursos de protección. La comprensión de las migraciones como estrategias arriesgadas de protección social puede parecer una contradicción en términos, pero expresa la ambivalencia y la complejidad de las interfaces entre protección social y migraciones internacionales. En definitiva, la protección y la desprotección no son dos polos autoexcluyentes: la búsqueda por protección, particularmente por medio de las migraciones, no solo puede ser arriesgada, como tiende a serlo. Las migraciones pueden llevar tanto a la exposición a nuevos riesgos como a la pérdida de recursos de protección preexistentes.

Hasta el momento se han discutido los desencajes de la protección social de manera general. Se trata ahora de avanzar en el sentido de identificar cuáles son los tipos principales. El reconocimiento de estas formas, fundamentadas en diferentes tipos de políticas (o sea, formas de relación de poder), es crucial, puesto que permite una operacionalización de ese marco teórico en la investigación empírica. En el Cuadro 3 hay una breve síntesis sobre las tres políticas (del espacio, del enmarque y de las interseccionalidades) que fundamentan los desencajes. De ese modo, se presenta: 1) los formatos del desencaje: el modo de producción y distribución desigual de riesgos y protecciones; 2) las dinámicas sociales resultantes: los procesos producidos por los desencajes; 3) ejemplos de procesos empíricos: manifestaciones posibles de los desencajes.

Cuadro 3 – Los desencajes de la protección social

La producción de los desencajes	Formato del desencaje	Dinámicas sociales resultantes	Ejemplos de procesos empíricos
Políticas de espacio	La distribución de riesgos y capacidades protectoras entre espacios sociales	La dependencia e inestabilidad política, económica y ambiental de determinados lugares	Crisis sociales Catástrofes naturales Desestructuración de los mundos rurales Precariedad laboral
Políticas de enmarque	El desenmarque entre las escalas de la vida social y de los recursos de protección social	La transnacionalización de las familias y la ausencia de portabilidad o multilocalización de los recursos de protección	Dificultades de circulación familiar de recursos de protección Desprotección de sujetos móviles
Políticas de las interseccionalidades	La intersección de marcadores sociales de desigualdad	La mayor exposición a riesgos y menor acceso a protección según nacionalidad, género y generación, raza/etnia y clase	Distribución asimétrica de obligaciones y responsabilidades de protección en el interior de las familias Violencia de género Barreras sociales para acceso a recursos de protección: burocracia, discriminación laboral etc.

Fuente: Elaboración propia

Los desencajes posibilitan que se desarrollen caminos interpretativos para la pluralidad de interfaces entre protección social y migraciones, presentes en las dinámicas internas y externas a las familias y manifiestas en el proceso de transnacionalización de las familias y de las biografías. A continuación, discutiremos cada una de las políticas que producen los desencajes, atentando para sus particularidades y sinergias.

4.2.2 Políticas de espacio

El estudio del espacio es siempre un análisis de relaciones sociales y, por lo tanto, demanda la interpretación de las relaciones asimétricas establecidas entre lugares (GUPTA; FERGUSON, 1997). En otras palabras, lo social es también espacial (MASSEY, 1992, p. 80). Para Massey (1992), el espacio está siempre construido por relaciones, simultáneamente coexistentes, que abarcan todas las escalas espaciales, del nivel más local a lo más global (p. 80). De esta forma, el espacio está siempre cargado de poder y simbolismo, de dominación y subordinación, formando lo que Massey (1999) denominó “geometrías del poder”. Esta noción es crucial para entender los desencajes vinculados a las políticas de espacio, o sea, el hecho de que las interfaces entre migraciones y protecciones sociales son atravesadas por el carácter asimétrico de las relaciones entre los espacios.

Esta característica fundamental solo toma su sentido integral si consideramos su relación con otros aspectos. Para Massey (1992), hay una tendencia en la literatura de definir el espacio como caracterizado por su estasis, oponiéndose así al tiempo (pp. 67-68): “El espacio no es estático, y el tiempo no es desespacializado” (p. 80), es decir, que, a pesar de que la espacialidad y la temporalidad son procesos específicos, ninguno de ellos puede ser entendido sin el otro. El espacio, considerado como espacio-tiempo, es producto, pero también produce la historia. En ese sentido, para Massey (1992) lo espacial es uno de los fundamentos que produce lo temporal (p. 83). Esto significa que el reconocimiento de la dimensión política es tan elemental para la historia cuanto para la geografía (MASSEY, 1992, p. 83). Una última característica del espacio es que está, simultáneamente, constituido por el orden y el caos. Orden, porque todo lo que está en el espacio es causado por algo y porque toda distribución espacial se caracteriza por un posicionamiento relativo y no absoluto. Caos, porque la posición de un punto en el espacio en relación al otro puede no ser directamente causal, lo que significa que siempre hay consecuencias no intencionales en la producción del espacio (MASSEY, 1992, pp. 80-81).

Un análisis en términos multiescalares permite comprender cómo la vida transnacional, y los riesgos y protecciones que la atraviesan, está inserta en el ámbito de las geometrías del poder. Parte importante de las referencias de la perspectiva transnacional reconocen que carece de un marco analítico multiescalar que sea capaz de abarcar las dinámicas del capitalismo global en sus procesos, condiciones y dinámicas interrelacionadas (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994, p. 22; FAIST, 2010, p. 1671; GLICK SCHILLER, 2015). El desafío está en considerar las implicaciones de los estudios de la globalización para la comprensión de la transnacionalización de la vida social, sin caer en las narrativas desespacializadas que pueblan la literatura de los procesos globales.

En este escenario, Glick Schiller propone una perspectiva global multiescalar. Un enfoque de este tipo presupone que las diferentes escalas (local, regional, global, etc.) no son niveles separados de análisis, sino que constituyen, de forma agregada, redes institucionales y personales marcadas por asimetrías de poder (GLICK SCHILLER, 2015, p. 2276). Es en el marco de esas redes multiescalares que migrantes y no migrantes constituyen sus vidas. Esto significa decir, además, que los modos de transnacionalización de la vida social están profundamente arraigados en las relaciones que los sujetos desarrollan con las condiciones cambiantes del capitalismo global (GLICK SCHILLER, 2015, p. 2277). Estas relaciones

incluyen, según la autora, las formas como las personas producen y consumen bienes y servicios, reproducen la vida social y luchan por la justicia económica y social (GLICK SCHILLER, 2015, p. 2277). En definitiva, una perspectiva de ese tipo resalta que las migraciones y las movilidades deben ser entendidas a partir de sus vínculos profundos con las dinámicas de acumulación capitalista y sus efectos para la producción de privaciones, riesgos y formas de protección.

Un enfoque multiescalar y global de este tipo afirma que el estudio de las dinámicas institucionales desarrolladas en el ámbito de los territorios de los estados no debe circunscribirse a la historia nacional, en la medida en que las transformaciones globales condicionan la estructuración y localización de innumerables procesos, como la producción industrial, la agricultura y las formas de gobernabilidad (GLICK SCHILLER, 2015, p. 2278). El desarrollo de una mirada multiescalar va más allá de un ajuste en el análisis de las relaciones entre global y local, puesto que considera el entrelazamiento de los vínculos entre una pluralidad de escalas posibles, como lo local, lo municipal, lo regional y lo nacional. Cuando un ayuntamiento, por ejemplo, decide abrir una escuela; una asociación organiza una cooperativa de vivienda; un gobierno provincial decide no ofrecer atención sanitaria a los inmigrantes; o cuando se desarrolla un modelo de desarrollo regional basado en la extracción minera, se generan impactos en escalas que no son reductibles a una escala singular, conllevan implicaciones profundas para las interfaces entre espacios y, por lo tanto, para las dinámicas de movilidad.

El desarrollo de un enfoque multiescalar de las jerarquías espaciales es fundamental para la comprensión de las políticas de espacio y los desencajes de protección por ellas provocadas. Una primera contribución de este enfoque es permitir destacar la perennidad de las geometrías del poder, es decir, que las formas de desarrollo, pasadas y actuales, del capitalismo y sus modos de acumulación moldean los espacios y las interrelaciones entre ellos: el imperialismo, los vínculos coloniales, los lazos de dependencia, las guerras, la desestabilización política, los procesos de racialización, las diferentes formas de extractivismo, la desposesión, la expulsión y la destrucción de hábitats, todos son ejemplos de procesos que producen, reproducen y transforman las geometrías de poder, que a su vez, crean y recrean abismos entre factores de riesgo y capacidades de protección social (HARVEY, 2003; DE GENOVA; PEURTZ, 2010; SASSEN, 2014; GLICK SCHILLER, 2015).

Una segunda contribución de una mirada de las geometrías del poder y de un enfoque multiescalar de las transformaciones globales es llamar la atención sobre el hecho de que las jerarquías espaciales se desarrollan en múltiples escalas de forma no lineal. En efecto, es posible reconsiderar la forma de estructuración de los espacios transnacionales reconociendo la importancia de las migraciones en las relaciones globales multiescalares que marcan las geometrías del poder: “(...) las personas en movimiento y/o que viven en campos transnacionales son agentes activos en esos procesos estructurales, ya sea como productores, consumidores o creadores de ideas, valores y prácticas que producen y transforman localidades y políticas” (GLICK SCHILLER, 2015, p. 2278). En este sentido, la capacidad de movilidad internacional se transforma en un aspecto central para entender la PST: la aptitud de participar y construir espacios transnacionales se convierte en un elemento crucial. Sin embargo, esta capacidad no se distribuye de forma igualitaria entre los actores, y son relevantes la interseccionalidad de factores de raza / etnia, clase social, género, generación y nacionalidad (KAUFMANN; BERGMAN; JOYE, 2004), tal como veremos en la tercera parte de esta sección.

Las distintas facetas de las políticas de espacio descritas por Massey y Glick Schiller permiten, en suma, reconocer las interfaces entre migraciones y protección social como atravesadas por las relaciones asimétricas entre espacios, tanto en el pasado como en el presente. Como veremos en la parte II y buscaremos demostrar en la parte III, especialmente en el capítulo 8 y 9 de esta tesis, los desencajes espaciales se vuelven particularmente reveladores cuando se consideran las trayectorias biográficas de los migrantes. En este marco es posible vislumbrar las barreras para el acceso a la protección o las formas de exposición a riesgos que emergen de relaciones desiguales entre espacios y escalas.

4.2.3 Políticas del enmarque

Los desencadenamientos generados por las políticas de enmarque son aquellos en que hay una inconsistencia entre las escalas de los recursos de protección y las escalas de la vida social, donde los riesgos se realizan o se hacen presentes como peligros potenciales. La contradicción fundamental ocurre entre la transnacionalización de la vida social y el mantenimiento del anclaje nacional de gran parte de los recursos de protección social, particularmente aquellos ofrecidos por los Estados nacionales: la escala de los derechos no coincide con las escalas de la vida social, dificultando así el usufructo pleno de tales

derechos. Esto ocurre tanto por los diferenciales escalares como por la incapacidad de portabilidad: sujetos móviles necesitan recursos de protección móviles. Este desencaje ya ha sido explorado por otros autores (LEVITT; DE LA DEHESA, 2017; LEVITT et al, 2017; SERRA MINGOT; MAZZUCATO, 2018), y es uno de los aspectos centrales que ha impulsado las perspectivas transnacionales de la protección social y que expresa de forma más contundente las limitaciones tanto de los estudios sobre la globalización y los enfoques de los regímenes nacionales del bienestar.

Las políticas de enmarque se fundamentan en la siguiente cuestión: ¿cuál es la escala sociopolítica en que se deben enmarcar los problemas de justicia, de manera general, y, particularmente, la cuestión de la protección social? ¿Qué grupos, individuos y formas de vida deben ser incorporados dentro de esos marcos? Este debate se basa en la discusión desarrollada por Nancy Fraser acerca de las “escalas de la justicia”. Para la autora las problemáticas de justicia asumen hoy rasgos de un “discurso anormal”, ya que la gramática utilizada hasta entonces ha perdido solidez y obviedad, abriéndose como un tópico que debe ser discutido. No hay, de este modo, acuerdos ni sobre las medidas de la justicia – representado por la imagen de la balanza que pesa los pros y contras de las demandas en conflicto– ni sobre los contornos, límites y fronteras de la justicia –simbolizado por la cartografía de los mapas que delimita sujetos, objetos y responsabilidades acerca de la justicia (FRASER, 2008, pp. 15-21).

Para Fraser, la cuestión dejó de ser “más o menos distribución” y se transformó en un trilema: ¿redistribución, reconocimiento o representación? Así, lo que antes eran reivindicaciones en disputa se transformaron en ontologías concurrentes. Por una parte, múltiples balanzas que dificultan la reconstitución de un ideal de imparcialidad que permita una valoración equitativa de las reivindicaciones heterogéneas (FRASER, 2008, pp. 18-19). Por otra parte, es posible reconocer la pluralidad de marcos que delimitan las discusiones sobre la justicia, sus sujetos y lugares de realización. La explosión de diversidad de marcos espaciales emerge de la declinación del marco westfaliano, en el perímetro del cual las comunidades políticas se constituían como unidades geográficas con límites claramente definidos y ordenados. Esta óptica del mundo, por mucho tiempo hegemónica, era fundada en una imagen del Estado como portador de soberanía indivisa y exclusiva de su territorio, lo que llevaba a una separación de las “cuestiones domésticas” y de los “problemas

externos". Según ese imaginario, solo son objeto de la justicia estatal los ciudadanos miembros de la comunidad política territorializada (FRASER, 2008):

Ciertamente, su postulado de una soberanía estatal indivisa y exclusiva ya no resulta plausible, dado el régimen ramificado de derechos humanos, por una parte, y las redes cada vez más amplias de gobernanación global, por otra. Igualmente, cuestionable es la noción de una neta división entre espacio doméstico e internacional, dadas las nuevas formas de política "interméstica", practicada por los nuevos agentes no estatales y transterritoriales, incluidos los movimientos sociales internacionales, las organizaciones intergubernamentales y las ONG internacionales. Es también dudoso el punto de vista de la territorialidad como base única para asignar obligaciones de justicia, dado el manifiesto carácter transterritorial de los problemas, como el del calentamiento global o el de la agricultura genéticamente modificada (p. 20).

La multiplicación de las escalas sociales relevantes (local, regional, global, transnacional, internacional, nacional, etc.) expresa el significativo incremento de la complejidad de los problemas de la justicia social (FRASER, 2008). En ese escenario, los públicos no coinciden con las ciudadanía estatales; las economías no son solo nacionales y la capacidad de los Estados como garante de lo justo es limitada (FRASER, 2008, pp. 145-184). La transnacionalización de la vida social, resultante de las migraciones y de la constitución de espacios sociales transnacionales, expresan, igualmente, la fragilidad del marco westfaliano. Los flujos migratorios poliédricos y los vínculos transnacionales que ellos hacen emerger, afirman la posibilidad de pertenencias múltiples, así como el desarrollo de formas simultáneas de acceso a recursos de protección social dispersos espacialmente.

De esta forma, en lo que concierne a la protección social, se asiste a un desencuentro entre las escalas de los principales componentes de los sistemas institucionales de protección social, de la actuación de los mercados y de las escalas de la vida social. Así, se producen riesgos y formas de protección en escalas diferenciadas, lo que puede llevar al establecimiento de profundas lagunas de protección, particularmente para los sujetos en movimiento y para los miembros de espacios sociales transnacionales. Esto resalta la dualidad de las migraciones transnacionales como formas de protección social, si, por un lado, ellas permiten la posibilidad de acceso a recursos de protección vinculados a diferentes territorios nacionales, y por otro lado, ese anclaje nacional hace que la combinación de esos recursos (lo que llamamos bricolaje) tienda a ser problemática, contingente y potencialmente arriesgada. No obstante, las concepciones de ciudadanía nacionalmente demarcadas

continúan imitando diferenciaciones entre migrantes y ciudadanas (AMELINA, 2017), lo que lleva a una producción social del migrante como aquel que posee derechos fragmentados, parciales y multilocalizados.

Las políticas del enmarque permiten resaltar la dualidad que caracteriza las interfaces entre migraciones y protección social: si, por una parte, la movilidad internacional permite el acceso a recursos de protección vinculados a diferentes territorios nacionales; por otra parte, el anclaje nacional de gran parte de la protección provoca que la combinación de los recursos sea potencialmente problemática y contingente. Además, de la misma forma, las migraciones pueden conllevar formas de desprotección, en la medida en que los desencajes producen posiciones donde el acceso a recursos de protección es restringido o no posible.

4.2.4 Políticas de interseccionalidad

Las políticas de interseccionalidad permiten comprender cómo las desigualdades entre espacios y encuadramientos y los desencajes entre factores de riesgo y recursos de protección que ellas producen, alcanzan de modo distinto diferentes tipos de actores, lo que constituye desigualdades singulares, así formas específicas de experiencia de tales. En ese sentido, se construye un marco analítico que busca no simplificar ni el “ser migrante” ni la familia. Por un lado, no considera a las familias transnacionales como actores colectivos homogéneos y armónicos, sino como redes de cuidado que producen estrategias de protección social fundadas en relaciones de poder y en sentidos subjetivos desarrolladas entre diferentes tipos de actores. Por otro lado, se reconoce la pluralidad que atraviesa la experiencia migrante y que lleva a distintas formas de ser afectado, vivenciar y actuar sobre los desencajes de la protección social.

El término “interseccionalidad” se utiliza para expresar las interacciones del género con otras categorías sociales, como raza/etnia, nacionalidad, generación y clase. La noción ha surgido en el marco del feminismo negro, a partir del entendimiento de que las diferentes formas de estratificación deben ser estudiadas en las relaciones que desarrollan unas con las otras en la conformación de “matrices de dominación” (COLLINS, 2002). En ese sentido, no se trata tan solo de sumar cada uno de los ejes de desigualdad, sino de comprender sus formas singulares de intersección (COLLINS, 2002; CRENSHAW, 1991).

bell hooks (2004) defiende que, por más que muchas mujeres sufran debido a cuestiones de género, es poco probable que estas funden un “vínculo común entre todas las

mujeres” (hooks, 2004, p. 37). Al postular que la dominación de género es incapaz de producir una única forma de experimentar el ser mujer, hooks buscó destacar la intersección de marcadores sociales que circunscriben la experiencia del ser mujer en diferentes contextos (hooks, 2004; DAVIS, 2012; COLLINS, 2016). Así, el feminismo negro introduce una reflexión contundente sobre la percepción de la experiencia del ser mujer con relación a otras mujeres. Es por ser el “otro” institucionalizado que las mujeres negras viven directamente la estructura social racista, clasista y sexista (hooks, 2004, p. 45). Al reivindicar un conocimiento que considere las particularidades de las mujeres negras, esa perspectiva ha aportado instrumentos capaces de interpretar la complejidad del proceso de formación y reproducción de las desigualdades.

Otro potencial del feminismo negro defendido por Collins (2016) es la atención dispensada por feministas negras a la naturaleza interconectada de la opresión como algo extremadamente significativo (p. 106). Este punto de vista ha posibilitado un desplazamiento en el análisis hacia una interpretación de los eslabones entre los sistemas de dominación social. Es decir, se propone un enfoque holístico que trata de explicar la dinámica de interacción entre las distintas formas de desigualdad. Así, no se trata de describir la suma de opresiones o categorías que recaen en los cuerpos; en contraste, el objetivo es analizar y comprender la forma en que esas opresiones se cruzan.

El feminismo poscolonial, a su vez, cuestiona los términos binarios y la estructura dicotómica en que se piensa el mundo social (MOHANTY, 2008) y enfatiza la prominencia “constitutiva del género en el proyecto colonial” (BAHRI, 2013, p. 661). Según esa lógica dicotómica, tanto mujeres como hombres aparecen como poblaciones enteras y constituidas por el marcador de género. Sin embargo, esa racionalidad ignora las diferentes categorías y los propios grupos en que los sujetos están inscritos como esquemas de interacción con el género. De esa forma, las cuestiones de género deben ser inseparables de la crítica poscolonial (BAHRI, 2013, p. 662), visto que el proyecto colonial se ha constituido moldeando las problemáticas vinculadas al género. La interpelación del feminismo occidental y de sus categorías por los poscoloniales apuntó la incapacidad del feminismo hegemónico en incorporar cuestiones raciales y locales dentro de sus análisis. Conjuntamente, la crítica poscolonial denunció la tendencia del feminismo occidental en estereotipar o generalizar la cuestión de la “mujer del Tercer Mundo” (BAHRI, 2013, p. 666). La generalización de imágenes sobre las mujeres se plantea con relación a lo que se

construyó como la imagen (y el imaginario) de la mujer occidental como sujetos seculares, libres y en control de sus propias vidas. Esto se configura como una autopresentación discursiva de Occidente en los términos de Mohanty (2008), retomando el discurso colonizador de crear al otro como “inferior” para justificar la estrategia colonial. Por último, el feminismo poscolonial también tensiona la concepción de fronteras nacionales. Al analizar la situación de las mujeres en lugares específicos, la crítica poscolonial apunta a las ramificaciones y a las determinaciones multiescalares, negando la presunción de que las cuestiones de género se limitan a las fronteras nacionales (BAHRI, 2013 p. 664).

El feminismo poscolonial, así como el feminismo negro, representan un intento de abarcar en la investigación social la pluralidad de las experiencias de los sujetos subalternos, reconociendo la diversidad y las desigualdades existentes entre esos sujetos. Además, la crítica poscolonial permite reivindicaciones por la subjetividad de las historias alternativas (SPIVAK, 1994), permitiendo nuevas formas de interpelar la realidad e interpretarla. El feminismo poscolonial impide que nos limitemos a categorías sociales sustanciales. Es decir, se recusa una predeterminación de los sujetos; se busca, en contraste, identificar los procesos dinamizados de opresiones que esos sujetos viven para entender qué categorías recaen en esos cuerpos y de qué forma interactúan. El cuestionamiento del feminismo poscolonial sobre qué marcadores sociales deben ser utilizados, impacta en los análisis de las interseccionalidades, pues incentiva a que las nociones sociológicas estén siempre ancladas en la realidad social, en todos sus matices y diferencias. De ahí que se produce un proceso de análisis inmerso en los propios puntos de referencia de los sujetos. Esto implica crear nociones identitarias no en relación o en oposición a otros sujetos (occidentales X orientales / origen X destino / inmigrantes X nativos), sino en un proceso principalmente autorreferencial, anclado en las experiencias y subjetividades de los sujetos (PARMAR, 2012, p. 246). De esta forma, los estudios feministas poscoloniales buscan concebir “la identidad como relacional e histórica en vez de esencial o fija, mientras mantienen el género como una categoría significativa de análisis” (BAHRI, 2013, p. 664, traducción nuestra). Tomar el género como categoría significativa de análisis implica reconocer tanto su dinámica como su plasticidad al interactuar con otros sistemas.

Los feminismos negro y poscolonial permitieron una crítica al uso de categorías universales del género y la promoción de un análisis de las interacciones de los eslabones que fundan los sistemas de desigualdad. El enfoque de la interseccionalidad posibilitó un

análisis de las migraciones que reconoce que las interfaces entre género, generación, raza/etnia y nacionalidad, pueden ocurrir en múltiples lugares - en el lugar de origen y destino, pero también en la red familiar transnacional –de forma simultánea y con consecuencias posiblemente ambivalentes (PESSAR; MAHLER, 2003; CARLING, 2005). Por ejemplo, cuando una madre emigra para garantizar el sustento de la familia, pero es estigmatizada como “madre que abandona” en origen y como “inmigrante ilegal” en el lugar de destino, al mismo tiempo que se convierte en la principal proveedora de la familia en origen, ¿cómo podemos pensar las metamorfosis de las interfaces migraciones, raza/etnia, género, generación y clase? Ciertamente, limitar la interpretación de ese proceso al incremento en los ingresos sería equivocado, así como dejar de considerar las múltiples dimensiones de la discriminación sería un error (PARELLA, 2003). Es la conjunción entre migraciones, género, raza/etnia, clase y generación que permite interpretar la singularidad compleja de procesos de ese tipo.

Las políticas de interseccionalidad permiten llamar la atención sobre los desencajes de protección y riesgo que emergen de la conjunción de diferentes tipos de desigualdades de poder. El análisis de desigualdades singulares producidas por las interseccionalidades de marcadores sociales posibilita entender cómo diferentes familias o distintos miembros en las redes familiares están más expuestas a riesgos y tienen menos acceso a recursos de protección. No obstante, la perspectiva interseccional puede ser un instrumento analítico que no se limite a describir la emergencia de esas desigualdades singulares. Si rescatamos la “sensibilidad analítica” del término (Akotirene, 2018), accederemos a las diferentes experiencias que están en juego en el tejido social y que eclosionan en determinados cuerpos, creando múltiples subjetividades en el ámbito de las interfaces de esas desigualdades plurales. De esta forma, la perspectiva de la interseccionalidad permite que el análisis vaya más allá de la idea de conjunción de desigualdades y promueva la comprensión de cómo los desencajes de la protección social producen formas específicas de experiencias y, por lo tanto, modos de vivenciar y negociar las estrategias y los sentidos de la protección social transnacional.

En esta sección se identificaron tres tipos de desencaje, de naturaleza distinta y producidos por diferentes formas de políticas: el espacial, resultante de las desigualdades entre lugares; el del enmarque, fundado en la disyunción entre escalas sociales; y el de la interseccionalidad, que resulta de la conjunción de asimetrías. La cartografía abisal que

nombra esta sección se caracteriza por la superposición de esos desencajes. Asimismo, y tal como se discutirá en la parte III, se considera que los diferentes tipos de desencaje pueden combinarse en una misma situación o en una misma trayectoria biográfica. Además, cabe reconocer que los desencajes pueden hacerse presentes en situaciones que no involucran las migraciones internacionales. Sin embargo, son las vidas transnacionales que permiten conocer las formas específicas de esos desencajes, resaltando sus modos de espacialidad. En definitiva, las migraciones expresan diferentes formas de conjunción de esos desencajes por medio de las asimetrías entre lugares de emigración e inmigración / exportación e importación / metrópoli y colonia / centro y periferia, de los obstáculos para la protección en movimiento, y de las desigualdades internas y externas a las redes familiares transnacionales. Ahora resta pensar cómo los actores reaccionan a esas situaciones. Reflexión esta que no puede ni caer en la falacia de creer en la fuerza total de las profundidades abisales, ni en la idea romántica de que las personas pueden volar sobre abismos.

4.3 UN ROMPECABEZAS TRANSNACIONAL: LOS BRICOLAJES DE LA PROTECCIÓN SOCIAL

En tiempos neoliberales en que el axioma “no hay tal cosa como un almuerzo gratis” es propagado por los gurús del individualismo, la protección social como concepto y como una de las vocaciones de los Estados es constantemente cuestionada. En ese escenario, al que se suman los fallos existentes en los sistemas institucionales de protección y la transnacionalización de la vida social, algunas cuestiones cruciales emergen: ¿Cómo los migrantes y las familias transnacionales combinan movilidad e inmovilidad, portabilidad y simultaneidad, para hacer frente a los desencajes de la protección social? Si reconocemos que los individuos y las familias pueden tener acceso a recursos de protección social multisituados ¿cómo podemos entender las sentidos y estrategias que los actores despliegan a partir de tales? En esta tesis esos esfuerzos son concebidos como ensamblajes de recursos multisituados, ya sean de carácter formal o informal (BILECEN; BARGLOWSKI, 2015; BARGLOWSKI; BILECEN; AMELINA, 2014; FAIST et al, 2015). A estos ensamblajes denominaremos de bricolajes de la PST, con el objetivo de enfatizar su carácter artesanal, contingente, fragmentado y heterogéneo. Esta sección está organizada en dos partes. En la primera, se discute el vínculo entre los desencajes de la protección social, la

irresponsabilidad organizada y la responsabilización personal. En la segunda parte, son delineados los tipos formal e informal de protección social y se presenta la noción de bricolaje.

4.3.1 La irresponsabilidad organizada y la responsabilización individual

El libro *Papá Rico, Papá Pobre* vendió más de 58 millones de copias en el mundo defendiendo la importancia de la educación financiera como medio de independencia de las personas, tanto del trabajo asalariado como del Estado. Uno de los ejes del argumento de los autores es la centralidad de la audacia: “(...) la principal razón por la cual la mayoría de las personas no son ricas es porque están aterrorizadas de perder. Los ganadores no están aterrorizados de perder. Los perdedores, sí. Los fracasos son parte del proceso del éxito. La gente que evita el fracaso también evita el éxito” (KIYOSAKI; LECHTER, 2003, p. 130). Esta narración neoliberal e individualista trae como presupuesto la existencia de una distribución equitativa de los riesgos y de sus consecuencias. No existen los desencajes y abismos de que se ha discutido y, fundamentalmente, la tierra se transforma en un mundo plano marcado solamente por dos ejes dimensionales: el del fracaso-éxito y el del miedo-audacia. Este discurso contrasta tanto con una concepción del riesgo como mala fortuna en que el riesgo surge de las fuerzas aleatorias de la naturaleza, como un entendimiento de que las protecciones frente a los riesgos deben ser garantizadas por las instituciones estatales. Todo se vuelve puro voluntarismo individual. Así pues, se afirma una acepción individualista del riesgo y de la protección: estos se transforman en cuestiones de competencia individual.

Los desencajes, tal como hemos definido anteriormente, hacen que los individuos y colectivos tengan capacidades diferenciadas frente a las privaciones y los riesgos: las desigualdades entre lugares; las dinámicas inconsistentes entre las escalas de la vida y de los recursos de protección; y las desigualdades vinculadas a la intersección de marcadores sociales. En consecuencia, los desencajes producen una situación en que la “audacia” de la que hablan Kiyosaki y Lechter puede tener efectos muy diversos: si para algunos puede significar la posibilidad de acumular riquezas, para otros puede representar el peligro de multiplicar riesgos y de perderse lo poco que se tiene. Es en este escenario que concebimos las migraciones internacionales contemporáneas como intentos arriesgados de protección social.

Los desencajes de la protección social conforman lagunas donde no existe un actor institucionalizado que avale el nexo entre riesgo y protección. Esto ocurre en los desencajes resultantes de las políticas del espacio, en la medida en que se desarrollan vínculos asimétricos entre los espacios que exponen ciertos lugares a riesgos, para los cuales no hay capacidad o intención institucional de enfrentamiento. Este mismo proceso es reconocible en las políticas de enmarque, cuando la constitución de espacios y vidas transnacionales no viene acompañada de la promoción de derechos portátiles o transterritoriales. Por último, con relación a las políticas de interseccionalidad, la irresponsabilidad institucional se realiza mediante el no reconocimiento, por medio de políticas públicas, de las múltiples formas de distribución desigual de factores de riesgos y recursos de protección entre los diferentes tipos de actores.

Los desencajes tienen múltiples implicaciones significativas, como el establecimiento de formas de irresponsabilidad organizada³⁵: configuraciones institucionales que eximen a ciertos actores, organizaciones y entidades estatales y no estatales, de las responsabilidades sobre los riesgos sociales. La irresponsabilidad organizada se fundamenta en la producción y en la explotación de zonas grises donde la atribución de responsabilidad, social y jurídica se vuelve (intencionalmente o no) compleja o difícil (BECK, 1998). El primer ejemplo significativo es el mercado financiero global, que es un sistema estructurado de modo que sus operadores tienden a no ser responsabilizados por las consecuencias de los riesgos que producen: por ejemplo, la devaluación de una divisa nacional, que puede ser resultado de actividades especulativas, puede tener consecuencias perversas para las economías de las familias, particularmente de las transnacionales, y para la importación de bienes de primera necesidad, como medicamentos. A pesar de esos efectos deletéreos, la especulación forma parte de las reglas del juego y de la *raison d'être* del mercado financiero. En consecuencia, las implicaciones negativas de las dinámicas mercantiles son relegadas a los estados y a las familias, que se transforman en rehenes de dinámicas que huyen de su control.

Un segundo conjunto de formas de irresponsabilidad organizada hace referencia a las estrategias institucionales que se utilizan de los vacíos y superposiciones creadas por mecanismos excluyentes y por los vacíos y las inseguridades jurídicas. En cierta medida,

³⁵ El término es originalmente propuesto por Beck (1998). En este trabajo es utilizado y adaptado con el propósito de enfatizar algunas de las implicaciones de los desencajes de la protección social.

configuraciones de ese tipo pueden ser consideradas formas singulares de necropolítica³⁶ en que no se trata de matar directamente a las personas, sino de dejarlas morir (TYNER, 2016). En ese caso, la muerte no surge de una acción, sino de una inacción en que no existe “crimen” y las víctimas tienden a ser transformadas en cómplices o culpables. Los ejemplos de procesos de este tipo son muchos, particularmente en relación con las migraciones internacionales. La gestión de las fronteras exteriores de la Unión Europea durante la llamada “crisis de los refugiados” es un caso contundente de necropolítica de irresponsabilidad organizada. Por medio de las fuerzas de FRONTEX se realizan misiones de interceptación de barcos con refugiados en aguas territoriales de los lugares de origen o tránsito (como Libia, Túnez, Turquía, Marruecos). Estas misiones tienen como objetivo prioritario no el rescate de los refugiados, sino el de impedir que lleguen al territorio europeo, para que no puedan reivindicar el derecho de refugio y, por lo tanto, convertirse en una responsabilidad de las instituciones nacionales y europeas. En esa forma de necropolítica, se difuminan las fronteras entre resistencia y suicidio, sacrificio y redención, martirio y libertad, en las mismas líneas de la acepción propuesta por Mbembe (2008, p. 177).

Otro ejemplo de irresponsabilidad organizada por exclusión, más cercano a la investigación empírica de esta tesis, es la tendencia del uso de políticas sociales como políticas migratorias: se retiran derechos de los migrantes con el fin de constreñir nuevos flujos migratorios. En el caso de España, la reforma sanitaria de 2012 (que se revisó en 2018) dificultó el acceso de los inmigrantes sin permiso de residencia a la atención sanitaria pública y gratuita. Según estimaciones recientes, esto ha generado un aumento del 15 % en la mortalidad de los migrantes sin permiso de residencia, lo que, en números absolutos, significó un aumento de 70 muertes más al año (MESTRES et al, 2018). La cuestión fundamental aquí es que se permite que los individuos mueran dependiendo de su posición geográfica, jurídica o social (TYNER, 2016). La conjunción de esas posiciones sirve de justificación para que algunas formas de riesgos y algunos colectivos sean dejados fuera de la cobertura de las responsabilidades institucionales.

Un tercer tipo de configuración de irresponsabilidad organizada se desarrolló a través de la reorientación de las políticas sociales en el sentido de una sustitución de políticas sustantivas por un enfoque en las “obligaciones cívicas” de los pobres (WACQUANT, 2009,

³⁶ Mbembe (2008) define la necropolítica como las formas de poder que subyugan la vida a la muerte. Para el autor la expresión máxima de la soberanía es el poder sobre la muerte, o sea, la capacidad de definir quién debe morir.

p. 100) y en las políticas de vales (FRASER, 2008, pp. 228-229). Por lo tanto, se instituye un modelo de distribución de derechos, marcado por la tendencia de un paso de una concepción de protección social fundamentada en causas sociales y responsabilidades colectivas para una basada en fallas y responsabilidades individuales (KEMSHALL, 2002). Así, la individualización de las necesidades de protección, de sus causas y soluciones legitima la no garantía o la estigmatización de la garantía de derechos para ciertos individuos, considerados excesivamente “improductivos” o “dependientes”³⁷.

Los desencajes de la protección social y las formas de irresponsabilidad organizada que ellos producen tienden a llevar a una individualización de la responsabilidad sobre la protección social. Es en las profundidades abisales de los desencajes que los individuos y las familias tienen que encontrar soluciones biográficas para las contradicciones del sistema (BECK, 1998, p. 173). La sociedad se configura, por lo tanto, no como una prisión ordenada, sino como una selva desordenada (CASTELLS, 2001, p. 330), marcada por libertades precarias, a partir de las cuales los individuos tienen que desarrollar estrategias de protección de ellos y de los suyos (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002). Se produce, entonces, un sujeto que debe gobernarse a sí mismo y ser un agente activamente responsable en circunstancias que huyen de su control (FRASER, 2008, p. 229). Beck y Beck-Gernsheim (2003) ilustran esa situación de forma contundente: “(...) toda metafísica y trascendencia, toda necesidad y certidumbre están siendo sustituidas por la habilidad personal. Tanto en lo más público como en lo más privado, nos estamos convirtiendo en funambulistas bajo la lona del circo. Y muchos de nosotros caemos” (p. 38).

La responsabilización individual por la protección social es un proceso con múltiples facetas. En primer lugar, posee una dimensión moral, aquel que no da cuenta de la propia protección y de la protección de los que están bajo su cuidado es pasible de culpa y de estigma. La protección social, que en otras situaciones podría ser vista como una obligación social (frecuentemente del Estado nacional) se vuelve en una obligación moral. Ese aspecto conlleva a un segundo lugar: la distribución de la responsabilización en el interior de las familias tiende a estar marcada por las interseccionalidades de desigualdades. En tercer

³⁷ Fraser y Gordon (1994a), en un texto sobre la noción de dependencia y su presencia en el debate sobre la reforma del sistema de bienestar norteamericano, destacan el carácter ideológico del término. En general, la imagen de la dependencia está vinculada a una visión peyorativa y estereotipada de la mujer, madre, negra, joven, soltera, y sexualmente activa, que accede a ciertos programas de apoyo a las familias con hijos (1994a, p. 4)

lugar, a pesar de ser un proceso presente, tanto en dinámicas de movilidad sur-sur como sur-norte, la forma en que la responsabilización individual se presenta y los efectos que ella genera dependen no solo de las dinámicas culturales y desigualdades internas a las familias, sino también de las posibilidades y condiciones de acceso a recursos formales de protección social.

Las migraciones internacionales y los vínculos transnacionales que ellas posibilitan se sitúan en el marco de ese imperativo de responsabilidad personal. Lo que se expresa en el intento individual y colectivo de desarrollo de capacidades y estrategias para responder a los riesgos sociales a través del desarrollo de vínculos simultáneos con fuentes de protección social multilocalizadas: la familia, los Estados, los mercados y el tercer sector. La articulación de esos lazos y de los recursos formales e informales que ellos posibilitan, forman lo que denominamos de bricolaje de la protección social, un esfuerzo "artesanal", caracterizado por la heterogeneidad de sus componentes y la incertidumbre con relación a su eficacia. Considerar la protección social como una combinación de elementos informales y formales permite llamar la atención sobre las interfaces entre los desencajes de la PST y las diferentes formas de irresponsabilidad organizada a ellos vinculada, por una parte, y la tendencia a la responsabilización individual, por otra parte. En definitiva, posibilita subrayar el carácter estratégico de la movilidad internacional como forma de protección social y la tendencia a una sobrecarga de los vínculos personales, en pleno auge del neoliberalismo, de la austeridad en materia social y de la securitización de fronteras (BOCCAGNI, 2011; 2015).

4.3.2 Los bricolajes transnacionales de la protección social

La fragilidad o ausencia de los nexos entre la exposición a riesgos y la disponibilidad de protección social, lo que se llamó "desencaje de la PST", se presenta a los individuos como un imperativo: son ellos quienes deben buscar juntar, por medio de arreglos de movilidad e inmovilidad, las piezas dispersas de ese mundo desordenado. Estos esfuerzos de bricolaje constituyen formas de PST "desde abajo", que expresan el intento de construir arreglos de recursos multisituados de protección social. Antes de significar formas capaces de promover nuevos encajes a la protección social, los esfuerzos de bricolaje son cruzados por el carácter estructural de los desencajes y tienden a significar caminos inciertos y arriesgados de protección. El bricolaje es, metafóricamente, una "solución" que tiende a ser provisional, parcial y singular para el "rompecabezas de la protección social".

En el mismo sentido, Barglowski, Bilecen y Amelina (2014) entienden que la PST puede ser entendida como el ensamblaje multisituado de elementos formales e informales que permiten el acceso a recursos tangibles e intangibles para hacer frente a los riesgos sociales en las esferas del cuidado, trabajo, salud y educación (p. 216). Así pues, la noción de ensamblaje denota la unión de elementos dispares que se vuelven coherentes en un determinado momento y en una determinada circunstancia (LACROIX, 2014, p. 653). El ensamblaje y el bricolaje pueden ser considerados sinónimos, con la diferencia de que el segundo confiere mayor énfasis al carácter artesanal de la acción. La descripción de este proceso artesanal tiene como objetivo resaltar la reflexividad que lo atraviesa: no es la mera unión aleatoria u oportunista de elementos dispares, sino que se trata de un ensamble donde los sentidos y significados subjetivos juegan un papel decisivo (SPERONI, 2017).

La “compatibilidad” entre las “piezas” no está fundada, por lo tanto, en una lógica estrictamente racional, sino en la construcción de sentido por parte de los actores. Es decir: el bricolaje de recursos siempre es un bricolaje de sentidos. La reflexividad que atraviesa esa labor se deriva del hecho de que las relaciones transnacionales implican la existencia de situaciones en que los actores se encuentran con la presencia simultánea de múltiples patrones de sentidos con relación a los mismos objetos (AMELINA, 2010, pp. 3-5). Habiendo dicho esto, cabe preguntarse: ¿cuáles son las piezas de esos rompecabezas transnacionales? ¿A qué hacen referencia la protección social formal e informal?

La protección social formal alude a los marcos normativos estatales anclados en fondos públicos y promovidos por medio de mecanismos institucionales, como políticas públicas y legislaciones que pueden funcionar en distintas escalas (nacional, subnacional y supranacional) y se aplican mediante diferentes criterios de elegibilidad (BILECEN; BARGLOWSKI, 2015, p. 207). La idea clásica de los derechos a la protección social formal se basa en la relación territorializada entre Estados y ciudadanos o nacionales (DE GUCHTENEIRE; PÉCOUD, 2009, p. 6). De ahí que exista un vínculo importante entre soberanía nacional y la protección social; en la medida en que se concibe que los recursos de bienestar son intercambiados por la lealtad interna de los ciudadanos y por medio de un cierre de las fronteras de los Estados (BOMMES; GEDDES, 2000, p. 1). Esa narrativa sirve de justificación a la hora de limitar el acceso a la protección social a los no ciudadanos o no nacionales (los inmigrantes) y a los no residentes (los emigrantes). Además, esa visión clásica westphaliana y keynesiana de la soberanía y de la protección social, dista mucho de

la realidad de aquellas personas que transitan y viven dentro de espacios transnacionales (PAUL, 2017, pp. 1-2).

Sin embargo, las relaciones entre Estado y territorio han experimentado profundas transformaciones a lo largo de las últimas décadas, con importantes consecuencias para las nociones de soberanía, ciudadanía y pertenencia (LEVITT; DE LA DEHESA, 2003, P. 588; BAUBÖCK; SCHOLTEN, 2016). Lejos de significar una garantía de vínculos más fuertes y estables entre ciudadanía, derechos y migraciones, esas metamorfosis han significado un alto grado de diversidad y contingencia. Al mismo tiempo que se discute si la ciudadanía puede ser concebida más allá de los marcos del Estado nacional, la disyunción entre la transnacionalización de la vida social y las formas de acceso a derechos formales de protección comporta procesos de exclusión social. Algo que es manifiesto en el hecho de que la simultaneidad (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004; FAIST, 2000), que marca la experiencia de las familias transnacionales, puede llevar a una doble exclusión de los sistemas formales de protección social, en la medida en que muchos de los migrantes son ciudadanos no residentes en origen y residentes sin el estatus legal de ciudadanos en destino. En este escenario, los agentes gubernamentales tienden a tener pocos incentivos políticos para defender la garantía de derechos a los no ciudadanos, en la medida en que tal decisión puede generar reacciones negativas por parte de la opinión pública, tal y como se demuestra en los debates actuales.

De todos modos, el acceso, frecuentemente parcial, a la protección social formal a través de la residencia (*denizenship*) (HAMMAR, 1990; FAIST, 2015, p. 38; PAUL, 2017, p. 8) sigue siendo central. Además, es posible identificar una expansión de las posibilidades de acceso múltiple o la portabilidad de los derechos de protección social formal. Actualmente se asiste a una mayor tolerancia hacia la doble nacionalidad (FAIST; GERDES, 2008), y es posible reconocer la proliferación de acuerdos multilaterales y bilaterales entre los Estados nacionales (AVATO; KOETTL; SABATES-WHEELER, 2010; LAFLEUR; LIZIN, 2015). Estos acuerdos posibilitan la acumulación y portabilidad de derechos a lo largo del tiempo y a través de las fronteras (SABATES-WHEELER; KOETTL; AVATO, 2011). La Unión Europea constituye un ejemplo paradigmático de institución transestatal, promotora de ese tipo de acuerdos. Asimismo, muchos Estados han tomado medidas basadas en una concepción transnacional de la protección social dirigidas a su diáspora y, en algunos casos, también a los miembros de las familias “*left-behind*”. Lafleur y Lizin (2015) enumeran

interesantes ejemplos, tales como el pionero caso de Mali y Francia, que desde 1979 cuentan con un acuerdo que facilita el pago al seguro social obligatorio en el país europeo y garantiza el acceso a la salud a familiares que viven en Mali. En la misma línea, los emigrantes mexicanos pueden pagar el Seguro Popular (seguro social obligatorio), tanto para poder beneficiarse ellos mismos cuando visiten el país, como para cubrir a los familiares que permanecen en México.

La portabilidad de derechos también se refleja en otro tipo de medidas, como los convenios bilaterales o multilaterales de Seguridad Social. El Convenio Multilateral Iberoamericano de Seguridad Social, que sigue activo en 11 países (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Ecuador, El Salvador, España, Paraguay, Perú, Portugal y Uruguay) es un ejemplo significativo. Ese convenio ha fomentado la coordinación de las legislaciones nacionales en materia de pensiones, promoviendo la acreditación de los mismos períodos de cotización, de seguro o de empleo y la exportabilidad de prestaciones económicas (invalidez, vejez, supervivencia, accidentes de trabajo y enfermedad profesional) (OISS, 2017). Este tipo de convenio supone que las aportaciones realizadas a la seguridad social en un país puedan sumarse a las aportaciones efectuadas en otro país, de modo que la jubilación pueda percibirse en cualquiera de los países involucrados (REDOBRÁN; PAREDES, 2017). A nivel binacional, también cabe destacar los acuerdos fronterizos, como por ejemplo los acuerdos bilaterales sobre atención sanitaria para las poblaciones migrantes ubicadas en la frontera argentino-boliviana (COURTIS; LIGUORI; CERRUTTI, 2010), o los programas y proyectos en materia social y cultural implantados en el espacio transfronterizo México-Estados Unidos (GASCA ZAMORA, 2002),

Además de esos acuerdos internacionales, muchos de los países emisores ofrecen, con formatos y grados de intensidad variables, políticas de protección y apoyo a los emigrantes (en las esferas del trabajo, salud y educación, pero también en el soporte al envío de remesas). Los casos de las políticas diaspóricas de Ecuador (BOCCAGNI, 2011; HERRERA; GRIJALVA, 2017), Filipinas (ALCID, 2003) y México (WALDINGER, 2014) son algunos de los referentes en la literatura sobre el tema. Cabe destacar, no obstante, que una parte importante de esas dinámicas de cooperación interestatales y de acción transnacional de los Estados están inseridas en un escenario marcado por dos lógicas potencialmente contradictorias: la de la securitización (preocupación de parte de los Estados

receptores) y la del desarrollo (justificación para los Estados emisores) (ISOTALO, 2009; LAZARIDIS, 2016).

Considerando el panorama delineado, es posible afirmar que la protección social formal se caracteriza por múltiples contingencias, incertidumbres y variables. Por consiguiente, muchos son sus vacíos y muy limitada su capacidad a la hora de responder a las demandas transnacionales de la protección social (RIGHARD; BOCCAGNI, 2015). De ese modo, la protección social informal se configura como un conjunto de recursos y estrategias “desde abajo”, que cumple un rol crucial a pesar de ser menos visible que las dinámicas formales. La protección social informal emerge de las redes sociales y de los vínculos de cuidado fundamentados en lazos, frecuentemente asimétricos de solidaridad, reciprocidad y obligaciones (BILECEN; BARGLOWSKI, 2015, p. 207). En esas redes sociales y de cuidado tiene lugar el intercambio de apoyo emocional y el cuidado de niños, ancianos y enfermos, así como el envío y recepción de remesas monetarias (BOCCAGNI, 2016, p. 3). De ese modo, la protección informal hace referencia, en gran medida, a las dinámicas de cuidado transnacional, ya mencionadas en el capítulo anterior.

La PST informal es consistente con la idea de la migración como estrategia de sustento familiar; pero destaca, además, la interacción entre demandas, riesgos y provisiones territoriales y desterritorializadas (BOCCAGNI, 2016). De ese modo, cabe destacar el rol fundamental que la protección social informal cumple en los casos de migrantes y no migrantes que viven en un contexto de ausencia (parcial o total) de recursos formales de protección (BILECEN; BARGLOWSKI, 2015, p. 207). Boccagni (2016) llama la atención sobre la importancia de investigar cuánto efectiva es la protección social informal en la reducción de las brechas existentes dentro de la protección social formal (p. 8). Bilecen y Barglowski (2015), por otra parte, argumentan que la protección social informal no es solo complementaria, sino que incluso puede resultar más eficaz a la hora de resolver determinadas demandas (p. 204).

La protección social informal también puede ser resultado de iniciativas de las asociaciones de inmigrantes que ofrecen servicios (servicios funerarios, de salud y de educación, por ejemplo) u organizan actividades culturales, religiosas y de recreación. Además, estas asociaciones también fomentan y canalizan tanto inversiones económicas como remesas sociales (ideas, prácticas y conocimientos que circulan como parte del conjunto de valores, estilos de vida, pautas de comportamiento y capital social) entre las

comunidades de origen y de destino (LEVITT, 1998, 2001; LAMBA-NIEVES, 2013; LEVITT; RAJARAM, 2013).

Los trabajos de Jones (2007) y Wright (2012) trascienden los efectos directos de las transferencias tangibles (principalmente remesas monetarias) y las remesas sociales (LEVITT 1998, 2001) en la protección social, para poner de manifiesto cómo las migraciones internacionales impactan en la construcción y transformación de la noción de bienestar a través del espacio transnacional. Las informaciones que circulan son filtradas por los parientes y amigos que permanecen en las zonas de origen, dando lugar a narrativas sociales que sitúan el hecho migratorio como estrategia de mejora (o no) de las condiciones de vida. De ese modo, es posible tanto el enaltecimiento de la idea de sacrificio personal y sufrimiento por parte del migrante para lograr la mejora de la calidad de vida de los miembros del hogar, como destacar las consecuencias negativas que tiene la emigración para los hijos e hijas de padres ausentes y su correlación con la desintegración familiar.

A partir de un enfoque complementario al que concibe la PST como un ensamblaje de recursos formales e informales, Levitt et al (2017, p. 6) propone el modelo de “entorno de recursos” (*resource environment*) para interpretar las configuraciones de recursos formales e informales de protección social. El marco heurístico del “entorno de recursos” tiene como objetivo identificar “(...) la combinación de todas las posibles protecciones disponibles desde las cuatro fuentes potenciales (Estados, mercados, tercer sector, y redes sociales)” (LEVITT et al, 2017, p. 6, traducción de los autores). La disponibilidad de recursos de protección depende de la configuración de estas fuentes (capacidad de los Estados receptores y emisores, la presencia del tercer sector, la naturaleza del mercado), así como de las características de los individuos y sus familias (lugar de origen, lugar de residencia, género, raza, etnia, religión, ingresos, educación y la amplitud y profundidad de sus redes sociales) (LEVITT et al, 2017, p. 6-7). El modelo de “entorno de recursos” tiene una alta capacidad heurística y permite identificar las circunstancias en que se desarrollan los esfuerzos de bricolaje de recursos formales e informales de protección social.

Tras presentar las características principales de los dos tipos de protección social, cabe resaltar que ellos tienen una relación simbiótica (SERRA MINGOT; MAZZUCATO, 2018), generada, por una parte, por la existencia de entornos de recursos transnacionales y, por otra parte, por el ensamblaje de recursos formales e informales realizado por los miembros móviles y no móviles de redes familiares transnacionales (FAIST et al, 2015;

BARGLOWSKI; BILECEN, 2015; BOCCAGNI, 2016, p. 2; LEVITT et al, 2017). Por ejemplo, tal y como enfatiza la literatura sobre las cadenas globales de cuidado, mencionada en el capítulo anterior, contar con redes familiares que asuman el cuidado no remunerado es uno de los mecanismos esenciales que posibilita la emigración femenina. De ese modo, ese recurso familiar de carácter informal aumenta significativamente las posibilidades del grupo familiar para poder acceder a recursos formales de protección social por medio de la movilidad internacional.

El concepto de bricolaje de la PST enfatiza la centralidad de la iniciativa de los individuos y familias en la constitución de lazos sinérgicos entre la PST formal e informal. Ellos no existen automáticamente, en la medida que demandan de los actores un esfuerzo de constitución y recomposición de estos arreglos. No obstante, reconocer el entretrejimiento entre las dos formas de PST no significa asumir que esos recursos son suficientes para constituir nexos estables y duraderos entre la exposición de riesgos y el acceso a recursos de protección. En otras palabras, para superar los desencajes de la PST. Más bien los desencajes tienden a desafiar permanentemente a los individuos y familias a reconstruir los formatos de bricolaje.

Además de los retos impuestos por la fragilidad que tienden a marcar los ensamblajes de PST, el propio éxito, aunque provisional, de estos arreglos, tiende a llevar a la aspiración por formas más seguras y sostenibles de hacer frente a los riesgos sociales, lo que provoca, igualmente, el imperativo de transformación de las estrategias de PST. Este ímpetu transformativo positivo se vincula directamente a definición de la PST como el conjunto de capacidades y estrategias colectivas e individuales de responder a privaciones y riesgos sociales multisituados. De particular importancia es el significado del término “capacidad” que compone esa definición y que parte de la concepción de Sen (1992). Esta noción permite destacar que el resultado de los bricolajes no es igual a la suma de los recursos que se articulan: no se trata de la mera unión de recursos, sino de cuáles son las posibilidades de ser y hacer que ellos apalancan. En ese sentido, se puede considerar que los bricolajes pueden producir capacidades, en la medida en que ellos permiten que determinadas personas sean y hagan ciertas cosas más o menos dentro de sus marcos valorativos. La mirada a los bricolajes como formas de producción de capacidades es fundamental, puesto que permite enfatizar la transcendencia de los sentidos subjetivos para la PST.

Al fin y al cabo, el carácter transnacional de la protección social debe ser visto no como un adjetivo, sino como un verbo (LEVITT; DE LA DEHESA, 2017, pp. 1520-1521): sin la labor de reproducción y transformación constantes, los entornos de recursos y los bricolajes de PST no se mantienen. La relevancia de la acción de los migrantes y sus familias en la constitución de la PST lleva a una concepción de los actores como sujetos reflexivos, para los cuales lo vivido cumple un papel fundamental, tal como discutiremos en los capítulos 6 y 7. Esto significa, igualmente, que la manifestación de los desencajes no se limita a los análisis macrosociales, sino que también está presente en la experiencia y narrativa biográfica de los individuos. Las vivencias pasadas tienden a cumplir un papel relevante en la forma en que los actores viven y actúan sobre los desencajes de la protección social. Las decisiones que implican el desarrollo de estrategias de protección, como, por ejemplo, en qué escuelas llevar a los hijos, de qué forma prepararse para el envejecimiento o en qué lugar recibir asistencia sanitaria, son atravesadas, en gran medida, por concepciones normativas vinculadas a experiencias biográficas, anteriores y posteriores a la transnacionalización familiares.

A modo de síntesis

Este capítulo se desarrolló en torno al desafío de comprender las interfaces entre protección social y migraciones, contorneando cuatro puntos ciegos presentes en los enfoques ofrecidos en los capítulos anteriores. El primero de ellos es la tendencia de ver la protección social como anclada exclusivamente en el territorio del Estado nacional moderno. Esta visión, que marca la perspectiva de los “mundos del bienestar”, es desafiada por las migraciones, en la medida en que ellas hacen posible el desarrollo de formas de acceso a diferentes esferas de la protección social (como la salud, educación y seguridad social) por medio de la combinación de distintos recursos multilocalizados (dinero, cuidado y derechos). El segundo es la existencia de una tendencia a la desespacialización en el análisis de la globalización. Se desconsideran las múltiples escalas no lineares donde las migraciones ocurren y donde la distribución internacional de riesgos y protecciones se desarrolla. El tercero es una mirada sobre el potencial de sinergia que existe entre marcos heurísticos dedicados a los niveles nacional, global y transnacional de la protección social. Progresivamente, esta ausencia se está llenando con una lente crítica y espacializada de las múltiples formas y escalas de las desigualdades transnacionales, pero todavía queda mucho

trabajo por hacer. Particularmente, una mirada sobre las distribuciones internacionales de riesgos y protecciones, así como de las responsabilidades acerca de tales. Por fin, el cuarto punto ciego es lo que se basa en una ilusión romántica, simplista y frecuentemente eurocéntrica de las migraciones como un camino acumulativo de recursos de protección caracterizado por la linealidad, o sea, que los recursos de protección se desplazan del lugar de origen al lugar de destino. Se hace caso omiso de los procesos de desprotección que marcan las migraciones, así como de las posibilidades de configuraciones multisituadas de protección que pueden ser más efectivas y más compatibles con los valores defendidos por los actores.

Con el objetivo de proponer un marco interpretativo alternativo a esos obstáculos analíticos, en este capítulo se reconoció la existencia de una convergencia necesaria, de una cartografía abisal y de un rompecabezas transnacional, o sea, del imperativo de la construcción de un marco multidimensional de la PST; de la presencia de tres políticas (espacio, enmarque e interseccionalidad) que producen diferentes formas de desencajes de la protección social; y de la existencia de esfuerzos “artesanales” de ensamblaje, o sea de bricolajes de recursos formales e informales de PST.

En primer lugar, se ha defendido que la perspectiva transnacional posee potenciales significativos para el análisis de las interfaces entre protección social y migraciones internacionales. Es ese enfoque que permite comprender la PST como un conjunto de capacidades y estrategias colectivas e individuales de responder a privaciones y riesgos sociales que emergen en las diferentes esferas de la vida social, a través de la movilización de recursos de protección transfronterizos y multilocalizados. Este frente investigativo permite cimentar el diálogo necesario entre el análisis de los regímenes de bienestar, las interpretaciones de las familias transnacionales, los estudios sobre la globalización y las políticas sociales globales. Esta convergencia lleva a la construcción de una mirada simultánea y multiescalar acerca de las configuraciones institucionales y las prácticas y experiencia de los actores.

Posteriormente, a partir de la base que la agenda sobre la PST establece, se ha discutido sobre cuáles son los mecanismos sociales que constituyen los modos de distribución sociogeográficos de riesgos y protecciones sociales. En la segunda sección de este capítulo se ha propuesto la existencia de tres formas de políticas (del espacio, del enmarque y de las interseccionalidades) que producen situaciones en que los nexos entre los

riesgos y los recursos de protección son frágiles o inexistentes. A esas circunstancias, que impulsan y atraviesan las diferentes etapas y dinámicas de las migraciones, se ha llamado “desencajes de la protección social”. La interpretación de los desencajes se vuelve estratégica, pues son ellos los que constituyen, simultáneamente, el elemento contingente y promotor de los vínculos transnacionales que enlazan movilidad e inmovilidad.

Por último, se argumentó que los desencajes de la protección social se vinculan profundamente a múltiples formas de “irresponsabilidad organizada”, o sea, situaciones en que no existe un actor institucional responsable por el nexo entre protección y riesgo. Se ha postulado que la irresponsabilidad organizada lleva a procesos de responsabilización individual: la situación en que los individuos y familias tienen que garantizar formas alternativas de construcción de los nexos entre protección y riesgo. En la tercera sección se ha denominado de bricolajes de la PST, cuando esos esfuerzos toman la forma de un ensamblaje de recursos de protección multilocalizados, ya sean formales o informales. Se consideró que ese trabajo artesanal tiende a estar marcado por una constante parcialidad, provisionalidad e incertidumbre, en la medida en que, antes de significar un nuevo “encaje” de la protección social, simboliza el ensamblaje de un rompecabezas en el que, continuamente, faltan partes y “encajes” adecuados. Si los desencajes pueden ser vistos como constituidos por dinámicas macropolíticas, los bricolajes pueden ser considerados como resultados de formas de micropolítica, particularmente en el ámbito familiar. El bricolaje se despliega en los intersticios, en las invisibilidades, movilizan el cuerpo y las emociones, los sentidos subjetivos y los valores normativos.

El reconocimiento de los bricolajes transnacionales de recursos formales e informales de protección social posibilita concebir las migraciones internacionales como formas de protección social, atravesada por riesgos, asimetrías, por no linealidades y por la tendencia de una superposición de referencias culturales. En este sentido, las migraciones y los vínculos transnacionales tienen el potencial de engendrar, de manera difícil, incierta y compleja el desarrollo de capacidades colectivas e individuales para responder a privaciones y riesgos sociales para los cuales los actores institucionales se muestran ausentes o ineficaces.

5 SENDEROS DE MOVILIDAD Y TESITURAS DE PROTECCIÓN EN BOLIVIA, BARCELONA Y SÃO PAULO

A causa de que no existen cartografías sin paisajes y rompecabezas sin piezas, las interfaces entre la protección social y las migraciones internacionales solo toman significado si consideramos las tramas y contenidos empíricos en que se despliegan. El proceso a que se dedica esta tesis no está dotado de características universales; por el contrario, es necesario reconocer la diversidad de los modos de desencaje y bricolaje que emergen en los contextos empíricos con sus matices, historias y dinámicas concretas. En este capítulo se construye el marco social general en el cual se sitúan los resultados del estudio empírico presentados en la parte III.

En esta investigación se propone la interpretación de los desencajes y bricolajes de la protección social manifiestos en las experiencias y prácticas de los migrantes bolivianos y de sus familiares en São Paulo, Barcelona y Bolivia. El interés por estudiar el caso de las familias transnacionales bolivianas responde a la centralidad de la protección social en la cultura de movilidad andina; la relevancia de los procesos históricos, tanto recientes como de larga fecha, para las migraciones internas e internacionales; la existencia de enlaces profundos entre movilidad, inmovilidad y protección social, manifiesto en la alta incidencia de prácticas transnacionales; y la amplia diversidad de los flujos migratorios, marcados por la pluralidad de destinos internacionales, de regiones y lugares de origen y de modos de inserción en diferentes cadenas globales de producción y reproducción. La selección de Barcelona y São Paulo como contextos de destino y transnacionalización se debe a la importancia de esas ciudades para la migración boliviana a Brasil y España; por los contrastes que hay con relación a los sistemas de protección social y a los modos de inserción laboral de los migrantes en los dos municipios; y por las diferentes dinámicas de movilidad de la población boliviana observadas en ambos países.

En los capítulos anteriores, de forma repetida y aludiendo a diferentes temas, se argumentó sobre la necesidad de pensar las migraciones y la protección social más allá de lo nacional como único marco relevante. Este posicionamiento tiene implicaciones importantes para la construcción de este capítulo, pues gran parte de las estadísticas oficiales reproducen la imagen de una cartografía nacionalmente determinada. Dentro de los límites impuestos por los datos existentes, se buscó reconocer que los flujos migratorios son vividos tanto de

forma internacional (de Bolivia a Brasil / España) como de forma translocal (de una ciudad a otra, de un barrio al otro). Considerar a Bolivia, Brasil y España como unidades geográficas homogéneas y directamente comparables sería un error; por esta razón, la lectura de los indicadores nacionales, regionales y municipales debe tener siempre en cuenta esta alerta. Además de la necesidad de identificar la pluralidad de escalas en juego, está el hecho de que nada sería más incorrecto que suponer la existencia de una cultura nacionalmente homogénea en Bolivia. Numerosos son los ejes de contraste y diversidad que atraviesan el país, para citar tres relevantes: entre los diferentes pueblos indígenas, entre los distintos territorios (como las tierras bajas al este y altas al oeste) y entre las zona urbana y rural. Ir más allá de una mirada estadocéntrica en este caso significa también reconocer el carácter ideológico del discurso del mestizaje promovido en el siglo XX en Bolivia, así como, percibir el desplazamiento multicultural, contingente y aún en disputa que marca el país desde la primera década del siglo XXI (ALBRO, 2010; CENTELLAS, 2013). No hay duda de que los tópicos desarrollados en este capítulo son complejos y difíciles, lo que hace que ciertas reducciones de complejidad y ciertas ausencias sean inevitables. Este obstáculo permea, de alguna forma, todo el debate empírico que se desarrolla en esta tesis. La imposibilidad de una descripción apurada de todos los sectores de la protección social, sin embargo, no impide el objetivo de este trabajo, que es ofrecer una reflexión más general sobre las interfaces entre protección social y migraciones internacionales. Los trabajos e informes especializados en los diferentes sectores de la protección social abundan y el lector debe buscarlos para tener acceso a descripciones más sistemáticas.

Un equívoco adicional al interpretar las migraciones y los indicadores de protección social de tres países tan diversos como los que están en pauta es el de suponer una relación mecánica entre las condiciones de los sistemas institucionales de protección y el desarrollo de flujos migratorios. Este postulado, que fundamenta una racionalidad del tipo “atracción y repulsión”, es erróneo en el caso estudiado por tres razones complementarias. En primer lugar, es necesario considerar que las concepciones culturales y subjetivas cumplen un papel crucial en la relación entre migración y protección social, como ya afirmamos en otro lugar (SPERONI, 2017): no basta con tener acceso a la protección, es necesario que los migrantes consideren que la forma de protección accedida es adecuada. En segundo lugar, está el hecho de que, a pesar de innumerables obstáculos, no existe –por lo menos *a priori*– la imposibilidad de combinación de recursos de protección situados en diferentes lugares. Así,

es posible considerar que las familias transnacionales viven en lugares de interfaz parcial y contingente de las diferentes condiciones de protección en origen y destino. Por fin, la tercera razón se fundamenta en la integración diferencial de los inmigrantes en los lugares de destino, lo que implica dificultades para que los inmigrantes (y sus familias) vivan bajo las condiciones medias expresadas en los indicadores de los lugares de destino.

Este capítulo está organizado en tres secciones que entrelazan protección social y migraciones. En la primera, se presenta la cultura andina de movilidad y su entramado trascendente con formas antiguas y perennes de organización social y de enfrentamiento colectivo de riesgos. Además, se aborda el panorama de las migraciones internacionales bolivianas y las prácticas transnacionales que a partir de ellas son formadas. En la segunda sección, se construye el cuadro general de la protección social en Bolivia, São Paulo / Brasil y Barcelona / España. Por último, en la tercera sección, se delinear algunas de las características elementales de las migraciones bolivianas para Barcelona y Sao Paulo.

5.1 CULTURA ANDINA DE MOVILIDAD Y TRANSNACIONALIDAD

La sociología se ha inclinado a ver la movilidad como algo anormal. Si esto es discutible en la contemporaneidad occidental, también es problemático para pensar formas de organización societal en que la movilidad ha cumplido un papel crucial en la producción y reproducción social. La cultura andina de movilidad, fundamentada en las interfaces entre movilidad y protección social existentes en las sociedades de origen inca, representa prácticas que vinculan fenómenos históricos y presentes. Esta sección busca construir, de manera breve, los lazos entre esos componentes culturales y las prácticas y experiencias migratorias internacionales de la actualidad.

5.1.1 El entrelazamiento ancestral entre movilidad y protección social

La movilidad de los *ayllus*³⁸ ocupa una posición central en la organización social del mundo andino desde tiempos ancestrales. De hecho, Goldstein, en su análisis del período entre 500 y 1000 años a.C. describe la civilización preinca Tiwanaku como formada por un estado diaspórico, marcado por la dispersión y la existencia de grupos de *ayllus* que se

³⁸ Nombre atribuido por quechuas y aimaras a las comunidades territoriales fundamentadas en los lazos de parentesco y que funcionan como referencia para las relaciones sociales y actividades económicas.

caracterizaban por identidades étnicas en movimiento (GOLDSTEIN, 2005). En su análisis de las sociedades andinas del periodo de conquista inca e invasión europea, Murra (1975) describe el sistema de control vertical de pisos ecológicos, una forma de organización social que tiene en la movilidad un mecanismo central para la minimización de los riesgos y para el autoabastecimiento de los grupos, independientes de su tamaño³⁹. Francqueville (2000, pp.184-187), por su parte, destacó cómo ese modo de organización social permitía la constitución de estrategias de prevención de los riesgos, mediante la irrigación y la construcción de muros, pero también a través de la conservación, el almacenamiento y la portabilidad de los excedentes de producción, en particular por la deshidratación y la transformación de los alimentos (el chuno, tunta, caya, charqui, chalonga, etc.); y formas de difusión de los riesgos por medio de la dispersión de la población y de la producción agrícola, así como por medio del intercambio de productos complementarios producidos por diferentes regiones (maíz, sal, lana, etc.).

En gran medida, estas estrategias se mantuvieron, a pesar de la reducción de su relevancia cuantitativa debido a la “gran transformación” de la emergencia de la economía de mercado (RIVIERE, 1979). Sin embargo, más que la preservación del sistema, lo crucial es percibir sus implicaciones para la comprensión de la relación entre movilidad y protección social. En este sentido, numerosos estudiosos de las migraciones andinas reconocen la existencia de una cultura andina de movilidad que traslada los fundamentos ancestrales transterritoriales para las migraciones internas e internacionales contemporáneas (FRANQUEVILLE, 2000; CORTES, 2000; GOLDSTEIN, 2005; DE LA TORRE, 2006; HINOJOSA, 2009). En ese sentido, De la Torre (2006) vincula la organización social inca a las dinámicas contemporáneas de movilidad internacional:

Las nuevas colonias bolivianas parecerían seguir los senderos trazados por las familias mitimaes⁴⁰, aunque esta vez extendiendo la dinámica doble de

³⁹ Murra (1975, 1987) describe la existencia de los archipiélagos o del “control vertical de un máximo de pisos ecológicos” en las sociedades andinas. Estos arreglos tenían como objetivo, alcanzado de formas diferenciadas, de garantizar el control y promover la articulación productiva de regiones localizadas en diferentes altitudes y con diferentes tipos de producción. De esta forma, se hacía posible acceder a bienes suficientes y diversificados. “El deseo de controlar zonas climáticas alejadas mediante colonos permanentes determinó un patrón de asentamiento y de control vertical cuya distribución fue probablemente pan-andina” (MURRA, 1975, p.50). Los archipiélagos representaron, además, los medios de resistencia y adaptación de la sociedad andina a la colonización europea, primero, y las presiones de la modernización y urbanización posteriormente.

⁴⁰ Las familias mitimaes son aquellas que fueron separadas de sus comunidades de origen por las fuerzas del imperio Inca a partir del siglo XV. De ahí que el término “mitimae”, de origen quechua, signifique “desterrar”. Este desplazamiento forzado tenía como objetivo el intercambio poblacional entre las

sus idas y venidas hacia un nuevo escenario, el de un archipiélago de pisos ecológicos transnacionales en tiempos de globalización. Sus comunidades o ciudades de origen, sustituidas en términos de residencia por Washington DC, Madrid, Buenos Aires y otras urbes, también podrían cumplir la función que para aquellos viajeros ejercían las cabeceras étnicas cercanas al lago sagrado. Los desplazamientos en función a un centro permanente continúan (DE LA TORRE, 2006, p. 65).

En el mismo sentido, Hinojosa (2009) reconoce la existencia de un *habitus migratorio andino* (2009, pp.13-20). Para este autor:

(...) sostenemos que en Bolivia, y con mayor intensidad en los valles cochabambinos, la dimensión cultural muestra que desde tiempos prehispánicos diversas culturas que habitaron el altiplano y sobre todo los valles centrales del país mantuvieron una cosmovisión espacio-céntrica que se manifestaba en su permanente movilidad y utilización de diferentes espacios geográficos y pisos ecológicos, de tal manera que las migraciones fueron una invariable en sus prácticas de sobrevivencia y reproducción social. (...) En todo caso, no se trata simplemente de estrategias de sobrevivencia modernas, son de un *habitus*, de unas prácticas asociadas a una cosmovisión particular, de un saber de vida que permitía y permite aún una mejor y más sostenible utilización de recursos naturales, no apenas para la sobrevivencia de una familia, sino para la vida y reproducción de toda una comunidad y sociedad (HINOJOSA, 2009, p.18)

El *habitus andino* de movilidad significa la normalización de esta, lo que contrasta con gran parte de los análisis de los estudios migratorios, tal como se ha discutido en el capítulo 2. Y más que eso, ese *habitus* particular era producto de una forma de manejar la dimensión espacial de la cuestión social, en especial la distribución geográfica de riesgos y de recursos de protección. La movilidad de los actores sostenía un lazo de solidaridad que garantizaba la reproducción social y, en alguna medida, funcionaba como un mecanismo distributivo de amplio espectro. La implicación de ello es que las migraciones –ya sean internas o internacionales, pasadas o contemporáneas– no significan un debilitamiento de los lazos sociales con los lugares del itinerario de movilidad, por el contrario. Así pues, la movilidad ha sido una forma de consolidación y construcción transterritorial con el objetivo de garantizar el mantenimiento y el desarrollo de medios de vida en las zonas rurales de Bolivia, lo que Cortes (2000) ha sintetizado, de manera magistral, en la idea “partir para quedarse”. La cultura de movilidad andina se fundamenta en la idea de que ir no es contradictorio con permanecer, algo que es consistente con las dinámicas de simultaneidad

comunidades leales y las conquistadas, con el objetivo de asegurar la cohesión social, por una parte, y garantizar la mano de obra, por otra.

de los procesos transnacionales, tal como se ha descrito en el capítulo 3 (LEVITT y GLICK SCHILLER, 2004).

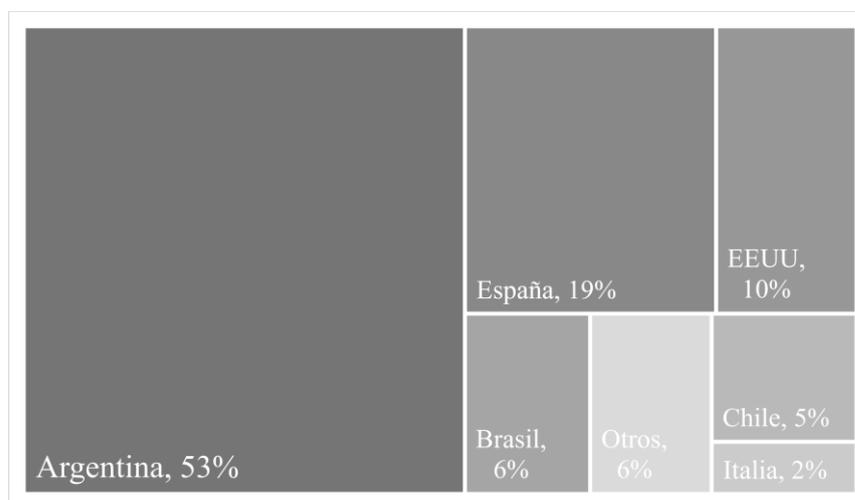
La circularidad y movilidad de las migraciones bolivianas a lugares como Arlington (Estados Unidos), Buenos Aires (Argentina), Barcelona (España) y São Paulo (Brasil), representan, en larga medida, dinámicas particulares de un proceso históricamente más amplio, que se caracteriza por la historia de sucesión de crisis sociales y de saqueos a Bolivia (FRANQUEVILLE, 2000), y por el uso de la dispersión espacial como medios de reacción a tales. Estas prácticas, ancestralmente ancladas y contemporáneamente presentes, vinculan, de modo intenso pero diverso, migraciones y protección social.

5.1.2 Migraciones internacionales y practicas transnacionales contemporáneas

El reconocimiento de la cultura de movilidad andina permite considerar los enlaces profundos entre el papel de la movilidad en las formas de organización social pasadas y actuales de Bolivia, pero también los contornos y lazos significativos entre las migraciones desde áreas rurales hacia núcleos urbanos, y la inserción de los bolivianos en espacios transnacionales: “(...) lo rural se halla en lo urbano y lo urbano es rápidamente incorporado por circuitos migratorios transnacionales contemporáneos” (HINOJOSA, 2006, p. 2).

El entrelazamiento de escalas espaciales y de itinerarios históricos en las migraciones internacionales bolivianas son características que hacen el análisis de esos procesos sumamente interesante para la mirada transnacional de naturaleza sociológica. En este apartado se esboza un panorama general de las migraciones y las prácticas transnacionales de carácter económico, cultural, religioso y político desde Bolivia. Ledo, Yopez y Lafleur llamaron recientemente atención para la tendencia de una diversificación de los lugares de destino de las migraciones bolivianas (LEDO; YEPEZ; LAFLEUR, 2014, pp. 31-32). Este postulado es coherente con las estimaciones para 2017 de la Organización de las Naciones Unidas, para la cual había 820.722 bolivianos viviendo en otros países, de los cuales 434.759 residían en Argentina, 152.109 en España, 85.132 en Estados Unidos, 47.563 en Brasil, 39.084 en Chile, 15.974 en Italia y 46.101 en otros países, conformando así la siguiente distribución:

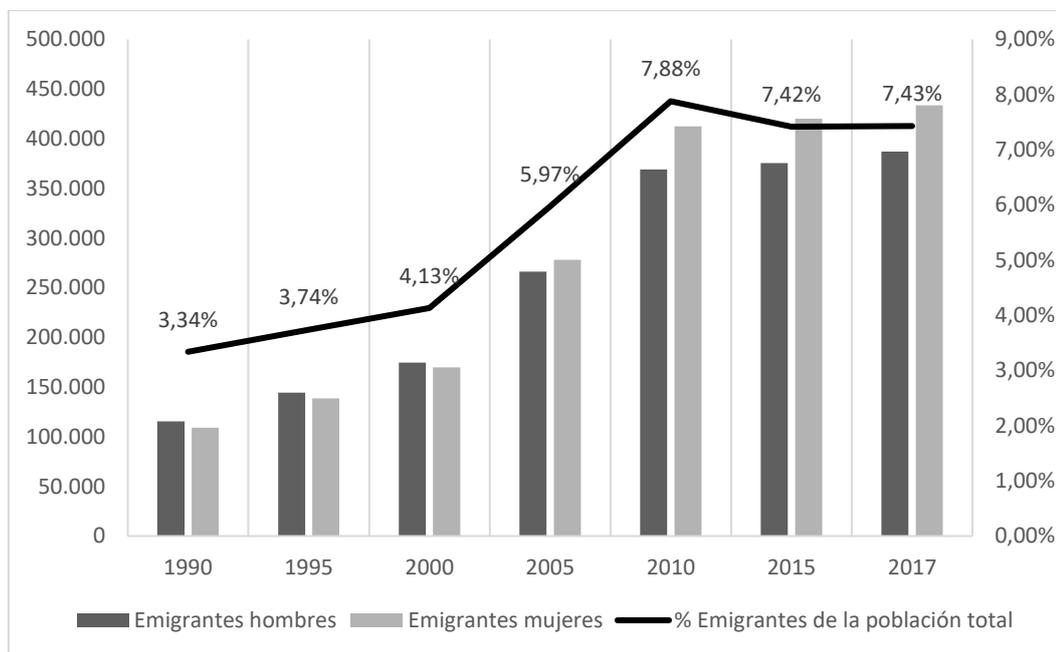
Figura 1 – Distribución Internacional de la Población Emigrante Boliviana (2017)



Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la ONU, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales - División de Población. “Tendencias en el stock de migrantes internacionales: revisión de 2017”.

Las distintas estimaciones de los stocks de migrantes tienden a tener una variación considerable, tanto por la metodología aplicada como por las dinámicas circulares de movilidad y las diferencias internacionales con relación a la gestión de las migraciones. En ese sentido, mientras que en el censo boliviano de 2012 se identificó que había 116.520 bolivianos viviendo en España y 64.340 en Brasil (INE BOLIVIA, 2012), las estadísticas de esos destinos difieren. En el censo español de 2010, se estimó que había 213.872 bolivianos viviendo en el país Ibérico (INE ESPAÑA, 2010) y el censo brasileño de 2010 se computaron 38.828 bolivianos residentes (INE ESPAÑA, 2010). A pesar de estas discordancias considerables, es compartida la identificación de la preeminencia de Argentina y España, pero también de los Estados Unidos, Brasil, Chile e Italia, en los senderos desde Bolivia. Las últimas tres décadas están marcadas por un crecimiento considerable del número de emigrantes bolivianos, particularmente a partir de los años 2000:

Figura 2 – La Evolución del Número Absoluto de Emigrantes y el Porcentaje de Emigrantes con Relación a la Población Total Boliviana – según Sexo (2017)



Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la ONU, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales - División de Población. “Tendencias en el stock de migrantes internacionales: revisión de 2017”.

Para entender la evolución de ese cuadro es necesario rescatar, una vez más, los vínculos entre migraciones internas e internacionales, así como el lazo histórico entre movilidad y protección social. La crisis económica de 1982 en Bolivia fundamentó un profundo ajuste estructural, marcado por la privatización de las minas, del petróleo y del gas, además de las telecomunicaciones, transportes y parte de los servicios públicos. Este proceso desencadenó flujos considerables de migrantes internos de origen rural hacia las ciudades y llevaron a la transición demográfica boliviana, momento en que la población urbana sobrepasó la rural. Esas movilizaciones rural-urbana no pueden reducirse a la idea de éxodo, en la medida en que objetivaban, más que todo, el mantenimiento de las formas y espacios de vida en origen (CORTES, 2000; 2002). Por lo tanto, la migración a las ciudades emerge como un medio de diversificar los riesgos y aumentar los recursos para la reproducción social de la familia y de la comunidad en las regiones rurales. Ese proceso es interpretado por Cortes con relación a la migración del Pampa Churigua al Chapare (CORTES, 2002, p.

133). Una parte considerable de las migraciones internacionales ocurridas en los años 2000 está directamente ligadas a esas movi­lidades internas iniciadas en las décadas anteriores.

Los años 2000 fueron poblados de procesos disruptivos en Bolivia: Las pérdidas generadas por los efectos climáticos del Niño, la guerra del agua en Cochabamba y La Paz (2000), las guerras del gas (2003 y 2005) y la caída de los gobiernos de Gonzalo Sánchez de Lozada “El Goni” (2003) y de Carlos Diego Mesa Gilbert (2005). Como bien destaca Tapia (2014, p. 18), esos han sido tiempos de revuelta de los excluidos por el modelo neoliberal que se iniciara en los años 1980; en particular se hicieron más visibles los campesinos del altiplano y los exmineros de la explotación de estaño. Después de cinco presidentes en seis años, es nombrado Juan Evo Morales Ayma (2006). En 2009 se promulgó la nueva constitución que refundaba el país como un Estado Plurinacional, y se iniciaba así un periodo de transición con mayor estabilidad relativa, significativos avances democráticos y una mejora general de los indicadores macrosociales y económicos.

De todas formas, la serie de crisis políticas y sociales de la primera década de los años 2000, y las incertidumbres por ellas generadas en las familias, incentivaron el crecimiento exponencial de la emigración. Sin embargo, estos flujos no eran homogéneos y se caracterizan por su diversidad y translocalidad: los flujos de origen rural y urbano de Cochabamba⁴¹ y Santa Cruz para España, Argentina y Estados Unidos y de La Paz para Argentina y Brasil; y los flujos de origen rural de los departamentos del sur (Sucre, Potosí y Tarija) para Argentina (INE BOLIVIA, 2012). Además, cabe resaltar la complejidad y especificidad que marcan los lazos entre lugares de origen y de destino. Es interesante notar, para ilustrar esto, que los emigrantes venidos de la ciudad de Arbieta (Cochabamba) tienen la ciudad de Arlington en Virginia (EE.UU.) como destino frecuente, mientras que sus vecinos de la ciudad de Toco emigraron primero a Buenos Aires y posteriormente a las Islas Canarias en España (DE LA TORRE; ARAMAYO, 2007). Otro ejemplo son los contrastes de género: mientras que los hombres cochabambinos son mayoría en las migraciones a Argentina, Brasil y Estados Unidos, las mujeres son mayoría en España e Italia (LEDO; YEPEZ; LAFLEUR, 2014, p. 33).

⁴¹ Las migraciones cochabambinas recibieron un interés expresivo, especialmente debido al profundo entrelazamiento entre migraciones internas, internacionales y prácticas transnacionales. El Valle Alto de Cochabamba, una región rural de emigración internacional intensa ha sido lugar de innumerables trabajos (CORTES, 2000; 2002; JONES; DE LA TORRE, 2009; DE LA TORRE; ARAMAYO, 2007; DE LA TORRE, 2006; LEDO; YEPEZ; LAFLEUR, 2014; DE LA TORRE, 2014).

Conjuntamente a las distintas crisis sociales vividas en suelo boliviano en la primera mitad de los años 2000, la crisis en Argentina (2001) ha generado la búsqueda de alternativas a ese destino de las migraciones bolivianas que se remontan al siglo XIX⁴². En el seno de las crisis de amplio espectro en Bolivia y Argentina, pero también las implicaciones del 11 de septiembre de 2001 en Estados Unidos, los flujos para Brasil y para España se hacen cada vez más presentes en los itinerarios migratorios bolivianos. En este contexto, las migraciones hacia España crecen vertiginosamente en los años 2000. El rápido e intenso cambio del papel de España en la composición de las emigraciones bolivianas representó, además, la feminización de las migraciones bolivianas a nivel mundial: la demanda por servicios de cuidado hizo que el número de mujeres migrantes bolivianas sobrepasara al de hombres. Esta tendencia fue acentuada, tal como se muestra en la Figura 2, a partir de la crisis española de 2007-2008, debido a sus implicaciones para el sector de la construcción civil, donde parte considerable de los hombres estaba empleada.

El crecimiento sostenido de la población migrante de origen boliviano, así como la progresiva relevancia de las remesas para la economía nacional, hizo que se incluya en el censo de 2012 una pregunta que cuestionaba si alguna persona de la familia había vivido en otro país desde 2001. A esa cuestión el 11,06 % de las familias respondieron positivamente (INE BOLIVIA, 2012). Los lazos de carácter económico, familiar, social y político establecidos por los migrantes bolivianos con personas que residen en Bolivia (o que han migrado a otros países) han llamado la atención de la academia, organizaciones no gubernamentales e instituciones estatales. Estos vínculos tienen una de sus expresiones más intensas en las familias, parte del “núcleo duro” del proceso migratorio. Para Hinojosa: “(...) son novedosas las características de participación en la ‘cadena migratoria’ en la que el entorno familiar sigue siendo el núcleo productor de valores y prioridades, así como de nuevos roles, funciones y retos” (HINOJOSA, 2009, p. 78). Una de las principales particularidades de las migraciones bolivianas es la dispersión de las familias. Algo que ya

⁴² A finales de 2001 muchas cosas sucedieron en Argentina: el país declaró una de las mayores moratorias de la historia, el modelo de equivalencia entre dólar y peso fue abandonado y hubo huelgas generales. Ese proceso culminó con la declaración del llamado "Corralito", decisión que congeló parte de los depósitos bancarios con el objetivo de limitar la fuga de capitales y desencadenó la desesperación de las clases medias y populares que organizaron diversas formas de rebelión y desobediencia civil. Es interesante notar la perennidad de Argentina como un destino para las migraciones bolivianas, a pesar de la crisis económica de principios de los años 2000 y sus implicaciones en las dos décadas siguientes. La proximidad con Bolivia, así como la antigüedad del flujo hacia el país, pueden ser aspectos que explican esa situación.

era visible en los años 1980 y 1990 en el ámbito de las migraciones internas (FRANCQUEVILLE, 2000, p. 83; CORTES, 2011), continuó siendo una tendencia en las migraciones internacionales y, se configura hoy, en una de las características definidoras de las movilidades bolivianas (CERRUTI; MAGUID, 2010)

La transnacionalización de las familias está fundamentada en la construcción de espacios sociales extendidos de carácter transnacional por medio de la movilidad e inmovilidad, que produce la separación de los miembros de la familia y que funcionan como estrategias de dispersión de riesgos. Un proceso que recuerda directamente las dinámicas ancestrales descritas anteriormente. Es importante destacar, además, que ese entendimiento tiene implicaciones cruciales para pensar el retorno migratorio: antes de significar una conclusión del proceso de movilidad, puede representar una etapa más de dinámicas circulares y transgeneracionales (SOLÉ; PARELLA; PETROFF, 2014; DE LA TORRE, 2014, p. 128).

La relevancia de los vínculos transnacionales es demostrada igualmente en el estudio de Carvajal y Rojas (2011), en el que se identifica que las remesas monetarias llegan a aproximadamente a 182.000 familias en Bolivia, beneficiando a 728.000 personas, lo que supone más del 8 % de la población total del país. Según datos recientes, las remesas a Bolivia alcanzaron el nivel de 1.200 millones de dólares, lo que significa el 3.4 % del PIB del país (BID, 2018). Según datos del BID (2018), las remesas para Bolivia tuvieron en 2017 como origen otros países latinoamericanos (particularmente Argentina, Chile y Brasil) en un 36 %, España en un 32 % y Estados Unidos en un 17 %. Es interesante notar el crecimiento constante en los últimos cinco años de la importancia de las remesas intrarregionales, en detrimento de la relevancia de las remesas originadas en España.

Para diferentes autores, las migraciones bolivianas ocupan una posición especial en lo que se refiere a su capacidad de promoción del desarrollo local en origen por medio de las remesas (DANDLER; MEDEIROS, 1985; DE LA TORRE, 2006, pp. 151-174; BABY COLLIN; CORTES; FARET, 2008, pp. 86-87). Según datos promovidos por el EMES/PNUD (2009), las remesas son destinadas principalmente a alimentación (el 28 %), educación (el 18 %), ahorro (el 18 %), pago de deudas (el 13 %), ropa (el 11 %), salud (el 9 %) y la construcción y reparación de viviendas (el 6 %). Estos datos indican la multifuncionalidad cumplida por las remesas. Ellas desempeñan tanto propósitos productivos (inversión en emprendimientos económicos, compras de tierras y de suministros

y herramientas agrícolas) como reproductivos (gastos cotidianos de la familia, y en educación y salud). Evidentemente, esos diferentes papeles varían frente a distintas situaciones y condiciones sociales y familiares, así como la presencia de la familia en regiones rurales o urbanas.

Las remesas no se limitan a los envíos monetarios a las familias, sino que incluyen las aportaciones colectivas de migrantes. Las remesas colectivas en las migraciones bolivianas se fundamentan en una obligación moral de hacer un gesto visible de vínculo con el lugar de origen y en un esfuerzo de mantenimiento y acumulación de estatus social (FRANCQUEVILLE, 2000, p. 88). Un ejemplo significativo de esas prácticas de solidaridad comunitaria es descrito por Leonardo de la Torre (2006): la creación del Instituto de Cooperación al Pueblo de Esteban Arze (INCOPEA) por migrantes cochabambinos en Arlington, Virginia, Estados Unidos. El INCOPEA es una liga de fútbol que se celebra simultáneamente en el Valle Alto de Cochabamba y en los Estados Unidos. La organización de los eventos en torno al campeonato, no restricto a los partidos, tiene como objetivo no solo el mantenimiento de las prácticas deportivas, sino también el envío de remesas colectivas a las comunidades de origen. Estos envíos –que se hacen de manera rotativa entre los diferentes lugares de origen de los migrantes miembros– totalizan entre 7.000 y 15.000 dólares al año y tienen como destino la construcción y reparación de templos, escuelas y espacios públicos (DE LA TORRE, 2006, p. 93-119). Es relevante, una vez más, reconocer el lazo de las remesas colectivas y las prácticas de reciprocidad presentes en la organización social andina, como las representadas por las prestaciones rotativas (MURRA, 1975; 1987).

No es solo el fútbol quien cumple un papel relevante en la transnacionalización de lo cotidiano de los migrantes. Festividades como las dedicadas a la Independencia Boliviana, las Vírgenes de Urkupiña, Copacabana y de Guadalupe, las Alasitas y los carnavales; la celebración de rituales religiosos; así como la organización de bailes bolivianos, cumplen un papel crucial en la construcción de “lugares bolivianos” en tierras lejanas (SASSONE, 2007). La estructuración de esos espacios promueve lazos sociales y económicos con el lugar de origen y constituye un ambiente fértil para el asociativismo cultural y religioso y para el establecimiento de una economía transnacional de la cultura, folclore y religiosidad⁴³.

⁴³ La bibliografía acerca de esas prácticas culturales es amplia. Para mencionar algunos estudios relevantes: GOLDSTEIN, 1998; GIORGIS, 1998; DE LA TORRE, 2006; SASSONE, 2007; BABY COLLIN; SASSONE, 2010; STRUNK, 2014.

La importancia y magnitud de las prácticas transnacionales, desencadenadas por las migraciones, tuvieron progresivamente un reconocimiento por parte del Estado de Bolivia. Además, la crisis argentina de 2001 y la española de 2007, las denuncias de tráfico de personas y el trabajo esclavo en Brasil y Argentina, así como el gran flujo de mujeres a España, fueron algunos procesos vivenciados por los emigrantes que contribuyeron a un progresivo interés del Estado boliviano hacia los emigrantes. Por lo cual, en la última década, el Estado boliviano ha adoptado múltiples medidas, en diferentes ejes, hacia el apoyo a los emigrantes (PEDROZA; PALOP; HOFFMANN, 2018, pp. 69-85):

Cuadro 4 – Políticas y normativas del Estado Boliviano hacia los emigrantes

Administración	Desde el 2009: ampliación de la red consular y desarrollo de consulados móviles y brigadas Nuevas funciones consulares: consulta y asesoría legal; ayuda para el acceso a vivienda, educación y asistencia sanitaria Campañas de información a los bolivianos acerca de sus derechos, obligaciones y los posibles peligros asociados con la emigración
Ciudadanía	Regulación de la doble nacionalidad Determinación de la igualdad de derecho entre ciudadanos nacidos y naturalizados Posibilidad de que hijos e hijas de bolivianos nacidos en el exterior pueden solicitar nacionalidad El empadronamiento permanente en el exterior de ciudadanos bolivianos
Políticas sociales	Ratificación del Convenio Multilateral Iberoamericano de Seguridad Social que ha permite la portabilidad de prestaciones y contribuciones de empleo y de jubilación Acuerdos bilaterales para la gratuidad de visado a estudiantes Programas de educación a distancia dirigidos a la población emigrante adulta: estudios técnicos y de educación superior
Políticas fiscales y económicas	Regulación del mercado de remesas por el Banco Central (en proceso) Exención de impuestos a los emigrantes bolivianos que no obtienen ingresos de fuentes bolivianas
Políticas de retorno	Acuerdos de reconocimiento de cualificaciones profesionales y académicas: países miembros de la ALBA y Mercosur Incentivos financieros para los retornados: exención de impuestos sobre enseres domésticos y herramientas profesionales
Sufragio	Derecho a voto desde el exterior (2009)

Fuente: Elaboración propia a partir de PEDROZA; PALOP; HOFFMANN, 2018, pp.

La garantía del derecho al voto a los emigrantes en la constitución de 2009 ha sido un hito en el reconocimiento de los emigrantes y en la institucionalización de su participación en la política nacional. En la primera elección en el año de 2009, los emigrantes representaron cerca del 6 % de los votos totales, unos 125.000 votantes (LAFLEUR, 2012, p.17)⁴⁴. El acceso al derecho al voto es más consecuencia de la importancia política de los emigrantes –vinculada a su relevancia económica y la fuerza de presión política desde el exterior– que un proceso que inaugura la participación política del grupo. De todas formas, la garantía del derecho a voto es un paso fundamental para el fortalecimiento de los espacios transnacionales entre Bolivia y los lugares de destino.

5.2 LOS SENDEROS BOLIVIANOS EN SÃO PAULO Y BARCELONA

En esta sección se delinear los principales contornos que marcan los senderos de movilidad desde Bolivia hacia São Paulo y Barcelona. La breve contextualización aborda algunas de las escalas y dimensiones más significativas, sin tener la pretensión o el objetivo de una descripción exhaustiva. Una contextualización sistemática requeriría la consideración de todos los acentos que emergen de las inconsistencias de los datos oficiales disponibles, algo que escapa a los objetivos de esta sección.

La presencia de São Paulo y Barcelona en los caminos de movilidad bolivianos posee matices que van más allá de las diferencias con relación a la distancia geográfica y a los lazos coloniales. Esta pluralidad demuestra la complejidad de las migraciones bolivianas y constituye una de las justificaciones de su estudio. Además, es importante siempre tener en mente el potencial entrelazamiento entre diferentes tipos de migración, sean ellas internas, fronterizas o transoceánicas, lo que lleva a la posibilidad de conformación de circuitos que acerquen los múltiples lugares que hacen parte del itinerario boliviano y andino de movilidad. El cuadro siguiente sintetiza algunos de los indicadores generales sobre las migraciones bolivianas hacia São Paulo y Barcelona:

⁴⁴ Para Lafleur (2012), tres son las variables principales que explican el desarrollo del “voto en el exterior” en Bolivia y otras partes del mundo durante los años 2000: “1) el desarrollo de comunidades migrantes organizadas en el exterior que reivindican derechos en sus países de origen; 2) la importancia estratégica que los emigrantes tienen para los gobiernos expulsores en un mundo globalizado; y, 3) las transformaciones de la escena política doméstica y, en particular, la percepción del impacto del voto en el exterior sobre los resultados electorales (2012, p.31)

Cuadro 5 – Indicadores generales de las migraciones para São Paulo y Barcelona

Destino Indicador	São Paulo (2016) *	Barcelona (2018) †
Número absoluto de inmigrantes y porcentaje con relación a la población total	Brasil: 1.211.219, 0,59 % (2016) Municipio de São Paulo: 385.120, 3,2 % (2016)	España: 6.386.904, 14 % (2018) Provincia de Barcelona: 999.252, 18 % (2018) Municipio de Barcelona: 392.730, 24% (2018)
Número absoluto de inmigrantes bolivianos y porcentaje con relación a la población boliviana total en el país	Brasil: 89.208 Municipio de São Paulo: 64.953 (73 %)	España: 171.399 Provincia de Barcelona: 40.319 (24 %) Municipio de Barcelona: 13.432 (8 %)
Temporalidad de los flujos	Aceleración de los flujos en los años 1990 y 2000	Multiplicación por 93 del stock de migrantes entre 1998 y 2008; reducción de 29 % entre 2008 y 2018
Políticas migratorias para los bolivianos	Hasta 2005: restrictivas 2006-2008: acuerdo bilateral para residencia Posterior a 2009: acuerdo del MERCOSUR de residencia En 2017: Nueva ley de inmigración	Hasta marzo de 2007: sin necesidad de visado de turismo A partir de abril de 2007: obligación del visado de turismo

* Considera inmigrantes los portadores de otra nacionalidad que no sea la brasileña y de documento de residencia provisional o permanente.

† Considera inmigrantes los nacidos en otro país que no España y que se encuentran registrados en el Padrón municipal.

Fuente: Elaboración propia a partir del São Paulo Cosmópolis (2017) y de datos del SINCRE de junio de 2016 y del INE ESPAÑA, Estadística del Padrón Continuo Poblacional, 2019.

En el Cuadro 5 es posible visualizar tres características que diferencian a São Paulo y Barcelona con relación a las migraciones en general y las con origen boliviana, en particular. En primer lugar, la presencia inmigrante que atañe a la población total es mucho más considerable en España que en Brasil, incluso en la ciudad de São Paulo, el destino más frecuente de los inmigrantes. Segundo, es posible notar que la población boliviana tiende a tener una mayor dispersión territorial en España que en Brasil, en la medida en que la dimensión proporcional de São Paulo es más significativa que la Barcelona. Por último, es relevante reconocer los tonos relacionados con la evolución de las políticas migratorias en

los últimos 15 años. Mientras que en Brasil hubo una tendencia a facilitación del acceso al territorio y a los documentos de residencia, en el caso español el camino ha sido lo contrario. Esta diferencia, crucial para la protección y bienestar de los inmigrantes, expresa dos formas de responder al impulso que los flujos migratorios tuvieron para Brasil y España en los años 2000. No son tan solo las condiciones y marcos cuantitativos que diferencian las migraciones bolivianas para São Paulo y Barcelona. Esos destinos se caracterizan, además, por dos tipos de perfiles de inmigrantes:

Cuadro 6 – Perfiles de los inmigrantes bolivianos a São Paulo y Barcelona

Destino	São Paulo	Barcelona
Atributo		
Sexo	+ Masculino	+ Femenino
Edad media	30 - 35 años	30 - 35 años
Ciudades de origen	La Paz y El Alto	Cochabamba Santa Cruz
Zona de última residencia	+ Urbana	+ Urbana
Adopción a la doble nacionalidad	Baja	Alta
Formación educacional	Baja	Medio
Segmentos laborales	Costura Comercio	Trabajos de cuidado Construcción

Fuente: Elaboración propia a partir de las tendencias generales presentes en INE BOLIVIA, Censo Poblacional, 2012; SINCRE, 2016; INE ESPAÑA, 2019, Estadística del Padrón Continuo Poblacional.

La identificación de los perfiles permite vislumbrar aspectos en común, particularmente en lo que concierne a la edad media y el origen urbano. En cuanto a este último aspecto, cabe resaltar que, aun existiendo la tendencia de que la última residencia sea una ciudad, es frecuente, tanto en las migraciones hacia São Paulo como hacia España, el vínculo entre la transnacionalización de las familias y el mantenimiento de lazos con el mundo rural (HINOJOSA, 2006; 2009). Estas relaciones van más allá de las de carácter simbólico; la producción y reproducción de la vida rural se vuelve posible, de manera frecuente, por la transnacionalización de las familias (CORTES, 2000). La migración

permite, por ejemplo, la compra de tierras, casas, herramientas, insumos y el mantenimiento de los cultivos.

El delineamiento de estos perfiles generales posibilita, además, el reconocimiento de dos matices significativos entre las migraciones bolivianas hacia São Paulo y Barcelona. En primer lugar, están los contrastes producidos por las distintas interfaces entre migraciones y cadenas productivas y reproductivas. Por una parte, son las cadenas globales de la industria textil, que acercan La Paz y El Alto de São Paulo. Esta proximidad estructural explica por qué la mayoría de los bolivianos son originarios de esas ciudades bolivianas y no de, por ejemplo, Santa Cruz, una ciudad más cercana a la frontera con Brasil. El trabajo en la industria textil se caracteriza por una demanda de mano de obra poco cualificada y sin una diferenciación profunda en cuanto al sexo. Por otra parte, las migraciones bolivianas para Barcelona son resultado, en gran medida, de las dinámicas y configuraciones de las cadenas globales de cuidado, marcadas por la demanda del trabajo marcadamente femenino. En segundo lugar, el acceso a la doble nacionalidad es más atractivo y necesario en España, pues permite el desarrollo de dinámicas migratorias circulares y un acceso pleno a los recursos de protección social formal. En contraste, en Brasil la doble nacionalidad no es un elemento crucial para la circularidad, ya que el acuerdo de residencia del MERCOSUR facilita este tipo de movilidad.

De todos modos, cabe resaltar que la definición de perfiles tiene el propósito de identificar tendencias generales que no abarcan la totalidad de la diversidad de los procesos en pauta. Es interesante notar, igualmente, flujos que no encajan en esos perfiles, como el de médicos para Brasil y el de estudiantes para España. Habiendo presentado los indicadores generales y los perfiles que caracterizan las migraciones bolivianas a São Paulo y Barcelona, cabe ahora el desarrollo de una mirada más atenta para cada uno de esos senderos migratorios.

5.2.1 Las migraciones bolivianas para São Paulo

Las migraciones internacionales a Brasil, desde una perspectiva históricamente amplia, tuvieron un carácter más de población que de atracción de mano de obra (SOUCHAUD, 2009). Las diferencias culturales y lingüísticas y la posición aislada de los centros urbanos en la costa atlántica, además de la falta de interés estatal, son algunas de las razones que explican la ausencia de circuitos intensos de movilidad entre Brasil y los países

vecinos. Por este motivo, según estimaciones de la ONU, Brasil es uno de los países de América del Sur con menor tasa porcentual de inmigrantes con relación a la población total, incluso si se considera la tendencia de aumento de flujos intrarregionales, además de la llegada de haitianos y senegaleses (BAENINGER, 2012, p. 12; ONU, 2017). A pesar de esta presencia comparativamente baja, la concentración de muchos de los flujos en la ciudad de São Paulo, así como la migración de nuevos colectivos, como los haitianos y senegaleses, ha impulsado la constitución de un campo de estudios migratorios en Brasil. En efecto, São Paulo ocupa una posición especial en los circuitos migratorios internacionales en América Latina. Con una población mayor que en toda Bolivia, la ciudad posee una población inmigrante de 385.120 o el 3,2 % de la población total. Así pues, cabe resaltar la heterogeneidad y diversidad de las migraciones internacionales hacia Brasil y el papel especialmente relevante que desempeña su mayor centro urbano.

La década de 1950 marcó el momento en que el número de emigrantes superó al de inmigrantes en Brasil, una tendencia que se venía dibujando desde los años 1930 (OLIVEIRA, 2001). Esta inversión no significa que el país dejara de ser un país de inmigración, sino que nuevos flujos todavía estaban en proceso de constitución. Este es el caso de la inmigración de bolivianos, que tuvo su inicio en los años 1950, cuando se firmó un acuerdo bilateral que incentivaba la venida de estudiantes bolivianos (SILVA, 1997; SILVA, 2006, p. 159; BAENINGER; FREITAS, 2011; XAVIER, 2012). La Revolución Nacional de Bolivia de 1952 – que impulsó la reforma agraria y la colonización del oriente boliviano– así como las prácticas tradicionales en la frontera entre Corumbá y las ciudades Puerto Suárez y Puerto Quijarro, constituyeron las condiciones fértiles para el establecimiento de un circuito de movilidad que vinculaba Bolivia con la capital paulista.

Los primeros migrantes bolivianos a São Paulo eran, sobre todo, estudiantes, intelectuales y exiliados (SOUCHAUD; BAENINGER, 2009). A pesar de una pequeña evolución a lo largo de los años, la presencia boliviana en Brasil solo empieza a tener mayor dimensión en los años 1980. En un análisis en el que compara los flujos más antiguos con los desarrollados a partir de la década de 1980, Xavier destaca que, más allá de las diferencias cuantitativas, los nuevos flujos estaban compuestos por trabajadores menos cualificados. Mientras que en la década de 1970 más de un tercio de los inmigrantes tenía un alto nivel de formación, entre 1990 y 2000 no se llegaba a un sexto (XAVIER, 2012, p. 116).

Si la Revolución Nacional de Bolivia ha sido el proceso desencadenante de la “primera ola” de inmigrantes bolivianos a São Paulo, la crisis económica de los años 1980 y el ajuste estructural, apalancado por el Decreto Supremo 21060 de 1985 firmado por el presidente Víctor Paz Estenssoro (Movimiento Nacionalista Revolucionario - MNR)⁴⁵, fueron los principales mecanismos que incentivaron los flujos de los años 1980 y 1990, particularmente de exmineros y trabajadores desempleados. La crisis de los años 1980 tuvo impactos profundos no solo para la economía basada en la extracción minera, sino también para las formas de vida que en ella se fundaban, lo que tuvo implicaciones directas para las relaciones y concepciones de género. En consecuencia, a pesar de que la composición de los flujos migratorios era más masculina entonces, las profundas transformaciones sociales en curso también significaron una mayor participación relativa de las mujeres en el trabajo productivo, si se compara con el modo de vida en las regiones mineras.

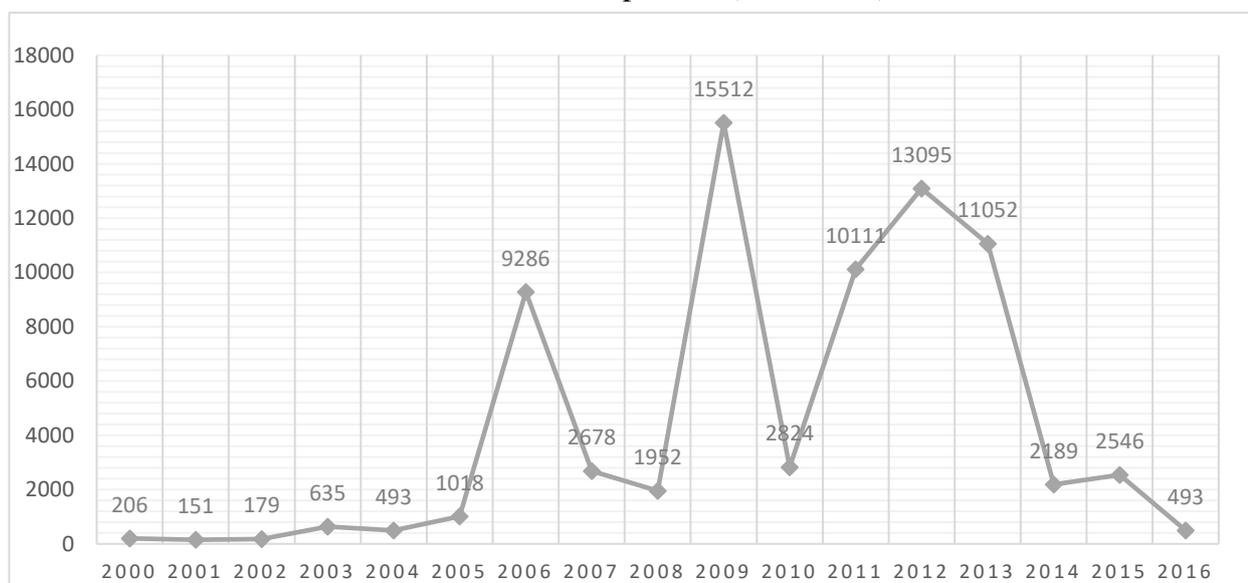
La crisis económica de los años 1980 incentivó la migración hacia Brasil y especialmente a São Paulo. La importancia de la capital paulista en estos nuevos senderos se dio por el crecimiento de la industria de confección, estructurada por los inmigrantes coreanos en las décadas anteriores (FREITAS, 2012). En su estudio sobre las interfaces entre las cadenas migratorias y la cadena de producción de la industria de costura, Freitas (2009) describe la trayectoria histórica de los circuitos de subcontratación de bolivianos para el trabajo en los talleres en São Paulo, en que los coreanos ocupaban un lugar central. Freitas y Baeninger (2010) argumentan que la conexión entre coreanos y bolivianos ha perdido fuerza a partir de los años 1990, cuando el papel de organización de los talleres de costura ha tendido a ser ejercido por los propios bolivianos y por brasileños.

Durante los años 2000, la integración regional y la disminución de las barreras fronterizas impulsaron las migraciones internas en América del Sur (BAENINGER, 2012, pp. 10-11). En ese contexto se identifica la diversificación de los destinos de los bolivianos en la región. La crisis argentina de principios de los años 2000, el endurecimiento de las políticas migratorias en los Estados Unidos a partir del 9 de septiembre de 2001 y la

⁴⁵ A comienzos de los años 1980, Bolivia pasaba por una importante crisis económica generada por la caída del precio del estaño en el mercado internacional, lo que ha resultado en la hiperinflación y en la caída de las exportaciones. El Decreto Supremo 21060, promulgado en agosto de 1985, fue un conjunto de medidas, de carácter neoliberal, de ajuste de la política económica, que buscaba reducir el déficit fiscal. Para ello, se congelaron y redujeron los salarios y las inversiones públicas; se crearon altos impuestos para los carburantes; y se han liberalizado los mercados de bienes, dividendos y trabajo.

imposición del visado de turismo para acceder al espacio Schengen en Europa en 2007 fueron procesos que hicieron más atractivos destinos como Brasil y Chile.

Figura 3 – Nuevos Registros de Residencia Permanente de bolivianos en el Municipio de São Paulo – por año (2000-2016)



Fuente: Elaboración propia a partir del SINCRE, hasta 2016

Los años 2000 marcaron el efecto acumulativo del proceso iniciado desde los años 1980 y articulado con las nuevas condiciones regionales y nuevos contextos de los destinos frecuentes de los bolivianos. La Figura 3 expresa la evolución de nuevos registros permanentes de residencia de personas con nacionalidad boliviana en São Paulo. Como se puede ver, los años 2006 y 2009 representaron picos significativos. Esto ocurrió por el Acuerdo Bilateral Brasil-Bolivia de 2005, por la Amnistía de 2009 y por el Acuerdo de Residencia para Nacionales de los Estados Partes del Mercosur, Bolivia y Chile, promulgado en octubre de 2009. Ese acuerdo es, hasta la fecha, el principal dispositivo que hace posible el acceso al permiso de residencia, primero, de forma provisional por dos años y, posteriormente, de modo permanente.

La inmigración boliviana a São Paulo está compuesta, sobre todo, por personas venidas de La Paz y El Alto. La proximidad de esas dos ciudades favorece que muchas interpretaciones no hagan diferencia entre ellas. Sin embargo, aunque cercanas, la dinámica de poblamiento de El Alto hace que los inmigrantes con ese origen correspondan a perfiles diferenciados en cuanto a la clase social, trayectoria migratoria en la familia, formación

educativa, experiencia laboral y relación con el espacio urbano. Además de estos atributos, está el hecho de que la migración de El Alto a São Paulo representa, para un contingente importante de los migrantes, cierta continuidad con relación a la informalidad y precariedad del trabajo en el sector de confección, algo que, aunque también presente, es menos intenso con relación a los flujos procedentes de La Paz (ROJAS; GUAYGUA, 2002; XAVIER, 2012). Asimismo, como El Alto ha sido formada por medio de las migraciones internas originadas de las zonas rurales (BABY COLLIN, 2000), la presencia de experiencias migratorias y la intensidad de identidades rurales es más fuerte que en La Paz. Aparte del papel cumplido por La Paz y El Alto en la movilidad boliviana para Brasil, está la importancia histórica de la frontera de Corumbá, un polo de migración fronteriza y un lugar de estratégico para la circulación de bienes y personas (SOUCHAUD; BAENINGER, 2008, MANETTA, 2009).

Otro aspecto destacado por Xavier (2012) al intentar explicar la migración de La Paz y El Alto a São Paulo –a pesar de la mayor distancia en comparación a Santa Cruz y Cochabamba– es el contenido que toma las dinámicas de la familia extendida en su relación con la producción en el sector de confección. Las relaciones de compadreo, concretamente, cumplen un rol significativo en la participación de los bolivianos en la industria de la confección en São Paulo, en la medida en que sirven como mecanismo efectivo de causación acumulativa de la inmigración (MASSEY, 1999) a través del reclutamiento para el trabajo en los talleres.

En cuanto al perfil actual de los bolivianos, el São Paulo Cosmópolis (2017), con base en datos del SINCRE, estima que la población total en Brasil es de 89.208, de estos 64.953 (73 %) residen en el municipio de São Paulo. Los datos del SINCRE, hasta finales de 2016, demuestran que el 54 % de los bolivianos en São Paulo son hombres, y el 46 % mujeres. Además, es posible identificar que se trata de una población joven, con edad media de 32 años y escolaridad baja. Es evidente que, además de ese perfil general, existen otros específicos, como los formados por profesionales liberales, particularmente médicos y enfermeros.

Las descripciones sobre la presencia de los bolivianos en la ciudad de São Paulo fueron, en los últimos años, haciéndose más complejas. Desde los estudios pioneros de Silva (1995, 1997, 2006, p. 160) se destacó una concentración de la población boliviana en los distritos centrales: Brás, Bom Retiro, Pari, y Barra Funda. Estas zonas, históricamente

tenidas como de inmigrantes, siguen recibiendo una parte considerable de los bolivianos. Sin embargo, progresivamente se identificó una expansión para zonas semicentrales al este, como los distritos de Belém, Tatuapé, Mooca, pero también a regiones periféricas al este como los distritos de Lajeado y Guaianases y la ciudad de Ferraz de Vasconcelos, y en el sentido a la región norte, como los barrios de Vila María y Vila Guilherme y la ciudad vecina de Guarulhos (XAVIER, 2012, p.124). Además de la preeminencia del centro y de la periferia de São Paulo, es posible identificar la presencia de bolivianos en municipios del interior paulista, como Americana (OLIVEIRA, 2017). Es interesante notar los contrastes en las distintas regiones que reciben los inmigrantes bolivianos en lo que concierne las condiciones de vida. Por ejemplo, según datos del Censo de 2010, el distrito de Brás poseía un IDH de 0.828 mientras que el de Lajeado 0.698 (IBGE, 2010). Estas discrepancias se producen, sobre todo, entre las zonas centrales y periféricas en lo que se refiere a infraestructura urbana y la oferta de servicios públicos⁴⁶.

Para Xavier, la progresiva importancia de regiones periféricas de la región metropolitana ocurrió sin que el centro de São Paulo perdiera significancia (XAVIER, 2012, p.127), lo que permite cuestionar la idea de que los migrantes bolivianos llegan primero al centro y posteriormente se desplazan hacia la periferia de São Paulo. El centro de São Paulo se consolidó como un lugar tanto de residencia como de trabajo para los bolivianos y la industria de confección ha sido crucial en este proceso. La estructuración de los talleres, llevada a cabo por los migrantes coreanos, fue marcada por un formato que superpone lugar de trabajo y lugar de vivienda (SOUCHAUD, 2010; 2012, p. 87). Esta estrategia permite una reducción de costos, funciona como una forma de control sobre los trabajadores y posibilita la extensión de las jornadas laborales a cerca de 90 horas semanales. La precariedad del trabajo, los bajos sueldos, las frecuentes situaciones de servidumbre por deudas⁴⁷ y las extensas jornadas laborales llevaron a inúmeras denuncias de trabajo análogo a la esclavitud, particularmente en los años 2000. En las últimas dos décadas, por lo menos, el sector se está reorganizando por medio de talleres menores y más dispersos en la ciudad. El formato general de organización se mantiene, así como la confluencia entre vivienda y

⁴⁶ Para una consulta a los indicadores generales de los distritos en que los bolivianos residen, véase Apéndice G.

⁴⁷ La servidumbre por deudas se establece cuando el trabajador paga, con su trabajo, los costes de viaje a São Paulo. En algunos casos, se cobran, además, los costes de vivienda y de alimentación.

trabajo. Sin embargo, la operación y organización de los talleres ocurre generalmente por las propias familias de inmigrantes (SOUCHAUD, 2012).

La transformación en la organización de la industria de confección es uno de los procesos que explica la pluralización de ubicaciones de los bolivianos en São Paulo (CYMBALISTA; XAVIER, 2007; FREITAS, 2012, p. 156). Además, el aumento del coste de los alquileres en las regiones centrales, particularmente en el Brás, ha incentivado el desplazamiento hacia otras regiones de la ciudad. De todos modos, no se trata de trayectorias homogéneas en las que la “puerta de entrada” es siempre el centro de la ciudad y la movilidad la periferia ocurre posteriormente. Además de itinerarios de este tipo, ocurren migraciones directamente a zonas periféricas. No obstante, incluso en esos casos, los barrios centrales continúan siendo la referencia cultural y de sociabilidad para los bolivianos. En definitiva, las dinámicas de la industria de confección impiden que haya una separación de zonas de trabajo y zonas de residencia para los bolivianos y la formación de “guetos étnicos”, dinámicas frecuentes en grandes centros urbanos con poblaciones inmigrantes significativas (VIDAL, 2012, p. 93).

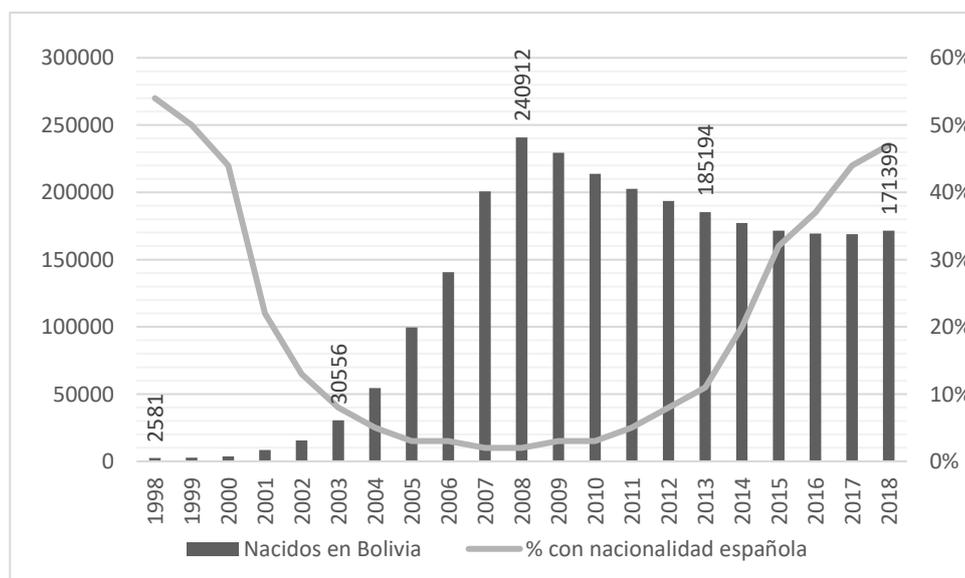
La comunidad boliviana posee en la región central de São Paulo una pluralidad de lugares de referencia, que son también lugares de visibilidad (BERMUDES, 2012). En el barrio de Brás, región que concentra parte importante de la producción y del comercio de la industria de confección, se ubica la calle Coímbra, donde se sitúan algunos de los principales espacios comerciales, de sociabilidad (bares y restaurantes) y de apoyo (las ONG, agencias de viaje, consultorías jurídicas, etc.) dedicados a los migrantes bolivianos y latinoamericanos. En la medida en que aglutina diferentes tipos de servicios e infraestructura, la calle Coímbra (Apéndice F, L-13) puede ser considerada como el “centro boliviano” en São Paulo. También en el barrio de Brás, se organiza la tradicional feria de la madrugada (Apéndice F, D-10), un espacio de comercio, sobre todo informal, que ocupa varias calles del barrio y que se celebra todos los días entre las 1 h y las 7 h. En el barrio Armenia se sitúa, desde 2002, la plaza Kantuta (Apéndice F, D-4), conocida como “la plaza de los bolivianos”, donde se realiza una feria dominical de productos típicos. Este es el principal espacio de sociabilidad de la comunidad boliviana, y organiza eventos deportivos, religiosos y culturales. Ese también es un espacio donde muchas de las ONG, las asociaciones y radios de bolivianos se hacen presentes. Además, la plaza Kantuta es un espacio importante para el reclutamiento de trabajadores para los talleres de costura. Por

último, el Memorial de América Latina (barrio Barra Funda) es un lugar muy valioso para los bolivianos en São Paulo. Es allí donde se hace la Fiesta de las Alasitas y la Fiesta Boliviana “Fe y Cultura”, que celebra la independencia de Bolivia y rinde homenaje a las vírgenes de Copacabana y de Urkupiña. En estos eventos es frecuente la animación por medio de diferentes danzas folclóricas –como las diabladas, caporales, negritas, llamadas, kullawadas, tinkus, tobas, sicuris– que representan y rememoran las relaciones entre indígenas, españoles y africanos (SILVA, 2012, pp. 28-29).

5.2.2 Las migraciones bolivianas para Barcelona

La migración boliviana a España está marcada por el carácter reciente de los flujos que conforman la gran parte de los stocks actuales de inmigrantes. En los últimos veinte años es posible identificar dos momentos principales. Entre 1998 y 2008, la presencia boliviana en España fue multiplicada por 93; ya en los diez años siguientes, hubo una reducción del 28 % de la esa población.

Figura 4 – Nacidos en Bolivia residentes en España y % con Nacionalidad Española – Ambos Sexos, por año (1998-2018)



Fuente: Elaboración propia a partir de datos del INE ESPAÑA, Estadística del Padrón Continuo Poblacional, 2019.

El “boom” de la inmigración boliviana hacia España, particularmente intenso entre 2004 y 2008, ocurrió por la conjunción de varios factores: en Bolivia (las crisis económicas y sociales de Bolivia en el período); en destinos migratorios alternativos (la crisis económica en Argentina y el 11 de septiembre en Estados Unidos); y en España (alto crecimiento económico, particularmente entre 1999 y 2003, y consecuente alta demanda en la construcción civil y en servicios de cuidado).

Dos procesos adicionales contribuyeron al crecimiento exponencial y consistente de los flujos bolivianos. Primero, la retroalimentación generada en el interior de los circuitos migratorios más antiguos. Aunque en poco número, los inmigrantes que llegaron en la década de 1990 cumplieron un papel crucial para posicionar a España como un destino posible y prometedor. El segundo mecanismo ha sido el anuncio de la exigencia, a partir de abril de 2007, del visado de turismo para los bolivianos en todo el espacio Schengen. Esta nueva normativa impactaba de forma directa la estrategia más frecuente de los bolivianos: viajar con el visado de turismo y, una vez en España, buscar trabajo y formas de acceso a los documentos de residencia. La exigencia del visado, que tenía como objetivo la disminución de los flujos de migrantes bolivianos, tuvo como resultado su inverso en el período anterior a la promulgación de la nueva exigencia. Así, se estableció un efecto llamado en el que cerca de 150.000 bolivianos llegaron a España solamente entre 2006 y los primeros meses de 2007 (TAPIA, 2014, p. 21). Se puede presumir, por lo tanto, que todos aquellos que concebían la posibilidad de migrar a España aceleraron tales planes para aprovechar las posibilidades que pronto dejarían de existir (TAPIA, 2010).

En el año 2008 ocurre el ápice de la presencia boliviana, pero también inicia el proceso de su contracción generado por la reducción de los flujos entrantes, por los nuevos requisitos de visado y por los flujos de retorno estimulados por la crisis económica (PARELLA; PETROFF, 2014; 2018). Por nueve años la población de bolivianos en España ha disminuido (una tendencia seguida en todas las regiones del país), lo que ha significado una reducción del 30 % (de 240.912 en 2008 a 168.801 en 2017). Los últimos datos, sin embargo, demuestran una estabilización en cerca de 170.000 bolivianos.

La migración boliviana a España se caracterizó por la dificultad de acceso a los documentos de residencia. Aunque el colectivo ha sido el principal beneficiado del proceso de normalización de 2005, cuando 40.000 bolivianos pudieron regularizar su residencia (MTAS, 2005), la intensidad de los flujos en los años siguientes hizo que el porcentaje de

personas sin papeles de residencia se mantuviera elevado. Una encuesta realizada por la Asociación de Cooperación entre Bolivia y España (ACOBEB) indicó que, del total de 600 entrevistas realizadas con inmigrantes bolivianos en España, el 62,5 % estaban en situación irregular, el 30,7 % estaban regularizados y el 6,8 % estaban en proceso de tramitación de los papeles (ACOBEB, 2007, p. 12). Los datos oficiales de 2008 van en la misma línea al indicar que de los 240.912 nacidos en Bolivia y empadronados en España, el 35 % tenía la tarjeta de residencia y el 2 % tenían nacionalidad española, lo que permite estimar que el 60 % restante estaba sin los documentos para la residencia en España (INE ESPAÑA, 2019). En el transcurso de la última década el número de bolivianos con acceso a la nacionalidad española ha aumentado de forma gradual, lo que tiene impactos relevantes para las dinámicas migratorias y familiares, permitiendo la movilidad circular, el retorno y la remigración, así como facilitando la vida familiar y el mejor usufructo de los recursos de protección en origen y destino (PEDONE; AGRELA ROMERO; GIL ARAUJO, 2012, p. 558). Sin embargo, esto no significa que la dificultad de acceso a los papeles de residencia haya dejado de ser un obstáculo y un desafío, particularmente para aquellos que llegaron durante la crisis española.

En cuanto a los orígenes de los inmigrantes bolivianos, diferentes estudios reconocen la preponderancia de Cochabamba y Santa Cruz (IOE; FERNÁNDEZ, 2010, p.155; LEDO; YEPEZ; LAFLEUR, 2014), una tendencia común a Madrid y Barcelona. En lo que se refiere a los lugares de destino, es posible identificar la metropolización de los flujos migratorios bolivianos, lo que hace que Madrid y Barcelona sean los principales destinos.

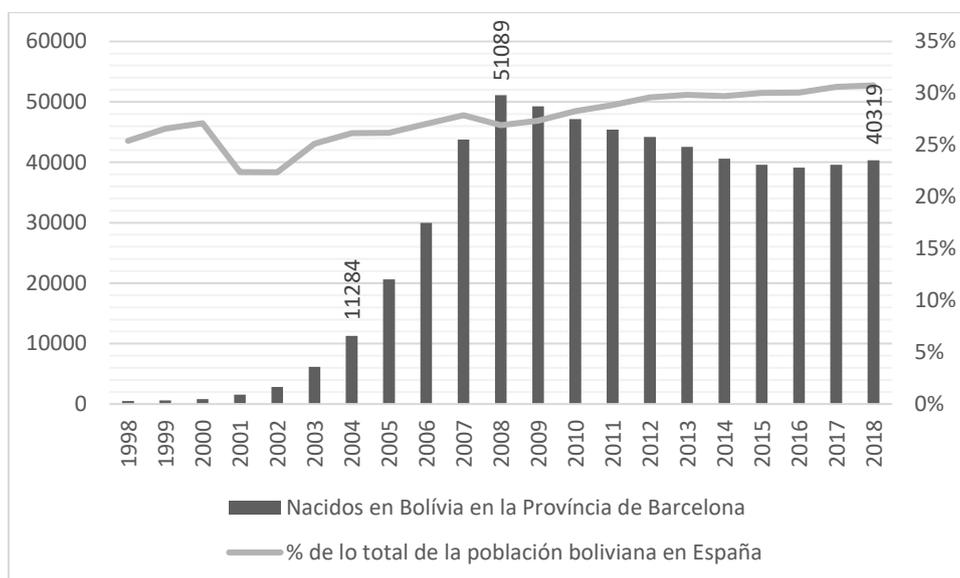
Figura 5 – Distribución de la Población Nacida en Bolivia y Residente en España – por Comunidad Autónoma (2018)



Fuente: Elaboración propia a partir de datos del INE ESPAÑA, Estadística del Padrón Continuo Poblacional, 2019.

La metropolización es una tendencia que viene consolidándose en los últimos años, particularmente en relación al papel ocupado por Barcelona en los itinerarios bolivianos. Así, entre 2002 y 2018 el porcentaje del total de la población boliviana en España que reside en Barcelona pasó del 22 % al 31 %, llegando al número absoluto de 40.319 personas.

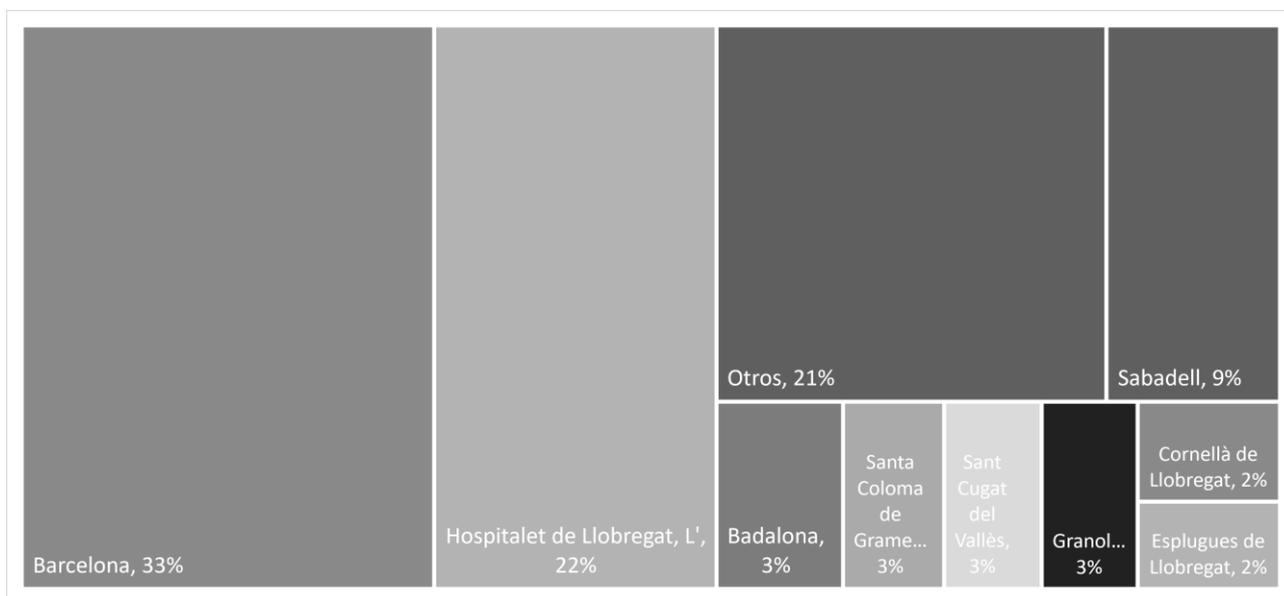
Figura 6 – Nacidos en Bolivia Residentes en la Provincia de Barcelona y % de lo Total de Bolivianos en España – Ambos Sexos, por Año (1998-2018)



Fuente: Elaboración propia a partir de datos del INE España, Estadística del Padrón Continuo Poblacional, 2019.

La presencia de Bolivia en la región metropolitana de Barcelona se caracteriza por su carácter policéntrico. Además de la ciudad de Barcelona, es posible reconocer tres núcleos principales: al suroeste de Barcelona, en las ciudades vecinas de L'Hospitalet de Llobregat (Apéndice D, E-14), Cornellà de Llobregat (Apéndice D, B-15) y Esplugues de Llobregat; al este, en las ciudades de Badalona (Apéndice D, T-4) y Santa Coloma de Gramenet (Apéndice D, Q-4); y en el norte y noroeste, en las ciudades de Badalona, Sant Cugat del Vallès (Apéndice D, C-2) y Granollers (RETTRANS, 2012).

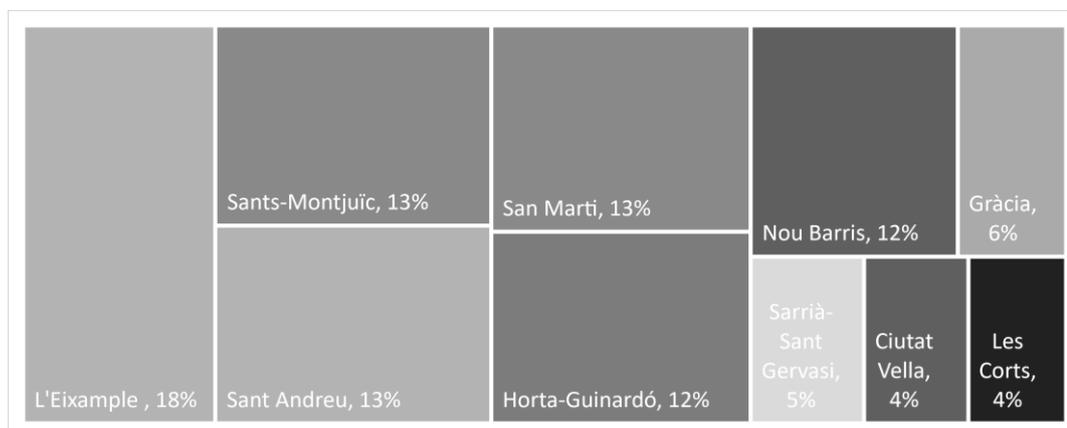
Figura 7 – Distribución de la población con nacionalidad boliviana y residente en la Provincia de Barcelona – ambos sexos, % por municipio (2017)



Fuente: Elaboración propia a partir de datos del INE España, Estadística del Padrón Continuo Poblacional, 2019.

En la Figura 7, a diferencia de los datos anteriormente presentados, fueron considerados solamente los bolivianos que poseen exclusivamente la nacionalidad boliviana. A pesar de que este dato no es totalmente preciso, permite dar una idea de la distribución poblacional en las diferentes ciudades de la provincia de Barcelona. En el caso específico de Barcelona, la población con nacionalidad boliviana se caracteriza por una importante dispersión poblacional, tal como se muestra en la figura siguiente.

Figura 8 – Distribución de la población con nacionalidad boliviana y residente en el Municipio de Barcelona – ambos sexos, por distrito (2017)

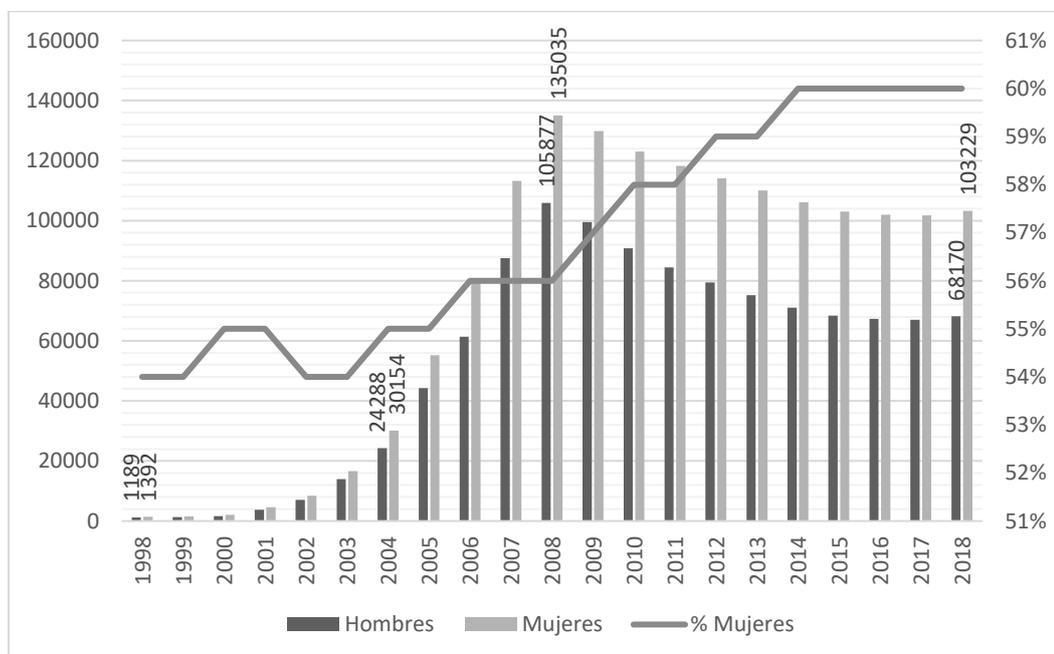


Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Ayuntamiento de Barcelona (2017) y del INE ESPAÑA, Estadística del Padrón Continuo Poblacional.

La interpretación de la Figura 8 debe considerar los diferentes tamaños de los distritos, algo particularmente relevante para el análisis de la presencia boliviana en el populoso distrito de L'Eixample. La dispersión no eximió a los bolivianos de buscar construir espacios propios de referencia. En lo que concierne a los restaurantes, comercios y bares es particularmente relevante la zona este del distrito de Sants-Montjuïc y las regiones del Badal y Collblanc ubicadas en Hospitalet de Llobregat. En cuanto al ocio de fin de semana, es significativa la zona del Gornal (Apéndice D, F-15). Las festividades bolivianas, especialmente el carnaval y la fiesta de la independencia, cumplen un papel crucial en las sociabilidades y en la visibilidad del colectivo en Barcelona.

Uno de los motivos que explica la metropolización de los flujos migratorios bolivianos hacia España es el hecho de que en los núcleos urbanos populosos hay mayor demanda para los trabajos de cuidado. Por esta razón la metropolización conlleva, también, una feminización de los flujos migratorios. En consecuencia, si en el ámbito nacional la proporción de mujeres en el colectivo boliviano es del 60 %, esa magnitud aumenta cuanto más urbana es la escala considerada: en la provincia de Barcelona ellas representan el 61 %, ya en el municipio de Barcelona esa proporción llega al 63 % (INE ESPAÑA, 2019).

Figura 9 – Nacidos en Bolivia residentes en España y porcentaje de mujeres con relación a la población total – por año y sexo (1998-2018)



Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Ayuntamiento de Barcelona y del INE ESPAÑA, Estadística del Padrón Continuo Poblacional, 2019.

Los datos de 2014 demuestran que el promedio de edad de la población con nacionalidad boliviana en el municipio de Barcelona era de 33 años, siguiendo las tendencias nacionales en que el promedio ha sido de 32 años (INE ESPAÑA, 2014). Los resultados encontrados por Ledo, Yezpez y Lafleur con relación a la población de origen Cochabambina en España resaltan, en el mismo sentido, que la gran mayoría de los inmigrantes está en edad productiva y reproductiva (LEDO; YEPEZ; LAFLEUR, 2014, p. 35). Esta característica justifica el énfasis dado a la interfaz entre la feminización de las migraciones bolivianas hacia España y su segmentación laboral. Mientras la mayoría de las mujeres fueron empleadas en trabajos de cuidado, los hombres, generalmente, ocuparon puestos en el sector de la construcción civil. Según datos de la OIM de 2011, el porcentaje de bolivianos en trabajos de cuidado en España era de 58 % y en la construcción civil de 20 %, números que se aproximan a la distribución de género del colectivo (OIM, 2011, p. 37). Los datos del RETTRANS (2013), con relación a los bolivianos en Madrid y Barcelona, siguen la misma

tendencia, con el 49,7 %, que trabaja en servicios domésticos y/o de limpieza, el 15,2 % en la construcción y el 10,6 % en hostelería.

La segmentación laboral por género hace que las variaciones de la composición sexual de la población resulten, en gran medida, de las fluctuaciones de los sectores productivos. Por lo cual, el proceso de feminización de las dos últimas décadas se ha acelerado a partir de la crisis española, cuando las pérdidas en el sector de la construcción civil impulsaron el retorno de los hombres bolivianos. El sector de cuidados ha sido comparativamente poco afectado por la crisis, lo que no significa, sin embargo, que la crisis no haya afectado a las mujeres. Cada vez más ellas se han convertido en las principales o únicas proveedoras de las familias y han acumulado múltiples responsabilidades productivas y reproductivas, incluso a distancia (PARELLA, 2012). En ese sentido, la feminización de las migraciones bolivianas hacia España no se limita a su carácter cuantitativo, sino que tiene sentidos cualitativos trascendentales. Diferentes estudios hacen hincapié en cómo las mujeres migran en calidad de pioneras de un proyecto migratorio de carácter familiar, aunque algunas lo hacen movidas por motivaciones propias. La feminización de la migración transforma y reorienta las relaciones conyugales y materno-filiales, con fuertes implicaciones en términos de desigualdades, así como de acceso a los recursos de protección social (PEDONE, 2008; LEDO, 2014; PARELLA, 2012; PARELLA; OSO, 2012).

Las barreras burocráticas y el retorno de hombres por falta de trabajo se suman a existencia de estrategias deliberadas de dispersión transnacional de las familias, creando un escenario en que las migraciones bolivianas presentan mayor incidencia de división familiar que otros colectivos migrantes. Esa ha sido la conclusión de Cerruti y Maguid (2010, p. 35) al comparar los bolivianos con los argentinos, colombianos y ecuatorianos en España. De igual manera, la encuesta del proyecto RETTRANS (2012) indica que, del total de los bolivianos en Madrid y Barcelona, un 63,4 % señala tener un hijo o más residiendo en Bolivia (o en un tercer país). De forma contradictoria, el papel central de las mujeres llevó, por una parte, a la visibilización de los proyectos migratorios como esencialmente familiares (PEDONE, 2011), y, por otra parte, apalancó numerosos estigmas, tanto en Bolivia como España, de la “mujer migrante que abandona a sus hijos y familia” (PEDONE; AGRELA ROMERO; GIL ARAUJO, 2012, PEDONE; GIL ARAUJO, 2008).

5.3 TESITURAS DE LA PROTECCIÓN SOCIAL EN BOLIVIA, SÃO PAULO Y BARCELONA

Los contenidos que la movilidad toma en términos de protección social dependen en gran medida de las configuraciones y condiciones institucionales en las diferentes escalas que atraviesan los itinerarios migratorios. Los contrastes, complementariedades y similitudes entre origen y destino marcan, en gran medida, las prácticas transnacionales. Así, y tal como demuestran las prácticas ancestrales y contemporáneas de la movilidad boliviana, la dispersión espacial y las conjunciones entre movilidad e inmovilidad son cruciales. Habiendo dicho esto, en esa sección presentaremos la situación de la protección social formal en Bolivia, São Paulo y Barcelona. La foto desarrollada en esta sección es producto de una lente gran angular, lo que hace que muchas especificidades y detalles no sean capturados. La ausencia de datos sistemáticos y comparables en escalas subnacionales, por una parte, y la dimensión y complejidad del tema en pauta, nos impulsa a adoptar una visión más amplia, algo que será suplido durante los capítulos de la parte III de esta tesis, en que serán construidos muchos de los matices de los procesos aquí introducidos.

5.3.1 Contextos sociodemográficos y gasto social

Los sistemas de protección social emergen en gran medida con el fin de hacer frente a las consecuencias multidimensionales de la privación material. La comparación entre los contextos socioeconómicos de Bolivia, Brasil/São Paulo y España/Barcelona revela más diferencias que similitudes, tal como se puede recoger en el cuadro abajo.

Cuadro 7 – Indicadores seleccionados del contexto económico, sociodemográfico -
por unidad geográfica (1997-2017)

<i>País</i>	Bolivia			Brasil*			España†		
<i>Año</i>	1997	2007	2017	1997	2007	2017	1997	2007	2017
<i>Indicador</i>									
% de la población con US\$ 1,90 por día‡	19,3%	12,4%	5,8%	14,0%	6,8%	4,8%	-	0,4%	1% (2015)
RNB per cápita§	US\$ 960	US\$ 1240	US\$ 3130	US\$ 5010	US\$ 6160	US\$ 8600	US\$ 15830	US\$ 29920	US\$ 27180
IDH	0.580 Medio	0.631 Medio	0.693 Medio	BR: 0.664 Medio	BR: 0.705 Alto	BR: 0.759 Alto	ES: 0.810 Muy alto	ES: 0.853 Muy alto	ES: 0.891 Muy alto
				SP: 0.733 Alto (2000)	SP: 0.805 Muy alto (2010)	-	BCN: 0,932 Muy alto	BCN: 0,962 Muy alto	-
GINI¶	58.2	54.5	44	59.8	54.9	53.3	-	32.4 (2008)	34.1
IDHD#	-	-	0.514	-	-	0.578	-	-	0.754

* BR hace referencia a Brasil y SP al municipio de São Paulo.

† ES hace referencia a España y BCN a la provincia de Barcelona

‡ Considerando la Paridad de Poder Adquisitivo (PPA) de 2011

§ Renta Nacional Bruta per cápita, Método Atlas (valor actual en US\$)

|| Índice de Desarrollo Humano, nueva metodología, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD)

¶ Coeficiente de Gini, donde 0 se corresponde con la perfecta igualdad (todos tienen los mismos ingresos) y donde el valor 1 se corresponde con la perfecta desigualdad (una persona tiene todos los ingresos y los demás ninguno).

Índice de Desarrollo Ajustado por la Desigualdad, captura el IDH de la persona promedio de una unidad geográfica, PNUD.

Fuente: Elaboración propia a partir del PNUD, 2018

La proporción de personas por debajo de la línea de pobreza en Bolivia es cerca de seis veces mayor que en España, al mismo tiempo que la Renta Nacional Bruta es cerca de 1 décima de la existente en el país ibérico. Si se compara con Brasil, estas diferencias son considerablemente menores, aunque profundas. El Índice de Desarrollo Humano sintetiza, en cierto modo, los contextos existentes en las tres unidades geográficas en análisis. Sin

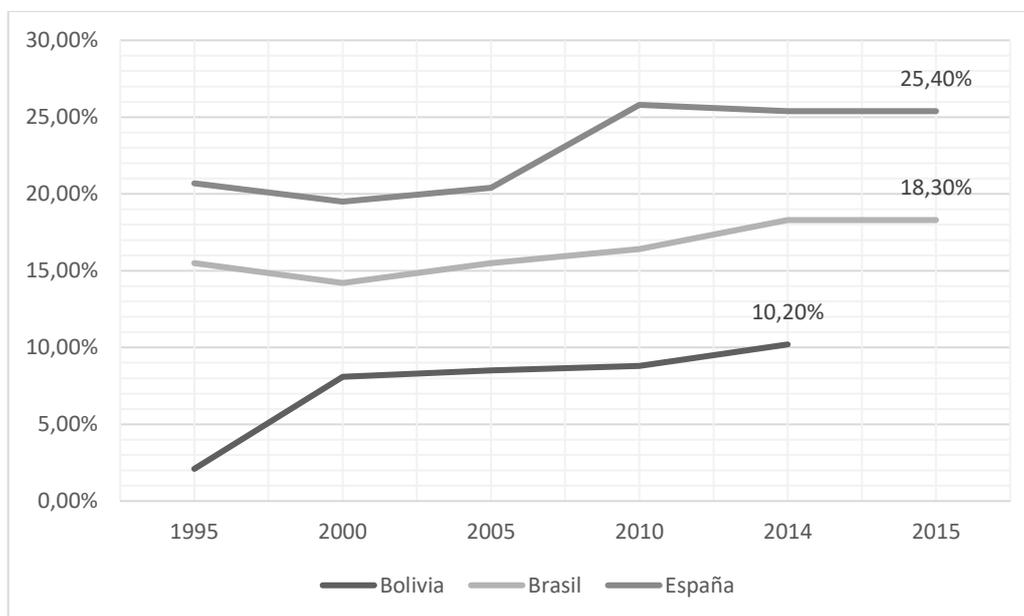
embargo, las situaciones son más heterogéneas y multifacéticas, y es particularmente significativo el impacto de las desigualdades en ese panorama.

En el caso brasileño, en general, y en la megametrópolis paulista, en particular, es posible reconocer profundas discrepancias intraterritoriales. Si tomamos, a título de comparación, dos distritos en los que la población boliviana se hace presente, eso queda evidente: mientras que en Tatuapé, la expectativa de vida es de 78 años, la esperanza de años de estudio es de 10,73 años y el ingreso per cápita es de US\$ 1290; en el distrito de Guaianases la expectativa es que se viva cuatro años menos, se estudie medio año menos y que se tenga una renta un 54% menor (IBGE, 2010; Apéndice G). En ese sentido, el Índice de Desarrollo Ajustado por la Desigualdad, que captura el IDH de la persona promedio de una determinada geográfica, demuestra cuán desigual es la distribución del desarrollo humano en Brasil.

En el caso boliviano, las desigualdades ocupan, también, una posición central para una reflexión de la pobreza. De especial importancia son las diferencias entre la zona urbana y la rural. Según datos del PNUD de 2017, la pobreza rural en Bolivia llegó a uno 17%, cerca de tres veces más que la existente en las zonas urbanas. Una de las razones de esta discrepancia es la ausencia o debilidad de la infraestructura existente en las zonas rurales, algo expresado en el hecho de que el 20,9% de la población rural no tenía acceso a electricidad en 2016 (PNUD, 2018). Las desigualdades territoriales internas a España, a pesar de ser considerables, no corresponden a la misma magnitud de las observadas en Bolivia y Brasil.

En este escenario, es vital el cuestionamiento sobre cuáles son las reacciones estatales frente a las situaciones de pobreza y desigualdad. El “esfuerzo de bienestar”, manifiesto por el gasto público en esferas sociales, como la seguridad social, educación y salud, se expresa en la figura siguiente.

Figura 10 – Gasto social con relación al PIB (1995-2015)



Fuente: Elaboración propia a partir del ILOSTAT, 2019

El período de 20 años capturado por el gráfico demuestra tendencias importantes. En primer lugar, un crecimiento constante del gasto social de Bolivia y Brasil a partir de los años 2000. En el caso brasileño ese fue un período de aumento de políticas sociales, representado particularmente por el programa Bolsa Familia y de expansión de la inversión en educación, especialmente la superior. En el caso boliviano hubo un aumento general del gasto considerable, con una ampliación de la cobertura de la protección social, especialmente con foco en grupos vulnerables (personas mayores, niños y mujeres gestantes). Por fin, en España hubo un aumento gradual del gasto social entre el año 2000 y 2005. Con la posterior crisis económica, el gasto social ha tomado mayor dimensión en comparación al PIB y, en los últimos años, se ha estabilizado en torno al 25 % del PIB.

5.3.2 Trabajo y seguridad social

La estructura de los mercados de trabajo y la existencia de protecciones contributivas y no contributivas son aspectos fundamentales de las tesituras de la protección social. Como se puede visualizar en el cuadro siguiente, cada una de las unidades geográficas en análisis presentan atributos diferenciados en lo que concierne a los principales indicadores de trabajo:

Cuadro 8 – Indicadores seleccionados del trabajo y renta por unidad geográfica

	Bolivia	Brasil	España
% de participación en la fuerza de trabajo (2017)	♂ 79,9 % ♀ 55,2 %	♂ 74,7 % ♀ 53,2 %	♂ 63,8 % ♀ 52,2 %
Tasa de dependencia (población entre 0-14 y 65+ por 100 personas entre 15-64) (2017)	0-14 años: 51,3 65+ años: 10,9	0-14 años: 31,2 65+ años: 12,3	0-14 años: 22,3 65+ años: 29,5
Desocupación (promedio anual)	5,2 % (2007) 3,1 % (2017)	BR: 6,2 % (2007); 12,8 % (2017) SP: 11 % (2007); 14,2 % (2017)	ES: 8,2 % (2007); 17,2 % (2017) BCN: 6,3 % (2007); 12,1 % (2017) [¶]
Trabajo informal	77 % (2017) [*]	38 % (2015) [*]	3,2 % (2014) [†]
Salario mínimo mensual determinado por ley (2019) [§]	Bs 2060 / US\$ 298 48 horas semanales 13-14 pagas anuales	R\$ 998 / US\$ 250 44 horas semanales 13 pagas anuales	900 €/ US\$ 1022 40 horas semanales 14 pagas anuales
Renta mensual media per cápita [‡]	2004: US\$ 277,90 2014: US\$ 433,42	2004: US\$ 393,62 2014: US\$ 619,33	2004: US\$ 1053,93 2014: US\$ 1084,13
Trabajadores con remuneración por debajo de US\$ 3.10 por día [‡]	9,7 % (2017)	6,4 % (2017)	-

* Trabajo informal no agrario

† Empleo no declarado

‡ Considerando la Paridad de Poder Adquisitivo (PPA) de 2011

§ Considerando la tasa de conversión de marzo de 2019

^{||} BR hace referencia a Brasil y SP a la región metropolitana de São Paulo. Los datos de desocupación para Brasil y São Paulo de 2007 forman parte de la Encuesta Nacional de Empleo - PNE (IBGE); los datos de 2017 forman parte de la Encuesta Nacional por Muestra de Domicilios Continua - PNAD (IBGE)

[¶] ES hace referencia a España y BCN a la provincia de Barcelona

Fuente: Elaboración propia desde el ILOSTAT, 2019; INE ESPAÑA, 2019; y IBGE, 2007; 2019

Muchos son los aspectos que pueden ser destacados de los indicadores presentados. En primer lugar, la tendencia de que la población dependiente esté formada, más frecuentemente, de niños y adolescentes en Bolivia y Brasil, y de personas mayores, en España. Segundo, la articulación entre baja tasa de desocupación y alta informalidad en el caso boliviano. En Brasil y en São Paulo la desocupación es más alta, pero la informalidad es comparativamente más baja. En España, a su vez, la desocupación es más alta y la

informalidad es mucho menor y tiende a tomar casi que exclusivamente la forma de empleo no declarado (“trabajo en negro”), a diferencia del caso de Brasil y Bolivia donde el trabajo por cuenta propia es frecuente. La informalidad es un elemento crucial para pensar acerca de los sistemas de protección, en la medida en que es el trabajo que permite el acceso a gran parte de los recursos de protección, sobre todo en lugares en que las prestaciones no contributivas son débiles, como Bolivia. El tercer aspecto expresado en el cuadro hace referencia a los contrastes con relación a la renta. Es posible visualizar diferencias sustanciales en las rentas medias entre los países y la alta presencia, tanto en Bolivia y en Brasil, de trabajos con baja remuneración (menos de US\$ 3,10 por día). En el caso boliviano, sin embargo, es posible percibir una tendencia de aumento de los salarios reales (CANAVIRE-BACARREZA; RIOS-ÁVILA, 2017).

La forma más difundida de protección social vinculada al trabajo son las prestaciones por edad. Los tres países poseen formas contributivas y no contributivas del beneficio:

Cuadro 9 – Programas de prestaciones por edad - contributivas y no contributivas

	Tipo de programa y año de implementación	Edad de elegibilidad	Financiación	Acceso de migrantes*
Bolivia	Cuenta individual obligatoria con pensiones solidarias (1949)	♂: 55 / ♀: 50	Empleado, empleador y gobierno	Emigrantes solo tienen acceso si han contribuyente cuando residentes en Bolivia
	Pensión universal no contributiva (1997)	♂: 60 / ♀: 60	Gobierno	Emigrantes no tienen acceso
Brasil	Seguro Social (1923)	♂: 65 (urbano) 60 (rural) / ♀: 60 (urbano) 55 (rural)	Empleado, empleador (excepto los trabajadores rurales) y gobierno	Trabajadores inmigrantes con residencia regularizada tienen acceso
	Pensión no contributiva – “Beneficio de Prestação continuada” (1996)	♂: 65 / ♀: 65	Gobierno	Inmigrantes con residencia regularizada tienen acceso
España	Seguro Social (1919)	♂: 65 / ♀: 65	Empleado, empleador y gobierno	Trabajadores inmigrantes con residencia regularizada tienen acceso
	Pensión no contributiva (1996)	♂: 65 / ♀: 65	Gobierno	Trabajadores inmigrantes con residencia regularizada tienen acceso

* Para el caso de Bolivia se considera a los emigrantes (personas que nacieron en Bolivia y viven en otro país) y en el caso de Brasil y España se consideran los inmigrantes (personas que nacieron en el extranjero)

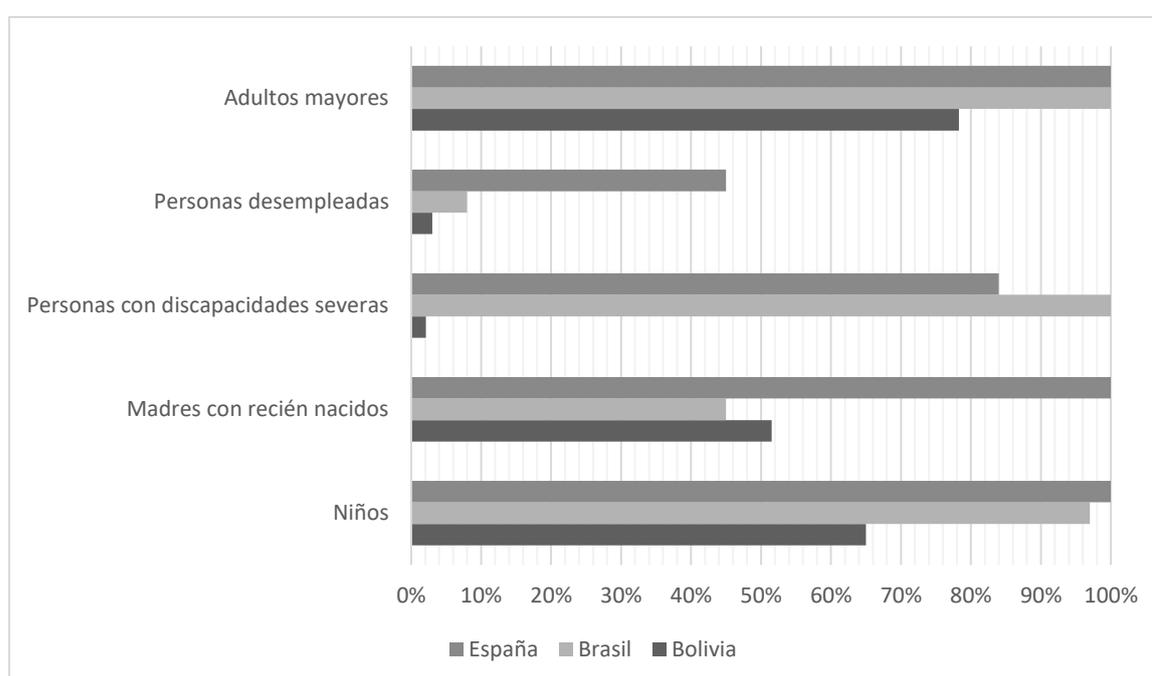
Fuente: Elaboración propia desde el ILOSTAT, 2019 y OIT, 2017.

Aunque los tres países tienen pensiones contributivas y no contributivas, los valores y la cobertura de los beneficios varían considerablemente. La informalidad es un elemento clave para pensar esos aspectos, en la medida en que cuanto mayor la informalidad, menor es el acceso a pensiones contributivas y, por lo tanto, mayor es la necesidad de recurrir a pensiones no contributivas que se caracterizan por su bajo valor, particularmente en Bolivia y Brasil. En lo que concierne al acceso de los migrantes a esos beneficios, es interesante notar que, tanto en Brasil como en España, los trabajadores migrantes con residencia regularizada pueden acceder a las pensiones no contributivas y, en caso de que tengan tiempo

de contribución suficiente, a las pensiones contributivas. Por último, cabe resaltar que los tres países han firmado el Convenio Multilateral Iberoamericano de Seguridad Social que permite la portabilidad de las prestaciones y de los tiempos de contribución.

En relación con las prestaciones dirigidas a los grupos vulnerables –como la protección de la maternidad, prestaciones de desempleo, prestaciones de discapacidad y las pensiones de vejez– la situación es diversa en los tres países:

Figura 11 – Cobertura efectiva de la asistencia social para grupos vulnerables*



* La OIT define “asistencia social” como todas las transferencias monetarias no contributivas que se financian con cargo a los impuestos o con otros recursos (distintos del seguro social).

Fuente: Elaboración propia desde el ILOSTAT, 2019 y OIT, 2017.

Las prestaciones para grupos vulnerables tienen como objetivo garantizar un mínimo de protección para aquellos que no disponen, de forma permanente o provisional, de medios para acceso a renta. Bolivia ha desarrollado mecanismos de protección específicos para niños, madres con recién nacidos y adultos mayores. Sin embargo, la cobertura para las personas desempleadas y las personas con discapacidad es muy baja. En Brasil, la configuración de la cobertura es distinta, siendo las mayores lagunas de protección vinculadas a las personas desempleadas y a las madres con recién nacidos. Por último, en el caso español existe cobertura integral para todos los grupos, con excepción de los desempleados donde la cobertura es de uno 45 %. Sin embargo, cabe resaltar que, mientras

que en Brasil y en España, la tendencia es de una estabilización y hasta regresión de esos números, en el caso boliviano hubo, en los últimos años, un esfuerzo de ampliación.

5.3.3 Salud y sistemas sanitarios

En lo que se refiere a la atención sanitaria, la situación negativa de Bolivia es más contundente, si comparamos a otros componentes de la protección social formal. Tal como se percibe en cuadro de abajo, en todos los indicadores seleccionados, con excepción de la tasa de homicidios, Bolivia presenta peores resultados que Brasil, que, por su parte, exhibe indicadores generales que lo alejan de la situación de la salud en España.

Cuadro 10 - Indicadores seleccionados - Últimos datos disponibles (2007-2017)

Indicador	Bolivia	Brasil[†]	España[‡]
Expectativa de vida saludable al nacer (2016)	♂ 66.7 ♀ 71.7	♂ 71.9 ♀ 79.1	♂ 80.1 ♀ 85.7
Gasto per cápita en salud (2015)	US\$ 197	US\$ 780	US\$ 2354
Cobertura legal de los servicios públicos de salud (2011-2017)	24%	100%	100%
Cobertura del acceso universal a salud - UHC (2015) *	60%	77%	77%
Proporción de la población que utiliza servicios de saneamiento seguros (2015)	19%	BR: 39% SP: 92,6%	97%
Densidad de camas hospitalarias (por cada 10.000 personas) (2013-2017)	11	BR: 22 SP: 34	ES: 30 BCN: 51
Densidad de médicos (por cada 10.000 personas) (2007-2017)	4,7	18,5	38,7
Porcentaje de desnutrición en niños menores de cinco años (2010-2016)	16,1%	7,1%	-
Porcentaje de mujeres casadas o en unión estable en edad reproductiva que tuvieron sus necesidades de planificación familiar satisfechas por métodos modernos (2007-2017)	42,8%	89,3%	-
Tasa de embarazo en la adolescencia (por cada 1.000 mujeres de 15 a 19 años) (2012-2016)	71	60,8	7,7
Mortalidad materna (por 100.000 nacimientos vivos) (2015)	206	44	5
Proporción de nacimientos atendidos por personal cualificado (2007-2017)	90%	99%	-
Mortalidad infantil (por mil nacimientos) (2016)	36,9	BR: 15,1 SP: 11,12	ES: 3,3 BCN: 2,1
Incidencia de Tuberculosis (cada 100.000 personas) (2016)	114	42	10
Probabilidad de muerte de enfermedad cardiovascular, diabetes, cáncer y enfermedad respiratoria crónica entre 30 y 70 años (2016)	17,2	16,6	9,9
Mortalidad debido a la contaminación en el aire (cada 100.000 personas) (2016)	63,7	29,9	9,9
Mortalidad debido al acceso al agua no segura (cada 100.000) (2016)	5,6	1	0,2
Mortalidad debido a la intoxicación no intencional (cada 100.000 personas) (2016)	2,0	0,2	0,2
Muerte por desastres (por cada 100.000 personas) (entre 2012-2016)	0,4	<0,1	<0,1
Mortalidad por homicidios (a cada 100.000) (2016)	14,1	31,3	0,7

* % de personas que reciben los servicios de salud que necesitan, incluida la salud. iniciativas diseñadas para promover una mejor salud (como las políticas antitabaco), prevenir enfermedades (como vacunas) y para proporcionar tratamiento, rehabilitación y cuidados paliativos (como el cuidado al final de la vida) de calidad suficiente para ser eficaz y al mismo tiempo garantizar que el uso de estos servicios o expone al usuario a dificultades financieras (OMS, 2015, p. 7)

† BR hace referencia a Brasil y SP al municipio de São Paulo

‡ ES hace referencia a España y BCN a la provincia de Barcelona

Fuente: Elaboración propia desde el OMS, 2019 y FUERTES, 2016

Bolivia tiene uno de los peores conjuntos de indicadores en salud de América Latina (OMS, 2019). En comparación con los otros países de la región, son particularmente negativos los datos de mortalidad materna e infantil, por acceso a agua no segura y debido a “enfermedades no comunicables” (enfermedades cardiovasculares, diabetes, cáncer y enfermedades respiratoria). Dos son las razones que llevan a esa situación y que están en contraste con el panorama existente en Brasil y España.

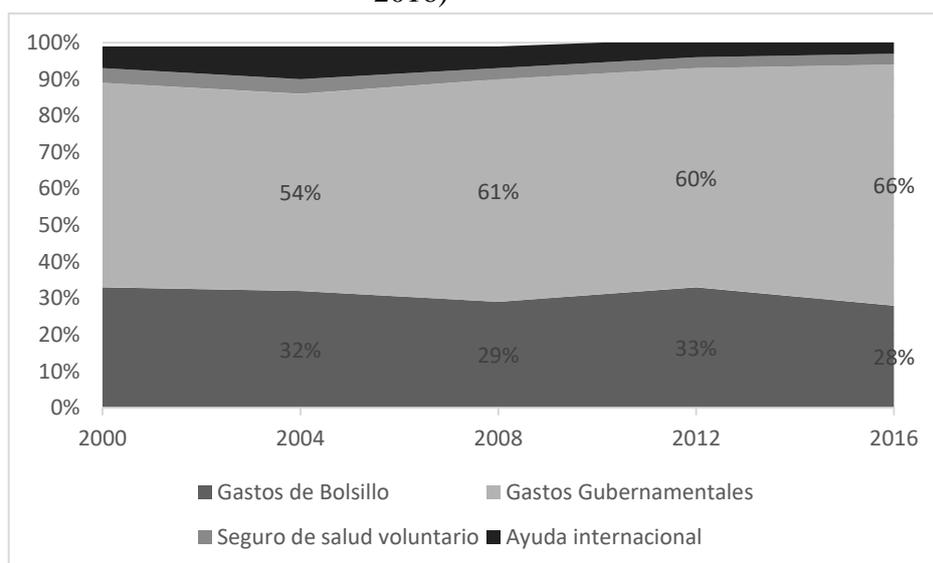
La primera de ellas es la fragilidad de la infraestructura sanitaria en general y, especialmente, en las zonas rurales. En el año 2015, solo el 27 % de las residencias en las zonas rurales poseía acceso a servicios básicos de saneamiento, mientras que en la zona urbana ese número llegaba al 64 %, un valor más alto, pero si lo comparamos internacionalmente es considerado bajo. En el caso brasileño, el 91 % de las propiedades urbanas y el 58 % de las rurales tienen acceso a servicios básicos de saneamiento y en España estos dos valores llegan al 100 % (OMS, 2019). La mayor mortalidad en catástrofes, por intoxicación no intencional y por acceso no segura al agua, son consecuencias directas de la falta de infraestructura, pero las implicaciones indirectas son de amplio espectro, alcanzan todos los indicadores de salud y llegan a otros sectores de la protección social. De hecho, Ledo y Soria indican que se estima que en 2008 la necesidad de los niños de recolectar agua dificultaba la frecuencia escolar en al menos el 6 % de las residencias rurales (LEDO, SORIA, 2011).

La segunda razón para los indicadores negativos de Bolivia en salud es la existencia de un sistema de atención sanitario formado por tres modalidades de cobertura: la seguridad social fundamentada en el empleo que cubre cerca del 20 % de la población; los seguros públicos, unificados en 2014 en la ley de prestaciones de servicios de salud integral, focalizados en grupos vulnerables (niños, ancianos, mujeres embarazadas y discapacitados), que cubren cerca del 30 % de la población; y seguros privados que cubren a la población de altos ingresos.

Giovanella y Almeida estiman, así, que cerca del 50 % de la población boliviana está excluida del acceso a alguna forma de seguro de salud, particularmente a los pobres, desempleados, desocupados y trabajadores informales (GIOVANELLA; ALMEIDA, 2017, p. 9). Esta característica del sistema sanitario boliviano es compartida por gran parte de los países de América Latina, con pocas excepciones como Brasil, Costa Rica, Cuba y Argentina (BASCOLO; HOUGHTON; RIEGO, 2018). La baja cobertura del sistema de salud pública

implica una mayor magnitud de los gastos de bolsillo⁴⁸, y así la evolución de la composición del financiamiento de la salud en Bolivia es la siguiente:

Figura 12 – Evolución de la composición del financiamiento de la salud – Bolivia (2000 – 2016)



Fuente: OMS, 2019

Una de las principales consecuencias de la alta magnitud de los gastos de bolsillo es el compromiso del ingreso de las familias. Fuertes (2016) estimó que, a partir de datos de 2011, el 6,8 % de las unidades familiares en Bolivia tenían “gastos catastróficos en salud”, o sea, gastaban más del 40 % de su presupuesto no alimentario en salud. El promedio del gasto en salud de las familias en esa situación ha sido del 41,5 %. No hay duda de que los gastos catastróficos en salud son un mecanismo impulsor de los flujos migratorios a partir de Bolivia, particularmente aquellos que ocurren con pocos recursos y planificación.

En los últimos años, sin embargo, el sistema de salud de Bolivia viene pasando por transformaciones significativas. Esto se expresa en el aumento proporcional y absoluto de la inversión en salud, a pesar de que la inversión per cápita sigue siendo relativamente baja. La tendencia es la de un aumento considerable a partir de este año, en la medida en que el gobierno de Evo Morales promulgó, en febrero de 2019, la creación del Sistema Único de Salud boliviano. Este nuevo sistema representaría una transición de un sistema basado en

⁴⁸ La OMS define “los pagos de bolsillo” como los pagos directos realizados por individuos a proveedores de atención médica en el momento del uso del servicio, lo que excluye así cualquier pago anticipado.

seguros sociales y acciones focalizadas en grupos vulnerables para un sistema universal de salud. La forma efectiva de realización de ese plan y sus resultados demandaran evaluaciones continuas en los próximos años.

En el caso de Brasil y España, los sistemas sanitarios se caracterizan por la universalidad y gratuidad, lo que permite que el 100 % de la población esté legalmente cubierta. Sin embargo, según datos de 2015 de la OMS (2019), la cobertura real en ambos países es del 77 %. Este valor se construye al considerar la calidad, cobertura de servicios de salud esenciales y cobertura financiera, no limitando el análisis, así, a los niveles de coberturas presentes en las normativas, sino a los niveles efectivos. La articulación entre desigualdad social y limitaciones en la atención sanitaria hace que en Brasil cerca del 20 % de la población recurra a un seguro privado, a pesar del acceso al sistema público.

El carácter universal de los sistemas de salud en Brasil y España garantiza el acceso de los inmigrantes. Sin embargo, en el caso español la reforma sanitaria de 2012 creó la posibilidad de que las Comunidades Autónomas no permitieran el acceso de inmigrantes sin permisos de residencia. Este dispositivo ha sido revisado en 2018 y el acceso ha sido facilitado otra vez. En el caso brasileño, el acceso de los inmigrantes al sistema sanitario, sin importar su situación administrativa, ya estaba garantizado por la Constitución de 1988, ha sido ratificado por los tribunales constitucionales y forma parte de la nueva ley de inmigración de 2017.

5.3.4 Sistema educacional

En lo que concierne a la educación, es posible reconocer que Bolivia y Brasil presentan lagunas importantes y, por lo tanto, no exhiben indicadores tan contrastantes como los de salud. No obstante, la situación de esos países latinoamericanos es particularmente negativa si comparados con España que, a su vez, tiene peores resultados que los países de Europa Occidental.

Cuadro 11 – Indicadores seleccionados de la educación, por país

	Bolivia	Brasil	España
Gasto en educación como % del gasto público total (2014)	16,8%	15,7 %	9,5 %
Años de escolaridad esperados (2017)	14	♂ 14,9 ♀ 15,9	♂ 17,5 ♀ 18,2
Tasa neta de matrícula ajustada, secundaria inferior, ambos sexos (2016)	70%	84 %	94 %
Media de años de escolaridad (2017)	♂ 9,7 ♀ 8,2	♂ 7,7 ♀ 8	♂ 10 ♀ 9,7
Tasa de alfabetismo (2006-2016)	92,5 %	91,7 %	98,3 %
Población con al menos alguna educación secundaria (+ 25 años) (2016)	58,2 %	60%	74,8 %
Razón alumno / docente en educación secundaria (2016)	20	16	11

Fuente: Elaboración propia a partir del BANCO MUNDIAL, 2019

Como se puede ver en el Cuadro 11, Bolivia y Brasil presentan muchos indicadores similares, resultantes de sistemas de educación pública que se caracterizan por desigualdades en la calidad de la educación y en la tendencia a la precariedad en la infraestructura de las escuelas, así como en múltiples obstáculos para la carrera docente. La relativa baja cobertura de la enseñanza secundaria en estos países, así como el alto número de alumnos por docente, indican brechas importantes.

Al analizar los indicadores de educación es fundamental considerar otras dinámicas sociales que están directamente vinculadas. Ese es el caso de la incidencia de trabajo infantil y del embarazo de adolescentes. En relación al primero de estos aspectos, según datos del proyecto "Understanding Children's Work", en 2015, el 13,9 % de los niños entre 7 y 14 años en Bolivia estaba trabajando. En el caso brasileño, la estimación de la proporción de niños y adolescentes (entre 7 y 17 años) trabajando era de 7,5. En lo que se refiere al embarazo en la adolescencia (niñas entre 15 y 19 años), según datos de 2015, la tasa en Bolivia es de 71 embarazos por cada 1000 mujeres y en Brasil es del 60,8 (OMS, 2019). Para tener una comparación, esos mismos datos para el caso español es del 7,7 (OMS, 2019). En el caso de Bolivia es muy intensa la desigualdad de género con relación a la escolaridad, haciendo que las mujeres estén, en promedio, un año y medio menos en la escuela. Además,

las desigualdades con relación a las diferentes regiones del país también son relevantes, y existe una concentración de las unidades educativas en las zonas urbanas (JEMIO, 2014). De esta forma, son las mujeres, particularmente en las zonas rurales, quienes tienden a tener mayores dificultades en el acceso y permanencia a la educación y, por lo tanto, presentan no solo menos años de estudio, sino también una mayor tasa de analfabetización.

En relación al gasto público en educación es posible reconocer, en Brasil, un aumento progresivo en la década entre 2004 y 2014, pasando del 3.9 % al 6,2 % del PIB. En el caso boliviano el crecimiento de inversiones también ocurrió, pasando del 6,3 % al 7,2 % entre 2003 y 2014, un aumento considerable al tener en cuenta el crecimiento significativo del PIB boliviano en el período (BANCO MUNDIAL, 2019). En el caso español, el gasto público en educación se mantuvo en cerca de 4 % y 4,5 % del PIB en la última década (BANCO MUNDIAL, 2019). En lo que se refiere al financiamiento, las enseñanzas primarias y secundarias son gratuitas en los tres países, y se complementan con unidades educativas privadas o convenidas; ya la enseñanza superior pública es pagada en España y gratuita en Bolivia (con algunas tasas) y Brasil. Sin embargo, el acceso a educación superior pública en Brasil es más restringido que en los casos boliviano y español.

En lo que se refiere al acceso a la educación primaria y secundaria por parte de los inmigrantes, tanto en Brasil como en España es un derecho garantizado, incluso en el caso de los inmigrantes sin documentos de residencia. El derecho de los niños y adolescentes a la educación forma parte del artículo 53 del Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA) y consta en la carta magna de Brasil y España. Por último, cabe notar el esfuerzo, aún incipiente, del estado boliviano para ofrecer educación a distancia a los emigrantes.

A modo de síntesis

En este capítulo recorrimos el largo camino que aproxima las dinámicas migratorias y de protección social en el caso boliviano. En primer lugar, discutimos la cultura andina de movilidad y su vínculo profundo con las configuraciones contemporáneas de las migraciones bolivianas. Numerosos autores destacan el lazo ancestral entre protección social y movilidad en la región andina, que ha sido constituido por una forma de organización social basada en la dispersión espacial como forma de gestión y enfrentamiento de los riesgos. En esa primera sección ha sido posible subrayar la capacidad de los migrantes en construir no solo redes sociales, como también redes de lugares (CORTES, 2009, p. 50), lo que explica no solo la

magnitud de la emigración boliviana, sino también las diferentes formas de prácticas transnacionales que ellas sostienen. En consecuencia, ha sido posible reconocer el mérito de los diversos estudios antropológicos, históricos y geográficos acerca de las migraciones andinas, especialmente en el énfasis dado al protagonismo del espacio y de las formas de territorialidad.

A partir de ese escenario, en la segunda sección de este capítulo se describieron los procesos de constitución de los senderos bolivianos en São Paulo y Barcelona, cruzados por distintas crisis económicas y sociales. Además, se presentaron la magnitud y el perfil poblacional, así como la distribución espacial, el modo de integración laboral y las prácticas de sociabilidad del colectivo en esas ciudades. Las interfaces, por una parte, entre las cadenas productivas y reproductivas, y sus expresiones en los mercados de trabajo dirigidos a los inmigrantes y los circuitos y redes migratorias, por otra parte, explican, en gran medida, los rasgos generales de las migraciones bolivianas hacia São Paulo y Barcelona. Este mecanismo multicausal pone de manifiesto que no se trata de procesos diferenciados en su naturaleza: la posición de las ciudades de origen y destino en las cadenas productivas y reproductivas globales y el desarrollo de circuitos migratorios que articulan migraciones internas e internacionales explican muchas de las dinámicas de movilidad que acercan a Bolivia, São Paulo y Barcelona. En la base de estos procesos está la concepción de la movilidad como una estrategia de desarrollo de capacidades para hacer frente a los riesgos, privaciones y vulnerabilidades, tanto en origen como en destino.

Por último, en la tercera sección se desarrolló una breve comparación de ciertos componentes de la protección social formal en Bolivia, Brasil y España. El panorama construido –con relación al contexto sociodemográfico, el trabajo, la seguridad social, la salud y la educación – deja evidente la existencia de contrastes significativos. No obstante, se llamó la atención sobre la relevancia de no suponer que Bolivia, Brasil / São Paulo y España / Barcelona son unidades geográficas homogéneas; por el contrario, muchos de los indicadores nacionales y municipales poseen variaciones importantes al considerar escalas más específicas. Esta complejidad, necesaria acerca de esos “mundos del bienestar”, sumada a los avances recientes en los indicadores en Bolivia, las incertidumbres institucionales en los últimos años en Brasil, así como las barreras para la migración a España, permiten construir un escenario donde los migrantes tengan importantes incentivos para la conjugación de recursos de protección multilocalizados.

PARTE II

**LA ETNOGRAFIA DE LA TRANSNACIONALIZACIÓN DE LAS
BIOGRAFÍAS Y DE LA PROTECCIÓN SOCIAL**

"Ningún estudio social que no vuelva a los problemas de la biografía, de la historia y de sus intersecciones dentro de la sociedad, ha terminado su jornada laboral"

Wright Mills, 1981, p. 26

"Articular históricamente lo pasado no significa conocerlo 'tal como realmente ha sido'; significa apoderarse de un recuerdo tal como refulge en el instante de un peligro"

Walter Benjamin, 2008, Tese VI

6 ETNOGRAFÍA Y BIOGRAFÍA: LA INTERPRETACIÓN DE LA TRANSNACIONALIDAD

¿Cómo analizar la protección social, en sus interfaces con las migraciones internacionales, sin caer en la trampa de ignorar la agencia de los actores, en el equívoco de desconsiderar las contingencias estructurales o en el engaño de suponer que tales estructuras son exclusivamente nacionales? El enfoque aquí desarrollado parte de tres bases para construir una vía a esa cuestión: la de una sociología interpretativa, que reconoce la constitución simultánea y entretejida de la acción y de las estructuras sociales; la del transnacionalismo metodológico, que problematiza el nacionalismo metodológico, el esencialismo étnico y la posicionalidad del investigador; y una perspectiva relacional del espacio social que niega concepciones reductoras de carácter sustancialista.

Estas tres bases son discutidas en la primera sección de este capítulo y preparan el camino para la segunda, cuando se describe la etnografía multisituada (MARCUS, 1995) como una proposición metodológica consistente con esos principios. Esta adecuación se fundamenta en el hecho de que la etnografía multisituada representa una propuesta de práctica investigadora del y en movimiento, que no estudia “en lugares”, sino la producción de lugares (APPADURAI, 1996). Esto se hace posible principalmente por la forma en que el campo es construido, siempre siguiendo procesos sociales multilocalizados que están encadenados, entrelazados y yuxtapuestos (MARCUS, 1995).

En este estudio la etnografía multisituada fue desarrollada a partir del seguimiento de los migrantes y sus biografías y teniendo como foco los desencajes y los bricolajes de la PST. Por consiguiente, se defiende aquí que la biografía puede ser considerada una posible forma de campo etnográfico. Este argumento es puesto en la tercera sección de este capítulo. En la cuarta y última sección se presenta la entrevista narrativa como un instrumento metodológico estratégico para la construcción de datos y adecuado a este planteamiento del hacer etnográfico.

6.1 TRES FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

En esta sección se presentarán los tres fundamentos que orientaron las estrategias metodológicas desarrolladas en este estudio: la sociología interpretativa, el transnacionalismo metodológico y la concepción relacional del espacio. Estos tres

principios, y sus componentes, guiaron las decisiones que marcaron el desarrollo del diseño y estrategias metodológicas de este estudio, tal como será explicitado en el capítulo 7.

6.1.1 *La sociología interpretativa*

El individuo es portador de capacidad de actuar, conocer y participar en el proceso de producción de la realidad, tal como reconoce la sociología interpretativa. Rosenthal (2014, p. 21) postula que el rasgo primordial de esa perspectiva es su contraste con lo propuesto por el paradigma normativo, en el cual, según Wilson (1970), el individuo es tan solo un reactivo de un sistema simbólico compartido. Para Dubet (1996, p. 50), durante la historia de la sociología se consolidó una forma clásica de pensar el sistema y la acción social como dos lados de la misma moneda⁴⁹, algo que a partir de los años 1960 comenzó a ser criticado y a fundamentar concepciones alternativas para la acción social. Estos paradigmas emergentes se oponen a la idea de un “actor ciego” y afirman que “(...) é preciso reconhecer nos indivíduos uma capacidade de iniciativa e de escolha, é preciso, portanto, conceder-lhes certa distância em relação ao sistema” (DUBET, 1996, p. 80). En ese sentido, el problema de la socialización deja de ser el del conformismo y del desvío y “(...) se convierte en el de la reflexividad, de la crítica, de la justificación, de la distancia entre los roles y las motivaciones individuales (DUBET; MARTUCCELLI, 1999, p. 64).

Los paradigmas de la acción pueden ser situados sintéticamente, según Dubet (1996, p. 80), en tres ejes que se dividen en cinco postulados. El primer eje afirma que acción es conocimiento (BERGER; LUCKMANN, 2009). El segundo eje es el de la comunicación, en el cual la acción es vista como lenguaje (etnometodología) o como interacción (interaccionismo simbólico). Por último, el tercer eje es el de la racionalidad, y la acción es percibida como estrategia (análisis estratégico) o en cuanto utilidad (individualismo metodológico)⁵⁰. Los dos primeros ejes de la acción (conocimiento y comunicación) forman parte de la investigación social interpretativa.

⁴⁹ El modo clásico de pensar sociológicamente se fundamenta en la concepción de la sociedad como un todo integrado (funciones, valores y conflictos centrales), en el que el “(...) sistema de ação e a ação resulta da interiorização do sistema pelos atores. O ator, quanto a ele, é um indivíduo tanto mais autónomo quanto mais socializado está” (DUBET, 1996, p. 50). De esta forma, el actor era definido como interiorización social, y su acción no es más que la realización de las normas y necesidades funcionales del sistema social encarnadas en valores institucionalizados en los papeles interiorizados.

⁵⁰ Para una síntesis sobre este debate, véase Speroni (2014, p. 22-34).

Esa forma de pensar lo social parte de una concepción que los individuos actúan a partir de sus interpretaciones de la realidad y que estas se transforman permanentemente en la interacción, que a su vez está permeada por ciertas reglas y factores de constreñimiento y contingencia (ROSENTHAL, 2014, p. 49). La perspectiva interpretativa considera que la realidad social solo puede ser accedida por medio de construcciones sociales como el lenguaje (MYERS, 2009, p. 38). De esta forma, la producción de conocimiento sociológico es una construcción de segundo nivel, es atribuir sentido al proceso social de significación. Además, y por esa razón, esa es una forma de hacer sociología que reconoce la relevancia de la dimensión histórica de los procesos sociales (Wengraf, 2001, pp. 140-164).

En las lentes interpretativas, movilizadas por autores tan diversos como Schutz, Weber y Goffman, el sentido atribuido a las acciones se basa en la movilización del stock social de conocimiento. Por consiguiente, la comprensión de la acción de los actores es producto del análisis de su contenido social. La investigación interpretativa concibe que la situación de investigación es una actividad comunicacional en la medida en que los sujetos del estudio siempre atribuyen ciertos sentidos al proceso investigativo (Rosenthal, 2014, p. 55). Es decir, que la interacción entre los sociólogos y los actores no es una situación neutra a partir de la cual se pueden visualizar y describir los procesos sociales. A diferencia de esto, es un contexto de interacción y potencial colaboración que exige una reflexividad permanente sobre la posicionalidad del investigador y de los sujetos de la investigación.

Rosenthal resalta la importancia del principio de apertura en la investigación interpretativa. Este fundamento significa, de manera general, que el investigador debe estar receptivo al descubrimiento de aspectos inesperados (ROSENTHAL, 2014, p. 61), y que debe construir espacios en los que los datos empíricos puedan perturbar y transformar la investigación en su propio curso. Por esta razón, las preguntas de la investigación deben ser construidas de modo que permitan cambios durante el proceso (ATKINSON; HAMMERSLEY, 2003, pp. 24-25). De forma similar, la muestra debe ser desarrollada durante el proceso de investigación y no previamente. Esto significa, tal como conciben Glaser y Strauss, que la construcción de datos y el análisis de estos no son momentos profundamente diferenciados. Y, por fin, que la generación de hipótesis se da abductivamente, o sea, que ellas van siendo construidas como explicaciones provisionales para los datos empíricos. Por lo tanto, el objetivo no es tanto la verificación, sino el contraste entre las hipótesis corrientes y los nuevos datos (ROSENTHAL, 2014, p. 59). Además, se

descarta una validación y generalización estadística o numérica en favor de justificaciones de carácter teórico (ROSENTHAL, 2014, p. 220). De ahí que ese tipo de sociología tenga como lógica la búsqueda por desvelar lo general a partir de formas particulares no accesibles, en toda su complejidad y significancia, por estrategias metodológicas “up-down” (WENGRAF, 2001, pp. 140-164).

La principal ambición de la investigación social interpretativa es producir descripciones densas y microscópicas (GEERTZ, 1973) no solo del sentido subjetivamente visado (proceso de atribución de significados a acciones), sino también por medio de la reconstrucción del sentido latente (ROSENTHAL, 2014, p. 26)⁵¹. De esta manera, esta perspectiva tiende a movilizar instrumentos metodológicos cualitativos caracterizados por su apertura, como las entrevistas no estructuradas o semiestructuradas y la observación participante. Estos procedimientos de construcción de datos son adecuados al principio de apertura, puesto que buscan la constitución del mayor espacio posible para que los sujetos puedan construir la situación de la investigación (ROSENTHAL, 2014, p. 20). Por consiguiente, la técnica de construcción de datos debe ser capaz de hacer desvelar los caminos recorridos por el individuo para producir su mundo en procesos interactivos.

¿Por qué optar por un ángulo y estrategias metodológicas cualitativas y de carácter interpretativo en el análisis de las migraciones internacionales? Compartimos con Ariza y Velasco (2012, p. 16), cuando las autoras afirman que los enfoques cualitativos hacen posible el análisis de la complejidad de la migración internacional, debido al contenido situado y contextual de esta; al examen detallado y microscópico de los datos; y al carácter heterodoxo y orientado a la teoría del proceso de indagación. Esas capacidades posibilitaron importantes innovaciones conceptuales en el pasado, representados de manera significativa por los estudios empíricos que fundamentaron la emergencia de la perspectiva transnacional (ARIZA; VELASCO, 2012, p. 17), tal como se ha descrito en el capítulo 3.

⁵¹ "1. Para que possamos compreender ou explicar fenômenos psíquicos ou sociais, temos que reconstruir sua gênese - o processo de seu surgimento, de sua conservação e de sua modificação. 2. Para compreender e explicar a ação de indivíduos é necessário conhecer tanto as perspectivas dos agentes como também os próprios cursos de ação. Queremos saber o que eles concretamente vivenciam, qual sentido atribuíram a suas ações à época e atribuem agora e em qual contexto de significado - biograficamente constituído - inserem suas vivências.

3. Para compreender e explicar as declarações de um entrevistado/biografado sobre determinados domínios temáticos e sobre vivências específicas de seu passado, é necessário interpretá-las considerando sua inserção no contexto de sua vida atual e sua perspectiva atual e futura daí resultante" (ROSENTHAL, 2014, p. 215).

Las metodologías cualitativas permiten, además, afirmar un carácter multidisciplinario, aspecto necesario en la consecución de este trabajo, en la medida en que sus diferentes componentes y diálogos ponen en interacción perspectivas e instrumentos metodológicos de la sociología, geografía, historia y antropología. Para que esas interfaces sean posibles es ineludible un alejamiento de concepciones sustancialistas del espacio. Solamente de esta manera es posible ir más allá del nacionalismo metodológico y negar la noción del campo etnográfico como un lugar previamente existente que está “a la espera para ser estudiado”. A continuación, trataremos las dos bases adicionales de la metodología propuesta.

6.1.2 El transnacionalismo metodológico

El transnacionalismo metodológico (KHAGRAM; LEVITT, 2008; AMELINA; FAIST, 2012) abarca un amplio abanico de diseños y estrategias que buscan hacer frente a tres desafíos fundamentales: del nacionalismo metodológico, del esencialismo étnico y de la cuestión de la posicionalidad (FAIST, 2012, p. 52). Para tanto, la movilización de métodos cualitativos ha sido la más frecuente (AMELINA, 2010, p. 7), en particular por medio de diseños multilocalizados, como es el caso de cuatro tipos de etnografía: la multisituada (MARCUS, 1995), la global (BURAWOY et al, 2000.), la móvil (URRY, 2007) y la cosmopolita (TSING, 2011; BECK; SZNAIDER, 2006). Antes de presentar la etnografía multisituada, propuesta por Marcus y movilizadora en esta investigación, es importante discutir los tres dilemas que una estrategia metodológica tiene que responder a fin de abarcar, de manera satisfactoria, los procesos transnacionales.

El primero de esos retos es el del nacionalismo metodológico, es decir, la idea de que el estado nacional ocupa, naturalmente, una posición central en el análisis sociológico (FAIST, 2012, p. 52). Desde los años 2000 el problema del nacionalismo metodológico fue gradualmente y repetidamente reconocido como uno de los obstáculos centrales para las ciencias sociales en general y para los estudios migratorios en particular (WIMMER; GLICK SCHILLER, 2003; FAIST, 2012; FITZGERALD, 2012). Las consecuencias analíticas para los estudios migratorios del nacionalismo metodológico son profundas. Para Amelina y Faist (2012), se produce una doble limitación: se utiliza el territorio de un estado como el contexto social principal del proceso migratorio y como el espacio de las investigaciones empíricas. De esta forma, los estudios que asumen, voluntariamente o no, el nacionalismo

metodológico, acaban por producir una escisión artificial en la biografía de los migrantes. Así, el “antes” y el “después” de la migración son tratados como procesos separados (BAUBÖCK; FAIST, 2010, p. 206). Esta división arbitraria impide, en última instancia, de concebir, entre varios aspectos, marcos alternativos para la protección social limitada la idea de régimen de bienestar nacional. Se deja de lado, de esa manera, las innumerables prácticas sociales que combinan recursos de protección social provenientes de múltiples marcos nacionales, locales y transnacionales. Además, se construyen contextualizaciones miopes del proceso migratorio: como emigración o como diáspora generadora de efectos para el lugar de destino o como inmigración, que haría plantear la cuestión de la integración social en el lugar de destino. La separación de las “cuestiones de inmigración” de las “cuestiones de emigración” (una falsa escisión como clásicamente argumenta Sayad, 1998) es resultado, al menos en parte, del ambiente de financiación de las investigaciones sobre las migraciones. La centralidad de los estados nacionales en la financiación de esos estudios constriñe al investigador a desarrollar una “mirada como el estado” (SCOTT, 1998): de forma frecuente, los problemas sociales se confunden, de ese modo, con los desafíos enfrentados por el estado nacional en un mundo en globalización.

La perspectiva transnacional, así como descrita en el capítulo 3, busca hacer frente al nacionalismo metodológico por medio de una apertura a procesos multiescalares que abarcan, pero no se limitan, a la escala nacional. Una parte importante de las críticas a la perspectiva transnacional confunde la contestación al nacionalismo metodológico con una postura posnacional (SOYSAL, 1994) que tiende a menospreciar la perennidad de la relevancia de los estados nacionales. En la medida en que cuestiona la congruencia entre la sociedad, los arreglos institucionales del estado nacional y de su territorio (FAIST, 2012, p. 53), el ángulo transnacional es capaz de promover análisis profundos sobre las transformaciones de los papeles de las instituciones estatales. Además, al realizar un llamado al examen de los nuevos roles de los estados, la perspectiva transnacional requiere una sensibilidad y apertura a las categorías geográficas (escalas y espacios sociales) y sociológicas (organizaciones, redes, grupos de parentesco, comunidades) (FAIST, 2012, p. 52; BARGLOWSKI; BILECEN; AMELINA, 2014).

De la misma forma en que no asume el territorio del estado nacional como unidad espacial esencial de la sociedad, la perspectiva transnacional no puede permitirse descartar de manera prematura esa escala. Esto es especialmente importante en los estudios sobre las

políticas de bienestar social, en la medida en que los estados continúan, y probablemente continuaron, a ser actores fundamentales en ellas. La forma en que esa relevancia se metamorfosea, se presenta y se articula con la acción de otros tipos de actores estatales y no estatales es algo que no puede definirse *a priori*. En ese sentido, la perspectiva transnacional de la protección social se diferencia, por ejemplo, de la Nueva Economía de las Migraciones. Esa última describe la relación entre migraciones y protección social a partir de una concepción del estado nacional y su territorio como “contenedor” de la sociedad. De esta forma, tiende a considerar la migración como un proceso lineal y racional entre un territorio estatal “menos protegido” a otro territorio estatal “más protegido”.

Además de lo ya mencionado, el nacional sigue siendo una de las escalas relevantes en la producción y reproducción de desigualdades: una parte de los mercados es nacional, así como parte importante de las dinámicas de trabajo y empleo. Es precisamente porque el marco nacional sigue siendo significativo para estructurar los mundos de oportunidades de vida, que el análisis de las migraciones internacionales está en el orden del día. Por último, la construcción de narrativas nacionales y sentimientos de pertenencia a una historia nacional juega un papel muy significativo en la estructuración de narrativas biográficas y en las formas en que, en el marco de ellas, son concebidos los riesgos sociales y es evaluada la pertinencia de determinados recursos de protección social. En pocas palabras, a partir de la perspectiva transnacional la cuestión está no en suponer lo nacional como categoría espacial esencial, ni en descartarlo suponiendo que vivimos en un mundo posnacional. Este es un equilibrio crucial para el análisis de la protección social transnacional.

El segundo desafío es el representado por el esencialismo étnico. Según esa visión, los grupos son tratados como si fueran homogéneos y estáticos (FAIST, 2012, p. 52). La reproducción de una visión esencialista de la etnia puede tener impactos relevantes no solo sobre las estrategias metodológicas, pero también sobre las políticas públicas que ellas pueden justificar (FAIST, 2012, p. 56). De manera similar, y muchas veces articulada, al nacionalismo metodológico, el esencialismo étnico es colocado de manifiesto en aquellas investigaciones que tienen como punto de partida (y generalmente también de llegada) el grupo étnico, tratado como preexistente y sin posible contestación (AMELINA; FAIST, 2012, p. 1710). Del mismo modo que la crítica al nacionalismo metodológico no puede llevar a una desconsideración sobre el papel del estado, de la nación y del territorio nacional, la contestación al esencialismo étnico no debe descuidar la presencia y el poder de las

categorías étnicas. El punto es recusar la tomada de esas categorías como naturales y autoevidentes. Por consiguiente, se debe reflexionar y justificar el uso de categorías étnicas en el diseño de las investigaciones, en particular en la elección de los lugares del campo y en la definición de los parámetros de las muestras (AMELINA; FAIST, 2012, p. 1710; BARGLOWSKI, 2018). Y, por último, es crucial ir más allá de las lentes étnicas (GLICK SCHILLER, 2007), reconociendo la actuación de otros procesos como los vinculados a clase y género (BARGLOWSKI, 2018, p. 152)⁵².

El tercer y último desafío es el relativo a la posicionalidad del investigador (FAIST, 2012). La reflexión sobre las relaciones de poder que atraviesan la investigación social es elemental para la perspectiva transnacional. Se deben considerar no solo las relaciones entre analistas y sujetos de la investigación, sino también entre diferentes investigadores y entre los tipos de conocimientos que circulan en esas interacciones. La posicionalidad es un problema ético, pero también metodológico: no se pueden producir investigaciones que sean realmente transnacionales sin considerar los posibles impactos de las posiciones y vínculos nacionales ocupados por los investigadores ¿En qué medida la financiación, a menudo nacional, afecta al diseño y a las estrategias de investigación? ¿Y cómo las desigualdades en el acceso a recursos para el desarrollo de investigaciones llevan a desequilibrios entre análisis transnacionales originarias del norte y del sur global? Esos son algunos de los retos que no pueden ser desconsiderados en el proceso de investigación. Además, se combinan con la actuación de factores vinculados a género, generación, nacionalidad y etnia en la relación con los sujetos de la investigación. Los tres desafíos identificados por el transnacionalismo metodológico emergen, en gran medida, debido al reto de establecer en

⁵² Esta no es una tarea sencilla. Tomemos, por ejemplo, dos estudios que compararon la diversidad de tipos de microbios intestinales entre grupos migrantes y no migrantes en Estados Unidos (VANGAY et al, 2018) y en los Países Bajos (DESCHASAUX et al, 2018). Si, por un lado, el reconocimiento de la migración como un factor específico a la salud es algo importante, en la medida en que puede permitir atención sanitaria y estudios clínicos más efectivos; por otro lado, utilizar la migración internacional como variable principal para explicar algo biológico demanda respuestas a los cuestionamientos: ¿en qué medida estar en el territorio de otro estado nacional puede afectar la composición fisiológica de los individuos? ¿No estaríamos hablando de movilidad, el desplazamiento de un lugar a otro (no necesariamente cruzando fronteras) y no de inmigración? ¿No estaríamos hablando de las consecuencias para factores de clase que resultan del proceso migratorio? Cuando se trata el migrante como un “otro”, resultado de su nacionalidad y etnicidad, el riesgo de una biologización, y por lo tanto, de una racialización que esencializa posibles diferencias, tiene que ser reconocido. Al mismo tiempo, e incluso bajo la sombra de ese riesgo peligroso, considerar las posibles implicaciones profundas (incluso biológicas) de las migraciones y de las movildades es una tarea necesaria.

las ciencias sociales una concepción relacional del espacio. Tratemos de ese desafío a continuación.

6.1.3 La concepción relacional del espacio social

Una nueva sensibilidad con relación al espacio ha germinado en las últimas décadas, lo que viene dejando marcas notables en las ciencias sociales (FALZON, 2009). Para Massey (2005, p. 9). Esto se debe al reconocimiento de la validez de tres postulados: el espacio es el producto de interrelaciones que van de lo más macro a lo más micro; el espacio es lo que posibilita la existencia de lo múltiple en el sentido contemporáneo de la pluralidad; y el espacio está en permanente construcción. La perspectiva transnacional explora las implicaciones metodológicas de estos postulados, asumiendo una concepción relacional del espacio. Esa posición permite vislumbrar nuevas interfaces entre el espacio, lo social y la movilidad (AMELINA; FAIST; NERGIZ, 2013, p. 2), confrontando así los preceptos del nacionalismo metodológico y del esencialismo étnico y reconociendo la construcción de los diseños metodológicos como un proceso de interacción con los sujetos de la investigación.

La concepción relacional del espacio puede ser expresada en la definición de Simmel de “sociedad”. Según el autor, la sociedad es el resultado permanentemente renovado de procesos de interacción, y no puede ser definida de forma estática (SIMMEL, 1971). Por consiguiente, el espacio social no se define como un objeto, sino como un proceso, caracterizado por dinamismo, complejidad e incesante incompletitud.

Pries (2008, p. 8) diferencia estudios que parten de una concepción absoluta del espacio social de aquellos que lo definen relacionamente. Así, las investigaciones que promueven comparaciones internacionales y los estudios sobre el sistema mundo poseen como unidades de referencias definiciones espaciales fijas como los estados nacionales o las regiones macrosociales. Estas definiciones del espacio social se fundamentan en la equivalencia exclusiva entre territorio y espacio social: para cada unidad geográfico-espacial existe solamente una unidad socio-espacial. Así, se definen las unidades geográficas como homogéneas, estancas y cerradas (PRIES, 2008). En contraste, el autor llama la atención sobre los estudios transnacionales y sus concepciones relacionales del espacio, entendido así de manera dinámica, estratégica, heterogénea y no excluyente.

En el mismo sendero, Amelina y Faist (2012) postulan que una concepción esencialista y absoluta del espacio tiende a describirlo como un contenedor vacío a ser

llenado con contenido social (AMELINA; FAIST, 2012, p. 1714). Evidentemente, esa definición del espacio como una tabla rasa fundamenta presupuestos ahistóricos para categorías como la del estado nacional, pero también, tiende a nutrir nociones esencialistas de los colectivos étnicos que están, supuestamente, enraizados en esos espacios absolutos. En cambio, una definición relacional presupone que el espacio y su contenido social son inseparables (AMELINA; FAIST, 2012, p. 1714). De esta forma, el análisis y la definición del espacio deben ser acompañados por la interpretación de las prácticas sociales que forman y se apropian de los espacios (AMELINA; FAIST, 2012, p. 1714).

Las concepciones relacionales del espacio no llevan, necesariamente, a una descripción desterritorializada de este, sino a enfoques en el local y en el translocal que son producidos y reproducidos por los vínculos concretos entre diferentes tipos de actores. De ahí que los lazos sociales produzcan el espacio por formas no limitadas a la copresencia en un territorio contiguo (GUPTA; FERGUSON, 1992, p. 9). En este sentido, Gupta y Ferguson (1992) defienden: “En el espacio pulverizado de la posmodernidad, el espacio no se ha vuelto irrelevante: ha sido reterritorializado de una manera que no se ajusta al espacio que caracterizó la era de la alta modernidad” (p. 9, traducción nuestra).

Las nociones de campo social transnacional (BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994; LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004) y de espacio social transnacional (FAIST, 2000) son ejemplos de innovaciones heurísticas que buscaron contraponer nociones espaciales de contenido sustancialista. Estas nociones relacionales del espacio son abiertas, generales y dinámicas, lo suficiente como para concebir procesos, muchas veces simultáneos, de desterritorialización y territorialización (FAIST, 2012, p. 54).

Reconocer el contenido relacional del espacio tiene implicaciones de amplio espectro para la práctica investigativa. Desde el punto de vista de los diseños metodológicos, esto significa reconocer que los posibles campos de investigación tienden a ser borrosos (lo que Nadai y Maeder, 2005 llamaron “*fuzzy fields*”) y, por lo tanto, no tienen límites claros y absolutos. Para Hannerz (1998), la gramática de la perspectiva transnacional, fundamentada en una concepción relacional del espacio, es intercambiable con la terminología de la etnografía multisituada (MARCUS, 1995), en la medida en que ambas critican la idea de una existencia autoevidente del campo etnográfico.

6.2 LA ETNOGRAFÍA Mulsituada

Anna Tsing (2011) inicia la introducción del clásico *Friction* con la pregunta: ¿Las conexiones globales están en todas partes, y si es así, cómo es posible estudiar lo global? (p. 1, traducción nuestra). La etnografía, en sus diferentes variantes, ha sido ampliamente utilizada como respuesta a ese dilema. Sin embargo, ¿sería ese un camino satisfactorio? Burawoy y sus colegas se preguntan: ¿Cómo la etnografía puede contribuir a una mayor comprensión de los procesos transnacionales? ¿No se encuentra limitada a fenómenos microsociales y ahistóricos? ¿Cómo puede el estudio de la vida cotidiana colaborar para la comprensión de procesos que van más allá de las fronteras nacionales? (BURAWOY et al., 2000, p. 1). A pesar de importantes matices, existen tres consensos en los enfoques etnográficos de la globalización: 1) que la globalización es, simultáneamente, un fenómeno empíricamente descriptivo y un proyecto normativo; 2) que no deben separarse las perspectivas estructurales de las descripciones locales; y 3) que la distinción entre global y local es esquemática y no tiene capacidad heurística real (LAPEGNA, 2009, p. 7).

En esta sección defenderemos el argumento de que la etnografía multisituada es una propuesta metodológica adecuada a un mundo en globalización por su foco en los vínculos sociales concretos y por su capacidad de construir dinámicas fértiles para la producción teórica. Antes de eso es apropiado preguntarse: ¿de qué hablamos cuando hablamos de etnografía? La etnografía no es tan solo un conjunto de instrumentos metodológicos, sino una mentalidad analítica distinta, compuesta por una forma específica de escuchar, observar y pensar los procesos sociales (ATKINSON; HAMMERSLEY, 2003, p. 230). Esta mentalidad se caracteriza, según Atkinson y Hammersley, por cuatro características. Primero, la refutación de conclusiones apresuradas, aunque esto genere retrasos. En segundo lugar, la preeminencia dada a los detalles en los procesos aparentes, sin dejar de mirar más allá de ellos. Tercero, la búsqueda por entender lo que los otros dicen, sin relegar tales discursos a la obiedad, sea por su supuesta validez o falsedad. Por último, examinar los contextos de la acción de las personas, abarcando, inclusive, aspectos que no son conscientes para ellos mismos, pero, al mismo tiempo, sin ignorar las intenciones de las acciones de los actores.

Para James Clifford (1997, p. 218), la etnografía es considerada una práctica voluntaria de dejar lo familiar en busca de la diferencia y, de esta manera, forma parte de una larga tradición occidental marcada por las ideas de exploración y la aventura. En la

historia de la antropología se construyó una imagen tradicional del campo etnográfico como marcado por un “estar allí” duradero, a fin de que se pueda desarrollar una relación de proximidad con los “nativos” y una capacidad comprensiva de sus entendimientos⁵³ (HANNERZ, 2003, p. 210), transformando lo extraño en algo familiar (y viceversa). La denominada “crisis de representación” de la tradición antropológica clásica significó un momento de inflexión de análisis supuestamente holísticas (CLIFFORD; MARCUS, 1986; GUPTA; FERGUSON, 1997; MARCUS; FISCHER, 1986). Entre los diferentes desplazamientos producidos a partir de esa crisis está el reconocimiento de que, por un lado, metodologías unisituadas no son apropiadas a un mundo de progresiva conectividad y de que, por otro lado, la idea de estudios holísticos y localizados sobre “una cultura” es frágil (CANDEA, 2007; MARCUS; FISCHER, 1986, p. 95). En este escenario Marcus (1995) propone la etnografía multisituada: una manera de cuestionar la noción de cultura como demarcada en un espacio territorializado que estaría a la espera de la etnografía (GUPTA; FERGUSON, 1997).

En esta sección presentaremos la etnografía multisituada como una propuesta metodológica adecuada a los fundamentos de la mirada interpretativa y de la perspectiva transnacional que aquí han sido movilizados para el análisis de la protección social. Antes de avanzar, sin embargo, cabe una alerta: la etnografía multisituada es lo suficientemente flexible para no configurarse como una fórmula cerrada, sin espacio para la heterodoxia que muchas veces es necesaria en la práctica etnográfica. De esta forma, si en esta sección delineamos los principios básicos de la etnografía multisituada, en el apartado siguiente presentamos la forma particular como esas bases fueron movilizadas en esta tesis.

⁵³ “La meta [de la etnografía] es, en resumen, llegar a captar el punto de vista del indígena, su posición ante la vida, comprender su visión de su mundo. Tenemos que estudiar al hombre y debemos estudiarlo en lo que más íntimamente le concierne, es decir, en aquello que le une a la vida. En cada cultura los valores son ligeramente distintos, la gente tiene distintas aspiraciones, cede a determinados impulsos, anhela distintas formas de felicidad. En cada cultura se encuentran distintas instituciones que le sirven al hombre para conseguir sus intereses vitales, diferentes costumbres gracias a las cuales satisface sus aspiraciones, distintos códigos morales y legales que recompensan sus virtudes y castigan sus faltas. Estudiar estas instituciones, costumbres o códigos, o estudiar el comportamiento y la mentalidad del hombre, sin tomar conciencia del porqué el hombre vive y en qué reside su felicidad es, en mi opinión, desdeñar la recompensa más grande que podemos esperar obtener del estudio del hombre” (MALINOWSKI, 1973, p. 42).

6.2.1 Una etnografía en/del movimiento

La etnografía multisituada representa una redirección del “complejo malinowskiano” y de la imaginación antropológica a él ligado (MARCUS, 2009). Este desplazamiento está marcado por el reconocimiento de que “el campo ya no está objetivamente ‘allá fuera’. Más bien, él se constituye a través de las relaciones de la investigación etnográfica a lo largo del camino” (MARCUS, 2009, p. 193, traducción nuestra). De ahí que, para Marcus (2009), “Las conexiones son de igual importancia al hecho de que el trabajo de campo puede encontrarse en Polonia, en Nigeria, en Indonesia o en la India, por ejemplo, al principio, a la mitad o al final de un curso de investigación” (p. 193, traducción nuestra). La perspectiva de Marcus permite reconocer que los debates sobre la etnografía tienden a descuidar los vínculos sociales concretos que no se localizan directamente en tan solo un espacio territorializado. En particular, la posibilidad de lazos transnacionales de individuos y colectividades fue a menudo ignorada (BARGLOWSKI; BILECEN; AMELINA, 2014).

A diferencia del ajedrez, como metafóricamente nos sugiere Comaroff y Comaroff, la etnografía demanda, primero, la construcción del propio tablero para que el juego sea posible (COMAROFF; COMAROFF, 2003, p. 164). Para estos autores (2003), y en consonancia con los argumentos defendidos por Marcus, la etnografía contemporánea “Es un ejercicio multidimensional, una coproducción del hecho social y la imaginación sociológica, un compromiso delicado de lo inductivo con lo deductivo, de lo real con lo virtual, de lo ya conocido con lo sorprendente, de los verbos con sustantivos, de los procesos con productos, de lo fenomenológico con lo político” (p. 172).

El desarrollo de estudios con actores en movimiento ha sido fundamental para que los etnógrafos reflexionasen acerca de sus concepciones sobre el espacio y la investigación de campo (APPADURAI, 1991). La etnografía multisituada representa un proyecto metodológico fundamentado en una noción relacional del espacio, pero también en una práctica etnográfica en y del movimiento. Esto demuestra la presencia de una desnaturalización del sedentarismo: el escenario que subyace a este proyecto metodológico es el de un mundo en permanente movimiento, sea por los desplazamientos geográficos, sea por las conexiones diversas entre el cercano y el alejado. Esto podría ser visto como trivial, pero, como señalan Olwig y Hastrup (1996, p. 6), el trabajo de campo dentro de la tradición

antropológica tiende a pensar el movimiento como algo transitorio⁵⁴. Es valioso señalar que esta transformación en la visión del movimiento y de la estasis es afín a las innovaciones heurísticas producidas en el marco de la perspectiva transnacional tal como se presentó en el capítulo 3. Esta gramática en común, o, mejor dicho, esa nueva imaginación espacial (FALZON, 2009, p. 2), es resultado, sobre todo, de un esfuerzo paralelo, pero complementario, de responder a los desafíos analíticos impuestos por las transformaciones de la contemporaneidad.

Según Falzon (2009, pp. 2-5) la etnografía multisituada se fundamenta en tres ideas centrales. Primero, que el espacio es una construcción social y relacional. Segundo, que las sociedades contemporáneas se sitúan dentro de totalidades mayores que solo se hacen posibles por intermedio del estado constante de movimiento de personas, informaciones, bienes e ideas. Y, por último, que la etnografía, para adecuarse a esa realidad, debe pasar de una “práctica caminante” a una actividad capaz de otros tipos de desplazamientos y de vínculos con el espacio. Como resultado, en la perspectiva de la etnografía multisituada el mundo en globalización requiere diseños de investigación en la forma de una serie de yuxtaposiciones de procesos locales, no lineales y que no son definidos de manera directa y determinante por estructuras externas (FALZON, 2009, pp. 1-2). La globalización, así, no es vista como un monolito que descarga su peso sobre prácticas en escalas tenidas como inferiores (FALZON, 2009, pp. 1-2). De forma compartida con actores como Appadurai (1995), Latour (2012) y Tsing (2011), hay una concepción de que lo global es local en todos sus puntos, lo que permite, por lo tanto, el desarrollo de investigaciones localizadas sobre procesos globales (Candea, 2007). En efecto, la etnografía multisituada se basa en una narrativa sobre la globalización como un conjunto de prácticas, vínculos y escalas, marcados por encuentros y desencuentros, perturbaciones y sinergias. En esa forma de concebir la globalización las relaciones entre las escalas sociales son complejas, no jerárquicas y permeadas por la incertidumbre.

⁵⁴ (...) la imagen de las personas que están firmemente asentadas en un entorno familiar se ha visto acompañada por una visión igualmente fuerte de desplazamiento, desarraigo, caos y catástrofes, como ejemplos temporales de inquietud y desorden (OLWIG Y HASTRUP, 1996, p. 6, traducción nuestra)

6.2.2 Los modos de construcción del campo multisituado

La etnografía multisituada presume una apertura espacial en el proceso de constitución del campo, él es construido y reconstruido en su propio desarrollo y no determinado (al menos completamente) *a priori*. Por una parte, en lugar de una jerarquía preestablecida de las categorías espaciales, se busca que las interacciones escalares sean resultado del análisis de prácticas sociales concretas. Por otra parte, el carácter multisituado, en el sentido propuesto por Marcus, no está garantizado tan solo por una multiplicidad de lugares en que el trabajo de campo es desarrollado. En contraste, este tipo de etnografía se fundamenta en una imagen del campo como un mapa de relaciones sociales que tienden a abarcar una pluralidad de lugares, aunque muchos de ellos no sean conocidos *a priori* o espacialmente continuos (MARCUS, 1995).

Para Marcus (1995), el campo etnográfico multisituado emerge en el seguimiento de un proceso convencional conocido o de un proceso no convencional y desconocido. En consecuencia, para el autor (1995) la etnografía multisituada es delineada “(...) alrededor de las cadenas, caminos, hilos, conjunciones o yuxtaposición de lugares en los que el etnógrafo establece alguna forma de presencia literal” (p. 105, traducción nuestra). Los lugares en que el campo se desarrolla conforman, por tanto, un conjunto de “localizaciones cambiantes” (GUPTA; FERGUSON, 1992; CLIFFORD, 1997, pp. 86-87). Para la construcción del campo etnográfico, Marcus propone seis caminos posibles: seguir a las personas, las cosas, la metáfora, la historia, la biografía o el conflicto (MARCUS, 1995, pp. 105-110).

En la perspectiva de Marcus (2011), los sujetos de la investigación deben ser considerados “para-etnógrafos” de su propia condición y, por lo tanto, socios de la actividad etnográfica y no como “otros en su hábitat natural”. La etnografía multisituada contrapone la idea de que el “lugar” del campo existe naturalmente. Esta desintegración no significa tan solo que el campo puede ser multilocalizado, sino también que se constituye como un “espacio conceptual” en el que los sentidos se negocian entre el etnógrafo y los paraetnógrafos (COLEMAN; VON HELLERMANN, 2011). En ese sentido, el carácter multisituado comienza en lugares geográficos seleccionados previamente, pero avanza por los caminos y por las transformaciones de esos lugares a partir de la relación entre etnógrafo y sus colaboradores (GALLO, 2009). Esta cooperación puede llevar no solo a la visita de lugares reales, sino también imaginados (COLEMAN; VON HELLERMANN, 2011) y, a menudo, inesperados.

Para Faist (2012, pp. 61-62) algunos de los principales méritos de la etnografía multisituada emergen en la comparación con la etnografía global propuesta por Burawoy et al (2000). Primero, el foco en los múltiples vínculos entre diferentes lugares, y no en el uso de “ficciones del todo”, como modo de construcción de los campos multisituados (MARCUS, 1998, p. 33). En segundo lugar, su concepción transversal del contexto, que atraviesa el campo y no puede ser constituido integralmente de antemano, como sería en la etnografía global. El texto etnográfico y su contexto deben ser, ambos, establecidos a partir del proceso de investigación. Una importación de categorías externas, aunque contextuales, no puede ocurrir sin que existan evidencias etnográficas de su verosimilitud, que emergen en la colaboración con los sujetos de la investigación. Por último, que el diseño de la investigación se caracteriza por la apertura y flexibilidad, en la medida en que la teoría queda “en suspenso” y no determina de manera previa y final el formato de la investigación (otro contraste con el enfoque de Burawoy y sus colegas)⁵⁵. Nadai y Maeder (2009) aclaran que esta suspensión nunca puede ser total, en la medida en que la construcción del campo debe sufrir la perturbación tanto de la teoría como de los procesos emergentes en el trabajo de campo. En ese sentido, el desafío central es el desarrollo de un hacer etnográfico fundamentado empíricamente, pero sin ser empirista (LAPEGNA, 2009, p. 13).

6.2.3 La producción teórica y la comparación permanente

La prueba de hipótesis existentes no es el objetivo más frecuente de las investigaciones etnográficas (ATKINSON; HAMMERSLEY, 2003, p. 23). En cambio, la producción de descripciones densas de procesos particulares y el desarrollo de teorías han sido una meta mucho más frecuente (ATKINSON; HAMMERSLEY, 2003, p. 23). En general, la construcción teórica por medio de la actividad etnográfica ocurre a través de un proceso continuo y circular de formulación, perturbación y reformulación de hipótesis. Por consiguiente, esa metodología lleva a una disolución de la supuesta contradicción entre lo empírico y lo teórico (BOCCAGNI; SCHROOTEN, 2018, p. 215). La postura interpretativa que marca el esfuerzo etnográfico tiene el riesgo de una negligencia de los procesos

⁵⁵ La etnografía global tiende a caer en el error identificado por Massey (1994) de entender que los análisis locales son descripciones empíricas y ateóricas y, en contraposición, que las narrativas de lo global tienden a poseer contenido y validez teórica. La equivalencia entre lo global y lo teórico, y lo local y lo empírico, no es nada más que una falacia.

históricos y macrosociales que permean las conexiones multilocalizadas contemporáneas. Conviene así concordar con King (2018) y Marcus (1995) en el postulado de que el contexto es crucial. Esto es particularmente cierto en el análisis de las migraciones contemporáneas, debido a la diversidad y complejidad de la naturaleza de los factores que moldean el hecho migratorio, muchos de ellos no apropiadamente descritos en categorías exógenas y cuantitativas.

En el ámbito de la etnografía multisituada, la relación cooperativa con los sujetos de la investigación en la construcción del campo de investigación aumenta las posibilidades de resultados inesperados. Es ese uno de los mayores méritos de la propuesta de la etnografía multisituada, en la medida en que los imprevistos son terreno fértil para el trabajo teórico. Su naturaleza comparativa es otro atributo de esta estrategia metodológica que ha sido una de las principales justificaciones para su aplicación (KING, 2018) y que, igualmente, se adecua a objetivos teóricos. Este esfuerzo comparativo permanente contrasta los lugares y la posición que el objeto en estudio asume con relación a tales (MARCUS, 1995, p. 102). Por lo tanto, el carácter multilocalizado de la etnografía no significa una mera comparación de localidades (HANNERZ, 2003, p. 206).

La etnografía tradicional desarrollaba una comparación en que se suponía una homogeneidad y aislamiento de las unidades conceptuales, por ejemplo, de comunidades territorializadas (MARCUS, 1995, p. 102). En contraste, en la etnografía multisituada el proceso en estudio es dispersado y fragmentado. Además, los lugares en que el trabajo de campo se realiza, a pesar de posiblemente distantes, forman parte de una misma red relacional reconocida durante la investigación. Por lo cual, los contrastes y las similitudes entre localidades no conforman diferencias entre espacios uniformes, pero son componentes particulares que denotan heterogeneidades, tanto desterritorializadas como territorializadas de una misma red relacional. De ahí que las comparaciones toman “la forma de yuxtaposiciones de fenómenos que convencionalmente parecen haber sido (o conceptualmente se han mantenido) como mundos separados” (MARCUS, 1995, p. 102, traducción nuestra).

6.2.4 Amplitud y profundidad en la etnografía multisituada

La etnografía multisituada llevó a un desplazamiento sobre la forma de concebir el campo y su escala y sobre cómo el proceso de investigación es conducido (FORTUN, 2009; COLEMAN; VON HELLERMANN, 2011, p. 4). No es sin razón que esta propuesta desencadenara múltiples debates y algunas críticas (CANDEA, 2007; COLEMAN; VON HELLERMANN, 2011; FALZON, 2009; FITZGERALD, 2012; HAGE, 2005), muchas de ellas reconocidas y contestadas por el propio Marcus (2009; 2011).

La multilocalización del campo, sin embargo, no es automática (como se ha comentado anteriormente) y no siempre es el diseño más adecuado, ya que muchos procesos son mejor analizados a partir de una sola localización. El carácter unisituado no lleva necesariamente a una etnografía incapaz de analizar procesos dinámicos y de movilidad. Si el etnógrafo se limita a un punto de observación, ya sea parado o caminante, la “vida móvil” (ELLIOT; URRY, 2010) de los actores puede llevar, aun así, a una etnografía del movimiento, lo que es atestiguado, por ejemplo, por las etnografías en zonas de frontera (DONNAN; WILSON, 2010).

La principal crítica a la etnografía multisituada es la de una posible dilución de la profundidad del campo, lo que llevaría a una descripción más de las estructuras institucionales que un análisis de las experiencias que los sujetos poseen en sus vidas cotidianas (MARCUS, 2011). El balance entre profundidad y amplitud es un desafío complejo: una mayor amplitud, por ejemplo, con más lugares en el trabajo de campo, no garantiza una mayor profundidad, pero tampoco lleva automáticamente a una dilución del análisis (KING, 2018, pp. 44-45). Es necesario, pues, considerar las dificultades del trabajo de campo en múltiples lugares y sus consecuencias para el desarrollo de descripciones densas y comparaciones entre esos lugares. En este sentido, el investigador debe ser capaz de justificar por qué algunos lugares requieren una investigación más intensiva que otros. Además, debe explicar cómo ha hecho posible las comparaciones necesarias entre esos lugares, considerando los potenciales contrastes en la cualidad y cantidad de los datos, resultantes, no solo de la duración del campo, sino también de los diferentes niveles de familiaridad (MARCUS, 2011; FITZGERALD, 2012, p. 1727).

El riesgo de dilución, sin embargo, no es exclusividad de la etnografía multisituada. Cuando otros formatos de etnografía no son expuestos a esos imperativos de justificación, tienden a suponer que el carácter unisituado es una garantía de profundidad. Una posición

frágil y discutible. Procesos sociales como las migraciones internacionales, en las que son desarrolladas relaciones multiescalares no reductibles a una concepción sustancialista del espacio, demandan una mirada multisituada para una mayor profundidad etnográfica (COOK; LAIDLAW; MAIR, 2009).

Si ni la unicidad o la multiplicidad de los campos son garantía de mayor profundidad es necesario entonces considerar la variable tiempo. Y en este aspecto, desde el punto de vista práctico, la etnografía multisituada tiende a representar riesgos de dilución, en la medida en que existe la tendencia, no absoluta, de que más tiempo en el campo lleve a un análisis más profundo. Considerando que una etnografía multisituada en la que un único investigador permanece años en cada lugar es simplemente inviable, ¿cuáles serían las alternativas factibles? La primera es el intento de vínculo permanente con el campo y los sujetos, aumentando, por consiguiente, la duración del trabajo de campo de forma considerable (FALZON, 2009, p. 8). La segunda es el desarrollo de un campo intermitente, en el que la permanencia prolongada es sustituida por diversas estancias cortas (FALZON, 2009, p. 8). La tercera es la cooperación entre investigadores, lo que puede reducir el tiempo necesario en cada localidad del campo y permitir un abordaje simultáneo y colectivo (BARGLOWSKI; BILECEN; AMELINA, 2014, p. 219; FITZGERALD, 2012, p. 1730).

Otro aspecto que pide reflexión es si el trabajo de campo en múltiples lugares ocurre de forma simultánea (todos los lugares al mismo tiempo) o por etapas. En su revisión sobre los estudios transnacionales, Mazzucatto (2008) identificó que la mayoría tiene un diseño por etapas. No obstante, esta organización temporal no es la más adecuada a la etnografía multisituada, para la cual la multilocalización simultánea es recomendable. Sin embargo, una organización de ese tipo demanda recursos y un equipo de trabajo que no están siempre disponibles, y ciertamente no están en investigaciones doctoral, las cuales, por su propia naturaleza, son trabajos solitarios.

Por último, otro elemento que puede tener impacto sobre la cuestión temporal es la elección de las técnicas de construcción de datos. Hannerz (2003), por ejemplo, sugiere que la menor duración de la presencia en cada lugar de investigación hace que las etnografías multisituadas usen entrevistas de forma más frecuente (p. 211). Esta fue la opción adoptada en esta tesis, de la cual hablaremos en las secciones 1.3 y 1.4.

6.2.5 La etnografía multisituada en los estudios migratorios

Los estudios migratorios encuentran en la etnografía multisituada un proyecto metodológico con potencialidades y aplicabilidad evidentes (MARCUS, 1999, pp. 6-7). Eso ocurre debido al carácter comparativo, contextualizado y con objetivo teórico de la etnografía multisituada, características fundamentales para el análisis de la producción y reproducción de espacios y relaciones transnacionales (GLICK SCHILLER, 2004, p. 1013). Por consiguiente, esos atributos permiten revelar interfaces entre factores de los lugares de origen, destino y de otros lugares posiblemente relevantes, lo que viabiliza explicar ciertas divergencias y convergencias entre distintos circuitos migratorios (FITZGERALD, 2012, p. 1726).

Por estas razones, la etnografía ha tenido una amplia presencia en los proyectos de investigación sobre migraciones. El carácter multilocalizado de los estudios migratorios puede considerarse más que deseable, pero como inevitable (BOCCAGNI; SCHROOTEN, 2018); más que una innovación metodológica, es una exigencia del proceso empírico y el camino que ha permitido los más importantes avances heurísticos de las últimas décadas sobre el tema (como por ejemplo en BASCH; GLICK SCHILLER; SZANTON BLANC, 1994). Como resultado, se han producido innumerables etnografías sobre las migraciones, tal como describe Boccagni y Schrooten (2018, p. 215). Ellas abordaron, por ejemplo, las dinámicas transnacionales de la familia (HONDAGNEU-SOTELO, 2001; PARREÑAS, 2015); las trayectorias de movilidad (MCKAY, 2012; SCHAPENDONK; STEEL, 2014); el compromiso político transnacional (FITZGERALD, 2004; GHORASHI, 2003; LEVITT, 2001); el cotidiano de los inmigrantes (HOLMES, 2013; LUCHT, 2013; SMITH, 2006) y, claro, las prácticas de protección social transnacional (BOCCAGNI, 2011; FAIST et al, 2015; VIVAS-ROMERO, 2017; SERRA MINGOT; MAZZUCATO, 2018).

La aparente obviedad de la aplicación de la etnografía multisituada a los estudios migratorios (MARCUS, 1999, pp. 6-7) tiene como consecuencia ambivalente la limitación de un debate metodológico consistente (FITZGERALD, 2006; FALZON, 2016; BOCCAGNI; SCHROOTEN, 2018, p. 209). Por esto, el retorno a los fundamentos de esa propuesta metodológica desarrollada en este capítulo es relevante. Solamente de esta forma es posible visualizar que la etnografía multisituada no lleva automáticamente a un diseño de investigación particular que sea adecuado a la pluralidad temática y teórica que caracteriza el análisis de las migraciones contemporáneas. En cambio, la etnografía multisituada

representa una matriz que permite el desarrollo de múltiples diseños, con diferentes potenciales, riesgos y adecuados a distintos fenómenos sociales. Para King (2018), los modos de construcción del campo propuestos por Marcus pueden ser aplicados a los estudios migratorios por medio de las siguientes formas:

- “*Seguir a las personas*” es la estrategia más evidentemente apropiada y utilizada en los estudios migratorios, dado que permite comprender las dinámicas transnacionales o diaspóricas. Se favorece, de esa manera, una convergencia entre la simultaneidad social de los migrantes (el estar “allá” y “aquí”) y la multilocalización del campo etnográfico (KING, 2018, p. 46). En consecuencia, el campo etnográfico es desarrollado a partir de las prácticas sociales concretas de los actores (y de sus redes sociales), vinculando diferentes lugares y promocionando una concepción de las migraciones más allá de la dicotomía origen-destino;
- “*Seguir la historia*” es un tipo de etnografía multisituada que, según King (2018, pp. 46-47), no ha sido todavía explorado en su plenitud, pero que posee gran potencial. El estudio de las grandes narrativas sobre las migraciones puede ser realizado bajo un diseño multisituado, vinculando así diversas fuentes de datos y lugares históricos;
- “*Seguir la biografía*” posibilita una complejización y profundización del seguimiento de la historia. Esta modalidad se caracteriza por seguir los itinerarios biográficos, abordando las conjunciones entre los niveles micro y macro de la historia (KING, 2018, p. 47). Como resultado, esta estrategia permite la reconstrucción de vínculos entre lugares a partir de los enlaces entre eventos vitales y procesos históricos (MARCUS, 1995, pp. 109-110) que, de otra forma, podrían pasar desapercibidos;
- “*Seguir las cosas*”, a su vez, remite al análisis de la movilidad e inmovilidad de objetos materiales. Este camino investigativo posibilita reconstruir el movimiento de bienes y capitales, pero también de regalos, objetos personales y comida, elementos profundamente vinculados con las dinámicas migratorias (KING, 2018, p. 46);
- “*Seguir la metáfora*” se refiere al análisis del movimiento de ideas, discursos y símbolos, institucionalizados en políticas públicas o presentes en redes de chismes o rumores (KING, 2018, p. 46). Esta estrategia puede permitir el estudio de cómo las migraciones impactan en la formulación de políticas públicas en origen o destino,

algo que Levitt llamó “remesas sociales” (LEVITT, 1998). Otra posibilidad sería entender cómo ciertos mitos sobre los migrantes se constituyen de modo particular en determinados lugares;

- “*Seguir el conflicto*” permitiría, según King, el estudio de conflictos vinculados a las migraciones, como las generadas en la movilidad transfronteriza de refugiados (KING, 2018, p. 47).

La etnografía multisituada invita a un seguimiento del rastro de prácticas sociales concretas en sus caminos y huellas geográficas como forma de abordar la complejidad relacional de los espacios sociales en un mundo en globalización. Las miradas de la etnografía multisituada y del transnacionalismo metodológico tienen en común la concepción de las migraciones como involucradas en redes de relaciones multilocalizadas. Por consiguiente, los diferentes caminos posibles de formación del campo etnográfico propuestos por Marcus tienen como resultado la inclusión en los diseños de investigación los lugares de destino, de origen y otros lugares potencialmente relevantes, así como los actores móviles y los relativamente no móviles⁵⁶.

6.3 LA BIOGRAFÍA COMO CAMPO ETNOGRÁFICO

La etimología de los términos “biografía” y “etnografía” es similar, ya que ambos terminan con el vocablo griego que alude a la “escritura” o al “estudio escrito” (γράφειν, *graphein*). ¿Cuáles son las interfaces posibles entre la *bios* y el *ethnos*, entre el estudio escrito de la vida y del pueblo? ¿Es posible (y deseable) que un estudio etnográfico tenga como foco las historias de vida? Esa sección se dedica a la construcción de una respuesta positiva a esa pregunta fundamental, mientras que en la siguiente se presenta la entrevista biográfica-narrativa como una forma eficaz de constituir una práctica etnográfica a partir de la biografía.

La propuesta etnográfica desarrollada por Marcus, creada en el camino abierto por el giro reflexivo de la antropología a partir de los años 1970, promueve una mirada positiva acerca de las complementariedades entre los estudios etnográficos y biográficos. Además, es interesante notar que tanto los métodos etnográficos como los abordajes biográficos son

⁵⁶ Como argumenta Velasco y Gianturco (2012, p. 116), las “biografías multiespaciales” incluyen también aquellos que viven en una imagen de mundo multiespacial, incluso cuando no han migrado.

ampliamente movilizados en los estudios migratorios y en el análisis de la protección social⁵⁷. Por consiguiente, en esta tesis se desenvuelve una etnografía de biografías multisituadas que tiene como foco las formas como los migrantes, y sus redes familiares conciben y se relacionan con la protección social en el lugar de origen, de destino y posiblemente en otros lugares relevantes. Para ello, se optó por el camino propuesto por Marcus de seguir a las personas y sus biografías, en otras palabras: seguir a los migrantes en el tiempo y espacio. Un camino único para investigar cómo las interfaces entre protección social y migraciones se sitúan en el ámbito de trayectorias de vida.

Uno de los desafíos centrales de los estudios migratorios es la alta complejidad del proceso en análisis. ¿Cómo comprender las ondulaciones vitales que marcan la experiencia de desplazamiento y de lo cotidiano en tierra extranjera (VELASCO; GIANTURCO, 2012, p. 117)? ¿Cómo interpretar las biografías multilocalizadas que atraviesan y son cruzadas por contextos sociales variados y no fácilmente identificables de forma externa y a priori? Desde sus momentos iniciales, los estudios migratorios han encontrado en el análisis biográfico un camino para hacer frente a esos desafíos. Este es el caso del clásico "The Polish Peasant in Europe and America" de William I. Thomas y Florian Znaniecki, publicado entre 1918 y 1920. Este estudio es pionero, y está compuesto por diversos tipos de documentos (cartas, artículos de la prensa polaca, documentos de asociaciones de apoyo y documentos de las parroquias). Esa obra seminal abrió el camino para una transformación profunda en la relación entre biografía y sociología y en el modo en que como son utilizados e interpretados los documentos personales (BULMER, 1986, p. 45). Además, este libro llamó la atención sobre la relevancia del contexto de origen para entender procesos de integración posteriores, así como para los vínculos que los inmigrantes mantienen con su lugar de origen.

Si, como define Dausien (1999, p. 228 *apud* ROSENTHAL, 2014, p. 32), el análisis biográfico consiste en un enfoque histórico reconstructivo fundamentado en una narrativa

⁵⁷ Para mencionar algunos ejemplos prominentes, dentro de la amplia gama existente: el libro organizado por Rosenthal y Bogner (2009) que abordó las migraciones y la etnicidad a partir de la etnografía y la biografía; el capítulo escrito por Bommes (2000) sobre las interfaces entre el régimen nacional de bienestar, la biografía y las migraciones en el caso de los "alemanes étnicos"; el libro organizado por Chamberlayne, Bornat y Apitzsch (2004) que reúne un amplio conjunto de investigaciones que abordaron las políticas sociales a partir de la biografía; el estudio de Rosenthal, Bahl y Worm (2017) sobre la biografía de los inmigrantes en la frontera entre la región España y Marruecos; y, finalmente, Thomas y Znaniecki (1918-1920) y Marsal (1972), que son clásicos del uso de la biografía en las investigaciones sobre las migraciones.

Para un panorama del uso de la etnografía en los estudios migratorios, véase el apartado 1.2.5.

de “cómo se llegó a...”, que permite articular temporalidad y espacialidad, esta propuesta tiene potenciales relevantes para el entendimiento de las migraciones internacionales (MORET, 2018, p. 15). Sin embargo, como señala Sayad (1998), esta convergencia no es automática y debe ser justificada. El análisis biográfico demanda, así, una mirada metodológica (VERD; LOZARES, 2016, p. 183) a fin de no caer en anécdotas o en algún tipo de violencia simbólica contra el interlocutor.

Un enfoque biográfico para las migraciones tiene tres potenciales importantes e interrelacionados. Primero, representa una forma de reducir los riesgos de una simplificación exagerada del proceso en análisis. En segundo lugar, permite una mirada dinámica de las trayectorias de los individuos, reconociendo el carácter transformacional de las experiencias migratorias (APITZSCH; SIOUTI, 2007), sin definir o fijar externamente y *a priori* los itinerarios biográficos, y llegando a resultados que, frecuentemente, son inesperados y, por lo tanto, fructíferos para la producción teórica. Tercero, permite alcanzar a las dinámicas procesuales que están en las intersecciones espaciales y temporales entre las estructuras sociales y la experiencia de los actores (VERD; LOZARES, 2016, p. 183).

Muchas de las contribuciones de “The Polish Peasant” vienen siendo, en las últimas décadas, redescubiertas y reinterpretadas en los estudios migratorios. Progresivamente se ha conformado lo que Chamberlayne, Bornat y Wengraf (2000) llamaron “giro biográfico” en las ciencias sociales: una reacción contra las formas de investigación que negaron, por medio de una actitud positivista-empirista, la importancia de la subjetividad y de la acción en la vida social (IOSIFIDES; SPORTON, 2009). A pesar de la pluralidad que marca los estudios biográficos hay un interés compartido en comprender las experiencias y transformaciones de interpretación de las personas en sus cotidianos, lo que ellas consideran importantes y cómo ellas construyen sentido sobre el pasado, el presente y el futuro (MERILL; WEST, 2009, p. 2).

El giro biográfico tuvo impactos sobre la etnografía, haciendo que Kristmundsdottir (2006) defienda que la biografía deba ser reconocida como un posible campo etnográfico. A pesar de una aparente novedad, el uso de historias de vida en la etnografía forma parte de una larga tradición (KRISTMUNDSDOTTIR, 2006, pp. 164-165). Para Kristmundsdottir (2006), en estos estudios la constitución del campo etnográfico tiende a reconocer definiciones subjetivas del lugar (p. 174), haciendo que la interacción con las personas biografiadas ocupe una posición crucial en el trabajo de campo. Esto se ha convertido en un

imperativo, además, por el profundo entrelazamiento entre la cultura en estudio y las formas de vida evidenciadas por las narrativas biográficas.

Es evidente que la historia de vida de los sujetos es relevante, pero cabe preguntarse en particular: ¿Cómo las entrevistas de carácter biográfico pueden ocupar un lugar prominente en la etnografía? ¿Cuáles son las interfaces y sinergias entre las entrevistas biográficas y la observación participante? Las entrevistas biográficas, a pesar de su diversidad, asumen un carácter abierto, incentivando que la estructura narrativa sea definida por el biografiado. Esta apertura de la entrevista exige una implicación del entrevistado, lo que requiere el establecimiento de lazos de confianza y el desarrollo de una relación de proximidad. De esta forma, la entrevista puede ser, así, una estrategia de “penetrar fronteras” para la observación que, de otra manera, no serían accesibles (ATKINSON; HAMMERSLEY, 2003, p. 108). Además, tanto la entrevista biográfica como la observación participante requieren la colaboración y la familiarización, a fin de que el investigador y el sujeto de la investigación se ubiquen en una situación en que las circunstancias sean mínimamente compartidas (LEE; INGOLD, 2006, p. 67).

La observación participante, inseparable del hacer etnográfico, al combinarse con el uso de entrevistas biográficas, puede tomar la forma de una “escucha participante” (FORSEY, 2010), haciendo que la frontera entre una técnica y la otra sea tenue (ATKINSON; HAMMERSLEY, 2003, pp. 108-109). De esta forma, el entrevistador puede utilizar la presencia en el mundo íntimo, un requerimiento de la entrevista biográfica, como una oportunidad de observación: cuando la puerta de una casa es abierta al entrevistado, él puede (y debe) transformarse también en un observador. Esto permite constituir una sinergia estratégica entre las dos técnicas (ATKINSON; HAMMERSLEY, 2003, p. 102), haciendo que la observación vaya más allá de la presencia física y la entrevista más allá de la escucha y de la interpretación textual. El carácter participativo de la escucha se relaciona con el vínculo colaborativo que se debe desarrollar entre el investigador y el sujeto de la investigación en la reconstrucción de las biografías. Algo que también sucede en la construcción del campo etnográfico, como sugiere Marcus. Es un trabajo de cuatro o más manos: si por un lado se busca que los sujetos construyan sus narraciones de la forma que les fueran más propias, por otro lado, la reconstrucción interpretativa de esas narrativas significa una intervención del investigador en ese proceso.

En el ámbito de esta tesis la entrevista biográfica ocupó un lugar destacado en el campo etnográfico. Se ha buscado, así, constituir una interfaz positiva entre entrevista y observación, entre escucha y mirada, entre texto y contexto. Esta decisión se justifica debido a la importancia de la mediación subjetiva y del carácter desterritorializado que marcan las relaciones transnacionales con la protección social. Este proceso, tal como fue argumentado anteriormente, no puede ser entendido solamente por medio de enfoques sustancialistas. Por ejemplo, ¿cuál sería el “lugar” de la familia transnacional? ¿Sería posible la observación de tal a partir de un único punto de vista? Y aunque sea posible observar la “familia de aquí” y la “familia de allá”, el contenido de muchos de los componentes que marcan esa vida familiar no es accesible a la observación, si esa se limita a un carácter sensorial⁵⁸, requiriendo así la interpretación de su ubicación en narrativas biográficas y sus contextos sociales. Es solamente a partir de las historias de vida contadas, en su ubicación en marcos históricos, sociales y espaciales particulares, que lo observado toma mayor sentido.

Hasta la presente sección, la referencia a las entrevistas biográficas se ha dado de manera amplia, no haciendo justicia la pluralidad de técnicas y estrategias que componen las metodologías biográficas. Con el fin de llenar esa laguna provisional, presentamos en el próximo apartado la modalidad particular aquí adoptada: la entrevista biográfica-narrativa, tal como ha sido propuesta por Rosenthal (2014; 2017), Wengraf (2000; 2001) y otros.

6.4 LA ENTREVISTA BIOGRÁFICO-NARRATIVA

A pesar de los numerosos intentos de constituir recetas estructuradas, la práctica real de las entrevistas tiende a caracterizarse más por la flexibilidad, la artesanía y el bricolaje (KAUFMANN, 2011, p. 9) que por el seguimiento disciplinado de una fórmula predeterminada. La trampa del formalismo exagerado llevó la escritura de innumerables capítulos metodológicos con poca (o ninguna) utilidad y proximidad con la conducción de la investigación⁵⁹. La entrevista biográfica, en sus diferentes variantes, conforma un

⁵⁸ En otras palabras, el objeto de estudio no puede ser reducido al objeto de observación (TROUILLOT, 2001, p. 135). En cierto modo, lo que se está discutiendo aquí, así como lo hace Feldman (2011), es cierto empirismo criticado por Paul Willis. Según el autor del clásico *Aprendiendo a trabajar*, la etnografía no puede ser reducida al proceso de descripción de lo visible, de lo que está en la superficie del campo (WILLIS, 1977, p. 121).

⁵⁹ El riesgo de exceso de formalización no puede ser omitido, en la medida que representaría una contradicción con las bases de una metodología interpretativa. La ironía de la alerta de Kaufmann sobre la supuesta inutilidad de muchos capítulos de metodología sirve como un punto de posible crítica por

instrumento metodológico poderoso, que parte del reconocimiento de la complejidad de la construcción de narrativas y se utiliza de tal característica como medio de producción de datos sociológicos.

No obstante la pluralidad de las entrevistas biográficas (BERTAUX, 1981), Blackman (1992) identifica cinco puntos en los que sus partidarios presentan cierto consenso: a) la historia de la vida emerge a través del diálogo con el otro; b) existe una colaboración entre el entrevistador y el entrevistado; c) es un cuento contado dos veces, del participante al entrevistador y después del entrevistador para el público; d) la historia de la vida está moldeada por los contextos socioculturales relacionados con el entrevistado, el investigador y la audiencia; e) la investigación de la historia de la vida representa la vida, es decir, no es una expresión directa de la misma. En esta tesis se optó por la utilización de la entrevista narrativa (SCHUTZE, 1992; WENGRAF, 2000; 2001; ROSENTHAL, 2014; 2017) como instrumento de construcción de datos. Esa forma de entrevista biográfica está de acuerdo con los cinco atributos mencionados por Blackman. Sin embargo, posee características particulares fundamentadas en el Método Interpretativo Biográfico-Narrativo (MIBN). Por esta razón, Rosenthal (2017) añade que, además de los principios de la investigación interpretativa y de los consensos identificados por Blackman, la entrevista narrativa responde a siete principios básicos (p. 226):

1. Espaço para o desenvolvimento da *Gestalt*
2. Estímulo a processos de recordação
3. Estímulo a verbalização de domínios temáticos delicados
4. Uma solicitação de relato temporalmente e tematicamente aberta
5. Escuta ativa e atenta
6. Perguntas de verificação sutis e geradoras de relatos
7. Oferecer apoio a recordação cênica

El MIBN tiende a centrarse íntegramente en el análisis biográfico, razón por la que en esta investigación se adopta el instrumento de la entrevista biográfico-narrativa sin asumir la totalidad del diseño y de las estrategias de investigación propuestas por los estudiosos de la MIBN. En particular, no se adopta, en esta tesis, la forma exhaustiva de interpretación de las narrativas, a pesar de que parte de las entrevistas (las seleccionadas en la segunda muestra teórica, tal como se describe en el capítulo 7) fueron analizadas considerando la secuencia

parte del lector: ¿Será este capítulo un ejemplo del equívoco formalista? ¿Hay en esta tesis un adecuado balance entre formalización y apertura? ¿La estrategia metodológica presentada tiene implicaciones concretas e identificables en el análisis empírica?

narrativa. Además, y con el fin de combinar la entrevista narrativa con la etnografía multisituada, se movilizaron otras técnicas de investigación, como la observación participante y las entrevistas semiestructuradas. Estas técnicas adicionales, además de la referencia a otros estudios y estadísticas sociales, hacen que el campo empírico vaya más allá del texto narrativo.

Los primeros estudios biográficos se basaban en una distinción entre una realidad “objetiva” y una interpretación subjetiva de tal (ROSENTHAL, 2017, pp. 22-23). El abordaje biográfico narrativo, en cambio, busca superar esa interpretación dicotómica a partir de una concepción fenomenológica de la realidad⁶⁰. En consecuencia, se concibe que la vivencia y el acontecimiento no son reductibles uno al otro y que la narrativa es producto tanto de procesos conscientes al individuo, como resultado de aspectos inconscientes de naturaleza social y cultural. Este enfoque propone, por tanto, una dialéctica de la relación entre la *noema* (“la manifestación de la vida”) y la *noesis* (“la mirada atenta sobre la vida”), que permite concebir el vivenciar, el recordar y el narrar como en permanente interfaz constituyente (ROSENTHAL, 2017, p. 27). Esta interrelación es comprendida a partir de la distinción analítica entre historia de vida vivenciada e historia de vida narrada (ROSENTHAL, 2017)⁶¹, o sea, entre la autopercepción biográfica en la situación narrativa y la forma en que la manifestación del pasado se transforma en experiencia (ROSENTHAL, 2017).

La entrevista narrativa contiene tres fases que, preferentemente, se distribuyen en más de una sesión (WENGRAF, 2001, p. 119). En la primera etapa, momento estratégico de la entrevista, se hace una pregunta generadora de narrativa. Esta cuestión debe ser lo suficientemente precisa y abierta. Además, debe estar precedida de una explicación del funcionamiento de la entrevista (WENGRAF, 2001, p. 119). El objetivo es que el entrevistado desarrolle una narrativa larga y que esté cómodo para organizar, autónomamente, la secuencia de su discurso (ROSENTHAL, 2014, p. 173). En general, en

⁶⁰ Un ejemplo de este fundamento se expresa en el teorema de Thomas (1928): “Si las personas definen las situaciones como reales, estas son reales en sus consecuencias” (pp. 517-572, traducción nuestra).

⁶¹ “Parto sobretudo da hipótese de que a história de vida narrada constitui-se na inter-relação entre aquilo que se manifesta à consciência na situação de vivência (*noema* de percepção) e o ato de percepção (*noesis*), entre as vivências formalmente sedimentadas e tornadas imagens pela memória (noemas de recordação) e o ato de voltar-se a ela no tempo presente do relato. História de vida vivenciada e história de vida narrada encontram-se em relação de constituição recíproca” (ROSENTHAL, 2017, p. 28)

esta primera fase se realiza una pregunta que busca conducir a un relato sobre una fase de la vida y / o sobre una temática específica (ROSENTHAL, 2014, p. 183).

En la segunda fase, se realizan nuevas preguntas a partir de aspectos presentes en los relatos de la primera fase y que han sido registrados en anotaciones por el entrevistador. Se recomienda que la secuencia de preguntas respete el mismo ordenamiento y las mismas palabras que emergieron en la narrativa del actor. Posteriormente, en la tercera fase, el entrevistador puede realizar preguntas externas a la narrativa del sujeto (ROSENTHAL, 2014, p. 191).

Las narrativas pueden estar compuestas por: relatos (una narración sintética de situaciones concretas en la que el sujeto adopta cierto distanciamiento); historias narrativas (narración detallada de una secuencia de eventos contados a partir de una posición de proximidad del sujeto); argumentaciones (reflexiones y posiciones teóricas); y descripciones (un relato no sobre eventos, sino sobre cómo ciertas estructuras poseen atributos estáticos) (ROSENTHAL, 2014). Este tipo de entrevista tiene como foco no solo lo que se dice, sino también cómo son encadenadas diferentes formas y lógicas discursivas. Por lo tanto, es un dato relevante que, por ejemplo, un entrevistado relate ciertas situaciones mientras describe otras (ROSENTHAL, 1998, pp. 4-5). Es crucial, durante las entrevistas, evitar interrupciones y desarrollar una actitud de escucha atenta y activa, por medio del soporte no verbal (postura de escucha, contacto visual y sonidos no verbales) y del “espejo de emociones” (expresión de las mismas emociones manifestadas por el sujeto) (WENGRAF, 2001, p. 130). Esto es especialmente importante en momentos sensibles de la entrevista, por ejemplo, cuando el actor está narrando vivencias dolorosas, algo que puede llevar al llanto, la irritación u otras reacciones emocionales fuertes. En esas situaciones, aceptar la interdicción de ciertos asuntos y verbalizar los contenidos emocionales de la vivencia en el sentido del apoyo son algunas de las estrategias posibles (ROGERS, 1951; ROSENTHAL, 2014, p. 199).

A modo de síntesis

Este capítulo ha mostrado los fundamentos metodológicos que guiaron este estudio y que permitieron conformar el diseño y las estrategias que serán presentadas en el próximo capítulo. Primeramente, fueron defendidos tres principios básicos, el de la sociología interpretativa, el del transnacionalismo metodológico y el de una concepción relacional del espacio. Posteriormente, la etnografía multisituada fue presentada como la propuesta metodológica más adecuada a tales principios y al propósito de ese estudio de comprender las interfaces entre las migraciones y la protección social. Por último, se argumentó en favor de la estrategia etnográfica de “seguir a las personas y sus biografías”, marcada por prominencia de la entrevista narrativa.

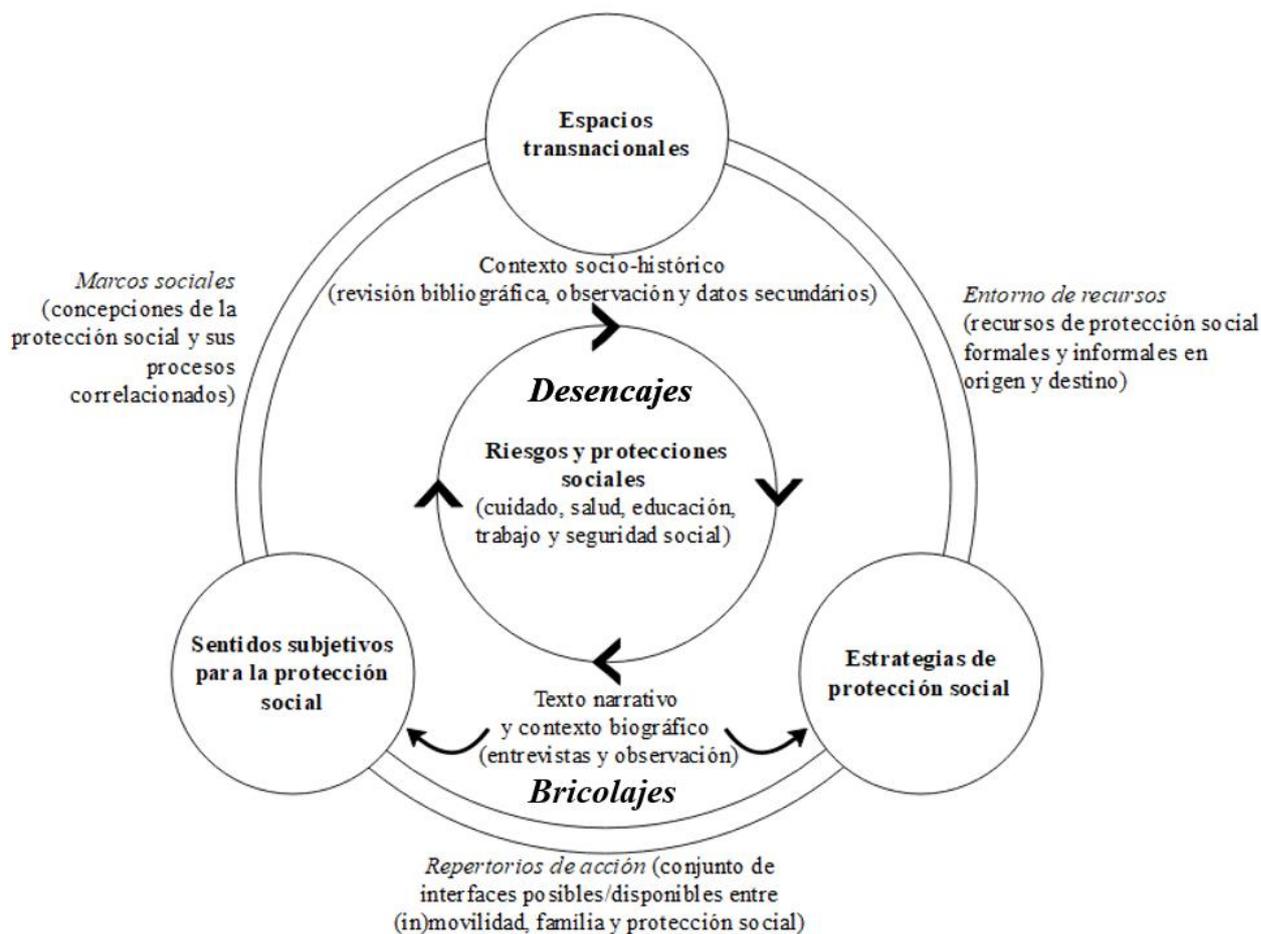
7 LA ETNOGRAFÍA DE LA PROTECCIÓN SOCIAL EN BIOGRAFÍAS MULTISITUADAS

En el capítulo anterior se delinearon las bases sobre las cuales se desarrolló el diseño y las estrategias metodológicas que se discutirán a continuación en cuatro etapas. Inicialmente, se presenta el modelo para el análisis de las interfaces entre protección social y migraciones internacionales. Este modelo es constituido por tres ejes, a partir de los cuales se considera posible entender la presencia de desencajes de la PST y el desarrollo de distintas formas de bricolaje: los espacios sociales; los sentidos subjetivos; y las estrategias de los migrantes y sus familias. Partiendo de esas categorías, en la segunda sección se describe cómo se ha constituido el campo etnográfico por medio del seguimiento de los migrantes bolivianos y de sus biografías multisituadas en São Paulo, Barcelona y en Bolivia. Posteriormente, se abordan los procedimientos de producción de datos etnográficos, en particular el modo de conducción de las entrevistas narrativas y las sinergias que ellas guardaron con las entrevistas semiestructuradas y la observación participante. Por fin, en la última sección, se presentan dos procedimientos para la interpretación de los datos, el análisis categorial de los sentidos y de las estrategias de protección social y el análisis secuencial de las narrativas biográficas.

7.1 ESPACIOS, SENTIDOS Y ESTRATEGIAS TRANSNACIONALES DE PROTECCIÓN SOCIAL: UN MODELO DE ANÁLISIS DE LOS DESENCAJES Y LOS BRICOLAJES

En esta sección se presentará el modelo analítico que, al descomponer los elementos que marcan las interfaces entre protección social y migraciones, permite que se constituya un abordaje capaz de hacer frente a la complejidad y amplitud que marca dicho proceso. En líneas generales, el modelo analítico abajo sintetizado representa una propuesta de un camino interpretativo, que parte de los sentidos y de las estrategias de protección social para analizar las dinámicas de desencaje y los esfuerzos de bricolaje que marcan la PST.

Figura 13 – Flujoograma del modelo analítico



Fuente: Elaboración propia

La investigación empírica tuvo como objetivo comprender las dinámicas transnacionales de protección social en cinco esferas (el cuidado, el trabajo, la salud y la educación y la seguridad social) en sus diferentes conjunciones de aspectos formales e informales y en los distintos espacios transnacionales (Bolivia - Barcelona y Bolivia - São Paulo). El objetivo ha sido identificar la presencia y el contenido de diferentes tipos de desencajes de la protección social (del espacio, del enmarque y de las interseccionalidades), así como las formas de bricolaje de recursos formales e informales. Se consideró que esos procesos están compuestos por tres ejes: los espacios, las estrategias y los sentidos de la protección social. Evidentemente, estos ejes están en permanente interfaz y constitución mutua. Esto ocurre por la mediación de tres mecanismos sociales: los marcos sociales, en el ámbito de los cuales están las concepciones normativas sobre la protección social y sus

procesos conexos (regímenes de género y cuidado, por ejemplo); los repertorios de acción, es decir, las modalidades estratégicas que se ha consolidado históricamente y a las que los individuos tienen acceso y consideran como posibles; y los entornos de recursos (*resource environment*), que hacen referencia a todos los recursos de protección social disponibles, tanto en el lugar de origen como de destino (o en otros lugares relevantes) para los migrantes y sus familiares⁶².

Los espacios o campos sociales transnacionales (LEVITT; GLICK SCHILLER, 2004, FAIST, 2010), definidos en el capítulo 3, se caracterizan por su carácter relacional (son redes transfronterizas de relaciones sociales interconectadas), por su formato multisituado (dinámicas de territorialización y desterritorialización de espacios multiescalares y potencialmente no continuos), y por la interacción transfronteriza de diferentes tipos de actores estatales y no estatales (estados, mercado, familias y comunidades y tercer sector). Estos espacios solamente se mantienen por medio de la acción e interacción continuada de esos diferentes actores. Por una parte, las redes de circulación de cuidado, el intercambio de remesas y las organizaciones asociativas de migrantes son algunas de las dinámicas esenciales “desde abajo” que permiten la constitución y el mantenimiento de esos espacios y los vinculan directamente con la protección social transnacional. Por otra parte, la actuación de los estados nacionales y de organizaciones supranacionales, sea por políticas diaspóricas o por acuerdos internacionales que permitan la portabilidad de derechos, son algunos de los procesos “desde arriba” que cumplen un papel relevante en ese aspecto. En el marco del estudio empírico desarrollado en esta tesis se abordaron cinco esferas de la protección social que están presentes en espacios sociales transnacionales:

- El cuidado: en su sentido amplio, el cuidado no es tan solo una esfera de la protección social, sino que es una dinámica transversal que moldea la forma en que la ella es garantizada en todas las esferas de la protección social, tal como se discutió en los capítulos 2 y 3. En otras palabras, la familia es, por medio de los vínculos de reciprocidad de cuidado, productora, consumidora y gestora de protección social. El cuidado es, así pues, tanto un elemento fisiológico como morfológico de la vida transnacional. Sin dejar de

⁶² La noción de repertorios de acción es frecuente en la sociología política. Aquí utilizamos el término de manera operacional, para llamar la atención sobre el carácter histórico y cultural que fundamenta las estrategias de protección social. Lo mismo ocurre con el término “marcos sociales”, generalmente vinculado al “análisis de frames” propuesto por Goffmann. En esta tesis movilizamos la noción de forma operacional para llamar la atención sobre la producción social de modos de comprender y concebir la protección social.

reconocer esa dualidad compleja, y tan solo con fines metodológicos, el cuidado como esfera de la protección social hace referencia aquí a los arreglos domésticos de cuidado presencial, emocional y moral de niños, jóvenes, enfermos y personas mayores.

- El trabajo: es simultáneamente una fuente de riesgo y de recursos para la protección social. Por un lado, la ausencia de trabajo o la precariedad de este son riesgos importantes, para los cuales pueden existir medios de asistencia formales e informales. Por otro lado, la remuneración del trabajo es una de las formas que permiten que los migrantes, incluso distantes, contribuyan a la protección de sus familiares. Y, además, el acceso al empleo es uno de los principales caminos para el acceso a otros tipos de derechos y recursos de protección, ya sean por medio de la categoría profesional (como las mutuas laborales en Bolivia) o vinculados a la regulación de la residencia como inmigrante (como en España). Asimismo, en este estudio se considera el trabajo en esa doble dimensionalidad como una esfera de riesgo que puede ser objeto de protección social y como medio de acceso a recursos protectores, ya sea a través de derechos sociales, de la integración a categorías profesionales o por medio de recursos económicos resultantes de la remuneración laboral;

- La salud: hace referencia a los medios de acceso a la asistencia sanitaria y las formas de autogestión de la salud. Por lo tanto, remite a las estrategias y concepciones que fundamentan el acceso a la salud, tanto en el lugar de origen como en el de destino, ya sea en el sector privado o en el público; pero también incluye los procedimientos realizados por la propia familia y comunidad con el objetivo de tratar enfermedades, como el uso de hierbas, alimentos funcionales, curanderos o la automedicación;

- La educación: alude las estrategias, y los sentidos que las justifican, de acceso a instituciones educativas formales, en sus diferentes niveles, naturaleza (privada o pública) y localización. El acceso a la educación es una dinámica de protección social relevante, no solo por su dimensión formativa, sino por su carácter preventivo y por su potencial de movilidad social;

- La seguridad social: se vincula a la planificación y el recibimiento de la protección para la vejez, para sobrevivientes, para incapacidades y para la jubilación. En esta esfera se incluyen tanto los beneficios recibidos de instituciones públicas, como los resultantes de inversión individual y familiar (ya sea bancaria, empresarial o inmobiliaria). Se abarcan también las estrategias familiares de desarrollo de ahorros que tienen como objetivo responder a riesgos inesperados o resultantes del envejecimiento. Además, las estrategias de

reducción de trabajo en la vejez, ya sea por estrategias empresariales o laborales, también se insertan en esa esfera.

La acepción aquí adoptada para esas esferas constituye una aplicación particular de las definiciones propuestas por Levitt et al (2017, pp. 5-6) y la OCDE (2007). El objetivo ha sido destacar el bricolaje entre componentes informales y formales de protección social (BILECEN; BARGLOWSKI, 2015), resultado de las estrategias y sentidos promovidos en el ámbito de las redes familiares transnacionales. En ese sentido, se puede preguntar: ¿Cómo analizar las estrategias multisituadas de prevención, gestión, reducción y superación de circunstancias adversas al bienestar generadas en las diferentes esferas antes mencionadas? Levitt et al (2017) proponen el concepto de “entorno de recursos” (*resource environment*). Este consiste en: “(...) la combinación de todas las posibles protecciones disponibles desde las cuatro fuentes potenciales (Estados, mercados, tercer sector y redes sociales)” (LEVITT et al, 2017, p. 6, traducción nuestra). El concepto de “entorno de recursos” tiene una alta capacidad heurística y permite comprender cómo el acceso a la PST varía a través del espacio y el tiempo y a través de individuos y grupos.

La descripción de las familias transnacionales como promotoras de estrategias de protección social que activan y combinan “artesanalmente” diferentes fuentes de recursos para la protección social, lleva a destacar la capacidad de agencia de los migrantes. La resiliencia de esos se expresa en formas de combinación de elementos formales e informales y de dinámicas de inmovilidad y movilidad. Sin embargo, recalcar la agencia migrante no se traduce en plantear que la acción de esos actores es independiente a las estructuras institucionales, pero se sugiere una concepción de los migrantes como una fuerza creativa e intersticial dentro de estas estructuras. El concepto de entorno de recursos permite describir cómo determinadas configuraciones institucionales multiescalares crean condiciones u obstáculos a partir de los cuales los individuos y familias desarrollan estrategias de bricolaje de la protección social. De este modo, resulta una tarea fundamental interpretar la existencia de diferentes entornos de recursos en sus vínculos tanto con las estrategias llevadas a cabo por los actores como con distintas configuraciones institucionales.

La identificación de la disponibilidad para el acceso de un recurso (o sea, tener la pose o el derecho a un servicio de protección) es condición necesaria, pero insuficiente para la comprensión de las estrategias que permitieron ese acceso y que se dieron posteriormente a ello. En ese sentido es fundamental reconocer la existencia de repertorios de la acción que

se consolidan en el transcurso de la historia (en los niveles “micro biográfico” y “macro societal”) y que llevan a formas diversas de cómo las migraciones se establecen como un medio posible de hacer frente a problemas de protección. Por lo tanto, es crucial identificar los vínculos profundos entre (in)movilidad y protección social a través del análisis de la historia y cultura migratorias y de las trayectorias de establecimiento de redes de relaciones entre sujetos con diferentes grados de movilidad. En el marco de este estudio empírico esa meta se realiza a partir de la interpretación de las biografías de los migrantes y cómo en el marco de ellas se vinculan migraciones internas, internacionales y episodios y situaciones de riesgos sociales (concretizados, imprevistos o previsibles).

Por último, si la posesión (o posibilidad de tal) de un recurso de protección social no determina cómo otros recursos serán buscados, tampoco instituye las formas de su uso. Esto ocurre, en gran medida, porque esos recursos están sometidos a procesos de significación subjetiva que constituyen un entrelazamiento entre múltiples concepciones de “modos de acceso” y “modos de uso” (SPERONI, 2017)⁶³. En este sentido, se vuelve elemental reconocer la pluralidad potencial de las interfaces entre los sentidos manifestados por los actores con relación a determinadas formas de protección social y los marcos sociales que establecen formas ideales de familia, género, envejecimiento, salud, educación, etc. El desarrollo de estrategias de acceso y uso de recursos de la protección social demandan un esfuerzo de justificación por los actores, algo que tiende a concretarse, sobre todo, en disputas y negociaciones en el ámbito familiar o en conflictos y dilemas subjetivos potencialmente expresados en narrativas biográficas.

El énfasis a la dimensión subjetiva de la protección social, o sea a los procesos de atribución de sentido al acceso y al uso de recursos, permite abarcar posibles contenidos multisituados no evidentes y no lineales para la protección social transnacional. Por un lado, la transnacionalización de la protección social demanda justificaciones y explicaciones de los actores, no solo por medio de una racionalidad económica (beneficios versus costes) sino moral (lo bueno versus lo malo). Debido a su carácter multisituado y a la tendencia de una

⁶³ En gran medida, esta distinción es una consecuencia de una posición interpretativa de la sociedad que está en contraste, por ejemplo, con el enfoque de Bourdieu, para el cual el *habitus* de un determinado campo social es la internalización simultánea de concepciones y de estrategias subjetivas. Para las perspectivas sociológicas que resaltan la escisión que atraviesa el individuo entre formas de “ser” y modos de “querer ser”, la concepción de una simultaneidad entre socialización (internalización de normas sociales) y subjetivación (esfuerzos individuales para una vida autónoma) no se sustenta (por ejemplo, en Dubet, 1996; Dubar, 2005; Touraine, 2005). Sobre este debate véase Speroni, 2012, p. 22-54.

hibridación no solo espacial sino social y cultural, el mantenimiento y los esfuerzos para el acceso y el uso de recursos de protección “aquí” y “allá” hacer emerger un “imperativo de justificación”. Por otro lado, reconocer la importancia de las razones y significaciones presentadas por los actores es una exigencia para evitar una jerarquización prematura entre la protección en origen y destino y entre recursos formales e informales. Con relación a este último aspecto, y tal como destaca Bilecen y Barglowski (2015), no siempre las estrategias y recursos informales de protección social se movilizan solamente por la ausencia de caminos formales. Por ejemplo, ¿el “buen” cuidado de las personas mayores debe ocurrir por medio de servicios del estado o por medio del cuidado familiar? ¿La jubilación es un logro personal y familiar o una tarea de los estados? El dilema presentado por estas cuestiones y las vinculadas a los diferentes sectores de la protección indican la complejidad y la relevancia de un abordaje no lineal al proceso en pauta. En suma, es la interpretación de los sentidos dados la protección social, en sus diferentes sectores y lugares, que permite comprender la transnacionalización de la protección social no solo como una disyunción estructural o resultado de un cálculo racional, sino como un proceso en que los sentidos subjetivos y la reflexividad de los sujetos cumplen un rol central.

En esta sección se ha presentado el modelo analítico fundamentado en tres ejes (los espacios, las estrategias y los sentidos transnacionales de la protección social) y en tres mecanismos (entornos de recursos, repertorios de acción y marcos sociales). Este modelo constituye un puente de conexión entre el marco teórico descrito en la Parte I, los principios metodológicos abordados en el capítulo 6 y las formas de concreción de la investigación empírica, tal como serán descritas a continuación.

7.2 SEGUIR LOS MIGRANTES Y SUS BIOGRAFÍAS MULTISITUADAS

¿Cómo constituir el campo etnográfico cuando este está formado por una conjunción de relaciones multisituadas, caracterizadas por procesos continuos de territorialización y desterritorialización? En este estudio se optó por la movilización de dos de las modalidades sugeridas por Marcus (1995): el seguimiento de los migrantes y de sus biografías. En esta sección se presenta cómo se han constituido los lugares del trabajo de campo y cómo se ha definido la selección de los sujetos de la investigación.

7.2.1 La construcción del campo etnográfico

El seguimiento presencial de los migrantes y de sus biografías ocurrió entre Barcelona, cinco ciudades bolivianas (Sucre, Cochabamba, La Paz, El Alto, Santa Cruz) y São Paulo. La constitución del campo etnográfico se ha caracterizado por la apertura. Eso se expresa por el hecho de que la muestra de los sujetos participantes, así como parte de los lugares de investigación, no fue definida íntegramente *a priori*. A pesar de esta característica de la construcción del campo, es necesario asumir que, pragmáticamente, no es posible que todos los lugares surgieran de ese seguimiento. La decisión sobre dónde empezar es teórica y, por lo tanto, arbitraria. En esta investigación se decidió seguir migrantes bolivianos que estaban viviendo en Barcelona o São Paulo, durante el período de trabajo de campo, entre diciembre de 2015 y febrero de 2018.

La elección de Barcelona y São Paulo como puntos de partida se debe a la importancia de las dos ciudades para la migración boliviana para los dos países y regiones; por los contrastes que hay en relación con los sistemas de protección social y los modos de inserción laboral de los migrantes en las dos ciudades; y por las diferentes dinámicas de movilidad de la población boliviana observadas.

La etnografía multisituada partiendo de Barcelona y São Paulo permitió no tan solo la comparación permanente entre los lugares de campo, tal como es sugerida por Marcus, sino, sobre todo, ha sido posible analizar cómo, debido a esas diferencias y continuidades, las migraciones bolivianas hacia Barcelona y São Paulo, en sus interfaces con la protección social, forman parte de un mismo proceso a escala transnacional. La elección de las ciudades en Bolivia para la realización del trabajo de campo dependió del análisis previo de las entrevistas, así como de la colaboración de los sujetos. Concomitante al trabajo de campo presencial, se ha mantenido telemáticamente el contacto y el diálogo con los sujetos de la investigación.

Figura 14 – Línea del tiempo del trabajo de campo presencial



Leyenda: BCN – Barcelona; BOL – Bolivia (Sucre, Cochabamba, La Paz, El Alto y Santa Cruz); SP – São Paulo

Fuente: Elaboración Propia

El trabajo de campo presencial ha sido organizado de forma que las entrevistas narrativas conducidas con los migrantes en los lugares de destino (Barcelona y São Paulo) fueran seguidas por la observación de los contextos de los relatos biográficos y por la realización de entrevistas narrativas y semiestructuradas con sus familiares que actualmente residen en Bolivia. Cabe destacar que no ha sido posible el desarrollo de la observación de los contextos biográficos relativos a todas las entrevistas. Esto ocurrió debido a las diferentes disponibilidades de los entrevistados y de sus familias y a la apertura variable de los actores a una aproximación prolongada y multisituada. Además, desde el punto de vista pragmático, la cantidad de entrevistas también inviabilizó que ese procedimiento abarcara a todos los entrevistados. De esta forma, se desarrolló una submuestra de los sujetos del estudio que fueron sometidos a la combinación de técnicas de producción y de interpretación de datos.

Es interesante distinguir que, tal como está representado en la Figura 14, la temporalidad de ejecución del campo presencial se ha dado de forma diferenciada entre Barcelona y Bolivia y entre São Paulo y Bolivia. Mientras que en el primer caso el trabajo de campo fue ininterrumpido, en el segundo caso fue organizado de forma intermitente. Cada una de estas modalidades ha tenido ventajas y desventajas, tal como se explicará a continuación.

La presencia continua en Barcelona permitió el desarrollo de un vínculo menos apresurado, más natural y directo con los entrevistados y su vida cotidiana, por medio de múltiples formas de acceso y vínculo con ellos. El contacto con los entrevistados en Barcelona se ha dado de cuatro modos: por medio de la intermediación de otros investigadores y activistas; por el contacto generado por la participación de los sujetos en proyectos anteriores; por la indicación de migrantes ya entrevistados; y por la participación de los migrantes en el programa “Pasa la Voz” organizado por el Instituto de Salud Global

de Barcelona situado en el Servicio de Salud Internacional del Hospital Clínic (Apéndice D, J-11).

El Instituto de Salud Global de Barcelona tiene como objetivo “afrentar los retos de la salud en un mundo globalizado”, en particular “corregir las desigualdades en el estado de salud de las distintas poblaciones del mundo”. La entidad tiene tres ejes: investigación; formación y desarrollo global. Entre sus diferentes iniciativas está la participación en la Plataforma de Atención Integral a los Pacientes con Chagas, una iniciativa enfocada especialmente en la población migrante de origen boliviano (ISGLOBAL, 2018). El programa “Pasa la Voz” forma parte de esta iniciativa y tiene como objetivo, según un documento interno: “(...) Profundizar en el conocimiento de los determinantes sociales que impiden el acceso de la comunidad migrante latinoamericana a la atención médica en Chagas a través de la Información, la Educación y la Comunicación”. En el marco de ese programa se realizaron actividades formativas e informativas con la comunidad migrante proveniente de regiones endémicas de la enfermedad de Chagas. Estos eventos permitieron que el programa desarrollara una amplia red de contactos en el ámbito del colectivo boliviano en Barcelona. De esta forma, la aproximación con las actividades del programa permitió un mayor contacto con los migrantes, tanto para la realización de entrevistas, como para una comprensión de sus conceptos, preocupaciones y estrategias en salud.

Las entrevistas en Barcelona han sido conducidas en diferentes lugares, pero particularmente en cafés, plazas y los espacios de trabajo y residencia. El trabajo de campo en Barcelona fue luego seguido por la investigación en Bolivia, lo que ha sido una ventaja, en la medida en que ha incentivado el apoyo por parte de los entrevistados y ha aumentado la probabilidad de aceptación de participación por parte de los familiares en Bolivia.

El trabajo de campo en cuatro períodos en São Paulo ha demandado una mayor intensidad de la investigación, sobre todo en las dos primeras fases. La presencia constante en el Centro de Integração do Migrante (CIM) ha sido la estrategia principal para garantizar la mayor intensidad en el campo. El CIM es una institución promovida y organizada por la Congregación Católica de las Misioneras Siervas del Espíritu Santo. En el espacio se ofrecen actividades de acogida (apoyo a recién llegados, grupo de mujeres y asesoramiento a migrantes), integración (eventos religiosos y festivos) y formación (cursos profesionalizantes y lenguas) a migrantes en São Paulo. La presencia en esa ONG, ubicada en la calle Coímbra (Apéndice F, N-13), una de las más frecuentadas por los bolivianos en

São Paulo, permitió que se observaran no solo las actividades de la entidad, sino también el cotidiano del barrio de Brás (una de las regiones que más concentra en São Paulo la presencia de bolivianos y otros colectivos migrantes) (Apéndice E, H-9; Apéndice F).

La presencia en el CIM ha sido crucial para el acceso a los entrevistados. Por una parte, se ha constituido como un espacio de referencia para la investigación, debido a su fácil y conocida ubicación. De esta forma, tanto el acceso a los migrantes, como el de estos al investigador, se ha facilitado. Por otra parte, la ONG se constituyó como un espacio cómodo y de seguridad. Esto era particularmente relevante para los casos de entrevistados que estaban sometidos a algún tipo de control de su tiempo y movilidad rutinera (algo común en los talleres de costura) o de personas que han tenido alguna experiencia traumática que pudiera, posiblemente, convertirse en tema de la interacción con el entrevistador o de las entrevistas (algo particularmente recurrente en el caso de mujeres con alguna experiencia de violencia doméstica).

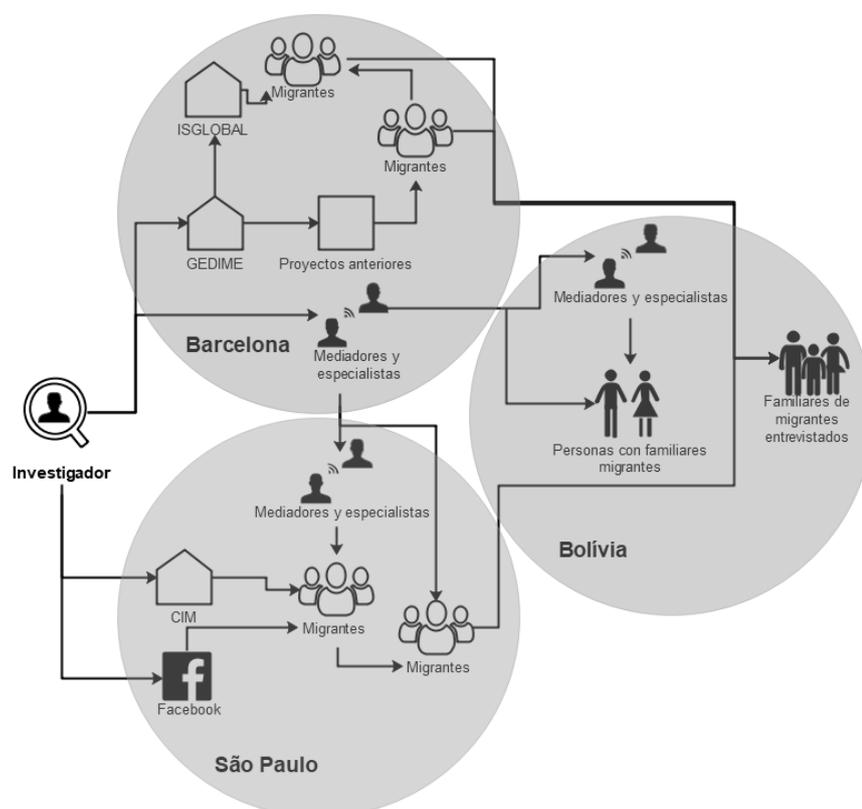
Con el fin de garantizar una multiplicidad de entradas en el campo en São Paulo, además de la movilización de los contactos de activistas, investigadores y otros migrantes, se ha desarrollado un abordaje de los migrantes por medio de Facebook. El contacto con potenciales entrevistados ocurrió de forma directa, por medio del acompañamiento de las comunidades de bolivianos en São Paulo en la red social y, además, se ha creado un anuncio segmentado a los bolivianos residentes en São Paulo y con familia en Bolivia en esa plataforma virtual (para más detalles, ver Anexo 1).

El trabajo de campo en Bolivia ha sido llevado a cabo en parte de las ciudades de origen de los migrantes que permitieron la realización de entrevistas con sus familiares. De esta forma, se llegó a las ciudades de Sucre (Apéndice G), Cochabamba (Apéndice H), Santa Cruz (Apéndice I), La Paz (Apéndice J) y El Alto (Apéndice J, A-14). El trabajo de campo también ha abarcado ciudades cercanas a esas como Quillacollo (Apéndice H, B-11) y Cotoca (Apéndice I, T-9). En todas esas ciudades se realizaron entrevistas con los familiares y observaciones en los espacios domésticos, vecinales y/o laborales de los migrantes y sus familiares. Por limitaciones de tiempo, no ha sido posible el desarrollo del trabajo de campo en pueblos, villas y comunidades menores y rurales.

La elección de esas ciudades y lugares respondió al principio de apertura, en la medida en que no se ha determinado previamente a la realización de la investigación. De esta manera, las ciudades fueron seleccionadas por el contenido de las entrevistas que iban

siendo realizadas. Asimismo, el apoyo y la cooperación de los entrevistados en Barcelona y São Paulo ha sido fundamental, puesto que ellos guiaron e hicieron la mediación para el acceso a sus familias y otros espacios de interés. De forma complementaria, investigadores y mediadores bolivianos colaboraron para el acceso a personas con parientes que no participaron de la investigación, pero que actualmente residen en Barcelona y São Paulo. En la Figura 15 se sintetizan las diferentes formas de acceso a los lugares y personas en el transcurso del trabajo de campo:

Figura 15 – Diagrama de flujo de acceso a los sujetos de la investigación



Leyenda: GEDIME - Grupo de Estudios de Inmigración y Minorías Étnicas; ISGLOBAL – Instituto de Salud Global de Barcelona; CIM – Centro de Integração do Migrante

Fuente: Elaboración Propia

El diagrama de flujo de acceso a los sujetos de la investigación demuestra que se ha desarrollado una estrategia de múltiples entradas en el campo etnográfico. Ellas han sido adaptadas al contexto de cada lugar y a aspectos pragmáticos y de oportunidad. Si en la Figura 15 es posible visualizar la forma de acceso a los sujetos, es importante ahora describir

cuáles fueron los criterios de muestreo que orientaron la elección de esos participantes. Tratamos a continuación este aspecto.

7.2.2 ¿A quién y hacia dónde seguir?

Si el campo es construido a partir del seguimiento de los migrantes y de sus biografías, la decisión sobre a quién seguir es de suma relevancia. En consonancia con las metodologías cualitativas, la muestra no buscó una representatividad estadística. En contraste, el objetivo fue de una representatividad teórica capaz de fundamentar el desarrollo de inferencias y generalizaciones analíticas (VERD; LOZARES, 2016, pp. 113-114; BARGLOWSKI, 2018). El objetivo ha sido el de construir, en el trabajo de campo, criterios teóricos fundamentados empíricamente (GLASER; STRAUSS, 1967). De esta forma, durante el trabajo de campo, el muestreo asumió una dinámica circular, en la medida en que la construcción y explotación previa de los datos fue progresivamente informando y moldeando los criterios de muestreo subsecuentes.

En el inicio del estudio, aspectos pragmáticos y criterios más amplios de selección cumplieron un papel central. En el trabajo de campo el oportunismo ha ido cediendo espacio a criterios teóricos más refinados, complejos y sistemáticos. Al iniciar el trabajo de campo en Barcelona y São Paulo se buscó la diversidad de cinco atributos principales:

- Género
- Tiempo en el país y en la ciudad y la situación legal de la residencia (sólo en Barcelona⁶⁴)
- Sector laboral y situación laboral (tipo de contrato y remuneración)
- Ciclo vital y estructura familiar (edad, hijos y personas mayores)
- Dispersión familiar (miembros que están en Bolivia y en otros países)

Con el avance de las entrevistas y la familiarización con el campo, se buscó la variedad de sujetos con experiencias y demandas de protección propias y vinculadas al ámbito familiar en las diferentes esferas de la protección social (cuidado, salud, educación, trabajo y seguridad social). En gran medida, la diversidad de este aspecto se deriva de la

⁶⁴ Debido al acuerdo de residencia del Mercosur (BRASIL, 2009), que garantiza el acceso a la residencia para ciudadanos, se ha considerado que la situación legal de la residencia solamente es un criterio relevante para el caso de Barcelona.

multiplicidad de consecuencias que son producidas por la diversidad de entrelazamientos entre los factores expresos en los criterios anteriores. Sin embargo, debido a su complejidad y amplitud y a la necesidad de llegar a situaciones menos previsibles, la búsqueda de casos no restringidos a esas primeras variables ha sido fundamental. Para ello, se ha incentivado la colaboración de los sujetos entrevistados, a quienes se les pidió que indicaran a otras personas para participar del estudio.

La estrategia de “bola de nieve”, en ese caso, no respondió tan solo al aspecto pragmático y oportunista de la investigación, sino también a un objetivo teórico y a una actitud ética y metodológica de colaboración. Para ello, la solicitud de contactos para los entrevistados fue el resultado de una conversación y evaluación sobre la entrevista: “¿Qué te pareció la entrevista? Considerando lo que hablamos, ¿tendrías alguien en mente –un amigo/a, conocido o pariente– que, en tu opinión, sería interesante que participara de la entrevista? No te preocupes si no recuerdas de nadie ahora, podemos pensar juntos y en otro momento decidimos sobre posibles indicaciones”. La ausencia de prisa en la indicación y, cuando sea posible, la evaluación conjunta de posibles candidatos se mostró crucial. Escuchar cómo el entrevistado elige otros entrevistados, cómo los presenta y cómo justifica su posible participación en el estudio es algo que dice mucho tanto sobre el recomendado cuanto sobre el que recomienda.

Se han solicitado indicaciones de potenciales entrevistados también a los especialistas (activistas, investigadores y otros actores), en particular a aquellos que han sido entrevistados (Apéndice N). En estos casos, ha sido elemental la familiarización de los especialistas-mediadores con el contenido y la dinámica de la entrevista y los propósitos de la investigación⁶⁵.

La investigación realizada en Bolivia respondió al contenido de las entrevistas conducidas en Barcelona y São Paulo. Las ciudades en las que se desarrolló el trabajo de campo son aquellas que se mostraron más significativas en el transcurso de las entrevistas: Santa Cruz, La Paz, El Alto, Sucre y Cochabamba. Además de estas, se incluyeron ciudades cercanas, tal como se ha trazado en el apartado anterior. Las cuatro ciudades elegidas fueron aquellas en las que parte importante de los entrevistados poseía familia. De esta forma, se buscó la observación de dinámicas familiares, espacios e instituciones de protección social

⁶⁵ Para el listado de los entrevistados en Barcelona y sus atributos principales, véase el Apéndice K y para los participantes de la investigación en São Paulo, véase el Apéndice L.

relevantes en las narrativas biográficas y se realizaron entrevistas con personas indicadas por los entrevistados en Cataluña y Brasil. La solicitud de indicación, en ese caso, se dio de manera más abierta: “Yo iré a Bolivia próximamente. ¿Crees que sería posible hacer una entrevista con alguien de tu familia allá?”. El éxito de esta estrategia fue variable. Por una parte, muchos de los entrevistados prefirieron no recomendar ningún familiar. Esto ha sucedido sobre todo en el caso de mujeres que han presentado cierto temor de que la presencia de un hombre haciendo preguntas en su casa y para sus familiares pudiera ser mal interpretada. Por otra parte, incluso cuando se ha logrado la indicación, no siempre los familiares aceptaron participar de la investigación. Además de los entrevistados recomendados en Barcelona y São Paulo, se realizaron entrevistas con familiares de personas que viven en esas ciudades, pero que no participaron en entrevistas anteriores⁶⁶.

El tamaño de la muestra de sujetos participantes del estudio fue delimitado por el criterio de saturación teórica. Para Glaser y Strauss (1967), la situación de saturación se produce cuando no se encuentra ningún dato adicional por el que se pueda dar continuidad al desarrollo de categorías teóricas relevantes (p. 61). Es importante destacar, en esta definición, la idea de relevancia: es evidente que todo nuevo dato agrega algo (particularmente datos biográficos). Sin embargo, es necesaria una decisión sobre la importancia teórica de los nuevos datos y su capacidad de desplazar los conceptos y las hipótesis formuladas.

7.3 ESCUCHAR Y OBSERVAR: LA CONSTRUCCIÓN DE DATOS ETNOGRÁFICOS

En esa sección se discute cuáles son las estrategias y técnicas de construcción de datos que constituyeron el trabajo de campo. En el primero apartado se presenta cómo las entrevistas narrativas fueron organizadas; en el segundo se abordan los instrumentos metodológicos complementarios, la entrevista semiestructurada y la observación participante; y, en el último apartado, se sintetiza el conjunto de datos producidos y accedidos.

⁶⁶ Para el listado de los entrevistados en Bolivia y sus atributos principales, véase el Apéndice M.

7.3.1 Las entrevistas narrativas de la protección social

Las entrevistas narrativas, en su inserción en el diseño etnográfico multisituado de este estudio, han posibilitado el análisis de las formas como los sujetos vivencian y narran la transnacionalización de sus vidas y los procesos vinculados a la protección social. Por lo tanto, esa técnica de construcción de datos cumplió un papel crítico en el ámbito de la metodología, pues, además de contribuir con el carácter multisituado de la etnografía, permitió la inclusión de una lente histórica y biográfica. De esta forma, se ha constituido tanto una interpretación de las biografías tomadas en sus lógicas y encadenamientos particulares, como una comprensión de los significados y estrategias de la protección social. Habiendo dicho esto, en este apartado se presenta la forma en que la entrevista narrativa fue desarrollada en esta investigación.

La conducción de las entrevistas narrativas ha sido precedida por un momento preparatorio. Primero, se desarrollaba una conversación informal, en particular sobre la elección del lugar de la entrevista por el sujeto y sobre posibles limitaciones de tiempo. De esta manera, era posible organizar el encuentro, así como entender el vínculo subjetivo que el individuo tenía con el lugar donde ocurría. Posteriormente, se presentaba el proyecto de investigación, se explicaba la dinámica de la entrevista y se solicitaba el consentimiento informado de modo oral. Como último procedimiento preparatorio, se pedía que el entrevistado contestase los datos de la ficha demográfica (Apéndices A y B). La ficha cumplió un papel importante, pues, además de facilitar el acceso a las informaciones solicitadas, demarcaba el inicio formal de la entrevista.

La conducción exitosa de estos instantes que anteceden a la entrevista tiende a producir el sentimiento en la persona entrevistada de que será escuchada de forma atenta y de que lo que va a contar tiene un significado importante. Un buen indicativo de que este objetivo fue cumplido son las reacciones positivas lo tenemos en Natalie, entrevistada en Barcelona: “¡A ver si algo de mi historia sirve para que se haga conocer a las mujeres que venimos aquí, las mujeres inmigrantes!”. Estos instantes previos se mostraron fundamentales en la medida en que aumentaban de manera considerable las posibilidades de que el primer relato fuera más largo, detallado y pertinente a los objetivos de la investigación. Así se disminuía el riesgo, nunca completamente nulo, de que la pregunta inicial, por su carácter abierto, generara información inconexa y confusa (VERD; LOZARES, 2016, p. 202).

La entrevista narrativa propiamente dicha, tal como recomienda Wengraf (2001), ha sido desarrollada en tres etapas. La primera consistió en una solicitud de narrativa que buscó incentivar un relato biográfico largo y sin interrupciones. Para tanto, se iniciaba con el pedido de narrativa, que a fin de mantener la naturalidad de la interacción no era leído, pero tenía el siguiente contenido y formato: “En esta entrevista tú me contarás la historia de tu vida, en sus diferentes etapas, como la infancia, la juventud y la adultez. Tú puedes incluir todos los acontecimientos, experiencias y situaciones que te parecen importantes. Estoy aquí para escucharte y solamente voy a tomar notas, no voy a interrumpir. Después que tu termine de contarme tu historia, yo voy a hacer preguntas sobre los temas del estudio, tal como te comenté recién. Empecemos, ¿entonces? Tú puedes comenzar contándome cosas sobre tu infancia”.

De manera general, esa solicitud ha sido suficiente para el inicio de una narrativa generadora de un relato de la infancia a la adultez, antes y después de las migraciones. No obstante, en algunos casos el concepto de infancia era cuestionado: “¿Quieres decir cuando yo era una niño/a?”. Para preguntas afirmativas de ese tipo, la estrategia más eficaz ha sido concordar con el entrevistado y responder positivamente: “Sí, cuando eras niño/a”. Respuestas como esta no llegan a ser una intervención en la narrativa, en la medida en que solo dan más seguridad para que el entrevistado afirme una noción que ya posee. En otros casos, sin embargo, la reacción del entrevistado era más compleja: “Yo no sé qué decir, es que yo no tuve niñez”. Para estos casos la respuesta más adecuada fue “(...) cuéntame más sobre eso”, lo que tendía a llevar a una descripción de experiencias de aspectos precarios y traumáticos de la infancia. En casos en que la narración fue terminada antes de la llegada al tiempo presente, se realizaba una vez más la solicitud con preguntas de apoyo, como: “¿Y qué sucedió después?”. La primera fase de la entrevista duró, en promedio, entre 30 y 50 minutos.

En la segunda etapa, se realizaron preguntas a partir de procesos narrados en la primera fase, sobre tópicos presentes en el guion de entrevistas. El orden de las preguntas buscó seguir el mismo ordenamiento de las situaciones previamente narradas. El objetivo de la segunda etapa era identificar los sentidos y las estrategias de la protección social a partir de episodios y procesos biográficos ya narrados. En la segunda se realizaron tres tipos principales de preguntas:

- Relatos de vivencia con descripciones y argumentaciones, por ejemplo: “¿Cómo ha sido el episodio de atención médica de tu madre? ¿Y cuál es tu opinión sobre la calidad de la atención médica en Bolivia a partir de esa situación?”;
- Una autointerpretación sobre un proceso biográfico, por ejemplo: “¿Por qué crees que te sentiste tan triste en esas situaciones? ¿Este sentimiento estuvo presente en otros momentos?”;
- Desarrollo narrativo, por ejemplo: “Tú me contaste que tu padre no estuvo muy presente en la vida cotidiana de la familia. ¿Podrías contarme un poco más sobre eso?”.

La tercera etapa de la entrevista tenía como objetivo cubrir los tópicos restantes del guion de entrevista e incentivar descripciones, argumentaciones y relatos sobre aspectos que no estaban presentes en la narrativa de la primera etapa. De esta forma, en esta última etapa de la entrevista se realizaron cuatro tipos de preguntas:

- Solicitación narrativa de vivencias no mencionadas, por ejemplo: “¿Podrías contarme cómo han sido tus primeros años trabajando como costurera?”
- Descripciones y argumentaciones sobre procesos no mencionados, por ejemplo: “¿Cómo es la atención médica aquí? ¿Antes de venir tu pensaba que sería así? ¿En qué sentidos es peor o mejor que allá?”
- Un relato sobre la reacción de otras personas a decisiones y acciones del entrevistado, por ejemplo: “¿Cuál fue la reacción de tus hijos cuando tú les dijiste que ibais a migrar?”
- Situaciones hipotéticas, por ejemplo: “Si alguien cercano, como tu madre, tiene algún problema de salud que necesita una atención a largo plazo, ¿tú regresarías a Bolivia o continuarías aquí? ¿Por qué?”

Cuando los entrevistados no disponían de más de una hora para la realización de la entrevista o en los casos en que una segunda sesión no fuera posible, se decidió no realizar la entrevista narrativa, sino hacer una de carácter semiestructurado. Es decir, la entrevista se

ha limitado a las preguntas presentes en la tercera etapa. Esto también ocurrió en el caso de las entrevistas en las que no fue posible el desarrollo de un relato largo en la primera etapa.

Durante la entrevista se utilizó un guion de tópicos que tenía como función el acompañamiento de la narrativa, durante la primera etapa, y la colocación de preguntas en la segunda y tercera etapas. El guion estaba formado por los siguientes puntos:

- Infancia y juventud: Ambiente familiar durante la infancia; rutina familiar; situación económica de la familia; relaciones familiares; responsabilidad para con otras personas; roles de cuidado y género; las vivencias escolares; trabajo en la infancia y juventud; y problemas familiares en salud;
- Adulthood: Transición para la vida adulta; responsabilidad para con otras personas; situación económica familiar; relaciones familiares; roles de cuidado y género; las vivencias escolares y formativas; la trayectoria laboral en el lugar de origen / otros lugares; y problemas familiares en salud;
- La migración: experiencias migratorias; el proyecto migratorio (negociaciones familiares y justificaciones) para Barcelona / São Paulo; primeros momentos en Barcelona / São Paulo; consecuencias emocionales de la distancia de la familia; transformaciones en el proyecto migratorio; trayectoria legal; trayectoria residencial en la ciudad; dinámicas de movilidad (circularidad, migración interna en Brasil o España, retorno a Bolivia y remigración);
- Trabajo: la trayectoria laboral en el lugar de destino; relación con los trabajos; estrategias de sustento familiar (laborales y financieras); protección y precariedad en el trabajo;
- Seguridad social: estrategias de seguridad social; inversiones y ahorros en el lugar de destino y/u origen; el envío / recepción de remesas; recepción de prestaciones económicas en lugar de origen y/u destino; y autojubilación;
- Cuidado transnacional: división familiar; intentos y concepciones sobre la reunificación; personas que forman la red de cuidado transnacional; la distribución de derechos y obligaciones en la red familiar; tipos de cuidado en intercambio; arreglos de cuidado de los hijos / personas mayores / enfermos / otros; dinámicas conyugales de cuidado;

- Salud: concepciones de salud y enfermedad; opinión sobre la calidad de la atención sanitaria en Bolivia / Brasil / España; episodios de uso de servicios de salud en el lugar de destino y origen; visitas familiares y uso de la asistencia sanitaria en Bolivia / Brasil / España; posibles deudas por salud; uso de la medicina tradicional; automedicación;
- El futuro: expectativas para 5 años y para la vejez.

Uno de los desafíos de la conducción de la entrevista narrativa fue el de encontrar el balance entre el objetivo de abarcar esos tópicos y la constitución de un espacio para que los sujetos pudieran traer a la luz tales temas de manera natural. Por lo cual, no todas las entrevistas abordaron todos los puntos mencionados. La prioridad ha sido la emergencia de descripciones más densas, lo que, en algunos casos, no ha permitido dar cuenta de la amplitud temática expresada en esa guía de tópicos.

Además de un respeto del ordenamiento narrativo dado por el entrevistado en la etapa 1, las preguntas hechas en la parte 2 y 3 utilizaban, siempre que era posible, los términos ya movilizados por el entrevistado. En ese sentido, contactos anteriores con el entrevistado e informaciones sobre su trayectoria, además de la escucha activa y atenta de la narrativa inicial, moldearon la forma en que esos tópicos eran abordados durante la entrevista.

Al final de la tercera etapa se solicitaba una narrativa prospectiva a partir de la pregunta “¿Cómo y dónde te ves viviendo en cinco años?”. Esta pregunta tenía como objetivo abarcar transformaciones en las estrategias y concepciones de la protección social, pero, también, evitar que la entrevista terminase en un relato de una fase difícil de la persona. La entrevista narrativa, por su formato como técnica y por el contenido que ha asumido en este estudio, ha tendido a ser muy exigente desde el punto de vista emocional. Hablar sobre vivencias difíciles como la distancia de los hijos, sobre experiencias de enfermedad, deudas familiares, situaciones de desempleo, es algo que ha demandado mucho sacrificio por parte de los individuos. En los momentos de situaciones sensibles se utilizaron las estrategias de la escucha activa: el apoyo no verbal, el espejo de emociones, la aceptación de interdicciones y la verbalización de contenidos emocionales, tal como se mencionó anteriormente (WENGRAF, 2001, p. 130; ROGERS, 1951). La profundidad emocional de la entrevista, y a menudo su contenido terapéutico (ROSENTHAL, 2017, pp. 203-224), tuvo como una de sus consecuencias la consolidación de un vínculo con los sujetos lo que ha incentivado la

continuación de la relación con los entrevistados, más allá de la situación formal del procedimiento de entrevista.

El establecimiento de un vínculo prolongado (anterior y posterior a la entrevista) con los entrevistados tuvo diferentes repercusiones en la investigación. Primero, llevó a un tipo de retorno de la investigación de forma permanente. Los entrevistados preguntaban, sobre todo a través de mensajes (WhatsApp), sobre los progresos del estudio. El principal motivo de interés sobre la investigación era su carácter multisituado: la movilidad del investigador atraía a los sujetos, que podrían ver en él un posible puente, aunque temporal, con la tierra natal, ya fuera por medio de regalos, informaciones, novedades, fotos, etc. Segundo, ha estimulado la colaboración con los sujetos durante la práctica etnográfica. Por ejemplo, con la realización de consultas sobre hipótesis empíricas que surgieron en el curso del trabajo de campo. Tercero, permitió, en los dos años y tres meses del trabajo de campo, acompañar la transformación de los proyectos migratorios y de las situaciones familiares, algo que ha facilitado la comprensión de los sentidos y estrategias de protección social más allá del texto narrativo. Por último, la relación con los entrevistados posibilitó la conducción de entrevistas con sus parientes que actualmente residen en Bolivia, así como la observación de algunos de los contextos de las narrativas biográficas.

7.3.2 La etnografía más allá de la entrevista narrativa

Las etnografías sobre la globalización han dado, según Feldman (2011), énfasis para las experiencias sensoriales directas, lo que ha terminado por constituir un empirismo que tiende a privilegiar la observación participante. La consecuencia de ello, según el autor, es una reducción arbitraria de las relaciones a las conexiones. Mazzucato (2009), por otra parte, concluyó que una parte importante de las investigaciones multisituadas en el ámbito de los estudios migratorios tiende a restringir el contacto con los individuos al momento de las entrevistas semiestructuradas, a pesar de que son autodeclaradas como etnografías. ¿Cómo encontrar el equilibrio entre la entrevista y la observación? ¿Y cómo ir más allá de lo que se escucha y se ve, pero sin dejar de fundamentar empíricamente el desarrollo teórico?

En esta investigación, el camino adoptado fue el de buscar convergencias entre las entrevistas narrativas y la observación participante, además de la movilización complementaria de las entrevistas semiestructuradas y del análisis de datos cuantitativos y cualitativos secundarios. Las entrevistas narrativas ocupan un lugar central, porque el

proceso en análisis (la relación con la protección social transnacional) tiene componentes que no son accesibles de manera directa. La observación de la atención en una unidad básica de salud, por ejemplo, puede ser importante, pero es insuficiente para entender las estrategias transnacionales de salud, en la medida en que esas estrategias se desarrollan en momentos y espacios que van más allá de los restringidos al espacio institucional de atención sanitaria. Las estrategias de protección social presumen la negociación familiar, la disputa entre sentidos sociales y el desarrollo y concreción del proyecto migratorio, procesos que se sitúan en el ámbito de las trayectorias biográficas y familiares. En otras palabras, el episodio de uso de un recurso o servicio de protección, algo accesible en la observación de instituciones de protección social, es solo una manifestación de un proceso más profundo, latente, transversal y que potencialmente posee interfaces con experiencias vitales particulares.

Por otro lado, no hay que tirar al bebé el agua sucia en la que se bañó. La observación presencial, aunque mucho más breve que en la expectativa de la tradición etnográfica, permite situar las narrativas y garantizar una mayor familiaridad con los contextos de los relatos. La multiplicidad de lugares relevantes y su multilocalización no permitió una observación presencial sistemática y longitudinal, pero ha sido posible iluminar aspectos claves de las narrativas biográficas. Evidentemente, formas comprimidas de observación participante tienen riesgos importantes (WALFORD, 2009). La estrategia desarrollada para hacer frente a ese riesgo fue el de fundamentar la observación participante en la “escucha participante”, para utilizar la expresión creada por Forsey (2010). Esto ocurrió no solo por las oportunidades observacionales que surgieron en el transcurso de las entrevistas (por ejemplo, cuando la entrevista ocurría en el espacio doméstico o laboral), sino también por el tipo de posición que el investigador asumió en el campo y en los vínculos consolidados con los sujetos.

La forma en que la entrevista era conducida y el cultivo del contacto prolongado con los sujetos hicieron que el investigador fuera percibido, sobre todo, como un oyente empático, siempre disponible. Esto incentivó, incluso, la mediación de nuevas entrevistas, en la medida en que parte de los entrevistados reconocieron el valor terapéutico de la entrevista para sí mismos y, potencialmente, para otros migrantes como ellos (esto fue particularmente válido para mujeres distantes de sus hijos). Ha sido recurrente, también, el contacto de los sujetos con el investigador a fin de complementar la narrativa desarrollada o para poder hablar sobre algún episodio nuevo o recientemente recordado. El vínculo con los

entrevistados, basado en la escucha, hizo posible la realización de visitas a lugares de trabajo, a residencias y a los barrios de los entrevistados, tanto en el lugar de origen como de destino. Conjuntamente, esto permitió la conducción de entrevistas con parientes de los entrevistados en los lugares de origen. La escucha participante ha sido así la forma de entrar en las redes familiares, de “participar” de ellas y de poder observar situaciones y espacios en que las cuestiones de la protección social eran significativas.

El contacto con los entrevistados se mantuvo de forma regular durante más de un año después de las entrevistas. Las entrevistas fueron también la forma de fundamentar las observaciones presenciales, en la medida en que se han observado elementos surgidos en las narrativas. Siempre que era posible se buscó conocer el espacio doméstico, las dinámicas urbanas e instituciones mencionadas en las entrevistas y que estuvieran presentes en el lugar de origen o de destino. Al mismo tiempo, el acompañamiento de comunidades de Facebook de bolivianos en São Paulo y Barcelona posibilitó una aproximación de ciertas dinámicas grupales relevantes (en particular laborales). La comprensión de esa esfera y capacidad “polimedia” (MADIANOU, 2016) se mostró crucial para entender las nuevas posibilidades contemporáneas de una vida social transnacional.

La observación participante es una forma de incentivar la producción teórica y la exploración de nuevas evidencias a partir de aspectos ya identificados en las entrevistas. Así, ellas permiten la constitución de una reflexión teórica acerca de dinámicas de poder, agencias y políticas (BOCCAGNI; SCHROOTEN, 2018, p. 210). En ese sentido, el diario de campo se transformó también en un diario de investigación, donde la reflexión sobre el *modus operandi* de la investigación estaba articulada con la descripción de aspectos observados y de las posibles implicaciones teóricas de tales. Además de la observación participante y de las entrevistadas narrativas, entrevistas semiestructuradas fueron utilizadas en casos en que el entrevistado no tenía disponibilidad suficiente para la realización de la entrevista narrativa. Por último, también se realizaron entrevistas semiestructuradas con expertos, en particular con actores vinculados a instituciones estatales y no gubernamentales de protección social y con investigadores sobre el tema.

7.3.3 El conjunto de datos generado

El trabajo de campo fue compuesto por entrevistas narrativas y semiestructuradas en Barcelona, São Paulo y Bolivia, además de los registros de observación desarrollados en el

quehacer cotidiano de la investigación en espacios domésticos, laborales y en instituciones de protección social presentes en las narrativas de los actores. Los datos demográficos y contextuales de los sujetos participantes de la investigación en Barcelona, en São Paulo y en Bolivia pueden ser encontrados en los Apéndices K, L y M respectivamente. Las informaciones sobre los expertos pueden consultarse en el apéndice 14. Conjuntamente a los datos primarios, se han incorporado datos secundarios. De los proyectos RETTRANS⁶⁷ y REMIMAB⁶⁸, se analizaron entrevistas semiestructuradas y un *survey* que abordaron las prácticas transnacionales y las dinámicas de movilidad de los bolivianos en Barcelona y Bolivia.

Cuadro 12 – Conjunto de datos en análisis

Bolivia			
<i>Origen</i>	<i>Técnica de investigación y muestra</i>	<i>Año</i>	<i>Tipo de dato</i>
Campo Bolivia (Sucre, La Paz, El Alto, Cochabamba, Santa Cruz)	5 entrevistas narrativas 12 entrevistas semiestructuradas 3 entrevistas con especialistas Registros de observación	2016 y 2017	Primarios
Proyecto REMIMOB	10 entrevistas semiestructuradas	2016	Secundarios
Proyecto RETTRANS	20 entrevistas semiestructuradas	2012-2014	Secundarios
São Paulo			
<i>Origen</i>	<i>Técnica de investigación y muestra</i>	<i>Año</i>	<i>Tipo de dato</i>
Campo São Paulo	2 entrevistas semiestructuradas 26 entrevistas narrativas Registros de observación 9 entrevistas con especialistas	2017-2018	Primarios
Barcelona			
<i>Origen</i>	<i>Técnica de investigación y muestra</i>	<i>Año</i>	<i>Tipo de dato</i>
Campo Barcelona	20 entrevistas narrativas 6 entrevistas semiestructuradas Registros de observación 2 entrevistas con especialistas	2015-2016	Primarios
Proyecto RETTRANS	8 entrevistas semiestructuradas	2012-2014	Secundarios
Proyecto RETTRANS	Encuesta – 400 cuestionarios	2012-2014	Secundarios

⁶⁷ RETTRANS (2013-2011). “Retorno desde el Transnacionalismo”. Investigadora principal: Sonia Parella. Equipo: Alisa Petroff, Olga Serradell, Leonardo de la Torre, Sarai Samper, Clara Piqueras y Leonardo Cavalcanti. Referencia del proyecto: CSO2010-15924, Dirección General de Investigación (I+D), Ministerio de Ciencia e Innovación (España).

⁶⁸ REMIMAB (2014-2018): “Migración de retorno y re-migración: nuevas dinámicas migratorias de marroquíes y bolivianos y los retos para la gestión de la movilidad”. Investigadora principal: Sonia Parella. Equipo de investigación: Alisa Petroff, Clara Piqueras y Thales Speroni. Institución: GEDIME/CER, Universidad Autónoma de Barcelona (UAB), Referencia del proyecto: CSO2013-40834-R. Convocatoria Retos 2014, Ministerio de Economía y Competitividad (España).

Leyenda: GEDIME - Grupo de Estudios de Inmigración y Minorías Étnicas; RETTRANS - **Retorno desde el Transnacionalismo**"; REMIMAB - "Migración de retorno y remigración: nuevas dinámicas migratorias de marroquíes y bolivianos y los retos para la gestión de la movilidad"

Fuente: Elaboración Propia

El enfoque de la protección social transnacional a través de diferentes instrumentos metodológicos, por medio de conjuntos de datos primarios y secundarios y a partir de diferentes lugares, ha significado una ganancia de cualidad a los datos producidos. En la cuarta sección de este capítulo se explicitarán las estrategias interpretativas aplicadas a los datos presentes en el Cuadro 12 y se discutirán los tipos de análisis que han sido conducidos.

7.4 LA INTERPRETACIÓN DE LA PROTECCIÓN SOCIAL EN BIOGRAFÍAS MULTISITUADAS

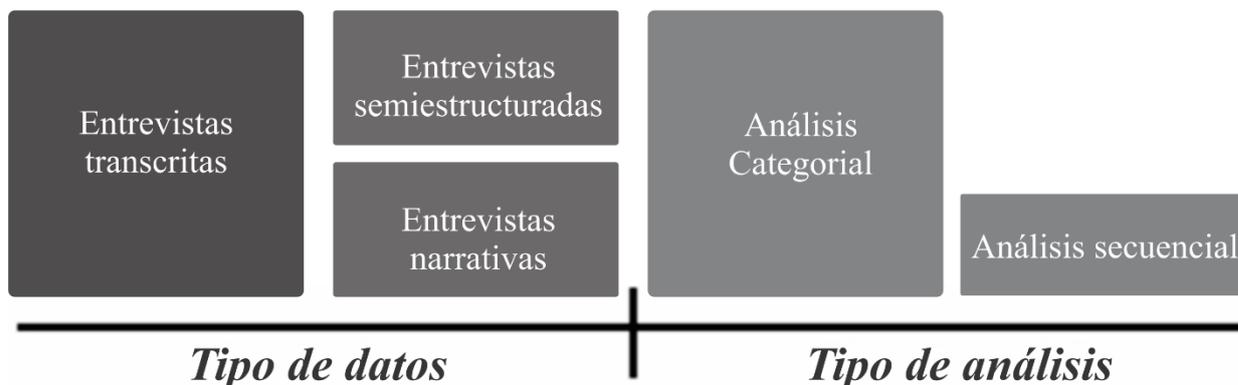
La etnografía de las biografías de los migrantes en sus múltiples contextos ha sido la forma de abordar los sentidos subjetivos y las estrategias de protección social, con el fin de identificar la presencia y el contenido de diferentes tipos de desencajes y de formas de bricolaje. La interpretación de los datos ocurrió a partir del análisis de contenido categorial (descripciones y relatos) y del análisis secuencial (reconstrucción de narrativas biográficas). Las estrategias y procedimientos de interpretación de los datos etnográficos se presentarán en esta sección. Primero, se discute la muestra teórica en dos etapas, en las que se establecieron qué datos fueron sometidos a qué instrumentos de interpretación. En este sentido, se describe la forma en que el análisis de contenido de tipo categórico ha sido realizado a partir de indicadores que consideraron los significados subjetivos y las estrategias familiares para la protección social en cinco esferas (cuidado, salud, educación, trabajo y seguridad social) y durante la historia individual y familiar. Por último, se relata cómo se ha conducido el análisis secuencial de las entrevistas, que ha tenido como meta una interpretación de las narrativas a partir de las intersecciones entre estructuras biográficas, protección social y migraciones internacionales. El análisis secuencial es particularmente apropiado para el reconocimiento de los desencadenamientos de la protección social.

7.4.1 El muestreo teórico y la comparación permanente

La muestra teórica (GLASER; STRAUSS, 1967) hace referencia a la constitución permanente de dicha muestra, en la medida en que los análisis preliminares deben orientar las selecciones subsiguientes (ROSENTHAL, 2014, pp. 101-103). Este proceso puede dividirse en dos etapas, la muestra de casos y la muestra en el ámbito de los casos. Esta segunda fase ha recibido mucho menos atención en las ciencias sociales, a pesar de la relevancia de que se considerara la posibilidad de que diferentes partes del *corpus* de datos pudieran ser sometidas a instrumentos interpretativos distintos. La entrevista narrativa, como instrumento de construcción de datos, es particularmente adecuada a la muestra teórica en dos etapas en la medida en que los datos en ella producidos están formados por estructuras lingüísticas diferenciadas, tal como se ha explicitado en la sección 1.3.1. Si un análisis secuencial debe considerar los vínculos y los encadenamientos entre las diferentes formas de construcción y contenidos de la narrativa, un análisis de contenido de tipo categórico puede atenerse a los sentidos dados a diferentes procesos en las diferentes entrevistas. Evidentemente, estos dos enfoques son complementarios y su movilización combinada permite un acrecimiento relevante de calidad de los datos constituidos en el estudio empírico.

En esta investigación se optó por seguir estas recomendaciones y realizar el muestreo teórico en dos etapas. La primera alude a la selección de los casos que constituyeron el objeto de la investigación. El formato de esa elección fue explicitado en el apartado 1.2.2. La segunda etapa de la muestra es aquella en que se construye una submuestra de los casos que exponen el potencial para un análisis secuencial. Por lo tanto, la muestra teórica en dos etapas representa la decisión sobre qué procedimientos interpretativos se aplican a qué datos. En la figura siguiente hay una representación de la relación entre el tipo de datos construido y el tipo de análisis al que fueron sometidos.

Figura 16 – Tipo de dato y tipo de análisis



Fuente: Elaboración Propia

Las observaciones se registraron en notas descriptivas indexadas según el caso individual y/o familiar. Se crearon fichas donde fueron anexadas todas las observaciones y objetos recolectados (fotos, capturas de pantallas, documentos personales y materiales informativos), que fueran relevantes para las biografías de los sujetos participantes del estudio. Estos datos y artefactos se movilizaron para la construcción del contexto de las biografías analizadas.

Los datos estadísticos, tanto los desarrollados en proyectos de investigación anteriores como los generados por instituciones oficiales, han sido sometidos al análisis descriptivo, volcados a la constitución del panorama, tanto del histórico de migración y protección social en los lugares del trabajo de campo como forma de contextualizar y situar los sentidos y las estrategias de protección social en escenarios sociales más amplios.

Todas las entrevistas, incluidas las conducidas en el marco de otros proyectos de investigación (RETTRANS y REMIMAB), tuvieron su texto transcrito sometido al análisis de contenido. Esta hace referencia a:

“(…) um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42).

Este conjunto de técnicas se caracteriza por una hermenéutica controlada que tiene como fundamentos la deducción y la inferencia. Se configura, así, como medio de alargar el tiempo de latencia entre las intuiciones o la hipótesis de partida y las interpretaciones definitivas (BARDIN, 1977, pp. 9-10). De esta forma, el análisis de contenido permite

acceder a los aspectos no manifiestos que componen los discursos (sus contenidos y continentes) y posibilita romper con la intuición aleatoria. Entre los variados tipos de modalidades de análisis de contenido, se optó por la utilización de dos tipos: el análisis categorial y el análisis secuencial.

Las entrevistas tuvieron su audio grabado y fueron transcritas enteramente, incluyendo, siempre que era posible, expresiones no verbales y notas de observación. Posteriormente, la integralidad de los textos narrativos fue sometida al análisis categorial y una parte de ellos fue interpretada por medio del análisis secuencial, tal como consta en la Figura 16. Se seleccionaron nueve casos para ser sometidos a análisis secuencial con el objetivo de reconstruir las biografías. La elección de estos casos tuvo en cuenta la presencia de indicios, durante el análisis categorial, de la existencia de diferentes formas de desencajes de la protección social, tal como se explicita en el capítulo 4.

La interpretación de las entrevistas, tanto de carácter categórico como secuencial, fue realizada con la asistencia del programa informático Nvivo 12 y fue guiada por el “método comparativo constante” propuesto por Strauss y Corbin (1998, pp. 57-71). Este se caracteriza por una codificación simultáneamente inductiva y abductiva, marcada por una comparación constante entre las categorías fundamentadas empíricamente y el conocimiento teórico existente.

7.4.2 El análisis categorial de los sentidos y estrategias de la protección social

Todas las entrevistas fueron sometidas al análisis de contenido de tipo categórico, técnica que “(...) funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analíticos...” (BARDIN, 1977, p. 153). El análisis categorial aborda la totalidad del texto, sometiéndolo a una clasificación categorial de los elementos de sentido. En el marco de este estudio, ha tenido como objetivo el de comprender los sentidos y las estrategias de protección social. Las categorías para el análisis de contenido deben ser, según Bardin (1977, p. 36): homogéneas (de misma naturaleza); exhaustivas (capaces de dar cuenta del texto); exclusivas (un mismo elemento no puede clasificarse en dos categorías); objetivas (analistas diferentes, cuando utilizando el mismo constructo categorial, deben llegar a resultados iguales); y pertinentes (deben adaptarse al contenido y al propósito de la investigación). En este estudio las entrevistas fueron analizadas a partir de categorías vinculadas a la trayectoria individual y familiar y a las cinco esferas de la

protección social (cuidado, trabajo, educación, salud y seguridad social). Las categorías iniciales correspondían a los componentes del guion de entrevista, tal como se presenta en el apartado 1.3.1. Progresivamente, las categorías fueron transformadas a la luz de los contenidos dados a los tópicos de las entrevistas y de las relaciones establecidas entre ellos.

La producción de tipologías es un paso valioso para la construcción de síntesis descriptivas (HEYMAN, 2012, p. 420), algo fundamental para el análisis de un objeto tan dinámico y amplio como la protección social transnacional. En este estudio, el análisis categorial ha permitido la producción de tipologías a partir de aspectos en común a distintos subgrupos de entrevistados. Así, la construcción de tipologías buscó sintetizar la diversidad de formas de relación con las distintas esferas de la protección social.

7.4.3 El análisis secuencial de las narrativas biográficas

Si el análisis categorial de las entrevistas narrativas y semiestructuradas tuvo como objetivo entender los sentidos y estrategias de los sujetos con relación a la protección social, el análisis secuencial permite comprender el encadenamiento de esas categorías en la construcción de narrativas y los vínculos de ellas con experiencias vitales anteriores. De esta forma, el análisis secuencial de las entrevistas, presentado en el capítulo 8, representa un enfoque especial, que no se limita a la aprehensión de los diferentes sentidos presentes en las entrevistas, sino que tiene también como objetivo el análisis de los encadenamientos de enunciación que sitúan esos sentidos y permiten dotarlos de mayor contenido sociológico, histórico y biográfico. Este tipo de análisis tiene el potencial de reconocer la presencia de desencajes de la protección social de mayor espectro, particularmente los producidos por las políticas de espacio, tal como se ha descrito en el capítulo 4. A continuación, trataremos esta forma de interpretación de datos.

El análisis secuencial aborda el texto de la entrevista de manera temporal y longitudinal, en otras palabras, se considera la importancia del ordenamiento de lo que es narrado (VERD; LOZARES, 2016, p. 185). Esto se debe a la *Gestalt* del texto, es decir, que los componentes de una narrativa no son independientes, sino que forman una estructura interrelacionada (ROSENTHAL, 2014, p. 32)⁶⁹. El objetivo de esta estrategia analítica es la

⁶⁹ Wengraf (2000, p. 146), sin embargo, llama la atención sobre el riesgo de un “formalismo textual”. Para evitarlo, la contextualización de la historia narrada en el ámbito de la historia vivida es un aspecto esencial, en la medida en que permite que el analista vaya más allá de la mera repetición de la narrativa.

reconstrucción del caso, a partir del análisis de lo vivenciado y de narrado (ROSENTHAL, 2014, 2017). Para ello, se abordan dos tipos de decisiones tomadas por los individuos: la secuencia de decisiones tomadas en su trayectoria, o sea, como determinados eventos se encadenan con otros mediante la acción de los sujetos frente a diferentes situaciones sociales; y el conjunto de decisiones tomadas a la hora de narrar la biografía, es decir, qué eventos se cuentan, de qué forma y con qué objetivos en relación al oyente (sobre cual tópico y de qué forma entrevistado busca convencer al investigador). En otras palabras, se aborda tanto la historia de vida vivenciada como la historia de vida narrada.

Rosenthal (2014) resalta que la reconstrucción biográfica tiene el objetivo de entender no solo los sentidos de lo que fue vivido en el pasado, sino también el significado de la narrativa producida en el presente (p. 225). Según la autora (2014), este procedimiento ocurre en cinco etapas principales: 1) el análisis de datos relativos a acontecimientos vividos; 2) El análisis de los segmentos del texto⁷⁰; 3) La reconstrucción de la historia de vida vivenciada (encadenamiento de hechos “objetivos”); 4) El análisis detallado de segmentos textuales con el objetivo de reconstrucción de la vida narrada; 5) La identificación de los contrastes entre lo vivido y el narrado; 6) La construcción tipológica (p. 226).

La tipología a partir del caso particular tiene como objetivo la reconstrucción de un caso individual o familiar no como un proceso descriptivo de atributos compartidos, sino como la tipología resultante del análisis categorial. El supuesto es que lo típico puede mostrarse en el particular, combinando sus aspectos específicos y únicos con elementos más o menos generales (ROSENTHAL, 2014, p. 93). Al combinar estos aspectos, este tipo de tipología se vincula, en cierto modo, a la propuesta weberiana de tipo ideal (ROSENTHAL, 2014, p. 93). Es el énfasis dado a las especificidades del caso particular lo que permite ir más allá y encontrar significados teóricos que no sean reductibles a atributos parciales. El análisis secuencial de las biografías permitió la construcción de tipos que expresan modalidades diferenciadas de cómo la protección social y las migraciones están en interfaz en las historias de vida vivenciadas y narradas y como posibilitan plantear la existencia de distintos desencajes entre riesgos y protecciones sociales.

Según el autor, en efecto, es fundamental ir más allá del texto. Se trata de conseguir una triangulación de la información que dote de veracidad lo descrito (VERD; LOZARES, 2016, p. 187).

⁷⁰ Los segmentos del texto son partes continuas de las entrevistas, en las que no hay una interrupción, un cambio de tema o un cambio de forma narrativa.

La tipología a partir de los casos particulares se funda en el contenido de la narración, pero también en la forma de construcción de la narrativa biográfica. En este sentido, esta forma de construcción tipológica permite aprehender como cómo las interfaces entre la protección social y las migraciones son presentadas en distintas “estructuras procesales de las biografías”. Esas, según Schutze (1992, pp. 191-192), hacen referencia a diferentes tipos de esquemas de acción y de narración. Considerando los propósitos de esta investigación, se propone aquí la interpretación a partir de cuatro esquemas de acción y narración.

Cuadro 13 – Esquemas de acción y narración y la construcción de sentido para la protección social

Esquemas de acción y narración	Contenido del esquema de acción y narración	Matrices de sentido para la protección social
<i>Deber y normas sociales</i>	Papeles sociales de género y generación	Ser protegido o proveer a la familia como realización de papeles sociales
<i>Incertidumbre y prevención</i>	Pérdida de control potencial sobre la trayectoria	Incertidumbre y preparación de formas y recursos para el enfrentamiento de potenciales riesgos
<i>Reacción a un riesgo consumado</i>	Virada biográfica inesperada	Enfrentamiento de daños causados por riesgos consumados
<i>Aspiración</i>	Planificación e iniciativa personal	Iniciativa para la realización de concepciones de bienestar

Fuente: Elaboración propia a partir de Schutze, 1992

Cada uno de esos esquemas produce distintas “posiciones narrativas”, que pueden combinarse para la presentación, por parte del entrevistado, de sus historias, concepciones y sentidos vinculados a la protección social. El análisis secuencial a partir del reconocimiento de esas estructuras procesales permite identificar, por ejemplo, cómo la narración de una secuencia factual similar puede estar fundada en sentidos subjetivos diferenciados. Schutze (1992) llama la atención, además, en que los contenidos de esas estructuras pueden ser, en cierto nivel, compartidos y constituir trayectorias colectivas (pp.191-192).

El análisis secuencial de las historias de vida vivenciadas y narradas de los migrantes bolivianos en Barcelona y São Paulo permitió la interpretación de la interfaz entre migraciones internacionales y protección social en diferentes dinámicas históricas y niveles sociales. Por un lado, a través del análisis de los encadenamientos en las biografías entre la exposición o intento preventivo a situaciones de riesgo y la construcción de arreglos de

(in)movilidad por los inmigrantes y sus familias; y, por otro lado, por el abordaje de los sentidos subjetivos de tales encadenamientos expresados en las construcciones narrativas. El análisis compuesto por el encuentro de estos dos frentes permitió reconocer la existencia de desencajes de la protección social, tal como se argumentó en el capítulo 4 y se demostrará en la parte III. La utilización combinada del análisis de contenido categorial y secuencial permitió un aumento de calidad de los datos, en la medida en que se abordaron tanto los sentidos y las estrategias para la protección social manifestados por diferentes actores, cuanto como esos significados pueden tomar otro contenido si se consideran sus entrelazamientos en las historias de vida vivenciadas y narradas.

A modo de síntesis

Este capítulo tuvo como objetivo presentar las principales decisiones, estrategias e instrumentos que marcaron el desarrollo del estudio empírico. De modo que se plantearon las cuestiones que, una vez respondidas, permiten situar los resultados de la etnografía multisituada discutidos en la parte III de esta tesis. La construcción de un modelo interpretativo y de estrategias metodológicas fue atravesada por tres desafíos vinculados a algunas de las características que marcan la protección social transnacional: su dinamismo espacial y temporal; la relevancia de la agencia de actores y la implicación de fenómenos de naturalezas sociales diferenciadas; y la amplitud y diversidad de las prácticas abarcadas. En combinación con estas exigencias propias del objeto en análisis, están los principios que guiaron la propuesta interpretativa hacia un transnacionalismo metodológico, tal como se presentó en el capítulo 6.

PARTE III

**DESENCAJES Y BRICOLAJES DE LA PROTECCIÓN SOCIAL EN
BOLIVIA, SÃO PAULO Y BARCELONA**

“Quip nayra Uñtasis sarnaqapxañani”

“Mirando atrás y adelante podemos caminar en el presente futuro”

Proverbio Aimara

“Somos peregrinos de lejanas tierras, llegamos cargados de hondas penas”.

Himno de la virgen de Urkupiña

8 LA TRANSNACIONALIZACIÓN DE LAS BIOGRAFÍAS ENTRE BOLIVIA Y SÃO PAULO

En este capítulo se presenta la reconstrucción de los caminos biográfico-narrativos de cinco migrantes bolivianos que actualmente viven en São Paulo⁷¹. En este ámbito será posible reconocer conjunciones específicas entre formas particulares de los tres diferentes tipos de desencajes de la protección social: los que se originan de las políticas de espacio, de enmarque, y de las interseccionalidades. Además, se abordará cómo los sujetos se relacionan con esos desencajes —o sea, a partir de qué esquemas de acción y narración—, de tal modo que la migración surge y se mantiene como una respuesta a tales.

8.1 DOS FAMILIAS, DOS VIDAS, DOS PAÍSES: VICENTE SORIA

Era una noche de mayo de 2017 y, como de costumbre, la llovizna caía en el barrio del Brás. Yo estaba el Centro de Integração del Migrante (CIM) siguiendo las clases de portugués que realiza dicha organización. Ese día conocí a Vicente Soria, de 49 años y que está desde hace 15 años en São Paulo. Él ha venido al CIM para solicitar informaciones sobre los cursos de informática. Aproveché la oportunidad para conocerlo, ya que no había mucho movimiento en su quiosco de salchipapas, ubicado a dos cuadras de allí, en la esquina de la calle Coímbra con la calle Cesário Alvim (Apéndice F, O-12). Aquel día Vicente me contó un poco su historia y me comentó que, además de las salchipapas, trabaja en un taller de costura. La existencia del quiosco de salchipapas fue la excusa para conversar con él, su mujer y su hijo pequeño varias veces durante los meses que he estado en São Paulo. La convivencia cotidiana ha facilitado el desarrollo de lazos de confianza, colaboración y proximidad y ha permitido que yo conociera también a sus hijos mayores en El Alto. La entrevista narrativa con Vicente se produjo en tres sesiones entre los meses de mayo y agosto de 2017.

Vicente nació en Collana, en la provincia de Aroma, ubicada en el departamento de La Paz. La región es conocida por la presencia de minas de estaño, hierro, cinc y de piedra caliza, la gran mayoría cerradas desde la mitad de los años 1980. En Collana, Vicente vivía

⁷¹ Para facilitar la comprensión de la presentación de las historias de vida de esta sección, se recomienda que el lector visualice el Apéndice M.

con los padres (que todavía siguen allí) y con dos hermanos (uno se mudó a La Paz y otro para el pueblo cercano de Viacha) en una propiedad rural. Su infancia, como la de muchos otros en las zonas rurales de Bolivia, combinaba las actividades del campo con la escuela:

Y es así, al mismo tiempo, tienes que ir al colegio, llegas, hasta el mediodía, hasta las dos de la tarde en el colegio, en la tarde al campo, ayudar a mamá y a papá en el campo. Cuando se va a cosechar, sobre todo. Mi infancia y mi juventud ahí en el campo ha sido así. Una vez terminado el colegio uno siempre quiere seguir adelante, entonces he tenido que salir de la... del campo a la ciudad, migración, ¿no?”.

Él cuenta que, a diferencia de otros pueblos cercanos, Collana tiene electricidad en las casas desde hace muchas décadas. Vicente explica este contraste como resultado de una “donación” del presidente René Barrientos durante los años 1960. La producción agrícola de la familia de Vicente era (y es hasta hoy) destinada solamente al consumo propio, lo que dificultaba la compra de productos en el mercado, que era, en alguna medida, compensado por el trueque y los lazos en la comunidad:

No sé qué en tan extremo yo he vivido porque yo no tenía ni para zapato, ¿no?, pero hmmm... no puedo decir así, ¿no?, pero así era. En el campo es diferente, ¿no? Siempre hay la ayuda entre los vecinos, pero no siempre. Por ejemplo, teníamos algunos profesores muy buenos... que un día no tenía nada hasta... me faltaba un zapato, ¡me ha regalado su zapato! Me recuerdo hasta hoy de eso.

Vicente comenta que su educación ha sido muy buena, puesto que vivía en una región de minería y por lo cual, según él, las escuelas eran mejores. De todas formas, él ha trabajado, entre los 16 y 20 años, como barranquillero (“lavadores de oro”) en los ríos de las zonas de las minas de oro.

Es un trabajo duro, se necesita un poco más fuerza. Yo también entré a eso, porque estando... cuando estaba joven, fortachón, entonces todo enfrentaba, sabe cómo sobrevivir, pero no es... nosotros eh... a estar... Ahora nos damos de cuenta que no era así como uno piensa, ¿no?.. (...) Es... es... necesitas... tienes que... un esfuerzo para encontrar dos, tres gramitos, ¿no ve?, tienes que lucharla en el día, montar una carga, una volqueta, para encontrar dos o tres gramos, pero era eso en todo el día. (...) hasta ahora uno piensa, ¿no?, ahora como será, ¿no?

Este tipo de trabajo sigue hasta hoy de modo semejante a lo descrito Vicente. La búsqueda de oro en los ríos es una forma de ingreso importante, pero también precaria y arriesgada, para muchos poblados del departamento de La Paz. Además, es frecuente la

presencia de mano de obra de niños y jóvenes⁷². Con 20 años Vicente terminó el bachillerato, al cual se dedicaba paralelamente al lavado de oro. Esta también fue la época de la crisis del sector minero en Bolivia y, particularmente, en la provincia de Aroma. Aunque sus padres se dedicaban a la agricultura, los efectos del cierre de las minas fueron significativos para la familia. En consecuencia, a finales de los años 1980, Vicente se mudó a la ciudad de La Paz. Él explica que la vida en la ciudad para alguien de origen campesino es dura:

Eh... más que todo ahí un poco el racismo que existe, ¿no ve?, el... la gente que entra del campo y la gente de la ciudad. La gente que ya tiene su casa en la ciudad puede vivir bien y cerca del centro, pues, ¿no?, asiste a las universidades, puede ir a las normales que hay, es bien atendido en los hospitales... mientras que uno que viene del campo y se alquila un cuartito, pero el cuartito le sale caro, y tiene que pagar, tiene que trabajar, uno se cansa y todo eso. Pero a trabajar no más yo llegué.

Él declara que, como muchos de origen rural, se mudó a El Alto porque era muy costoso vivir en La Paz. Ya viviendo en El Alto, Vicente conoció a su primera mujer y, por influencia de ella, comenzó a trabajar en la costura.

Conocí también ahí a la que ahora es mi exmujer, entonces ahí. Y ella trabajaba pues en costura, ha sido el cambio de mí, ya como ella trabajaba en costura... ¿yo qué iba a esperar? ¿no? ¡Trabajar también! Como no sabía manejar máquinas he tenido que entrar a un instituto donde formaban para ser costureros, sastrería. Ahí estaba, ya los primeros pasos, empecé ahí el manejo de máquinas, empecé a diseñar así, sacos, camisas, de todo. Ahí enseñaban, más que todo, el traje a medida, obra fina, ahí he estado. Y ahí empezamos a nos dedicar a la costura los dos, ya teníamos un pequeño tallercito en la casa ya, en el lugar donde vivíamos, y vendíamos en la 16 de julio, una gran feria de los jueves y domingos en el Alto. Ahí vendía, entonces ya con la rutina del tiempo, ya ahí nació mi hijo, ya nació mi hija.

El camino seguido por Vicente ha sido trillado por muchos antes de él. Desde los años 1960, la migración de origen campesina y minera formó la ciudad de El Alto y la Feria 16 de Julio. Actualmente, la feria, ubicada en las calles que nacen de la Plaza Libertad (Apéndice K, B-14), posee más de 10.000 vendedores, ocupa cerca de 33 hectáreas, y por ella pasan cerca de 72.000 personas por cada jueves y domingo. En la feria se vende de todo: electrodomésticos, animales, ropa, vehículos, autopartes, maquinaria textil, etc. Además, sigue siendo un espacio donde se mantienen, desde hace décadas, las prácticas de trueque. Como cuenta Vicente, él y su mujer mantuvieron la rutina, como muchos de sus vecinos, de

⁷² Tal como se registra en la foto de barranquilleros en la municipalidad de Guanay, departamento de La Paz (Anexo 2).

costurar en casa y vender en la feria. Ha sido en ese ambiente en el que ha nacido su primera hija.

Después de dos años, Vicente fue contratado por una manufactura textil. Él cuenta que, a pesar del gran tamaño de la empresa, el trabajo no tenía ninguna formalización contractual. Por esta razón, Vicente fue despedido cuando nació su segundo hijo, con la justificación de que tenía demasiadas faltas. El niño nació prematuro, lo que ocasionó mayores costes para la familia. Al mismo tiempo, como solamente Vicente podía trabajar, la renta familiar ha sido duramente afectada. Para enfrentar esa situación, Vicente y su mujer decidieron que él buscaría, en otras partes, mejores formas de generar ingresos. De ahí que Vicente se fue a la ciudad de Yacuiba en la frontera entre Bolivia y Argentina, donde, por seis meses, ha trabajado en un taller de costura. Vicente comenta que, como se trataba de una zona de frontera, era posible cobrar un sueldo similar a lo existente en Argentina. En la medida en que, en esta época, un peso argentino valía un dólar americano, eso significaba una renta considerablemente mayor.

Al regresar a El Alto, Vicente y su mujer sacaron un préstamo e instalaron, una vez más, un taller de costura en la casa. Era la mejor forma, según justifica él, de cuidar de los niños al mismo tiempo que podrían generar ingresos. Vicente comenta que esos han sido tiempos muy difíciles para la familia. Para intentar hacer frente a los nuevos gastos de los niños ellos aceptaban todos los pedidos que surgían y solamente descansaban cuando hacían las entregas. Vicente cuenta que eso significaba, muchas veces, jornadas laborales de 16 horas diarias. Así pues, estaban todo el día y la noche sentados frente a la máquina, con los niños brincando en el entorno. Dos años después, la crisis económica y la política que asolaba a Bolivia en esos inicios de los años 2000 dificultaron el pago de los préstamos tomados para la compra de las máquinas de costura.

Entonces, la deuda ya era grande, y también el gobierno se estaba cambiando, así que no quería... otro gobierno estaba entrando, pero la gente le estaba reiterando al gobierno. Ese año era dura la lucha, teníamos que lucharla allá en... ¿cómo se llama? En las rúas, que también nosotros teníamos que trabajar y aparte de eso, ya no había trabajo, ya no había lo que costurar, todo en El Alto era seco, no había nada ni comida, nada. Eso ha sido el motivo que me ha traído a São Paulo.

En ese escenario, Vicente fue contratado –juntamente con su hermano menor y un sobrino, y por medio de la indicación de un pariente de su mujer– para trabajar en un taller de costura en São Paulo. Él relata que el trabajo en São Paulo era muy pesado, con jornadas

de 15 horas diarias, 6 días de la semana. Además, Vicente explica que tuvo que trabajar cuatro meses virtualmente de forma gratuita para pagar los costos del viaje cobrados por los dueños del taller. Esa cobranza de los empleadores, notoriamente de explotación, hizo que Vicente tardara dos años y medio para pagar la deuda que tenía en Bolivia. En cuanto alcanzó ese objetivo, Vicente regresó a El Alto.

Al retornar, Vicente y su mujer decidieron vender todas las máquinas de costura para comprar un terreno y construir una casa. Después de esa difícil decisión, Vicente ha erigido una casa de adobe. Él aclara que era necesario poner algo rápido en el terreno, aunque de forma provisional, porque los límites exactos de la propiedad estaban siendo contestados por los vecinos, ya que ese era una zona de ocupación reciente.

El terreno estaba en disputa, estaba al lado, lucha, el otro vecino decía “es mío”, que el otro, “no es”, así decía. Así hemos comprado el terrenito y al final ha valido porque valientemente hemos defendido nuestro terreno. En la mañana siguiente de la compra ya estaba haciendo algo, moviendo la tierra, sacando, haciendo adobe. “¿Qué vas a hacer?”, me preguntaban, voy a hacer muralla para mi casa, he dicho.

Después de construir la casa provisional de adobe, y como ya no tenían una fuente de ingresos propios, como las que ellos generaban con máquinas de costura, Vicente tuvo, una vez más, que ir a trabajar en São Paulo. El objetivo esta vez era ahorrar lo suficiente para poder construir una casa en albañilería.

Dinero no teníamos para construir ya pues la casa, ¿ahora qué hacemos?, de nuevo he tenido que retornar aquí. Escuchando por radio ya, “necesito costureros para Brasil, lenceristas”, decía, y de ahí no más he entrado a Brasil a trabajar para construir la casa, ya de ahí me vine aquí, de nuevo he venido, en ese...

Vicente comenta que, una vez más, el trabajo era precario, no pagaba bien y no remuneraba las horas extras. Él menciona que tiene, hasta hoy, un proceso judicial contra el empleador de esa época.

Me pagaba, pero también me ha esclavizado, eso ha sido, hasta ahora yo tengo un juicio eh... por los trabajos extras Lo hemos procesado nosotros porque trabajábamos hasta medianoche, diez de la noche, seguíamos trabajando, de eso hemos procesado. Bueno, ¿no?, sigue el proceso, ¿cuándo saldrá o no saldrá?, yo no sé también.

A pesar de todas esas dificultades Vicente cuenta que, después de dos años en São Paulo, consiguió enviar suficiente dinero para que la casa fuera construida. Él regresó a El Alto para finalizar ese objetivo. Sin embargo, comenta que, en ese momento, sentía que

había olvidado a su mujer; que ya no sentía lo mismo y que, por lo tanto, debería divorciarse: “(...) desde ahí ya no tenía ninguna relación estable, me he alejado ya, entonces ella también me decía, «ya, anda no más», ya me decía, poco a poco me he ido sacando de... de la casa ya”. Fue entonces que, después de separarse, Vicente regresó a São Paulo y conoció a su nueva mujer, nacida en Achacachi, a unos 100 kilómetros de la ciudad en la que nació Vicente. “Nos ha costado mucho, a ella también le ha costado mucho porque ella también vino a trabajar no más así y me ha conocido a mí. Cómo es la vida, ¿no? Venir al Brasil, al exterior, y conocer a otra persona, se apasiona y es bastante fuerte”.

Con su nueva mujer decidieron hacer una nueva vida en São Paulo. Vicente explica que él ha tenido dos vidas diferentes, con dos familias, en dos países distintos. Así pues, es interesante notar que hay en la narrativa de Vicente una clara división –delimitada por la separación de su mujer y la migración a São Paulo– entre la vida y la familia que tenía en Bolivia y la vida y familia que ha empezado en Brasil. Él cuenta, con algún tono de culpa, que las dificultades de establecer una nueva vida en São Paulo le han impedido ayudar a sus dos hijos en El Alto “Ya no podía apoyar, pero cuando hablo por teléfono mi exmujer dice, ‘apóyale a tus hijos’, me dice, ‘están estudiando tus hijos’, me dice. ¿Qué podría hacer yo?”. En ese tiempo él tuvo un hijo con la nueva mujer. Vicente resalta las dificultades que existen en conciliar los cuidados del bebé y el trabajo en la costura, algo que es particularmente difícil cuando se trabaja y se vive en el mismo lugar:

Hemos sufrido. Íbamos a una oficina a trabajar, “¡tu wawa [bebé] llora! ¡ándate no más!”, nos decían, ¡uh!, teníamos que ir a otra oficina, llegamos a otra oficina, lo mismo, “¡no!, tu mujer está cuidando wawa no más está cuidando”, me decían, o sea que, “él bebe no más está viendo y no está trabajando”, me decía. Inclusive cuando ha nacido mi hijo del hospital ha salido mi esposa, cesárea ha tenido ella. ¡No ha descansado ni un día! Se ha salido el viernes en la tarde, sábado y domingo ha descansado, pero el lunes sentada en la máquina estaba, ¡no le han dado tiempo ni para que descanse!

Muchos propietarios de talleres no contratan trabajadores con niños, sobre todo si son recién nacidos. Esto ha sido un importante obstáculo para Vicente y su mujer, por lo cual ellos tuvieron que cambiar de taller (y por lo tanto de casa) muchas veces en el primer año de vida de su hijo. Él cuenta que mientras trabajaban dejaban el bebé en la habitación y lo escuchaban por medio de una niñera electrónica. Vicente y su mujer intentaron montar su propio taller, pero debido a los altos costos, sobre todo de alquiler, no tuvieron éxito. Él comenta que la situación de la familia está más sólida desde 2015, cuando ha encontrado un

empleo en un taller de costura que le ha firmado un contrato de trabajo y así ha tenido acceso a todos los derechos laborales reconocidos en Brasil, como la hora extra y las vacaciones anuales. En ese mismo año, además, su mujer ha comenzado con la venta de salchipapas. Actualmente, durante el día Vicente trabaja en el taller de costura y su mujer prepara las salchipapas, para que en la noche los dos puedan juntos dedicarse a la venta en el quiosco. Él se siente muy orgulloso de la calidad de las salchipapas que produce. “Son iguales a las de El Alto”, comenta Vicente. Con esa doble renta la familia logra mantener a su joven hijo, que siempre está con ellos al lado del quiosco. Vicente explica que, como él tiene hijos en Bolivia, decidió que su ingreso se separaría de la renta de su mujer en São Paulo. Así, todo el dinero ganado en las salchipapas es de ella. Él explica que eso evita malestares y permite que él envíe dinero a sus hijos en El Alto, algo que ahora es especialmente crucial, ya que ellos desean entrar en la universidad.

Vicente declara que una de las cosas más difíciles de vivir en Brasil es la distancia de sus padres. Como ellos no tienen teléfono o internet, la comunicación solo ocurre por intermediación de alguno de sus hermanos o, claro, cuando Vicente visita Collana. Él intenta mantener contacto con sus hijos, pero no siempre tiene éxito. Su hijo “chatea” con él por Facebook, pero su hija le está evitando, según nos comenta. Cuando Vicente supo que yo iría con la investigación a la ciudad de El Alto, organizó una entrevista con sus hijos, Josefina (20 años) y Santiago (18 años). Además, me pidió que yo llevara dos celulares de regalo para ellos. Yo los encontré en la Plaza Murillo, en el centro de La Paz (Apéndice K, L-10). Estuvimos sentados en un banco por dos horas, conversamos sin el grabador. Los dos estaban con su material escolar (ella estudia gastronomía y él computación) y llenos de preguntas por hacer: “¿Cómo está nuestro padre? ¿Está bien? ¿En qué trabaja? ¿Dónde vive?”. Tenían mucho interés y curiosidad por saber cómo era la vida de su padre, cómo estaba su hermano menor y cómo estaban las cosas en São Paulo.

La historia de la vida de Vicente –más precisamente de sus “dos vidas”– expresa el uso de las migraciones –tanto internas como internacionales– como medio de enfrentamiento de lo que llamamos “desencajes de la protección social”. A cada situación crítica generada por la consumación de un riesgo en el que no estaba disponible un recurso de protección acorde, la migración surgió como la alternativa adecuada. Sin embargo, tal como expresa su relato, la movilidad en sí puede ser peligrosa y llevar a situaciones de riesgo, especialmente si las condiciones de trabajo son precarias. Vicente adoptó con frecuencia durante su relato

una posición narrativa en la que describe su trayectoria como marcada por una secuencia de reacciones a situaciones inesperadas. En ese sentido, la narrativa de la transnacionalización biográfica se constituye, sobre todo, como un conjunto de reacciones a realidades inesperadamente adversas.

8.2 LA ESCAPADA DE LA VIOLENCIA DE GÉNERO: CLAUDIA GUTIÉRREZ

Claudia, 57 años, vive en el barrio de Brás y trabaja como costurera en São Paulo desde hace 12 años. Tiene 7 hijos (dos hombres y cinco mujeres), todos mayores de edad y residentes en Santa Cruz. Yo he conocido a Claudia en las misas del inmigrante que se celebran todos los miércoles y un domingo por mes (Apéndice F, M-12). Convivimos en todo el período de trabajo de campo en São Paulo, ya que Claudia era muy activa en las actividades de la Parroquia São João Batista do Brás y del CIM. La entrevista ha sido realizada en un domingo de mayo, ya que Claudia trabaja 15 horas diarias, de lunes a sábado, al igual que otros muchos costureros bolivianos en São Paulo.

Claudia comienza su narrativa contando que ha nacido en Santa Cruz y que su infancia estuvo marcada profundamente por la muerte de su madre, cuando Claudia estaba por cumplir 10 años. Huérfana de madre y no reconocida por el padre, terminó por ser criada por dos hermanas mayores y dos tías maternas. Claudia revela que ha trabajado desde los ocho años en el comercio de una tía. Al perder a su madre tuvo que trabajar más, ya que, según cuenta, su tía no tenía condiciones de sostenerla. Con apenas 10 años, Claudia era responsable del propio sustento económico. Por esa misma razón fue obligada a salir de la escuela, y solamente pudo completar la primaria. “(...) no tuve una niñez, digamos, una infancia, cómo te puedo decir... libre así de salir con las chicas, jugar o pasear, no. De lunes a lunes era el trabajo con mi tía”. Hasta los 15 años, vendía en la calle las empanadas que preparaba su tía. Ella explica que su tía era muy dura y violenta: “(...) si yo vendía y llegaba tarde, ella me pegaba. Si yo no vendía, ella me pegaba. No importa si me faltaban 10, 20 centavos o 50 centavos. Siempre me pegaba. Mi tía era muy dura, súper mala”. Claudia cuenta que la iglesia católica ha sido su lastre emocional durante el período difícil que ha vivido en su infancia y juventud. Con 16 años huyó a la casa de otra tía, donde, según ella, fue bien recibida. Dos años después, se fue a vivir con su hermana mayor. En esa misma época a Claudia la contrataron en un restaurante, donde ha trabajado hasta los 25 años y donde ha podido aprender gastronomía.

Claudia cuenta que el trabajo en el restaurante le ha dado una valiosa estabilidad, fruto de la buena relación que tenía con el propietario. Ella explica que no tenía ningún contrato laboral, pero que eso no era un problema, ya que ella prefiere un “contrato verbal” porque, según explica, es más fácil desacatar un pedazo de papel que un voto de confianza. Durante su tiempo en el restaurante, Claudia se casó y tuvo tres hijos. Según ella, fue la rutina y estabilidad de ese trabajo lo que posibilitó que formase una familia. Sin embargo, después de nueve años en el restaurante, el propietario falleció y el establecimiento se ha cerrado. Ha sido un golpe para Claudia, que tuvo que buscar caminos alternativos. Pensó en ir a Argentina, pero desistió de la idea por no saber qué hacer con sus hijos. Señala que esos fueron tiempos muy duros y sufridos, sobre todo por su marido:

Mi esposo era albañil, maestro albañil era. Trabajaba bien, cuando él quería, trabajaba bien. Pero no faltaban los amiguitos ahí que se ponían a beber con él, ahí ya le decían que sus hijos no se parecían a él, que no eran de él, decían “tu mujer te la está haciendo con otro, que claro, que...” aquí no faltan. Él era un poco borracho, esa parte era lo que yo sufría porque... le gustaba mucho beber, llegaba a aporrearne, a pegarme de la nada, a su llegada tocaba la puerta tarde a la noche, si uno corría a abrir la puerta era porque estaba escondiendo a mi macho debajo... así era todo un sufrimiento. Yo sufrí más, trabajaba más que él. Toda la vida trabajé yo, me ha gustado siempre agarrar mi propia plata, no vivir esperanzada del bolsillo del hombre.

Entre los años 1984 y 1994, Claudia quedó embarazada cuatro veces. Para poder cuidar de los siete hijos y tener una renta propia, Claudia cocinaba para eventos (cumpleaños, debutantes, bodas, etc.). La independencia de la renta del marido fue progresivamente cada vez más importante, visto que las actitudes de él se fueron degradando y a cada día se volvía más violento.

Esta situación evolucionó de tal forma que Claudia y sus hijos tuvieron que salir de la propia casa, ya que esta se había convertido en un lugar sumamente peligroso. Para poder mantener los hijos, Claudia ha decidido migrar (o “huir”, como lo define) a São Paulo, dejando los tres hijos más jóvenes (que tenían 10, 12 y 15 años) a cargo de los cuatro mayores, que ya eran mayores de edad.

Me vine, ya huyendo de él [el marido], ha sido una escapada, porque era una vida... o sea no funcionaba para mí. ¿No? Eh yo me separé cuando me vine acá hace unos trece años ya. E incluso un... mis hijos mayores... porque me ayudaron a separarme de él. Porque llegaba a pegarles a los niños de la nada, llegaba a aporrearne a mí de la nada, de estar durmiendo y ya uno tenía que ser aporreada, por eso me vine. Me vine sin conocer a

nadie ni traída por nadie. Ya prácticamente llegué aquí como caída por un paracaídas. Una vida nueva, al comienzo siempre se sufre bastante pero poco a poco uno va conociendo, va haciéndose amistades con gente brasilera, va conociendo el resto del barrio boliviano. Va caminando uno.

Claudia cuenta que el plan original era quedarse tan solo unos meses en São Paulo para luego migrar a España. Esta era la época de flujos masivos de Bolivia hacia el país ibérico. Sin embargo, Claudia no pudo migrar directamente por el carácter urgente de su migración y por la ausencia de recursos propios.

Ese proyecto cambió luego en el viaje en autobús a São Paulo, cuando Claudia conoció a una señora que le ofreció un empleo como cocinera en un taller de costura. En ese taller, ella trabajaba 16 horas al día, todos los días, haciendo la limpieza, preparando las comidas para los costureros y cuidando de los hijos de los propietarios del taller. Claudia explica que ella considera que ese era un “trabajo permanente”, o sea, sin ningún descanso. Para ello, le pagaban menos que un salario mínimo de la época. Esta situación la desagradaba mucho, porque además de la manifiesta explotación, los hijos de los propietarios no la respetaban y llegaban a golpearla. Por esas razones salió de ese trabajo y comenzó a trabajar (y vivir) en diferentes talleres de costura, nuevamente como cocinera.

Después de mudarse varias veces, encontró un taller de costura organizado por una familia que, tal como ella, era muy religiosa (a pesar de que ellos eran protestantes y ella, católica). En la medida en que se sentía más cómoda en el trabajo y en la ciudad, Claudia decidió traer a sus dos hijos más jóvenes para que vivieran con ella en el Brás. Sin embargo, ellos se quedaron por un año y no se adaptaron, sobre todo a la escuela. “Siempre uno sigue sufriendo. La alegría por un lado de tenerlos a los dos juntos acá, y la tristeza por otro de tenerlos lejos allá. Y después de tenerlos, otra vez dejarlos allá...”.

Ella comenta que enviaba todos los meses remesas a sus hijos: “Para que ellos coman, si ellos tenían... sobre todo para los más pequeños que no trabajaban, ¿no? Que les compren zapatos, ropita, obvio a veces les enviaba ropa de acá.”. Claudia narra que, una vez más, el taller en que trabajaba cerró y que la importancia de sus ingresos para la familia en Bolivia hacía que la misión de encontrar un trabajo fuera urgente. En ese momento, recibió la invitación para trabajar en un locutorio clandestino de una amiga brasilera. Sus ingresos aumentaron sustancialmente, pero la fiscalización hacía que esa fuera una actividad peligrosa. Claudia cuenta que un día fue arrestada y estuvo un día en la comisaría de policía. Para poder salir, tuvo que pagar una multa sustancial. En ese momento decidió buscar otro

trabajo, “sea lo que sea”. Después de algún tiempo buscando y de gastar parte de los ahorros acumulados, Claudia comenzó a trabajar en la fábrica de estanterías, en la que ha estado en los últimos seis años.

Claudia reconoce que su trabajo es pesado y que ha sentido mucho cansancio y dolores en la espalda. Por esa razón, viene pensando en migrar a Chile, donde tiene una ahijada en Tocopilla que es propietaria de una tienda de ropa: “ir, conocer un mes, dos meses, si veo que hay futuro puede ser ¿no?, si no me voy a Bolivia también de una. No puedo decir ahorita “voy a esto” porque no conozco. Voy a caer ahí como caí aquí, sin conocer”. Ella explica que su principal objetivo hoy no es tanto sostener a sus hijos, ya que todos están bien encaminados, sino conquistar medios para poder ser una persona mayor independiente. Su deseo para la vejez es no depender ni de las posibles prestaciones por jubilación ni del apoyo de sus hijos. “El día que no pueda trabajar ¿saben que voy a hacer? Les digo yo a mis hijos, ‘Voy a traer plata y me voy a ir a un asilo, me voy a internar yo sola, así no les voy a causar gastos a ustedes’”.

La narrativa de transnacionalización de Claudia está marcada, de forma contundente, por los efectos disruptivos de la violencia de género. Fue la transformación de su casa en un “lugar peligroso” lo que la obligó a emigrar. La entrevista con Claudia está marcada, así, por un esquema narrativo en el que la migración surge como reacción a un riesgo consumado. No obstante, el mantenimiento del proyecto migratorio se funda en una concepción de cumplimiento de las obligaciones familiares, sobre todo por medio del sustento de los hijos menores.

8.3 DE LA MINA A LA COSTURA, DEL PUEBLO A LA PERIFERIA METROPOLITANA: SERGIO ORELLANA

Sergio y yo nos encontramos por primera vez en un curso de emprendedores inmigrantes organizado por ONG Presença da América Latina (PAL) en junio de 2017. Este señor de 44 años es muy activo en la comunidad boliviana, especialmente en los eventos y grupos religiosos y empresariales. Él prontamente me ha invitado a ir en un sábado –“el día de recibir gente, de conversar y celebrar la familia”, como explica él– a su casa en el distrito de Lageado (Apéndice E, R-9), en el extremo oriental de la ciudad de São Paulo. Nos sentamos en el sofá de la sala de estar de su casa, juntamente con su mujer e hija, y ahí estuve por cerca de 3 horas escuchando la historia de Sergio.

Él comienza explicando que ha venido a São Paulo con la mujer y los tres hijos. “¿Por qué iba a dejar yo a mis hijos? Yo soy cobarde”, justifica él. Sergio comenta que tuvo la oportunidad de ir a trabajar en Portugal, pero se negó porque no podía estar alejado de los niños. Él aclara que esa “cobardía” viene de una experiencia negativa cuando pasó seis meses trabajando en una región de extracción de madera, sin comunicación con la familia, y al retornar se enteró de que ellos han tenido dificultades importantes. “Yo le dije a mis hijos ‘Nunca más los vuelvo a abandonar’, por lo que el día que decidimos venir acá nos vinimos todos”.

Sergio comenta que creció en una ciudad minera, cerca de La Paz. Ahí estuvo durante los años 1970 hasta comienzos de los 1980. Creció entre las montañas, la nieve y los valles, y la empresa minera organizaba, en gran medida, toda la rutina del pueblo. Era la empresa estatal COMIBOL (Corporación Minera de Bolivia), que gestionaba parte considerable de la ciudad, las viviendas, los servicios de salud y la educación, pero también el fornecimiento de víveres y la organización de eventos sociales. Sergio comenta que todos los servicios públicos garantizados por la empresa estatal eran mejores que los existentes en otras partes del departamento de La Paz. Y añade que había gran participación de los trabajadores de las minas en la gestión de los servicios públicos. En cuanto a la escuela, por ejemplo, los padres decidieron permitirles a los profesores que aplicasen sanciones físicas a los estudiantes. Algo que también era frecuente en otras partes de Bolivia, pero, según Sergio, no de manera tan sistemática. Él explica que fue educado repitiendo las informaciones dadas por los profesores y que cuando no tenía éxito en memorizar o era castigado por el profesor o era castigado por su madre al llegar a casa. Un tipo de pedagogía que percibe como adecuada y eficiente en la promoción de la disciplina y de valores morales.

Sergio narra que, a comienzos de los años 1980, las turbulencias económicas y políticas afectaron directamente a su vida y de la familia. El golpe de estado del 17 de julio de 1980 ejecutado por Luis García Meza generó innumerables conflictos del ejército con los mineros en diversas regiones del país, lo cual provocó dos semanas de huelga y la ocupación del ejército de gran parte de las minas. La resistencia minera se extendió hasta la caída del régimen al año siguiente y continuó siendo una de las principales fuerzas democráticas del país hasta por lo menos 1985 (CAJÍAS, 2001). A pesar de que tenía solamente 6 años, Sergio recuerda con detalles de esas semanas de conflicto:

Era mucha la unión entre los mineros ¿no? Entonces de la época me acuerdo que hubo un enfrentamiento: los militares intentaron entrar en las minas ¿no? Y me acuerdo que mi padre a todos, mujeres y niños nos han hecho moler vidrio para preparar la masa de la dinamita ¿no? Todos, para enfrentar, porque no queríamos que se adueñasen de lo que era nuestro ¿no? Hemos participado, pero militar es militar, entró con todo, tanques, aviones, me acuerdo que y eso me recuerdo mi papá era bien procurado por la honda que le había dado al helicóptero [hace ruido de helicóptero cayendo] ha hecho caer un teniente coronel. Y le habían identificado disque a mi papá ¿no? que lo buscaron y mi papá, todos los que participaron de ese enfrentamiento huyeron a los cerros ¿no? Se han escondido en las minas, adentro ¿no? Y entonces se escondió mi padre y cuando lograron entrar los militares, me acuerdo que ese día que entraron vi por el cementerio que estaban entrando con sus tanques, disparando ¿no? Miramos todos al frente, todo verde, puro militares entrando en fila y en esas épocas mientras creo que duró más de un mes o dos meses, no me acuerdo muy bien la fecha, me acuerdo que cuando mirábamos esa esquina donde entraba, veíamos a nuestros padres, a nuestros amigos ya heridos, muertos, trayéndolos en camilla, algunos de guardia en el camino de entrada que entraba a la empresa ¿no? teníamos que cuidar, nuestras madres llorando, algunos heridos, en recuperación ¿no? Y ahí fue mucho enfrentamiento a los que los agarraban presos. Los militares entraron en nuestra casa a buscar mi padre. Se subieron a una silla, miraron, no tenían linterna por suerte ¿no? “Vamos a volver, por ahí está ahí dentro metido” decían, no habían traído linterna. Ya nos llevaron presos, a mi mamá la amarraron las manos, a mí me llevaron así, a todos mis hermanos también en fila, todos, nos llevaron a empujones, a cachazos nos daban. Nos golpearon feo ¿no? No respetaron, ya entonces llegamos allá. Y ahí mi papá se quedó escondido, no sabía si bajar, según él cuenta ¿no? No sabía si bajar, al mismo tiempo quería bajarnos a defender, pero tenía miedo si le encontraban porque como había tumbado el helicóptero, entonces era para liquidarlo a él que lo estaban buscando, era para matar.

En esos enfrentamientos, el tío de Sergio fue asesinado y su padre quedó escondido hasta que decidió huir con toda la familia. Se fueron a La Paz, donde su madre había heredado una casa. Sergio comenta lo difícil que fue la migración a la ciudad; era una transformación profunda en la vida de la familia, que estaba acostumbrada a la estabilidad en la mina y ahora tendría que “intentar seguir sobreviviendo”, como dice él. Sergio esclarece que era un niño y como tal poco a poco se ha adaptado.

La vida en la ciudad no era tan cómoda como estar en una mina, porque era una empresa minera, ahí te llega la verdura, la carne ¿no? Ahí te llegan los abarrotes, te llega... o sea era un poco más cómodo para nosotros vivir, porque mi padre como trabajaba y ganaba bien entonces le llegaba con facilidad y nosotros teníamos que agarrar solo un vale o una libreta ¿no? “Ya, vayan a traer pan de la panadería”. Íbamos tempranito, nos traíamos veinte, cincuenta panes con un valecito ¿no? Ya después yo viví en la época, mi padre, a la hora de pagar, él pagaba todo eso ya con su sueldo ¿no? Porque el cuarto nos daba vales, una libreta más para ir a sacar de la pulpería que es lo que se requería ¿no?

El principal afectado por la migración a la ciudad ha sido el padre de Sergio. Desde que retornó de Argentina (él había inmigrado en los años 1960), el padre de Sergio siempre decía con referencia al pueblo minero “esta es mi familia, este es mi lugar y es aquí donde voy a morir”.

En la ciudad creo que fue peor para él, porque tenía que comenzar de cero, de nada mi padre ¿no? Entonces “¿Qué hago?” dijo, “¿Qué voy a hacer aquí yo?, no sé hacer nada.”. “¿O nos regresamos a Argentina?” así, al mismo tiempo no quería ir tampoco allá ¿no? “Vamos a ver”, la tristeza creo que lo fue consumiendo a mi padre, ¿no?

Su padre intentaba encontrar un buen empleo, pero los varios años de trabajo pesado en las minas y la tristeza por los obstáculos en la ciudad constituían un escenario muy arduo. Así pues, los padres de Sergio decidieron vender la casa en La Paz y mudarse a El Alto para poder tener algún ahorro. En esta misma época su madre empezó a vender verduras en la calle y con 12 años Sergio la acompañaba.

Es ahí donde empecé a ver en mi mente y buscar trabajo y ahí creo que empecé a no gustar mucho del estudio, sino querer trabajar, ayudar a mi madre ¿no? Tenía un primo que era carpintero, le dije que me lo haga una cajita, una bandeja, y como me gustaba gritar, era bien de papo creo que inclusive en la época fui el primer niño en esa ciudad que empezó a vender gelatinas. Mientras mi mamá estaba vendiendo sus verduras entonces ahí yo llevaba mi balde y la gelatina congelada... se acababa e iba “rapidinho” a lavar los vasos y ahí volvía a cargar. A los mercados, a los comedores entraba “¡Gelatina, gelatina, gelatina!” y lograba vender, es la... en esa forma le fui ayudando a mi mamá ¿no? Porque mi padre no se podía recuperar entre su tristeza de haber dejado muchas cosas.

En esos tiempos de turbulencias y nuevos comienzos, Sergio continuó estudiando. Con 14 años comenzó a trabajar como albañil y luego como ayudante de mecánica. Sin embargo, con quince años decidió alistarse prematuramente al ejército. “Vas a manejar un tanque”, me han dicho ¿no? yo quería manejar uno de ellos, Pero al final, en la campana era barrer el suelo [se ríe]”. Como era más joven y de origen minero, Sergio explica que fue objeto de discriminación en el ejército. Después de un año, volvió a La Paz y, en la escuela nocturna, terminó el bachillerato. Al regresar a casa, encontró a su padre con severos problemas de alcoholemia, resultantes de su padecimiento emocional. Esa situación ha inspirado Sergio a tomar otros rumbos en su vida:

Si no me equivoco yo tenía diecisiete años; creo que decidí me vida estaba con mucha borrachera, tantos horrores que hacemos ¿no? Entonces todo lo que tal vez de joven, de niño pensaba se me fue deteriorando por libertinajes que no me iban a traer buen futuro, me dejé llevar por la

ansiedad, por el dinero fácil, por muchas cosas más, entonces es ahí donde decidí nuevamente volver de donde había salido mi papá, a la mina.

Al verse, con 19 años, siguiendo un camino que no le parecía correcto, Sergio decidió regresar a la zona minera donde había nacido. Él fue recibido por un tío suyo que lo incorporó al trabajo de la mina, como encargado de la bodega; lugar donde se inspecciona la calidad del mineral. Sergio estuvo en la mina por tres años y ahí ha vivido mucha frustración; nada era como él lo recordaba. La calidad de vida era precaria y él acabó teniendo problemas con alcohol. Después de presenciar un accidente en la mina que ocasionó la pérdida de visión de un primo suyo, decidió que era hora de salir de ahí.

Sergio describe las muchas dificultades en su transición a la adultez y en la realización de sus aspiraciones. La necesidad de conjugar el trabajo y la escuela, así como las dificultades materiales de la familia, tuvieron como consecuencia, según él, una tendencia a un permanente espíritu de supervivencia. Lo que significaba, en muchos casos, moverse: “entre aquí y allá, entre el pueblo, las minas y la ciudad”.

Al regresar a El Alto, Sergio se ha apasionado por su esposa actual y han decidido vivir juntos. Por influencia de ella, empezaron a trabajar en una empresa de serigrafía.

Después de tres meses con mi futura esposa regresé a mi madre: “estoy viviendo con ella, mami”; mi madre nos miró, claro, un tanto decepcionada como toda madre y que era el único varón que seguramente pensó que yo le iba a dar muchas alegrías, muchas conquistas ¿no? Pero muy joven tal vez abrí los ojos, agarré el dinero y causé mucha decepción en mi familia ¿no? Entonces cuando me acerqué a mi mamá le dije “estoy viviendo con ella”; ella le miró a ella, mi madre me conocía bien ¿no? Y le dijo, me acuerdo muy bien “¿Vos vas a vivir con este hombre?”, le dijo. “Sí”, “¿Sabes cómo es este hombre?”, “Sí”, “Este hombre es flojo, borracho, no le gusta trabajar, trabaja una semana para descansar tres meses, tiene mujeres por aquí por allá” o sea todo lo que yo era se lo dijo a ella y cómo querías que yo me sienta así, una madre debería sobreproteger, debía sacar cara, debía enojarse para verme juntar. (...) Entonces cuando nos juntamos me dijo eso mi madre y yo salí bravo con ella. En ese momento odié harto a mi madre ¿no? Y dentro de mí me dije “le voy a demostrar a mi madre que todo lo que dijo no es verdad, yo también puedo cambiar, puedo ser un hombre de verdad, les voy a demostrar”

Para Sergio la actitud de su madre, además del ejemplo negativo de su padre, fue un tipo de incentivo para que él cambiara como persona. Por eso, él le está muy agradecido a ella. Sergio estuvo trabajando en la serigrafía con su mujer por varios años, hasta que la exposición a los químicos utilizados afectó a la salud de los dos. Como el trabajo de ellos no tenía ningún tipo de protección, tuvieron que abandonarlo y arcar con los costes del tratamiento de desintoxicación. Sergio comenta que el dueño de la serigrafía era un chileno

que estaba empezando y por eso no quería firmar ningún contrato laboral. Al quedarse sin trabajo, Sergio y su mujer deciden venir a Brasil, era el año 1994 y ellos todavía no tenían hijos.

La primera venida para São Paulo ha sido muy traumática, enfatiza Sergio. Como una pareja joven y sin hijos, ellos tenían el deseo de conocer lugares nuevos y vinieron motivados por un cierto espíritu de aventura, pero la realidad que encontraron fue distinta a la que proyectaban. Ellos fueron traídos por un conocido de cuñados de Sergio que buscaba personas para trabajar en una oficina en el Brás.

Pero cuando llegamos acá vimos otra realidad, llegamos a una casa bien alta, las ventanas bien arriba y pequeñas, era un galpón grande ¿no? Entramos ahí “¿y ahora dónde vamos a vivir?” Debajo de las gradas habían hecho un cuartito con una cama de una plaza, ¿soltero?, ¿no? Cama de soltero.

Él explica que los contratistas, todos bolivianos, pagaron los costes del viaje, pero nunca decían exactamente cuánto había costado. Sergio buscaba formas de quitar la deuda y los dueños siempre encontraban alguna excusa o un nuevo gasto. Así pues, cobraban todos los meses lo que supuestamente habría sido utilizado para el viaje. Además, la remuneración era muy baja, cerca de 8 centavos de dólar por pieza producida. Los pasaportes de la pareja estaban bajo el poder de los dueños del taller, que controlaban también todos sus movimientos en el barrio.

No nos dejaban salir y cuando queríamos salir para comer algo, por ejemplo, nos trataban de meter miedo, nos decían ¿no? Que le policía iba a venir... Entones en la época si te descubren te van a reportar nos decían, o sea nos trataban de hacer tener miedo para quedar trabajando allá. No nos dejaban conversar con nadie y si había alguien, digamos, un boliviano ahí, automáticamente intentaban alejarlos “no te vas a meter, ese es...”; o sea trataban de meternos miedo ¿no?

El confinamiento era tal que Sergio cuenta que tardó meses para que los dueños les dejaran ir a una pizzería. Después de un año y de demostrar continuamente el descontentamiento con las condiciones de trabajo, los dueños del taller decidieron que Sergio y su mujer deberían regresar a Bolivia. De ahí que los propietarios condujeron a la pareja directamente a la terminal de autobuses y bajo la vigilancia de guardias de seguridad privada.

Me acuerdo que nos han puesto dos carros aquí con bastantes brasileros a nuestros costados grandotes ¿no? Nosotros ahí bien custodiados nos fuimos (...) ellos se han quedado ahí hasta que nos embarquemos al ómnibus, cuando nos hemos embarcado al ómnibus recién nos han entregado nuestros documentos que estábamos pues y no nos han pagado

nada, sin dinero regresamos. Nada nos han pagado, ellos han comprado nuestros pasajes de retorno, así “Eso ya cubre la deuda que... más bien ustedes nos están debiendo, les estamos dando dinero”, y así sin plata nos fuimos a Bolivia

Al regresar a Bolivia, no más a El Alto sino a Santa Cruz, Sergio decidió hacer una denuncia para la policía en nombre de todos los que seguían en el taller en São Paulo. Sergio cuenta que, cuando el mismo hombre que los reclutó regresó a Bolivia para buscar nuevos trabajadores, fue capturado por las fuerzas policiales y ha estado detenido por seis meses.

En cuanto llegaron a Santa Cruz, su mujer comenzó a sentirse mal y ellos descubrieron que estaba embarazada y que tenía una importante infección. Estuvo tres meses internada en un hospital privado. Sergio explica que en la urgencia de la necesidad de atención médica no pensaron en la cuestión económica y ella acabó permaneciendo en este hospital que, según cuenta, era muy caro. Para poder pagar la deuda generada y ahorrar para la creación del niño, Sergio empezó a trabajar por la mañana como carpintero para una empresa argentina y por la tarde y noche en un taller de costura de un señor boliviano. La principal diferencia, en ese momento, fue que el trabajo de carpintería era con contrato laboral, lo que permitía el acceso de su familia a la seguridad social. Eso ha significado una tranquilidad para el primer embarazo de la pareja. Después de que el bebé nació, Sergio y su mujer fueron a vivir y a trabajar juntos en un taller de costura en Santa Cruz.

Cuando las cosas parecían seguir por un buen camino, tuvieron un accidente profundamente traumático. Su primer bebé se ahogó con la propia saliva y falleció. Sergio, con sus 25 años, y su mujer con dos años menos, estaban completamente desconcertados y deprimidos. Por eso perdieron el trabajo que tenían gastaron todos los ahorros acumulados en los años anteriores. Cuando la pareja encontró refugio en una iglesia protestante, las cosas empezaron a sanarse y ellos han podido tener otro hijo. Como cautela, han decidido que la mujer cuidaría de la casa y que solamente Sergio iría a trabajar en un taller de costura.

Cuatro años después, en aquellos finales de la década de 1990, la crisis en Bolivia hizo que Sergio perdiera su trabajo. En esa misma época tuvieron el segundo hijo. Así pues, Sergio tuvo que dedicarse a varias labores puntuales; en carpintería, plomería e incluso con épocas estando distante de la familia en trabajos en el interior. En el regreso de una temporada trabando en la extracción de madera en los yungas paceños Sergio fue asaltado y llegó a casa sin nada, algo que para él ha sido muy triste y frustrante, ya que su familia lo esperaba ansiosamente:

Me dejaron solo cinco bolivianos ¿no? Me quedé ahí, entré a casa, mi esposa me vio, lloró, nos abrazamos llorando como siempre de pena después de buen tiempo. Los vi a mis hijos ahí. Seguro mi esposa también se desfogó, directamente “estamos sin nada, todo se está acabando, mira ya estamos hasta...”, “Este y ahora qué hacemos” le dije ¿no? “Tampoco traje nada, me acaba de suceder esto” le dije ¿no? “Y ahora qué hago” ahí la dispensa está vacía, no hay nada que comer “¿Qué puedo hacer?”

Entre los años 2000 y 2006, Sergio y su mujer hacían trabajos puntuales, pero la crisis en Bolivia dificultaba que tuvieran una vida con las condiciones deseadas. La elección de Evo Morales fue un momento disruptivo para ellos. Sergio explica que él no se sentía representado por el gobierno indígena y que era una época de muchas incertidumbres.

¿Y ahora qué hago? se puso fuerte y como muchas fábricas, muchas empresas empezaron a cerrarse ¿no? Y estaba entrando en quiebra también yo ¿no? “Y ahora qué hacemos” dije ¿no? “Esto se está poniendo fuerte”. “Vámonos a Argentina” Primero fue “No, Argentina es un país racista” Dijeron. Es fuerte, mejor vámonos a Brasil, porque aquí ya estaban todos de la familia de mi esposa. “Vámonos a Brasil” y ahí es más o menos tranquilo. La gente, supongo ¿no? porque ya estaba muchos años ya de aquí

Vendieron todo lo que tenían y fueron los cuatro –Sergio, su mujer y los dos hijos– en dirección a São Paulo. Él explica que, por el miedo a la policía y por creer que podría tener problemas con los documentos, entraron en Brasil por la frontera con Paraguay (Ciudad del Este – Foz do Iguazu). La misma ruta que él siguió cuando fue traído a São Paulo por primera vez. Como querían quedarse juntos, no fueron a vivir en el centro de São Paulo, donde está la mayor parte de la comunidad de bolivianos, sino que fueron directamente a la periferia, al distrito de Lageado. “Siempre intentamos estar juntos, pero la vida nos dividía”. Ese era el gran reto para Sergio. En cuanto se mudaron, una asistente social visitó su casa y los hijos fueron luego matriculados en la escuela local, lo que ha convencido Sergio de que había tomado la decisión correcta.

Sergio cuenta que él y su mujer intentaron tener otros tipos de trabajo, pero que la dificultad con la lengua y la discriminación contra los bolivianos han sido obstáculos sustanciales. Por lo tanto, decidieron trabajar para el cuñado de Sergio, que tenía una oficina de costura, donde podrían trabajar y vivir. Sin embargo, con el paso del tiempo vieron que estaban siendo explotados, trabajando todos los días y sin una remuneración adecuada. Entonces, resolvieron alquilar una casa y montar un pequeño taller. Sergio comenta que la amnistía de 2009 fue el momento en que él y la familia pudieron sacar documentos de

residencia, lo que les ayudó a tener acceso al banco y poder pedir préstamos para, primeramente, montar el taller y, posteriormente, ampliarlo. Actualmente, todos los miembros de la familia trabajan en el taller, además de cuatro funcionarios contratados por la familia. Para el futuro, Sergio dice que le gustaría comprar una casa, en el mismo barrio en que vive hoy y en el que se siente adaptado. Además, su gran deseo es que sus hijos terminen la universidad y, quizás un día, puedan administrar la empresa familiar.

La historia de Sergio está marcada por la conjunción de crisis sociales y situaciones familiares inesperadas que produjeron lagunas de protección importantes. Sin embargo, la migración es narrada menos como una reacción a estos contextos negativos y más como una estrategia de prevención a futuros peligros similares. Por este motivo la incertidumbre ocupa un papel central en la forma en que narra los procesos que lo llevaron a migrar. La situación actual de mayor estabilidad permite que Sergio realice un “desplazamiento narrativo” al final de la entrevista, y adopte un discurso más aspiracional y normativo: no se trata tanto de prevenir riesgos, sino de buscar formas de hacer realidad ciertas concepciones de lo que sería una buena vida.

8.4 “UN NUEVO AMANECER”: JIMMY ÁLVAREZ

Mi contacto con Jimmy Alvarez, de 52 años, se ha extendido por todo el tiempo de trabajo de campo en São Paulo. Él asiste a clases de portugués en el CIM, y ha sido ahí donde nos hemos conocido. Jimmy no tiene hijos y sus padres ya fallecieron. Sin embargo, él ocupa una posición importante en la comunidad transnacional boliviana, tanto en Buenos Aires como en São Paulo. En las últimas décadas, Jimmy ha ejercido la función de curandero por donde ha pasado. Sus conocimientos del uso de hierbas para el tratamiento de enfermedades y malestares son reconocidos en el ámbito del colectivo migrante boliviano.

Las entrevistas con Jimmy se realizaron en tres sesiones entre los meses de abril y junio de 2017. Para la realización de las entrevistas, Jimmy se propuso a leer algunas notas autobiográficas de su diario personal. Por lo tanto, a partir de ellas hemos organizado la entrevista. En la primera sección Jimmy presentó la introducción de su diario, que informa la estructura general:

Es como esas películas que a veces, u obras, lo exponen la parte que antes de entrar, la gente se sorprende, porque pensarían que es el comienzo que va a ver, pero no, es al revés, es la parte final donde muestran lo más

importante. Y que fue para mí algo, no digo final, pero algo muy importante. El convertirme a la iglesia católica y llegar ese día a bautizarme fue algo muy pero muy especial.

El hilo conductor de la narración de Jimmy es el embate entre la espiritualidad y las dificultades de la pobreza. De ahí que Jimmy presente su trayectoria teniendo como punto resolutivo su conversión al catolicismo, a que él opone al “comunismo” de sus padres. El término “comunismo” denota para Jimmy el activismo político de parte de su familia paterna, pero sobre todo una visión materialista del mundo. Es interesante notar que, a pesar de ser hombre, es una ética de cuidado que marca el contenido dado a su espiritualidad y, particularmente, una noción de reciprocidad generalizada: al cuidar de alguien, él cree que este acto retornará a él en el futuro, incluso si no es por las manos de la misma persona.

Su autobiografía tiene dos partes. La primera se llama “Negras sombras de angustia” y está compuesta por tres apartados. El primero de ellos se llama “La oveja negra”, que habla de la historia de su abuela y, según Jimmy, las razones de por qué su familia no ha progresado desde el punto de vista material y espiritual. El segundo apartado es titulado “Unamane”, que significa “Cielo oscuro”, y donde Jimmy habla de su padre y su aferro al ideario comunista. Por fin, en “Lágrimas de angustia” cuenta acerca de su madre y de cómo ella sufrió con las agresiones de su padre.

La segunda parte de su diario está compuesta por tres apartados: “Negras Esperanzas”, cuando él y su familia salieron de la casa de su padre y fueron a vivir en la frontera con Argentina y cuando su madre murió; “Nómadas”, cuando se vio solo con cuatro hermanos menores (dos niños y dos niñas) y vivían cambiando de ciudad hasta que crecieron y acabaron por dispersarse entre Argentina y Bolivia; y en “Nuevo amanecer” Jimmy explica el momento en que, por primera vez, estaba solo en la vida. Ha sido en esa época en que él migró a Buenos Aires y posteriormente a São Paulo, donde se ha bautizado, a los 50 años edad, en la iglesia católica.

Figura 17 – Fragmentos del diario de Jimmy Álvarez⁷³

PRIMERA PARTE
 NEGRAS SOMBRAS DE ANGSTIA
 MI NOMBRE ES...
 VIVO EN SÃO PAULO BRASIL ALREDEDOR
 DE 5 AÑOS Y ACABO DE PARTICIPAR DE
 UNA CEREMONIA MÁS IMPORTANTE DE MI VIDA.
 LO CUAL MARCÓ PARA SIEMPRE EN MI VIDA
 ESTE ACONTECIMIENTO DE REVIVIR LOS
 BOTOS DE UNCIÓN Y EL BAUTISMO COMO
 CATÓLICO APOSTÓLICO ROMANO EN ESE
 MOMENTO SENTÍ COMO SE PROFESABA
 MI FE Y UNA GRAN ALEGRÍA EN BOLIVIA
 MI CORAZÓN AL SENTIRME...

Y EN ESE MOMENTO TODO UN CATÓLICO
 PERO EN ESE MOMENTO ME VINO RECUERDOS
 DE UN PASADO DE MUCHOS AÑOS ATRÁS
 Y ME PUSE A LLORAR PERO NO DE PENA
 SINO DE ALEGRÍA. PARA KE TENGAN
 UNA MEJOR COMPRENSIÓN VOY A
 RECORDAR CÓMO LLEGUE A ESTE DÍA
 TAN IMPORTANTE PARA LLEGAR A SER UN
 CATÓLICO.

Fuente: Documento fotografiado y utilizado con autorización del entrevistado. El fragmento que contenía su nombre verdadero fue retirado para fines de garantía del anonimato.

Jimmy introduce los primeros fragmentos captados en la Figura 1 de la siguiente manera: “(...) estoy aquí [suspira] en un lugar donde muchas personas tal vez no llegaron (...) Para que lo puedan comprender y lo puedan entender que es lo que aconteció, voy a recordar anécdotas y momentos en los que yo nunca podré olvidar”. No hay duda de que la entrevista estaba cargada de conmoción para Jimmy, y que él estaba a la espera de la oportunidad de contar su historia a un buen oyente (espero haberlo sido). Es interesante hacer notar que, aun cuando estaba leyendo su diario en voz alta, Jimmy alteraba, revisaba y

⁷³ “Primera Parte – Negras sombras de angustia”

Mi nombre es... Vivo en São Paulo, Brasil alrededor de 5 años y acabo de participar de una ceremonia más importante de mi vida. Lo cual marcó para siempre en mi vida este acontecimiento de revivir los botos de unCIÓN y el bautismo como catÓlico apostÓlico romano en ese momento sentÍ como se profesaba mi fe y una gran alegrÍa en Bolivia mi corazÓn al sentirme...ya en ese momento todo un catÓlico, pero en ese momento me vino recuerdos de un pasado de muchos años atrÁS y me puse a llorar, pero no de pena sino de alegrÍa. para ke tengan una mejor comprenSIÓn voy a recordar cÓmo llegué a este dÍa tan importante para llegar a ser un catÓlico.

complementaba los pasajes; reconstruyendo continuamente una nueva versión de su autobiografía.

El padre de Jimmy fue criado solamente por la madre, la cual él describió como “La Oveja Negra”: “(...) una mujer frívola, vanidosa, estrepitosa, llevó una vida muy mal vista por todos los vecinos y hasta para sus hijos era un hazmerreír. Mi abuela ha explotado mi padre, si él iba a trabajar de lustrabotas canillita, su madre veía, le rompía la caja, le robaba todo el dinero, le agarraba a palizas”. Cuando adulto, el padre de Jimmy era dueño de pequeños terrenos donde se realizaba la extracción manual de minerales en el pueblo de Turicaya (Potosí) y fue ahí donde Jimmy tuvo su infancia. La madre, por su parte, era profesora secundaria en ese pueblo. Jimmy explica que cuando nació su padre impidió que su madre volviera a trabajar en la escuela. Él describe a su madre como “una mujer sufrida y huérfana de padres”. Relata además que su padre era muy violento con ella: “(...) mi padre era un hombre muy celoso, él celaba hasta con su propia sombra, los celos eran terribles. Recuerdo que yo era muy pequeño, tres, cuatro años, y veía las palizas que le daba a mi madre, no sé por qué”. Jimmy cuenta que su madre y sus hermanos tenían mucho miedo de su padre: “Muchas veces mis hermanos, mi madre y yo intentamos escapar. Yo ya tenía como once años, pero mi padre siempre andaba portando un arma y amenazaba con eso de matarnos”. En esa época, su madre se enfermó y su padre permitió que todos saliesen de casa:

De alguna manera, no sé cómo ni cuándo ni por qué, mi padre dejó que nos fuéramos, tal vez porque él creyó que estaría mucho mejor con las amantes que tenía y podía compartirlas, ya que mi madre estaba muy enferma. Y tal vez era una forma o una salida de abandonarnos, nos dejó ir. Fuimos a parar al lado del Chaco, frontera de Argentina, sin saber qué vida llevaremos ni qué comeríamos ni... ni qué sería de nosotros porque mi madre estaba enferma. Pero como muchos dicen, a ojos cerrados, agarramos las cosas, embalamos todo. Pero lo único que quería mi madre era alejarse de mi padre y supuestamente terminar con ese infierno que vivía, pero sin esperar todo lo que iba a pasar allá, sin pensar en que tal vez nunca más volveríamos a nuestra tierra. Y mi madre lo único que dijo “Dios dirá, si vivimos o morimos, pero fuera de esta casa, lejos de tu padre porque prefiero estar en cualquier lugar menos en el infierno que vivimos”. Agarramos todo nosotros, nos embarcamos para ir a un rumbo, lugar, tierra, gente y cultura desconocida, sin saber qué nos esperaba.

A partir de ese momento, cuando Jimmy tenía 11 años, él, su madre y hermanos empezaron a mudarse de ciudad en ciudad; pasaron por Chaco, Tarija, Caraparí, Bermejo y Yacuiba. En ese período titulado por Jimmy como “negras esperanzas”, ellos eran muy

pobres y no tenían recursos para instalarse de manera permanente en ningún lugar. Su madre sufría de graves problemas de salud, que Jimmy describe como “enfermedades del cuerpo y del alma”. Ella tenía problemas en los pulmones y en la matriz y, por eso, no conseguía trabajar fuera de casa. No recibían ninguna ayuda de la familia, del padre ni ningún apoyo estatal. La situación material de la familia era tan grave que llegaron a pedir donaciones a los vecinos para poder comer. Jimmy, a pesar de que era solamente un adolescente, hacía trabajos puntuales (en el campo, sobre todo) y con eso intentaba generar algún ingreso para mantener a sus hermanos menores y a su madre. A pesar de todas estas dificultades, Jimmy llegó a terminar la secundaria; sus hermanos, sin embargo, tuvieron que salir de la escuela.

Este escenario se mantuvo hasta que Jimmy tenía 17 años, momento en que su madre quedó internada en el hospital por dos meses con una infección en la matriz, y, por esta razón, falleció.

Ha sido un shock. Ella tenía muchas preocupaciones, muchas penas, porque sé que ella lloraba y siempre... [Solloza] en esos dos meses que estaba, siempre me hablaba de mis hermanos, decía “nunca, nunca los dejes, no los llesves al orfanatorio”. Un día volví al hospital... como era menor de edad no me querían hacer entrar, “gente mayor tiene que ir aquí, firmar, está muy mal tu mamá”. Lamentablemente no pude ver a mi madre, no la vi, tenía tantas ganas de estar con ella, decirle algo, pero no pude entrar. Tenía el corazón destrozado con todas las ganas, no poder haberla visto, lágrimas en los ojos, me fui. Pero cuando fui al día siguiente, ya era tarde, ya había fallecido. De golpe, sin experiencia, sin madurez, nada, tuve que cuidar a mis hermanos, no quedaba de otra. Si no ¿qué sería de ellos? porque supuestamente tenían que ir al orfanatorio. Pero mi madre me hizo prometer que lo haría y así ha sido.

Cuando la partida de su madre, Jimmy se sentía solo, “cargando todo el peso del mundo en la espalda”, como describe él. En ese contexto de soledad y sufrimiento, Jimmy se encontraba con cinco hermanos más jóvenes bajo su responsabilidad (dos niñas de 3 y 7 años y dos niños de 12 y 14 años).

Me bañaba en llanto y me sentía impotente y no sabía qué hacer y lo único que era extrañar, echarla de menos, esperaba que estaba ahí. Me levantaba en la mañana y me despertaba, salía e iba a la cocina y creía que ella estaba ahí preparando comida o había salido detrás de la línea, qué sé yo. Pero no había nada, era en vano. Y esos años fueron muy difíciles para mí porque había que... lavar la ropa, ir al río, recoger línea, llegar a los fines de semana, era fatal, era cuando más trabajo tenía, había que hacer el pan porque el dinero no alcanzaba, nosotros no teníamos pan para tener para la semana. Y, sí. Y eso también me agobiaba, ¿Qué iba a hacer? Siempre me ponía el pecho en la mano y decía “yo había prometido a mi madre que yo sacaría adelante a mis hermanos”.

Jimmy cuenta que ellos vivieron como "nómadas", se mudaban de ciudad en ciudad buscando trabajo y vivienda. Y luego uno de sus hermanos, aún con 14 años, migró a La Plata (Argentina). Para ese grupo de hermanos jóvenes, la migración interna ya era la forma de supervivencia y poco a poco la migración internacional comenzó a ser un medio de "seguir adelante".

Y diga usted por qué nos mudábamos, había temporadas en que no alcanzaba para pagar el alquiler, nos atrasábamos, nos atrasábamos y dicen "no, tiene que disculpar, tienen que irse", ¿y qué quedaba?, otros era que se ofrecía un trabajo, pero donde estábamos ya no había trabajo, hay temporadas que a veces no hay. Mis hermanos dejaron los estudios. No porque no podía yo porque vi que no estaban rindiendo. ¡Es que no soy padre, no soy madre como para darles un guía, una dirección!

Con el paso del tiempo, los hermanos se fueron separando. Después de que su hermano migrara a Argentina, su padre ha surgido otra vez y se ha llevado a las dos hermanas menores para que vivan con él. Así, en el momento en que Jimmy tenía 19 años se quedó solamente con un hermano a su cargo, que tenía 14 años. Ellos intentaron hacer vida en Potosí, donde vivían de trabajos puntuales, sobre todo de carpintería. Después de cinco años, Jimmy recibe la noticia de que su hermana más joven, que estaba con su padre, había quedado embarazada como resultado de una violación.

Fue un golpe que me dio. Me moría y me autoculpaba y no sabía, ¡quería deshacerme, perderme! ¡Cómo! ¡Supuestamente estaba en colegio! ¡Mi padre estaba haciendo estudiar, pero yo no sé qué había pasado! Yo pregunté a mi hermana y me dijo "no, tienes que venir, hermano. Porque ¿así cómo voy a estudiar? No, no quiero estudiar", "sí, ¿pero ¿qué ha pasado? ¿Cómo es este asunto?", "no sé, vos ven. Tienes que hablar, ven". Todo el camino iba llorando, autoculpándome, yo era... Y fui, era producto de una violación, ¿qué habrá hecho mi padre?, no lo ha cuidado, lo ha entregado, no le ha importado, qué sé yo.

Al enterarse de esta noticia, Jimmy, que tenía 24 años, decide traer a las dos hermanas a Potosí; y así ayuda, por cinco años, a crear a su sobrino. Después de ese periodo, la madre del niño decidió migrar a Argentina: "Y ya me dijo 'vamos a ir a Argentina, en la Argentina ganas más plata, ahí vas a trabajar, cerca de Salta, Jujuy, por ahí'". Y posteriormente, la otra hermana y el otro hermano siguieron el mismo camino. Cuando todos partieron se inicia una nueva fase en la vida de Jimmy a la que él llamó "Nuevo amanecer", cuando comenzó desde cero, sin mayores responsabilidades por el cuidado de nadie.

A finales de los años 1990, Jimmy decide migrar a Buenos Aires, donde realizó un curso técnico de fisioterapia y trabajaba en la organización de las fiestas bolivianas. La

participación en estos eventos permitió que conociera a muchas personas y fue ahí donde empezó a trabajar con la medicina tradicional. “Como iba a los eventos siempre les comentaba y ellos... no falta uno que le despertaba el interés y decía ‘¿por qué no viene a visitarme? Tengo este problema u otro problema’”. Jimmy se quedó por 10 años en Argentina, hasta que, debido a la crisis que asoló el país, decidió retornar a Bolivia. Al regresar, Jimmy continuó trabajando en la producción de fiestas y con los tratamientos tradicionales. Él explica que ese estilo de vida le hacía estar siempre en movimiento, algo que le gustaba:

He ido a Santa Cruz, Beni, por todo. Porque ellos te dicen, ¿no?, “tengo allá unos parientes que están enfermos. ¿Puedes ir?”. “Sí”.. Y ahí aparece otro, sigo quedándome. Nunca ha sido, como dice, planificado. Y bueno de ahí no faltan amigos que conozco por el trabajo que tengo, dijeron, “allá también se gana bien y además hay trabajo, podéis ir a Brasil”. Y yo por prueba entré a Campo Grande y en realidad sí, está bien. Me dijeron “¿Por qué no te vas más adentro? Hay mucha gente allá en São Paulo” y bueno, tomé... como no tengo nada, no tengo familia, no tengo hijos que diga “¡Ah, no voy a poder! ¿A quién mantengo? ¿Cómo dejo? ¿Cómo hago?” porque ya difícil con familia, ¿no?

Jimmy mantuvo ese estilo de vida por 9 años, hasta que, en 2011, con 46 años, decidió migrar a São Paulo. Desde que llegó, continuó ejerciendo el trabajo de curador y homeópata, además de dedicarse a la carpintería en un taller propio. En São Paulo se sentía un poco solo, hasta que conoció a una mujer y se fue a vivir con ella.

Necesitas compartir con alguien, hablar con alguien [silencio]. Entonces eso hace que te acerques un poco más o vivas con alguien más y eso hace que te despejes un poco, te distraigas. [Silencio] Es que como yo no tenía a nadie ni tenía hijos ni mujer, para decir “bueno, me voy a vivir con ella requiere mucho cuidado”... será por la edad también, ¿no? La vejez y aparte está enferma.

Hace dos años Jimmy se bautizó en la iglesia católica y eso representó para él la culminación de una trayectoria de vida dedicada al cuidado de otras personas. Sin embargo, al llegar a su vejez, Jimmy tiene dudas sobre si un día será cuidado por alguien. Para él, la Iglesia coloca ese horizonte de reciprocidad: “El sembrador siempre va a cosechar, depende de qué frutos, obvio. Alguien habrá, si es que llego a ese tiempo futuro, 2020, o cuándo será.”.

La historia de vida de Jimmy está marcada por la violencia de género contra su madre y por la desestructuración familiar ocasionada por la muerte de ella. A partir de ahí, Jimmy adopta una posición narrativa caracterizada por la obligación moral y la abnegación hacia la

familia. Cuando sus hermanos se vuelven independientes, Jimmy sustituye la narrativa del cuidado familiar por una idea de un cuidado católico hacia los demás. Es en ese sentido que su narrativa gira en torno a una combinación de la espiritualidad católica con ejercicio de curandero tradicional. Es significativo reconocer que la movilidad surge como un mecanismo crucial para la realización de esas diferentes concepciones del cuidado al otro que Jimmy desarrolla en su narrativa biográfica; o sea, “migrar para cuidar de la familia”, en las primeras partes de su narrativa; y “migrar para hacer el bien”, en la última parte.

8.5 “DIFERENTES PAÍSES, LOS MISMOS LUGARES”: ELENA ZURITA

En junio de 2017 conocía a Elena Zurita cuando ella participaba en de los encuentros del grupo de mujeres del CIM. Elena tiene 32 años, ha nacido en Sica Sica (en la Provincia de Aroma, Departamento de La Paz), pero ya con algunos meses de vida su familia decidió mudarse a la ciudad de La Paz (a 120 km al norte de Sica Sica). Después de algunos años, la vida en la metrópoli se mostró muy difícil, sobre todo por los altos costes de vida. Si, por una parte, la casa en Sica Sica no tenía ni agua ni electricidad, por otra, en La Paz los gastos familiares impedían que Elena y sus cuatro hermanos (tres más pequeños y uno mayor que ella) frecuentasen a la escuela. Así pues, la familia regresó a Sica Sica con el objetivo de que los niños estudiaran. El padre de Elena continuó trabajando en La Paz, en el sector de construcción, mientras que su madre cuidaba de la casa y de la producción agrícola que ellos poseían en la pequeña propiedad rural. Elena cuenta que tuvo una infancia muy pobre, con dificultades materiales profundas, pero ha sido una infancia feliz pues estaban todos juntos, aunque ella veía a su padre solamente en los fines de semana.

Elena cuenta que desde sus 10 años ayudaba en el trabajo en el campo y en los quehaceres de la casa, sobre todo cuidando a sus tres hermanos menores, tareas que combinaba con los estudios. Elena relata una experiencia muy triste y traumática cuando su pequeña hermana estaba bajo sus cuidados y tuvo una intoxicación alimentaria por un

mocochinchi⁷⁴. La distancia del puesto de salud y la falta de una ambulancia en la ciudad que pudiera llevar la niña a La Paz causó su muerte⁷⁵.

Yo creo que se ha intoxicado con eso. Y la hemos llevado a ese puesto de salud y no pudieron hacer nada, ya era tarde. Y se murió. Y tampoco había ambulancia, en ese entonces no había movilidad fácil ¿no? Solo salía... Tenía un horario para salir a La Paz, a la ciudad. No tenía nada. Solo le dieron una inyección solo para que esté respirando, yo creo, no sé, algo así, pero ya estaba totalmente fuera de sí ella. (...) hay hierbas que dicen que es bueno para esto, para el otro. Entonces nosotros también le hemos dado, no sé si hemos hecho bien en darle o... nosotros en realidad no sabíamos qué hierbas para... o sea de los abuelos vienen, pero en realidad en sí científicamente no está probado ¿no? Entonces tal vez nosotros hemos cometido el error de darle o no sé.

Cuando terminó el bachillerato, con 19 años, Elena se mudó a La Paz, donde comenzó a trabajar en un taller de costura. Después de tres meses, migró a Buenos Aires, donde, igualmente, ha trabajado en un taller de costura, pero especializado en ropas y disfraces de carnaval. Ella siempre tuvo la idea de ir a Argentina, pues su hermano mayor y un tío ya estaban allí hace 4 años y siempre mandaban buenas noticias. “De ahí mi hermano me llamó y me dijo que podía ganar un poco más que en La Paz y después yo me animé porque allá no ganaba mucho”.

Era el año 2004 y la situación en Argentina parecía mejor que en La Paz, a pesar de que el país continuaba en crisis. Elena explica, sin embargo, que el comienzo en Buenos Aires fue muy difícil, sobre todo por las condiciones precarias de vivienda y trabajo.

(...) me imaginaba que iba a trabajar aparte, un salón, mi cuarto iba a ser así, iba a tener una sala y todo eso. Cuando llegué vi que los cuartos estaban en el mismo lugar que las máquinas, todo eso un poquito me quedé mal. Entonces de ahí después tenía que trabajar. El trabajo era el mismo. Las mismas horas trabajaba en la ciudad de La Paz, las mismas horas trabajaba en Buenos Aires. Casi no había mucha diferencia en el horario y en cómo era el trabajo.

⁷⁴ El mocochinchi es un refresco a base de durazno pelado y deshidratado. La bebida se hizo conocida internacionalmente cuando el canciller boliviano David Choquehuanca declaró “El 21 de diciembre de 2012 es el fin del egoísmo, de la división, el 21 de diciembre de 2012 tiene que ser el fin de la Coca-Cola, el comienzo del mocochinchi”. La declaración fundó los rumores (que no se realizaron) de que el gobierno iría a expulsar a la Coca-Cola del país.

⁷⁵ La tasa de mortalidad por intoxicación no intencional, tal como se presentó en el capítulo 5, llega a ser 10 veces mayor en Bolivia que en España y Brasil. Este es un indicador que expresa, entre otros aspectos, la calidad del control sanitario de alimentos y la distribución espacial de la infraestructura de atención en salud.

Elena trabajaba 12 horas al día en la costura y así fue por cuatro meses, hasta que el marido de la dueña del taller (que también era boliviana) falleció. Así pues, la propietaria decidió vender todas las máquinas, pero quería mantener a Elena como empleada doméstica, ya que ellas tenían buena relación. El problema es que la señora dejó de pagar Elena:

Y después cuando me quise ir la señora lloró “no, que no se vaya, que yo le voy a pagar”, así. Después yo igual como me daba pena dije “le voy a ayudar”. Después ahí ya llegaba a los tres meses y no me pagó, me tenía que pagar de los tres meses, me dijo “al mes siguiente”. Al cuarto mes, no me pagó, ya era el quinto mes, tampoco me pagó. Y así se fueron seis meses. (...) ella me decía “al otro mes” ... y digamos los dos primeros meses eran cien dólares que equivalían a 350 pesos argentinos entonces después me dijo que me iba a pagar 450 pesos argentinos, que era más que cien dólares, entonces con ese motivo me hizo quedar ella. “Te voy a aumentar cien pesos argentinos más”.

Elena explica que tenía pena de la señora y por eso fue aceptando los retrasos en el pago. Sin embargo, después de seis meses pensó en denunciarla, pero desistió de la idea porque no tenía ningún contrato de trabajo ni documentos de residencia:

(...) No tenía documentos, no tenía nada. Mi visa ya estaba vencida y allá es como aquí, todos los bolivianos hacen tener miedo digamos ¿no? “Si no tienes documento no van a hacer nada, te van a botar, te van a hacer esto...” ¿Cómo se puede decir eso? La deportación.

En cuanto salió de la casa de esa señora, Elena consiguió un trabajo en un taller de costura gestionado por una pareja. Ella explica que las condiciones de trabajo eran muy similares a las que ya había vivido anteriormente. Es otro país, pero parece el mismo lugar”, comenta. Sin embargo, Elena ha tenido una experiencia traumática. En un fin de semana, cuando la mujer de la pareja estaba de viaje, el propietario del taller intentó violentarla. Ella consiguió defenderse y huir. Elena ha quedado aterrorizada y la ayuda de los otros funcionarios del taller ha sido fundamental. Cuando ella ha confrontado el hombre y le ha dicho que diría todo a su mujer, él la amenazó:

Yo quería salirme de la oficina ese rato, pero como faltaba yo creo que unos diez días para completar el mes aguanté esos diez días más pero ya no me quiso pagar porque su esposa todavía no había llegado de La Paz, de la ciudad ¿no? Entonces yo le dije “le voy a avisar a tu esposa” y así y todo eso. Y me dijo “si vos avisas no te voy a pagar”, su esposa llegó y no le dije nada y me dijo ella “él me dijo que no trabajaste nada, que no sabes hacer esto, aquello”. Solo con esa acusación no me quiso pagar.

Una vez más Elena no fue pagada por sus empleadores, lo que generó mucha frustración y tristeza, pues ella quería tener sus ahorros para poder progresar en São Paulo y

ayudar a sus padres en Sica Sica. Las cosas cambiaron para ella cuando consiguió un empleo en un taller más grande, con mejores condiciones de trabajo, a pesar de las largas jornadas laborales. Después de dos años en ese trabajo, en el año 2007, regresó a Bolivia para intentar su sueño de estudiar medicina. Consiguió una beca parcial en la Universidad Privada Boliviana (UPB), pero era insuficiente para que fuera algo factible. Entonces Elena logró tener la invitación para una beca integral para estudiar medicina en Venezuela. Cuando ya tenía todo planeado para ir a vivir en Caracas, la universidad postergó la beca para el año siguiente. Como ya no tenía ahorros para poder sustentarse o para viajar sin la beca, Elena se sintió obligada, una vez más, a cambiar sus planes.

Entonces eso le dije a mi papá, “entonces si vos me vas a poder mandar yo puedo ir”. Entonces me dijo “no, yo no te voy a poder mandarte nada” porque ya habíamos averiguado hasta entonces el kilo de envío de Venezuela que creo que estaba... carito, no recuerdo cuanto, pero estaba caro... como se envía por kilo. Mi papá me dijo “no, no voy a poder enviarte. Será una vez al año, pero tres, cuatro, cinco veces no va a poder ser”. Entonces ahí yo lo pensé bien y dije “no, si voy ahí ¿qué va a pasar?”. Y así pensé, viendo toda la realidad ¿no? Y después de ahí ya no quise ir más. Después yo me vine a São Paulo.

La ida a São Paulo surgió, así, como una reacción a una gran frustración: “(...) siempre mi sueño era estudiar medicina y había llegado la oportunidad, pero no se pudo porque económicamente no había apoyo ¿no?”. Ella vino a Brasil porque era donde estaba una de sus hermanas y un tío que era propietario de un pequeño taller de costura. “Entonces mi hermana decía ‘vente ¿para qué vas a estar esperando? Ya tengo un tanto ahorrado’ Porque ella estaba a casi cuatro meses trabajando para mi tío”. Ella explica que ha sido fácil adaptarse porque ya sabía costurar, el tío pagaba bien y las condiciones de trabajo eran iguales a las que ella ya había vivenciado en el pasado. Después de seis meses ella encontró a un antiguo compañero de secundaria, también originario de Sica Sica, y decidieron casarse y montar el propio taller en el barrio de Brás. La empresa ha funcionado por ocho años y empleaba ocho personas, incluidos la hermana y el hermano de Elena: “Eh... en mi oficina... igual era lo mismo. Es decir, un apartamento, ahí duermes, ahí vives, ahí trabajas, como todos los talleres. Porque el alquiler también es carísimo ¿no?”.

Elena argumenta que las dificultades en el trabajo de costura, que ella experimentó en diferentes momentos de su trayectoria, no pueden ser reducidos a la idea de “explotación” o “esclavitud”, sino que resultan de sacrificios vinculados a las ambiciones de cada uno:

Es así, digamos... muchos también dicen que los bolivianos somos explotados, que somos esclavos y todo eso ¿no? Solo que no ven el otro lado también, si nosotros trabajamos de ocho de la mañana a seis de la mañana, diré a seis de la tarde o a cinco, no vamos a poder ganar lo que queremos ganar. O sea, suponte que yo trabajaba de ocho de la mañana o siete de la mañana hasta las once y mi sueldo mensual, digamos, como costurera era de mil quinientos a mil seiscientos reales. Yo llegaba ¿no? Porque eh... cada uno trabaja por su propia... ¿Cómo se puede decir? Una prenda, si yo costuro esto ¿no ve?, el coreano me paga digamos dos reales. Entonces yo trabajo por prenda no trabajo por hora. Entonces por cada prenda me pagan cincuenta centavos, si avanzo doscientas prendas voy a ganar más, si avanzo cien prendas voy a ganar poco. Entonces ahí si quieres ganar más tienes que trabajar más. No hay de otra ¿no? Entonces si yo voy a trabajar solo ocho horas yo voy a ganar poco mensual, tal vez setecientos, ochocientos pesos o menos tal vez, entonces ahí ese lado mucho no lo ven.

Elena cuenta que su vida ha sido más estable en São Paulo, lo que le permitió tener dos hijos (un niño y una niña) y que pudiera enviar dinero a sus abuelos, padres y hermanos menores. Ella puntualiza que envía dinero una vez al año para todos ellos (como un regalo de fin de año) o siempre que hay alguna emergencia, y relata que gracias a su presencia en São Paulo sus abuelos han podido tener acceso a la atención médica privada en Bolivia: “(...) la salud pública en Bolivia es igual como São Paulo, tarda mucho, a veces no te revisan bien... o no te tocan, no te hacen análisis. Un privado es más garantizado ¿no? Entonces para eso le enviamos dinero”.

Actualmente, Elena sigue teniendo el taller de costura en su casa, donde solamente ella y su marido trabajan. Ella dice que no se dedica más tanto como en otras épocas, pues se siente cansada y, al mismo tiempo, tiene otros objetivos: “(...) quiero abrir un restaurante. Salir de la costura ya definitivamente porque también es cansador, es estresante”. Desde que ha reducido su tiempo dedicado a la costura, Elena comenzó a ofrecer préstamos en la Feria de la madrugada:

En la feria presto dinero y ellos me devuelven con cierto interés. Claro, ese dinero lo hacen trabajar, sin tocar su dinero de ellos tampoco, yo les presto y el dinero que les presto lo hacen trabajar y lo hacen volver al doble, triple y a mí me dan un pequeño interés. Yo presto solamente a conocidos, o sea, si yo te presto a ti vos le vas a decir a otra persona o a tu primo que está prestando entonces a mí me llaman entonces yo le presto y así. Hay un montón de colombianos que prestan dinero con veinte por ciento, me parece, y de ahí hemos ido averiguando y nosotros hemos dicho que vamos a prestar el quince por ciento, que es mejor. Entonces ellos prefieren pagar quince a pagar veinte.

Según Elena, el trabajo con préstamos le permitió ver otros caminos y activó su espíritu emprendedor. “Porque digamos que solo los bolivianos venimos a costurar, a

costurar, a costurar, pero también hay muchas formas de hacer dinero, de trabajar en otros ambientes entonces creo que eso.”. Ella explica que su mayor preocupación es tener ahorros suficientes para cuando sea una persona mayor:

Ahora en todo el mundo ¿no?, la vejez creo que está aumentando hasta los noventa e imagínate si vos no tienes dinero ¿cómo vas a vivir hasta los noventa? Sí, por ahí yo pueda tal vez estar más tranquila, sin preocuparme del dinero. Porque, por ejemplo, si tú no tienes dinero y estás enfermo puedes morir. Si estoy enferma y tengo más edad entonces yo tranquilamente puedo disponer de un monto de dinero para hacerme chequear, todas esas cosas. Entonces yo creo que hay que tener para la vejez una vida financiera ya bien hecha.

Elena explica que no cree que la seguridad social en Bolivia y Brasil sean suficientes para garantizar su tranquilidad cuando sea mayor. En ese sentido espera que sus ambiciones de emprendedora sean lo suficientemente exitosas como para garantizar una vejez digna. También tiene muchas esperanzas de que sus hijos puedan terminar la universidad y, si es necesario, cuidar de ella en el futuro. De todas formas, Elena comenta que prefiere no recibir la ayuda de otras personas y que desea ella misma construir el camino hacia una vejez feliz.

La narrativa de Elena se caracteriza, en diferentes momentos, por las migraciones internas e internacionales como forma de responder a privaciones materiales y como intento de acceso a la educación y la salud. Es interesante destacar cierta normalización de la migración, o sea, el acto de vivir en otro país es narrado de forma menos disruptiva que las situaciones que justificaron la movilidad internacional, algo simbolizado en la idea de “diferentes países, los mismos lugares”. De todos modos, la violencia de género y la precariedad laboral vivenciadas en Buenos Aires y São Paulo expresan el hecho de que esos “mismos lugares” a los que Elena ha llegado por medio de las migraciones son lugares de peligros potenciales.

A modo de síntesis

En este capítulo hemos podido conocer los hilos biográficos que entretujan diferentes tipos de desencajes de la protección social y las migraciones bolivianas a São Paulo. El punto general que aproxima a las narraciones reconstruidas es la relevancia de las experiencias vitales de riesgo y peligro. Esas micromanifestaciones de los desencajes de la protección social son cruciales para el entendimiento de cómo la migración surge como un camino de protección prometedor. Además, el análisis de estos casos permite situar en tiempos y espacios particulares la evolución de las migraciones bolivianas hacia São Paulo. La

relevancia de las migraciones internas, la crisis del mundo minero, las crisis vividas en Bolivia y Argentina en los años 1980 y 2000, así como, las dinámicas de la industria de confección se articulan con las privaciones materiales de larga data, las discriminaciones étnicas y las vivencias de violencia de género formando el mosaico que constituye el espacio transnacional existente entre Bolivia –sobre todo El Alto y La Paz– y la ciudad de São Paulo.

9 LA TRANSNACIONALIZACIÓN DE LAS BIOGRAFÍAS ENTRE BOLIVIA Y BARCELONA

En este capítulo se presentan las narrativas biográficas de cuatro inmigrantes bolivianos que actualmente viven en Barcelona. Se considera que cada uno de esos casos manifiesta modos de transnacionalización biográfica que expresan la existencia de desencajes de la protección social dotados de contenidos, formas y conjunciones que son particulares a las espacialidades y temporalidades que caracterizan las migraciones bolivianas hacia Barcelona⁷⁶.

9.1 “YO NO VENGO A MORIR AQUÍ, YO VENGO A GANAR MI DINERO”: SANTINO TORREZ

He conocido a Santino, 48 años, en un evento informativo organizado por el ISGlobal sobre la enfermedad de Chagas. Él ha sido el primer entrevistado en Barcelona y hemos podido mantener contacto regular por 18 meses, entre los años 2016 y 2017. Nuestra entrevista, y los encuentros subsiguientes, se realizaron en la sala comercial donde trabaja como representante de ventas de Herbalife. Como forma de desarrollar nuestra relación, y como medio de entender el significado de las ventas multinivel entre los migrantes, he participado con Santino en varios eventos de reclutamiento, divulgación y confraternización de Herbalife. La compra y el consumo del producto fue, en ese sentido, un medio de poder participar de esos espacios y tener la oportunidad de una convivencia cercana al entrevistado.

Santino es el más viejo de una familia de siete niños que se han creado en una casa en la zona rural de Cochabamba. A los catorce años decide independizarse y se muda al núcleo urbano, donde vivía solo en la pensión de una tía, trabajaba en la construcción civil durante el día y estudiaba por la noche en el Instituto Tecnológico Cristo Rey, al norte de la ciudad (Apéndice I, M-4). Durante los fines de semana Santiago iba a la casa de la familia (ubicada a cerca de 30 minutos en trufi⁷⁷ en sentido oeste) para ayudar en la labor del campo y visitar a sus padres y hermanos. Santino cuenta que ir a vivir en la ciudad fue una decisión

⁷⁶ Para facilitar el entendimiento de narrativas biográficas expuestas en este capítulo, es recomendable ver el Apéndice L.

⁷⁷ En algunas ciudades de Bolivia, como Cochabamba, existe el servicio de Trufi, una abreviación para “Taxi de Ruta Fija”, realizado, en general, por automóviles sedán.

suya, pero también una necesidad, ya que la renta generada por sus padres era insuficiente para que todos los hijos estudiaran. Su madre cuidaba de la casa, de los hijos y del campo, y su padre trabajaba en la construcción civil. Santino explica que tenía una relación muy cercana con su madre, “una de las personas que aprecio más en el mundo”, mientras que tenía una relación muy difícil con su padre, considerado por Santino como muy estricto y de difícil acceso. Para Santino, el período entre sus 14 y 17 años fue decisivo, puesto que comenzó a tomar decisiones por sí mismo y empezó a planear y responsabilizar su propia vida y bienestar. Al comparar su trayectoria con la de sus amigos del Instituto Técnico, Santino es categórico; su generación tenía dos opciones para “salir adelante”: el tráfico de drogas o la migración. Por eso, él siempre tuvo en mente que un día migraría.

Al terminar la secundaria con 17 años, Santino entra en el ejército, que, según él narra, ha sido una “escuela de autoestima”. Es ahí donde ha aprendido a cobrar respeto de los demás, a no tener miedo o vergüenza de hablar. Él construye el escenario del país en esa época.

En esa temporada yo recuerdo, en los años... 82 hasta el... 87, no sé cuántos presidentes nosotros llegamos a cambiar. Creo que en un año llegamos a cambiar siete presidentes. Entonces, a lo mejor hoy tenías dinero con cierto valor; mañana ese dinero no valía ya. Entonces...devaluación, devaluación, devaluación. Había mucha inflación. Eso casi fue lo que llevó a guerra civil, más o menos. Yo prácticamente no quería ver nada de eso, y decidí salirme del país en ese tiempo. No eran, digamos que... ni malos recuerdos ni buenos porque yo diría siempre porque -dentro de lo que cabe- no teníamos abundancia, pero teníamos para vivir. Teníamos para comer, teníamos para vivir, teníamos para vestir. Bueno, siempre íbamos por ahí.

En aquel año de 1987, al encontrar un país en turbulencia, y con muchos deseos acumulados durante el período en el ejército, Santino decide migrar a Argentina. Él resalta que no fue la falta de pan lo que le hizo tomar ese rumbo, sino una voluntad, que crecía a cada año, de mejorar de vida, sobre todo desde el punto de vista material:

Esa fue decisión mía. Entonces mi madre muchas veces me decía: “Hijo, no, que tienes que estudiar”. “Tú vas a hacerlo”, me animaba de todas maneras, pero para mí, pero lo que me decía por aquí, me salía por otro lado. Yo solo pensaba que en algún momento conseguiría alguna fortuna; algún dinero extra para poder vivir de mí mismo, depender de mí mismo. Eso estaba en mi cabeza, ¿no? El estudio para mí era algo secundario

Santino aclara que lo que realmente le incentivó a migrar para Argentina fue un Ford F100 que el padre de un amigo suyo había comprado al retornar después de una temporada

de seis meses en Buenos Aires. Santino explica la conversación que mantuvo con esa persona:

Yo dije: “¿Cómo es que pagaste al contado el coche y encima te sobra dinero?”. “Así”, me dijo. Él me lo contó y le dije: “Donde has ido, quiero ir”. Entonces a partir de allí ya no lo dejé. En cierto momento dijo: “Mira, en tal fecha vamos a viajar”. Yo paraba casi todos los días en la puerta [suya], por si acaso se me escapara.

Santino explica que ese señor estaba “siempre en movimiento”, “no paraba nunca”, “era un aventurero”; él iba todos los años en julio y volvía en noviembre de Buenos Aires, donde trabajaba en la construcción. “Yo voy por tu camino”, le dijo Santino al padre de su amigo. Así, con 18 años, Santino ha sido el primero (de muchos) de la familia en salir del país. Santino relata que el viaje a Buenos Aires fue muy difícil, principalmente porque la policía no quería dejarlos pasar. Él narra que él y el padre de su amigo tuvieron que sobornar a los agentes de la frontera para poder entrar. Santino cuenta que esa sensación de inestabilidad y de “ilegalidad” duró tres años, hasta que consiguió un empleo en una constructora multinacional que le ayudó con el acceso a los permisos de residencia. Santino explica cómo llegó a ese empleo, en el que permaneció por 14 años:

“¿Y cómo sabemos que tú sabes trabajar?”, me ha preguntado el encargado. Y yo dije: “Sí, buena pregunta, porque es difícil que sepas que yo sé trabajar, pero para tu satisfacción yo te puedo demostrar... Déjame que me quede un día o dos días y, en ese tiempo, te fijas si puedo trabajar o no, si sirvo o no. Y si no sirvo pues me dices: “bueno...”. Como no tengo papeles ni nada, tranquilamente yo me puedo ir”. “Pero es que nosotros necesitamos [gente] con papeles aquí. Es una obra de mucho riesgo, de mucha altura y no vaya a ser que te accidentes”. Yo dije: “Yo no vengo a morir aquí, yo vengo a ganar mi dinero”. Eso es lo que respondí y entonces me dijo: “Bueno, quédate”. Y ahí fue, me quedé, pasaron tres meses. En tres meses me dijo: “te voy a hacer el contrato”, y ya está. A partir de ahí ya cambiaron más las cosas, más derechos...

Con el trabajo estable y con la dolarización de la economía argentina (que representó un aumento relativo del poder adquisitivo de la familia entre Argentina y Bolivia), Santino conoció a su primera mujer. Con ella tuvo un hijo y luego se casaron (la presión de la suegra fue sustancial para ello). Después de vivir dos años con su mujer e hijo en Buenos Aires, ella decide regresar a Bolivia. Así Santino estaba solo una vez más. Él explica que la separación de su mujer fue algo inesperado y que dificultó que él participara de la crianza del hijo. A pesar de ello, Santino cuenta que, en su período en Argentina, nunca ha dejado de enviar remesas a su hijo.

Cuando todavía estaba en Buenos Aires descubrió que su hermana menor, de 5 años, tenía una enfermedad degenerativa que afectaba su desarrollo físico y mental. Él comenta que esa fue una parte muy “delicada” de su vida; un dolor muy grande que se agravó por la distancia. Cuando visitó Bolivia por primera vez llevó su hermana a especialistas:

Ya no tenía cura, "ya se había pasado", decían los médicos. [sube el tono de voz] La negligencia, la medicina de los especialistas en Bolivia fue [silencio] muy cruel. Yo diría ¡cruel! no diría ni siquiera mala. Era cruel. Hemos ido al médico y nos han tratado de forma muy mala. Un médico que a lo mejor te veía en la cara que no aparentabas [tener] recursos económicos y que te dice como si nada: “Lo sentimos mucho, no tiene cura. Ya está”

La hermana de Santino tiene hoy 35 años y sigue bajo los cuidados cercanos de la madre. Santino comenta que, para poder ayudar de algún modo, siempre ha guardado parte de su salario para enviárselo a su madre. Después de algunos años Santino ha descubierto que su madre no gastaba el dinero de las remesas; tenía todo guardado. “Esto es tuyo”, le dijo ella durante una visita de Santino a Cochabamba.

Cuando ya hacía diez años que estaba en Argentina, Santino ayudó a traer una vecina de Cochabamba para Buenos Aires. Con el tiempo y la convivencia, los dos se enamoraron y luego decidieron casarse. Mientras él trabajaba en la construcción, su mujer trabajaba en un taller de costura. Con el tiempo tuvieron dos hijos, algo que, según Santino, le ha cambiado la vida: “Ya cuenta un por qué; un por quién levantarse para ir a trabajar. Todo aquello me alineó más el camino. Me ha sacado de los tragos y de las malas experiencias”.

A principios de los años 2000, Santino descubre que uno de sus hijos, en ese momento de seis años, tenía una deficiencia en los riñones que dificultaba la absorción de vitaminas y proteínas. En el hospital para niños en Buenos Aires le dieron una sentencia: “Lo sentimos mucho ... lo que durará, durará”. Ese también ha sido un momento de crisis social en Argentina, un proceso que tuvo implicaciones importantes para su familia. “El corralito fue el último empujón para salir de Argentina”, explica Santino. Durante la crisis argentina, Santino y su mujer perdieron prácticamente todas las economías que habían invertido en la construcción de una carnicería. Como tenían pocos recursos y estaban muy temerosos por la salud de su hijo, decidieron que Santino iba a migrar a España y que su mujer regresaría con los dos niños a Bolivia.

Más que difícil era un dolor, porque dejar a la mujer con un niño en tratamiento... Pero también [fue] una decisión que tuve que tomar sí o sí, frente a quedar en un sitio con ganas de hacer muchas cosas y sin poder

hacerlas. ¿vale? Entonces, los trabajos habían bajado bastante. El tema del dólar se disparó. Teníamos un pequeño negocio y lo habíamos perdido. Era la ruina total, casi. Teníamos un pequeño ahorro, se quedó congelado en el banco. No podíamos sacarlo entonces; sí que podíamos pagar de banco a banco (se podía gastar) y eso es lo que he hecho: He comprado billete de ida y vuelta a España. Con el mismo billete fui a sacar mil dólares más y ya está. Con eso es que vine.

Posteriormente, su mujer dejó los dos hijos con los padres de Santino en Cochabamba y se fue a Barcelona. Con el tiempo ellos descubrieron que su hijo había mejorado de los problemas en los riñones. En la opinión de ellos, el clima de Cochabamba y el nuevo ambiente familiar ha hecho toda la diferencia. Para Santino, la experiencia de migrar a Barcelona ha sido más fácil que para Buenos Aires. Él asegura que después de sus vivencias pasadas “ya no temía más nada”. Consiguió rápidamente un trabajo en la construcción y, en 2005, pudo beneficiarse del proceso de normalización, por lo cual ha tenido acceso a los papeles de residencia. Con eso, en el año siguiente trajo dos hijos desde Bolivia. Ellos estuvieron por cuatro años hasta retornar con la madre para Cochabamba. Santino comenta que sus hijos no se han adaptado a la escuela, sobre todo por el tema del catalán, y que, por eso, han regresado con la madre. Además, los costes de mantener dos niños en Barcelona eran muy altos, lo que inviabilizaba la generación de ahorros. Explica, además, que se ha asegurado de que todos sacasen la nacionalidad española antes de partir, lo que sirve como una posible alternativa para el futuro de ellos. “Es la libertad de poder venir un día si es necesario”.

Con el retorno a Bolivia de los hijos y de la mujer, Santino ha sido capaz de enviar remesas mensuales a su familia. Con esos recursos, ellos han construido dos casas, una para vivir y otra para alquilar. A finales de los años 2000, sin embargo, Santino comenzó a sufrir fuertes dolores en la espalda, hasta que le diagnosticaron que tenía una hernia discal. Esta condición le impidió trabajar por dos años, período en el cual recibió prestaciones de la seguridad social. Para Santino, ese ha sido un momento difícil, menos por sus implicaciones inmediatas y más por sus consecuencias emocionales y a largo plazo:

“(...) porque en algunos momentos pensaba que allí había acabado para mí y no había más (...) fue muy estresante porque yo decía que si en algún momento me pasaba algo (o quedaba en silla de ruedas, lo que sea), prácticamente yo decidí suicidarme. Eso fue, más que todo, lo más doloroso. Y por ese motivo, más que todo, mandé allá a mi hijo menor para que no viera mi sufrimiento y demás cosas. Pero ellos... Yo les contaba desde el principio: "Me siento mal", que si en algún momento pasase algo no lo sintieran como de sorpresa y... bueno. La lucha.

Santino comenta que alertó a todos de que debían prepararse; que sería probable que el ingreso de la familia disminuyese muchísimo a medio plazo. En ese escenario, Santino reconoce que toda la familia, incluso a distancia, ha sido de vital importancia para que él pudiera superar esa situación desafiadora.

Era un golpe bajo para ellos y realmente decayeron demasiado porque por mucho que tenga familia, para ellos significo algo más y todos los hijos. Yo pienso eso, al menos. Mis hijos para mí siempre serán mis hijos, por más que tengan sus esposas. Entonces, habría sido un dolor fatal para la familia si me hubiera pasado algo. Todos me llamaban de Argentina, me llamaban de Bolivia, me llamaban de aquí.

Como no podía realizar tareas pesadas en el trabajo, Santino fue a buscar alternativas de generación de ingresos. Fue ahí donde descubrió Herbalife por indicación de un compañero de trabajo. En su narrativa, ese fue un momento disruptivo, no solo desde el punto de vista laboral, sino también en la conformación de un nuevo estilo de vida.

Ya al tercer día sentí una energía impresionante. Me levanté por la mañana a hacer el desayuno. Ya no sentía ese cansancio de no querer levantarme: "Un minuto más, dos minutos más", ya no. Fue el primer síntoma que sentí. A partir de allí, al mes ya me sentía con más energía. Ya caminaba por aquí, por este sector. [...] ¿Vale? Está más o menos a unos ocho minutos a pie. Iba caminando. Iba a donde amigos, ¡y así! A los seis meses había controlado 16 kilos y a los 8 meses llegué a controlar 27 kilos. Allí me estancué nuevamente y al año controlé 30 kilos. Gracias a Dios estoy aquí en Herbalife. Consumo estos productos: Un desayuno de café con leche lo cambio en batido y ya está. He recuperado mi estabilidad. No estoy al 100 %, siempre me cuido, pero yo digo que a un 90 % sí.

Para Santino, Herbalife se transformó en una solución integral; una forma de lidiar con los problemas de salud que él tenía, un medio de generar ingresos, pero también una forma de seguro para el futuro:

En mi caso, ahora mismo...Herbalife, para mí, en primer lugar, es una comida y una vida saludable. En segundo lugar, es un trabajo y un seguro. Es algo que puede desarrollar hasta donde tú quieras hacerlo, no hay límites: Yo conozco personas que realmente tienen unos ingresos impresionantes, que no se puede creer. Y ellas ya no trabajan más, hacen los otros trabajar, están como si fueron jubilados.

Para Santino, Herbalife es una forma de trabajo particularmente abierta a los inmigrantes: "No importa el color que eres, no importa las lenguas, no importa qué sepas, no importa qué no sepas. ¡No importa! Todo se puede aprender en el camino, y todos se pueden ayudar. Hay una sociabilidad profunda". Sin embargo, esta adecuación va más allá

de la apertura a la diversidad, y llega la posibilidad de trabajar desde cualquier lugar en forma de red.

Los planes de Santino para el futuro se basan, en gran medida, en Herbalife. Él cree que, al desarrollar una red de colaboradores, incluso con gente en Bolivia y Argentina, va a poder tener una renta estable. Su plan es que pronto sus hijos puedan ayudarlo en ese objetivo desde Cochabamba. Explica que Herbalife le da una idea de control del futuro; su plan es desarrollar una red para que luego los rendimientos de las personas que él indicó fueran suficientes para mantener sus ingresos. Él explica que la diferencia del trabajo en construcción no existe límite de rendimiento para Herbalife. “La construcción es una inversión. La inversión se acaba y ya no hay más construcción ¿vale?”. Santino dice que no quiere recibir prestaciones por jubilación. “¡No quiero eso! No quiero. Si voy a tener, tengo cotizado aquí, tengo cotizado en Argentina. Si lo junto se lo daré a los más necesitados. Yo voy a vivir de Herbalife. Es mi visión”.

La narrativa de Santino se caracteriza por una concepción normalizada de la migración como recurso de protección. En consecuencia, la movilidad, primero a Buenos Aires y posteriormente a Barcelona, surge como un camino considerado esperado, tanto de prevención a posibles riesgos, como de reacción a situaciones inesperadas, como fue el caso de la crisis argentina. Por esta misma razón, la conquista de la nacionalidad española para sus hijos es visto como un recurso valioso y potencial de protección para el futuro. En conclusión, Herbalife es un tipo de trabajo y de iniciativa emprendedora que, al funcionar en red y ser transnacional, es homólogo a la organización de la familia de Santino. De esta forma, es visto por él como un modo de alinear la escala de su fuente de ingresos con la escala de su vida familiar.

9.2 “VAS A TENER QUE IRTE, MAMITA”: JHOSELIN MAMANI

“Soy muy llorona, ¿eh?” Esta fue la primera cosa que me dijo Jhoselin –nacida hace 48 años en Sucre– cuando nos encontramos para la entrevista en un pequeño café sugerido por ella, cerca de la estación Badal (Apéndice D, F-13). La entrevista con Jhoselin estuvo marcada por la importancia de los elementos no verbales en la constitución de su narrativa. Su vida fue atravesada por una situación crítica luego cuando ella era una niña.

[rompe en llanto] Nunca he vivido con mis padres. [Con la voz quebrada] He vivido con mi abuela. Mi abuela era mala, íbamos a vender al mercado.

Yo tenía 6 años... Mi papá tomaba mucho. Mi mamá estaba enferma, estando bien le ha dado parálisis en todo su cuerpo; no hablaba ni escuchaba, no caminaba bien, una manito no movía... Todo era con señas. Ella sabía escribir, le dábamos un lápiz, ella nos decía qué quería y después con señas aprendimos lo que ella quería. Teníamos nuestra casa, gracias a mi mamá, a mi papá también un poco, porque él trabajaba en la fábrica de cemento.

Su madre era la gran columna que sostenía a Jhoselin y sus dos hermanas. Ella era el pilar emocional y económico de la familia, mientras que el padre, a pesar de trabajar en la Fábrica Nacional de Cemento (FANCESA), tenía problemas con el alcohol; y la abuela era muy estricta y violenta. La madre de Jhoselin era una comerciante que traía y llevaba mercancías (maní y queso, sobre todo) de La Paz a Sucre; una “viajera”, como la describía Jhoselin. La embolia sufrida por la madre, o “el aire que le ha cruzado”, como dice la entrevistada, alteró completamente la vida de ella y de sus hermanas. El único apoyo recibido en esa situación vino de la propia familia, particularmente de un tío que las ayudaba con comida. Por mucho tiempo, incluso con la parálisis parcial del cuerpo, la madre ayudaba en los quehaceres de la casa. Sin embargo, la realidad era muy grave: la familia vivía en una casa que estaba por terminar; la madre quería ayudar en los cuidados, pero ella también necesitaba ser cuidada; la renta familiar cayó drásticamente y el alcoholismo del padre de Jhoselin tuvo un empeoramiento constante y significativo.

Mi papá seguía trabajando en la fábrica de cemento y él (...) –como la casa estaba vacía y mi mamá enferma– no llegaba a la casa. A veces terminaba de trabajar y se quedaba en cualquier bar y se tomaba; como decimos allá: “boliches”. Se quedaba allí y borracho no más ya aparecía cantando. Yo tenía miedo, a veces. Mi hermana la mayor siempre ha sido muy fuerte, entonces [cuando con] ella escuchábamos lo que él venía cantando y ya sabíamos, mi hermana se levantaba y le iba abrir la puerta, y yo me ocultaba (decía: “¡cómo nos va a pegar o va a hacer bulla!”). Entonces la otra hermana igual, mi otra hermana no más. Entonces, cuando quería hacer bulla mi papá, mi mamá se levantaba, como no hablaba, gritaba nomás.

Frente a ese cuadro de precariedad y potencial violencia, la hermana mayor de Jhoselin decidió que ella debía vivir con su abuela. Con solo seis años, Jhoselin fue a vivir con la abuela, donde ayudaba en el trabajo en un comercio. La abuela, a la que ella llamaba “mamá”, era una persona violenta:

A veces mi abuela me pegaba feo, cuando no le hacía caso; me quedaba en la puerta y de ahí, de mis cabellos me metía. Me decía: “¿qué estás haciendo pues ahí?””, en quechua (...) De mis cabellos me metía -yo llorando- y ahí adentro peor me pegaba, puñetes me daba. Una vez [la] vio

mi papá y le dijo: “Mama, no le hagas así a mi hija. Me la voy a llevar”. “¿Por qué aguantas?”, me dijo y yo... como estaba borracho: “¿Para qué a un borracho decirle nada?”

En varios momentos de su historia, Jhoselin se pregunta sobre las razones que pueden explicar el sufrimiento que ha acometido a su madre. Ella cuenta la historia de cuando su madre estaba en el hospital, antes de morir:

“¿Qué le han hecho hacer a mi mamá?”. Las mujeres de mi papá –[se] dice que le han hecho– hacer embrujar. Qué será, Dios no más sabe. Pero cuando yo estaba ahí en el hospital, algo de su boca ha sacado mi mamá, me he asustado yo. Y ella: “¡Aaahhhh!”, como no hablaba, ha sacado. Vi como una lombriz, como una víbora, me he asustado yo.

Jhoselin recuerda todos los detalles de aquel noviembre de 1982 en que su madre murió. Para ella, su madre era una mujer muy buena que sufrió mucho más de lo que debía; algo que solamente un hechizo podría explicar. La pérdida de su madre ocupa, en la narración de Jhoselin, un papel desencadenante para las varias dificultades que ella y sus hermanas han tenido que enfrentar.

La muerte de mi madre era una pena para nosotros porque ya decíamos: “¿Qué va a ser de nosotros?”. Porque, aunque así enferma, ella siempre estaba, siempre nos daba, aunque de un pan partía a las 3 y decía: “Esto coman”, con sus señas. (...) Esa semana todos nos llamaban, pero cuando ha pasado la semana, ya nadie nos llamaba. Mi hermana decía: “Así no más es”, decía [rompe en llanto] “Tenemos que ser fuertes, nos hemos quedado huérfanas”, decía. “De qué sirve que tenemos papá, él se va a chupar mucho”, decía. “Sí”, le dije. Yo ya estaba joven.

Jhoselin tenía 14 años cuando perdió a su madre y se vio en una situación con pocas alternativas. Después de algún tiempo su tía la buscó: “(...) me dijo mi tía: ‘Tu tío Luís ha vuelto de España; está queriendo una chica, no sé si quieres ir con ellos. Anda, vas a aprender algo, él como pariente te va a ayudar’”. Y entonces Jhoselin se mudó a La Paz para la casa de su tío, donde ayudaría en las tareas domésticas y, según habían acordado, estudiaría. Sin embargo, no fue tal como lo han planeado. Ella cuidaba de la casa, hacía todo tipo de quehaceres, pero su tío no permitía que ella estudiara. Ella quería terminar la secundaria, algo que no ha logrado. Aquella situación, que ya generaba angustia para Jhoselin, empeoró cuando, en una noche, su tío intentó violarla. “Todo porque no tenemos la mamá”, afirma con angustia, Jhoselin. Ante esa situación, ella regresa a Sucre, donde fue a vivir con otra tía y ha logrado tener un trabajo de limpieza en el Hospital de la Mujer, donde otro tío suyo era funcionario. Después de algunos años, cuando Jhoselin ya tenía 24, ella se quedó embarazada y decidió que no se casaría con el padre de su hija: “(...) como estaba trabajando

en el Hospital de la Mujer dije: ‘Yo no necesito de nadie, yo estoy trabajando. Mi hija va a tener todo» y en el hospital tuve a mi bebé’.

Un día en que su bebé lo estaba pasando mal, su suegra le ofreció ayuda. Pero le propuso que, en cambio, ella fuera a vivir con el padre de la niña. Como tenía muchos temores por el bienestar de su hija, Jhoselin ha aceptado. En la nueva casa el hombre no permitía que ella trabajara y, después de un año, ella se ha embarazado una vez más. Jhoselin no estaba feliz con la vida en esta casa y, por eso, pidió ayuda a un tío que vivía en Argentina y estaba de visita. El tío estaba muy molesto de que Jhoselin no estuviera casada, así que él ha confrontado al hombre: “Le hago una proposición a usted; si mi sobrina no se casa esta semana, me la llevo a Argentina”, dijo mi tío”.

Después de casarse pocas cosas han cambiado. El marido no dejaba a Jhoselin trabajar y eso la incomodaba mucho, pues quería tener sus propios ahorros. En ese escenario, ella ha descubierto la ONG Pro-Mujer, una institución especializada en microfinanzas para mujeres⁷⁸. Como las tasas de interés ofrecidos por la ONG eran mucho más bajas que las del sistema bancario, Jhoselin comenzó a pedir préstamos en la ONG y ofrecer crédito a otras personas con mayores tasas de interés. Poco a poco esta estrategia empezó a aumentar de escala, y como Jhoselin ya había llegado al límite de préstamos permitidos por la ONG, ha empezado a utilizar el nombre de otras mujeres de confianza (sobre todo parientes, amigas y vecinas) para seguir teniendo acceso a los recursos de la organización y continuar, así, con su negocio. Este sistema funcionó muy bien por un tiempo, Jhoselin estaba muy satisfecha con la posibilidad de poder comprar cosas para ella y sus hijos, sin necesidad de pedirle autorización al marido.

(...) le pedía a mi marido, le decía: “Mi hija necesita esto”, y él decía: “No tengo, no alcanza”. Mi hija venía y me decía: "Mi amiga ha venido con un pantalón bonito". [Se le quiebra la voz] y yo decía: "A mis hijos no puedo comprar", me dolía, pensaba: “Nosotros [la] hemos pasado mal, pero mi hija no va a pasar [así]”, decía yo.

Sin embargo, todo ha colapsado cuando algunos clientes no le han pagado, lo que ha generado una deuda impagable con la ONG y con las otras mujeres que le han ayudado. Todo eso ha ocurrido en secreto de su marido. La admisión de que las cosas han seguido por un mal camino sería una humillación. Además, ella tenía mucho miedo de las posibles reacciones de su marido. Su hermana intentó tomar un préstamo en el banco para ayudar,

⁷⁸ Para más detalles sobre la ONG, véase: <http://bolivia.promujer.org>

pero no ha logrado tener crédito suficiente. En ese momento, el marido de Jhoselin descubrió el secreto. Él respondió con indiferencia y una condescendencia humillante. Dijo, además, que no ayudaría en nada y que la responsabilidad era completamente de Jhoselin. “Mira esta Jhosy, se ha metido en esas cosas y ahora no le queda otra”, dijo el marido. Este aire de superioridad agobiaba profundamente a Jhoselin. Ella acabó teniendo mala suerte en su esfuerzo por ser autónoma y ahora se sentía más dependiente que nunca.

Jhoselin cuenta el momento en el que le explicó lo sucedido a sus hijos: “¿Qué ha pasado?”, mi hijito ha preguntado. “Tu papá ha dicho que no me va a ayudar” [llora]. Mis hijitos me dicen: “Sabíamos! Vas a tener que irte, mamita, a España”. “Sí, hijitos”, les dije, “Me voy a ir”. Un padrino le prestó dinero y su hermana vendió su coche para poder ayudarlo. Con eso, Jhoselin preparó todo y, en dos semanas, partió a Barcelona, donde tenía algunas conocidas (primas y vecinas). Corría 2006, el último año en que los bolivianos podrían ir a España sin la necesidad de visado. La despedida de los hijos fue muy dolorida; ellos se quedaron bajo los cuidados de la suegra de Jhoselin:

Yo llorando, con mi corazón muy triste porque me daba mucha pena. Era medio día. Mis hijos seguían en el colegio. Comimos y yo les dije: “Se van a portar bien” y se fueron. Yo los vi del patio alejarse, dándose la vuelta, dándose la vuelta, porque sabía que ya no me iban a ver [llora]. Llorando yo también, así me hacían [señala] así se han ido perdiendo. Solamente he vuelto después de 6 años.

Al llegar a Barcelona, Jhoselin tuvo la ayuda de amigas y luego consiguió un trabajo como cuidadora interna de una señora mayor. Ahí ha estado por 3 años hasta que la señora falleció. “Se me murió y era –como digo siempre– como si este plato se hubiera caído; se ha hecho trizas mi vida porque uno pensaba y decía: “Se me ha muerto mi abuela, ¿dónde voy a dormir?”, porque allí era mi trabajo, era mi casa”. El apoyo de las amigas ha sido muy importante en ese momento en que Jhoselin se veía muy temerosa, angustiada y sintiendo la falta de sus hijos. Luego, Jhoselin encontró otro trabajo, una amiga suya decidió regresar a Bolivia y pidió que Jhoselin quedase en su lugar cuidando a una señora. En este nuevo trabajo, ella permaneció por seis años, hasta que la señora falleció.

Ella comenta que imagina frecuentemente que todo se puede deshacer por algo inesperado: la muerte, las deudas, el hambre, las enfermedades, todos son temores que ella relata sentir y que se intensificaron al estar lejos de Bolivia. Jhoselin se siente como si todo el peso del mundo estuviera sobre su espalda, al mismo tiempo que camina sin saber

exactamente el rumbo. Hay así una narrativa de sensación de pérdida de control sobre el propio destino:

Siempre estoy bien preocupada. Me imagino. Decía para mí: “No voy a ver más a mis hijos”. Un día estaba muy triste y quería volver a todo coste, pero ahí mi cuñada me dice: “¿Qué vas a ir hacer? (...)”. “Pero con mis hijos estaré, voy a morir con ellos”, dije. Últimamente estoy más tranquila. Me levanto por la mañana y digo: “Dios mío, cuida a mis hijos. Tan solo pido que estén bien hasta que un día yo pueda retornar”.

Después de seis años en Barcelona, Jhoselin ha podido para pagar la deuda que dejó en Bolivia:

Siempre he dicho [que] cuando he venido: “He trabajado para el diablo”, porque ese dinero que yo podía ganar para mis hijos [lo] he ido pagando [por] lo que yo me he adeudado. (...) Mi hermana un día me dijo: “Lo único que tienes que tener es salud, hija. No estés ni llorando, allí”. “Sí”, le dije. Pero a veces no se puede. Ese pensamiento siempre está: “Qué irá a ser el día de mañana. ¡Tantas cosas que pasan!”.

Cuando ha completado ese objetivo y ha podido tener los documentos de residencia, Jhoselin ha ido visitar su familia en Sucre. En realidad, ella no estaba segura de si era una visita o un retorno definitivo. Sin embargo, al llegar a Bolivia descubrió que su marido manipulaba a sus hijos contra ella, lo que generó una recepción mucho menos calurosa de lo que ella esperaba. Además, al intentar compensar esa situación negativa, la visita salió más cara de lo que se había planeado.

Con el objetivo de aumentar los ingresos de la familia, Jhoselin y su marido deciden que los dos regresarían juntos a Barcelona. Sin embargo, después de dos meses sin encontrar un trabajo, él ha decidido volver a Bolivia. Jhoselin comenta que tenía esperanza de que la migración de su marido podría ser una forma de compartir las responsabilidades de provisión a la familia. Como no ha funcionado, Jhoselin declara que se siente, en alguna medida, presa a España. Ella no se siente libre para retornar cuando quiere, ya que además de tener que sostener a sus hijos, se siente en la obligación de enviar dinero para el tratamiento de su suegra, que se encuentra frecuentemente enferma. Jhoselin manifiesta una profunda gratitud a su suegra, ya que ha sido ella quien ha cuidado presencialmente de sus hijos: “siempre voy a estar agradecida, hasta la hora que muera. O ella se muera”.

Posteriormente al intento frustrado de migración de su marido, la relación entre ellos se ha deteriorado. Jhoselin cuenta que su marido la trataba, y se refería a ella a otras personas, como si fuera una “mujer mala y traicionera” y que “ella había abandonado a sus hijos”. Los

hijos, sin embargo, que ya estaban más crecidos, apoyaban incondicionalmente a Jhoselin. La necesidad de Jhoselin de permanecer en España aumentó años después, cuando su hijo menor, de 15 años, dejó embarazada a una chica. Aunque “del otro lado del charco”, Jhoselin asumió la responsabilidad del sustento de su nieto. Incluso, ella lo presenta, con orgullo, como si él fuera un tercer hijo. A Jhoselin le gustaría que sus hijos y su nieto pudiesen venir a Barcelona, pero no a vivir. Para Jhoselin existe demasiada libertad para los jóvenes en la ciudad catalana. Ella explica que, en ese sentido, prefiere que se queden en Sucre, donde ella puede tener mayor control sobre su rutina (sobre todo por medio del WhatsApp).

Si en un momento de su narrativa Jhoselin explica que no retorna a Bolivia porque muchas personas dependen de ella, en otro revela que no regresará porque no quiere estar cerca de su marido. Ella dice que después de tanto tiempo, se siente tranquila y segura en Barcelona y que se relaciona especialmente bien con el señor mayor que está cuidando ahora. Comenta que siempre se sintió en deuda con las personas mayores que ella cuida y que, difícilmente, pensaría en regresar a Bolivia si estuviera trabajando para alguien. Además, la conquista de tener acceso a los papeles de residencia es algo que le da tranquilidad. En todos los momentos que pensó en regresar, alguna amiga suya la desanimó diciendo lo duro que es “recomenzar de cero”. Los hijos, por otro lado, dicen:

“Ya es hora [de] que descanses”. Mis sobrinos también me han apoyado mucho. La otra vez, cuando he estado allá: “Que tía para aquí vamos, que para allá”. Ellos también me dicen: “Tía, ya es hora de que descanses, de que vuelvas”. Cuando hay navidades [o] año nuevo me están mandando mensaje: “Será [el] último año, tía, que estás ahí. Ya es hora de que estés con nosotros”, dice. Y hay veces [en] que me siento mal. Un año ha pasado, otro año ha de pasar. Mi deseo y mi ilusión es que mis hijos conozcan Barcelona y después, un poquito más trabajar, hacerme dinero.

Jhoselin opina que, después de diez años en Barcelona, no podría tener un trabajo con un salario digno en Bolivia, mucho menos algo que pudiera sostener a toda la familia, tal como ella hace ahora. Sin embargo, ella quisiera que cada uno de sus hijos pudiera conquistar su autonomía en los próximos años. Así pues, compró un taxi para que su hijo pueda trabajar y está construyendo una nueva casa para la familia. Ella aclara que va a ampliar la casa hasta el momento en que decida regresar. Actualmente, la casa tiene cinco habitaciones, tres de ellas alquiladas a otras personas. Esta es una casa en "permanente construcción", algo que evoca un sentido de continuidad al proyecto migratorio. Jhoselin explica que no cree en la jubilación por la seguridad social en España; para ella tiene una vejez cómoda pasa por la inversión en su casa en Bolivia.

La narración de Jhoselin está marcada por un sentimiento de inseguridad que se articula con una fuerte concepción de obligación moral con la familia. La migración hacia Barcelona surge en la narración de Jhoselin como una reacción al endeudamiento generado en su intento frustrado de independencia en relación al marido. Sin embargo, después de cumplir pagar la deuda, Jhoselin se siente presa a su condición de migrante: ella ya no puede volver y estar cerca de los hijos, debido a su papel de proveedora en la familia y por su voluntad de mantenerse alejada del marido. De esta forma, se establece un dilema en el que las condiciones de la migración de Jhoselin han creado una situación de inmovilidad no voluntaria en el lugar de destino.

9.3 DE LOS JABALÍES COLONIALES A LA CRISIS ESPAÑOLA: VALENTÍN HUANCA

Valentín Huanca, 49 años, es miembro de una familia de seis hermanos de Rocha Rancho, pequeña comunidad en la región montañosa de la provincia de Capinota (cerca de 60 kilómetros al sur de la ciudad de Cochabamba, ver Apéndice I). Nos encontramos por primera vez en un grupo focal organizado por el ISGlobal. Nuestra entrevista se produjo dos semanas después, a finales de octubre de 2016, en un restaurante en Collblanc, en la ciudad de Hospitalet de Llobregat (Apéndice D, F-13), donde Valentín vive después de estar 14 años en España.

Valentín comienza contando que cuando era niño, en los años 1970, su familia se había mudado para un pequeño pueblo en la región del Chapare, a unos 140 kilómetros al nordeste de Cochabamba. Ahí sus padres habían comprado tierras con el objetivo de plantar yuca, coca, plátano y diferentes tipos de maíz. Valentín comenta que ha trabajado en los campos de la familia desde temprana edad: “Yo con ocho años ya salía junto a mi padre. Lo que él hacía, yo también lo hacía. Después, creciendo más, mi padre araba con la yunta, bueyes y arado. Cuando ya tenía diez años, claro, yo ya cogía el arado”. Él explica que tuvo una infancia feliz en el campo, a pesar de la ausencia de infraestructura (no había electricidad ni acceso directo a agua potable) y del hecho de que su padre “era un tomador”.

Él se dedicaba a tomar y lo que ganaba –si quizás ganaba– lo gastaba en la borrachera. Y nosotros, mi madre tenía la vaca, la oveja y las gallinas, conejo, cerdo, eso vendía mi madre. Llevaba a los pueblos la gallina, el queso a vender y nos traía pan o plátano compraba; si no, carne o si no ropa, material para la escuela, alguna cosilla así. Pero de la comida

estábamos en la pobreza. La carne casi no comíamos, de vez en cuando o muy poco: cuando se moría un gallo, una gallina o una oveja.

Mientras era niño, Valentín vio a tres de sus jóvenes hermanos migrar a Buenos Aires. Cuenta que en aquella época era más difícil mantener el contacto y que solo vio a sus hermanos de nuevo casi diez años después. Valentín cuenta que, tal y como sus padres, estudió hasta el sexto año, y que no siguió en la escuela por la gran demanda de trabajo en el campo, pero también porque, con 14 años, tuvo un accidente en un ojo cuando cortaba un árbol para hacer un trompo:

Estuve cortando un árbol que aquí no existe. Se llama *qacha qacha*; tiene una hoja así [indica] y aquí justamente en el medio tiene un espino así chiquito, ¡un espino bien filito!, como de aguja. Todas las hojas tienen. Mi padre no nos compraba juguetes, otros niños traían a la escuela, otros padres tenían dinero y compraban para sus hijos. Mi padre no. Y... yo también quería ese trompo y estaba cortando ese árbol, porque de ese árbol lo hacían. Estuve cortando y el hacha no sé cómo se habrá enganchado a la rama. Y justamente cuando estuve haciendo, como una flecha chicoteó y justo al ojo me ha clavado. Bueno, de allí me accidenté...

Valentín relata que después de ese accidente su madre le trató con hierbas calmantes. Así pues, él siguió con su rutina por una semana, a pesar del dolor y la inflamación. Con el tiempo se dio cuenta de que estaba perdiendo la capacidad de visión en el ojo lesionado. Entonces, él fue enviado a un médico en Cochabamba donde le hicieron una cirugía de emergencia. A pesar de esos esfuerzos, Valentín ha perdido gran parte de la visión en el ojo, lo que fue uno de los motivos que precipitaron su salida de la escuela. “Así es la vida, qué vamos a hacer”, afirma él de forma resignada.

A partir de ese momento, Valentín se dedicaba exclusivamente a las tareas del campo, lo que le hizo participar cada vez más en la gestión de la propiedad familiar. Algunos años más tarde, a finales de los años 1980, se iniciaron grandes transformaciones en la región del Chapare que afectaron a Valentín y su familia. Entre los años 1988 y 1991, el gobierno boliviano desarrolló, con el incentivo del gobierno de Estados Unidos, un programa de erradicación de la plantación de coca en el Chapare (HUDSON; HANRATTY, 1989). Este programa llevó a numerosos conflictos entre campesinos y fuerzas del estado boliviano, que provocaron decenas de muertos y miles de presos (THOUMI, 2003). Ante a ese contexto, Valentín y su familia intentaron mantenerse distantes de los conflictos y decidieron dedicarse exclusivamente a la plantación de maíz.

A pesar de haber estudiado solo hasta el sexto año, Valentín cuenta que ha aprendido mucho en el campo y que, por eso, con sus 20 años ha protagonizado la reorganización de la propiedad rural familiar. Valentín relata que las consecuencias han sido positivas desde el inicio, con una secuencia de buenas cosechas de maíz y una mejora en la calidad de la vida de la familia. Cuando, a comienzos de los años 1990, todo parecía seguir un buen camino, se inició una secuencia de invasión de jabalíes, lo que ha llevado a pérdida de diversos cultivos.

¿Conoces el jabalí, no? Es un cerdo silvestre, ¿no? Ese jabalí, claro, en el monte andan miles, no cuatro o cinco. Salieron muchos y todo el maíz lo han tumbado al suelo. Bueno, yo de ahí me quedé muy triste. Claro, estaba por dar frutos el maíz y han venido los animales y han hecho mucho... más de la mitad, todo el maíz estaba en el suelo; ya no se podía recuperar. Bueno... de allí me fui a Argentina. Viendo eso, claro aquí no hay productividad. “Más bien, aquí [estoy] perdiendo el tiempo”, dije y me fui a Argentina. Si sembraba de nuevo, como es monte, los animales vienen en cualquier momento, hacen lo mismo, sigues perdiendo tiempo, la semilla y lo que cuidas las chacras. No es poner y así no más; hay que carpir, mantener como a un niño también.

Esta situación perturbó la viabilidad económica de la propiedad rural, el sustento familiar y ha generado una deuda importante para los padrones de la familia. Desafortunadamente, solamente en 2012 el estado boliviano creó un seguro público agrario para pérdidas de cultivos de ese tipo (INSA, 2018). El papel de Valentín en el proceso de reestructuración de la propiedad familiar es narrado por él con orgullo, pero también con un fuerte sentimiento de culpa por los resultados negativos producidos. Sin embargo, el sendero que llevó a la devastación de las plantaciones de maíz de la familia, y que ocasionó la ruina de la economía doméstica, tiene raíces históricas, geográficas y ambientales más profundas que el posible alcance de acción de Valentín.

Los jabalíes, que han generado tantos prejuicios a Valentín y su familia, son uno de los mamíferos de introducción humana intencional más invasivos y antiguos (JAKSIC et al, 2002). La corona española fue pionera en la “importación” de los jabalíes a América del Sur. Actualmente, debido a su alta capacidad de adaptación y dispersión, es posible encontrar jabalíes en todo el continente (BUENAVISTA; PALOMARES, 2018). Estos “invasores sin fronteras”, como les llaman Jaksic y sus colegas, producen consecuencias desastrosas para la naturaleza y la agricultura, en particular para las plantaciones de maíz, sobre todo aquellas cerca de bosques (JAKSIC et al, 2002; BUENAVISTA; PALOMARES, 2018), tal como el campo de la familia Huanca. Según el estudio arqueológico de deFrance (2003), los jabalíes

fueron traídos a la región de Potosí (Bolivia), a partir de la segunda mitad del siglo XVI, cuando se iniciaron las primeras exploraciones coloniales de las minas de plata por la corona española. La introducción de los jabalíes tenía como objetivo el consumo de carne, a fin de permitir que la elite colonial pudiera mantener su dieta ibérica.

Mientras Valentín y su familia enfrentaban continuos perjuicios en la labranza, buenas noticias llegaban de sus hermanos, tíos y vecinos que habían emigrado a Argentina. Así pues, en 1994, cuando tenía 27 años, Valentín y uno de sus hermanos decidieron probar la suerte en Buenos Aires. Sin saber hablar español fluidamente –su lengua materna es el quechua– y con poca educación formal, los obstáculos fueron muchos.

Yo en Argentina sufrí porque... castellano no hablaba bien. Más todos hablamos el quechua, hacemos todo en quechua, hasta leer y en Argentina no hablan quechua; allí es castellano. Justamente para tramitar unos papeles, más bien una amiga estaba. Tenía miedo hasta entrar a las oficinas, "¿Qué diciendo voy a preguntar?", muy poco hablaba castellano; hablaba [como] tartamudo. A los policías también tenía miedo. Viendo a la policía, aunque sea lejos, ¿no? Ya los veía como si hubiera un grandote o que era semejante animal o... Mi sentimiento era así. Así era. Después de allí, normal. Ahora siento todo normal, todo igual. No veo ni bajo, ni medio ni alto (...) En el hospital también, sí. En el hospital bueno, si tú vas... digamos tienes un dolor de cabeza, ¿no?, vas al médico. Hay médicos como... tipo egoístas, malos.

A pesar de las barreras en tierras porteñas, Valentín tuvo apoyo de sus tíos, que ya vivían allí. "Mis tíos nos dieron la comida. Si no tengo dinero y si no conozco cómo ir a comprar, ellos me invitan: "Vengan, vamos a comer". Los mayores problemas eran buscar trabajo y tramitar los papeles. Eso sí era fatal para nosotros". Su primer trabajo fue con un verdulero que le hacía trabajar 16 horas al día, todos los días de la semana: "Mira, hasta los paisanos [de] todo [se] te aprovechan," critica Valentín. Después de un mes, él y su hermano empezaron a trabajar en la construcción. Valentín cuenta que ha trabajado para diferentes ingenieros y empresas en Argentina por más de 8 años. Según cuenta Valentín, ese ha sido un período de estabilidad para él y se ha podido casar con su mujer, también boliviana de Capinota. Con la situación estable de la economía argentina, Valentín y su hermano han podido pagar la deuda que sus padres contrajeron con la pérdida de las cosechas y han podido ayudar a mantener a la familia en el Chapare.

Cuando yo estaba en Argentina he ayudado bastante a mis padres porque ya sabían cómo era la situación. He mandado dinero a mi madre, a mi padre y a veces a mis hermanos también. Como ya conozco cómo es la vida allá, el sufrimiento. Allá en Argentina no me he hecho nada de ahorro,

únicamente una casita chiquitita. El ahorro no. En Argentina únicamente se ha quedado, como dicen... ¿cómo dicen?, mi aprendizaje como una herencia.

Valentín explica que una de las cosas más difíciles del trabajo en la construcción era que muchos empleadores no le pagaban, sobre todo cuando él no tenía papeles de residencia en Argentina. Él comenta que sintió, en varios momentos, un trato negativo por ser boliviano: “No te defienden, no te ayudan, nada. Es muy mala Argentina. Por eso a Argentina yo no tengo ganas de volver”. Valentín añade que tenía mucho miedo a la violencia urbana en Buenos Aires, algo que nunca sintió en ningún otro lugar.

Valentín cuenta que las grandes expectativas con relación a la economía argentina atrajeron a muchos bolivianos, como él y su hermano. Después de un período de optimismo y estabilidad, la crisis argentina les ha afectado profundamente. “Argentina entró en quiebra, no había trabajo y no había nada para comprar. Y para empeorar me han robado en la calle. Eso estaba muy mal en Argentina y no había vida ni para trabajar ni para vivir”. El cacerolazo en las calles de Buenos Aires pedía “¡Que se vayan todos!”, mientras que el estado argentino respondía con violencia para que el *statu quo* fuese preservado y fuera capaz de quedar. Valentín y su mujer, que querían permanecer, trabajar y disfrutar de la casa que recién habían comprado, han sido quienes tuvieron que partir. Así, Valentín y su mujer vivieron de manera traumática el año 2001. Ellos decidieron abandonar su casa en la periferia de Buenos Aires y emigrar de Argentina.

En 2002, la pareja ha retornado a Bolivia con solamente 200 dólares. Valentín comenta que sabía que ese regreso era, de hecho, el tránsito hacia a un destino nuevo. Él relata que era muy difícil mantener la calidad de vida de sus padres y constituir una familia con el trabajo en el campo. Así que no tuvo dudas en aceptar la invitación de su cuñado para migrar a Barcelona

¿Y para ir allá, pero, cuánto dinero se necesita? Tres mil dólares. Ni pensarlo. Nunca en mi vida había conocido tres mil dólares (ríen ambos). A mi padre le dijo, bueno. Mi madre no quería: “No porque estabas en Argentina tanto tiempo y ni siquiera has ganado. Y si vas allá, nosotros te damos dinero y no ganas, vamos a estar acá deudores”, dijo. Mi padre sí ha garantizado: “Ándate, hijo, yo te lo garantizo. Tenemos terrenos y si no te va bien, vendemos los terrenos y pagamos con eso”. Él me apoyaba; él iba a buscar dinero. Después, de un amigo ha encontrado en préstamo tres mil dólares. Con eso he venido.

Como tenía algunos conocidos en Cataluña pronto encontró un trabajo en el sector de construcción incluso sin tener papeles de residencia. Entre los años de 2002 y 2008,

Valentín ha tenido una vida laboral estable, lo que posibilitó pagar las deudas del viaje, sacar los papeles de residencia (en 2005 con la normalización), traer a su mujer de Bolivia y apoyar a sus padres y una hermana, que ha tenido tres niños:

Los que vivíamos en el pueblo hemos cambiado bastantísimo, ¡al triple! Ya no están en casa de caña, pero la casa es todavía de adobe. El techo ya está con yeso, tapado, como aquí. La caña ya está tapada, no tiene ni un agujero. Está enyesada. Las puertas están bien. Ahora nuestra familia está como señores, no agachados, sí. (...) Además de mis padres, enviaba dinero a una hermana menor que tengo, a ella le ayudamos. Hasta ahora todavía le ayudamos porque tiene niños. Allá ya ve cómo es la situación en el campo; no hay de dónde sacar dinero.

La crisis española, sin embargo, golpeó profundamente el sector de construcción y Valentín estuvo en el paro por gran parte del año de 2008. No obstante, la experiencia de la crisis española fue completamente diferente de las crisis que ha enfrentado antes, gracias a las prestaciones del paro. Así pues, la crisis española no representó una ruptura significativa en su trayectoria laboral y migratoria y en sus estrategias de sustento familiar. Incluso, Valentín y su mujer han tenido dos hijos más desde el 2008. En 2009, Valentín y su mujer han podido encontrar trabajo; él seguía en la construcción y ella con trabajos de limpieza. Como consecuencia, después de 8 años de residencia, ellos han podido sacar la nacionalidad española en 2011.

Actualmente, Valentín vive con la mujer, a la que solo ve los fines de semana, ya que ella trabaja como doméstica interna en una casa. Los cuatro hijos (de 5, 7, 9 y 11 años), nacidos en España, viven con la suegra de Valentín en Capinota. él explica que la decisión de confiar los cuidados de los hijos a la suegra se debe a los altos costes de criar cuatro niños en Barcelona. También, según él, la rutina de trabajo de la pareja no permite una atención adecuada a los pequeños.

Mi mujer no trabajaba y lo que ganaba yo no nos llegaba. Casi siempre cero-cero. Lo que ganaba, casi todo lo gastábamos. Mi mujer tenía que cocinar, llevar a la escuela, recoger de la escuela y por la tarde otra vuelta. La niña a las 2 tenía que llevar de nuevo al colegio y recogerla a las 5. Mi mujer no trabajaba, no le daba tiempo. Ella andando, yendo, viniendo, allí no más se preocupaba. Ese era su movimiento y mi salario no llegaba, no era suficiente.

Para Valentín, las remesas enviadas a sus hijos, y administradas por su suegra, además del cuidado presencial por ella garantizado y el cuidado a distancia que él y su mujer ofrecen siempre que posible, permiten garantizar mejores condiciones (económicas y emocionales) para la creación de los hijos. Además del dinero enviado a los hijos, Valentín

colabora con el sustento de su madre, que recientemente se quedó viuda. Valentín explica que él y su mujer están planeando volver a Bolivia. Van a intentar hacer algún negocio allá. Si tienen éxito se quedarán, de lo contrario volverán a Barcelona. Tener la nacionalidad española le permite ese tipo de prueba. De todas formas, si dependiera de él, ellos estarían viviendo en Bolivia; es en Capinota, junto a sus hijos, que él se ve pasando la vejez.

La entrevista de Valentín se caracteriza por una estructura de acción y narración en la que la migración surge como forma de reacción a situaciones inesperadas. Durante su trayectoria él ha vivido diferentes tipos de crisis; de los “jabalíes coloniales” al corralito argentino y la crisis española. En cada uno de esos momentos, él y su familia se vieron expuestos a nuevos riesgos y tuvieron reducidas sus capacidades de protección. Sin embargo, si en el caso de los jabalíes y del corralito la migración fue la estrategia principal de enfrentamiento a esos desencajes de la protección social, en el caso español la existencia de mecanismos públicos de protección (las prestaciones de paro) ha llevado a otra respuesta. No obstante, las características del trabajo y los altos costos de vida impiden que él y su mujer puedan vivir junto a los hijos, aunque estos tengan condiciones burocráticas para residir en Barcelona. En ese sentido, el cuidado realizado por la suegra es lo que permite que Valentín y su mujer puedan dar continuidad al proyecto migratorio.

9.4 “LA ÚNICA SOLUCIÓN” Y EL RETORNO QUE TARDA EN LLEGAR: ANTONELLA HERRERA

He llegado hasta Antonella, 49 años, por intermedio del ISGlobal. Ella me invitó a visitarla en su casa en la ciudad de Cornellá de Llobregat (Apéndice D, A-15) donde realizamos dos sesiones de entrevistas en junio y agosto de 2016. En diciembre de 2016 he podido entrevistar a su hija, Diana (de 28 años), que está en Santa Cruz junto a sus dos hijas (de 7 y 9 años). Al llegar a la casa de Antonella por primera vez, me recibió con un café Copacabana traído de Bolivia y me mostró innumerables fotos de sus dos netos y tres hijos, sobre todo de los dos mayores que se encuentran en Santa Cruz y sus dos nietos.

Antonella cuenta que su padre abandonó la casa de la familia tan pronto como ella nació. Él era un hombre violento y tenía “otra familia con otra mujer y otros hijos”. Ante esta situación, su madre decidió emigrar de Santa Cruz, donde vivían, hacia la ciudad de Guayaramerín (frontera con el estado brasileño de Rondônia, Apéndice C, I-4), donde estaría junto a su madre (abuela de Antonella) y podría crear sus hijos junto a las raíces más antiguas

de la familia. Antonella recuerda que su madre estaba siempre sentada en frente a una máquina de costura “(...) con eso nos crio, nos educó y hasta ahora ella se mantiene con eso”. Antonella ayudaba en los quehaceres de la casa desde niña. Ella cuenta que aprendió todo con su madre, que desde su máquina pasaba orientaciones. A pesar de su tono nostálgico, Antonella relata que ellos pasaron por privaciones materiales significativas: “Hemos pasado muchas necesidades ¿eh? No creas que la costura le daba para mucho. Hubo una época en que mamá no tenía, digamos, muchos recursos para darnos de comer”. En su adolescencia, Antonella y su hermano hacían trabajos puntuales para intentar ayudar en la economía de la familia.

Así nos íbamos ganando la vida, mi madre buscaba la forma de cómo ganar el dinerito para subsistir ¿no? Que eso fue mi infancia. Que ya de pequeña y trabajando. (...) a veces nos mandaba a recoger encomiendas al Brasil, paquetes, eh... como hay que cruzar barquitos, pues se iba y los recogía las cajas y venía y lo entregaba a alguien.

Con 18 años, Antonella terminó el bachillerato y quedó embarazada de su primer hijo. Así pues, se mudó a Santa Cruz y se casó con el padre del niño. En los cinco años siguientes tuvieron dos hijos más. “Hicimos nuestra vida allí en Santa Cruz con nuestra casa, nuestros hijos”, sintetiza ella. Después de unos años viviendo de alquiler, Antonella y su esposo han comprado una casa en el distrito Ciudadela Andrés Ibáñez, popularmente conocido como Plan 3000 (Apéndice J, J-14). Así como para Antonella y su esposo, ese distrito ubicado en la región periurbana de Santa Cruz ha sido un destino de muchos migrantes internos que se dirigen la metrópoli cruceña. Creado a principios de los años 1980 por 3000 familias que se quedaron sin vivienda debido a una inundación del río Piraí, el distrito registraba una población de cerca 150.000 personas en el Censo de 2001.

Antonella relata que, en esa época, a mediados de los años 1990, se dedicaba al cuidado de los hijos y de la casa, mientras su marido trabajaba como enfermero. Ella cuenta que pudo criar a los hijos con tranquilidad, porque tenían acceso a la seguridad social gracias al trabajo del marido. Además, él tenía ingresos suficientes para evitar cualquier tipo de privación a la familia. Y así tuvieron una vida relativamente estable hasta que los hijos terminaron el bachillerato a principios de los años 2000.

Antonella cuenta que su marido tenía 16 años más que ella. Entonces, cuando sus hijos terminaron la escuela, él ya era una persona mayor, y por eso se ha jubilado. El valor recibido en la jubilación era insuficiente para mantener a toda la familia, y fue así como

Antonella comenzó a trabajar como secretaria en el ayuntamiento de Santa Cruz. Además, para complementar los ingresos familiares, ella hacía artesanías para vender. Sin embargo, a pesar de todos los esfuerzos de Antonella, la renta era insuficiente para dar cuenta de los gastos de la familia, sobre todo en ese momento en que dos de sus hijos querían entrar en la universidad. El hijo menor consiguió una beca para hacer medicina en Cuba, lo que era un orgullo para la familia, pero también demandaba apoyo económico. En ese escenario de privaciones novedosas, ella cuenta que su marido se ha transformado y que, por eso, la relación entre ellos se ha deteriorado profundamente:

Peleábamos mucho porque él fue un hombre muy dominante, así como fue cariñoso con sus hijos, este, digamos, hacía conmigo lo que él quería ¿sabe? Este, de eso que manejas a una persona y yo no podía opinar, no podía decir cosas, todo era lo que él decía y ya íbamos peleando, una cosa llevaba a la otra y ya no estaba yo a gusto, no me veía la forma de separarme de él, él no me quería dar la separación, me decía que no quería separarse de mí, incluso, muchas veces me llegó a pegar y yo hasta incluso lo denuncié una vez porque ya no aguantaba más. Y ya de esa vez que lo denuncié ya no me llegó a tocar, pero ya no era la vida de antes y yo no quería estar más con él.

Y eso vi, me vi afligida y también, este, él se quedó sin trabajo y empezamos a endeudarnos, teníamos deudas y nuestra situación económica fue muy mala, llevábamos una época muy mala que no había, no había para nada, a veces ni para comer y más que todo por la situación esa económica me llevó a venirme acá, yo quería venirme y como la gente se venía, decía que había trabajo pues, este, hice un contacto con una amiga de aquí y ella me recibió. De esa manera vine a Barcelona.

Antonella explica que, en 2006, tomó la decisión de migrar a causa de los problemas económicos y del autoritarismo y la violencia de su pareja. Ella cuenta que nunca había previsto migrar: “Nunca pensé salirme, nunca pensé dejar a mis hijos, nunca pensé separarme de ellos”. Aun así, el panorama era muy negativo y, por eso, habló con su marido. Ella le dijo que quería irse a España porque “era la única solución” y después de unos días él estuvo de acuerdo. Su esposo y sus dos hijas (de 14 e 18 años) se quedaron en Santa Cruz, y su hijo (de 19 años en aquel entonces) continuó con sus estudios de medicina en Cuba. Para viabilizar el viaje, Antonella y su marido hipotecaron la casa por 6.000 dólares.

Antonella relata que, gracias al apoyo de conocidas, primas y personas de la iglesia, ha tenido facilidad para encontrar trabajos en Barcelona. Logró tener su primer empleo, cuidando de una señora mayor con Alzheimer, tan solo después de llevar dos semanas en la ciudad. En cuanto cobró el primer sueldo, empezó a mandar remesas para cubrir las deudas

de la hipoteca y los costes básicos de la casa en Santa Cruz, además de enviar remesas a su hijo en La Habana.

Después de 2 años en Barcelona, Antonella fue capaz de tener acceso a los papeles de residencia y cubrir todas las deudas que había contraído en Bolivia. Cuando se estaba organizando para retornar, descubrió que su marido había sido arrestado por tráfico de drogas: “Estaba trayendo acá, se estaba viniendo a España con drogas y lo agarraron en el aeropuerto de Viru. Entonces, él estuvo, creo, dos o tres años preso”. Por lo cual ella decidió separarse definitivamente de él.

Unos meses más tarde, supo que su hija mayor estaba embarazada: “Todo junto, sabe, todo el paquete cayó junto, el padre preso, la niña se embarazó y bueno, fue un golpe grande para mí saber que mi hija estaba en esa situación”. Entonces, para poder ayudar a su hija mayor (Diana), su futura nieta y su hija menor, Antonella se sintió obligada a continuar en Barcelona. Esta situación exigió un gran esfuerzo de todos, porque Antonella no quería que su hija Diana dejara la universidad y porque dos años después su hija estaba nuevamente embarazada.

Este entró a trabajar como secretaria ¿ya? cuando tuvo al primer niño. De ahí siguió trabajando y estudiaba, alternaba, o sea, en las noches iba a estudiar ¿ya? el poco tiempo que le quedaba libre y así. Y después tuvo al otro niño, entonces ahí seguía trabajando, seguía estudiando, o sea, ella luchaba, veía la forma de cómo ocupar su tiempo ¿no?

Durante sus dos embarazos, Diana continuó trabajando como secretaria, algo que solo fue posible porque su suegra quedaba con los niños durante el día. Más adelante consiguió un trabajo como auxiliar contable en el Palacio de Justicia, donde sigue estando y ha podido ascender recientemente. En 2017, Diana ha terminado su carrera, pero Antonella la ha seguido apoyando económicamente, especialmente desde que el padre de los niños ha migrado a Argentina.

En Barcelona, Antonella ha estado residiendo en las casas de las mujeres mayores a quienes cuidaba. Ella comenta que la crisis española no le ha afectado porque siempre donde ha trabajado la han querido mucho. En 2013, decidió vivir con su actual pareja (también boliviano, de Santa Cruz), lo que le permitió que ella trajera a su hija menor para Barcelona. La joven estaba haciendo el grado de turismo en Bolivia cuando emigró a España. Aunque le desaconsejaron a Antonella que su hija dejara los estudios, ella ha creído que esa era una oportunidad única para que ellas pudiesen estar juntas. “Ella quería venir, quería estar acá

conmigo porque ella no estaba muy bien allá tampoco, no tenía apoyo de nadie, ella a la vez estaba sola. Ella necesitaba a la mamá y aquí, bueno, ya tiene el calor de la mamá”. La última familia que Antonella ha trabajado ha permitido que su hija trabaje con ellos, repartiéndose las horas de trabajo con su madre. Después de dos años en Barcelona, su hija está estudiando administración de empresas en un Instituto. Al fallecer la última mujer que cuidaban entre las dos, la hija se ha ido a vivir con su novio. Al principio Antonella no estuvo muy conforme con que vivieran juntos sin casarse, pero dice que entiende que es lo común en Cataluña. Antonella explica que ella quiere retornar a Bolivia, pero que su hija quiere construir su vida en Barcelona.

Antonella tenía previsto estar en España por unos cinco años, lo necesario para pagar la deuda que tenía en Bolivia y ahorrar algo de dinero. Su estadía se alargó más para conseguir el permiso de residencia y ahora quiere retornar a Guayaramerín, donde está su madre, solamente cuando tenga la nacionalidad española. Nadie de su familia compartía integralmente su proyecto migratorio, pero ahora están agradecidos y ella se siente afortunada de ver que su familia agradece el esfuerzo que ella ha hecho; siente que ha sido útil, que “no ha sido en vano”. Ella ha podido conocer a sus dos nietos en la última visita que hizo, pero siente que “es muy malo estar lejos de la familia”. Relata la existencia de un vacío por no haber visto crecer a sus hijos y nietos: “He visto que he perdido muchas cosas en la vida, de vivir con ellos”. La razón fundamental por la que quiere retornar es porque su madre está cada vez más mayor y también más sola desde que murió uno de los hermanos de Antonella: “Eso me desespera y ya quiero irme”. Desde España Antonella ha ayudado con el pago de los cuidados médicos de su madre, que no tiene otra forma de renta, además del trabajo como costurera y la pequeña pensión del gobierno. No obstante, según Antonella, más que recursos económicos, ahora es necesario alguien que pueda estar cerca y pendiente de la señora.

Para poder retornar a Bolivia Antonella espera antes obtener la nacionalidad española:

Porque también sin la nacionalidad no me quiero ir, porque ya he luchado mucho, bastante para tener la nacionalidad y no quiero dejarlo. Por el trámite he gastado mucho dinero, trabajo, trabajo porque estar yendo al abogado, estar yendo a ver viendo el otro papel, estar esto, lo otro, tiempo... 'ya', y problemas emocionales también porque ya le da muchos disgustos a uno que te denieguen la nacionalidad, tener otra vez que hacer nuevos papeles, o sea es una lucha que he tenido. Además, quiero retornar a Bolivia con el derecho de poder volver a España siempre que quiera. Me

siento acostumbrada a la vida de aquí y no sé si voy a adaptarme con la vida de allá.

Y no creas que me voy tan feliz a mi país, porque... no sé, a veces no quisiera irme de aquí. Más bien ya cuando, si vuelvo a mi país, no sé realmente cómo llevar la vida allá, porque la vida ya la he hecho aquí muchos años, estoy acostumbrada a esto y ya acostumbrarme a Bolivia otra vez va a ser como empezar de nuevo 'ya', y me interesa mucho tener pues la nacionalidad porque necesito ir a Bolivia por el tema de mi madre. Tengo que estar con ella, atenderla. Y nunca se sabe, algún día yo quiero volver y si no tengo la nacionalidad me voy y ya no podría volver. (...). Y ya pues son muchos años aquí 'ya' trabajando luchando pasando muchas cosas buenas, malas de todo y yo pienso que me merezco, ¿no? ser reconocida como hija de España también, ser parte de aquí

Otro aspecto que dificulta su retorno es su sentido de responsabilidad y compromiso con las mujeres que ha estado cuidando. Recientemente una señora que Antonella cuidaba ha fallecido. Por eso, ella está solamente trabajando como doméstica por horas. Comenta que, si decide cuidar de otra persona mayor, será difícil regresar tan pronto a Bolivia. De todos modos, en el tiempo que espera obtener la nacionalidad quiere ahorrar para poder “retornar en mejores condiciones” y “no llegar con las manos vacías”.

Antonella explica que contribuyó muy poco tiempo para la seguridad social y por eso no piensa en jubilarse en España. Su proyecto para la vejez es crear un negocio con su pareja. Ellos piensan en montar un comercio en Guayaramerín. La idea es que sea una licorería o una *boutique* de ropa. Antonella explica que quiere retornar a Bolivia antes de ser una persona mayor, así pues, podrá realizar proyectos de ese tipo.

Lo positivo es porque ya empezaré a hacer una vida allá antes de ser ya mayor y no poder hacer nada. Ahora ya que tengo una edad que puedo seguir lanzándome a un plan proyecto de trabajo, y por eso quiero irme también para poder ir arrancando allá en algo y lo positivo es ya digamos tener de qué vivir y vivir también, ¿no? porque no todo tiene que ser trabajo, y allá hay más libertad para vivir la vida aunque uno trabaje y todo, pero hay más relación con la familia, con las amistades, y bueno eso es la vida también que hay que vivirla, ¿no? Allí me daría la satisfacción de tener una estabilidad de vida.

Que su hija más joven se quede en Barcelona supone un desafío para Antonella. Pero ella tiene intención de visitarla de vez en cuando y de vacaciones, y quiere también seguir en contacto con las amistades que ha hecho aquí y las familias con las que ha trabajado. En ese sentido, la obtención de la nacionalidad es crucial.

La narrativa de Antonella está marcada por el dilema que conlleva el intento de combinar la realización de un fuerte deber de cuidar de la familia (madre, hijos y nietos) con

la necesidad de protegerse del marido autoritario y violento. La migración no fue la solución perfecta, pero Antonella la describe como la “única solución” para ese dilema. Para ella la migración surgió menos como fruto de un deseo suyo y más como algo necesario para responder a esa situación de exigencias contradictorias. El coste emocional de estar lejos de los hijos, sin embargo, ha sido alto. Y de forma frecuente, Antonella expresa un sentimiento de culpa por ello. Actualmente, se encuentra en otro dilema, en la medida en que le gustaría regresar a Bolivia para cuidar de su madre, pero no lo hace porque aún no tiene la nacionalidad, por una parte, y por otra porque su familia sigue dependiente de los ingresos que ella recibe en Barcelona.

A modo de síntesis

En este capítulo se reconstruyeron cuatro narrativas biográficas de migrantes bolivianos en Barcelona. A través de ese esfuerzo interpretativo, ha sido posible reconocer la presencia de distintos contenidos para las diferentes formas de desencaje de la protección social. Primero, la crisis argentina, al igual que en el caso de la migración boliviana hacia São Paulo, creó una situación desprotección disruptiva. En segundo lugar, el caso de Valentín expresa la presencia de un desencaje provocado por la perennidad de la espacialización de las explotaciones coloniales en la región de los Andes, algo materializado por la presencia y los riesgos generados por los jabalíes. Tercero, la transnacionalización forzada de las familias genera un desencuadre entre las escalas de los recursos de protección y de la vida familiar. Esta situación se genera, sobre todo, por las dificultades de acceso a los documentos de residencia, pero también por los altos costes de la migración hacia España. Por último, y tal como se discute en el capítulo 8, las experiencias de violencia de género se hacen presentes en las narrativas de transnacionalización como procesos centrales.

En este capítulo también se han discutido las formas en que los sujetos posicionan narrativamente la transnacionalización de sus historias de vida. En ese sentido, lo que quedó evidente es que la migración surge, por una parte, como una reacción poco planificada a riesgos y privaciones y, por otra parte, como una forma de cumplimiento de las obligaciones morales hacía la familia. En cuanto a este último aspecto, es interesante notar la tendencia a una situación de dualidad contradictoria, tal como se expresa en el caso de Jhoselin y de Antonella: ellas migraron por el bien de la familia y se transformaron en las principales

proveedoras para tal; pero, al mismo tiempo, sienten una intensa culpa por estar lejos de los hijos.

10 FAMILIAS TRANSNACIONALES Y BRICOLAJES DE LA PROTECCIÓN SOCIAL EN BOLIVIA, SÃO PAULO Y BARCELONA

Este capítulo se divide en dos secciones. En la primera, se discuten los arreglos transnacionales de cuidado y la manera en la que se distribuyen las responsabilidades en el marco de éstos. En la segunda, se analiza la relevancia de las concepciones subjetivas sobre la educación y la salud en el desarrollo de las estrategias de protección de las familias transnacionales.

10.1 PÄ CHUYMA: DINÁMICAS FAMILIARES DE CUIDADO Y RESPONSABILIZACIÓN

En esta sección, se interpretará las estrategias y los sentidos expresados en las dinámicas familiares de cuidado de las familias transnacionales bolivianas en São Paulo y Barcelona. El cuidado es uno de los aspectos centrales de las familias transnacionales. Él es uno de los elementos que motivan y posibilitan la movilidad internacional y, al mismo tiempo, se constituye como un desafío para las familias. Las familias tienen que desarrollar arreglos y estrategias de cuidado, en que se distribuyen responsabilidades y derechos de dar / recibir cuidado. De este modo, en las redes familiares transnacionales, circulan diferentes formas de cuidado, como el ofrecimiento (directo o indirecto) de vivienda, el soporte emocional, la ayuda financiera y la ayuda práctica. Así, la división familiar por las migraciones tiende a significar, al mismo tiempo, la imposibilidad de ofrecimiento de cuidado personal presencial y una estrategia para el ofrecimiento de cuidado a distancia (por ejemplo, vía remesas) y a medio y largo plazo (por ejemplo, el acceso a la ciudadanía y al sistema de seguridad social).

En la primera parte de esta sección, presentaremos las formas de centralidad de la familia en las narraciones migratorias. Posteriormente, se discuten las dimensiones voluntarias y forzadas en la transnacionalización familiar. En la tercera, se presentarán los arreglos de cuidado y las dinámicas de responsabilización que los atraviesan. En la cuarta y última parte, abordaremos los dilemas y dualidades que se presentan a las mujeres migrantes en el marco de los bricolajes transnacionales de cuidado. A esos dilemas dimos el nombre de Pä Chuyma que en la lengua aimara significa "tener el alma dividida por dos mandatos imposibles de cumplir".

10.1.1 “La familia es todo”: Tipos de centralidades de la familia en la transnacionalización biográfica

La familia ocupa un lugar central en la formulación, el mantenimiento, la transformación y, en su caso, la conclusión del proyecto migratorio. Las narrativas de los entrevistados indican esa prominencia de la familia y de los vínculos de reciprocidad que se establecen en el ámbito de ella en todo el itinerario de movilidad. El análisis de las entrevistas ha demostrado que la posición que la familia ocupa en el proyecto depende de varios factores, tales como: la situación y estructura familiar; el género del miembro migrante; zonas (rural-urbana) de origen; el ciclo de vida de los migrantes y sus familiares; las posiciones de clase. De modo sintético, es posible puntuar cuatro formas en que la familia ocupa una posición central en la narrativa y las justificaciones para la transnacionalización biográfica en sus interfaces con la protección social.

La centralidad negativa: la casa peligrosa o intolerante

La primera forma de centralidad de las familias en las narrativas de transnacionalización biográfica tiene una connotación negativa. En ese sentido, son aspectos presentes en la familia que sirven como motivo para la migración. En general, este tipo de dinámica no se aborda en los estudios sobre las familias transnacionales, en la medida en que se supone que la migración surge como un proyecto familiar y que la distancia siempre es negativa. La "transnacionalización negativa" ocurre cuando algún aspecto de la vida familiar motiva el proyecto migratorio del individuo. Esto no significa, sin embargo, que es una ruptura con la familia, en realidad, en muchos casos es lo contrario: se opta por la distancia a fin de una preservación de ella. En el marco de las entrevistas, tanto en Barcelona como en São Paulo, esto fue presente de dos modos diferenciados.

La primera forma de centralidad negativa de la familia ocurre por situaciones de violencia de género: las mujeres salen de casa como una estrategia de protección de sí mismo. En los capítulos 8 y 9, pudimos conocer los casos de Claudia y Antonella que expresan ese tipo de estructura narrativa.

Diana sintetiza la dinámica en que la migración viene como una respuesta a una relación conyugal negativa: “Lo malo ha sido que el padre de las niñas nunca me dejó trabajar. ¿Sabes? Me mantenía presa y a la vez me pegaba. Entonces, de un momento ya dije...¡no!” (Diana Lopez, BCN). Es interesante notar la relevancia y presencia de una

concepción del "mal marido, buen padre", o sea, que no siempre la agresión sufrida por las mujeres migrantes es vista como un peligro para sus hijos. De esta forma, la transnacionalización de la familia es una forma de mantener a los hijos bajo el "buen" cuidado del padre (en general, apoyado también por su madre, la abuela de los hijos) al mismo tiempo que la mujer puede preservarse y ayudar materialmente en la creación de los niños.

Otro ejemplo de este tipo de centralización negativa es el de Florencia. Ella relata que su padre agredía a su fallecida madre, y así, la migración surge como una forma de poder mantenerse sin depender de él: "(...) mucho mi padre pegaba él a mi madre. La colgaba de la viga y le pegaba a mi madre. Nosotros nos colgábamos de él, su pierna para bajarla, llevábamos *waska*. Salíamos a la calle a gritar y nada. Vienen los vecinos, viene la policía, pero no le hacen nada" (Florencia Limachi, BCN).

La segunda forma de centralización negativa de la familia ocurre no por la violencia de género, sino por diferencias de valores. Esto ocurre de forma menos contundente en el caso de los individuos que migran por algún tipo de aspiración personal o profesional, con la que la familia no está de acuerdo. De hecho, es crucial reconocer el papel que la no aceptación familiar por motivos de orientación sexual ocupa en la decisión de la transnacionalización biográfica:

Allá en Bolivia todavía la cultura es bien cerrada; hay mucho más discriminación a la sexualidad. Y mi familia nos es diferente. A mí me gustan los chicos, o sea: soy un gay. Entonces como que en Bolivia y en mi casa es muy tabú todavía y no te puedes expresar a ti mismo. Y creo que esa ha sido una de mis razones para migrar. (Richard Romero, SP)

El distanciamiento de la familia, en estos casos, es a menudo un medio para mantener los vínculos familiares. Es decir, la distancia no surge como un efecto secundario y negativo de una "búsqueda por una vida mejor", él forma parte de esa misma búsqueda, al menos en esos casos. Las entrevistas, tanto en São Paulo como en Barcelona, demuestran que existe una laguna importante en el análisis sociológico de las familias transnacionales en lo que se refiere al papel cumplido por los elementos negativos de la presencia familiar, particularmente las situaciones de violencia de género y de orientación sexual.

La centralidad urgente: la ayuda necesaria

Una segunda forma de centralidad de la familia en las narrativas de transnacionalización ocurre cuando una situación inesperada sucede en la familia, constituyendo un elemento disruptivo para el cual la migración de uno de sus miembros surge como forma de reacción necesaria. En ese sentido, sería forzado hablar que en esos casos existió un "proyecto migratorio", a menos que se pueda concebir que este tenga una connotación de "plan de acción de emergencia". En las entrevistas en Barcelona y São Paulo, esto ocurrió por dos motivos principales: problemas inesperados de salud y la existencia de deudas. De manera frecuente, estas dos razones están relacionadas, o sea, son las deudas por motivos de tratamiento de salud que motivan y justifican la transnacionalización. Paloma cuenta cómo su madre asumió una deuda en el intento de tratar a su hermana menor que tenía un cáncer:

La verdad es nos hemos endeudado. ¿Por qué? Por mi madre, decía: "No, estos médicos no le hacen nada. Yo le llevo a la privada. Yo pago; me presto", y sí. Porque ella no confiaba en lo que le hacía la sanidad a mi hermana y quería probar con otros y probar y probar y probar en clínicas privadas de todo tipo. Pero todo fue en vano; por eso digo [que] todo lo que se hizo para mi hermana fue en vano. Ya no había. (Paloma Gonzales, BCN)

Un aspecto crucial para interpretar la centralidad de tipo urgente de la familia en las narraciones es reconocer que la concepción socialmente compartida de que la migración puede ser una "solución" es algo mutable. En el período 2004-2007, España fue ciertamente vista como un lugar que podría ser el destino para las familias atravesada por cuestiones urgentes. Esta visión, sin embargo, se fue diluyendo con el tiempo, en la medida en que las barreras legales para migrar aumentaron y que las ofertas de empleo disminuyeron sustancialmente. La migración hacia São Paulo, por otro lado, fue menos frecuentemente percibida como un camino posible para cuestiones emergentes.

La centralidad abnegada: ayudar a los que quedaron

Un tercer tipo de centralidad narrativa de las familias es la que surge por una posición de abnegación, en la que el proyecto migratorio se funda, sobre todo, con el fin de generar beneficios a los que quedaron en el lugar de origen (o que están en otros lugares). Sin duda alguna, son los hijos que tienden a ser el objeto de esa ayuda, particularmente con el objetivo de financiar su educación. Este tipo de dinámica ocurre con familias con hijos jóvenes, pero

también con hijos en edad universitaria. Es muy frecuente que la "centralidad abnegada" sea dedicada a que los hijos "salgan profesionales", tal como comenta una de las entrevistadas:

Lo único que yo quiero es que mis hijos salgan, nada, yo no quiero nada, mi vida ya, ya no quiero saber de la vida ni nada, yo lo que venga. Si voy a quedarme sola, me quedaré sola y si Dios me manda uno pues me mandará pero en su momento. Ahora no pienso en nada. Ni para mí. Primero están mis hijos. Y mi padre, nada más. (Luciana Aramayo, BCN)

Es interesante notar la presencia de una expectativa de reciprocidad futura, o sea, la profesionalización de los hijos se transforma en un proyecto de movilidad social familiar. La distancia como estrategia de "ayudar a los que se quedaron" tiene el riesgo de que esos, sobre todo cuando son niños, no entiendan el esfuerzo como una expresión de cuidado. Este fue el caso de Daniel:

Yo he venido para sacar adelante a mis hijos y a mi mujer. Hacerles estudiar y a ella tener una buena vida. Pero ¿Cómo mi hijo me va a decir que me odia? Mi hijo había escrito al sobrino de mi hermana diciendo: "Yo odio a la familia Antezana", porque él lleva mi apellido, Antezana. Lleva mi apellido, pero así le había escrito, diciendo que: "Odio a la familia Antezana ". "Mira cómo me lo ha comprado mi madre", diciendo. Es el menor el que habla me mal [le muestra en el celular] Te voy a mostrar... verdad, me dan ganas de sufrir, para no creer. (Daniel Antezana, BCN)

La reacción negativa de los hijos que quedaron en el lugar de origen es algo más frecuente en la migración a Barcelona, ya que, debido a las barreras legales, ha sido frecuente la separación forzada de padres y madres de sus hijos por más 5 años. En el caso de São Paulo, por otro, las visitas son más fáciles y baratas.

La centralidad aspiracional: "una nueva vida para nosotros"

El último tipo de centralidad de las familias en las narrativas de transnacionalización es la de tipo aspiracional. En estos casos, el proyecto migratorio tiende a ser formulado de manera más colectiva y tiende a incluir procesos de movilidad de múltiples actores. En ese sentido, hay la tendencia de que las narraciones de ese tipo incluyan un deseo, ya realizado o no, de unificación familiar en el lugar de destino o de origen (u otros lugares). Si en el tipo de centralidad negativa la distancia es algo positivo y, en los tipos urgente y abnegado, es algo necesario; en el caso de la centralidad aspiracional, la distancia tiende a ser vista como potencialmente negativa y/o provisional.

Las trayectorias de este tipo ocurren tanto en São Paulo como en Barcelona, pero son más frecuentes en el caso de la ciudad paulista. Esto acontece porque la ausencia de barreras

legales para la residencia en São Paulo permite la realización de proyectos migratorios caracterizados por una movilidad colectiva, es decir, por la no separación del núcleo familiar. Ese ha sido, por ejemplo, el caso de Sergio Orellana, tal como descrito en el capítulo 8.

Cada uno de los tipos definidos tiene un carácter estructurador de la narrativa. El análisis estrictamente limitado al texto de cada entrevista, de esta forma, encuentra una articulación de diferentes centralidades; aunque es posible la copresencia de concepciones negativas, urgentes, abnegadas o aspiracionales en relación a la familia. Sin embargo, la tipología aquí propuesta se limita a las connotaciones que asumieron una posición sistémica en el conjunto de la narrativa. Por último, es posible suponer, sin duda, que, en el transcurso de la experiencia migratoria, la forma de construcción y de justificación para el posicionamiento central de la familia tienden a transformarse, en la medida en que el propio proyecto migratorio y las condiciones en que él se desarrolla, están siempre cambiando, como sintetiza Natalie “(...) tus planes al final...no son los que tú quieres” (Natalie, BCN).

10.1.2 ¿Por qué las familias se dividen?

Si hasta aquí la familia ha sido abordada como una categoría narrativa, ahora ella es analizada a partir de los componentes forzados y voluntarios de su división. Es evidente que la distinción entre elementos forzados y voluntarios sólo tiene fines analíticos ya que, en los casos concretos, estos aspectos tienden a estar combinados. En general, es posible vislumbrar, por medio de esos componentes, los contextos de las interfaces que existen entre división familiar y acceso a protección social.

El primer mecanismo forzado que puede generar la división familiar es la urgencia, presente en aquellas situaciones en que la migración ocurre de forma no planificada, posiblemente ante una situación de emergencia (violencia doméstica, crisis sociales, problemas de salud, deudas familiares, etc.), o cuando no existen condiciones económicas para que la familia migre de forma conjunta. El segundo mecanismo, presente sólo en Barcelona, se vincula a las barreras legales para la movilidad y la residencia. Existen numerosos obstáculos para migrar en familia cuando no hay acceso a los documentos de residencia del lugar de destino. Además, la dificultad de acceso a los papeles imposibilita el migrante de realizar visitas al lugar de origen. Luis Ruiz, que actualmente no tiene el permiso de residencia, comenta: "Si tuviera una posibilidad de sacar papeles, [los] sacaría para ir de

mi hija" (Luis Ruiz) La obligación de visado de turismo en el espacio Schengen para los bolivianos se ha convertido en un mecanismo que ha impulsado este tipo de división familiar no voluntaria. El tercer mecanismo es la rutina de trabajo y las condiciones de trabajo en Barcelona y São Paulo, particularmente el trabajo en la costura y en las actividades de cuidado, que tienden a suponer dificultades para el balance temporal entre el trabajo y la familia.

Además de esos mecanismos de división familiar forzada, existen tres componentes voluntarios para la división familiar. El primero de ellos es la posición de un miembro de la familia en el lugar de origen. Ese aspecto hace referencia tanto a personas con fuerte identificación con la vida en el campo, como a aquellos que poseen una fuente de ingreso o de estatus que no pueden ser replicadas en los lugares de destino. El segundo componente es la decisión de mantener a los niños en Bolivia para tener una educación informal (especialmente con los abuelos) y formal (pública y privada) con "valores bolivianos" (la disciplina y el respeto, sobre todo). Existe la tendencia de un cierto temor en relación a las libertades existentes para los jóvenes tanto en São Paulo como en Barcelona. Además, en los casos en que la migración ya tiene una intención de retorno, existe el temor de que los niños creen lazos con el lugar de destino a punto de dificultar los planes de retorno: "Si voy a traerlos, ¿qué voy a hacer? Quiero volver. Tengo mis cosas allí ... y si no quieren irse, ¿qué haré sin mis hijos?" (Diego, BCN). En cuanto a la educación, los altos costos para el acceso a la universidad en Barcelona y las barreras para el acceso a la universidad gratuita en São Paulo, hacen que muchos miembros adultos prefieran hacer universidad en Bolivia. El tercer componente hace referencia a las demandas de cuidado o de atención de salud en el lugar de origen. Esto es particularmente relevante en los casos en que algún miembro de la familia exige, por cuestiones de edad o salud, un cuidado presencial.

En la mayoría de los casos, los aspectos mencionados se combinan y se transforman en el transcurso de la trayectoria de los inmigrantes. Así, es posible reconocer la existencia de casos en que las familias son divididas de manera forzada, pero con el tiempo logran eludir esos obstáculos y al hacerlo tienen que reflexionar y negociar si la unificación familiar vale la pena, especialmente en lo que se refiere a los costes de vida y al acceso a la educación y a la salud. De esta forma, muchos son los casos en que las familias consiguieron unirse, pero decidieron dividirse de nuevo. De todos modos, en el caso de la migración a Barcelona

el acceso a la ciudadanía se transforma en un objetivo frecuente, entre otras razones, por facilitar circularidades, unificaciones y dispersiones familiares.

Es importante no limitar la idea de que la familia es un actor que tiende a la inercia; o que siempre va a optar, cuando posible, por la cohabitación. Las entrevistas demuestran que existen muchas razones para la dispersión familiar, particularmente para el acceso a servicios sociales y para la reducción de costos. De todos modos, si la copresencia no es inerte, las formas de dispersión tampoco necesariamente lo son. Así, no son raros los casos de circularidades rotativas entre los miembros de las familias, es decir, que por un determinado período un familiar asume la tarea de migrar siendo sustituido por otro familiar posteriormente.

10.1.3 “La familia son muchos”: arreglos y dinámicas de cuidado

En esta subsección se discutirán los arreglos transnacionales de cuidado, particularmente como ellos promueven cierta distribución de derechos y responsabilidades en el ámbito de las familias. Lo que esta interpretación permite reconocer es que la familia no es un actor homogéneo que actúa siempre de forma cohesiva y colectiva. Por el contrario, ella es un espacio de asimetrías, disputas y transformaciones.

Cuando María decidió que iba a aprovechar la oportunidad de empleo en España que una amiga le consiguió, su madre preguntó: “¿Cómo vas a dejar a tu hijo solo?”. Los hijos no son los únicos receptores de cuidado, sin embargo, así como las personas mayores y los enfermos, imponen un ofrecimiento y una estrategia de cuidado intensa y previamente estipulada. De este modo, la primera problemática práctica y moral que la familia transnacional tiene que enfrentar es la colocada por la madre de María. En el caso de ella, su hijo se quedó bajo los cuidados de la abuela. En el caso de la migración para Barcelona, esta es una de las estrategias más comunes, cuando las denominadas abuelas madres (Parella, 2007, p. 163) quedan a cargo de sus nietos, mientras sus hijos o hijas realizan el proyecto de migración. Según los datos del RETTRANS sobre Barcelona, los niños de las personas entrevistadas se quedaron en Bolivia con el abuelo o la abuela (materno o paterno) en el 40,3% de los casos, con el marido/mujer en el 13,7% de los casos, con el ex marido o la ex mujer, en un 25,8%, con un tío/tía en el 8,1%, con un hermano/hermana en el 3,2% de los casos y con otros en el 8,9% (por ejemplo, la contratación de una persona, en general una mujer). Los datos de la investigación no permiten distinguir entre abuelos y abuelas, sin

embargo, las entrevistas indican que las abuelas son más frecuentemente tomadas como responsables de los niños.

La estrategia de cuidado de dejar el hijo con otra persona en el lugar de origen no significa, de ninguna manera, que los padres se han abstenido del cuidado de sus hijos. Así, el 81,2% de los migrantes bolivianos habla, al menos, una vez por semana con la persona que se encargó del cuidado presencial de sus hijos (RETTRANS, 2013). En el caso de las migraciones bolivianas a São Paulo, la incidencia de división familiar no es tan frecuente. De todas formas, en los casos de los entrevistados que dejaron a sus hijos en Bolivia, la decisión de dejar con los abuelos fue también la más frecuente. Además, el contacto tiende a ser permanente y las visitas frecuentes (al menos anuales).

Los hijos son los actores de las familias que más a menudo se convierten en el núcleo de demanda de cuidado. Y, por eso, ocupan, en muchos casos, una posición central en el proyecto y en la experiencia migratoria. Sin embargo, los hijos también pueden ser actores que ofrecen cuidado. Una de las razones más frecuentes para la justificación de dejar a los hijos con los abuelos es que la reciprocidad del cuidado entre ellos:

Es algo recíproco. [mi hijo] Hace su mundo, pero siempre pendiente de ella [la abuela]. ¿Has tomado tu medicación? ¿Estás bien? Vale, da un abrazo, mamita, cuando se duerme va y le tapa. Cosas que he visto, ¿no? Está preocupado por si se ha destapado por la noche. Cosas que ella ya ha hecho por él. Entonces, yo veo la recompensa, entonces, en ese sentido me quedo muy tranquila. Y me encanta, me encanta que sea así. Por eso es que no he pensado en traerlo. No sería, no sería bueno ni para su abuelo ni para él...por lo menos no aún, no (Florencia Limachi, SP).

En este sentido, otro arreglo frecuente, especialmente en familias con jóvenes y adultos, es el de dejar a los hijos menores bajo la responsabilidad de los hermanos mayores. Esa distribución tiende a ser más equilibrada entre los géneros del cuidado, cuando el hijo menor no es tan joven. En ningún caso entrevistado, se registró que un bebé quedó a cargo de un hermano; en todos los casos, fueron las hermanas que cumplieron esa función. De igual modo, los tíos y los padrinos tienen un papel relevante y marcado por género en el cuidado de los niños y jóvenes. Es interesante notar que es frecuente que el miembro migrante contrate a alguien, sea familiar o no, para auxiliar al "cuidador titular" (sobre todo cuando ese es un hermano) en las tareas para los niños. Por último, en los casos en que los hijos se dejan con parientes más distantes, como primos y tíos, es común que haya algún tipo de compensación financiera por la responsabilidad. Este es el caso de Mikaela que paga a su sobrina para que cuide a sus hijas:

Le pago como si fuera una chica empleada que me está cuidando [a las niñas]. Pero estoy más tranquila porque están con mi sobrina y la conozco, y confío plenamente en ella. Estoy más tranquila de esa parte. Antes estaba más preocupada por esa parte porque estaba con su padre y su padre ya tiene pareja. Me sentía intranquila porque la pequeña, más que todo, ya peleaba con sus hermanos, los otros hijos. Esa era mi preocupación. Ahora no, estoy más tranquila. (Mikaela Apaza, BCN).

El cuidado de los hijos es particularmente importante en las trayectorias analizadas, ya que se caracteriza por una demanda mayor del cuidado presencial. Sin embargo, y como nos recuerda Baldassar y Merla (2014), existen formas de cuidado que se pueden ofrecer a distancia. En ese sentido, los inmigrantes pueden cuidar de sus hijos en Bolivia ofreciendo, apoyo emocional, información, vivienda, enviando remesas, entre otras formas.

A mi sobrino lo ayudo con la universidad; con la comida no porque está con su padre y no... La comida ni... La vestimenta le mando, sí, pero no todo. A mi hijo no le ayudo con la comida; no le ayudo con el vestirse porque él trabaja y que se lo cubra él. Sí le ayudo con darle el techo. Está en la casa; pago los gastos de agua, luz; todo lo que hay que pagar lo pago yo. A mi hija, sí porque ella todavía es pequeña, está estudiando y... bueno. El día que ella decida trabajar, pues que se pague. ¡Que sepa que cuesta! Que lo que va a trabajar no es para guardarse si no para ella. (Paloma Gonzales, BCN).

A pesar de la posibilidad de cuidado a distancia, la presencia física, aunque por medio de visitas, se presenta como esencial para el mantenimiento de los lazos familiares. De este modo, el 53,2% de los migrantes bolivianos ya fueron a Bolivia, durante el período en que residieron en España (RETTRANS, 2013). De ellos, el 40,8% declaró que fueron de vacaciones, el 37% fueron a visitar a un pariente y el 8,1% fueron a resolver alguna cuestión familiar (RETTRANS, 2013).

La intensidad de la circulación del cuidado varía en el transcurso del tiempo. Así como destaca Baldassar et al. (2007), la rutina y la crisis son los dos patrones principales de ofrecimiento de cuidado a distancia. En momentos críticos y de circunstancias excepcionales, hay la necesidad de un ofrecimiento, posiblemente intenso, de tipos de cuidados específicos, incluso el cuidado personal y presencial. Es el caso del nacimiento de hijos, del fallecimiento de algún familiar, del divorcio, entre otros. Es interesante notar que algunos migrantes desarrollan estrategias preventivas para casos de este tipo, ya sea ahorrando para un posible viaje o para remesas de emergencia.

Para finalizar, cabe resaltar que los arreglos de cuidado transnacionales y la experiencia migratoria generaron impactos importantes en las concepciones sobre los

papeles de cuidado, particularmente en relación al género: "La mujer boliviana se siente más liberal aquí en Barcelona. ¿Por qué? Por el hecho de que trabajan, tienen su dinero y se ganan la vida como quieren, ¿verdad? La mujer aquí es la que tiene la voz, más que el hombre " (Nicolás, BCN). Muchas de las mujeres entrevistadas narran el descubrimiento de nuevas posibilidades sobre las relaciones de género y cómo esa experiencia influyó en las formas en que ven las relaciones de género en sus familias.

10.1.4 Pã Chuyma: dualidades que dividen el alma

Cusicanqui (2015) define la palabra aimara "Pã chuyma" como el hecho de tener el alma dividida por dos mandatos imposibles de cumplir. Esa es una expresión que sintetiza el proceso de concentración en las mujeres de las responsabilidades por el cuidado. Esa concentración, tal como expresa el término, tiende a generar situaciones de exigencias contradictorias. No se trata sólo de una alta carga de responsabilidades; se trata de responsabilidades, de normas morales y de valores culturales que no son posibles de ser cumplidos simultáneamente de manera satisfactoria.

El análisis de las entrevistas narrativas, tanto de los migrantes en São Paulo como en Barcelona, permitió identificar que los relatos de los hombres y de las mujeres correspondían a criterios de organización, presentación y evaluación de la propia trayectoria muy diferentes. En el caso de los hombres, existe una tendencia a que la contradicción entre el "aquí" y el "allá" sea más marcada. En algunos casos, como el de Vicente, descrito en el capítulo 8, esto llega a llevar una descripción de dos vidas diferentes. En ese sentido, las narrativas construidas de los hombres están marcadas por una mayor territorialidad, una mayor importancia a la trayectoria laboral y a una autoevaluación de la trayectoria marcada por la polarización dicotómica éxito - fracaso. La conjunción de esas lógicas y posiciones narrativas lleva a una mayor facilidad de distanciamiento subjetivo en relación a las responsabilidades de cuidado. Las narrativas de las mujeres, en contraste, tienden a centrarse en la historia familiar y en cómo las transformaciones en el marco de esta generaron, o no, mejores condiciones de vida para sus miembros. Así, el foco narrativo de las entrevistadas mujeres tiende a ser menos el trabajo y más la familia, lo que se vincula directamente a una multiterritorialización de la narrativa. En otras palabras, estar en São Paulo o Barcelona, no hace cesar la historia personal en Bolivia. En ese sentido, la intensidad de un sentimiento de simultaneidad transnacional es más fuerte en las mujeres que en los hombres entrevistados.

No hay duda de que estas tendencias expresan una división por género en relación a la vida familiar y al cuidado. Esto invita a que las investigaciones de la transnacionalización de las biografías propongan hipótesis interpretativas diferenciadas según sexo. Por ejemplo, en el caso de la posibilidad de retorno a Bolivia. La mayoría de las mujeres que afirmó tener ese plan lo ha justificado por la existencia de demandas potenciales de cuidado, mientras que los hombres destacaron posibles cambios en los contextos laborales. “Me he dado cuenta de que es difícil para mi madre estar con mis hermanos y mis cuñadas para tener a mi madre (...) Siempre tuve en mente que tendré que terminar cuidando de mí. mi madre ... porque soy su hija y soy una mujer” (Daniela, BCN).

La "división del alma", o Pã Chuyma, está formada por la contradicción entre las concepciones de obligaciones relativas al cuidado presencial y la distancia de la familia, particularmente de los sujetos demandantes de cuidado, ocasionada por el proyecto migratorio. Se expresa también en una división de lugares, en la medida en que Bolivia permite el cumplimiento de las obligaciones presenciales de cuidado, mientras que los lugares de destino tienden a permitir el provecho y el ofrecimiento de otros tipos de cuidado: “Aunque cuando estoy allí quiero quedarme; pero ya una vez estoy aquí, vuelvo a la realidad. Tengo el corazón partido en dos, ¿eh?, porque estoy aquí y estoy allí. Estoy en los dos sitios.” (Natalia Calle, BCN).

Esas exigencias contradictorias tienden a presentarse de forma mucho más intensa en Barcelona, donde el desafío es conjugar los recursos y las demandas de cuidado en los lugares de origen y el lugar de destino. En el caso de São Paulo, en que la división familiar es menos frecuente, ese dilema se presenta en la forma de conjugación de los tiempos y espacios de trabajo y de la familia. En ese sentido, las dualidades que marcan el Pã Chuyma generan sufrimiento y angustia, lo que fue expresado en las varias entrevistas que se realizaron con mujeres que están lejos de la familia, especialmente de los hijos.

Tenía sueños con el niño. Me levantaba a las tres de la mañana para preparar el biberón y aparecía con el biberón y la leche, y el niño ya no estaba... Compré una vez pañales y luego había que devolver. Tenía traumas que tenía que superar. Siempre pensando en lo positivo para salir adelante (Claudia, BCN).

He ido 2 veces a Bolivia: la primera vez cuando la niña tenía 6 años, muy bien, todo ok. La niña estaba apegada a mí, perfecto. Pero la segunda vez que he ido -cuando tenía 9 años- distante totalmente, la niña me echaba cosas en cara diciendo: “Usted se ha ido a España a buscar novio”. Es lo que ella entiende ahora, pero ¿por qué?, la niña no se [lo] va a inventar. Es

[porque] todo esto [lo] ha ido escuchando, se ha ido alimentando de las malas cosas, de los malos comentarios, de todo lo que ha estado hablando de mi su padre, ¿no? El padre de la niña. Es algo que te atormenta, es algo [con lo] que no puedes estar tranquila, la verdad del todo. Pero, a ver, ¿por qué no me voy? ¡No puedo! (Luna Gomez, BCN).

Una de las mayores dificultades para las mujeres que están lejos de sus hijos es la reacción de estos y el sentimiento de que no reconocen el esfuerzo realizado. De manera general, los momentos más sensibles de las entrevistas eran cuando las entrevistadas contaban sobre la distancia de los hijos. Incluso fue recurrente que ellas mostraron mensajes de WhatsApp en que sus hijos hacían algún tipo de acusación:

Llevas mal la distancia. Al estar lejos de ellos, la llevas mal porque siempre hay el reclamo. Siempre los hijos te echan en cara. Por ejemplo, la primera vez que fui, hace un año, mi hija me dice: "Es que tú no sabes lo que yo como. Es que tú nunca has estado conmigo". Y claro, eso te duele. Y tienen razón, porque tú no estabas y por mucho que tú digas: "Yo me he ido por ellos y ellos no saben reconocer", es que no van a saber reconocer hasta que no estén en tus zapatos. Ellos lo llevan fatal. Mi hijo mayor es un chico serio, no es un chico de esos niños alegres o qué se yo. Es serio, pero es un buen chico; no se ha dado a la mala vida, gracias a Dios. Su padre lo ha tenido bien. Son buenos chicos, estudian; no como de otras personas que se han venido: que sus hijos se han dado a la mala vida... Sus hijitas, muy jóvenes han tenido niños. No sé, yo creo que hace mucho la educación que uno también lleva (Melany Cossio, BCN)

Aunque no habíamos tenido hogar, aunque estábamos viviendo bajo un puente, no debiste haberte ido, me dice mi hija, ¿no? (Mia, BCN)

Después, como no llegaba meses y meses, mi mamá y su papá les dijeron que yo había viajado a España. Claro, mis hijos en ese momento se han sentido mal, al menos el pequeñito. Los dos últimos decían: "Si hubiéramos sabido, no le habríamos dejado ir". Claro, porque yo era su madre, les hacía comer, les llevaba al colegio, les cambiaba, les lavaba la ropa. De la noche [a la mañana] ha sido un cambio drástico, porque cuando yo me vine aquí ya fue diferente la comida, la ropa, el cariño... se pierde mucho. (Luna Gomez, BCN)

Allá mi hija, oh. Mi hija allá es la amargura que tengo de toda la vida, ¿sabe? De ella; aunque ella es muy buena. Ella es súper tranquila; ella no es fiestera. Ella está en cuarto año de la universidad y es súper tranquila. Pero ese vacío nadie se lo llena, ¿sabe? (Yoselin Aranibar, BCN)

En una entrevista con una profesora de una escuela de Cochabamba ella emite su opinión sobre la ausencia de las madres:

La migración no recompensa. Bueno, con lo económico les llenan a sus hijos, les compran buenas ropas, pueden comprarse todo en su casa o comprarse otra nueva casa, que se yo, pero ¿qué han hecho con la

educación de sus hijos? No les han dado valores, no les han inculcado esas enseñanzas. Y al final de cuentas el estudiante si ha llegado hasta a bachillerato es a duras penas. Ya no llega ni a la universidad, porque no está bien preparado. Entonces han truncado ahí el futuro de su hijo. (Prof. Ana Maria, BOL)

Es interesante notar esta connotación negativa de las madres migrantes incluso en el discurso de una docente. Sin embargo, la preocupación sobre el desempeño escolar de sus hijos es uno de los temas más recurrente en las entrevistas de las mujeres migrantes que poseen hijos en Bolivia.

El Pã Chuyma se hace presente también en el caso del cuidado de otros actores que no los hijos. Por ejemplo, de las personas mayores de las familias:

Mi papá siempre me llama y... Cuando yo hablo con mi padre, siempre me dice: "El dinero está bien, hija, pero yo quiero que estés aquí conmigo". Claro y al parecer mi hermano menor ha cargado sus penas y sus cosas a mí. Como soy la última que no tiene niños, soy la niña de la casa y soy de alguna manera "madre", entre comillas. A estas alturas, mis padres ya mayores se puede decir que dependen de mí. (Litzzy Castro, BCN).

Hay uno hermano que me dice: "Tú sólo vendrás a llorar a los muertos". Duele, ¿eh? Duele porque no solamente estás por eso; no solamente vas a eso. Fui yo a ver a mi hermana y después, cuando he vuelto a los dos años, habían muerto mi abuelito, mi tío (mi único tío) (Mariam Choque, BCN)

El Pã Chuyma plantea el desafío de cumplir obligaciones de cuidado entre "aquí" y "allá". Si desde el punto de vista presencial esto no es posible, una de las estrategias más importantes es el uso de las tecnologías de comunicación. Actualmente, la utilización de WhatsApp es la más frecuente, en el pasado, sin embargo, eran los locutorios esos lugares de conexión con la casa y la familia:

Sí, me quedaba horas en el locutorio; me quedaba mucho rato. Después de salir del trabajo me iba al locutorio y me quedaba hasta las 10, hasta que se cerraba el locutorio. Y si tenía que volver, volvía. O si no, hacía recargas -a los móviles que había, ¿no?- Recargaba cinco, diez, veinte euros y llamaba a cualquier hora. Entonces, claro... Cuando sé que mis hijos están enfermos hago seguimiento desde aquí... Como ahora, si tengo que llamar 3 o 4 veces al día, llamo. Y ahora economizo [para] no gastar, por el WhatsApp ¿no? que ha facilitado mucho, mucho. Antes igual llamaba, aunque sea para preguntarles: "Hola, buenos días". O si no están, como ahora, a veces mi hijo se duerme porque va temprano al colegio. A veces cuando uno no va al colegio temprano obligan a que se hable con el padre, entonces tengo que llamar para hablar con el director. Entonces, ¿qué hago?, llamarle de aquí a las seis de la mañana para despertarle, molestarles, joderles un poco... Es que voy molestándoles. Le hago despertar a uno, y pues hago despertar a los cuatro. A pesar de la distancia estoy todos los días con ellos. Todos los días a toda hora. Cuando no había

el WhatsApp hacía la recarga. Siempre llamaba a toda hora. Es que es como una necesidad, tengo que hacerlo. Necesito preguntarles cómo están: si han comido o no han comido, si han desayunado o no. Siempre. (Natalie Soliz, BCN).

Una forma crucial y muy recurrente para hacerse presente en el lugar de origen es la construcción de la casa de la familia. Es un medio de materializar e inmovilizar la relevancia del proyecto migratorio: “Yo me junté con un grupo de amistades así y hemos organizado un *Pasanaku*. Yo le daba mi ahorro... Esa, cuando tocaba (digamos esta semana) me entrega dos mil euros. Yo, cuando agarraba los dos mil euros, iba metiendo [el dinero] a mi cuenta de banco para ir a hacer construir mi casita, porque primero me había comprado el terreno”.

10.2 NO SE TRATA SOLO DEL ACCESO: CONCEPCIONES Y ESTRATÉGIAS EN SALUD Y EDUCACIÓN

En esta sección se presentan las concepciones y las estrategias en salud y educación. El objetivo es llamar la atención sobre el hecho de que "no se trata sólo del acceso". Se considera que la comprensión de los significados subjetivos de los actores tiene el potencial de articular la interpretación de las vías transnacionales de acceso a los recursos de protección social con la comprensión de los significados que motivan diferentes modos de uso de estos recursos por parte de actores móviles y no móviles. El postulado teórico que subyace a este enfoque es que el significado que se le da a la protección social es crucial para apreciar los diferentes usos posibles (y no usos) de los mismos. En otras palabras, las concepciones subjetivas son fundamentales para la comprensión de los bricolajes en la salud y la educación. En definitiva, la noción de bricolaje destaca que las interfaces entre protección social y migraciones no son reductibles a los indicadores macroeconómicos que podrían suponer dinámicas lineales y homogéneas de atracción y repulsión.

¿Cómo movilizan las personas los recursos sociales para acceder a la protección social a nivel transnacional? ¿Qué significados subjetivos de protección social se encuentran en la base de esta movilización y cuáles son las interfaces entre esas nociones y los conceptos normativos que forman la base de las configuraciones institucionales? Esta sección es dedicada a esas cuestiones.

10.2.1 Concepciones y estrategias en educación

La educación desempeña un papel central en las dinámicas internas de las familias transnacionales. El objetivo de "sacarlos adelante" es presente de forma recurrente en las narrativas. En cierta forma, la educación es un medio para transformar el proyecto migratorio en una movilidad social de mayor plazo, materializando así los resultados del proyecto migratorio. De esta manera, la educación es un punto transversal clave de las narrativas y aparece como una de las prioridades para los sujetos. Francisco relata una conversación con su hijo mayor, en el momento de la partida a Barcelona: "«Tienes dinero, lo dejé en el banco. Con este dinero, debes estudiar. Pase lo que pase, tienes que estudiar y guiarás a tu hermano pequeño.» (...) Dentro de mí fue muy doloroso, pero lo transmití afuera de otra manera " (Francisco, BCN).

Mikaela, por su vez, posiciona la educación de los hijos en el centro de su proyecto migratorio:

Sí, bueno, he venido para esto. En los diez años que estoy aquí, he sacado a mi hijo [profesional]. La niña estaba estudiando enfermería, pero ha conocido pareja y no ha querido estudiar, ha dejado el estudio. Y bueno así, sigo haciendo estudiar a las dos niñas. Esa es ahora mi mayor preocupación ahora, que ellas hagan algo. Siempre les digo: que piensen en el futuro y que piensen en estudiar porque con estudio uno lleva otra vida, diferente. Yo siempre les doy consejos así, a la distancia, por teléfono, pero ¡a ver si ellos me hacen caso! (Mikaela Apaza, BCN).

En las entrevistas el discurso sobre educación tiene dos ejes narrativos, a menudo en tensión. Por una parte, los entrevistados identifican que las escuelas en Barcelona tienen más infraestructura y educación según los "estándares europeos". La opinión sobre las escuelas en São Paulo tiene más matices, pero en lo que se refiere a la infraestructura se tiende a reconocer que están mejores que las que los entrevistados han conocido en Bolivia. Particularmente, de aquellos que tienen origen rural. Por otra parte, los entrevistados reconocen y enfatizan la calidad de la educación primaria y secundaria en Bolivia, especialmente la calidad de los docentes y la disciplina moral en las escuelas. Existe, así, una valorización de una pedagogía de tipo conductista. La visión positiva de la educación disciplinada en Bolivia se narra en contraste con el liberalismo que, según los entrevistados, marca la educación de jóvenes y niños en España y Brasil.

La escuela allá es muy diferente porque aquí (Brasil) el que manda aquí es el alumno, no el maestro. Si tú como maestro quieres aplazar a un alumno, te arriesgas mucho a perder tu vida, a quedar acuchillado, a quedar todo.

Mientras que en Bolivia vos no puedes levantarle la voz al profesor, porque ahí manda el profesor, si él dice "silencio" todos en ese curso... no hay bulla. (Claudia Gutierrez, SP)

La escuela debería inculcarse más los valores de disciplina, orden, respeto a los mayores. Aquí no hay, es todo muy flujo. No hay respeto. (Paloma Gonzales, BCN).

Esta percepción es más intensa en los entrevistados de más edad que tienden a enfatizar la importancia de la disciplina y, en algunos casos, a defender el derecho del maestro, pero también de los padres, a aplicar "correcciones físicas".

Porque aquí un día mi hija viene y me dice: "dijo la profesora que si me pega que llame a la policía". "¿Qué dices?". "Sí, eso, que llame a la policía si me pegas, dice". "Pero si yo te pego es por tu bien, para que no vuelvas hacerlo" le digo ¿no? "Ah, pero la profesora me dijo". "Ah, bueno" le digo. Eso es lo malo. (Mariam Choque, BCN)

Ahora, es otro punto aparte si el niño llega a acostumbrarse con las cosas de aquí. Porque conozco amigas que han traído a sus hijos, han estado 3 años y los vuelven a mandar. O, porque el niño o la niña se vuelve rebelde, rebelde; aprenden lo de acá, dicen: "Si me tocas te denuncio", por ejemplo. (Luna Gomez, BCN)

De esta forma, hay una mezcla entre una nostalgia de Bolivia y de la juventud con una idealización de lo que sería la educación allí. En la medida en que, actualmente, el paradigma pedagógico conductista presente en el país viene siendo revisado en favor de una perspectiva constructivista. En ese sentido, una profesora de una escuela de Cochabamba comenta sobre la mayor libertad actual en las escuelas de Bolivia: "Antes era más rígido ¿no? Todo era con orden y deberías obedecer. Y ahora es más flexible, no podemos siquiera mirarlos feo a los chicos, porque ya nos vienen los problemas en sí."

Algunos de los entrevistados expresaron el temor de que sus hijos tuvieran una educación distante de los "valores bolivianos". En muchos casos este temor sirve como justificación para mantener a los hijos estudiando en Bolivia. Es interesante notar que la relación con la educación en Bolivia guarda un tipo de "nacionalismo a distancia", donde se crea un mito de los valores nacionales y de la escuela como el medio principal de su difusión. Una estrategia frecuente de las familias, tanto en Barcelona como en São Paulo, es el uso de la renta resultante de la migración para que los hijos puedan asistir a una escuela privada en Bolivia. De esta forma, logran articular el acceso a una escuela con mejor infraestructura con la enseñanza dentro de una pedagogía más disciplinada.

En relación con la educación universitaria, existe un cierto consenso acerca de que un diploma extranjero, particularmente de España, tiende a ser muy valorado en Bolivia. Sin

embargo, los altos costos de la educación en España, especialmente en Cataluña, hacen que la estrategia de estudiar o tener hijos estudiando en una universidad española, no sea accesible para la mayoría de los entrevistados. En cuanto a la educación universitaria en São Paulo, el problema tiende a ser la dificultad de acceso a la universidad pública (por su alta selectividad), que es gratuita.

La estrategia más frecuente para el acceso a la universidad es la realización de estudios universitarios en Bolivia, donde la selectividad y los costos son más bajos. Esto se expresa en el deseo de regresar a Bolivia o en los esfuerzos para enviar remesas que puedan financiar los estudios universitarios de algún pariente. Tener a un miembro de la familia en la universidad se considera una inversión, algo que puede tener consecuencias positivas para la red familiar en el futuro. Por estos motivos, que el deseo de que los hijos tengan un título universitario es uno de los objetivos centrales y más frecuentes de los proyectos migratorios de los entrevistados. La meta de "sacar ellos adelante" es visto como el horizonte de éxito de ese proyecto.

La realización de los estudios universitarios de un familiar, particularmente de algún hijo, es una de las justificativas más frecuentes para prolongar la estancia en Barcelona:

Para estudiar, necesitan dinero (...) Eso es lo importante para mí, nada más. No me importa el dinero ni nada. Lo único que me importa es que pueden ser profesionales, que pueden defenderse y que no tienen que ir a otros lugares para sufrir como yo (Rosmery, BCN).

A ver hasta cuando dura mi tiempo aquí, yo no sé, por mí... a mí lo que me está deteniendo son mis hijos porque quiero que ellos salgan porque si yo me voy, puede que sea que yo me vaya porque allá, para estudiar necesitan dinero, para el pasaje, para ir a la universidad, para los gastos (Luciana Aramayo, BCN)

En la medida en que las migraciones bolivianas a São Paulo tienen mayor facilidad para establecer dinámicas de circularidad, esa prolongación de la permanencia no es algo mencionado de forma frecuente en el caso de la capital paulista.

En relación al acceso a la universidad en los lugares de destino es interesante notar algunas tendencias recientes. Por una parte, el horizonte de acceso a la universidad en España se ha vuelto más posible en Barcelona para los migrantes y sus hijos, en la medida en que la generación que migró durante la gran ola migratoria de los 2000 ya tiene, en gran parte, la nacionalidad y está más estabilizada. Por otra parte, el aumento de ofertas de plazas en las universidades brasileñas tuvo impactos importantes para la población migrante de origen boliviano: "Mi hijo está haciendo la facultad de Psicología. Ganó la beca del Prouni de la

universidad del Brasil. 100%, no paga nada porque juntó los puntos que necesitaba. Muchos alumnos no consiguen eso, pero él consiguió. ¡Estoy muy orgullosa! Además, yo estudio marketing y tengo un préstamo del FIES.” (Roberto Ramos, SP). Durante el trabajo de campo fue posible acompañar el período de conclusión del curso de contabilidad por Ian Maldonado. En la entrevista antes de concluir el curso él dijo:

Sí, y yo al venir aquí quise estudiar porque es bien, mi mamá así comentando siempre me dijo ya el sueño de ella es ver a todos salir de la universidad, ser profesionales, pero infelizmente no se dio allá. Pero yo quiero darle ese gusto antes de que le llame Dios. Este mi último año y ya, y yo digo, la última vez que fui allá a visitarle a mi madre le dije “mami, salgo del bachillerato y el título es para vos, no es para mí, lo hago por vos”. (Ian Maldonado, SP)

Al terminar la universidad Ian sacó una foto con el diploma y dedicó a su madre. La conclusión de los estudios universitarios sirve como un punto culminante en el proyecto migratorio y le confieren legitimidad ante otras personas. Sin embargo, al concluir ese objetivo, es frecuente que se presenten dilemas para los migrantes, particularmente sobre la posibilidad de planificación del retorno.

10.2.2 Concepciones y estrategias en salud

Los entrevistados destacaron los profundos contrastes entre los sistemas de salud en Bolivia, España y Brasil. El principal aspecto destacado es la universalidad de la salud en Barcelona y São Paulo:

Sin documentos, ella. He visto amigos [a los] que les han hecho operaciones de vesícula biliar, de todo, de apendicitis; todo gratis. Allá, como llegues con esto -ya te esté por reventar esa vaina- si no tienes... te mueres. (Luis Ruiz, BCN)

"(...) las pruebas de SIDA, por ejemplo, son para pocos en Bolivia, ¿verdad? ¡Tuviste que pedirle a un doctor y tienes que pagar! Aquí hacen un examen completo gratis. En Bolivia, nadie hace ese tipo de exámenes. ¡Ni siquiera el examen de Chagas! Sabía que hay esta enfermedad allí, pero fue aquí donde aprendí que es peligroso. No sabía que las consecuencias de Chagas son fatales "(Samuel, BCN).

A ver, aquí uno tiene la posibilidad de tener un médico a cualquier hora. Y, aunque sea con diez euros, a cualquier hora se transporta y no hay problemas de que no puedan atenderlo ni nada. En ese país, si no hay dinero no lo pueden ingresar ni nada. Por eso no hay médicos si no hay dinero. Aquí lo tenemos muy fácil, eso. De todo. ¿Por qué cree que la gente dura mucho? (Erick Aranibar, BCN)

Es que un brasilero no agradece lo que tiene porque no sabe lo que no tiene. Entonces tú no sabes agradecer o no sabes lo que tienes hasta que lo pierdes. Yo sé lo que tengo porque allá no lo tuve (en mi país) te hablo del cien por ciento gratis. ¿Puedo aguantar una hora o dos en el puesto para ser atendido? Puedo, ya que no voy a pagar nada. Si es necesario, si estoy bien mal o aconteció algún accidente, me van a hacer todos los exámenes necesarios. No voy a pagar un centavo. En mi país, no. ¿En mi país tienes que pagar hasta el momento en que entras en el hospital! (Roberto Ramos, SP)

Cualquier persona podía ir, digamos, tenías resfrío, tal vez podías ir y pedir medicamento, lo cual en allá no puedes hacer, tienes que ir a la farmacia, tienes que comprar, tienes que pagar, todo eso, ¿no?, entonces al comienzo yo veía yo bien (Fernando Rivera, SP)

Sin embargo, esto no significa una ausencia de críticas a la asistencia sanitaria en las dos ciudades de destino. En el caso de São Paulo la principal crítica es la demora en la atención. Un médico boliviano que trabaja en São Paulo comenta: “Aquí tengo un seguro privado. Porque yo trabajo en la atención pública y sé cuánto demora. Tanto para que te tomen los exámenes, lo mejor es lo particular. Para manejar la cirugía demora mucho. Demora muchos años hacer una cirugía” (Marco Antonio Rocha, SP). Los altos costos de la salud privada en Brasil y la demora en la atención pública, hace que muchos migrantes prefieran ser atendidos por algún médico particular en Bolivia. En general, ellos reservan las vacaciones o alguna visita para hacerlo. Con excepción, evidentemente, de los casos urgentes. Además de la demora, los bolivianos en São Paulo se quejan de la forma en que los médicos se relacionan con ellos. Ellos critican la velocidad de las consultas en la atención primaria, así como las dificultades que los médicos tienen en entenderlos. En el mismo sentido, en el caso de Barcelona, la principal reclamación es la relación con los médicos, particularmente la forma en que ellos atienden: “Pero de que te sirve que es gratis si no los médicos no te atienden bien. ¿De qué te sirve? A mí no me sirve de nada. Yo también he aportado a la seguridad social y todo eso, como te digo, los médicos ganan, pero de nada acá. La atención es muy superficial” (Luciana Aramayo, BCN).

Los contrastes y las interfaces institucionales y culturales se ajustan a las formas en que las familias gestionan su salud entre Bolivia, São Paulo y Barcelona. En Bolivia, la fragilidad de la salud preventiva, así como los costos de la atención médica, significan que el manejo de la salud familiar tiene como primer procedimiento el uso de la medicina tradicional, ya sea con el apoyo de sanadores de la comunidad o de los miembros mayores de la familia. Se movilizan tés, hierbas y otros recursos y procedimientos de curación. En

otros casos, particularmente con familias de regiones urbanas, la automedicación es común, incluido el uso recurrente de antibióticos de amplio espectro. Vicente comenta en ese sentido: “En allá hay puestos de salud ya. Ya cualquier cosita, receta, ya, a la farmacia. Todo es plata allá en Bolivia, pues. Acá es más... más controlado. Mientras en allá, no, tienes que ir a la farmacia con la receta recién.” (Vicente Soria, BCN). Este tipo de protocolo familiar sobre la salud hace que la búsqueda de atención médica especializada solo suceda en casos más graves. Entre otros factores, esta cultura de la salud se basa en los costos (económicos y de tiempo) que implican la atención médica privada y pública. Una de las consecuencias de este protocolo es que, con la postergación de la atención médica, las familias crean mayores expectativas acerca de las consultas médicas. Se esperan dos cosas: el toque del médico y alguna intervención inmediata (ya sea mediante una prescripción de medicamentos o un procedimiento médico).

En Barcelona y São Paulo, aunque las visitas a los médicos son más frecuentes, muchas de estas expectativas permanecen. Por un lado, durante la consulta esperan un "diagnóstico práctico", donde el toque del médico y la atención cuidadosa (y sin prisas) son importantes. En este sentido, los entrevistados destacaron la impersonalidad de la relación médico-paciente tanto en Barcelona como en São Paulo: "Aquí hay algunos médicos que, para mi gusto, no son muy humanos. No les importa mucho el paciente, ¿lo sabías?" (Lidia, BCN). Por otro lado, esperan que el médico intervenga inmediatamente sobre el problema, indicando los exámenes, pero especialmente los medicamentos que tienen eficacia sobre los síntomas y sobre la enfermedad. Por lo tanto, la frustración cuando los médicos recetan un ibuprofeno o paracetamol es frecuente.

En Bolivia, cuando mi hija está con tos (...) voy a la farmacia, compro cualquier medicamento que los médicos me recomiendan ... Tengo que pagar, pero sanan rápidamente. Pero aquí está el paracetamol, algún jarabe mucolítico y eso es todo (Carmen, BCN)

Voy pido hora o saco la hora para que mi médico de cabecera me manda al especialista de esto y me dice: “no tienes nada”. Yo le digo: “disculpe, yo le digo millones de veces, vengo a escucharle a que usted me diga que no tengo nada si a mí me duele”. “Usted no sabe cómo me duele”, le digo. “O sea yo he venido una tarde acá dejando de trabajar y para que me venga usted a decirme que yo no tengo nada”. Y yo digo que aquí la gente va al médico y le dice “no tiene nada” y ya cuando está avanzada la enfermedad ahí recién los médicos, ya te mandan uno...para mí ¿no? Yo no confío acá en los médicos. Yo si estoy mal voy a la farmacia y me compro una cajita de ibuprofeno y ya está (Luciana Aramayo, BCN).

Esta frustración a menudo significa que los entrevistados no buscan atención médica en Barcelona, incluso si es gratis: "No confío en los médicos aquí. Si no me siento bien, voy a la farmacia y compro una caja de ibuprofeno " (Rosmery, BCN). El uso recurrente del ibuprofeno por inmigrantes latinos en Barcelona es algo que ya ha sido identificado por Roura, Bisoffi, Navaza y Pool (2015) y corrobora con la evidencia aquí descrita.

El establecimiento de un circuito transnacional entre estos mundos de la asistencia sanitaria también se produce a través de la movilidad temporal de migrantes y no migrantes. Varios entrevistados informaron casos de familiares que vinieron de Bolivia para ser tratados en Barcelona y São Paulo. Estas estrategias son más frecuentes para quienes se encuentran en una condición de salud más difícil o compleja. La historia de Richard es interesante en ese sentido. Su hija mayor realizó un examen en Bolivia y se identificó un problema en el corazón. Como la operación costaría muy caro y sería muy difícil en Bolivia, se decidió que la niña iba a España, donde Richard estaba. Incluso sin papeles de residencia, la niña fue operada. Ejemplos de situaciones extraordinarias como ésta demuestran la relevancia de los contextos institucionales.

Una de las cosas que le agradezco a España, y siempre voy a agradecer, es que a mi hija le hicieron una operación. A ella, al nacer le detectaron soplo en el corazón. Le detectaron soplo en el corazón [en su hija], entonces a ella la llevamos así a España, pero en España me lo hicieron la revisión. Y como resultado es que ese soplo no se iba a cerrar, necesitaba una intervención quirúrgica. Y nos programaron directamente la intervención. Y nos hicieron en uno de los mejores hospitales de España. El Vall d'Hebron. Ahí es donde le hicieron la operación. Y no me costó absolutamente nada. Todo pagó el seguro. Le hicieron una operación de primera. Y es una cosa que agradezco a España. Parece que fue el destino. Porque aquí nos cobraban un dineral, ¿no? Nos querían cobrar hasta 3.000, 4.000 dólares. Allá nada. Y le hicieron muy bien, mediante catéter--Full tecnología (Richard, BCN).

En otro camino, la socióloga Olivia Román identificó algunas evidencias de que los migrantes bolivianos en España van a Bolivia para realizar cirugías plásticas. Otra forma frecuente en que los esfuerzos para acceder a la asistencia sanitaria conducen a la movilidad internacional son los casos de personas que inmigraron a Barcelona y São Paulo para pagar deudas de salud en Bolivia.

Por fin, es interesante notar el papel cumplido por los migrantes que son médicos en el impulso de dinámicas transnacionales de la salud. En los lugares de destino, la atención ofrecida por médicos tiende a facilitar la relación con los pacientes del mismo país, así como, permite comprender ciertas preocupaciones y prácticas de salud particulares. Además, los

médicos migrantes son actores que hacen circular concepciones e informaciones sobre la salud y son promotores de iniciativas entre organizaciones de la sociedad civil.

Un ejemplo de transnacionalización de la atención en salud con la participación de médicos migrantes en Barcelona es la "Plataforma de Atención Integral a los Pacientes con Chagas", en el ámbito de la cual profesionales de origen boliviana tuvieron un papel estratégico. La "Plataforma" se crea en el año de 2009, a través de la cooperación entre el ISGlobal, la Fundación Ciencia y Estudios Aplicados para el Desarrollo en Salud y Medio Ambiente (Cochabamba) y el Hospital Viedma (Cochabamba), el Ministerio de Salud de Bolivia y su Programa Nacional de Chagas, la Universidad Mayor de San Simón (Cochabamba). La plataforma tiene actualmente seis centros en regiones altamente endémicas de Bolivia que comparten los mismos protocolos y bases de datos y que ofrecen sus servicios de forma gratuita (Pinazo et al, 2017, p.5-6). En Barcelona, el grupo de ISGlobal realiza la atención de inmigrantes procedentes de regiones endémicas, siguiendo los mismos protocolos aplicados en Bolivia y posibilitando el acompañamiento de aquellas personas que circulan, visitan o que emigraron definitivamente a España (Pinazo et al, 2017, p.7).

La Plataforma representa una red de colaboración y circulación de conocimiento, entre Bolivia y Barcelona. Desde el punto de vista institucional, esta cooperación entre organizaciones gubernamentales y no gubernamentales de los dos países permite ofrecer complementariedades, formación y ampliación de los servicios ofrecidos. La forma en la que se organiza la Plataforma se adecua a la alta movilidad y circularidad de las poblaciones de las regiones endémicas de la enfermedad de Chagas, posibilitando la atención a los inmigrantes que, de otra forma, podrían no tener el diagnóstico y el tratamiento adecuados al emigrar a regiones no endémicas. Por último, la plataforma permite la circulación de conocimientos en el ámbito de las familias: la acción de los diferentes socios de la plataforma se nutre no sólo de las dinámicas institucionales internas a la red, sino también de las redes de cuidado familiar. De esta forma, la atención a un miembro familiar por parte de uno de los actores de la Plataforma aumenta las posibilidades de que otro miembro de la familia tenga acceso a informaciones adecuadas sobre la enfermedad y sobre las formas de diagnóstico y tratamiento.

A modo de síntesis

Este capítulo se ha dividido en dos secciones. En la primera se ha presentado, de manera sintética, las formas como las familias transnacionales bolivianas se relacionan con las concepciones y estrategias de cuidado. Inicialmente, se ha presentado una tipología sobre las formas de centralidad de la familia en las narrativas de transnacionalización. Se identificó los tipos: negativo, urgente, abnegado y aspiracional. En la segunda parte, se han discutido los motivos y componentes voluntarios y forzados para la transnacionalización familiar. Se llamó la atención sobre el papel cumplido por las barreras legales en Barcelona, lo que genera una mayor incidencia de transnacionalización familiar en esa ciudad. Posteriormente, en la tercera parte, se discuten los arreglos de cuidado y las distribuciones de responsabilidad. Por último, en la cuarta parte, se presenta la noción de Pã Chuyma para expresar la situación de concentración de responsabilidades sobre el cuidado en las mujeres.

En la segunda sección se ha abordado las concepciones sobre la salud y la educación, y de cómo éstas atraviesan las estrategias de bricolaje de la protección social. En relación a la educación, se ha identificado una crítica a la libertad de la escuela en Barcelona y São Paulo lo que ha justificado la decisión de hacer los hijos estudiar en Bolivia. En relación a la salud, ha sido posible identificar una concepción general positiva sobre la atención sanitaria en Barcelona y en São Paulo. No obstante, son frecuentes los casos de migrantes que prefieren ser atendidos en el servicio de salud privada en Bolivia, debido a la ausencia de esperas y el trato más cercano y sensible de los médicos.

CONCLUSIÓN

Esta tesis ha tenido el objetivo de proporcionar contribuciones teóricas, metodológicas y empíricas para el análisis de las interfaces entre la protección social y las migraciones internacionales. Este desafío ha sido complejo en la medida en que ha exigido el desplazamiento de ciertos fundamentos epistemológicos profundamente arraigados en la práctica sociológica. El nacionalismo metodológico, un ejemplo significativo de este tipo, lleva a una negligencia de la complejidad de los tipos de movilidad e inmovilidad que responden a las múltiples condiciones económicas, personales, familiares, comunitarias y políticas en las escalas locales, nacionales y transnacionales. Sin negar la relevancia de la escala nacional, en este trabajo se ha buscado contribuir a la consolidación de una perspectiva transnacional de la protección social que sea capaz de comprender, por una parte, la fuerza de las desigualdades internacionales en la distribución de riesgos y protecciones; y, por otra, los esfuerzos de protección desarrollados por los individuos y familias que utilizan las migraciones como un recurso estratégico de enfrentamiento a los riesgos y privaciones.

Durante la Parte I de esta tesis exploramos las ficciones y fricciones de la globalización, recorrimos los mundos del bienestar nacional y el desbordamiento de esos mismos mundos, para llegar a la presentación de la agenda de convergencia de la protección social transnacional y al argumento teórico central de esta tesis: *las interfaces entre la protección social y las migraciones son atravesadas por diferentes formas de desencajes y por bricolajes de recursos formales e informales*. Se considera que los desencajes de la protección social pueden ser resultantes de las desigualdades entre lugares; de las dinámicas inconsistentes entre las escalas de vida y de los recursos de protección; y de las desigualdades vinculadas a las interseccionalidades de los marcadores sociales (género, generación, étnica y clase). Sin embargo, se reconoce que los individuos están dotados de agencia y, por lo tanto, no son sujetos pasivos ante los desencajes.

En la parte II de esta tesis se ha construido un puente entre las preocupaciones, problemas y argumentos de la Parte I y las interpretaciones, evidencias y análisis de la Parte III. Así se ha defendido los tres principios que orientaron el diseño y conducción del estudio empírico: la sociología interpretativa, el transnacionalismo metodológico y una concepción relacional del espacio. Posteriormente, se ha presentado la etnografía multisituada como la metodología adecuada a tales principios. En ese sentido, el seguimiento de los migrantes y

de sus biografías fue la estrategia central que ha permitido analizar la protección social por medio de la combinación de lentes espaciales, históricas y sociales. De esta forma, la Parte II de esta tesis también ha preparado los caminos posibles para la repetición de los procedimientos propuestos en este estudio para el caso de (in)movilidades de otros colectivos. De todos modos, el mérito de cualquier enfoque metodológico no está en sus fórmulas, articulaciones conceptuales e intenciones, sino en la calidad de los resultados producidos.

La parte III de la tesis se ha dedicado, primeramente, a la reconstrucción de las narrativas de transnacionalización biográfica. El objetivo de este tipo de interpretación, resultante del análisis de contenido de tipo secuencial, ha sido entender cómo los desencajes de la protección se hacen presentes en las profundidades biográficas de los individuos; y cómo y por qué motivos las migraciones surgen como forma de enfrentar esas lagunas de protección. La reconstrucción de las narrativas de los migrantes en São Paulo (capítulo 8) y en Barcelona (capítulo 9) demuestra la relevancia de los desencajes de la protección social para el proceso de transnacionalización biográfica. El análisis de estos casos permite hacer cuatro consideraciones:

- Las biografías de los migrantes bolivianos no son "inesperadas": la centralidad de la cultura de movilidad fundamenta la "normalización" de las migraciones como formas de protección social;
- La aceptación de la migración como un esfuerzo arriesgado de protección: los riesgos vividos en experiencias migratorias anteriores no disminuyen de forma considerable la inclinación hacia nuevos proyectos migratorios;
- Las profundidades biográficas de los desencajes y de sus interfaces con las migraciones: la posibilidad de trascendencia de contextos de desencajes vividos en períodos vitales muy anteriores a la migración;
- Las migraciones internas: los circuitos de migración interna se extienden internacionalmente y, por lo tanto, la migración interna también se utiliza como una forma de estrategia frente a los desencajes.

En cuanto a los tipos de desencaje presentes en las narrativas biográficas es posible reconocer – tal y como se ha presentado en los capítulos 8 y 9 – los siguientes procesos empíricos:

Cuadro 14 - Procesos empíricos de desencaje

La producción de los desencajes	Procesos empíricos identificados
Políticas de espacio	Los contrastes entre las zonas rural y urbana en Bolivia; La desestructuración de los mundos minero y campesino; La crisis boliviana de los años 2000; La crisis argentina; La configuración de la cadena de producción de la confección (El Alto-São Paulo) La configuración de la cadena de cuidado (Cochabamba/Santa Cruz – Barcelona)
Políticas de enmarque	Transnacionalización familiar no voluntaria por dificultades en el acceso a los documentos de residencia (Barcelona) o por dificultades en combinar trabajo y vida familiar (São Paulo)
Políticas de las interseccionalidades	Discriminaciones étnicas y/o de género Violencia de género Privaciones materiales Precariedad laboral

Fuente: elaboración propia

De esta forma, se ha considerado que las cartografías abisales que son producidas por las conjunciones de los desencajes de la protección social pueden tener innumerables consecuencias negativas para aquellos que se ven afectados, por ejemplo:

- Una mayor exposición a riesgos de ciclo de vida (planificación familiar, envejecimiento, etc.); catástrofes naturales y pérdidas de cultivos; crisis económicas y conflictos políticos;

- Un impacto en el capital humano y mayor riesgo a privaciones resultantes de la inestabilidad e incertidumbre de la reproducción social: de la precariedad o falta de trabajo y renta; de la dificultad para el acceso a la atención sanitaria y la educación formal;

- Contingencia a la movilidad social: dificultad en asumir riesgos que puedan generar beneficios considerables a largo plazo, lo que puede llevar a una racionalidad inmediatista y fundamentada en el sacrificio de algunos individuos;

- Una posible reducción de la protección social al cuidado y una sobrecarga de ciertos individuos (particularmente las mujeres): ante la ausencia o fragilidad de recursos formales

de protección social, resultan centrales los recursos creados en el seno de la familia, generalmente por las mujeres.

En lo que concierne a las estructuras de narración y acción es posible registrar en los casos abordados en los capítulos 8 y 9 que las migraciones son narradas sobre todo como formas de reacción a peligros consumados y un modo de cumplimiento de papeles sociales (esta última concepción es más frecuente en el caso de las mujeres). Los entrevistados adoptaron una posición narrativa aspiracional solamente cuando ya habían enfrentado la situación disruptiva o la obligación moral que los llevó a migrar. Por último, la adopción de una posición narrativa de planificación para describir las migraciones ha sido poco frecuente.

Posteriormente, en el capítulo 10, se ha abordado las concepciones y estrategias vinculadas al cuidado, la salud y la educación. En la primera sección del capítulo se ha propuesto una tipología de los modos de centralidad de la familia en las narrativas de transnacionalización formada por los tipos negativo, urgente, abnegado y aspiracional. Además, se ha identificado los componentes voluntarios y forzados que llevan a la transnacionalización familiar. Después, se han presentado los arreglos de cuidado que conllevan a ciertas distribuciones de responsabilidad. Por fin, se ha llamado la atención para la concentración de las responsabilidades por el cuidado y la protección en las manos de las mujeres. Esto resulta simbolizado por el concepto de Pã chuyma.

La segunda sección del capítulo 10 se ha ocupado de las concepciones sobre la salud y la educación, y de cómo éstas atraviesan las estrategias de bricolaje de la protección social. En relación a la educación, es interesante notar la tendencia, tanto en São Paulo como en Barcelona, a una cierta nostalgia de una pedagogía y escuela más autoritaria y conductista en detrimento de los modelos constructivistas vigentes en São Paulo y en Barcelona. De esta manera, la "buena educación" es concebida como aquella que limita las libertades, se fundamenta en la repetición y memorización de los contenidos y busca promover la disciplina y el orden. Este ideal de educación ha justificado la preferencia de algunos entrevistados que han decidido que sus hijos deberían estudiar en Bolivia, a fin de incorporar los "valores bolivianos". En relación a la salud, ha sido posible identificar una concepción positiva sobre la atención sanitaria en Barcelona. De todos modos, resulta interesante observar cómo muchos entrevistados prefieren el servicio de salud privada en Bolivia, que

la atención pública recibida en São Paulo y Barcelona. La ausencia de esperas y el trato más cercano y sensible de los médicos son las justificaciones para esa preferencia.

De esta forma, los resultados presentados en la parte III confirman las hipótesis planteadas en este estudio: la centralidad de los desencajes para las migraciones; la tendencia de un sentimiento de responsabilidad de los individuos por la propia protección; la existencia de riesgos que atraviesan los esfuerzos protectores; la tendencia a un esfuerzo de acceso multilocalizado y no lineal a la protección social; y, por último, la centralidad de las concepciones subjetivas que hacen que los individuos no sólo quieran tener acceso a la protección, sino que buscan la realización de sus concepciones normativas sobre lo que sería la “buena protección”.

La amplitud de los objetivos y la magnitud del trabajo de campo permiten vislumbrar tres tipos de frentes para futuras investigaciones. El volumen de datos construidos en el marco de la etnografía multisituada va a permitir el desarrollo de nuevos análisis, particularmente de procesos que no fueron abarcados con la debida atención en esta tesis:

- La paternidad transnacional;
- La participación de los inmigrantes en emprendimientos multinivel;
- El asociativismo migrante y la acción de las organizaciones religiosas;
- Las dinámicas de protección y desprotección en el trabajo de los inmigrantes;
- Las interfaces entre retorno migratorio, envejecimiento y concepciones de jubilación;
- Los sistemas colectivos de ahorro, como el *Pasanaku*;
- La relevancia de las prácticas de salud tradicionales en los lugares de destino;
- Las migraciones de médicos a São Paulo y Barcelona;
- La experiencia de los bolivianos en las universidades de Barcelona y São Paulo;

Un segundo frente para el desarrollo de investigaciones futuras se vincula al análisis del mismo proceso empírico en otras realidades o bajo otros enfoques:

- La función ejercida por las redes sociales e internet para la transnacionalización de la protección social;
- El papel de las asociaciones de migrantes en la difusión de concepciones sobre la protección social;

- La perspectiva de funcionarios públicos, médicos y profesores al atender a los migrantes en los lugares de destino y de retorno;

Por último, un tercer camino, más amplio, para futuros estudios se abre a partir de una reflexión sobre el papel de las concepciones espacializadas de la justicia. En ese sentido sería interesante, por ejemplo, investigar cuales son los elementos de justificación social, política y jurídica movilizados en el caso de los países que han decidido negar o dificultar el derecho al acceso a la salud y a la seguridad social a los migrantes.

CONCLUSÃO

Esta tese teve como objetivo fornecer subsídios teóricos, metodológicos e empíricos para a análise das interfaces entre a proteção social e as migrações internacionais. Esse desafio mostrou-se complexo, na medida em que exigiu o deslocamento de certos fundamentos epistemológicos profundamente enraizados na prática sociológica. O nacionalismo metodológico, um exemplo significativo desse tipo, não leva em conta a complexidade dos tipos de mobilidade e imobilidade que respondem às múltiplas condições econômicas, pessoais, familiares, comunitárias e políticas nas escalas locais, nacionais e transnacionais. Sem negar a relevância da escala nacional, se buscou neste trabalho contribuir para a consolidação de uma perspectiva transnacional da proteção social que fosse capaz de compreender, por um lado, a força das desigualdades internacionais na distribuição de riscos e proteções; e, por outro lado, os esforços de proteção desenvolvidos pelos indivíduos e famílias que utilizam as migrações como um recurso estratégico de enfrentamento aos riscos e privações.

Durante a Parte I desta tese exploramos as ficções e fricções da globalização, percorremos os mundos do bem-estar nacional e o transbordamento desses mesmos mundos, para chegar à apresentação da agenda de convergência da proteção social transnacional e ao argumento teórico central desta tese: *as interfaces entre a proteção social e as migrações são atravessadas por diferentes formas de desençaixe e de bricolagens de recursos formais e informais de proteção*. Se considerou que os desençaixes da proteção social podem ser resultantes das desigualdades entre lugares; das dinâmicas inconsistentes entre as escalas de vida e dos recursos de proteção; e das desigualdades ligadas às interseccionalidades de marcadores sociais (gênero, geração, étnica e classe). Contudo, se reconheceu que os indivíduos são dotados de agencia e, portanto, não são sujeitos passivos frente aos desençaixes.

Na Parte II desta tese foi construída uma ponte entre as preocupações, problemas e argumentos da Parte I e as interpretações, evidências e análises da Parte III. Assim se defendeu e justificou três princípios que orientaram o desenho e condução do estudo empírico: a sociologia interpretativa, o transnacionalismo metodológico e uma concepção relacional do espaço. Posteriormente, se apresentou a etnografia multisituada como a metodologia adequada a tais princípios. Nesse sentido, o seguimento dos migrantes e de suas

biografias foi a estratégia central que permitiu analisar a proteção social por meio da combinação de lentes espaciais, históricas e sociais. Desta forma, a Parte II desta tese também preparou os caminhos possíveis para a replicabilidade dos procedimentos propostos neste estudo para o caso de (i)mobilidades de outros coletivos. De todos modos, o mérito de qualquer abordagem metodológica não está em suas fórmulas, articulações conceituais e intenções, mas na qualidade dos resultados produzidos.

A parte III da tese foi dedicada, primeiramente, a reconstrução das narrativas de transnacionalização biográfica. O objetivo desse tipo de interpretação, resultante da análise de conteúdo de tipo sequencial, foi de entender como os desencaixes da proteção se fazem presentes nas profundezas biográficas dos indivíduos; e como, e por quais motivos, as migrações surgiram como forma de enfrentar essas lacunas de proteção. A reconstrução das narrativas dos imigrantes em São Paulo (capítulo 8) e em Barcelona (capítulo 9) demonstram a relevância dos desencaixes da proteção social para o processo de transnacionalização biográfica. A análise desses casos permite fazer quatro considerações:

- As biografias dos imigrantes bolivianos não são “inesperadas”: A centralidade da cultura de mobilidade impulsiona a normalização das migrações como forma de proteção social;
- Aceitação da migração enquanto um esforço arriscado de proteção: Os riscos vividos em experiências migratórias anteriores tendem a não diminuir consideravelmente a inclinação a novos intentos migratórios;
- Profundidades biográficas dos desencaixes e das interfaces com as migrações: A possibilidade de importância dos desencaixes vivenciados em períodos vitais muito anteriores a migração;
- As migrações internas: Os circuitos de migração interna se estendem internacionalmente e, por isso, a migração interna também é utilizada como uma forma de estratégia frente aos desencaixes

Em relação aos tipos de desencaixe presentes nas narrativas biográficas é possível reconhecer, tal como apresentado nos capítulos 8 e 9, os seguintes processos empíricos:

Quadro 15 – Processos empíricos de desencaixe

A produção dos desencaixes	Processos empíricos identificados
Políticas de espaço	Os contrastes entre as áreas rurais e urbanas na Bolívia; A desestruturação dos mundos mineiro e camponês; A crise boliviana dos anos 2000; A crise argentina; A configuração da cadeia produtiva da confecção (El Alto-São Paulo) A configuração da cadeia global do cuidado (Cochabamba / Santa Cruz - Barcelona)
Políticas do marco	Transnacionalização familiar não voluntária por dificuldade de acesso a documentos de residência (Barcelona) Transnacionalização familiar não voluntária pela dificuldade de conciliar trabalho e vida familiar (São Paulo)
Políticas das Interseccionalidades	Discriminação étnica, de origem e/ou de gênero Violência de gênero Privação material Precariedade no trabalho

Desta forma, se considerou que as cartografias abissais que são produzidas pelas conjunções dos desencaixes podem ter inúmeras consequências negativas para aqueles que são afetados, por exemplo:

- A maior exposição a riscos de ciclo de vida (planejamento familiar, envelhecimento etc); catástrofes naturais e perdas de lavouras; crises econômicas e conflitos políticos;
- O impacto no capital humano e o maior risco a privações resultantes da instabilidade e incerteza da reprodução social: da precariedade ou falta de trabalho e renda; da dificuldade para o acesso a atenção sanitária e a educação formal;
- Contingenciamento da mobilidade social: dificuldade em assumir riscos que possam gerar benefícios consideráveis e de longo prazo, o que pode levar a uma racionalidade imediatista e fundamentada no sacrifício do grupo ou de alguns indivíduos.
- Uma redução da proteção social ao cuidado e uma sobrecarga de certos indivíduos (particularmente as mulheres): na ausência ou fragilidade de recursos formais de proteção social, ocorre uma centralidade dos recursos criados no próprio seio da família, geralmente pelas mulheres.

No que concerne as estruturas de narração e ação é possível reconhecer nos casos abordados no capítulo 8 e 9 que as migrações são narradas sobretudo como formas de reação a perigos consumados e como cumprimento de papéis sociais (este último mais intenso no caso das mulheres). Os entrevistados adotaram uma posição narrativa aspiracional somente quando já haviam enfrentado a situação disruptiva ou a obrigação moral que os levou a migrar. Por fim, a adoção de uma posição narrativa de planejamento para descrever as migrações foi pouco frequente.

Posteriormente, o capítulo 10 abordou as concepções e estratégias relacionadas ao cuidado, saúde e educação. Na primeira seção do capítulo foi apresentada uma tipologia de modos centralidade da família nas narrativas de transnacionalização formadas pelos tipos negativo, urgente, de abnegação, e aspiracional. Além disso, os componentes voluntários e forçados que levam à transnacionalização familiar foram identificados. Posteriormente, são apresentados os arranjos de cuidado que levam a determinadas distribuições de responsabilidade. Finalmente, a atenção foi atraída para a concentração de responsabilidades por cuidado e proteção nas mãos das mulheres. Isto é simbolizado pelo conceito de *Pä chuyma*.

A segunda seção do capítulo 10 tratou das concepções sobre saúde e educação e como elas perpassam as estratégias de bricolagem de proteção social. Quanto à educação, é interessante notar a tendência, tanto em São Paulo e Barcelona, a uma certa nostalgia de uma educação autoritária em detrimento de modelos construtivistas em vigor em São Paulo e Barcelona. Assim, a "boa educação" é concebida como a que limita as liberdades e busca promover a disciplina e ordem. Esse ideal de educação justificou a preferência de alguns entrevistados que prefeririam que seus filhos estudassem na Bolívia, a fim de incorporar os "valores bolivianos". Em relação à saúde, foi possível identificar uma concepção positiva dos cuidados de saúde em Barcelona. De qualquer forma, é interessante notar como muitos entrevistados preferem os serviços de saúde privados na Bolívia. A ausência de esperas e o tratamento médico mais próximo e sensível são as justificativas mais frequente para essa preferência.

Os resultados apresentados na parte III foram compatíveis com as hipóteses propostas: a centralidade dos desencaixes para as migrações; a tendência de um sentimento de responsabilização dos indivíduos pela própria proteção; a existência de riscos que perpassam os esforços protetivos; a tendência a um esforço de acesso multilocalizado e não

linear a proteção social; e, por fim, a centralidade das concepções subjetivas que fazem com que os indivíduos não somente queiram ter acesso a proteção, mas buscam a realização de suas concepções normativas sobre o que seria a boa proteção.

A amplitude dos objetivos e a magnitude do trabalho de campo nos permite vislumbrar três tipos de frentes para pesquisas futuras. Primeiramente, a quantidade de dados construídos no âmbito da etnografia multisituada permite que novas análises sejam desenvolvidas para o mesmo conjunto de dados, particularmente de processos que não foram abordados com a devida atenção nesta tese:

- A paternidade transnacional;
- A participação dos imigrantes em empreendimentos multinível;
- O associativismo migrante e a ação das organizações religiosas;
- As dinâmicas de proteção e desproteção no trabalho dos imigrantes;
- As interfaces entre retorno migratório, envelhecimento e concepções de aposentadoria;
- Os sistemas coletivos de poupança: o *Pasanaku*
- A relevância das práticas de saúde tradicionais nos lugares de destino
- As migrações de médicos para São Paulo e Barcelona;
- A experiência dos bolivianos nas universidades de Barcelona e São Paulo;

Entre outros aspectos que marcam as interfaces entre proteção social e migrações, mas que não puderam ser incorporadas a análise da tese. Uma segunda frente para pesquisas futuras se vincula a análise do mesmo processo empírico em outras realidades ou sob outros enfoques:

- A função exercida pelas redes sociais e a internet para a transnacionalização da proteção social
- O papel das associações de migrantes na difusão transnacional de concepções sobre a proteção social;
- A perspectiva de funcionários públicos, médicos e professores ao atender aos migrantes nos lugares de destino e de retorno;

Por fim, um terceiro caminho, mais amplo, para futuros estudos se abre a partir de uma reflexão sobre o papel das concepções especializadas da justiça. Nesse sentido seria interessante, por exemplo, investigar sobre os elementos mobilizados para a justificação

social, político e jurídica em países que negaram ou dificultaram o acesso dos imigrantes a saúde e a seguridade social.

REFERENCIAS

ACOB. ASOCIACIÓN DE COOPERACIÓN BOLIVIA ESPAÑA. **Situación general de los bolivianos en España**, ACOBE, 2007.

ACOSTA, E. **Cuidados en crisis. Mujeres migrantes hacia España y Chile**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.

AGAMBEN, G. **Estado de excepción**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2005.

AGNEW, J. The territorial trap: The geographical assumptions of international relations theory. **Review of International Political Economy**, v. 1, n. 1, p. 53-80, 1994.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizon: Letramento, 2018.

ALBRO, R. Confounding cultural citizenship and constitutional reform in Bolivia. **Latin American Perspectives**, v. 37, n. 3, p. 71–90, 2010. JONES, R. C.; TORRE, L. De. Endurance of Transnationalism in Bolivia 's Valle Alto. v. 74, n. April, 2009.

ALBROW, M. Introduction. En: ALBROW, M.; KING, E. (Eds.). **Globalization, Knowledge and Society: Readings from International Sociology**. Londres: Sage, 1990. p. 3-17.

ALBROW, M.; KING, E. **Globalization, knowledge and society: readings from international sociology**. Londres: Sage, 1990.

ALCID, M. L. L. Overseas Filipino workers: Sacrificial lambs at the altar of deregulation. **International Migration and Sending Countries**. Nueva York: Springer, 2003. p. 99–118.

ALLOATTI, M. A multidimensionalidade da imigração boliviana em São Paulo: perspectivas das cadeias globais como estratégia de análise. **PerCursos**, v. 15, n. 28, p. 257-284, 2014.

AMELINA, A. Searching for an Appropriate Research Strategy on Transnational Migration: The Logic of Multi-Sited Research and the Advantage of the Cultural Interferences Approach. **Qualitative Social Research**, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2010.

AMELINA, A. **Transnationalizing inequalities in Europe : sociocultural boundaries, assemblages and regimes of intersection**. Nueva York: Routledge, 2017.

AMELINA, A.; FAIST, T. De-naturalizing the national in research methodologies: key concepts of transnational studies in migration. **Ethnic and Racial Studies**, v. 35, n. 10, p. 1707-1724, 2012.

AMELINA, A.; FAIST, T.; NERGIZ, D. D. (Eds.). **Methodologies on the move: The Transnational Turn in Empirical Migration Research**. Nueva York: Routledge, 2013.

AMELINA, A.; HORVATH, K.; MEEUS, B. Migration and Social Transformation: Interdisciplinary Insights and European Perspectives. **An Anthology of Migration and Social Transformation**. Nueva York: Springer, 2016. p. 1-13.

AMIRAUX, V. Unexpected biographies: deconstructing the national welfare state? En: BOMMES, M.; GEDDES, A. (Eds.). **Immigration and welfare: challenging the borders of the welfare state**. Londres: Routledge, 2000. p. 222-243.

ANTHIAS, F. Transnational mobilities, migration research and intersectionality. **Nordic Journal of Migration Research**, v. 2, n. 2, 2012.

APITZSCH, U.; SIOUTI, I. Biographical Analysis as an Interdisciplinary Research Perspective in the Field of Migration Studies. **Research Integration**, abril, p. 1-30, 2007.

APPADURAI, A. Global ethnoscaes: Notes and queries for a transnational anthropology. **In Modernity at Large**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. p. 48-65.

APPADURAI, A. **La Vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías**. México, D.F.: Grijalbo, 1991.

APPADURAI, A. The production of locality. **Counterworks: Managing the Diversity of Knowledge**. Londres: Routledge, 1995. p. 204-225.

ARANGO, J. Theories of international migration. En: JOLY, D. (Ed.). **International Migration in the New Millennium: Global Movement and Settlement**. Farnham: Ashgate, 2004. p. 15-35.

ARAÚJO, O. E. de. Enquistamentos étnicos. **Revista do Arquivo Municipal**, v. 65, p. 227-246, 1940.

ARIZA, M.; VELASCO, L. El estudio cualitativo de la migración internacional. En: ARIZA, M.; VELASCO, L. (Eds.). **Métodos cualitativos y su aplicación empírica, por los caminos de la investigación sobre migración internacional**. Tijuana: Colegio de la Frontera Norte, 2012. p. 11-47.

ARRIAGADA, I. La organización social de los cuidados y vulneración de derechos en Chile. **Santiago: ONU Mujeres-CEM. Consultado el**, v. 20, 2010.

ARRIGHI, G. **Chaos and governance in the modern world system**. Minneapolis: U of Minnesota Press, 1999. v. 10.

ARTS, W.; GELISSEN, J. Three worlds of welfare capitalism or more? A state-of-the-art report. **Journal of European social policy**, v. 12, n. 2, p. 137-158, 2002.

ATKINSON, P.; HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography: Principles in practice**. Oxon: Routledge, 2007.

AVATO, J.; KOETTL, J.; SABATES-WHEELER, R. Social security regimes, global estimates, and good practices: The status of social protection for international migrants. **World Development**, v. 38, n. 4, p. 455-466, 2010.

AXFORD, B. **Theories of Globalization**. Cambridge: Polity, 2013.

AYUNTAMIENTO DE BARCELONA. **Estadística de Barcelona**, Ayuntamiento de Barcelona, 2017.

BABY-COLLIN, V. et al. Une approche comparée des circulations migratoires latino-américaines: les cas bolivien et mexicain. In: **Les circulations transnationales**. Paris: Armand Colin, 2009. p. 91–108.

BABY-COLLIN, V.; CORTES, G.; FARET, L. Migrant remittances and development in Bolivia and Mexico: a comparative study. In: **Global migration and development**. Nueva York: Routledge, 2008. p. 84–108.

BABY-COLLIN, V.; SASSONE, S. Mondialisation de la Virgen de Urkupiña? Religiosité, fêtes populaires et territoires urbains. **IRD**, 2010.

BAENINGER, R. (ED.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. SILVA, S. A. D. Bolivianos em São Paulo. Dinâmica cultural e processos identitários. In: **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. p. 19–34.

BAENINGER; ROSANA. **Imigração Boliviana no Brasil Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq**. [S.l.]: Unfpa Campinas, 2012.

BAHRI, D. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Estudos feministas**, v. 21, n. 2, p. 659-688, 2013.

BALDASSAR, L. De-demonizing distance in mobile family lives: co-presence, care circulation and polymedia as vibrant matter. **Global Networks**, v. 16, n. 2, p. 145-163, 2016.

BALDASSAR, L. Transnational families and the provision of moral and emotional support: The relationship between truth and distance. **Identities: global studies in culture and power**, v. 14, n. 4, p. 385-409, 2007.

BALDASSAR, L.; MERLA, L. (Eds.). **Transnational families, migration and the circulation of care: Understanding mobility and absence in family life**. Nueva York: Routledge, 2014.

BALDASSAR, L.; WILDING, R. Middle-class transnational caregiving: the circulation of care between family and extended kin networks in the global north. **Transnational Families, Migration and the Circulation of Care**. Nueva York: Routledge, 2014. p. 236-251.

BANCO MUNDIAL. **Databank**, Banco Mundial, 2019.

BANCO MUNDIAL. **Social Protection Sector Strategy: from Safety-net to Springboard**. Washington: Banco Mundial, 2001.

BANCO MUNDIAL; KNOMAD. **Migration and Remittances: Factbook 2016**. Washington: Banco Mundial, 2016. v. 3.

BARBA, C. América Latina. Regímenes de bienestar en transición al iniciar el siglo XXI. **Caderno CRH**, v. 20, n. 50, 2007.

BARBA, C. **Paradigmas y regímenes de bienestar**. San José: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2005.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARGLOWSKI, K. Where, What and Whom to Study? Principles, Guidelines and Empirical Examples of Case Selection and Sampling in Migration Research. En: ZAPATA-BARRERO, R.; YALAZ, E. (Eds.). **Qualitative Research in European Migration Studies**. Cham: Springer, 2018. p. 151-170.

BARGLOWSKI, K.; BILECEN, B.; AMELINA, A. Approaching Transnational Social Protection: Methodological Challenges and Empirical Applications. **Population, Space and Place**, v. 21, n. 3, p. 215-226, 2014.

BARRIENTOS, A. Latin America: towards a liberal-informal welfare regime. En: GOUGH, I.; WOOD, G. (Eds.). **Insecurity and welfare regimes in Asia, Africa and Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 121-168.

BARRIENTOS, A.; HULME, D. Social Protection for the Poor and Poorest: An Introduction. En: BARRIENTOS, A.; HULME, D. (Eds.). **Social Protection for the Poor and Poorest: Concepts, Policies and Politics**. Nueva York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 3-26.

BASCH, L. G.; GLICK SCHILLER, N.; SZANTON BLANC, C. **Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states**. Londres: Routledge, 1994.

BÁSCOLO, E.; HOUGHTON, N.; DEL RIEGO, A. Lógicas de transformación de los sistemas de salud en América Latina y resultados en acceso y cobertura de salud. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 42, p. 1-9, 2018.

BÁSCOLO, E.; HOUGHTON, N.; RIEGO, A. Del. Construcción de un marco de monitoreo para la salud universal. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 42, 2018.

BAUBÖCK, R. **Transnational citizenship: membership and rights in international migration**. Aldershot: Edward Elgar, 1994.

BAUBÖCK, R. Why liberal nationalism does not resolve the progressive's trilemma: Comment on Will Kymlicka's article: "Solidarity in Diverse Societies". **Comparative Migration Studies**, v. 4, n. 1, p. 10, 2016.

BAUBÖCK, R.; FAIST, T. **Diaspora and transnationalism: Concepts, theories and methods**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.

BAUBÖCK, R.; SCHOLTEN, P. Introduction to the special issue: “Solidarity in diverse societies: beyond neoliberal multiculturalism and welfare chauvinism”. **Comparative Migration Studies**, v. 4, n. 4, p. 1–7, 2016.

BAUMAN, Z. **Globalization; the Human Consequences**. Cambridge: Polity Press, 1998.

BAUMAN, Z. **Liquid modernity**. Cambridge: polity, 2000.

BECK, U. **La Sociedad del Riesgo**. Barcelona: Paidós, 1998.

BECK, U. **O que é a globalização?: Equívocos do globalismo respostas à globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E.; MORENO, B. **La individualización: el individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas**. Barcelona: Paidós, 2003.

BECK, U.; SZNAIDER, N. Unpacking cosmopolitanism for the social sciences: A research agenda. **The British Journal of Sociology**, v. 57, n. 1, p. 381-403, 2006.

BENJAMIN, W. **Tesis sobre la historia y otros fragmentos**. México D.F.: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERMUDES, L. S. **Two little Bolivias: The reality of Bolivian immigrants in the cities of Buenos Aires and São Paulo**, Nueva York: Columbia University, 2012.

BERTAUX, D. **Biography and society: The life history approach in the social sciences**. Nueva York: Sage, 1981. v. 23.

BILECEN, B.; BARGLOWSKI, K. On the assemblages of informal and formal transnational social protection. **Population, Space and Place**, v. 21, n. 3, p. 203–214, 2015.

BILECEN, B.; ÇATIR, G.; ORHON, A. Turkish–German transnational social space: stitching across borders. **Population, Space and Place**, v. 21, n. 3, p. 244-256, 2015.

BILENKI, Thais. Pré-candidato, Bolsonaro tenta criar a «extrema direita light». **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2016.

BLACKMAN, M. B. Introduction: The Afterlife of the Life History. **Journal of Narrative and Life History**, v. 2, n. 1, p. 1–9, 1992.

BLOCH, E. **The Principle of Hope**. Cambridge: MIT Press, 1986.

BOCCAGNI, P. Addressing transnational needs through migration? An inquiry into the reach and consequences of migrants’ social protection across borders. **Global Social Policy**, v. 17, n. 2, p. 168-187, 2017.

- BOCCAGNI, P. Burden, blessing or both? On the mixed role of transnational ties in migrant informal social support. **International Sociology**, v. 30, n. 3, p. 250-268, 2015.
- BOCCAGNI, P. From rapport to collaboration . . . and beyond? Revisiting field relationships in an ethnography of Ecuadorian migrants. **Qualitative Research**, v. 11, n. 6, p. 736-754, 2011.
- BOCCAGNI, P. Migrants' social protection as a transnational process: Public policies and emigrant initiative in the case of Ecuador. **International Journal of Social Welfare**, v. 20, n. 3, p. 318-325, 2011.
- BOCCAGNI, P. Rethinking transnational studies: Transnational ties and the transnationalism of everyday life. **European Journal of Social Theory**, v. 15, n. 1, p. 117-132, 2012.
- BOCCAGNI, P.; SCHROOTEN, M. Participant Observation in Migration Studies: An Overview and Some Emerging Issues. En: ZAPATA-BARRERO, R.; YALAZ, E. (Eds.). **Qualitative Research in European Migration Studies**. Cham: Springer, 2018. p. 209-226.
- BOGALSKA-MARTIN, E.; MATTEUDI, E. (Eds.). **The Social Question in the Global World**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2018.
- BOLIVIA, I. **Censo 2012**, Instituto Nacional de Estadística - INE, 2012.
- BOMMES, M. National welfare state, biography and migration: labour migrants, ethnic Germans and the re-ascription of welfare state membership. En: BOMMES, M.; GEDDES, A. (Eds.). **Immigration and welfare: challenging the borders of the welfare state**. Nueva York: Routledge, 2000. p. 90-108.
- BOMMES, M.; GEDDES, A. (Eds.). Immigration and welfare. **Immigration and welfare: Challenging the borders of the welfare state**. Londres: Routledge, 2000. p. 1-12.
- BONIZZONI, P. Here or there? Shifting meanings and practices in mother-child relationships across time and space. **International Migration**, v. 53, n. 6, p. 166-182, 2015.
- BONOLI, G. Classifying welfare states: a two-dimension approach. **Journal of social policy**, v. 26, n. 3, p. 351-372, 1997.
- BOURDIEU, P. The essence of neoliberalism. **Le Monde diplomatique**, 1998.
- BOURGUIGNON, F. **The Globalization of Inequality**. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. **International migration review**, v. 23, n. 3, p. 638-670, 1989.
- BOYD, M.; NOWAK, J. Social networks and international migration. **An introduction to international migration studies. European perspectives**, p. 77-103, 2012.

BRASIL. Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, 2009.

BRONFENBRENNER, K. **Global unions: Challenging transnational capital through cross-border campaigns**. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

BRYCESON, D.; VUORELA, U. **The transnational family: New European frontiers and global networks**. Oxford: Berg, 2002.

BUENAVISTA, S.; PALOMARES, F. The role of exotic mammals in the diet of native carnivores from South America. **Mammal review**, v. 48, n. 1, p. 37–47, 2018.

BULMER, M. **The Chicago school of sociology: Institutionalization, diversity, and the rise of sociological research**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

BURAWOY, M.; BLUM, J. A.; GEORGE, S.; GILLE, Z.; GOWAN, T.; HANEY, L.; KLAWITER, M.; LOPEZ, S. H.; RIAIN, S. Ó.; THAYER, M. **Global Ethnography in a Postmodern World**. Berkeley: University of California Press, 2000.

CAIRNCROSS, F. **The death of distance: How the communications revolution will change our lives**. Cambridge: Harvard Business School Press, 2001.

CAJÍAS, M. El movimiento minero y la democracia: el derrumbe del sindicalismo revolucionario. In: CAJÍAS, D. et al. (Eds.). **Visiones de fin de siglo: Bolivia y América Latina en el siglo XX**. Paris: Institut français d'études andines, 2001. p. 629–655.

CANAVIRE-BACARREZA, G.; RIOS-AVILA, F. On the Determinants of Changes in Wage Inequality in Urban Bolivia. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 18, n. 4, p. 464–496, 2017.

CANDEA, M. Arbitrary locations: in defence of the bounded field-site. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 13, n. 1, p. 167–184, 2007.

CARLING, J. **The human dynamics of transnationalism: asymmetries of solidarity and frustration**. En: Migration and Development, Nueva York, 2005.

CARPENEDO, M.; NARDI, H. Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. **Cadernos Pagu**, n. 49, p. 80–114, 2017.

CARRASCO, C. La economía del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes. **Revista de economía crítica**, v. 11, 2011.

CARVAJAL, R. N.; ROJAS, C. A. F. Efectos de las remesas internacionales en Bolivia. In: CHOQUE, M. del C. et al. (Eds.). **En busca de oportunidades: Clases medias y movilidad social**. La Paz: PNUD Bolivia, 2011. p. 147–193.

CASTEL, R. From dangerousness to risk. En: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Eds.). **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 281-298.

CASTEL, R. **From Manual Workers to Wage Laborers: The Transformation of the Social Question**. New Brunswick: Transaction, 2003.

CASTELLANOS, P. C. **Mujeres migrantes de América Latina y el Caribe: derechos humanos, mitos y duras realidades**. Nueva York: United Nations Publications, 2006.

CASTELLS, M. **La era de la información: economía, sociedad y cultura. Volume I: La Sociedad Red**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

CASTELLS, M. **La era de la información: economía, sociedad y cultura. Volume II: El poder de la Identidad**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

CASTLES, F. G.; MITCHELL, D. Worlds of welfare and families of nations. En: CASTLES, F. G. (Ed.). **Families of nations: Patterns of public policy in western democracies**. Aldershot: Dartmouth, 1993.

CASTLES, S. Migration und Community Formation under Conditions of Globalization. **International Migration Review**, v. 36, n. 4, p. 1143-1168, 2002.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. 4. ed. Nueva York: The Guilford Press, 2009.

CASTLES, S.; OZKUL, D.; CUBAS, M. **Social transformation and migration: National and local experiences in South Korea, Turkey, Mexico and Australia**. Nueva York: Springer, 2015.

CENTELLAS, M. Bolivia's New Multicultural Constitution: The 2009 Constitution in Historical and Comparative Perspective. In: EISENSTADT, T. et al. (Eds.). **Latin America's Multicultural Movements: The Struggle Between communitarianism, autonomy and human rights**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 88-110.

CEPAL. COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La matriz de la desigualdad social en América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 2016.

CERNY, P. G. Paradoxes of the Competition State: The Dynamics of Political Globalization. **Government and Opposition**, v. 32, n. 02, p. 251-274, 1997.

CERRUTI, M.; MAGUID, A. **Familias divididas y cadenas globales de cuidado: la migración sudamericana a España**. Santiago de Chile: Cepal, 2010.

CERRUTTI, M. S.; MAGUID, A. **Familias divididas y cadenas globales de cuidado**. Santiago de Chile: Cepal, 2010.

CHAISON, G. **The Unions' Response to Globalization**. Nueva York: Springer, 2014.

CHAMBERLAYNE, P.; BORNAT, J.; APITZSCH, U. **Biographical Methods and Professional and Practice. An international Perspective.** Londres: Policy Press, 2004.

CHAMBERLAYNE, P.; BORNAT, J.; WENGRAF, T. (Eds.). **The Turn to Biographical.** Londres: Routledge, 2000.

CHEAH, P.; ROBBINS, B.; OTHERS. **Cosmopolitics: Thinking and feeling beyond the nation.** Minneapolis: U of Minnesota Press, 1998. v. 14.

CLIFFORD, J. **Routes: Travel and Translation In the Late Twentieth Century.** Cambridge: Harvard University Press, 1997.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. **Writing culture: The poetics and politics of ethnography.** Oakland: University of California Press, 1986.

COGO, D. **Latino-americanos em diáspora: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais.** Rio de Janeiro: Tribia, 2012.

COLEMAN, S.; VON HELLERMANN, P. (Eds.). **Multi-sited ethnography: Problems and possibilities in the translocation of research methods.** Londres: Routledge, 2011. v. 3.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider withEn: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** Nueva York: Routledge, 2002.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Ethnography on an Awkward Scale. **Ethnography**, v. 4, n. 2, p. 147-179, 2003.

COMELIN, A.; LEIVA, S. Cadenas globales de cuidado entre Chile y Bolivia y migración circular. En: BERRÍOS, J.; BORTOLOTTI, I. (Eds.). **Interculturalidad y movilidad humana.** Santiago de Chile: Fundación Scalabrini/INCAMI, 2017. p. 181.

CONNELL, R. **Southern theory: The global dynamics of knowledge in social science.** Crows Nest: Allen & Unwin, 2007.

CORTES, G. **L'accès aux ressources foncières, enjeu de l'émigration rurale andine. Essai de lecture systémique à partir de l'exemple bolivien.** Poitiers: Université de Poitiers, 2002.

CORTES, G. Migraciones, construcciones transnacionales y prácticas de circulación. Un enfoque desde el territorio. **Párrafos geográficos**, v. 8, n. 1, p. 35-53, 2009.

CORTES, G. **Partir pour rester: Survie et mutations de sociétés paysannes andines (Bolivie).** Paris: IRD Editions, 2000.

COSMÓPOLIS SÃO PAULO. **Imigrantes em São Paulo Diagnóstico do Atendimento à População Imigrante no Município e Perfil dos Imigrantes Usuários de Serviços**

Públicos. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais – Universidade de São Paulo, 2017.

COURTIS, C.; LIGUORI, G.; CERRUTTI, M. S. **Migración y salud en zonas fronterizas: el Estado Plurinacional de Bolivia y la Argentina.** Santiago de Chile: CEPAL, 2010.

COVELLO, V. T.; JOHNSON, B. Introduction: the social and cultural construction of risk: Issues, Methods and Case Studies. En: JOHNSON, B.; COVELLO, V. T. (Eds.). **The social and cultural construction of risk: essays on risk selection and perception.** Boston: D. Reidel, 1987.

CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, n. 43, 1991.

CRESSWELL, T. Towards a politics of mobility. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 28, n. 1, p. 17-31, 2010.

CUSICANQUI. **Silvia Rivera Cusicanqui: Contra el colonialismo interno.** 2017. Disponible en: <<https://desinformemonos.org/silvia-rivera-cusicanqui-colonialismo-interno-2/>>.

CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. R. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos da metrópole**, n. 17, p. 119–133, 2007.

DAHINDEN, J. Transnationalism reloaded: the historical trajectory of a concept. **Ethnic and Racial Studies**, v. 40, n. 9, p. 1474-1485, 2017.

DALY, M.; LEWIS, J. The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states. **The British journal of sociology**, v. 51, n. 2, p. 281-298, 2000.

DANDLER, J.; MEDEIROS, C. **Migración temporaria de Cochabamba, Bolivia, a la Argentina: Patrones e impacto en las áreas de envío.** Cochabamba: CERES, 1985.

DAUSIEN, B. „Geschlechtsspezifische Sozialisation “—Konstruktiv (istisch) e Ideen zu Karriere und Kritik eines Konzepts. **Erkenntnisprojekt Geschlecht.** Nueva York: Springer, 1999. p. 216-246.

DAVIS, A. I Used to Be your Sweet Mama. Ideología, sexualidad y domesticidad. En: JABARDO, M. (Ed.). **Feminismos negros, una antología.** Madrid: Traficantes de sueños, 2012. p. 135-185.

DE GENOVA, N. Movimientos migratorios contemporáneos: entre el control fronterizo y la producción de su ilegalidad. Un diálogo con Nicholas De Genova. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, n. 58, p. 153, 2017.

DE GENOVA, N.; MEZZADRA, S.; PICKLES, J. New keywords: Migration and borders. **Cultural studies**, v. 29, n. 1, p. 55-87, 2015.

DE GUCHTENEIRE, P.; PÉCOUD, A. The UN convention on migrant workers' rights. **Migration and Human Rights**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 1-44.

DE HAAS, H. Migration and development: A theoretical perspective. **COMCAD Arbeitspapier**, v. 44, n. 29, p. 1-82, 2010.

DE LA TORRE, L. Más notas sobre el retorno cíclico boliviano. Control y libertad en los proyectos de movilidad entre España y Bolivia. In: SOLÉ, C.; PARELLA, S.; PETROFF, A. (Eds.). “**Las migraciones bolivianas en la encrucijada interdisciplinar: evolución, cambios y tendencias**”. Barcelona: Cer-M/UAB, 2014. p. 127–153.

DE LA TORRE, L. No llores, prenda, pronto volveré. Migración, movilidad social herida familiar y desarrollo. **La Paz: PIEB, IFEA, UCB**, 2006.

DE LA TORRE, L.; ARAMAYO, Y. A. **La cheqanchada: Caminos y sendas de desarrollo en los municipios migrantes de Arbieta y Toco**. La Paz: PIEB, 2007.

DE OLIVEIRA, M. O tema da imigração na sociologia clássica. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 1, 2014.

DEACON, B. **Global social policy: International organizations and the future of welfare**. Londres: Sage, 1997.

DEACON, B.; STUBBS, P. Global social policy studies: Conceptual and analytical reflections. **Global Social Policy**, v. 13, n. 1, p. 5-23, 2013.

DEFRANCE, S. D. Diet and provisioning in the high Andes: A Spanish colonial settlement on the outskirts of Potosí, Bolivia. **International Journal of Historical Archaeology**, v. 7, p. 99–125, 2003.

DESCHASAUX, M. et al. Depicting the composition of gut microbiota in a population with varied ethnic origins but shared geography. **Nature Medicine**, 2018.

DEVEREUX, S.; SABATES-WHEELER, R. **Transformative social protection**. Brighton: IDS, 2004.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. **Dealing in virtue: International commercial arbitration and the construction of a transnational legal order**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

DOBBS, E.; LEVITT, P. The missing link? The role of sub-national governance in transnational social protections. **Oxford Development Studies**, v. 45, n. 1, p. 47-63, 2017.

DOBBS, E.; LEVITT, P.; PARELLA, S.; PETROFF, A. Social welfare grey zones: how and why subnational actors provide when nations do not? **Journal of Ethnic and Migration Studies**, p. 1-18, 2018.

DONNAN, H.; WILSON, T. M. **Borderlands: Ethnographic approaches to security, power, and identity**. Lanham: University Press of America, 2010.

DOS SANTOS VASCONCELOS, I. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. **REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 26, n. 53, p. 135-151, 2018.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risk and culture: An essay on the selection of technical and environmental dangers**. Berkeley: University of California Press, 1982.

DREBY, J. Honor and virtue: Mexican parenting in the transnational context. **Gender & Society**, v. 20, n. 1, p. 32-59, 2006.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBET, F. **La experiencia sociológica**. Barcelona: Gedisa editorial, 2011.

DUBET, F. Why Remain Classical? **European journal of social theory**, v. 10, n. 2, p. 247-260, 2007. DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. **¿En qué sociedad vivimos?** Buenos Aires: Editorial Losada, 1999.

DUMIT, J. **Drugs for life: How Pharmaceutical Companies Define Our Health**. Durham: Duke University Press, 2012.

DURKHEIM, E. **Lecciones de sociología: física de las costumbres y del derecho**. Buenos Aires: Shapire, 1966.

DÜVELL, F. (Ed.). **Illegal Immigration in Europe Beyond Control?** Nueva York: Springer, 2005. EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. **Global woman: Nannies, maids, and sex workers in the new economy**. Londres: Macmillan, 2003.

ELLIOTT, A.; URRY, J. **Mobile lives**. Nueva York: Routledge, 2010.

ELLIOTT, E.; PAYNE, J.; PLOESCH, P. **Global migration, social change, and cultural transformation**. Nueva York: Springer, 2007.

ESCRIVÁ, Á. ¿Empleadas de por vida?: Peruanas en el servicio doméstico de Barcelona. **Papers: revista de sociología**, n. 60, p. 327-342, 2000.

ESPING-ANDERSEN, G. **Social Foundations of Postindustrial Economies**. Nueva York: Oxford University Press, 1999.

ESPING-ANDERSEN, G. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 1990.

ESPING-ANDERSEN, G. **Welfare states in transition: National adaptations in global economies**. Londres: Sage, 1996.

FAIST, T. “ We are all Transnationals now ”: **The Relevance of Transnationality for Understanding Social Inequalities. SFB 882 Working Paper Series, 25: From Heterogeneities to Inequalities.** Bielefeld: Universität Bielefeld, 2014.

FAIST, T. Boundaries of welfare states: immigrants and social rights on the national and supranational level. En: MILES, R.; THRÄNHARDT, D. (Eds.). **Migration and European integration : the dynamics of inclusion and exclusion.** Londres: Pinter Publishers, 1995. p. 177-195.

FAIST, T. Migración y teorías de la ciudadanía. En: MATEOS, P. (Ed.). **Ciudadanía múltiple y migración: perspectivas latinoamericanas.** México, D.F.: CIDE- CIESAS, 2015.

FAIST, T. Migrants as Transnational Development of the Migration – Development Nexus. **Population, Space and Place**, v. 14, n. 1, p. 21-42, 2008.

FAIST, T. On the transnational social question: How social inequalities are reproduced in Europe. **Journal of European Social Policy**, v. 24, n. 3, p. 207-222, 2014.

FAIST, T. Social Citizenship in the European Union: Nested Membership. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, v. 39, n. 1, p. 37-58, 2001.

FAIST, T. The crucial meso level. En: MARTINIELLO, M.; RATH, J. (Eds.). **Selected studies in international migration and immigrant incorporation.** Amsterdam: AUP Amsterdam, 2010. v. 1. p. 59-90.

FAIST, T. The mobility turn: A new paradigm for the social sciences? **Ethnic and Racial Studies**, v. 36, n. 11, p. 1637-1646, 2013.

FAIST, T. **The transnationalized Social Question.** Oxford: Oxford University Press, 2019.

FAIST, T. The transnational social question: Social rights and citizenship in a global context. **International Sociology**, v. 24, n. 1, p. 7-35, 2009.

FAIST, T. **The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

FAIST, T. Toward a Transnational Methodology: Methods to Address Methodological Nationalism, Essentialism, and Positionality. **Revue Européenne des migrations internationales**, v. 28, n. 1, p. 51-70, 2012.

FAIST, T. Towards a political sociology of transnationalization. The state of the art in migration research. **Archives Européennes de Sociologie**, v. 45, n. 3, p. 331-366, 2004.

FAIST, T. Towards transnational studies: World theories, transnationalisation and changing institutions. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 36, n. 10, p. 1665-1687, 2010.

- FAIST, T. **Transnational social protection: An emerging field of study**, n° 113. Bielefeld: COMCAD - Center on Migration, Citizenship and Development., 2013.
- FAIST, T.; AKSAKAL, M.; SCHMIDT, K. Migration and social transformation. En: VIHALEMM, P.; MASSO, A.; OPERMANN, S. (Eds.). **The Routledge International Handbook of European Social Transformation**. Londres: Routledge, 2017.
- FAIST, T.; BILECEN, B.; BARGLOWSKI, K.; SIENKIEWICZ, J. J. Transnational social protection: migrants' strategies and patterns of inequalities. **Population, Space and Place**, v. 21, n. 3, p. 193-202, 2015.
- FAIST, T.; FAUSER, M.; KIVISTO, P. **The migration-development nexus: a transnational perspective**. Nueva York: Springer, 2011.
- FAIST, T.; GERDES, J. Dual Citizenship in an Age of Mobility. **Transatlantic Council on Migration**, p. 1-21, 2008.
- FAIST, Thomas. **“We are all Transnationals now”: The Relevance of Transnationality for Understanding Social Inequalities**. SFB 882 Working Paper Series, 25: From Heterogeneities to Inequalities. Bielefeld: Universität Bielefeld, 2014.
- FALZON, M.-A. Introduction: Multi-sited ethnography: Theory, praxis and locality in contemporary research. **Multi-sited ethnography**. Londres: Routledge, 2009. p. 15-38.
- FAWCETT, J. T.; ARNOLD, F. Explaining Diversity: Asian and Pacific Immigration Systems. **Center for Migration Studies, special issues**, v. 5, n. 3, p. 453-473, 1987.
- FELDMAN, G. If ethnography is more than participant-observation, then relations are more than connections: The case for nonlocal ethnography in a world of apparatuses. **Anthropological Theory**, v. 11, n. 4, p. 375-395, 2011.
- FELDMAN-BIANCO, B. Entre a “fortaleza” da Europa e os laços afetivos da “irmandade” luso-brasileira: um drama familiar em um só ato. **Trânsitos coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros**, p. 385-415, 2002.
- FERRERA, M. The 'Southern model' of welfare in social Europe. **Journal of European social policy**, v. 6, n. 1, p. 17-37, 1996.
- FERRER-GALLARDO, X.; ALBET-MAS, A. EU-Limboscapes: Ceuta and the proliferation of migrant detention spaces across the European Union. **European Urban and Regional Studies**, v. 23, n. 3, p. 527-530, 2016.
- FILGUEIRA, F. El nuevo modelo de prestaciones sociales en América Latina: eficiencia, residualismo y ciudadanía estratificada. **Ciudadanía y política social. Centroamérica en reestructuración**. San José y Nueva York: FLACSO / SSRC, 1998. p. 71-116.
- FITZGERALD, D. **A nation of emigrants: How Mexico manages its migration**. Berkeley: University of California Press, 2008.

- FITZGERALD, D. Ethnic and Racial Studies A comparativist manifesto for international migration studies. **Ethnic and Racial Studies**, v. 35, n. 10, p. 1725-1740, 2012.
- FITZGERALD, D. For 118 Million Mexicans": Emigrants and Chicanos in Mexican Politics. **Dilemmas of Political Change in Mexico**, p. 523-548, 2004.
- FITZGERALD, D. Towards a theoretical ethnography of migration. **Qualitative Sociology**, v. 29, n. 1, p. 1-24, 2006.
- FORSEY, M. G. Ethnography as participant listening. **Ethnography**, v. 11, n. 4, p. 558-572, 2010.
- FORTUN, K. Scaling and visualizing multi-sited ethnography. **Multi-Sited Ethnography**. Londres: Routledge, 2016. p. 87-100.
- FOUCAULT, M. Governmentality. En: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Eds.). **The Foucault effect: Studies in governmentality**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 87-104.
- FOURON, G.; GLICK SCHILLER, N. All in the Family: Gender, Transnational Migration, and the Nation-State. **Identities**, v. 7, n. 4, p. 539-582, 2001.
- FRANCISCO, E. Sustentando redes sociais, configurando outros espaços: tecnologias e famílias transnacionais em Governador Valadares. **Revista de História (UFBA)**, v. 3, n. 1, 2011.
- FRANQUEVILLE, A. **La Bolivie: d'un pillage à l'autre**. Toulouse: IRD, Presses Universitaires du Mirail, 2000.
- FRANZONI, J. **Domesticar la incertidumbre en América Latina: mercado laboral, política social y familias**. San José: Editorial UCR 2008, 2008.
- FRANZONI, J. M.; VOOREND, K. ¿Es posible (des) encadenar la desigualdad de género en América latina? **Documentos de Trabajo (Fundación Carolina)**, n. 32, p. 143-152, 2009.
- FRASER, N. Contradictions of Capital and Care. **New Left Review**, v. 100, n. Jul-Aug, p. 99-117, 2016. FRASER, N. **Escalas de justicia**. Barcelona: Herder Editorial, 2008. v. 42.
- FRASER, N.; GORDON, L. «Dependency» demystified: Inscriptions of power in a keyword of the welfare state. **Social Politics**, v. 1, n. 1, p. 4-31, 1994a.
- FRASIER, N.; GORDON, L. Civil Citizenship against Social Citizenship. En: STEENBERGEN, B. Van (Ed.). **The Condition of Citizenship**. Londres: Sage, p. 90-107, 1994b.
- FREITAS, P. T. De. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção – em busca de um paradigma analítico alternativo. In: BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. p. 155–178.

FREITAS, P. T. **Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo.** 2009. Tesis de doctorado, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

FREITAS, P.; BAENINGER, R. Cidade e imigração – Origens e territórios da imigração boliviana e coreana para a cidade de São Paulo. In: **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais.** Campinas: Nepo/Unicamp, 2010. p. 277–297.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: Formação da Família sob o Regime de Economia Patriarcal.** Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FUENTES GUTIÉRREZ, V. M.; AGRELA ROMERO, B. Violencia institucional hacia las migrantes bolivianas: marianismo y restricción a la movilidad institucional. **Athenea digital: revista de pensamiento e investigación social**, v. 15, n. 4, p. 81-104, 2015.

FUERTE, C. V. **Universal Health Coverage Assessment: Bolivia.** 2016.

FUSSELL, E. Space, time, and volition: Dimensions of migration theory. En: ROSENBLUM, M. R.; TICHENOR, D. J. (Eds.). **Oxford Handbook of the Politics of International Migration.** Oxford: Oxford, 2012.

GAMBURD, M. R. **The kitchen spoon's handle: Transnationalism and Sri Lanka's migrant housemaids.** Ithaca: Cornell University Press, 2000.

GANE, N.; BACK, L. C. Wright Mills 50 Years On: The Promise and Craft of Sociology Revisited. **Theory, Culture & Society**, v. 29, n. 7-8, p. 399-421, 2012.

GAÑÁN, R. P.; MOLINA, A. N. Las abuelas de la migración. Cuidados, reciprocidad y relaciones de poder en la familia transnacional. **Migraciones. Publicación del Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones**, n. 41, p. 55-77, 2017.

GASCA ZAMORA, J. **Espacios transnacionales. Interacción, integración y fragmentación en la frontera México–Estados Unidos.** México D.F.: Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México., 2002.

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures.** Nueva York: Basic books, 1973.

GENSCHEL, P.; SEELKOPF, L. The Competition State The Modern State in a Global Economy. En: LEIBFRIED, S.; HUBER, E.; LANGE, M.; LEVY, J. D.; STEPHENS, J. D. (Eds.). **The Oxford Handbook of Transformations of the State.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

GEORGES, E. **The making of a transnational community: migration, development, and cultural change in the Dominican Republic.** Nueva York: Columbia University Press, 1990.

GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: How U.S. retailers shape overseas production networks. En: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M.

(Eds.). **Commodity Chains and Global Capitalism**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 1994p. 95-122.

GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. **Commodity chains and global capitalism**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 1994.

GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M.; KORZENIEWICZ, R. P. Introduction. En: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Eds.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Praeger, 1994. p. 1-14.

GHORASHI, H. **Ways to survive, battles to wEn: Iranian women exiles in the Netherlands and the United States**. Hauppauge: Nova Publishers, 2003.

GIDDENS, A. **Consecuencias de la modernidad**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

GIDDENS, A. **O Mundo na Era da Globalização**. Barcarena: Editorial Presença, 2006.

GIDDENS, A. **The Constitution of the Society: outline of the Theory of Structuration**. Cambridge: Polity Press, 1984.

GIL ARAUJO, S. Políticas migratorias, género y vida familiar.: un estudio exploratorio del contexto español. 2010, Madrid: IEPALA, 2010. p. 81-92.

GIL ARAUJO, S.; PEDONE, C. Familias migrantes y estados: Vínculos entre Europa y América Latina. **Papeles del CEIC, International Journal on Collective Identity Research**, n. 2, p. 1, 2014.

GILL, S. Constitutionalizing inequality and the clash of globalizations. **International Studies Review**, v. 4, n. 2, p. 47-65, 2002.

GILL, S. **Power and Resistance in the New World Order**. Nueva York: Palgrave Macmillan, 2008.

GILPIN, R. **The Challenge of Global Capitalism. The World Economy in the 21st Century**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

GIORGIS, M. "Y hasta los santos se trajeron. La Fiesta de la Virgen de Urkupiña en el boliviano Gran Córdoba". 1998. Tesis de Maestría, Programa de Postgrado en Antropología Social, Universidad Nacional de Misiones, Posadas, Argentina, 1998.

GIOVANELLA, L.; ALMEIDA, P. F. De. Atenção primária integral e sistemas segmentados de saúde na América do Sul. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, 2017.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. Chicago: Aldine, 1967.

GLICK SCHILLER, N. A global perspective on transnational migration: Theorising migration without methodological nationalism. **Diaspora and Transnationalism: Concepts, Theories and Methods**, p. 109-130, 2010.

GLICK SCHILLER, N. Beyond the Nation-State and its Units of Analysis: Towards a New Research Agenda for Migration Studies. **Concepts and Methods in Migration Research. Conference Reader.**, p. 39-72, 2007.

GLICK SCHILLER, N. Explanatory frameworks in transnational migration studies: the missing multi-scalar global perspective. **Ethnic and Racial Studies**, v. 38, n. 13, p. 2275-2282, 2015.

GLICK SCHILLER, N. The transnational migration paradigm: Global perspectives on migration research. En: HALM, D.; SEZGIN, Z. (Eds.). **Migration and Organized Civil Society: Rethinking National Policy**. Londres: Routledge, 2013. p. 25-43.

GLICK SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC-SZANTON, C. Transnationalism: A new analytic framework for understanding migration. **Annals of the New York academy of sciences**, v. 645, n. 1, p. 1-24, 1992.

GLICK SCHILLER, N.; ÇAĞLAR, A. Towards a comparative theory of locality in migration studies: Migrant incorporation and city scale. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 35, n. 2, p. 177-202, 2009.

GLICK SCHILLER, N.; FAIST, T. (Eds.). **Migration, Development, and Transnationalization: A Critical Stance**. Nueva York: Berghahn, 2010.

GLICK SCHILLER, N.; FOURON, G. E. **Georges woke up laughing: Long-distance nationalism and the search for home**. Durham: Duke University Press, 2001.

GLICK SCHILLER, N.; LEVITT, P. Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society. **International Migration Review**, v. 38, n. 3, p. 1002-1039, 2004.

GLICK SCHILLER, N.; SALAZAR, N. B. Regimes of Mobility Across the Globe. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 39, n. 2, p. 183-200, 2013.

GOLDSTEIN, D. M. Performing National Culture in a Bolivian Migrant Community. **Ethnology**, v. 37, n. 2, p. 117-132, 1998.

GONZÁLVEZ, H. Los cuidados en la migración transnacional. **SUR**, n. 24, 2016.

GOODMAN, R.; PENG, I. The East Asian welfare states: Peripatetic learning, adaptive change, and nation-building. En: ESPING-ANDERSEN, G. **Welfare states in transition: National adaptations in global economies**. Londres: Sage, 1996, p. 192-224.

GORNICK, J. C.; MEYERS, M. K.; ROSS, K. E. Supporting the employment of mothers: Policy variation across fourteen welfare states. **Journal of European social policy**, v. 7, n. 1, p. 45-70, 1997.

GOUGH, I.; WOOD, G. (EDS.). **Insecurity and welfare regimes in Asia, Africa and Latin America: Social policy in development contexts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

- GREGORIO GIL, C. **Migración femenina: su impacto en las relaciones de género**. Madrid: Narcea Ediciones, 1998. v. 10.
- GUARNIZO, L. E. The Economics of Transnational Living 1. **International migration review**, v. 37, n. 3, p. 666-699, 2003.
- GUAYGUA, G. (ED.). **La familia transnacional. Cambios en las relaciones sociales y familiares de migrantes de El Alto y La Paz a España**. La Paz: PIEB, 2010.
- GUPTA, A.; FERGUSON, J. **Anthropological locations: Boundaries and grounds of a field science**. Oakland: University of California Press, 1997.
- GUPTA, A.; FERGUSON, J. Beyond "Culture": Space, Identity, and the Politics of Difference. **Cultural Anthropology**, n. 7, p. 6-23, 1992.
- GUSTAVSON, L. C.; CYTRYNBAUM, J. D. Illuminating Spaces: Relational Spaces, Complicity, and Multisited Ethnography. **Field Methods**, v. 15, n. 3, p. 252-270, 2003.
- HAGE, G. A not so multi-sited ethnography of a not so imagined community. **Anthropological Theory**, v. 5, n. 4, p. 463-475, 2005.
- HALL, S. When was the «Post-colonial?»: Thinking at the Limit. En: CHAMBERS, I.; CURTI, L. (Eds.). **The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons**. Londres: Routledge, 1996. p. 242-260.
- HAMMAR, T. **Democracy and the nation state: Aliens, denizens, and citizens in a world of international migration**. Surrey: Gower Publishing Company, 1990.
- HANNERTZ, U. **Transnational Connections: Culture, People, Places**. Londres: Routledge, 1996. HANNERZ, U. Being there... and there... and there! **Ethnography**, v. 4, n. 2, p. 201-216, 2003.
- HANNERZ, U. Being there... and there... and there!: Reflections on Multi-Site Ethnography. **Ethnography**, v. 4, n. 2, p. 201-216, 2003.
- HANNERZ, U. **Conexiones transnacionales: cultura, gente, lugares**. Valencia: Universitat de Valencia, 1998. v. 13.
- HANNERZ, U. Transnational research. En: BERNARD, H. R. (Ed.). **Handbook of Methods in Cultural Anthropology**. Altamira ed. Walnut Creek. p. 235-258.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. **The American economic review**, v. 60, n. 1, p. 126-142, 1970.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- HARVEY, D. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

- HEDSTRÖM, P.; YLIKOSKI, P. Causal mechanisms in the social sciences. **Annual review of sociology**, v. 36, p. 49-67, 2010.
- HELD, D. **Democracy and the global order: From the modern state to cosmopolitan governance**. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- HELD, D.; MCGREW, A. (Eds.). **The global transformations reader**. Cambridge: Polity Press, 2000. v. 13.
- HELD, D.; MCGREW, A.; GOLDBLATT, D.; PERRATON, J. **Global Transformations: Politics, Economics and Culture**. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- HERNÁNDEZ, I. L.; BACA, N. T. El trabajo de cuidado como elemento constitutivo de las comunidades transnacionales en la migración México-EU. **Si Somos Americanos**, v. 16, n. 2, p. 101-126, 2016.
- HERRERA, G. Cuidados globalizados y desigualdad social: Reflexiones sobre la feminización de la migración andina. **Nueva Sociedad**, v. 233, p. 87-97, 2011.
- HERRERA, G. Elementos para una comprensión de las familias transnacionales desde la experiencia migratoria del Sur del Ecuador. **Migraciones: Un juego con cartas marcadas**. Quito: ILDIS-Abya Yala, 2004.
- HERRERA, G. Gender and international migration: Contributions and cross-fertilizations. **Annual Review of Sociology**, v. 39, p. 471-489, 2013.
- HERRERA, G. Políticas migratorias y familias transnacionales: migración ecuatoriana en España y Estados Unidos. 2008, Quito: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Sede Ecuador, 2008. p. 71-86.
- HERRERA, G. Repensar el cuidado a través de la migración internacional: mercado laboral, Estado y familias transnacionales en Ecuador. **Cuadernos de Relaciones Laborales**, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2012.
- HERRERA, V. R.; GRIJALVA, D. P. Políticas públicas para la población ecuatoriana migrante: ¿hacia una protección social transnacional? **GIGAPP Estudios Working Papers**, v. 4, n. 66-71, p. 255-272, 2017.
- HEYMAN, J. Construcción y uso de tipologías: movilidad geográfica en la frontera México-Estados Unidos. En: ARIZA, M.; VELASCO, L. (Eds.). **Métodos cualitativos y su aplicación empírica, por los caminos de la investigación sobre migración internacional**. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Sociales-UNAM y Colegio de la Frontera Norte, 2012. p. 419-454.
- HINOJOSA, A. **“Bolivia for export”**, **Temas de debate 6**. La Paz: PIEB, 2006.
- HINOJOSA, A. **Buscando la vida: Familias bolivianas transnacionales en España**. La Paz: Fundación PIEB, CLACSO, 2009.

- HIRST, P.; THOMPSON, G.; BROMLEY, S. **Globalization in question: the international economy and the possibilities of governance**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2015
- HOCHSCHILD, A. Global Care Chains and Emotion Surplus Value,(w:) W. Hutton, A. Giddens (red.). **On the Edge: Living with Global Capitalism**, 2000.
- HOCHSCHILD, A. R. Global care chains and emotional surplus value. En: HUTTON, W.; GIDDENS, A. (Eds.). **On the edge: Living with global capitalism**. Londres: Jonathan Cape, 2000. p. 130-146.
- HOCHSCHILD, A. R. **The commercialization of intimate life: Notes from home and work**. Oakland: Univ of California Press, 2003.
- HOLMES, S. **Fresh fruit, broken bodies: Migrant farmworkers in the United States**. Oakland: University of California Press, 2013. v. 27.
- HONDAGNEU-SOTELO, P. **Domestica. Berkeley**. Orakland: University of California Press, 2001
- HONDAGNEU-SOTELO, P. **Gendered transitions: Mexican experiences of immigration**. Oakland: Univ of California Press, 1994.
- HONDAGNEU-SOTELO, P. Introduction: Gender and Contemporary U.S. Immigration. **American Behavioral Scientist**, v. 42, n. 4, p. 565-576, 1999.
- HONDAGNEU-SOTELO, P.; AVILA, E. "I'm here, but I'm there" the meanings of Latina transnational motherhood. **Gender & Society**, v. 11, n. 5, p. 548-571, 1997.
- HONNETH, A. **El derecho de la libertad: esbozo de una éticidad democrática**. Buenos Aires: Katz Editores, 2014.
- hooks, B. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. **Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras**, p. 33-50, 2004.
- HUBER, E.; STEPHENS, J. D. **Democracy and the left: social policy and inequality in Latin America**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.
- HUDSON, R. A.; HANRATTY, D. M. **Bolivia: A country study**. In: 1989, Washington. Washington: Federal Research Division, Library of Congress, 1989.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo de 2010**, IBGE, 2010.
- INE ESPAÑA. **Censo 2010**, Instituto Nacional de Estadística, 2010.
- INE ESPAÑA. **Estadística del Padrón continuo**, Instituto Nacional de Estadística - INE, 2019.

INSA. **Instituto del Seguro Agrario**. 2018. Disponible em: <<https://www.insa.gob.bo/>>.

INSTITUTO DE SALUD GLOBAL - BARCELONA. **ISGLOBAL**. Disponible em: <www.isglobal.org>.

IOÉ; FERNÁNDEZ, M. **Encuesta Nacional de Inmigrantes 2007: el mercado de trabajo y las redes sociales de los inmigrantes**. Madrid: Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2010.

IOSIFIDES, T.; SPORTON, D. Editorial: Biographical methods in migration research. **Migration Letters**, v. 6, n. 2, p. 101-108, 2009.

ISAKSEN, L. W.; DEVI, S. U.; HOCHSCHILD, A. R. Global care crisis: a problem of capital, care chain, or commons? **American Behavioral Scientist**, v. 52, n. 3, p. 405-425, 2008.

ISHAY, M. **The human rights reader: major political essays, speeches, and documents from ancient times to the present**. Nueva York: Routledge, 2007.

ISOTALO, R. Politicizing the transnational: on implications for migrants, refugees, and scholarship. **Social Analysis**, v. 53, n. 3, p. 60-84, 2009.

JAKSIC, F. M. et al. Invaders without frontiers: cross-border invasions of exotic mammals. **Biological Invasions**, v. 4, n. 1-2, p. 157-173, 2002.

JANSEN, Y.; CELIKATES, R.; BLOOIS, J. de (Eds.). **The Irregularization of Migration in Contemporary Europe: Detention, Deportation, Drowning**. Londres: Rowman & Littlefield International, 2015.

JEMIO, L. C. W. **Desafíos del sistema educativo boliviano. Development Research Working Paper Series, No. 09/2014**. La Paz.

JOHNSON, C. H.; TEUSCHER, S.; SABEAN, D. W. **Transregional and transnational families in Europe and beyond: experiences since the Middle Ages**. Nueva York: Berghahn Books, 2011.

JONES, R. C. Migration and Family Happiness in Bolivia: Does Social Disintegration Negate Economic Well-being? **International Migration**, v. 52, n. 3, p. 177-193, 2014.

JONES, R. C.; DE LA TORRE, L. Endurance of transnationalism in Bolivia's Valle Alto. **Migration Letters**, v. 6, n. 1, p. 63, 2009.

JOSEPH, G. M.; ROSENBERG, E. S. **From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500--2000**. Durham: Duke University Press, 2006.

KANTER, R. M. **World class**. Nueva York: Simon and Schuster, 1997.

KAUFMANN, J.-C. **L'entretien compréhensif**. Paris: Armand Colin, 2011.

- KAUFMANN, V.; BERGMAN, M. M.; JOYE, D. Motility: mobility as capital. **International journal of urban and regional research**, v. 28, n. 4, p. 745-756, 2004.
- KEMSHALL, H. **Risk, social policy and social welfare**. Buckingham: Open University Press, 2002
- KILKEY, M.; BRADSHAW, J. Lone Mothers, Economic Well-Being, and Policies. En: SAINSBURY, D. (Ed.). **Gender and welfare state regimes**. Oxford: Oxford, 1999. p. 147-184.
- KILKEY, M.; MERLA, L. Situating transnational families' care-giving arrangements: the role of institutional contexts. **Global Networks**, v. 14, n. 2, p. 210-229, 2014.
- KING, R. Context-Based Qualitative Research and Multi-sited Migration Studies in Europe. En: ZAPATA-BARRERO, R.; YALAZ, E. (Eds.). **Qualitative Research in European Migration Studies**. Cham: Springer, 2018. p. 35-56.
- KING, R. Theories and typologies of migration: An overview and a primer. **Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations**, v. 3/12, n. February, p. 1-43, 2012.
- KIYOSAKI, R. T.; LECHTE, S. L. **Papá Rico Papá Pobre: Lo que enseñan los ricos a sus hijos sobre el dinero -- ; que los pobres y la clase media no hacen!** Nueva York: Warner Books, 2003.
- KOFMAN, E.; RAGHURAM, P. The Implications of Migration for Gender and Care Regimes in the South. En: HUJO, K.; PIPER, N. (Eds.). **South-South Migration: Implications for Social Policy and Development**. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2010. p. 46-83.
- KOFMAN, E.; YOUNGS, G. **Globalization: Theory and practice**. Londres: A&C Black, 2008. KORPI, W.; PALME, J. The paradox of redistribution and strategies of equality: Welfare state institutions, inequality, and poverty in the Western countries. **American sociological review**, p. 661-687, 1998.
- KRISTMUNDSDOTTIR, S. D. Far from the Trobriands? Biography as field. **Locating the field: Space, place and context in anthropology**, v. 42, p. 163, 2006. KYMLICKA, W. **Multicultural citizenship: A liberal theory of minority rights**. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- LACERDA, J. B. de. Sur le métis au Brésil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, n. 1, p. 225-242, 2011.
- LACROIX, T. Conceptualizing transnational engagements: A structure and agency perspective on (hometown) transnationalism. **International Migration Review**, v. 48, n. 3, p. 643-679, 2014.
- LAFLEUR, J. Transnacionalismo, Diáspora y Voto En El Exterior. In: LAFLEUR, J. (Ed.). **Diáspora y voto en el exterior**. Barcelona: CIDOB, 2012. p. 151-178.

- LAFLEUR, J.-M.; LIZIN, O. Transnational Health Insurance Schemes: A New Avenue for Congolese Immigrants in Belgium to Care for Their Relatives' Health from Abroad? **TSI Working Paper Series**, n. 3, 2015.
- LAGOMARSINO, F.; CASTELLANI, S. The unseen protagonists. Ecuadorians' daughters between Ecuador and Southern Europe. **Social Identities**, v. 22, n. 3, p. 291-306, 2016.
- LAMBA-NIEVES, D. Hometown associations. En: NESS, I. (Ed.). **Encyclopedia of global human migration**. Nueva York: Wiley, 2013.
- LANDOLT, P. Modernidad tardía y migración transnacional: reflexiones conceptuales desde el caso de El Salvador. **Colombia: Migraciones, transnacionalismo y desplazamiento**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.
- LAPEGNA, P. Ethnographers of the world...united? Current debates on the ethnographic study of "globalization". **Journal of World-Systems Research**, v. XV, n. 1, p. 3-24, 2009.
- LAPOUJADE, M. N. Life Imaginaries in Gaseous Societies. **Human Arenas**, 2018.
- LASH, S.; LURY, C. **Global culture industry: The mediation of things**. Hoboken: Wiley, 2007. v. 403.
- LATOUR, B. **We have never been modern**. Cambridge: Harvard university press, 2012.
- LAZARIDIS, G. **Security, insecurity and migration in Europe**. Nueva York: Routledge, 2016.
- LEDO, C. Múltiples arreglos del hogar transnacional en la ciudad de Cochabamba. **CIDOB d'Afers Internacionals**, v. 106-107, p. 105-128, 2014.
- LEDO, C.; SORIA, R. Sistema de salud de Bolivia. **Salud Publica de Mexico**, v. 53, p. 109-119, 2011.
- LEDO, C.; YEPEZ, I.; LAFLEUR, J.-M. El impacto de las migraciones cochabambinas en el marco de las transformaciones globales de las migraciones. In: SOLÉ, C.; PARELLA, S.; PETROFF, A. (Eds.). **Las migraciones bolivianas en la encrucijada interdisciplinar: evolución, cambios y tendencias**. Barcelona: Cer-M/UAB, 2014. p. 30-54.
- LEE, E. S. A theory of migration. **Demography**, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.
- LEE, J.; INGOLD, T. Fieldwork on foot: Perceiving, routing, socializing. **Locating the field: Space, place and context in anthropology**, v. 42, p. 67, 2006.
- LEIBFRIED, S. Towards a European welfare state? On Integrating Poverty Regimes into the European Community. En: FERGE, Z.; KOLBERG, J. E. (Eds.). **New perspectives on the welfare state in Europe**. Nueva York: Routledge, 2002. p. 128-151.
- LEIVA, S. Organización social del cuidado en Bolivia y Chile: Estado y ciudadanía. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, n. 28, p. 61-81, 2015.

- LEVITT, P. Social Remittances: Migration Driven Local-Level Forms of Cultural Diffusion. **International Migration Review**, v. 32, n. 4, p. 926-948, 1998.
- LEVITT, P. **The transnational villagers**. Oakland: University of California Press, 2001.
- LEVITT, P.; DE LA DEHESA, R. Rethinking “transnational migration and the re-definition of the state” or what to do about (semi-) permanent impermanence. **Ethnic and Racial Studies**, v. 40, n. 9, p. 1520-1526, 2017.
- LEVITT, P.; JAWORSKY, B. N. Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends. **Annual Review of Sociology**, v. 33, n. 1, p. 129-156, 2007.
- LEVITT, P.; KHAGRAM, S. Constructing transnational studies. **Rethinking transnationalism**. Londres: Routledge, 2008. p. 33-51.
- LEVITT, P.; LAMBA-NIEVES, D. Rethinking social remittances and the migration-development nexus from the perspective of time. **Migration Letters**, v. 10, n. 1, p. 11-22, 2013.
- LEVITT, P.; LAMBA-NIEVES, D. Social remittances revisited. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 37, n. 1, p. 1-22, 2011.
- LEVITT, P.; NYBERG-SØRENSEN, N. **The transnational turn in migration studies**. Geneva: Global Commission on International Migration (GCIM).
- LEVITT, P.; RAJARAM, N. Moving toward reform? Mobility, health, and development in the context of neoliberalism. **Migration Studies**, v. 1, n. 3, p. 338-362, 2013.
- LEVITT, P.; VITERNA, J.; MUELLER, A.; LLOYD, C. Transnational social protection: setting the agenda. **Oxford Development Studies**, v. 45, n. 1, p. 2-19, 2017.
- LEWIS, J. Gender and the development of welfare regimes. **Journal of European social policy**, v. 2, n. 3, p. 159-173, 1992.
- LEWIS, J. Gender and welfare regimes: further thoughts. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, v. 4, n. 2, p. 160-177, 1997.
- LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. **The manchester school**, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.
- LEVITT, P. Una mirada transnacional. **Autoctonía**, v. II, n. 1, p. 2-25, 2018.
- LIM, S.-L. “Loss of Connections Is Death” Transnational Family Ties Among Sudanese Refugee Families Resettling in the United States. **Journal of cross-cultural psychology**, v. 40, n. 6, p. 1028-1040, 2009.
- LIVERMAN, D. M. Conventions of climate change: constructions of danger and the dispossession of the atmosphere. **Journal of Historical Geography**, v. 35, n. 2, p. 279-296, 2009.

LUCAS, R. E. B.; STARK, O. Motivations to remit: Evidence from Botswana. **Journal of political Economy**, v. 93, n. 5, p. 901-918, 1985.

LUCHT, H. **Darkness before daybreak: African migrants living on the margins in Southern Italy today**. Oakland: University of California Press, 2011.

LUHMANN, N. Globalization or World society: How to conceive of modern society? **International Review of Sociology**, v. 7, n. 1, p. 67-79, 1997.

LUPTON, D. **Risk and sociocultural theory: New directions and perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

LUTZ, H. Care migration: The connectivity between care chains, care circulation and transnational social inequality. **Current Sociology**, v. 66, n. 4, p. 577-589, 2018.

MABOGUNJE, A. L. Systems approach to a theory of rural-urban migration. **Geographical analysis**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 1970.

MACHADO, I. J. de R. (Ed.). **Valadares em família: Experiências etnográficas e deslocamentos**. Brasília: Aba Publicações, 2014.

MACHADO, I. J. de R. Reordenações da casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 14, n. 1), p. 5-26, 2010.

MADIANOU, M. Ambient co-presence: Transnational family practices in polymedia environments. **Global Networks**, v. 16, n. 2, p. 183-201, 2016.

MADIANOU, M.; MILLER, D. Mobile phone parenting: Reconfiguring relationships between Filipina migrant mothers and their left-behind children. **New media & society**, v. 13, n. 3, p. 457-470, 2011.

MAHLER, S. J.; PESSAR, P. R. Gender matters: Ethnographers bring gender from the periphery toward the core of migration studies. **International migration review**, v. 40, n. 1, p. 27-63, 2006.

MALINOWSKI, B. **Los Argonautas del Pacífico Occidental**. Barcelona: Planeta-Agostini, 1973.

MANETTA, A. **Dinamica populacional, urbanização e ambiente na região fronteira de Corumbá**. 2009. Tesis de maestría, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, n. 1, p. 95-117, 1995.

MARCUS, G. E. **Ethnography through thick and thin**. Princeton: Princeton University Press, 1998. v. XXXIII.

MARCUS, G. E. Multi-sited Ethnography Five or Six Things I Know About it Now. En: COLEMAN, S.; VON HELLERMANN, P. (Eds.). **Multi-sited ethnography: Problems and possibilities in the translocation of research methods**. Nueva York: Routledge, 2011. p. 16-34.

MARCUS, G. E. Multi-sited Ethnography: Notes and Queries. En: FALZON, M.-A. (Ed.). **Multi-sited Ethnography Theory, Praxis and Locality in Contemporary Research**. Surrey: Ashgate, 2009. p. 181-196.

MARCUS, G. E. What is at stake - and is not - in the idea and practice of Multi-Sited Ethnography. **Canberra Anthropology**, v. 22, n. 2, p. 6-14, 1999.

MARCUS, G. E.; FISCHER, M. M. J. **A crisis of representation in the human sciences. Anthropology as cultural critique: An experimental moment in the human sciences**. Chicago: University of Chicago, 1986

MARSAL, J. F. **Hacer la América: Biografía de un emigrante**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1972. v. 67.

MARSHALL, T. H. **Citizenship and social class**. Cambridge: Cambridge, 1950.

MARTÍNEZ, J. Cambios y desafíos en la migración internacional. En: AYUSO, A.; PINYOL, G. (Eds.). **Inmigración latinoamericana en España. El estado de la investigación**. Barcelona: Fundación CIDOB, 2010. p. 69-92.

MARX, C.; ENGELS, F. **Manifiesto del partido comunista**. México, D.F.: Centro de estudios socialistas Carlos Marx, 2011.

MASSEY, D. **For Space**. Los Angeles: Sage, 2005. MASSEY, D. Politics and Space/Time. **New Left Review**, n. 196, p. 65, 1992.

MASSEY, D. Imagining globalization: power-geometries of time-space. En: BRAH, A.; HICKMAN, M. J.; GHAILL, M. M. (Eds.). **Global futures**. Londres: Palgrave Macmillan, 1999. p. 27-44.

MASSEY, D. S. ; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. **Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MASSEY, D. S. Economic development and international migration in comparative perspective. **The Population and Development Review**, p. 383-413, 1988.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Theories of international migration: A review and appraisal. **Population and development review**, p. 431-466, 1993.

MASSEY, D. **Space, Place, and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MAZZUCATO, V. Bridging boundaries with a transnational research approach: A simultaneous matched sample methodology. En: FALZON, M.-A. (Ed.). **Multi-sited ethnography: Theory, praxis and locality in contemporary research**. Surrey: Ashgate, 2009. p. 215-232.

MAZZUCATO, V. The Double Engagement: Transnationalism and Integration. Ghanaian Migrants' Lives Between Ghana and The Netherlands. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 34, n. 2, p. 199-216, 2008.

MBEMBE, A. Necropolitics. In: **Foucault in an Age of Terror**. Nueva York: Springer, 2008. p. 152-182.

MCKAY, D. **Global Filipinos: Migrants' lives in the virtual village**. Bloomington: Indiana University Press, 2012.

MENDOZA, E. S. G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, v. 7, n. 14, 2005.

MERLA, L. La circulación de cuidados en las familias transnacionales The circulation of care in transnational families. **CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 106, p. 85-104, 2014.

MERLA, L.; BALDASSAR, L. Locating transnational care circulation in migration and family studies. En: MERLA, L.; BALDASSAR, L. (Eds.). **Transnational families, migration and the circulation of care**. Nueva York: Routledge, 2014. p. 41-74.

MERLA, L.; BALDASSAR, L. Response: Special Review Symposium, Transnational Families, Migration and the Circulation of Care. **Papers: revista de sociología**, v. 101, n. 2, p. 275-284, 2016.

MERRILL, B.; WEST, L. **Using biographical methods in social research**. Thousand Oaks: Sage, 2009.

MESA-LAGO, C. **Changing social security in Latin America: toward alleviating the social costs of economic reform**. Boulder: Lynne Rienner, 1994.

MESTRES, A. J. et al. **The deadly effects of losing health insurance**. CRES-UPF Working Paper #201802-104, 2018. Barcelona: CRES-UPF.

MILANOVIC, B. **Worlds apart: Measuring international and global inequality**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

MILLS, C. W. **La Imaginación Sociológica**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1981.

MILLS, C. W. **The sociological imagination**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MOHANTY, C. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. En: NAVAZ, L. S.; HERNÁNDEZ, A. (Eds.). **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. Madrid: Cátedra, 2008. p. 112-161.

MOLANO, A.; ROBERT, E.; DOMÍNGUEZ, M. G. **Cadenas globales de cuidados: síntesis de resultados de nueve estudios en América Latina y España**. Santo Domingo: ONU Mujeres, 2012.

MORAWSKA, E. **For bread with butter: the life-worlds of East Central Europeans in Johnstown, Pennsylvania, 1890-1940**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MORAWSKA, E. Structuring migration: The case of Polish income-seeking travelers to the west. **Theory and Society**, v. 30, n. 1, p. 47-80, 2001.

MORET, J. Mobility capital: Somali migrants' trajectories of (im)mobilities and the negotiation of social inequalities across borders. **Geoforum**, n, p. 1-8, 2017.

MORGAN, D. H. J. **Family connections: An introduction to family studies**. Cambridge: Polity Press, 1996.

MTAS. **Anuario Estadístico de la Inmigración**. Madrid: Observatorio Permanente de la Inmigración, 2005.

MURRA, J. **La Organización Económica Del Estado Inca**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1987.

MURRA, J. V. **Formaciones económicas y políticas del mundo andino**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1975. PEDROZA, L.; PALOP, P.; HOFFMANN, B. **Políticas hacia Emigrantes en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: FLACSO-Chile, 2018.

MYERS, M. D. **Qualitative Research in Business & Management**. Londres: SAGE, 2009.

NADAI, E.; MAEDER, C. **Contours of the Field (s): Multi-sited Ethnography as a Theory-driven Research Strategy for Sociology**. Londres: Routledge, 2009.

NADAI, E.; MAEDER, C. Fuzzy Fields. Multi-Sited Ethnography in Sociological Research. **Forum: Qualitative Social Research**, v. 6, n. 3, p. Art.28, 2005.

NALDINI, M.; JURADO, T. Family and welfare state reorientation in Spain and inertia in Italy from a European perspective. **Population Review**, v. 52, n. 1, 2013.

NEWMAN, D. The lines that continue to separate us: borders in ourborderless' world. **Progress in Human geography**, v. 30, n. 2, p. 143-161, 2006.

NIESWAND, B. **Theorising transnational migration: The status paradox of migration**. Nueva York: Routledge, 2012.

NORTON, A.; CONWAY, T.; FOSTER, M. **Social protection concepts and approaches: Implications for policy and practice in international development**. Londres: Overseas Development Institute, 2001.

O'MALLEY, P. Risk and responsibility. En: BARRY, A.; OSBORNE, T.; ROSE, N. (Eds.). **Foucault and political reason: Liberalism, neo-liberalism and rationalities of government**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. p. 189-207.

OCDE. ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **The social expenditure database: An interpretive guide**, nº SOCX 1980–2003. Paris: OECD, 2007.

OCDE. The Social Expenditure database: An Interpretive Guide. v. 2007, n. June, p. 7, 2007. O'CONNOR, J. S. Gender, class and citizenship in the comparative analysis of welfare state regimes: theoretical and methodological issues. **British journal of Sociology**, p. 501-518, 1993.

ODUM, H. W. **Social and mental traits of the Negro: Research into the conditions of the Negro race in southern towns, a study in race traits, tendencies and prospects**. Nueva York: Columbia university, Longmans, Green & Company, agents, 1910. v. 37.

OFFE, C. The Three Worlds of Welfare Capitalism. **American Journal of Sociology**, v. 96, n. 6, p. 1555-1557, 1991.

OIT. **ILOSTAT**, OIT - Organización Internacional del Trabajo, 2019.

OIT. **Informe mundial de protección social 2017-2019: La protección social universal para alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible**. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2017.

OIT; UNICEF; BANCO MUNDIAL. **Understanding Trends in Child Labour**. A joint ILO-UNICEF-The World Bank report. Noviembre, 2017.

OLIVEIRA, G. C. **Imigração boliviana no Interior de São Paulo: o setor têxtil em Americana - SP**. 2017. Tesis de doctorado, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

OLIVEIRA, J. D. C. O retorno da migração internacional como componente da dinâmica demográfica brasileira: até quando? In: CASTRO, M. G. O. (Ed.). **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**. Brasília: CNPD, 2001. p. 253–273.

OLWIG, K. F. Migration and care: intimately related aspects of Caribbean family and kinship. En: MERLA, L.; BALDASSAR, L. (Eds.). **Transnational Families, Migration and the Circulation of Care**. Nueva York: Routledge, 2013. p. 149-164.

OLWIG, K. F. Narratives of the children left behind: Home and identity in globalised Caribbean families. **Journal of ethnic and migration studies**, v. 25, n. 2, p. 267-284, 1999.

OLWIG, K. F.; HASTRUP, K. **Siting culture: The shifting anthropological object**. Londres: Psychology Press, 1997.

OLWIG, K. F.; SØRENSEN, N. N. **Work and migration: life and livelihoods in a globalizing world**. Londres: Routledge, 2002.

OMS. **Global Health Observatory (GHO) data**, Organización Mundial de la Salud - OMS, 2019.

ONG, A. **Flexible citizenship: The cultural logics of transnationality**. Durham: Duke University Press, 1999.

ONU. **Tendencias en el stock de migrantes internacionales: revisión de 2017**, ONU, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales - División de Población, 2017.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Decent work for migrant domestic workers: moving the agenda forward**. Geneva: Organización Internacional del Trabajo (OIT), 2016.

ORLOFF, A. Gender in the welfare state. **Annual review of sociology**, v. 22, n. 1, p. 51-78, 1996. ORLOFF, A. S. Gender and the social rights of citizenship: The comparative analysis of gender relations and welfare states. **American sociological review**, p. 303-328, 1993.

OROZCO, A. P. **Cadenas globales de cuidado ¿qué derechos para un regimen global de cuidados justos?** Santo Domingo: UN-INSTRAW, 2010.

OROZCO, A. P. **Desigualdades a flor de piel: cadenas globales de cuidados**. Santo Domingo: ONU Mujeres, 2016.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.

OSO, L. **La migración hacia España de mujeres jefas de hogar**. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, Instituto de la Mujer, 1998.

OXFAM. **Reward Work, Not Wealth: To end the inequality crisis, we must build an economy for ordinary working people, not the rich and powerful**. Oxford: Oxfam, 2018.

PACHIONI, A. P. **El hombre soy yo: Dinâmicas familiares no contexto da imigração paraguaia no Brasil**. 2015. Universidade de Brasília, 2015.

PARELLA, S. Introduction: The portability of care in an increasingly mobile world: chains, drains and circulation. **Papers: revista de sociologia**, v. 101, n. 2, p. 253-257, 2016.

PARELLA, S. R. Familia transnacional y redefinición de los roles de género. El caso de la migración boliviana en España. **Papers: revista de sociología**, v. 97, n. 3, p. 661-684, 2012.

PARELLA, S. R. **Mujer, inmigrante y trabajadora: la triple discriminación**. Madrid: Anthropos Editorial, 2003.

PARELLA, S.; CAVALCANTI, L. **Dinámicas familiares transnacionales y migración femenina: el caso de las migrantes bolivianas en España**. México, DF: Congreso Internacional de Americanistas, 2009.

PARELLA, S.; PETROFF, A. Migración de retorno en España: salidas de inmigrantes y programas de retorno en un contexto de crisis. **Anuario CIDOB de la Inmigración 2013**, p. 62–89, 2014.

PARELLA, S.; PETROFF, A. Return Intentions of Bolivian Migrants During the Spanish Economic Crisis: the Interplay of Macro-Meso and Micro Factors. **Journal of International Migration and Integration**, vol.20, n.1, 2018.

PARELLA, S.; PETROFF, A.; PIQUERAS, C.; SPERONI, T. **Employment crisis in Spain and return migration of Bolivians: an overview**. Working Paper 34, invierno 2017. Barcelona: Grup de Recerca Interdisciplinari en Immigració - UPF - Universitat Pompeu Fabra. Disponible en: [https://repositori.upf.edu/bitstream/handle/10230/33595/GRITIM WP 34.pdf](https://repositori.upf.edu/bitstream/handle/10230/33595/GRITIM_WP_34.pdf)

PARELLA, S.; SPERONI, T. Las perspectivas transnacionales para el análisis de la protección social en contextos migratorios. **Autoctonía. Revista de Ciencias Sociales e Historia**, v. 2, n. 1, p. 37-56, 2018.

PARK, R. E. Human migration and the marginal man. **American journal of sociology**, v. 33, n. 6, p. 881-893, 1928.

PARMAR, P. **Feminismo negro: la política como articulación**. Madrid: Traficantes de sueños, 2012.

PARREÑAS, R. S. **Children of global migration: Transnational families and gendered woes**. Stanford: Stanford University Press, 2005.

PARREÑAS, R. S. **Servants of globalization: women, migration and domestic work**. Standford: Standford University Press, 2001

PARREÑAS, R. S. **The care crisis in the Philippines: Children and transnational families in the new global economy**. Nueva York: Henry Holt & Company, 2002.

PARREÑAS, R. S. Transnational mothering: A source of gender conflicts in the family. **North Carolina Law Review**, v. 88, n. 5, p. 1825-1856, 2009.

PAUL, R. Welfare without borders: unpacking the bases of transnational social protection for international migrants. **Oxford Development Studies**, v. 45, n. 1, p. 33-46, 2017.

PEDONE, C. “Varones aventureros” vs. “madres que abandonan”: reconstrucción de las relaciones familiares a partir de la migración ecuatoriana. **REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 16, n. 30, p. 45-64, 2008.

PEDONE, C. **Estrategias migratorias y poder: tú siempre jalas a los tuyos**. Quito: Editorial Abya Yala, 2006.

PEDONE, C. Las relaciones de género en las familias ecuatorianas dentro del contexto migratorio internacional hacia el Estado español. **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, p. 79-106, 2003.

PEDONE, C.; AGRELA ROMERO, B.; GIL ARAUJO, S. Políticas públicas, migración y familia. Una mirada desde el género. **Papers: revista de sociologia**, v. 97, n. 3, p. 541-568, 2012.

PEDONE, C.; GIL ARAUJO, S. Maternidades transnacionales entre América Latina y el Estado español. El impacto de las políticas migratorias en las estrategias de reagrupación familiar. In: **Nuevos retos de transnacionalismo en el estudio de las migraciones**. Madrid: Observatorio Permanente de la Inmigración-Ministerio de Trabajo e Inmigración, 2008, p. 151-176.

PEDONE, C.; GIL ARAUJO, S. Tramando futuros. Transnacionalismo familiar en la migración desde República Dominicana y Brasil hacia España. **Investigaciones Feministas**, v. 7, n. 1, p. 241-263, 2016.

PERES, R. G. “O que importa é o que acontece com a sua família”: um diálogo entre família e migração. **PerCursos**, v. 15, n. 28, p. 146-165, 2014.

PESSAR, P. R. The role of gender, households, and social networks in the migration process: A review and appraisal. En: HIRSCHMAN, C.; KASINITZ, P.; DEWIND, J. (Eds.). **The Handbook of Transnational Migration**. Nueva York: Russell Sage, 1999. p. 53-71.

PESSAR, P. R.; MAHLER, S. J. Transnational migration: Bringing gender in. **International migration review**, v. 37, n. 3, p. 812-846, 2003.

PINAZO, M.-J. et al. A strategy for scaling up access to comprehensive care in adults with Chagas disease in endemic countries: The Bolivian Chagas Platform. **PLoS Neglect Tropical Diseases**, v. 11, n. 8, p. 1-12, 2017.

PIORE, M. J. **Birds of passage: migrant labor and industrial societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. PIPER, N. The complex interconnections of the migration--development nexus: a social perspective. **Population, Space and Place**, v. 15, n. 2, p. 93-101, 2009.

PNUD. **Human Development Report - 2018**, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD, 2018.

POEZE, M.; MAZZUCATO, V. Ghanaian children in transnational families: Understanding the experiences of left-behind children through local parenting norms. En: BALDASSAR, L.; MERLA, L. (Eds.). **Transnational families, migration and the circulation of care**. Nueva York: Routledge, 2014. p. 165-185.

POLANYI, K. **La gran transformación: crítica del liberalismo económico**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2007.

PORTES, A. Convergencias teóricas y evidencias empíricas en el estudio del transnacionalismo de los inmigrantes. **Migración y desarrollo**, v. 1, n. 4, p. 2-19, 2005.

PORTES, A. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. **Annual review of sociology**, v. 24, n. 1, p. 1-24, 1998.

PORTES, A.; GUARNIZO, L. E.; HALLER, W. J. Transnational Entrepreneurs: An Alternative Form of Immigrant Economic Adaptation. **American Sociological Review**, v. 67, n. 2, p. 278, 2002.

PORTES, A.; GUARNIZO, L. E.; LANDOLT, P. The study of transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field. **Ethnic and racial studies**, v. 22, n. 2, p. 217-237, 1999.

PORTES, A.; RUMBAUT, R. G. **Legacies: The story of the immigrant second generation**. Berkeley: University of California Press, 2001.

PORTES, A.; WALTON, J. **Labor, Class, and the International System**. Nueva York: Academic Press, 1981.

PRIES, L. **Rethinking transnationalism: the meso-link of organisations**. Londres: Routledge, 2008.

PRIES, L. The approach of transnational social spaces: responding to new configurations of the social and the spatial. En: PRIES, L. (Ed.). **New transnational social spaces: International migration and transnational companies in the early twenty-first century**. Londres: Routledge, 2001. p. 3-33.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the royal statistical society**, v. 52, n. 2, p. 241-305, 1889.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the statistical society of London**, v. 48, n. 2, p. 167-235, 1885.

REEVES, A.; MCKEE, M.; STUCKLER, D. The attack on universal health coverage in Europe: recession, austerity and unmet needs. **The European Journal of Public Health**, v. 25, n. 3, p. 364-365, 2015.

REYNOLDS, T.; ZONTINI, E. Bringing transnational families from the margins to the centre of family studies in Britain. **Families, Relationships and Societies**, v. 3, n. 2, p. 251-268, 2014.

RIGHARD, E.; BOCCAGNI, P. Mapping the theoretical foundations of the social work–migration nexus. **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, v. 13, n. 3, p. 229-244, 2015.

RIGNEY, D. **The metaphorical society: An invitation to social theory**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

RISSE, T. Social constructivism meets globalization. En: MCGREW, A. G.; HELD, D. (Eds.). **Globalization theory: Approaches and controversies**. Oxford: Polity, 2007. v. 4. p. 126-147.

RITZER, G. An introduction to McDonaldization. En: **McDonaldization: The Reader**. Newbury Park: Pine Forge Press, 2009. p. 4-25.

RITZER, G.; DEAN, P. **Globalization: A basic text**. Oxford: John Wiley & Sons, 2015.

- RIVAS, A. M.; GONZÁLVEZ, H. **Familias transnacionales colombianas: Transformaciones y permanencias en las relaciones Familiares y de género**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2009.
- ROBERTSON, R. Global Connectivity and Global Consciousness. **American Behavioral Scientist**, v. 55, n. 10, p. 1336-1345, 2011.
- ROBERTSON, R. **Globalization: Social theory and global culture**. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd, 1992. v. 16.
- ROBINSON, W. I. **Latin America and global capitalism: A critical globalization perspective**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.
- ROBINSON, W. I. Social theory and globalization: The rise of a transnational state. **Theory and society**, v. 30, n. 2, p. 157-200, 2001.
- ROGERS, C. R. **Client--Centered Therapy: Its Current Practice, Implications, and Theory**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1951.
- ROJAS, B.; GUAYGUA, G. **El empleo en tiempos de crisis**. La Paz. OSO, L.;
- PARELLA, S. Presentación: Inmigración, género y Mercado de trabajo: una panorámica de la investigación sobre la inserción Laboral de las mujeres inmigrantes en España. **Cuaderno de Relaciones Laborales**, v. 30, n. 1, p. 11–44, 2012.
- ROSENAU, J. N. **Along the domestic-foreign frontier: Exploring governance in a turbulent world**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- ROSENHEK, Z. Migration regimes, intra-state conflicts, and the politics of exclusion and inclusion: migrant workers in the Israeli welfare state. **Social Problems**, v. 47, n. 1, p. 49-67, 2000.
- ROSENTHAL, G. **História de vida vivenciada e história de vida narrada**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2017.
- ROSENTHAL, G. **Pesquisa Social Interpretativa: Uma introdução**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014.
- ROSENTHAL, G. **The Holocaust in three generations: Families of victims and perpetrators of the Nazi regime**. Londres: Continuum, 2010.
- ROSENTHAL, G.; BAHL, E.; WORM, A. Illegalized migration courses from the perspective of biographical research and figurational sociology: the land border between Spain and Morocco. En: ROSENTHAL, G.; BOGNER, A. (Eds.). **Biographies in the global South : life stories embedded in figurations and discourses**. Frankfurt: Campus Verlag GmbH, 2017. p. 103-159.
- ROSENTHAL, G.; BOGNER, A. **Ethnicity, belonging and biography : ethnographical and biographical perspectives**. BerlEn: LIT Verlag, 2009.

ROURA, M., BISOFFI, F., NAVAZA, B., POOL, R. (2015). “Carrying ibuprofen in the bag”: Priority health concerns of Latin American migrants in Spain - A participatory qualitative study. *PLoS ONE*, 10(8), 1–21.

SABATES-WHEELER, R.; DEVEREUX, S. Introduction. En: BARRIENTOS, A.; HULME, D. (Eds.). **Social Protection for the Poor and Poorest: Concepts, Policies and Politics**. Nueva York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 3-26.

SABATES-WHEELER, R.; FELDMAN, R. Social Protection and Migration: Claiming Social Rights Beyond Borders. **Migration and Social Protection Claiming Social Rights Beyond Borders**, v. 36, p. 311, 2011.

SABATES-WHEELER, R.; KOETTL, J. Social protection for migrants: The challenges of delivery in the context of changing migration flows. **International Social Security Review**, v. 63, n. 3-4, p. 115-144, 2010.

SABATES-WHEELER, R.; KOETTL, J.; AVATO, J. Social security for migrants: A global overview of portability arrangements. En: SABATES-WHEELER, R.; FELDMAN, R. (Eds.). **Migration and Social Protection Claiming Social Rights Beyond Borders**. Nueva York: Springer, 2011. p. 91-116.

SABATES-WHEELER, R.; WAITE, M. Migration and Social Protection: A concept paper. **Institute of Development Studies, Sussex, December**, v. 1645, p. 1980-2000, 2003.

SAID, E. Imaginative geography and its representations: Orientalizing the oriental. En: OAKES, T.; PRICE, P. L. (Eds.). **The Cultural Geography Reader**. Nueva York: Routledge, 2008. p. 369-376.

SAINSBURY, D. (Ed.). **Gendering Welfare States**. Londres: SAGE Publications, 1997.

SAINSBURY, D. **Gender and welfare state regimes**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SAINSBURY, D. Immigrants’ social rights in comparative perspective: welfare regimes, forms in immigration and immigration policy regimes. **Journal of European Social Policy**, v. 16, n. 3, p. 229-244, 2006.

SALAZAR, N. B.; SMART, A. Anthropological Takes on (Im)Mobility. **Identities**, v. 18, n. 6, p. i-ix, 2011. SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001. v. 174.

SANTOS, M. **O País Distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2002

SARTI, R. The globalisation of domestic service—An historical perspective. En: LUTZ, H. (Ed.). **Migration and domestic work**. Nueva York: Routledge, 2016. p. 89-110.

SASSEN, S. A Massive Loss of Habitat: New Drivers for Migration. **Sociology of Development**, v. 2, n. 2, p. 204–233, 2016.

- SASSEN, S. **A Sociology of Globalization**. Londres: W. W. Norton & Company, 2007. v. 32.
- SASSEN, S. Digging in the penumbra of master categories. **The British Journal of Sociology**, v. 56, n. 3, p. 401-403, 2005.
- SASSEN, S. **Expulsions**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- SASSEN, S. **Global city**. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SASSONE, S. Migración, territorio e identidad cultural: construcción de “lugares bolivianos” en la ciudad de Buenos Aires. **Revista Población de Buenos Aires**, v. 4, n. 6, p. 9–28, 2007.
- SAYAD, A. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**, A. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCHAPENDONK, J.; STEEL, G. Following migrant trajectories: The im/mobility of Sub-Saharan Africans en route to the European Union. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 104, n. 2, p. 262-270, 2014.
- SCHILLER, N. G.; GULDBRANDSEN, T. C. Beyond the Ethnic Lens: Locality, Globality, and Born-Again Incorporation. **American Ethnologist**, v. 33, n. 4, p. 612-633, 2006.
- SCHMITT, C.; LIERSE, H.; OBINGER, H.; SEELKOPF, L. The global emergence of social protection: explaining social security legislation 1820–2013. **Politics & Society**, v. 43, n. 4, p. 503-524, 2015.
- SCHOLTE, J. A. **Globalization: A critical introduction**. New Y: Palgrave Macmillan, 2005.
- SCHUTZ, A. La Vuelta al Hogar. **El extranjero: sociología del extraño**. Madrid: Sequitur, 2012.
- SCHÜTZE, F. Pressure and Guilt: War Experiences of a Young German Soldier and Their Biographical Implications (Part 2). **International Sociology**, v. 7, n. 3, p. 347-367, 1992.
- SCOTT, J. C. **Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed**. New Haven: Yale University Press, 1998.
- SEN, A. **Inequality reexamined**. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- SERRA MINGOT, E.; MAZZUCATO, V. Providing social protection to mobile populations: symbiotic relationships between migrants and welfare institutions. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 44, n. 13, p. 1-17, 2018.
- SIAROFF, A. Work, welfare and gender equality: a new typology. En: SAINSBURY, D. (Ed.). **Gendering Welfare States**. Londres: Sage Publications, 1994. v. 35. p. 82.

- SILVA, S. A. D. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, 2006.
- SILVA, S. A. D. **Costurando Sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo: Editora Paulinas, 1997.
- SIMMEL, G. **Georg Simmel on individuality and social forms**. Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- SINCERE. **Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros**. Polícia Federal Brasileira, 2019.
- SKLAIR, L. Competing conceptions of globalization. **Journal of World-Systems Research**, v. 5, n. 2, p. 142-163, 1999.
- SKLAIR, L. **The transnational capitalist class**. Hoboken: Wiley, 2012.
- SMITH, A. D. **Nationalism in the twentieth century**. Canberra: Australian National University Press, 1979.
- SMITH, M. P.; GUARNIZO, L. E. **Transnationalism from below**. Piscataway: Transaction Publishers, 1998.
- SMITH, R. C. Diasporic Memberships in Historical Perspective: Comparative Insights from the Mexican, Italian and Polish Cases. **International Migration Review**, v. 37, n. 3, p. 724-759, 2003.
- SMITH, R. **Mexican New York: Transnational lives of new immigrants**. Oakland: University of California Press, 2006.
- SOLÉ, C. et al. Las migraciones bolivianas en la encrucijada interdisciplinar : evolución , cambios y tendencias, **Focus on International Migration**, nº 1, 2017.
- SOLÉ, C.; CACHÓN, L. Presentación Globalización e inmigración: los debates actuales. **Revista española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, v. 116, n. 1, p. 13-52, 2006.
- SOLÉ, C.; PARELLA, S.; PETROFF, A. (EDS.). **Las migraciones bolivianas en la encrucijada interdisciplinar: evolución, cambios y tendencias**. Barcelona: Cer-M/UAB, 2014.
- SØRENSEN, N. N. Revisiting the Migration-Development Nexus: From Social Networks and Remittances to Markets for Migration Control. **International Migration**, v. 50, n. 3, p. 61-76, 2012.
- SØRENSEN, N. N.; GUARNIZO, L. E. La vida de la familia transnacional a través del Atlántico: la experiencia de la población colombiana y dominicana migrante en Europa. **Puntos de Vista: Cuadernos del Observatorio de las Migraciones y la Convivencia Intercultural de la Ciudad de Madrid (oMci)**, n. 9, p. 7-28, 2007.

SØRENSEN, N.; HEAR, N. V.; ENGBERG--PEDERSEN, P. The migration--development nexus evidence and policy options state--of--the--art overview. **International migration**, v. 40, n. 5, p. 3-47, 2002.

SOUCHAUD, S. A Confecção: Nicho Étnico ou Nicho Econômico para a Imigração Latino-Americana em São Paulo? In: BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração Boliviana No Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. p. 75–92.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: NETO, H. P.; FERREIRA, A. P.; ET AL (Eds.). **Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante**. Rio de Janeiro: NIEM UFRJ, Garamond, 2010.

SOUCHAUD, S. Les périodes migratoires du peuplement au Brésil: De la fin du XIXe siècle à nos jours. **Hommes & Migrations**, n. 1281, 2009.

SOUCHAUD, S.; BAENINGER, R. Collas e Cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 2, p. 271–286, 2008.

SOUCHAUD, S.; BAENINGER, R. Etudier les liens entre les migrations intérieures et internationales en suivant les trajectoires migratoires des Boliviens au Brésil. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v. 25, n. 1, p. 195–213, 2009.

SOYSAL, Y. N. **Limits of citizenship: Migrants and postnational membership in Europe**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

SPERONI, T. **Há outro trabalho na "outra economia"?: a relação dos trabalhadores com o trabalho na economia solidária**. 2012. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SPERONI, T. It is not only about access : Transnational Bolivian families in Barcelona and their meanings of social protection. **RIEM**, v. 7, n. diciembre, p. 74-103, 2017.

SPIVAK, G. Quem reivindica alteridade? En: HOLLANDA, H. B. de (Ed.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 187-205.

STARK, O.; BLOOM, D. E. The new economics of labor migration. **The American Economic review**, v. 75, n. 2, p. 173-178, 1985.

STEGER, M. B. **Globalisms: The great ideological struggle of the twenty-first century**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

STEGER, M. B.; BATTERSBY, P.; SIRACUSA, J. M. **The Sage handbook of globalization**. Nueva York: Sage, 2014.

STRANGE, S. **The retreat of the state: The diffusion of power in the world economy**. Cambridge: Cambridge university press, 1996.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research: Procedures and techniques for developing grounded theory**. Thousand Oak: Sage, 1998.

STRUNK, C. 'We are Always Thinking of our Community': Bolivian Hometown Associations, Networks of Reciprocity, and Indigeneity in Washington D.C. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 40, n. 11, p. 1697–1715, 2014.

SWISS RE. **Global insurance review 2016 and outlook 2017/18**. Zurich: 2016.

TAPIA, M. L. Bolivia, historia de migraciones: pasado y presente. In: SOLÉ, C.; PARELLA, S.; PETROFF, A. (Eds.). **Las migraciones bolivianas en la encrucijada interdisciplinar: evolución, cambios y tendencias**. Barcelona: CER-M/UAB, 2014. p. 9–29.

TAPIA, M. L. Género y Migración: Trayectorias investigativas en Iberoamérica. **Revista Encrucijada Americana**, v. 4, n. 2, p. 115-147, 2011.

TAPIA, M. L. Inmigración boliviana en España. Un caso para la comprensión de la migración internacional con perspectiva de género. **T'inkazos Investigaciones y Ensayos**, v. 28, p. 109–128, 2010.

TAYLOR, E. J. The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process. **International migration**, v. 37, n. 1, p. 63-88, 1999.

TAYLOR, P. J.; DERUDDER, B. **World city network: a global urban analysis**. Londres: Routledge, 2015. TEMER, M. **Entrevista no Programa do Ratinho**. 27 de abril, 2018

THOMAS, W. I.; THOMAS, D. S. **The child in America: Behavior problems and programs**. Nueva York: Knopf, 1928.

THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. **The Polish peasant in Europe and America: Monograph of an immigrant group**. Chicago: University of Chicago Press, 1918.

THOMPSON, E. P. **Customs in Common**. Nueva York: New Press, 1991.

THOUMI, F. E. **Illegal drugs, economy, and society in the Andes**. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2003.

TILLY, C. **Coercion, capital, and European states, AD 990**. Oxford: Basil Blackwell, 1990. v. 13.

TORPEY, J. Coming and going: On the state monopolization of the legitimate «means of movement». **Sociological Theory**, v. 16, n. 3, p. 239-259, 1998.

TOURAINÉ, A. **The Self-Production of Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

TOURAINÉ, A. **Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy**. Barcelona: Grupo Planeta, 2005.

TREAS, J.; LUI, J.; GUBERNSKAYA, Z. Attitudes on marriage and new relationships: Cross-national evidence on the deinstitutionalization of marriage. **Demographic research**, v. 30, p. 1495, 2014.

TRIFILETTI, R. Southern European welfare regimes and the worsening position of women. **Journal of European social policy**, v. 9, n. 1, p. 49-64, 1999.

TROUILLOT, M. The Anthropology of the State in the Age of Globalization: Close Encounters of the Deceptive Kind. **Current Anthropology**, v. 42, n. 1, p. 125-138, 2001.

TRUONG, T.-D. Gender, International Migration and Social Reproduction: Implications for Theory, Policy, Research and Networking. **Asian and Pacific Migration Journal**, v. 5, n. 1, p. 27-52, 1996.

TSING, A. **Friction: An ethnography of global connection**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

TSING, A. The Global Situation. **Cultural Anthropology**, v. 15, n. 3, p. 327-360, 2000.

TURNER, B. S. Classical sociology and cosmopolitanism: a critical defence of the social. **The British Journal of Sociology**, v. 57, n. 1, p. 133-151, 2006.

TYNER, J. A. **Violence in capitalism: Devaluing life in an age of responsibility**. Lincoln: U of Nebraska Press, 2016.

URRY, J. **Mobilities**. Londres: Polity, 2007.

VAN GINNEKEN, W. **Social security for the excluded majority: Case studies of developing countries**. Ginebra: International Labour Organization, 1999.

VANGAY, P.; et al. US Immigration Westernizes the Human Gut Microbiome. **Cell**, v. 175, n. 4, p. 962-972.e10, 2018.

VELASCO, L.; GIANTURCO, G. Migración internacional y biografías multiespaciales: una reflexión metodológica. **Métodos cualitativos y su aplicación empírica. Por los caminos de la investigación sobre migración internacional**, p. 115-150, 2012.

VERD, J. M.; LOZARES, C. **Introducción a la investigación cualitativa: fases, métodos y técnicas**. Madrid: Síntesis, 2016.

VERTOVEC, S. Migration and other modes of transnationalism: towards conceptual cross-fertilization. **International migration review**, v. 37, n. 3, p. 641-665, 2003.

VIDAL, D. Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. In: BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. p. 93-108.

VIVAS-ROMERO, M. **Who Cares for Those Who Cared? an Intersectional Ethnography of Global Social Protection Arrangement**. 2017. Liège Université, 2017.

WACQUANT. **Punishing the poor: The neoliberal government of social insecurity.** Durham: Duke university Press, 2009.

WALDINGER, R. **The cross-border connection: Immigrants, emigrants, and their homelands.** Cambridge: Harvard University Press, 2015.

WALDINGER, R. The politics of cross-border engagement: Mexican emigrants and the Mexican state. **Theory and Society**, v. 43, n. 5, p. 483-511, 2014.

WALFORD, G. For ethnography. **Ethnography and Education**, v. 4, n. 3, p. 271-282, 2009.

WALLERSTEIN, I. M. **The modern world-system I: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century.** Berkeley: University of California Press, 2011.

WALLERSTEIN, I. **World-System Analysis.** Durham: Duke University Press, 2006.

WALTERS, W.; CORNELISSE, G. **The deportation regime: Sovereignty, space, and the freedom of movement.** Durham: Duke University Press, 2010.

WENGRAF, T. **Qualitative research interviewing: Biographic narrative and semi-structured methods.** Thousand Oaks: Sage, 2001.

WENGRAF, T. Uncovering the general from within the particular: From contingencies to typologies in the understanding of case. En: CHAMBERLAYNE, P.; BORNAT, J.; WENGRAF, T. (Eds.). **The turn to biographical methods in social science: comparative issues.** Londres: Routledge, 2000. p. 140-164.

WILDING, R. 'Virtual' intimacies? Families communicating across transnational contexts. **Global networks**, v. 6, n. 2, p. 125-142, 2006.

WILLIS, P. **Learnig to Labor: How Working class kids get working class jobs.** Nueva York: Columbia University Press, 1977.

WILSON, T. P. Normative and interpretive paradigms in sociology. **American Sociological Review**, v. 35, n. 4, p. 697-710, 1970.

WIMMER, A.; SCHILLER, N. G. Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology. **International Migration Review**, v. 37, n. 3, p. 576-610, 2003.

WRIGHT, K. Constructing human wellbeing across spatial boundaries: Negotiating meanings in transnational migration. **Global Networks**, v. 12, n. 4, p. 467-484, 2012.

WRIGHT, R.; ELLIS, M. Perspectives on migration theory: geography. En: WHITE, M. J. (Ed.). **International Handbook of Migration and Population Distribution.** Nueva York: Springer, 2016. p. 11-30.

XAVIER, I. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade. In: BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012. p. 109–154.

YEATES, N. **Global Care Chains: A critical introduction**. Genebra: Global Commission on International Migration, 2005.

YEATES, N. Global care chains: a state-of-the-art review and future directions in care transnationalization research. **Global Networks**, v. 12, n. 2, p. 135-154, 2012.

YEATES, N. **Globalizing care economies and migrant workers: Explorations in global care chains**. Nueva York: Palgrave Macmillan, 2009.

YEATES, N. GSP forum: New (?) Directions in global social policy. **Global Social Policy**, v. 6, n. 1, p. 16-20, 2006.

YEATES, N. **Understanding global social policy**. Londres: Policy Press, 2014.

ZHOU, M. Segmented assimilation: Issues, controversies, and recent research on the new second generation. **International migration review**, v. 31, n. 4, p. 975-1008, 1997.

ZINN, J. O. A comparison of sociological theorising on risk and uncertainty. En: ZINN, J. O. (Ed.). **Social theories of risk and uncertainty: an introduction**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008. p. 168-209.

ZLOTNIK, H. Empirical identification of international migration systems. En: KRITZ, M. M.; LIM, L. L.; ZLOTNIK, H. (Eds.). **International migration systems: a global approach**. Oxford: Clarendon Press, 1992. p. 19-40.

ZUCMAN, G. **The hidden wealth of nations: The scourge of tax havens**. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

APÉNDICES

APÉNDICE A: CUESTIONARIO DEMOGRÁFICO: SÃO PAULO

FICHA DEL ENTREVISTADO BOLIVIANOS RESIDENTES EN SÃO PAULO Y MIEMBROS DE FAMILIAS TRANSNACIONALES

Número id. __ __ __
Fecha de la entrevista: __/__/20__ Hora: : Lugar:

Nombre:	<input type="checkbox"/> Mujer	<input type="checkbox"/> Hombre
Año de nacimiento:	Local de nacimiento:	
Última residencia antes de venir a Brasil:		
Tiempo en Brasil:	Tiempo en São Paulo:	
Barrio/Ciudad de residencia:		
Con quien vive:		
Situación jurídica en Brasil: <input type="checkbox"/> Solo documento boliviano <input type="checkbox"/> RNE <input type="checkbox"/> Ciudadanía Brasileña		
Pareja: <input type="checkbox"/> Si <input type="checkbox"/> No <input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> Otro:		
Local de residencia de la pareja:		
Hijos (nombre, edad, sexo, local de residencia):		
Familiares mayores o dependientes (nombre, edad, sexo, local de residencia, motivo de la dependencia)		
1.		
2.		
Observaciones:		

APÉNDICE B: CUESTIONARIO DEMOGRÁFICO: BARCELONA

FICHA DEL ENTREVISTADO
BOLIVIANOS RESIDENTES DE BARCELONA Y MIEMBROS DE
FAMILIAS TRANSNACIONALES

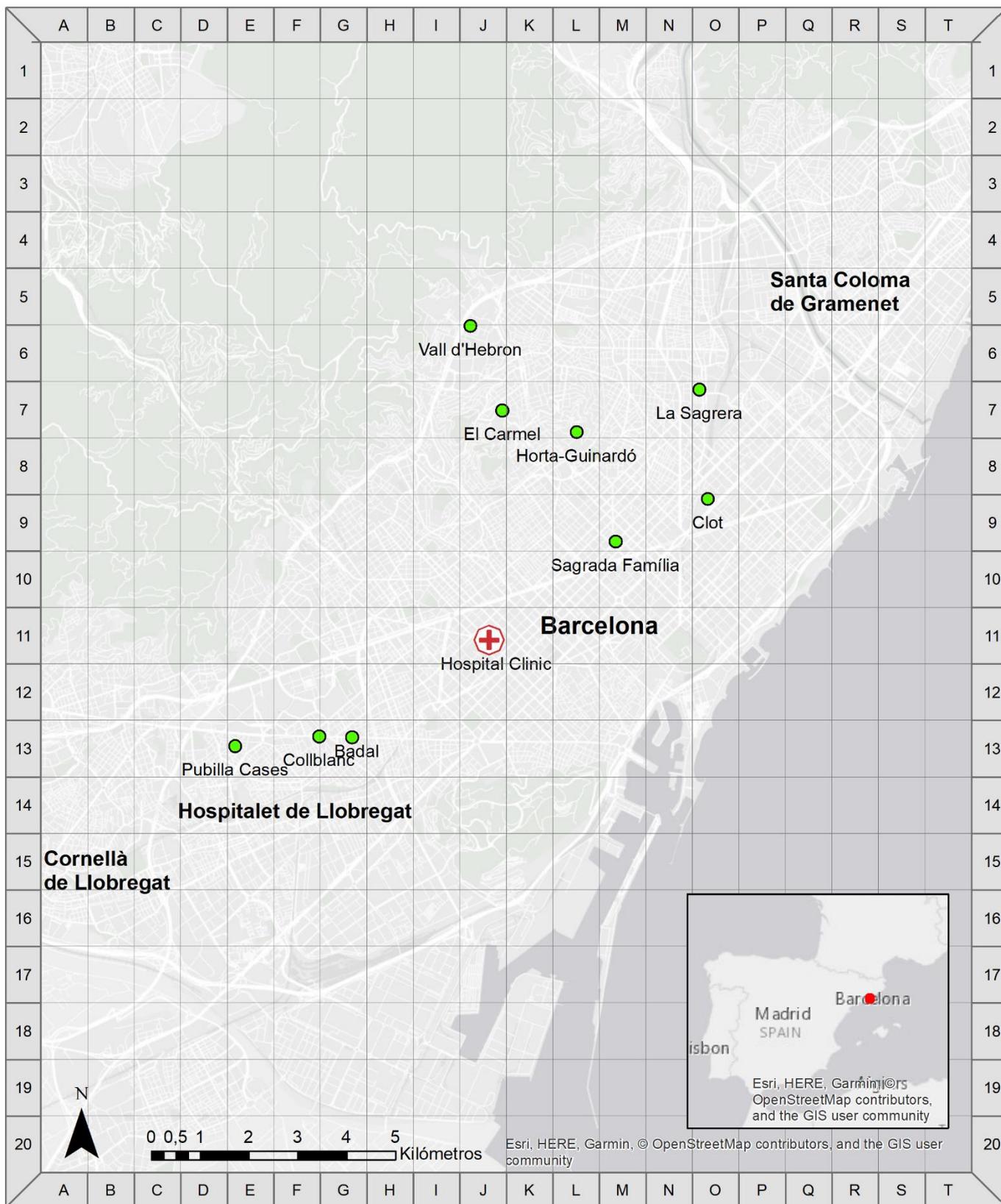
Número id. __ __ __
Fecha de la entrevista: __/__/20__ Hora: : Lugar:

Nombre:	<input type="checkbox"/> Mujer	<input type="checkbox"/> Hombre
Año de nacimiento:	Local de nacimiento:	
Última residencia antes de venir a España:		
Tiempo en España:	Tiempo en Barcelona:	
Barrio/Ciudad de residencia:		
Con quien vive:		
Situación jurídica en España: <input type="checkbox"/> Solo pasaporte <input type="checkbox"/> Permiso residencia <input type="checkbox"/> Ciudadanía española		
Pareja: <input type="checkbox"/> Si <input type="checkbox"/> No <input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> Otro:		Local de residencia de la pareja:
Hijos (nombre, edad, sexo, local de residencia):		
1.	2.	
3.	4.	
Familiares mayores o dependientes (nombre, edad, sexo, local de residencia, motivo de la dependencia)		
1.	2.	
Observaciones:		

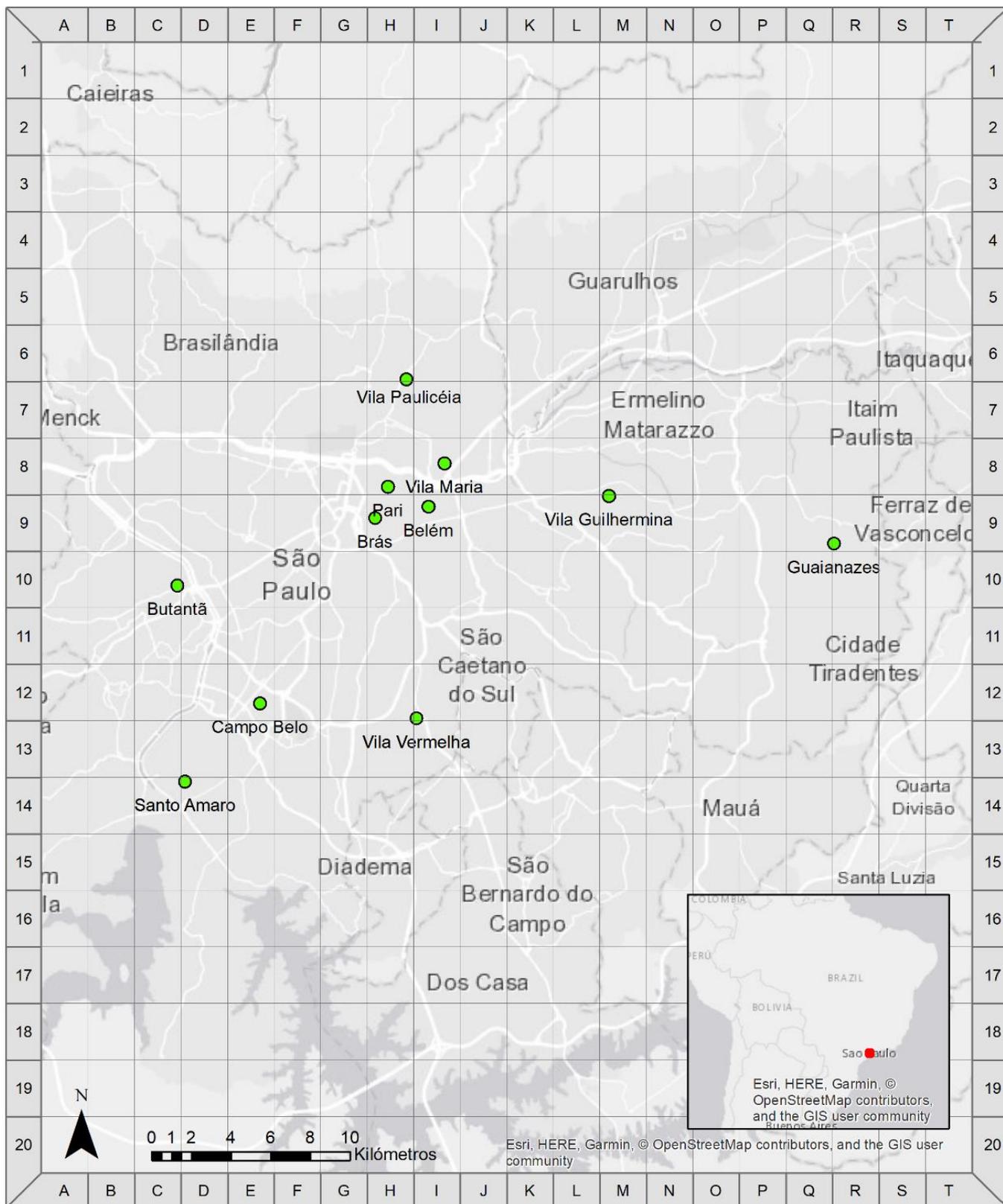
APÉNDICE C: MAPA DE BOLIVIA: CIUDADES MÁS CITADAS



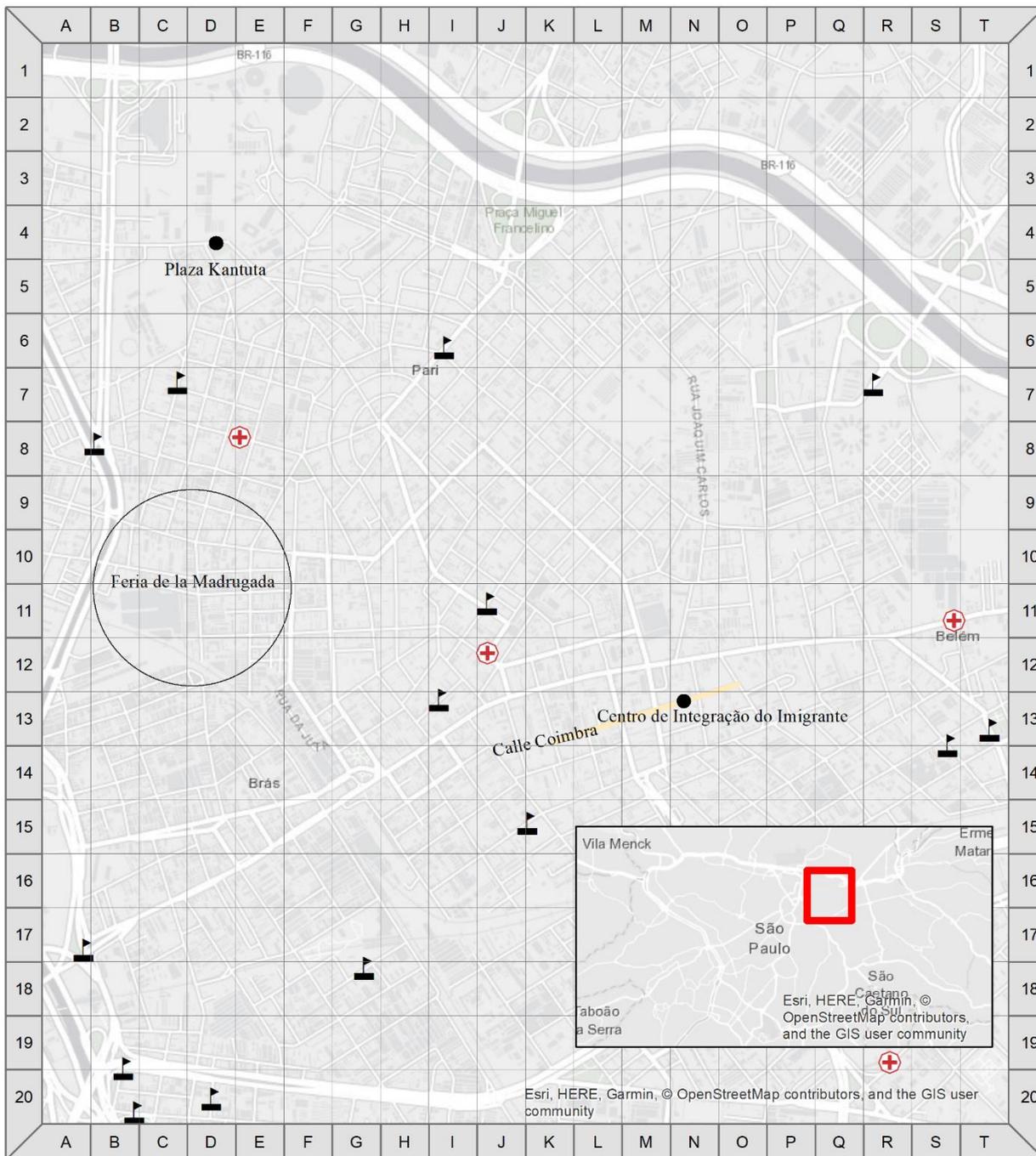
APÉNDICE D: MAPA DE LA CIUDAD DE BARCELONA



APÉNDICE E: MAPA DE LA CIUDAD DE SÃO PAULO: CERCANÍAS



APÉNDICE F: MAPA DEL BARRIO DEL BRÁS (SÃO PAULO): CERCANÍAS, SITIOS DE INTERÉS, ESCUELAS Y SERVICIOS DE SALUD



- Legenda**
- Sitios de interés
 - 🏫 Escuelas
 - ⊕ Unidades de Salud

**APÉNDICE G: TABLA CON INDICADORES SELECCIONADOS DE LOS
DISTRITOS DE RESIDENCIA DE LOS BOLIVIANOS EN SÃO PAULO (2010)**

	Distrito	Índice de Desarrollo Humano	Esperanza de vida al nacer *	Expectativa de años de estudio[†]	Renta per cápita media[‡]	Grado de formalización del trabajo de las personas ocupadas[§]
Distritos centrales	Bom Retiro	0,727	75,58	9,69	US\$ 653,48	63,18
	Barra Funda	0,840	77,53	11,6	US\$ 1.767,53	72,2
	Brás	0,828	79,22	10,49	US\$ 1.139,25	64,83
	Pari	0,745	75,85	9,72	US\$ 670,38	60,06
	Promedio	0,785	77	10,37	US\$ 1.057,00	65
Distritos semi centrales	Belém	0,826	78,27	10,73	US\$ 1.292,14	68,94
	Tatuapé	0,825	78,73	10,77	US\$ 1.290,49	66,9
	Moóca	0,857	79,78	10,76	US\$ 1.505,77	69
	Promedio	0,836	78,92	10,75	US\$ 1.362,19	68
Distritos periféricos	Lageado	0,698	72,63	10,2	US\$ 384,11	69
	Guaianases	0,726	74,09	10,23	US\$ 587,86	71,2
	Vila Guilherme	0,789	77,18	10,72	US\$ 840,55	68,41
	Vila Maria	0,814	78,35	10,68	US\$ 1.332,26	70,94
	Promedio	0,756	75,56	10,45	US\$ 786,19	69,88

* Número medio de años que las personas deberán vivir a partir del nacimiento, si permanecen constantes a lo largo de la vida el nivel y el patrón de mortalidad por edad prevalecientes en 2010, según el Censo.

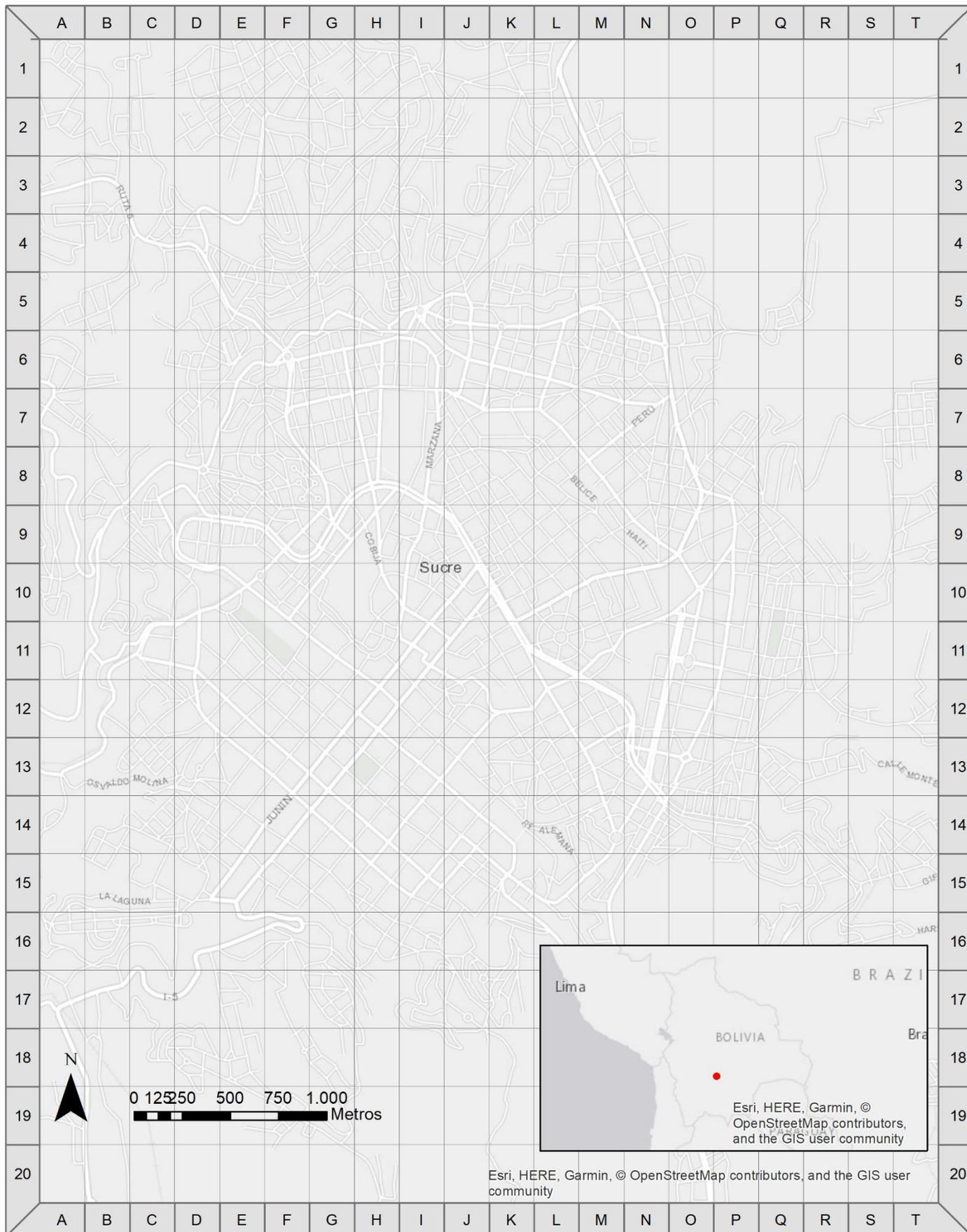
† Número medio de años de estudio que una generación de niños que ingresa en la escuela deberá completar al cumplir 18 años de edad, si los estándares de 2010 se mantienen a lo largo de la vida escolar.

‡ Razón entre la suma de la renta de todos los individuos residentes en domicilios particulares permanentes y el número total de esos individuos. Valores en US\$ según PPP (2010).

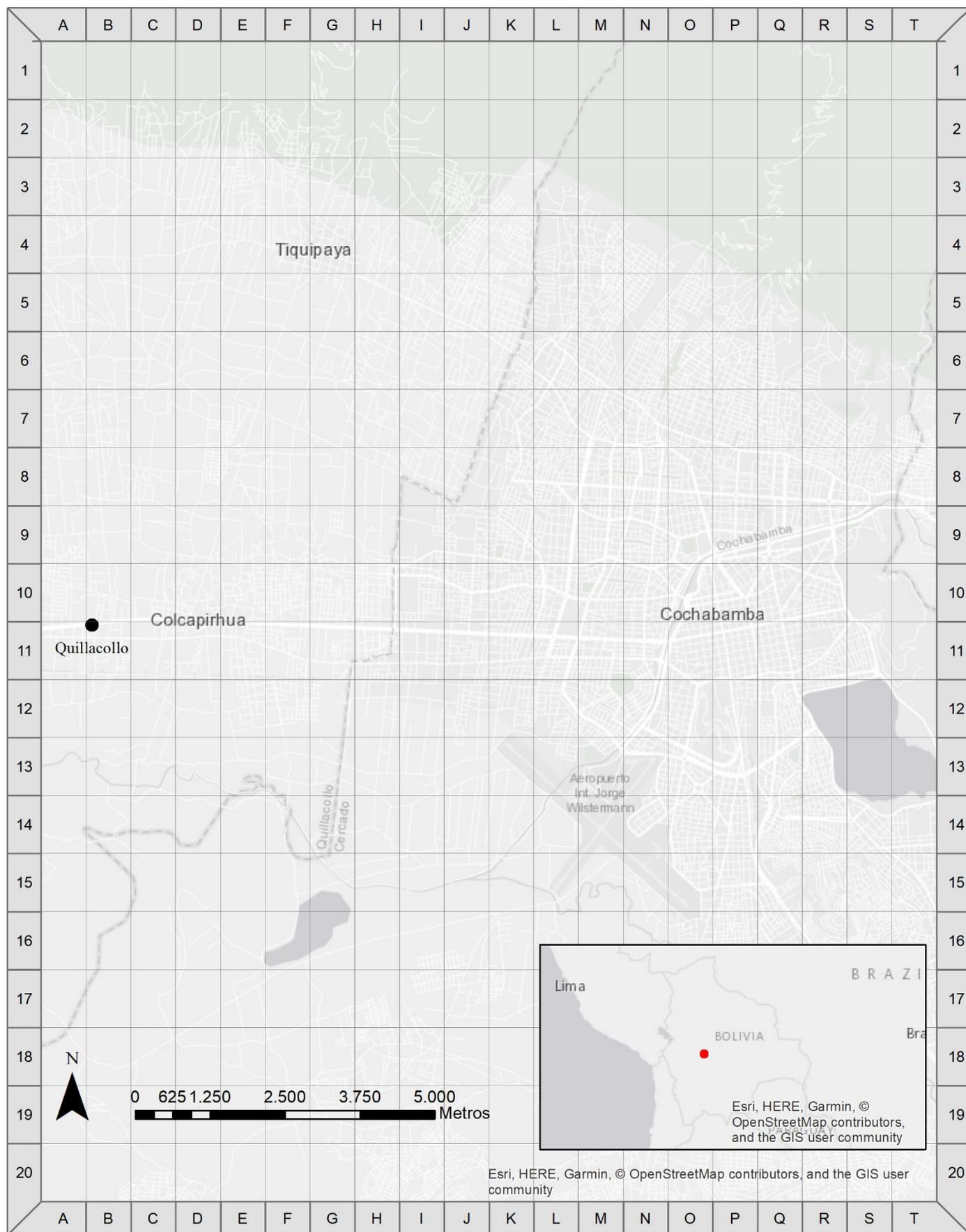
§ Razón entre el número de personas de 18 años o más formalmente ocupadas y el número total de personas ocupadas en ese grupo de edad, multiplicado por 100.

Fuente: Formulación propia desde IBGE, 2010; Ayuntamiento de São Paulo, 2015

APÉNDICE H: MAPA DE LA CIUDAD DE SUCRE (BOLIVIA)

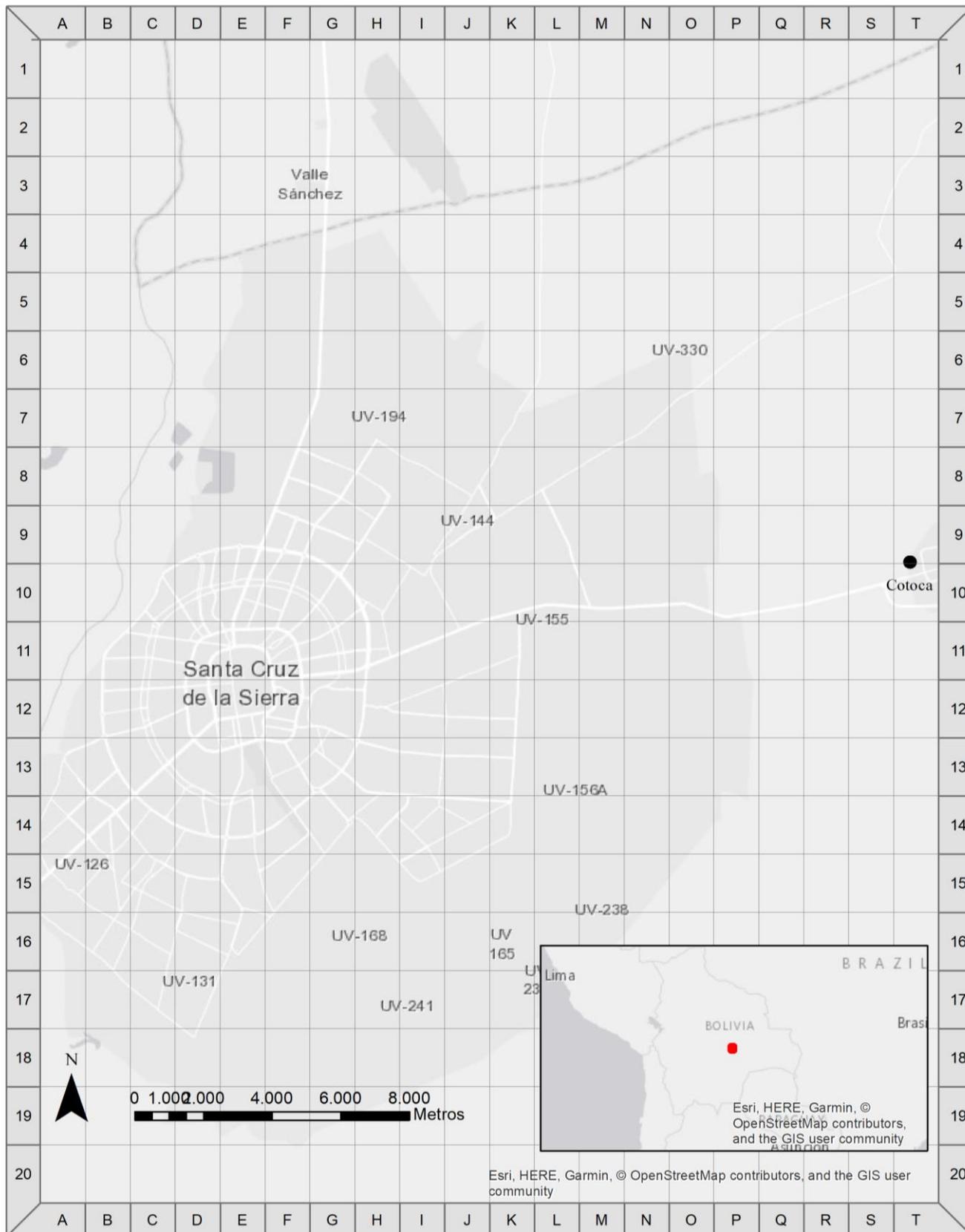


APÉNDICE I: MAPA DE LA CIUDAD DE COCHABAMBA (BOLIVIA)



Esri, HERE, Garmin, © OpenStreetMap contributors, and the GIS user community

APÉNDICE J: MAPA DE LA CIUDAD DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA (BOLIVIA)



Esri, HERE, Garmin, © OpenStreetMap contributors, and the GIS user community

APÉNDICE K: MAPA DE LAS CIUDADES DE LA PAZ Y EL ALTO (BOLIVIA)



APÉNDICE L: CUADRO CON ENTREVISTADOS EN BARCELONA*

#	Apodo	Entrevista	Vínculo con otro entrevistado	Edad	Ciudad de nacimiento	Tiempo en España	Con quien vive	Barrio	Trabajo Actual
1	Santino Torrez	EN		48	Cochabamba	17 años	P	Collblanc	Construcción Vendedor Herbalife
2	Mikaela Apaza	EN		44	Chapare	10 años	T	Tarragona	Limpieza
3	Gabriel Roca	EN		47	Cliza	12 años	P	Collblanc	Construcción
4	Jhoselin Mamani	EN		48	Sucre	10 años	S	Badal	Limpieza
5	Fátima Aguayo	EN		41	Sucre	10 años	T	Tarragona	Limpieza
6	Natalie Soliz	EN		46	Sucre	10 años	S	Clot	Limpieza
7	Luna Gomez	EN		32	Santa Cruz	10 años	M	La Sagrera	Cuidadora
8	Pablo Peredo	ES		45	Villa Tunari	9 años	S	Torrassa	Construcción
9	Melany Cossio	EN		39	Cochabamba	5 años	P	Pubilla Cases	Limpieza
10	Vanessa Rivero	EN	P -> 11	30	San Pedro	10 años	P	La Garriga	Limpieza
11	Rafael Rivero	EN	P -> 10	42	Potosí	10 años	P	La Garriga	Músico
12	Pilar Cruz	ES		50	Camiri	11 años	S	Clot	Limpieza
13	Evelin Siles	ES		38	Sucre	9 años	S	Carmel	Cuidadora
14	Diana López	EN		49	Santa Cruz	15 años	S	Badal	Cuidadora
15	Mariam Choque	ES		37	Cochabamba	13 años	HI	Mollet del Vallès	Cuidadora
16	Luciana Aramayo	ES		47	Santa Cruz	11 años	S	Mollet del Vallès	Limpieza y Cuidadora
17	Yoselin Aranibar	EN	P -> 18	44	San Juan	8 años	P	Clot	Limpieza
18	Erick Aranibar	EN	P -> 17	49	Santa Cruz	10 años	P	Clot	Vigilante
19	Natalia Calle	EN		46	Santa Cruz	12 años	P	La Garriga	Limpieza y Jardinería
20	Luis Ruiz	EN		39	Santa Cruz	12 años	S	La Sagrera	Construcción
21	Antonella Herrera	EN		49	Santa Cruz	10 años	P	Cornellá	Cuidadora
22	Paulin Teran	ES		41	Santa Cruz	12 años	HI y TI	Carmel	Limpieza y Cuidadora
23	Litzy Castro	EN		36	Sucre	10 años	P	Hospitalet	Técnica de enfermería
24	Clara Aldana	ES		38	La Paz	10 años	P	Horta	Comercial
25	Paloma Gonzales	EN		46	Santa Cruz	12 años	P	Hospitalet	Limpieza y Cuidadora
26	Valentín Huanca	EN		49	Capinota	14 años	P	Collblanc	Construcción

LEYENDA: EN - Entrevista Narrativa ES - Entrevista Semiestructurada

P - Pareja T - Trabajo S - Solo/a H - Hermano/a PM - Padre M - Madre HI - Hijo/a TI - Tío/a

#	Situación de la residencia	Situación Conyugal	Hijos (lugar de residencia; género, edad)	Otros familiares con vínculo de protección (Ciudad de residencia, parentesco, edad)
1	Ciudadanía	Casado	Cochabamba: ♂, 25; ♂, 22; ♂21	Cochabamba: M, 73; PM, 77; 2H; Buenos Aires: 2H; Barcelona: 2H
2	Permiso	Divorciada	Cochabamba: ♂, 26; ♀, 16; ♀ 23; ♀12	Chapare: P, NI; Cochabamba: H, NI
3	Permiso	Casado	Cochabamba: ♂, 22; ♂, 17; ♂, NI	Barcelona: 5 H, NI; Cochabamba: N, 0
4	Permiso	Divorciada	Sucre: ♀, 24; ♀ 23; ♀14	Sucre: M, NI, O
5	Permiso	Comprometida	Sucre: ♂, 18; ♂, 12	Sucre: M, NI; PM, NI
6	Permiso	Divorciada	Sucre: ♂, 27; ♂, 23; ♂, 20; ♂, 17;	Sucre: M, NI
7	Permiso	Soltera	Santa Cruz: ♀11	
8	Permiso	Divorciado	Cochabamba: ♀11	Cochabamba: M, NI
9	Permiso	Casada	Cochabamba: ♂, 19; ♀, 17	Cochabamba: M, 77
10	Permiso	Casada		Santa Cruz: M, 63
11	Ciudadanía	Casada	Barcelona: ♀19	
12	Permiso	Soltera	Santa Cruz: ♀, 19; ♀, 28; ♂, 34	Santa Cruz: M, NI; PM, NI
13	Permiso	Divorciada	Sucre: ♂, 20	Sucre: M, 60; H, NI; 3 O, NI
14	Ciudadanía	Casada	Cali: ♀, 32; Santa Cruz: ♀, 30	Londres (RU): P, NI; Santa Cruz: PM, 75; M, 70; H, 46; H, 34
15	Ciudadanía	Divorciada	Barcelona: ♀, 4; Santa Cruz: ♂, 14	Santa Cruz: PM, 69
16	Ciudadanía	Soltera	Santa Cruz: ♀, 18; ♂, 28; ♂, 22	Santa Cruz: PM. 77
17	Permiso	Casada	Santa Cruz: ♀, 22; Barcelona: ♂, 15	Santa Cruz: H, 40
18	Permiso	Casado	Santa Cruz: ♀, 22; ♀, 25; Barcelona: ♂, 15	Santa Cruz: PM, 76
19	Permiso	Casada	Santa Cruz: ♂, 26; ♂, 23; Granollers: ♂, 30	Santa Cruz: O, 22; O, 26; O, 27
20	Solo Pasaporte	Divorciado		Santa Cruz: M, 78
21	Permiso	Casada	Santa Cruz: ♀, 28; ♂, 29; Barcelona: ♀, 24	Puerto Quijarro: M, 69
22	Ciudadanía	Divorciada	Barcelona: ♂, 18	Santa Cruz: A, 98; PM, NI; 5 H, NI
23	Permiso	Casada		Sucre: PM, 65; M, 65; 7 O, NI
24	Ciudadanía	Casada	Está embarazada	Tarragona: PM, NI; M, NI; O, NI
25	Permiso	Casada	Santa Cruz: ♀, 17; ♂, 26;	Santa Cruz: O, 23
26	Ciudadanía	Casada	Capinota: ♀, 09; ♂, 11; ♂, 07; ♂, 05;	Rocha Rancho: M, 83; 2 H, NI; Málaga: 3 H, NI; Buenos Aires: H, NI

LEYENDA: NI - No Informado ♀ - Mujer ♂ - Hombre

P - Pareja T - Trabajo H - Hermano/a PM - Padre M - Madre HI - Hijo/a TI - Tío/a A - Abuelo/a O - Otro/a

* Los nombres de las entrevistas que no figuran en este cuadro se realizaron en el marco del proyecto RETTRANS.

APÉNDICE M: CUADRO CON ENTREVISTADOS EN SÃO PAULO

#	Apodo	Tipo de entrevista	Vínculo con otro entrevistado	Edad	Ciudad de nacimiento	Tiempo en São Paulo	Barrio/Ciudad	Con quien vive	Trabajo Actual
1	Isabella Salinas	ES	-	27	Santa Cruz	2 años	Campinas	AM	Comercio Exterior
2	Jimmy Álvarez	EN	-	52	Potosí	5 años	Brás	AM	Homeópata y carpintero
3	Catalina Sarabia	EN	-	26	Timusí	4 años	Vila Maria	H	Costurera
4	Freddy Rojas	EN	-	30	Cochabamba	4 años	Belém	S	Finanzas
5	Ariane Ticona	EN	-	22	Viacha	2 años	Pari	PR	Cocinera
6	Marco Antonio Rocha	EN	P -> 7; O -> 8	36	Oruro	5 años	Vila Pauliceia	P y PR	Médico
7	Ana María Rocha	EN	P -> 6	31	Cochabamba	4 años	Vila Pauliceia	P y O	Médica
8	Eliana Rocha	ES	PR -> 8	28	Oruro	2 meses	Vila Pauliceia	PR y O	Médica (convalidación em trámite)
9	Florencia Limachi	EN	-	50	Santa Cruz	4 años	Brás	HI	Trabajadora del comercio
10	Claudia Gutiérrez	EN	-	57	Santa Cruz	12 años	Brás	O	Carpintera
11	Vicente Soria	EN	-	49	Collana	15 años	Brás	M y HI	Costurero
12	Mario Sánchez	EN	-	29	Cochabamba	8 años	Vila Vermelha	S	Informático
13	Ian Maldonado	EN	-	24	Oruro	7 años	Pari	H	Costurero y Estudiante
14	Marcos Quisbert	EN	-	27	La Paz	2 años	Vila Guilhermina	S	Agente Despachador (trámites)
15	Bautista Quispe	EN	-	30	Montero	4 años	Tucuruvi	S	Periodista
16	Deisy Heredia	EN	-	31	Cochabamba	2 años	Brás	T	Costurera
17	Juan Cortez	EN	-	31	Puerto Quijarro	1 ano y 6 meses	Vila Maria	P y HI	Peluquero
18	Carlos Vargas	EN	-	72	La Paz	7 años	Butantã	HI	Carpintero
19	Samantha Paz	EN	-	36	Oruro	1 año y 4 meses	Brás	T	Doméstica
20	Nicole Rivera	EN	P -> 22	37	Tiquina	7 años	Guaianazes	P, HI y O	Propietario taller de costura
21	Kevin Rivera	EN	H -> 20	27	Yampupata	3 años	Guaianazes	H y O	Costurero
22	Fernando Rivera	EN	P-> 20; H -> 21	41	Yampupata	6 años	Guaianazes	P, HI y H	Propietario taller de costura
23	Sergio Orellana	EN	-	44	El Alto	10 años	Guaianazes	P y HI	Propietario taller de costura
24	Daniel Antezana	EN	-	29	Cochabamba	4 años	Vila Mariana	S	Médico
25	Marina Arancibia	EN	-	21	Cochabamba	11 años	Vila Maria	S	Costurera
26	Elena Zurita	EN	-	32	Sica Sica	9 años	Brás	HI y H	Costurera y Préstamos
27	Roberto Ramos	EN	-	39	Santa Cruz	20 años	Santo Amaro	P y HI	Propietario taller de costura
28	Richard Romero	EN	-	28	Colcapirhua	1 año y 3 meses	Campo Belo	S	Operador de telemarketing

LEYENDA: EN - Entrevista Narrativa ES - Entrevista Semiestructurada

P - Pareja T - Trabajo S - Solo/a H - Hermano/a PM - Padre M - Madre HI - Hijo/a TI - Tío/a AM - Amigo/a PR - Primo/a

#	Situación de la residencia	Situación Conyugal	Hijos (lugar de residencia: género, edad)	Otros familiares con vínculo de protección (Ciudad de residencia, parentesco, edad)
1	RNE		-	Madrid: M, 49
2	RNE		-	
3	RNE		-	Timusi: PM, 60; M, 55
4	RNE		-	Cochabamba: PM, 69; M, 55
5	RNE		-	La Paz: M, 50
6	RNE	Casado	-	
7	RNE	Casado	-	
8	RNE (en trámite)		-	Oruro: P, 64; M, 60; H, 25; H, 31
9	RNE	Divorciada	São Paulo: ♀, 12; ♀, 16; ♀, 17	Santa Cruz: PM, 70; 9 H, NI
10	RNE	Divorciada	Santa Cruz: ♂, 22; ♀, 24; ♀, 27; ♀, 32; ♂, 35; ♀, 35 ♀, 40	São Paulo: O, 42. Santa Cruz: H, 60
11	RNE	Casado	São Paulo: ♂, 6; El Alto: ♂, 20; ♀, 18	Collana: M, NI; PM, NI
12	RNE	Unión estable	-	Virgínia (EE. UU.): H, 40. Cochabamba: PM, NI; M, NI. Manaus: H, 39
13	RNE		-	La Paz: M, 64
14	RNE		-	La Paz: M, NI
15	RNE		-	
16	RNE (en trámite)	Novio	-	Cochabamba: A, 101. Buenos Aires: H, 48; H, 38; H, 40; H, 34
17	RNE	Casado	São Paulo: ♀, 12; ♂, 8,	Puerto Quijarro: PM, 74; M, 73
18	RNE	Divorciada	São Paulo: ♂, 48; ♂, 46; Santa Cruz, ♀, 50	
19	RNE	Divorciada; Novio	Está embarazada	Cochabamba: PM, 72; M, 72
20	RNE	Casada	São Paulo: ♀, 19; ♀, 16; ♂, 14	La Paz: PM, 60; M, 58; A, 95
21	RNE		-	Yampupata: PM, 70; M, 68
22	RNE	Casada	São Paulo: ♀, 19; ♀, 16; ♂, 14	Yampupata: PM, 70; M, 68
23	RNE	Casado	São Paulo: ♂, 18; ♂, 16; ♀, 20	Sahama: M, NI; El Alto, 4 H, NI.
24	RNE		-	Cochabamba: PM, 57; M, 56; 4H, NI
25	RNE		-	Cochabamba: A, NI; A, NI
26	RNE		São Paulo: ♀, 8; ♂, 6	Sica Sica: PM, 60; M, 60
27	Ciudadanía (en trámite)	Casado	São Paulo: ♀, 8; ♂, 21; ♀, 10	Santa Cruz: PM, NI; H, NI; H, NI
28	RNE			Cochabamba: O, NI; O, NI; M, NI; PM, NI; H, 31; H, 36; H, 34; H, 38

LEYENDA: RNE – Registro Nacional de Extranjero NI - No Informado ♀ - Mujer ♂ - Hombre
P - Pareja T - Trabajo S - Solo/a H – Hermano/a PM – Padre M – Madre A - Abuelo/a

APÉNDICE N: CUADRO CON ENTREVISTADOS EN BOLIVIA

#	Apodo	Tipo de Entrevista	Ciudad de Nacimiento	Edad	Ciudad de residencia y de la entrevista	Estado Civil
1	Regina López	EN	Santa Cruz	41	Santa Cruz	Soltera
2	Alejandra Rocha	ES	Oruro	71	Cochabamba	Casada
3	Valeria Gómez	ES	Sucre	28	Santa Cruz	Casada
4	Santiago Soria	ES/SG	El Alto	20	El Alto	Soltero
5	Josefina Soria	ES/SG	El Alto	18	El Alto	Soltera
6	Guillermo Gómez	EN	Sucre	27	Santa Cruz	Casado
7	Paola Cuellar	ES	Mizque	53	Cochabamba	Casada
8	Diana Herrera	EN	Santa Cruz	28	Santa Cruz	Divorciada
9	Antonia Rojas	EN	Cochabamba	33	Cochabamba	Casada
10	Emiliano	ES	Santa Cruz	38	Sucre	Soltero
11	Samuel Castro	ES	Sucre	23	Sucre	Soltero
12	María Camila	EN	Cochabamba	22	Cochabamba	Soltera
13	Mariana	ES	Cochabamba	58	Cochabamba	Divorciada
14	Cristóbal	ES	Cochabamba	28	Cochabamba	Soltero
15	Aitana Nogales	ES	Santa Cruz	54	Santa Cruz	Divorciada
16	Helen Ribera	ES	Santa Cruz	30	Santa Cruz	Soltera
17	Andrea Paniagua	ES	Santa Cruz	38	Santa Cruz	Casada

LEYENDA: EN - Entrevista Narrativa ES - Entrevista Semiestructurada SG - Sin Grabación

#	Vínculo con inmigrante [Ciudad: vínculo (nombre)]	Experiencia Migratoria	Hijos	Trabajo
1	Barcelona: PR (Diana López)	Barcelona, entre 2002-2004		Ingeniera
2	São Paulo: HI (Marco Antonio Rocha)	-	São Paulo: ♀, NI; ♂, 36; Ciudad de México: ♂, NI;	Retirada
3	Barcelona: C (Luna Gómez)		Santa Cruz: ♀, 4	Ama de casa
4	São Paulo: PM (Vicente Soria)	-	-	Estudiante
5	São Paulo: PM (Vicente Soria)	-	-	Estudiante
6	Barcelona: H (Luna Gómez)	-	Santa Cruz: ♀, 4	Taxista
7	São Paulo: HI (Ana María Rocha); Y (Marco Antonio Rocha)	-	São Paulo: ♀, 31; Cochabamba: ♂, 29; ♀, 25	Profesora de primaria
8	Barcelona: M (Antonella Herrera)	-	Santa Cruz: ♂, 7; ♂, 9;	Contadora
9	São Paulo: HI (Freddy Rojas)			Fisioterapeuta
10	Barcelona: M; Málaga: 3 TIs; Virgínia (EE. UU.): 2 TIs	-	Sucre: ♂, 19;	Consultor ONG
11	Barcelona: TI (Litzzy Castro)			Estudiante
12	Barcelona: M y 4 TIs	Madrid y Zaragoza		Doméstica y Estudiante
13	Barcelona: AM (Diana López)	Barcelona (2004)	Santa Cruz: ♂, 26; ♀, 35; ♀, 31	Ama de casa
14	Barcelona: H; Virgínia (EE. UU.): TI; Chile: PR	Madrid		Estudiante
15	Barcelona: HI y NI	Barcelona (2006-2008)	Santa Cruz: ♂, 17; ♂, 15; ♂, 13; Barcelona: ♂, 21	Ama de casa
16	-	Valencia (2004-2010)	Santa Cruz: ♀, 8	Cuidadora
17	-	Valencia (2007-2009)	Santa Cruz: ♀, NI; ♀, 12	Doméstica

LEYENDA: NI - No Informado ♀ - Mujer ♂ - Hombre
P - Pareja T - Trabajo S - Solo/a H - Hermano/a PM - Padre M - Madre A - Abuelo/a PR - Primo/a C - Cuñado/a Y - Yerno TI - Tío/a AM - Amigo/a NI - Nieto/a

APÉNDICE O: CUADRO CON ESPECIALISTAS ENTREVISTADOS

Nombre	Local de la entrevista	Cargo/Actividad, Entidad*	Fecha
Eva Muñoz	Barcelona	Enfermera, ISGLOBAL	Diciembre de 2015
Solange Terceros	Barcelona	Coordinadora, Asociación de Mujeres Bolivianas en Catalunya	Abril de 2016
Ana Cecilia	Santa Cruz	Psicóloga Escuelas Fe y Alegría	Diciembre de 2016
Olivia Román †	Cochabamba	Docente de Antropología Urbana en la Carrera de Antropología, Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Mayor de San Simón. ONG “Ciudadanía, Comunidad de Estudios Sociales y Acción Pública”	Diciembre de 2016
Jorge Evangelista	Cochabamba	Coordinador Nacional de la Mesa Técnica de Migraciones	Mayo de 2017
Roque Patussi	São Paulo	Coordinador del CAMI - Centro de Apoio e Pastoral do Migrante	Enero de 2016
Guilherme Otero	São Paulo	Asesor de la Coordinación de Políticas para Inmigrantes y Promoción del Trabajo Decente	Enero de 2016
Fabio Ando	São Paulo	Asistente de Gestión de Proyectos del CRAI - Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes	Enero de 2016
Wilbert Ribas	São Paulo	Acogida y apoyo a los migrantes, CRAI - Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes	Enero de 2016
Marina Novaes	São Paulo	Investigadora Asesora del concejal de São Paulo Eduardo Suplicy	Abril de 2017
Paulo Iles	São Paulo	Coordinador del Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante	Abril de 2017
Yury Orozco	São Paulo	Investigadora ONG Católicas Pelo Direito de Decidir	Febrero de 2018
Monica Rulo	São Paulo	ONG PAL - Presença da América Latina Conselheira Participativa de São Paulo	Febrero de 2018
Álvaro Antelo**	São Paulo	Agente de Salud de la Familia	Febrero de 2018

* Los cargos corresponden a la fecha de la realización de la entrevista.

** A fin de garantizar el anonimato de ese entrevistado, este nombre es un ápodo.

**APÉNDICE P: FOTO DE LA FRATERNIDAD TINKUS SAN SIMÓN, FIESTA
“FÉ E CULTURA”, MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA, SÃO PAULO -
AGOSTO 2018**



Fuente: Trabajo de campo en São Paulo

ANEXOS

ANEXO A: ANUNCIO FACEBOOK: SÃO PAULO

Audience

SAVED AUDIENCE: **Pesquisa Doutorado - SP** ▾

AUDIENCE DETAILS

Location: Brazil: São Paulo (+30 mi) São Paulo (state)

Age: 20 - 65+

Language: Spanish or Spanish (Spain)

People Who Match: Life Event: Away from family or Long-distance relationship

And Must Also Match: Behaviors: Lives abroad

And Must Also Match: Interests: Bolivia

[Edit](#)

Audience Definition



Your audience is defined.

Potential Reach: 2,600 people ⓘ

Estimated Daily Results

Reach
36 - 220 ⓘ



⚠ **Your results are likely to differ from estimates**
We have limited data available to calculate this estimate, so estimates may be less accurate.

Filtro demográfico del anuncio

Visualización del anuncio

Sponsored [Create Ad](#)



¡Cuéntame tu historia!
docs.google.com
¿Vives en São Paulo y tienes familia en Bolivia?
Estamos haciendo una investigación acerca...

Resultados del anuncio



Formulario de contacto del anuncio

Bolivianos residentes en São Paulo con familiares en Bolivia

Thales Speroni Pereira da Cruz (Universidad Autónoma de Barcelona y UFRGS)
Whats app +55 (51) 99261-1616 / Skype: thalesperoni
E-mail: thales.speroni@ufrgs.br

Esta investigación analiza la historia de las familias transnacionales bolivianas (que en este momento tiene un miembro que vive en Sao Paulo y otros que viven en Bolivia/otro país).

Al final de este formulario puede dejar tu teléfono o correo electrónico. Prontamente entraré en contacto.

***Obrigatório**

¿Eres de Bolivia y vives en Sao Paulo? *

- Si
 No

¿Tienes familia en Bolivia?

Sua resposta

Te gustaría contar tu historia en una entrevista? Escribe aquí tu teléfono o correo electrónico *

Sua resposta

¡Muchas gracias!

¿Tienes alguna duda? Envíame un correo electrónico: thales.speroni@ufrgs.br

ENVIAR

Nunca envíe senhas pelo Formulários Google.

**ANEXO B: FOTO DE BARRANQUILLEROS EN LA MUNICIPALIDAD DE
GUANAY**



Fuente: La Razón, 29 de octubre de 2014. Foto de Miguel Carrasco

**ANEXO C: FOTO DE LA MISA MIGRANTE, PARROQUIA SÃO JOÃO
BATISTA DO BRÁS, SÃO PAULO – 23 DE JUNIO DE 2018**



Fuente: Parroquia São João Batista do Brás. Foto de Hna. Margarete Conte

ANEXO D: MANIFESTACIÓN DE LA 'PLATAFORMA DE APOYO A BOLIVIA', BARCELONA – 24 DE FEBRERO DE 2019



Fuente: Embajada de Bolivia en España

ANEXO E: FEIRA DA MADRUGADA, SÃO PAULO – 28 DE NOVIEMBRE DE 2017



Fuente: The Guardian, 28 de noviembre de 2017. Foto de Flavio Forner